RESUMO DA
CNU

Compreensão e Interpretação de Textos

COESÃO E COERÊNCIA

A coesão é a ligação entre os elementos de um texto, que ocorre no interior das frases, entre as próprias frases e entre os vários parágrafos. Pode-se dizer que um texto é coeso quando os conectivos são empregados corretamente.

Já a coerência diz respeito à ordenação de ideias, dos argumentos. A coerência depende obviamente da coesão. Um texto com problemas de coesão terá, com certeza, problemas de coerência. Veja alguns casos:-

1) — Uso inadequado do conectivo: — preposição, conjunção e pronome relativo

2)–Falta de sequência lógica

3)-Redundância: — é a repetição desnecessária de palavras, expressões ou ideias. Geralmente os textos redundantes são confusos e mais extensos do que o necessário.

4)-Ambiguidade:é uma falha na estrutura frasal, que terá que ser desfeita, caso ocorra, na produção de um texto.

Veja estas duas frases, retiradas de um vestibular da Fuvest - SP , em que o aluno era solicitado a desfazer a ambiguidade:

Ele me trata como um irmão

Essa frase pode ser compreendida de duas maneiras:

a)- Ele me trata como se eu fosse irmão dele.

b)- Ele me trata como um irmão me trataria.

ele viu o incêndio

Pode-se inferir daí que o menino viu um prédio que se incendiava ou o menino estava num prédio quando o incêndio que acontecia em outro local.

A compreensão e a interpretação de texto dependem do contexto de produção, além do conhecimento de mundo e dos conhecimentos linguísticos e literários do(a) leitor(a).

Resumo sobre interpretação de texto

Interpretação de texto é o ato de explicar um texto após a sua compreensão.

A compreensão e a interpretação dependem, principalmente, do contexto.

Há diferenças na interpretação de um texto literário e de um texto não literário.

A interpretação de texto no Enem exige do(a) candidato(a), além de conhecimento de mundo, conhecimentos linguísticos e literários.

A compreensão é um processo inconsciente; já a interpretação, um processo consciente.

O que é interpretação de texto?

Interpretar um texto significa não só o compreender, mas também perceber suas nuances, seus detalhes implícitos. Portanto, o(a) leitor(a) precisa entender o contexto de produção desse texto.

Além disso, outros conhecimentos são úteis nesse processo, como: tipologia textual, gêneros textuais, funções de linguagem e, se o texto for literário, noções de estilos de época e figuras de linguagem também são de grande utilidade. Afinal, interpretar um texto é buscar não só seu(s) sentido(s), mas também seu(s) objetivo(s).

Como fazer a interpretação de texto?

Para interpretar eficazmente um texto, é preciso considerar os objetivos de seu autor (emissor ou enunciador). No entanto, isso não pode ser feito por meio de suposições, pois estão no texto todos os elementos necessários para a sua compreensão e interpretação. É o texto que nos diz qual é a intenção comunicativa de seu autor.

A interpretação é um processo racional de análise do texto. Isso significa que qualquer afirmação que o(a) leitor(a) dizer sobre o que leu deve ser passível de comprovação a partir de elementos textuais. Se o(a) leitor(a) não consegue comprovar sua leitura por meio de argumentos sustentados pelo texto lido, sua interpretação é uma invenção.

É claro que existem textos plurissignificativos, que, portanto, permitem mais de uma leitura. Porém, elas também necessitam de comprovação. Então, o(a) leitor(a) precisa analisar, criticar e fazer perguntas ao texto, para buscar elementos que comprovem a sua interpretação. O bom leitor e a boa leitora não são ingênuos, são críticos e, portanto, questionadores:

Quem é o enunciador?

Qual é o seu objetivo?

Por que ele fez essa ou aquela afirmação?

Ele tem uma segunda intenção?

Em que contexto ele escreveu o texto?

Além disso, a interpretação também vai depender do repertório do(a) leitor(a), ou seja, do conhecimento de mundo. É isso que permite que determinada leitora entenda certo trecho de um texto, enquanto outro leitor não o compreende. Afinal, os textos vivem em constante diálogo uns com os outros, o que é chamado de intertextualidade.

Veja também: Quais são os elementos da comunicação?

Exemplo:

A seguir, vamos ler e interpretar parte de um texto publicado em 21 de março de 2007, na seção "Economia e Negócios" do site G1, um portal de notícias. Mas, antes de iniciar a leitura, vamos definir o(a) enunciador(a) do texto.

Como a notícia não foi assinada, sabemos apenas que foi escrita por um(a) jornalista, já que é uma notícia, o que nos faz concluir que o texto possui uma linguagem mais objetiva.

Isso nos leva à segunda questão, ou seja, qual é o objetivo do(a) enunciador do texto? A resposta parece óbvia: informar. Sobre o quê? O título nos diz que é sobre o PIB (Produto Interno Bruto) de 1996 e 1999, indica que o cálculo foi revisado e, ao que parece, o resultado foi mais baixo do que o divulgado no ano passado. Mas terá o(a) autor(a) do texto uma segunda intenção ao divulgar tal informação? Saberemos durante a leitura.

E, por fim, qual é o contexto de escrita do texto? O ano de 2007, durante o governo Lula, que durou de 2003 a 2011. Já a informação está relacionada ao período em que Fernando Henrique Cardoso governou o país, entre 1995 e 2003. A notícia, portanto, pode ter uma motivação política ou ser apenas uma informação imparcial.

PIB DE 1996 E 1999 SÃO REVISADOS PARA BAIXO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou hoje a revisão do Produto Interno Bruto (PIB) anual para o período de 1996 a 1999. O PIB de 1995 foi incorporado à nova série, calculada com nova metodologia, mas manteve-se inalterado

em 4,2%, já que não houve comparação com 1994 e, desse modo, não houve variação na taxa. O PIB de 1996 caiu de 2,7% (série antiga) para 2,2% (nova série). O PIB de 1997 foi revisado um pouco para cima, de 3,3% para 3,4%. O PIB de 1998 recuou um pouco, de 0,1% para 0,0. Já o PIB de 1999 diminuiu bastante, de 0,8% para 0,3%.

Os resultados apresentados nas revisões anteriores ao ano 2000 contrastam bastante com os dados a partir de 2002, quando houve fortes variações no PIB para cima.

O coordenador de contas nacionais do IBGE, Roberto Olinto, alertou que é preciso evitar interpretações políticas em relação a esses dados. Ele fez a ressalva diante da insistência de jornalistas para comparações do governo Fernando Henrique Cardoso (cujos PIBs anuais decresceram na maioria com a nova série) e o primeiro mandato do governo Lula até 2005 (que mostrou crescimentos mais fortes no PIB em relação aos anteriormente divulgados).

[...]

"O IBGE vai apresentar os dados e não vai fazer comentários históricos", alertou Olinto desde o início. Segundo ele, "a gente não olhou os períodos, a gente fez as contas".

Para o coordenador de contas nacionais, "extrapolar o uso desses dados pode ser perigoso". A gerente de contas trimestrais, Rebeca Palis, também afirmou, ao ser solicitada para fazer contas do crescimento médio do PIB nos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, que "pode-se comparar (os números), é o melhor que a gente conseguiu fazer, mas não é totalmente comparável em termos políticos".

Ao ler o primeiro parágrafo, percebemos que o(a) autor(a) da notícia preferiu enfatizar, no título, a queda do PIB de 1996 e 1999, em vez de se referir ao seu crescimento em 1997 (de 3,3% para 3,4%). E também preferiu não destacar a queda ocorrida em 1998 (de 0,1% para 0,0). Por quê?

Ao que parece, sua escolha deve-se ao fato de que, na revisão do PIB, houve uma queda muito grande em 1996 (de 2,7% para 2,2%) e em 1999 (de 0,8% para 0,3%), em relação a 1997 e a 1998.

Quando o(a) enunciadora) do texto ressalta que os "resultados apresentados nas revisões anteriores ao ano 2000 contrastam bastante com os dados a partir de 2002, quando houve fortes variações no PIB para cima", imaginamos que pode haver alguma conotação política nessa informação, já que 2002 foi o último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Porém, para mostrar sua imparcialidade jornalística, o(a) autor(a) da notícia cede espaço para o alerta do coordenador de contas nacionais do IBGE, que diz que "é preciso evitar interpretações políticas".

No entanto, aproveita para informar que os PIBs anuais do governo FHC "decresceram na maioria com a nova série", mas que o mandato de Lula, até 2005, "mostrou crescimentos mais fortes no PIB em relação aos anteriormente divulgados".

Note que o(a) jornalista(a) insiste em mostrar o empenho do coordenador em negar qualquer elemento político na variação dos números do PIB: "'O IBGE vai apresentar os dados e não vai fazer comentários históricos', alertou Olinto desde o início. Segundo ele, 'a gente não olhou os períodos, a gente fez as contas'". Olinto ainda afirma: "extrapolar o uso desses dados pode ser perigoso".

E, no final do texto, o(a) enunciadora) dá a palavra para a gerente de contas trimestrais Rebeca Palis, que diz: "pode-se comparar (os números), é o melhor que a gente conseguiu fazer, mas não é totalmente comparável em termos políticos".
Assim, o(a) autor(a) da notícia buscou mostrar-se imparcial, apesar de sua insistência em falar da questão política relacionada ao PIB

As dicas podem ajudar você a melhorar sua interpretação.

Observar se o texto é literário ou não literário

A primeira pergunta que você deve fazer antes de ler um texto é se ele é literário ou não literário. Isso porque as características de um texto artístico são diferentes das de um texto funcional.

Você não pode ler um texto literário da mesma forma que lê uma notícia de jornal ou um artigo científico. Então, entenda a diferença entre um texto literário e não literário.

Crie hipóteses antes da leitura

Antes de começar uma leitura mais detalhada do texto, busque criar hipóteses sobre o conteúdo que você vai ler. Assim, você inicia a leitura mais preparado(a), pois já sabe mais ou menos o assunto do texto. Nessa sua pré-leitura, busque saber:

Quem é o autor ou enunciador do texto?: conhecer o estilo autoral é um conhecimento prévio relevante para o entendimento do(a) leitor(a).

O que sugere o título do texto?: muitas vezes, o título se refere à temática principal.

Qual o tipo de texto?: textos narrativos, descritivos, expositivos e argumentativos possuem características diferentes; e o desconhecimento delas pode ser um dificultador da leitura.

Qual o gênero textual?: entrevista, notícia, conto etc. também apresentam características próprias; e, assim como no tipo textual, o desconhecimento do gênero do texto pode limitar o entendimento do(a) leitor(a).

Por que você quer ler o texto?: o objetivo do(a) leitor(a) também influencia na leitura; afinal, você não pode ler um poema com os mesmos olhos que lê uma bula de remédio.

Qual o contexto de produção?: situar o texto é essencial para entendê-lo melhor; pois ele pode ser atual ou escrito em um contexto político, social e cultural diferente do tempo da leitura, o que pode influenciar na linguagem e na temática da obra.

Ler apenas um livro não faz de você um(a) leitor(a) competente

A prática da leitura aprimora a sua compreensão textual, além de permitir que você acumule um repertório, que vai possibilitar o entendimento de vários outros textos, de tipos e gêneros diversos.

O conhecimento de mundo que auxilia a leitura não está restrito aos livros

Você acumula informações ao ler e ao assistir atelejornais, ao ampliar seu gosto musical e, também, cinematográfico, e quando você busca saber mais sobre outras artes.

Amplie seus conhecimentos linguísticos e seu vocabulário

Você não precisa saber, por exemplo, que a palavra "cujo" é um pronome, mas se desconhecer a sua função, seu entendimento textual vai ficar comprometido.

Durante a leitura, faça marcações em seu texto.

Sublinhe as informações mais relevantes, circule partes que não compreendeu para retomá-las mais tarde e anote suas dúvidas ou descobertas, pois os textos têm a capacidade de gerar questionamentos e fazer revelações.

Não queira entender completamente um texto com apenas uma leitura.

É preciso ler mais de uma vez para chegar ao entendimento e encontrar, enfim, o(s) sentido(s) e o(s) objetivo(s) do texto.

Exemplo:

A seguir, vamos ler e interpretar um texto do gênero poema, do poeta português Luís Vaz de Camões (1524-1580). Por ser um poema camoniano, pode-se afirmar que é um texto literário. Esse poeta faz parte do Classicismo e, portanto, apresenta obras mais racionais e menos emotivas, além de utilizar a medida nova, os versos decassílabos.

O texto não apresenta título, mas sabemos, pela sua forma, que é um ***soneto****. Esse tipo de composição poética inicia e conclui uma ideia em apenas catorze versos.*

Se vou ler um poema, é porque quero refletir sobre determinado assunto, me admirar com a linguagem e ter contato com a beleza estética. Porém, devo estar atento ao contexto de produção dessa obra, que é o século XVI, no período do Renascimento, o qual faz um resgate da cultura greco-latina, que já observamos no primeiro verso:

Apolo e as nove Musas, descantando

com a dourada lira, me influíam

na suave harmonia que faziam,

quando tomei a pena, começando:

— Ditoso seja o dia e hora, quando

tão delicados olhos me feriam!

Ditosos os sentidos que sentiam

Estar-se em seu desejo transpassando!

Assim cantava, quando Amor virou

a roda à esperança, que corria

tão ligeira que quase era invisível.

Converteu-se-me em noite o claro dia;

e, se algüa esperança me ficou,

será de maior mal, se for possível.

Para interpretar um poema, é necessário, em primeiro lugar, ter o entendimento básico, sem considerar a plurissignificação. Como o hipérbato (inversão da ordem direta da oração) é bastante usado em poesia, é preciso localizar os ***verbos****, pois só*

assim podemos apontar o sujeito e os complementos, para um entendimento mais claro.

Então, podemos entender que Apolo e as noves Musas cantavam ao som de uma lira e exerciam influência sobre (inspiravam) o eu lírico. Ele, então, pegou a pena. Aqui, o conhecimento de mundo do(a) leitor(a) é importante, pois ele(a) precisa saber que "pena", no passado, era um instrumento de escrita.

Na segunda estrofe, o eu lírico reproduz o que ele escreveu com a pena. Ele afirma que era um dia e uma hora felizes quando os olhos o "feriam". Nesse ponto, nos deparamos com uma ***metáfora****, que dá aos olhos características de uma arma. Provavelmente, o arco e a flecha do Cupido, personagem integrante da mitologia greco-romana. No caso, os olhos machucavam o eu lírico, e essa "dor" estaria associada ao amor.*

A partir do primeiro terceto, o eu lírico afirma que "cantava" (fazia versos) quando o Amor fez com que a esperança se afastasse, "tão ligeira que quase era invisível".
Essa esperança está relacionada ao amor do dono ou dona dos olhos que "feriam". Por isso, no eu lírico, o claro dia (a alegria) converteu-se em noite (tristeza). E se lhe restou alguma esperança, foi de experimentar um mal ainda maior, se é que isso é possível.

Dessa forma, conseguimos ter quase cem por cento de entendimento do texto. E digo "quase" porque é comum não conseguirmos entender uma poesia completamente. Aliás, uma poesia facilmente entendível, normalmente não é uma boa poesia. Porém, se você não consegue entender uma passagem do poema agora, às vezes, em futuras leituras, o entendimento se faz.

Veja também: 5 dicas para melhorar sua interpretação de texto

Interpretação de textos no Enem

Para ser bem-sucedido(a) no Enem, o(a) candidato(a) deve ser capaz de interpretar textos literários e não literários, verbais e não verbais. Assim, as questões buscam comprovar o entendimento profundo do texto lido.

Às vezes, também busca, a partir do texto, verificar se o(a) candidato(a) possui conhecimentos linguísticos e literários variados, como noções de gêneros e tipos textuais, figuras de linguagem, estilos de época etc

Veja esta questão do Enem de 2019:

VERÍSSIMO, L. F. As cobras em: *se Deus existe que eu seja atingido por um raio. Porto Alegre: L & PM, 2000.*

No que diz respeito ao uso de recursos expressivos em diferentes linguagens, o cartum produz humor brincando com a

A) caracterização da linguagem utilizada em uma esfera de comunicação específica.

B) deterioração do conhecimento científico na sociedade contemporânea.

C) impossibilidade de duas cobras conversarem sobre o universo.

D) dificuldade inerente aos textos produzidos por cientistas.

E) complexidade da reflexão presente no diálogo

Diferenças entre interpretação e compreensão de textos

Alguns pesquisadores consideram "compreensão" e "interpretação" como uma coisa só. Já outros entendem que esses termos não são apenas sinônimos, mas que possuem diferenças entre si. É o caso do linguista Vilson J. Leffa, o qual defende que "compreender é relacionar", pois cada texto é "um quebra-cabeça que precisa ser montado".

Assim, a compreensão depende do(s) contexto(s), de forma que o sentido, no processo de leitura, só é alcançado a partir da interação entre o texto e o(a) leitor(a). Porém, o(a) leitor(a) conta com seu conhecimento de mundo, além de seu conhecimento linguístico, para "montar o quebra-cabeça", de forma rápida, instantânea e inconsciente.

Segundo Leffa, interpretar "é explicar para o leitor de que modo cada quebra-cabeça pode ser montado". Assim, a interpretação seria um processo consciente, associado ao ato de explicar o texto. Então, para sermos mais claros, a compreensão seria ler e

entender um texto. Mas a interpretação seria explicar o objetivo desse texto, o motivo de ele ter sido produzido.

Exercícios resolvidos sobre interpretação de textos

Questão 1 - (Enem)

A porca e os sete leitões

É um mito que está desaparecendo, pouca gente o conhece. É provável que a geração infantil atual o conheça. (Em nossa infância em Botucatu, ouvimos falar que aparecia atrás da igreja de São Benedito no largo do Rosário.) Aparece atrás das igrejas antigas. Não faz mal a ninguém, pode-se correr para apanhá-la com seus bacorinhos que não se conseguirá. Desaparecem do lugar costumeiro da aparição, a qual só se dá à noite, depois de terem "cumprido a sina".

Em São Luís do Paraitinga, informaram que se a gente atirar contra a porca, o tiro não acerta. Ninguém é dono dela e por muitos anos apareceu atrás da igreja de Nossa Senhora das Mercês, na cidade onde nasceu Oswaldo Cruz.

ARAÚJO, A. M. Folclore nacional I: festas, bailados, mitos e lendas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Os mitos são importantes para a cultura porque, entre outras funções, auxiliam na composição do imaginário de um povo por meio da linguagem. Esse texto contribui com o patrimônio cultural brasileiro porque

A) preservar uma história da tradição oral.

B) confirmar a veracidade dos fatos narrados.

C) identifica a origem de uma história popular.

D) apresenta as diferentes visões sobre a aparição.

E) reforço Questão ***2 - (Enem)***

As atrizes

Naturalmente

Ela sorria

Mas não me dava trela

Trocava a roupa

Na minha frente

E ia bailar sem mais aquela

Escolhia qualquer um

Lançava olhares

Debaixo do meu nariz

Dançava colada

Em novos pares

Com um pé atrás

Com um pé a fim

Surgiram outras

Naturalmente

Sem nem olhar a minha cara

Tomavam banho

Na minha frente

Para sair com outro cara

Porém nunca me importei

Com tais amantes

[...]

Com tantos filmes

Na minha mente

É natural que toda atriz

Presentemente representa

Muito para mim

CHICO BUARQUE. Carioca. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2006 (fragmento).

Na canção, Chico Buarque trabalha uma determinada função da linguagem para marcar a subjetividade do eu lírico ante as atrizes que ele admira. A intensidade dessa admiração está marcada em

A) "Naturalmente/ Ela sorria/ Mas não me dava trela".

B) "Tomavam banho/ Na minha frente/ Para sair com outro cara".

C) "Surgiram outras/ Naturalmente/ Sem nem olhar a minha cara".

D) “Escolhia qualquer um/ Lançava olhares/ Debaixo do meu nariz”.

E) “É natural que toda atriz/ Presentemente representa/ Muito para mim”.

a necessidade de registro das narrativas folclóricas.

A interpretação de texto é o elemento-chave para o resultado acadêmico, eficiência na solução de exercícios e mesmo na compreensão de situações do dia a dia.

Além de uma leitura mais atenta e conhecimento prévio sobre o assunto, o elemento de fundamental importância para interpretar e compreender corretamente um texto é ter o domínio da língua.

E mesmo dominando a língua é muito importante ter um dicionário por perto. Isso porque ninguém conhece o significado de todas as palavras e é muito difícil interpretar um texto desconhecendo certos termos.

Finalmente, o mais importante: leia! Somente a prática da leitura facilitará a sua capacidade de compreensão e interpretação de textos. Estas são 7 dicas que vão te mostrar como interpretar um texto!

1. Leia todo o texto pausadamente

O primeiro contato com o texto é muito importante. É nesse momento que você vai saber qual o assunto tratado e qual a posição do seu autor.

Leia devagar e sem interromper a leitura.

2. Releia o texto e marque todas as palavras que não sabe o significado

Agora que você já sabe qual é o assunto, na segunda leitura você dará início a uma fase mais detalhada.

Na existência de palavras desconhecidas, anote em um rascunho ou sublinhe no próprio texto.

3. Veja o significado de cada uma delas no dicionário e anote

Consulte o dicionário e anote os sinônimos ou a explicação do seu sentido. Releia o texto substituindo as palavras desconhecidas por aquelas que você já conhece.

Isso não só ajuda a entender um texto em específico, como também aumenta o seu vocabulário.

4. Separe os parágrafos do texto e releia um a um fazendo o seu resumo

Separe o texto em parágrafos. À medida que lê, utilize um rascunho para fazer um resumo daquilo que leu.

A partir daí você está exercitando a sua capacidade em compreender a leitura.

Resume aquilo que leu. Agregar ao texto ideias precipitadas não demonstra concentração, e isso pode levar você a divagar no assunto e, inclusive, tirar conclusões erradas.

5. Elabore uma pergunta para cada parágrafo e responda

Ler pode ser uma atitude passiva, mas quando você experimenta usar o texto fazendo perguntas sobre ele e respondendo, absorve melhor o teor das suas palavras e os seus significados.

Nesse momento você poderá perceber que, afinal, ainda havia muita coisa para entender.

6. Questione a forma usada para escrever

Questione o motivo pelo qual o autor usou determinada forma para se expressar. Qual teria sido a sua intenção para escrever assim e não de outro modo?

E a palavras utilizadas, será que elas indicam alguma coisa?

7. Faça um novo texto com as suas palavras, mas siga as ideias do autor

Assinale as ideias principais e se certifique que as inclui no texto. Escrever o mesmo, mas com as suas palavras é uma prova de que entendeu aquilo que leu.

No final, certifique-se de que não "colocou palavras na boca do autor", dizendo algo que não foi mencionado no texto por ele.

Questão 1

(Fuvest - 2014) A civilização "pós-moderna" culminou em um progresso inegável, que não foi percebido antecipadamente, em sua inteireza. Ao mesmo tempo, o "mau uso" da ciência, da tecnologia e da capacidade de invenção nos precipitou na miséria moral inexorável. Os que condenam a ciência, a tecnologia e a invenção criativa por essa miséria ignoram os desafios que explodiram com o capitalismo monopolista de sua terceira fase.

Em páginas secas premonitórias, E. Mandel 1 apontará tais riscos. O "livre jogo do mercado" (que não é e nunca foi "livre") rasgou o ventre das vítimas: milhões de seres humanos nos países ricos e uma carrada maior de milhões nos países pobres. O centro acabou fabricando a sua periferia intrínseca e apossou-se, como não sucedeu nem sob o regime colonial direto, das outras periferias externas, que abrangem quase todo o resto do mundo".

1: Ernest Ezra Mandel (1923-1995): economista e militante político belga.

O emprego de aspas em uma dada expressão pode servir, inclusive, para indicar que ela

I. foi utilizada pelo autor com algum tipo de restrição;
II. pertence ao jargão de uma determinada área do conhecimento;
III. contém sentido pejorativo, não assumido pelo autor.

Considere as seguintes ocorrências de emprego de aspas presentes no texto:

A. "pós-moderna" (L. 1);
B. "mau uso" (L. 2);
C. "livre jogo do mercado" (L.6);
D. "livre" (L. 7);
E. "resto do mundo" (L. 9).

As modalidades I, II e III de uso de aspas, elencadas acima, verificam-se, respectivamente, em

A, C e E

b) B, C e D

c) C, D e E

d) A, B e E

e) B, D e A

Alternativa correta: a) A, C e E

O uso das aspas no texto indicam algumas intenções do autor:

"Pós-moderna": o autor entende que ainda existem algumas restrições sobre o uso desse termo, seja por ser incerto ou pouco aceito pela comunidade acadêmica. O termo pós-moderno indica uma fase que começou após o modernismo, no entanto, alguns autores se referem a esse momento por "contemporaneidade".

"Livre jogo do mercado": as aspas aqui foram usadas pois essa é uma expressão usada na área da economia e, portanto, trata-se de um jargão. Ela indica a liberdade do mercado em atuar sem intervenção do estado.

"Resto do mundo": o autor usou aspas nessa expressão para indicar que existe um caráter pejorativo nela do qual ele não compartilha, ou seja, não concorda.

Questão 2

(Enem - 2012) "Ele era o inimigo do rei", nas palavras de seu biógrafo, Lira Neto. Ou, ainda, "um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil". Assim era José de Alencar (1829-1877), o conhecido autor de O guarani e Iracema, tido como o pai do romance no Brasil.

Além de criar clássicos da literatura brasileira com temas nativistas, indianistas e históricos, ele foi também folhetinista, diretor de jornal, autor de peças de teatro, advogado, deputado federal e até ministro da Justiça. Para ajudar na descoberta das múltiplas facetas desse personagem do século XIX, parte de seu acervo inédito será digitalizada.

História Viva, n.° 99, 2011.

Com base no texto, que trata do papel do escritor José de Alencar e da futura digitalização de sua obra, depreende-se que

a) a digitalização dos textos é importante para que os leitores possam compreender seus romances.
b) O conhecido autor de O guarani e Iracema foi importante porque deixou uma vasta obra literária com temática atemporal.

c) A divulgação das obras de José de Alencar, por meio da digitalização, demonstra sua importância para a história do Brasil Imperial.
d) a digitalização dos textos de José de Alencar terá importante papel na preservação da memória linguística e da identidade nacional.
e) o grande romancista José de Alencar é importante porque se destacou por sua temática indianista.

Alternativa correta: a digitalização dos textos de José de Alencar terá importante papel na preservação da memória linguística e da identidade nacional.

A importância de José de Alencar (1829-1877) não se limita somente ao Brasil Imperial (1822-1889). Escritor multifacetado, ele atuou como jornalista, crítico, advogado, dramaturgo e político, sendo uma das figuras mais importantes da literatura romântica nacional.

Por esse motivo, a digitalização de suas obras, sem dúvida, fortalecerá a preservação da memória linguística e da identidade nacional, tornando público seus escritos.

Questão 3

(Enem - 2012) A substituição do haver por ter em construções existenciais, no português do Brasil, corresponde a um dos processos mais característicos da história da língua portuguesa, paralelo ao que já ocorrera em relação à aplicação do domínio de ter na área semântica de "posse", no final da fase arcaica.

Mattos e Silva (2001:136) analisa as vitórias de ter sobre haver e discute a emergência de ter existencial, tomando por base a obra pedagógica de João de Barros. Em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontram-se evidências, embora raras, tanto de ter "existencial", não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica, quanto de haver como verbo existencial com concordância, lembrado por Ivo Castro, e anotado como "novidade" no século XVIII por Said Ali.

Como se vê, nada é categórico e um purismo estreito só revela um conhecimento deficiente da língua. Há mais perguntas que respostas. Pode-se conceber uma norma única e prescritiva? É válido confundir o bom uso e a norma com a própria língua e dessa forma fazer uma avaliação crítica e hierarquizante de outros usos e, através deles, dos usuários? Substitui-se uma norma por outra?

CALLOU, D. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado, In: Cadernos de Letras da UFF, n.° 36, 2008. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 26 fev. 2012 (adaptado).

Para a autora, a substituição de "haver" por "ter" em diferentes contextos evidencia que

a) o estabelecimento de uma norma prescinde de uma pesquisa histórica.
b) Os estudos clássicos de sintaxe histórica enfatizam a variação e a mudança na língua.
c) a avaliação crítica e hierarquizante dos usos da língua fundamenta a definição da norma.
d) A adoção de uma única norma revela uma atitude adequada para os estudos linguísticos.
e) os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.

Ver Resposta ☐

Alternativa correta: e) os comportamentos puristas são prejudiciais à compreensão da constituição linguística.

Na opinião da autora, o purismo da língua traz consequências que dificultam a compreensão linguística e, por isso, são prejudiciais. Esse purismo está relacionado com a hierarquização dos usos da língua que gera preconceito linguístico entre os falantes.

Questão 4

(UERJ - 2016/1) "Todo abacate é verde. O incrível Hulk é verde. O incrível Hulk é um abacate."

Todo argumento pode se tornar um sofisma: um raciocínio errado ou inadequado que nos leva a conclusões falsas ou improcedentes.

O último parágrafo do texto é um exemplo de sofisma, considerando que, da constatação de que todo abacate é verde, não se pode deduzir que só os abacates têm cor verde.

Esse é o tipo de sofisma que adota o seguinte procedimento:

a) enumeração incorreta
b) generalização indevida

c) representação imprecisa

d) exemplificação inconsistente

Ver Resposta

Alternativa correta: b) generalização indevida

No caso de generalização indevida, chega-se a uma conclusão geral precipitada a partir de uma situação particular, cuja amostra analisada é muito pequena, não sendo possível sustentar uma generalização.

No exemplo acima ocorreu isso, o que gerou um erro de lógica, uma vez que a generalização criada não pode ser utilizada em todos os casos possíveis.

Questão 5

(ETEC - 2017/1) "Em um mundo marcado por conflitos em diferentes regiões, as operações de manutenção da paz das Nações Unidas são a expressão mais visível do compromisso solidário da comunidade internacional com a promoção da paz e da segurança.

Embora não estejam expressamente mencionadas na Carta da ONU, elas funcionam como instrumento para assegurar a presença dessa organização em áreas conflagradas, de modo a incentivar as partes em conflito a superar suas disputas por meio pacífico – razão pela qual não devem ser vistas como forma de intervenção armada."

Acesso em: 26.08.2016. Adaptado.

Historicamente, o Brasil enviou soldados para participar de operações de paz. Em 2004, foi criada pelo Conselho de Segurança da ONU a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah).

De acordo com o texto, essa missão foi criada para

a) restabelecer a segurança e normalidade institucional do Haiti após sucessivos episódios de turbulência política e de violência, que marcaram esse país no início do século XXI.

b) atacar os garimpos ilegais de diamantes no interior do Haiti, que usavam mão de obra infantil nas minas onde esse minério é encontrado.

c) combater o narcotráfico comandado pelo Cartel de Medellín, que a partir do Haiti distribuía drogas para todos os países da América Latina.

d) acabar com os problemas ambientais crônicos no Haiti, pois esse país era o principal responsável pela poluição ambiental no Caribe.
e) extinguir a rede de trabalho escravo existente no Haiti, que utilizava esse tipo de mão de obra nas plantações de soja e trigo.

Ver Resposta

Alternativa correta: a) restabelecer a segurança e normalidade institucional do Haiti após sucessivos episódios de turbulência política e de violência, que marcaram esse país no início do século XXI.

Segundo o texto, a ONU (Organização das Nações Unidas) tem como compromisso amenizar as disputas entre algumas regiões e trazer paz e segurança aos locais envolvidos em conflitos.

Da mesma forma, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) tem como intuito restabelecer a segurança do local, depois de anos de conflitos e episódios de violência.

Questão 6

(Fatec - 2013) Leia o texto para responder às questões.

O labirinto dos manuais

Há alguns meses troquei meu celular. Um modelo lindo, pequeno, prático. Segundo a vendedora, era capaz de tudo e mais um pouco. Fotografava, fazia vídeos, recebia e-mails e até servia para telefonar. Abri o manual, entusiasmado. "Agora eu aprendo", decidi, folheando as 49 páginas. Já na primeira, tentei executar as funções. Duas horas depois, eu estava prestes a roer o aparelho. O manual tentava prever todas as possibilidades. Virou um labirinto de instruções!

Na semana seguinte, tentei baixar o som da campainha. Só aumentava. Buscava o vibracall, não achava. Era só alguém me chamar e todo mundo em torno saía correndo, pensando que era o alarme de incêndio! Quem me salvou foi um motorista de táxi.

— Manual só confunde – disse didaticamente. – Dá uma de curioso.

Insisti e finalmente descobri que estava no vibracall há meses! O único problema é que agora não consigo botar a campainha de volta!

Atualmente, estou de computador novo. Fiz o que toda pessoa minuciosa faria. Comprei um livro. Na capa, a promessa: "Rápido e fácil" – um guia prático, simples e colorido! Resolvi: "Vou seguir cada instrução, página por página. Do que adianta ter um supercomputador se não sei usá-lo?". Quando cheguei à página 20, minha cabeça latejava. O livro tem 342! Cada vez que olho, dá vontade de chorar! Não seria melhor gastar o tempo relendo Guerra e Paz?*

Tudo foi criado para simplificar. Mas até o microondas ficou difícil. A não ser que eu queira fazer pipoca, que possui sua tecla própria. Mas não posso me alimentar só de pipoca! Ainda emagreci... E o fax com secretária eletrônica? O anterior era simples. Eu apertava um botão e apagava as mensagens. O atual exige que eu toque em um, depois em outro para confirmar, e de novo no primeiro! Outro dia, a luzinha estava piscando. Tentei ouvir a mensagem. A secretária disparou todas as mensagens, desde o início do ano!

Sei que para a garotada que está aí tudo parece muito simples. Mas o mundo é para todos, não é? Talvez alguém dê aulas para entender manuais! Ou o jeito seria aprender só aquilo de que tenho realmente necessidade, e não usar todas as funções. É o que a maioria das pessoas acaba fazendo!

(Walcyr Carrasco, Veja SP, 19.09.2007. Adaptado)

** Livro do escritor russo Liev Tolstoi. Com mais de mil páginas e centenas de personagens, é considerada uma das maiores obras da história da literatura.*

Pelos comentários feitos pelo narrador, pode-se concluir corretamente que

a) a leitura de obras-primas da literatura é atividade mais produtiva do que utilizar celulares e computadores.
b) os manuais a qual diversas instruções os usuários não conseguem compreender e pôr em prática são improdutivos.
c) a vendedora foi convincente, pois o narrador comprou o celular, embora duvidasse das qualidades prometidas pelo aparelho.
d) o manual sobre computadores, ao contrário de outros do gênero, cumpria a promessa assumida nos dizeres impressos na capa.
e) os jovens deveriam ensinar computação aos mais velhos, pois, dessa forma, estes últimos entendem as funções básicas do equipamento.

Ver Resposta ☐

Alternativa correta: b) os manuais cujas instruções os usuários não conseguem compreender e pôr em prática são improdutivos.

Segundo o texto, os manuais de instruções dos aparelhos mais confundem do que ajudam e, por isso, são indicados como "labirintos" onde as pessoas se perdem.

2) Analise as afirmações sobre trechos do texto e assinale a correta.

a) Em – Há alguns meses, troquei meu celular. –, o verbo haver indica tempo decorrido e pode ser substituído, corretamente, por Fazem.
b) Em – Fotografava, fazia vídeos, recebia e-mails e até servia para telefonar. –, o termo em destaque expressa a ideia de exclusão.
c) Em – Virou um labirinto de instruções! –, o termo em destaque foi empregado em sentido figurado, indicando confusão, incompreensibilidade.
d) Em – Fiz o que toda pessoa minuciosa faria. –, o termo em destaque pode ser substituído, corretamente e sem alteração do sentido do texto, por limitada.
e) Em – Mas não posso me alimentar só de pipoca! –, a conjunção em destaque expressa a ideia de comparação.

Ver Resposta ☐

Alternativa correta: c) Em – Virou um labirinto de instruções! –, o termo em destaque foi empregado em sentido figurado, indicando confusão, incompreensibilidade.

O termo "labirinto" foi utilizado no texto em seu sentido figurado (ou conotativo) indicando algo complexo e que causa confusão, tal qual um labirinto.

Questão 7

(Fuvest - 2013) A essência da teoria democrática é a supressão de qualquer imposição de classe, fundada no postulado ou na crença de que os conflitos e problemas humanos – econômicos, políticos, ou sociais – são solucionáveis pela educação, isto é, pela cooperação voluntária, mobilizada pela opinião pública esclarecida. Está claro que essa opinião pública terá de ser formada à luz dos melhores conhecimentos existentes e, assim, a pesquisa científica nos campos das ciências naturais e das chamadas ciências sociais deverá se fazer a mais ampla, a mais vigorosa, a mais livre, e a difusão desses conhecimentos, a mais completa, a mais imparcial e em termos que os tornem acessíveis a todos.

(Anísio Teixeira, Educação é um direito. Adaptado.)

No trecho “chamadas ciências sociais”, o emprego do termo “chamadas” indica que o autor

a) vê, nas “ciências sociais”, uma panaceia, não uma análise crítica da sociedade.

b) considera utópicos os objetivos dessas ciências.

c) prefere a denominação “teoria social” à denominação “ciências sociais”.

d) discorda dos pressupostos teóricos dessas ciências.

e) utiliza com reserva a denominação “ciências sociais”.

Ver Resposta

Alternativa correta: e) utiliza com reserva a denominação “ciências sociais”.

Ao utilizar a palavra “chamadas” antes de “ciências sociais”, o autor do texto evita a generalização do termo, utilizando-o com reserva.

Questão 8

(Unesp - 2010)

Texto 1

Porque morrer é uma ou outra destas duas coisas: ou o morto não tem absolutamente nenhuma existência, nenhuma consciência do que quer que seja, ou, como se diz, a morte é precisamente uma mudança de existência e, para a alma, uma migração deste lugar para um outro. Se, de fato, não há sensação alguma, mas é como um sono, a morte seria um maravilhoso presente. [...] Se, ao contrário, a morte é como uma passagem deste para outro lugar, e, se é verdade o que se diz que lá se encontram todos os mortos, qual o bem que poderia existir, ó juízes, maior do que este? Porque, se chegarmos ao Hades, libertando-nos destes que se vangloriam serem juízes, havemos de encontrar os verdadeiros juízes, os quais nos diria que fazem justiça acolá: Minos e Radamante, Éaco e Triptolemo, e tantos outros deuses e semideuses que foram justos na vida; seria então essa viagem uma viagem de se fazer pouco caso? Que preço não seriam capazes de pagar, para conversar com Orfeu, Museu, Hesíodo e Homero?

(Platão. Apologia de Sócrates, 2000.)

Texto 2

Ninguém sabe quando será seu último passeio, mas agora é possível se despedir em grande estilo. Uma 300C Touring, a versão perua do sedã de luxo da Chrysler, foi transformada no primeiro carro funerário customizado da América Latina. A mudança

levou sete meses, custou R$160 mil e deixou o carro com oito metros de comprimento e 2 340 kg, três metros e 540 kg além da original. O Funeral Car 300C tem luzes piscantes na já imponente dianteira e enormes rodas, de aro 22, com direito a pequenos caixões estilizados nos raios. Bandeiras nas pontas do capô, como nos carros de diplomatas, dão um toque refinado. Com o chassi mais longo, o banco traseiro foi mantido para familiares acompanharem o cortejo dentro do carro. No encosto dos dianteiros, telas exibem mensagens de conforto. O carro faz parte de um pacote de cerimonial fúnebre que inclui, além do cortejo no Funeral Car 300C, serviços como violinistas e revoada de pombas brancas no enterro.

(Funeral tunado. Folha de S.Paulo, 28.02.2010.)

Confrontando o conteúdo dos dois textos, pode-se afirmar que:

a) Embora os dois textos transmitam concepções divergentes acerca da morte, eles tratam de visões concernentes à mesma época, a saber, a sociedade atual.
b) sob o ponto de vista filosófico, não há diferenças qualitativas entre uma e outra concepção sobre a morte.
c) os comentários do texto grego sobre a morte são coerentes com uma filosofia de forte valorização do corpo em detrimento da alma, e do mundo sensível sobre o mundo inteligível.
d) O texto de Platão evidencia uma cultura monoteísta, enquanto que o segundo é politeísta.
e) Enquanto no primeiro texto transparece a dignidade metafísica da morte, no segundo sugere-se a conversão do funeral em espetáculo da sociedade de consumo.

Ver Resposta

Alternativa correta: e) enquanto no primeiro texto transparece a dignidade metafísica da morte, no segundo sugere-se a conversão do funeral em espetáculo da sociedade de consumo.

A partir da leitura dos textos, fica claro que a morte é o tema principal, porém é abordada de maneiras diferentes.

Assim, no primeiro texto temos a morte como a passagem do mundo terreno ao espiritual; enquanto no segundo, o foco está no espetáculo do consumo, evocado por um "carro faz que parte de um pacote de ceremonial fúnebre".

Questão 9

(Enem - 2013)

Adolescentes: mais altos, gordos e preguiçosos

A oferta de produtos industrializados e a falta de tempo têm sua parcela de responsabilidade no aumento da silhueta dos jovens. "Os nossos hábitos alimentares, de modo geral, mudaram muito", observa Vivian Ellinger, presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), no Rio de Janeiro. Pesquisas mostram que, aqui no Brasil, estamos exagerando no sal e no açúcar, além de tomar pouco leite e comer menos frutas e feijão.

Outro pecado, velho conhecido de quem exibe excesso de gordura por causa da gula, surge como marca da nova geração: a preguiça. "Cem por cento das meninas que participam do Programa não praticavam nenhum esporte", revela a psicóloga Cristina Freire, que monitora o desenvolvimento emocional das voluntárias.

Você provavelmente já sabe quais são as consequências de uma rotina sedentária e cheia de gordura. "E não é novidade que os obesos têm uma sobrevida menor", acredita Claudia Cozer, endocrinologista da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Mas, se há cinco anos os estudos projetavam um futuro sombrio para os jovens, no cenário atual as doenças que viriam na velhice já são parte da rotina deles. "Os adolescentes já estão sofrendo com hipertensão e diabete", exemplifica Claudia.

DESGUALDO, P. Revista Saúde. Disponível em: http://saude.abril.com.br. Acesso em: 28 jul. 2012 (adaptado).

Sobre a relação entre os hábitos da população adolescente e as suas condições de saúde, as informações apresentadas no texto indicam que

a) a falta de atividade física somada a uma alimentação nutricionalmente desequilibrada constituem fatores relacionados ao aparecimento de doenças crônicas entre os adolescentes.
b) a diminuição do consumo de alimentos fontes de carboidratos combinada com um maior consumo de alimentos ricos em proteínas contribuíram para o aumento da obesidade entre os adolescentes.
c) a maior participação dos alimentos industrializados e gordurosos na dieta da população adolescente tem tornado escasso o consumo de sais e açúcares, o que prejudica o equilíbrio metabólico.

d) a ocorrência de casos de hipertensão e diabetes entre os adolescentes advém das condições de alimentação, enquanto que na população adulta os fatores hereditários são preponderantes.
e) a prática regular de atividade física é um importante fator de controle da diabetes entre a população adolescente, por provocar um constante aumento da pressão arterial sistólica.

Ver Resposta ☐

Alternativa correta: a) a falta de atividade física somada a uma alimentação nutricionalmente desequilibrada constituem fatores relacionados ao aparecimento de doenças crônicas entre os adolescentes.

Com a leitura do texto, fica claro entender que a intenção da autora é alertar para os hábitos pouco ou nada saudáveis dos jovens da atualidade.

Destacam-se o consumo dos alimentos pobres em nutrientes e a falta de práticas diárias de exercícios físicos, o que leva ao sedentarismo e, consequentemente, ao surgimento de doenças crônicas.

Questão 10

(UERJ - 2016)

h

A última fala da tirinha causa um estranhamento, porque assinala a ausência de um elemento fundamental para a instalação de um tribunal: a existência de alguém que esteja sendo acusado.

Essa fala sugere o seguinte ponto de vista do autor em relação aos usuários da internet:

a) proferem veredictos fictícios sem que haja legitimidade do processo
b) configuram julgamentos vazios ainda que existam crimes comprovados
c) emitem juízos sobre os outros mas não se veem na posição de acusados
d) apressam-se em opiniões superficiais mesmo que possuam dados concretos

Ver Resposta

Alternativa correta: c) emitem juízos sobre os outros mas não se veem na posição de acusados

Com a expansão da internet e das redes sociais é muito comum hoje em dia se deparar com discussões e opiniões de pessoas que julgam as outras sem fundamentação.

Na tirinha, o estranhamento é causado justamente pela falta de uma das principais figuras de um tribunal: o réu, que significa o acusado da sentença. Assim, existem muitos juízes, porém faltam muitos réus.

Questão 11

(Enem - 2017)

Os textos publicitários são produzidos para cumprir determinadas funções comunicativas. Os objetivos desse cartaz estão voltados para a conscientização dos brasileiros sobre a necessidade de

a) as crianças frequentarem a escola regularmente.
b) a formação leitora começa na infância.
c) a alfabetização acontecer na idade certa.
d) a literatura ter o seu mercado consumidor ampliado.
das escolas desenvolverem campanhas a favor da leitura.

Ver Resposta

Alternativa correta: b) a formação leitora começa na infância.

A partir da análise e leitura do cartaz é possível entender sua mensagem principal: a importância da leitura na educação infantil.

Questão 12

(UEA - 2017) Leia o trecho de Quincas Borba, de Machado de Assis:

E enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor; é a perfeição universal. Tudo chorando seria monótono, tudo rindo cansativo; mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas, soluços e sarabandas, acaba por trazer à alma do mundo a variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida.

(Quincas Borba, 1992.)

1 polca: tipo de dança.
2 sarabanda: tipo de dança.

De acordo com o narrador,

a) Os erros do passado não afetam o presente.
b) a existência é marcada por antagonismos.
c) a sabedoria está em perseguir a felicidade.
d) cada instante vivido deve ser festejado.
e) os momentos felizes são mais raros que os tristes.

Ver Resposta

Alternativa correta: b) a existência é marcada por antagonismos.

A partir da leitura do trecho de Quincas Borba, fica claro que a vida é marcada por diferentes antagonismos ou oposições (chora e ri), e isso é o que denota seu equilíbrio.

Questão 13

(Unesp - 2011)

O fim do marketing
A empresa vende ao consumidor
— com a web não é mais assim

Com a internet se tornando onipresente, os Quatro Ps do marketing — produto, praça, preço e promoção — não funcionam mais. O paradigma era simples e unidirecional: as empresas vendiam aos consumidores. Nós criamos produtos; fixamos preços; definimos os locais onde vendê-los; e fazemos anúncios. Nós controlamos a mensagem. A internet transforma todas essas atividades.

(...)

Os produtos agora são customizados em massa, envolvem serviços e são marcados pelo conhecimento e os gostos dos consumidores. Por meio de comunidades online, os

consumidores hoje participam do desenvolvimento do produto. Produtos estão se tornando experiências. Estão mortas as velhas concepções industriais na definição e marketing de produtos.

(...)

Graças às vendas online e à nova dinâmica do mercado, os preços fixados pelo fornecedor estão sendo cada vez mais desafiados. Hoje questionamos até o conceito de "preço", à medida que os consumidores ganham acesso a ferramentas que lhes permitem determinar quanto querem pagar. Os consumidores vão oferecer vários preços por um produto, dependendo de condições específicas. Compradores e vendedores trocam mais informações e o preço se torna fluido. Os mercados, e não as empresas, decidem sobre os preços de produtos e serviços.

(...)

A empresa moderna compete em dois mundos: um físico (a praça, ou marketplace) e um mundo digital de informação (o espaço mercadológico, ou marketspace). As empresas não devem preocupar-se com a criação de um web site vistoso, mas sim de uma grande comunidade online e com o capital de relacionamento. Corações, e não olhos, são o que conta. Dentro de uma década, a maioria dos produtos será vendida no espaço mercadológico. Uma nova fronteira de comércio é a market face — a interface entre o marketplace e o marketspace.

(...)

Publicidade, promoção, relações públicas etc. exploram "mensagens" unidirecionais, de um-para-muitos e de tamanho único, dirigidas a consumidores sem rosto e sem poder. As comunidades online perturbam drasticamente esse modelo. Os consumidores com frequência têm acesso a informações sobre os produtos, e o poder passa para o lado deles. São eles que controlam as regras do mercado, não você. Eles escolhem o meio e a mensagem. Em vez de receber mensagens enviadas por profissionais de relações públicas, eles criam a "opinião pública" online.

Os marqueteiros estão perdendo o controle, e isso é muito bom.

(Don Tapscott. O fim do marketing. INFO, São Paulo, Editora Abril, janeiro 2011, p. 22.)

A leitura atenta deste instigante artigo de Don Tapscott revela que o tema central de sua mensagem é:

a) O advento do comércio via internet subverteu as teorias tradicionais de marketing.

b) O comércio via internet confira todas as teorias de publicidade e marketing vigentes.

c) A aplicação dos princípios tradicionais de marketing se tornou vital para o sucesso do comércio online.

d) O comércio realizado em lojas físicas é ainda preferível ao realizado online.

e) A lei da oferta e da procura não influencia de nenhum modo o comércio via internet.

Ver Resposta

Alternativa correta: a) O advento do comércio via internet subverteu as teorias tradicionais de marketing.

A partir da leitura do texto, podemos compreender que a internet foi uma das maiores influenciadoras nas mudanças de comportamento dos consumidores.

Com isso, as teorias associadas ao marketing, antes consideradas modernas, hoje em dia se tornaram obsoletas com o aumento de consumidores on-line.

Questão 14

(PUC-SP)

(...) Da garrafa estilhaçada, no ladrilho já sereno escorre uma coisa espessa que é leite, sangue... não sei. Por entre objetos confusos, mal redimidos da noite, duas cores se procuram, suavemente se tocam, amorosamente se enlaçam, formando um terceiro tom a que chamamos aurora.

(Carlos Drummond de Andrade)

No fragmento anterior, Carlos Drummond de Andrade constrói, poeticamente, a aurora. O que permite visualizar este momento do dia corresponde:

a) a objetos confusos mal redimidos da noite.

b) à garrafa estilhaçada e ao ladrilho sereno.

c) à aproximação suave de dois corpos.

d) ao enlace amoroso de duas cores.

e) ao fluir espesso do sangue sobre o ladrilho.

Ver Resposta

Alternativa correta: d) ao enlace amoroso de duas cores.

Com a leitura do trecho acima, compreendemos que a descrição feita pelo escritor é a respeito da aurora, ou seja, o momento do nascer do sol em que observamos uma mistura de cores com a saída da noite e chegada do dia.

Questão 15

(Vunesp - 2014)

A vida dá voltas

Sou um tipo meio fatalista. Acho que a vida dá voltas. Um amigo meu, Luís, casou-se com Cláudia, uma mulher egoísta. Ele era filho único, de mãe separada e sem pensão. Durante algum tempo, a mãe de Luís foi sustentada pelo próprio tio, um solteirão. Quando este faleceu, começaram as brigas domésticas: Cláudia não admitia que Luís desse dinheiro à mãe. Ele era um rapaz de classe média. Por algum tempo, arrumou trabalhos extras para ajudar a idosa.

Convencido pela esposa, ele mudou-se para longe. Visitava a mãe uma vez por ano. Para se livrar da questão financeira, Luís convenceu a mãe a vender o apartamento. Durante alguns anos, ela viveu desse dinheiro. Muitas vezes, lamentava a falta do filho, mas o que fazer? Luís, sempre tão ocupado, viajando pelo mundo todo, não tinha tempo disponível. Na casa da mãe, faltou até o essencial. E ela faleceu sozinha.

O tempo passou. Hoje, Luís, antes um profissional disputado, está desempregado. Foi obrigado a se instalar com a família na casa dos sogros, onde é atormentado diariamente. A filha de Luís e Cláudia cresceu e saiu de casa. Quer seguir seu próprio rumo!

Luís não tem renda, nem bens. Está quase se divorciando. Ficou fora do mercado de trabalho. O que vai acontecer? A filha cuidará dele? Tenho dúvidas, porque ele não a ensinou com seu próprio exemplo.

A vida é um eterno ciclo afetivo. Em uma época todos nós éramos filhos. Em outra, tornamo-nos pais: é a nossa vez de cuidar de quem cuidou de nós.

(Walcyr Carrasco. http://vejasp.abril.com.br. Acesso em 30.12.2013. Adaptado)

Considerando o último parágrafo do texto, pode-se afirmar que a relação entre pais e filhos deve ser baseada

a) no medo.

b) na persistência.

c) na expectativa.

d) na esperança.

e) na troca.

Ver Resposta

Alternativa correta: e) na troca.

Considerando o último parágrafo do texto, o autor deixa claro que a vida é um ciclo, onde um dia nossos pais são os cuidadores e, no outro, somos nós que assumimos esse papel. Assim, temos expressa a ideia de retribuição, de troca.

Questão 16

(FCC-2013)

esta vida é uma viagem
pena eu estar
só de passagem

(Paulo Leminski, La Vie em close. 5a ed. S.Paulo: Brasiliense, 2000, p.134)

No poema de apenas três versos, o poeta lamenta-se

a) da fugacidade da vida.

b) demonstra preferir a vida espiritual à terrena.

c) revolta-se contra o seu destino.

d) sugere que a vida não tem sentido.

e) abomina a agitação da vida.

Ver Resposta

A organização textual e os modos discursivos de texto são conceitos importantes para compreender e produzir diferentes tipos de textos. A organização textual se refere à forma como um texto é estruturado, de acordo com o seu objetivo, gênero e público-alvo. Os modos discursivos de texto são as maneiras como o autor expressa o seu pensamento, usando diferentes recursos linguísticos e estilísticos. Existem quatro modos discursivos principais: narração, descrição, dissertação e injunção.

A narração é o modo discursivo que conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, cenários, ações, tempo e espaço. A narração é típica de textos literários, como contos, romances, crônicas e fábulas, mas também pode aparecer em textos

jornalísticos, históricos e biográficos. A narração pode ter diferentes focos narrativos, que indicam o ponto de vista do narrador: em primeira pessoa (narrador-personagem), em terceira pessoa (narrador-observador) ou em segunda pessoa (narrador-você).

A descrição é o modo discursivo que retrata as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, usando adjetivos, locuções adjetivas, comparações e enumerações. A descrição pode ser objetiva, quando se baseia em fatos concretos e observáveis, ou subjetiva, quando revela a impressão pessoal do autor ou do personagem. A descrição é comum em textos literários, científicos, técnicos e publicitários, mas também pode acompanhar outros modos discursivos, como a narração e a dissertação.

A dissertação é o modo discursivo que expõe e argumenta sobre um tema, apresentando ideias, fatos, opiniões, teses e provas. A dissertação pode ser expositiva, quando apenas informa e explica o assunto, ou argumentativa, quando defende um ponto de vista e tenta convencer o leitor. A dissertação é característica de textos acadêmicos, filosóficos, políticos e jurídicos, mas também pode ser encontrada em textos jornalísticos, críticos e opinativos.

A injunção é o modo discursivo que orienta, instrui, aconselha ou ordena o leitor a fazer algo, usando verbos no imperativo, no infinitivo ou no gerúndio, além de pronomes, advérbios e locuções que indicam modo, tempo e lugar. A injunção é própria de textos normativos, prescritivos e regulamentares, como leis, decretos, normas e estatutos, mas também de textos didáticos, educativos e publicitários, como manuais, receitas, bulas, cartazes e slogans.

Claro, eu posso te desafiar com alguns exercícios ao estilo de concurso sobre organização textual. Veja se você consegue responder às seguintes questões:

Leia o texto a seguir:

A pandemia de Covid-19 trouxe muitos desafios para a educação, especialmente para os estudantes que precisam se preparar para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com as escolas fechadas ou funcionando parcialmente, muitos alunos tiveram que recorrer a outras formas de estudo, como cursos online, videoaulas, podcasts e aplicativos. Mas será que esses recursos são suficientes para garantir um bom desempenho na prova?

Qual é o modo discursivo predominante nesse texto?

A) Narração B) Descrição C) Dissertação DE) Injunção

Leia o texto a seguir:

O Brasil é um país de dimensões continentais, com uma grande diversidade de paisagens, climas, culturas e povos. Em cada região, podemos encontrar diferentes formas de expressão artística, musical, literária e gastronômica, que refletem a riqueza e a pluralidade da nossa nação. Conhecer e valorizar essa diversidade é uma forma de fortalecer a nossa identidade e o nosso orgulho de ser brasileiro.

Qual é o tipo de texto predominante nesse texto?

A) Texto argumentativo B) Texto informativo C) Texto injuntivo E) Texto narrativo

Leia o texto a seguir:

Ingredientes

4 ovos

2 xícaras de açúcar

2 xícaras de farinha de trigo

1 xícara de leite

1 colher de sopa de fermento em pó

Modo de preparo

Bata as claras em neve e reserve.

Em uma tigela, bata as gemas, o açúcar e a margarina até formar um creme.

Adicione a farinha, o leite e o fermento e misture bem.

Por último, acrescente as claras em neve e mexa delicadamente.

Despeje a massa em uma forma untada e enfarinhada.

Leve ao forno pré-aquecido a 180ºC por cerca de 40 minutos ou até dourar.

Espere esfriar e desenforme.

Qual é o gênero textual predominante nesse texto?

A) Receita B) Manual C) Bula D) Cartaz

Organização discursiva é a forma como um texto se estrutura, de acordo com o seu objetivo, gênero e público-alvo. Existem diferentes modos de organização discursiva,

que são as maneiras como o autor expressa o seu pensamento, usando diferentes recursos linguísticos e estilísticos. Os principais modos de organização discursiva são:

Narração: conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, cenários, ações, tempo e espaço.

Descrição: retrata as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, usando adjetivos, locuções adjetivas, comparações e enumerações.

Dissertação: expõe e argumenta sobre um tema, apresentando ideias, fatos, opiniões, teses e provas.

Injunção: orienta, instrui, aconselha ou ordena o leitor a fazer algo, usando verbos no imperativo, no infinitivo ou no gerúndio, além de pronomes, advérbios e locuções que indicam modo, tempo e lugar.

Cada modo de organização discursiva tem suas próprias características, que podem variar conforme o tipo, o gênero e o estilo do texto. Alguns textos podem combinar mais de um modo de organização discursiva, dependendo da intenção comunicativa do autor.

Discurso Dissertativo de Caráter Científico

Observe:

a) A inflação corrói o salário do operário.

b) Eu afirmo que a inflação corrói o salário do operário.

Os dois enunciados acima pretendem transmitir o mesmo conteúdo : a inflação corrói o salário do operário. Há, no entanto, uma diferença entre eles. No primeiro, o enunciador (aquele que produz o enunciado) ausentou-se do enunciado, não colocando nele nem o “eu”, que indica aquele que fala, nem um verbo que significa o ato de dizer. No segundo, ao contrário , ao dizer “eu afirmo”, o enunciador inseriu-se no enunciado, explicitando quem é o responsável por sua produção. No primeiro caso , pretende-se criar um efeito de sentido de objetividade, pois se enfatizam as informações a serem transmitidas; no segundo ,o que se quer é criar um efeito de sentido de subjetividade, mostrando que a informação veiculada é o ponto de vista de um indivíduo sobre a realidade.

O discurso dissertativo de caráter científico deve ser elaborado de maneira a criar um efeito de objetividade, pois pretende dar destaque ao conteúdo das informações feitas (ao enunciado) e não à subjetividade de quem as proferiu (ao enunciador). Quer concentrar o debate nesse foco e por isso adota expedientes que, de um lado, procuram neutralizar a presença do enunciador nos enunciados e, de outro, põem em destaque os enunciados, como se substituíssem por si mesmos.

Coesão e coerência

São dois conceitos importantes para a produção e a compreensão de textos. Eles estão relacionados à forma como as palavras, as frases e as ideias se conectam dentro de um texto, garantindo sua clareza, consistência e lógica.

A coesão é o mecanismo que estabelece a ligação entre as partes do texto, usando elementos linguísticos como pronomes, conjunções, advérbios, sinônimos, etc. A coesão evita a repetição desnecessária e a quebra da sequência textual, criando uma harmonia entre as palavras e as frases.

A coerência é o mecanismo que confere sentido ao texto, usando uma linguagem adequada ao contexto, ao objetivo e ao público-alvo. A coerência garante que o texto tenha uma unidade de significado, uma progressão temática e uma organização lógica das ideias.

Para que um texto seja coeso e coerente, é preciso considerar alguns fatores, como:

A intenção comunicativa do autor: qual é o propósito do texto? Informar, persuadir, entreter, etc.

O gênero textual: qual é a forma e a estrutura do texto? Narrativo, descritivo, dissertativo, injuntivo, etc.

O tipo de texto: qual é o modo de organização discursiva do texto? Narração, descrição, dissertação, injunção, etc.

O estilo do autor: qual é a escolha vocabular, sintática e estilística do autor? Formal, informal, coloquial, técnico, etc.

O conhecimento prévio do leitor: o que o leitor já sabe sobre o assunto? Quais são as suas expectativas, crenças e valores?

A situação comunicativa: qual é o canal, o meio e o momento da comunicação? Oral, escrita, digital, impresso, etc.

A diferença entre coesão e coerência é que a coesão se refere à forma como as palavras e as frases se conectam dentro de um texto, usando elementos linguísticos como pronomes, conjunções, advérbios, sinônimos, etc. Já a coerência se refere ao sentido que o texto tem, usando uma linguagem adequada ao contexto, ao objetivo e ao público-alvo. Um texto coeso e coerente é aquele que é claro, consistente e lógico.

Coerência e coesão são dois mecanismos fundamentais para a produção de texto.

A coesão é o mecanismo relacionado com elementos que asseguram a ligação entre palavras e frases, de modo a interligar as diferentes partes de um texto.

A coerência, por sua vez, é responsável por estabelecer a ligação lógica entre ideias, para que, juntas, elas garantem que o texto tenha sentido.

Ambos são importantes para garantir que um texto transmita sua respectiva mensagem com clareza, seja harmonioso e faça sentido para o leitor.

O que é coesão textual?

O significado de coesão está relacionado com mecanismos linguísticos do texto, responsáveis por estabelecer uma conexão de ideias.

A coesão cria relações entre as partes do texto de modo a guiar o leitor relativamente a uma sequência de fatos.

Uma mensagem coesa apresenta ligações harmoniosas entre as partes do texto.

Elementos de coesão textual e frases de exemplo

Veja abaixo os principais elementos de coesão textual e como eles são aplicados nas frases.

Substituições

Garantem a coesão lexical. Ocorrem quando um termo é substituído por outro termo ou por uma locução para evitar repetições.

Coesão correta: Os legumes são importantes para manter uma alimentação saudável. As frutas também.

Erro de coesão: Os legumes são importantes para manter uma alimentação saudável. As frutas também são importantes para manter uma alimentação saudável.

Explicação: "também" substituí "são importantes para manter uma alimentação saudável".

Conectores

Esses elementos são responsáveis pela coesão interfrásica do texto. Criam relações de dependência entre os termos e são geralmente representados por preposições, conjunções, advérbios, etc.

Coesão correta: Elas gostam de jogar bola e de dançar.

Erro de coesão: Elas gostam de jogar bola. Elas gostam de dançar.

Explicação: sem o conectivo "e", teríamos uma sequência repetitiva.

Referências e reiterações

Nesse tipo de coesão, um termo é usado para se referir a outro, para reiterar algo dito anteriormente ou quando uma palavra é substituída por outra com ligação de significados.

Coesão correta: Hoje é aniversário da minha vizinha. Ela está fazendo 35 anos.

Erro de coesão: Hoje é aniversário da minha vizinha. Minha vizinha está fazendo 35 anos.

Explicação: observe que o pronome "ela" faz referência à vizinha.

Correlação verbal

É a utilização dos verbos nos tempos verbais corretos. Esse tipo de coesão garante que o texto siga uma sequência lógica de acontecimentos.

Coesão correta: Se eu soubesse eu te avisaria.

Erro de coesão: Se eu soubesse eu te avisaria.

Explicação: note que "soubesse" é uma flexão do verbo "saber" no pretérito imperfeito do subjuntivo e isso indica uma situação condicional que poderia dar origem a outra ação.

Para a frase fazer sentido, o verbo "avisar" tem de estar conjugado no futuro do pretérito para indicar um fato que poderia ter acontecido se uma ação no passado tivesse se concretizado.

Saiba mais sobre coesão.

O que é coerência textual?

A coerência textual está diretamente relacionada com a significância e com a interpretabilidade de um texto.

A mensagem de um texto é coerente quando ela faz sentido, sendo comunicada harmoniosamente, de forma que haja uma relação lógica entre as ideias apresentadas, onde umas complementam as outras.

Para garantir a coerência de um texto, é preciso ter em conta alguns conceitos básicos.

Conceitos da coerência textual e frases de exemplo

Veja abaixo os principais conceitos da coerência textual e como eles são aplicados nas frases.

Princípio da não contradição

Não pode haver contradições de ideias entre diferentes partes do texto.

Coerência correta: Ele só compra leite de soja, pois é intolerante à lactose.

Erro de coerência: Ele só compra leite de vaca, pois é intolerante à lactose.

Explicação: quem é intolerante à lactose não pode consumir leite de vaca. Por esse motivo, o segundo exemplo constitui um erro de coerência; não faz sentido Princípio da não tautologia

Ainda que sejam expressas através do uso de diferentes palavras, as ideias não devem ser repetidas, pois isso compromete a compreensão da mensagem a ser emitida e muitas vezes a torna redundante.

Coerência correta: Visitei Roma há cinco anos.

Erro de coerência: Visitei Roma há cinco anos atrás.

Explicação: "há" já indica que a ação ocorreu no passado. O uso da palavra "atrás" também indica que a ação ocorreu no passado, mas não acrescenta nenhum valor e torna a frase redundante.

Princípio da relevância

As ideias devem estar relacionadas entre si, não devem ser fragmentadas e devem ser necessárias ao sentido da mensagem.

O ordenamento das ideias deve ser correto, pois, caso contrário, mesmo que elas apresentem sentido quando analisadas isoladamente, a compreensão do texto na totalidade pode ficar comprometida.

Coerência correta: O homem estava com muita fome, mas não tinha dinheiro na carteira e por isso foi ao banco e sacou uma determinada quantia para utilizar. Em seguida, foi a um restaurante e almoçou.

Erro de coerência: O homem estava com muita fome, mas não tinha dinheiro na carteira. Foi a um restaurante almoçar e em seguida foi ao banco e sacou uma determinada quantia para utilizar.

Explicação: observe que, embora as frases façam sentido isoladamente, a ordem de apresentação da informação torna a mensagem confusa. Se o homem não tinha

dinheiro, não faz sentido que primeiro ele tenha ido ao restaurante e só depois tenha ido sacar dinheiro.

Continuidade temática

Esse conceito garante que o texto tenha seguimento em um mesmo assunto. Quando acontece uma falha na continuidade temática, o leitor fica com a sensação de que o assunto foi mudado repentinamente.

Coerência correta: "Tive muita dificuldade até acertar o curso que queria fazer. Primeiro fui fazer um curso de informática... A meio do semestre troquei para um curso de desenho e por fim acabei me matriculando aqui no curso de inglês. Foi confuso assim também para você?". "Na verdade foi fácil pois eu já tinha decidido há algum tempo que assim que tivesse a oportunidade de pagar um curso, faria um de inglês."

Erro de coerência: "Tive muita dificuldade até acertar o curso que queria fazer. Primeiro fui fazer um curso de informática... A meio do semestre troquei para um curso de desenho e por fim acabei me matriculando aqui no curso de inglês. Foi confuso assim também para você?". "Quando eu me matriculei aqui no curso, eu procurei me informar sobre a metodologia, o tipo de recursos usados, etc. e acabei decidindo rapidamente por este curso."

Explicação: Note que no último exemplo, o segundo interlocutor acaba por não responder exatamente ao que foi perguntado. O primeiro interlocutor pergunta se ele também teve dificuldades de decidir que tipo de curso fazer e a resposta foi sobre características que ele teve em conta ao optar pelo curso de inglês onde se matriculou.

o.

Diferença entre coesão e coerência

Coesão e coerência são pontos imprescindíveis para garantir a compreensão da textualidade.

A coesão está mais diretamente ligada a elementos que ajudam a estabelecer uma ligação entre palavras e frases que unem as diferentes partes de um texto.

A coerência, por sua vez, estabelece uma ligação lógica entre as ideias, de forma que complementam as outras e, juntas, garantem que o texto tenha sentido.

Em outras palavras, a coerência está mais diretamente ligada ao significado da mensagem.

Apesar de os dois conceitos estarem relacionados, eles são independentes, ou seja, um não depende do outro para existir.

Ortografia

Ortografia é a área da gramática que indica o modo correto de escrever as palavras. Ela pode ser regular (fruto de uma regra) ou irregular (de origem etimológica).

Ortografia é como chamamos o segmento da gramática que determina a forma correta de escrever as palavras. Ela pode ser regular (relacionada a uma regra) ou irregular (de origem etimológica ou consagrada pelo uso). Assim, "enxada", por exemplo, possui uma ortografia regular; já "algema", irregular.

Leia também: 5 dicas para usar corretamente a crase

Resumo sobre ortografia

A parte da gramática que estuda a forma correta de escrever as palavras é a ortografia.

É comum errar na escrita de termos que possuem letras com sons iguais, como "g" e "j".

Parônimas são palavras que apresentam pronúncia e escrita semelhantes, mas significados diferentes.

Homônimas são palavras que apresentam pronúncia e/ou escritas iguais, mas significados diferentes.

A ortografia pode ser regular (resultado de regras) ou irregular (de origem etimológica).

O que é ortografia?

A ortografia é a parte da gramática que apresenta as regras para a escrita correta das palavras.

Exemplos de regras de ortografia

→ Regras de uso de "ç", "s" e "ss"

	Quando usar	*Exemplos*
ç	*Em substantivos derivados de verbos finalizados em "-ter".*	*deter — detenção*
s	*Em substantivos derivados de verbos que apresentam o fragmento "-nd-".*	*escandir — escansão*
ss	*Em substantivos derivados de verbos que apresentam o fragmento "ced-".*	*suceder — sucessão*

→ Regras de uso da letra "e"

A letra "e" é utilizada na sílaba final de verbos terminados em "-oar" e "-uar", quando conjugados na primeira, segunda e terceira pessoas do singular do presente do subjuntivo (por exemplo: caçoe, cações) e na terceira pessoa do singular do imperativo (por exemplo: continue).

→ Regras de uso da letra "g"

Em substantivos terminados em "-agem", "-igem" e "-ugem". Exemplos: rolagem, vertigem, penugem etc. (Com exceção de "pajem" e "lambujem")

Em palavras terminadas em "-ágio", "-égio", "-ígio", "-ógio" e "-úgio". Exemplos: pedágio, colégio, vestígio, relógio, refúgio etc.

Após o "a-" inicial de palavras como "agenda", "agilizar" etc. (Com exceção de "ajeitar" e derivados)

Em termos derivados de outros que são escritos com "g". Exemplos: vertiginoso, litigioso etc.

→ Regras de uso da letra "i"

A letra "i" é utilizada na última sílaba de formas dos verbos terminados em "-uir". Exemplos: destituir, destituir etc.

→ Regras de uso da letra "h"

No início de alguns termos por razões etimológicas. Exemplos: haver, Helena, horóscopo etc.

No final das interjeições. Exemplo: Ah!

No termo "Bahia" (referente ao estado brasileiro).

Nos dígrafos "ch", "lh" e "nh". Exemplos: chá, telha, vinho etc.

→ Regras de uso da letra "j"

Em vocábulos derivados de outros escritos com "j" ou acabados em "-ja". Exemplos: igrejinha, de igreja; jeitoso, de jeito etc.

Em palavras de origem africana ou indígena. Exemplos: jiló, jenipapo etc.

→ Regras de uso das letras "k", "w" e "y"

Essas letras são usadas em abreviaturas, símbolos e palavras de origem estrangeira. Exemplos: km (quilômetro), K (potássio), w (watt), W (tungstênio), Y (ítrio), byroniano, kamikaze, newtoniano etc.

→ Regras de uso de "rr" e "ss"

São dígrafos, com som de "r" e "s", respectivamente, utilizados entre vogais. Exemplos: agressivo, amarrotar etc.

→ Regras de uso da letra "s" com som de "z"

Em adjetivos com os sufixos "-osa" ou "-oso". Exemplos: gostoso, famoso etc.

Em adjetivos e substantivos terminados em "-ês" ou "-esa". Exemplos: dinamarquês, dinamarquesa etc.

Em substantivos formados com os sufixos gregos "-ese", "-isa" ou "-ose". Exemplos: metamorfose, hipótese, poetisa etc.

Em algumas formas dos verbos "pôr" e "querer". Exemplos: pusemos, quisemos etc.

Depois de um ditongo. Exemplos: lousa, maisena etc.

→ Regras de uso da letra "x"

Após ditongo. Exemplos: feixe, trouxa etc. (Com exceção de "recauchutar" e derivados)

Depois da sílaba inicial "en-". Exemplos: enxada, enxugar etc. (Com exceção de "encharcar", "encher" e derivados)

Em palavras de origem africana ou indígena. Exemplos: xangô, abacaxi etc.

Depois da sílaba inicial "me-". Exemplos: mexerico, mexilhão etc. (Com exceção de "mecha")

Em palavras inglesas aportuguesadas, inicialmente escritas com "sh". Exemplos: xavante, xampu etc.

→ Regras de uso da letra "z"

No sufixo "-izar". Exemplos: amortizar, deslizar etc.

Em substantivo abstrato terminado em "-eza" Exemplos: estranheza, gentileza etc.

Em substantivo abstrato feminino formado com o sufixo "-ez". Exemplos: morbidez, pequenez etc.

→ Verbos terminados em "-isar" e "-izar"

Usamos "-isar" em verbos relacionados a um substantivo que possui "s" na última sílaba, por exemplo: catálise + ar = catalisar; do contrário, utilizamos "-izar" (suavizar = suavizar). Para saber mais sobre esse tópico, clique aqui.

→ Uso das vogais nasais "ã", "ãs", "im", "ins", "om", "nos", "um", "uns"

No final das palavras. Exemplos: alemães, alemães, cupim, cupins, marrom, marrons, comum, comuns etc.

Veja também: Como evitar os erros mais comuns de português

Alguns erros ortográficos comuns

	ERRADO	*CERTO*
Trocar "x" por "ch" e vice-versa	*Ele puxou a tomada, e o computador apagou.*	*Ele puxou a tomada, e o computador apagou.*
	Peguei o cachecol, e fomos ao restaurante.	*Peguei o cachecol, e fomos ao restaurante.*
Trocar "g" por "j" e vice-versa	*Júlia disse que a gente é confiável.*	*Júlia disse que a gente é confiável.*
	Há coisas que não têm jeito.	*Há coisas que não têm jeito.*
Trocar "s" por "z" e vice-versa	*Compramos uma caza mal-assombrada.*	*Compramos uma casa mal-assombrada.*
	O material de limpeza está muito caro.	*O material de limpeza está muito caro.*
Trocar "ss" por "s"	*Eu passei muito mal esses dias.*	*Eu passei muito mal esses dias.*
Trocar "e" por "i" e vice-versa	*Não podemos permitir que ele continue a prejudicar tanta gente.*	*Não podemos permitir que ele continue a prejudicar tanta gente.*
	Ela possui um grande senso de justiça.	*Ela possui um grande senso de justiça.*
Trocar "o" por "u" e vice-versa	*Aquela tábua é pequena demais.*	*Aquela tábua é pequena demais.*
	A mágoa é um sentimento que nos consome.	*A mágoa é um sentimento que nos consome.*
Trocar "rr" por "r"	*Janete faleceu em decorrência de um infarto.*	*Janete faleceu em decorrência de um infarto.*
Uso equivocado de homônimos	*É preciso cozer bem os alimentos.*	*É preciso cozer bem os alimentos.*
	É preciso cozer a camisa.	*É preciso coser a camisa.*

Uso equivocado de parônimos	Meu vizinho sofreu descriminação racial.	Meu vizinho sofreu discriminação racial.
	O iminente juiz proferiu a dura sentença.	O eminente juiz proferiu a dura sentença.

Parônimos e homônimos

Parônimos: termos que apresentam pronúncia e escrita semelhantes, mas significados diferentes. Exemplos: absorver e absolver; descrição e discrição; deferir e diferir; delatar e dilatar, entre outros. Saiba mais sobre os parônimos clicando aqui.

Homônimos: termos que apresentam pronúncia e/ou escrita iguais, mas significados diferentes. Exemplos: cobra (animal) e cobra (do verbo "cobrar"); censo e senso; prezar e prestar; traz e trás, entre outros.

→ Videoaula sobre parônimos e homônimos

Tipos de ortografia

Ortografia regular: faz referência a palavras cuja grafia é fruto de uma regra.

Exemplos:

enxame, enxaqueca, enxergar, enxofre, enxoval, enxurrada etc.;

movediço, mexerica, mexicana etc.;

linguagem, mensagem, pilhagem etc.

Irregular: faz referência a termos cuja grafia não é resultado de uma regra. Nesse caso, a escrita da palavra se explica por meio de sua origem etimológica ou mesmo pela tradição, ou seja, uma forma de escrever consagrada pelo uso.

Exemplos:

bruxa, caxumba, praxe etc.;

arrocho, chimpanzé, chuchu etc.;

algema, argila, esfinge etc.

Qual a importância da ortografia?

Conhecer as regras de ortografia de uma língua é essencial para uma escrita formal bem-sucedida. Assim, por meio dessas regras, o usuário da língua portuguesa pode evitar erros ao escrever. As normas referentes à escrita das palavras, em um contexto formal, visam tornar a comunicação mais uniforme e, consequentemente, mais eficiente.

Saiba mais: Regras de uso do hífen — o que mudou com o novo acordo ortográfico

Acordo ortográfico

Com o acordo ortográfico, foram acrescentadas ao alfabeto português *as letras "k", "w" e "y". Desse modo, nosso alfabeto passou a contar com 26 letras, em vez de 23. Além disso, o uso do trema (ü) foi abolido. Por fim, foi eliminado o uso das consoantes mudas "c" e "p" em palavras que apresentavam dupla grafia, como "exa~~c~~to" e "ado~~p~~ção". Saiba mais sobre o último acordo ortográfico clicando* aqui.

Exercícios resolvidos sobre ortografia

Questão 01

Assinale a alternativa que apresenta um par de parônimas:

a) caçar/cassar

b) cela/sela

c) cesto/cesto

d) esbaforido/espavorido

e) desconcerto/desconserto

Resolução:

Alternativa "d"

As palavras "esbaforido" e "espavorido" são parônimas, pois apresentam semelhança na pronúncia e na escrita. Já as outras alternativas apresentam termos homônimos.

Questão 02

Qual das palavras abaixo apresenta um erro de ortografia?

a) Estágio

b) Pajem

c) Garagem

d) Vestígio

e) Agiotagem

Resolução:

Alternativa "c"

O correto é escrever "garagem" (com "g"), pois essa palavra é um substantivo terminado em "-agem", sendo "pajem" uma exceção.

Questão 03

Marque a alternativa em que o uso de “x” ou “ch” está incorreto:

a) enxovalhar

b) peixe

c) enchimento

d) mexido

e) frouxa

Resolução:

Alternativa “a”

O correto é escrever “enxovalhar” (com “x”), uma vez que, após o “en-” inicial, utilizamos “x” em vez de “ch”, sendo “enchimento” uma exceção.

"as classes de palavras ou classes gramaticais

As classes de palavras ou classes gramaticais são as classificações de palavras segundo a função que exercem no enunciado.

As dez classes de palavras ou classes gramaticais são:

substantivo;

artigo;

adjetivo;

pronome;

verbo;

advérbio;

conjunção;

interjeição;

numeral;

preposição.

Substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo e numeral são classes gramaticais variáveis.

Advérbio, conjunção, interjeição e preposição são classes gramaticais invariáveis.

Quais são as 10 classes de palavras?
→ Substantivo
O substantivo é a classe de palavras que tem a função de nomear os seres e recebe as seguintes classificações:

substantivo comum: carro, bondade, sereia etc.

substantivo próprio: Nivaldo, Paris etc.

substantivo concreto: fogão, pinça, lobisomem etc.

substantivo abstrato: inveja, cumplicidade etc.

substantivo simples: lençol, mansão etc.

substantivo composto: quinta-feira, péd'água etc.

substantivo primitivo: língua, jornal etc.

substantivo derivado: linguarudo, jornalista etc.

→ Artigo

O artigo é a classe de palavras que têm a tarefa de acompanhar o substantivo, apontando seu número e gênero, e é assim classificado:

artigo definido: o, os, a, as.

artigo indefinido: um, uns, uma, umas.

""→ Adjetivo

O adjetivo é uma classe de palavras cuja função é caracterizar e qualificar o substantivo. Esse tipo de classe de palavras recebe as seguintes denominações:

adjetivo simples: insuportável, generosa, italiano etc.

adjetivo composto: mato-grossense, azul-marinho etc.

adjetivo primitivo: bom, puro etc.

adjetivo derivado: alemão, amante etc.

→ Pronome

O pronome é uma classe de palavras cuja tarefa é substituir ou acompanhar o substantivo. Ele é assim classificado:

pronome pessoal do caso reto: eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas.

pronome pessoal do caso oblíquo: me, te, o, a, lhe, se, nos, vos, os, as, lhes, mim, comigo, ti, contigo, si, consigo, conosco, convosco.

pronome possessivo: meu, minha, meus, minhas, teu, tua, teus, tuas, seu, sua, seus, suas, nosso, nossa, nossos, nossas, vosso, vossa, vossos, vossas.

pronome demonstrativo: este, esta, estes, estas, esse, essa, esses, essas, aquele, aqueles, aquela, aquelas, isto, isso, aquilo.

pronome relativo: quem, que, onde, o qual, os quais, a qual, as quais, cujo, cujos, cuja, cujas, quanto, quantos, quanta, quantas etc.

pronome indefinido: algum, nenhum, alguém, ninguém, tudo, todos etc.

pronome interrogativo: que, quem, onde etc.

pronome de tratamento: você, Senhor, Vossa Majestade etc.

→ Verbo
O verbo é a classe de palavras que têm a tarefa de indicar:

ação: andar, sorrir, beber, pôr etc.

estado: ser, estar, parecer etc.

fenômeno da natureza: ventar, amanhecer etc.

E pode ser assim classificado:

verbo regular: o radical e as desinências permanecem regulares na conjugação. Ex.: amar, beber, partir etc.

Verbo irregular: o radical e/ou as desinências apresentam irregularidades na conjugação. Ex.: perder, sair, dormir etc.

verbo defectivo: apresenta conjugação incompleta, pois não possui todas as flexões. Ex.: demolir, adequar, precaver etc.

verbo abundante: possui mais de uma forma em determinada flexão. Ex.: aceitar, eleger, imprimir etc.

verbo anômalo: apresenta acentuada irregularidade. Ex.: ser, ir.

→ Advérbio

O advérbio é a classe de palavras cuja função é apontar uma circunstância. Portanto, recebe estas classificações:

advérbio de lugar: ali, acima, perto etc.

Advérbio de tempo: hoje, ontem etc.

advérbio de modo: suavemente, violentamente etc.

advérbio de negação: não, nem etc.

advérbio de dúvida: talvez, provavelmente etc.

advérbio de intensidade: demais, muito etc.

advérbio de afirmação: sim, decerto etc.

→ Conjunção

A conjunção é a classe de palavras que têm a tarefa de unir termos ou orações. Ela pode ser uma:

Conjunção conclusiva: portanto, então etc.

conjunção aditiva: e, nem etc.

conjunção adversativa: mas, entretanto etc.

conjunção alternativa: ou, ora... ora, já... já etc.

conjunção explicativa: porque, porquanto etc.

conjunção causal: porque, que etc.

conjunção comparativa: como, qual etc.

Conjunção concessiva: embora, apesar etc.

Conjunção condicional: se, caso etc.

conjunção conformativa: conforme, consoante etc.

conjunção consecutiva: que, de modo que etc.

conjunção final: para que, a fim de que etc.

conjunção proporcional: à medida que, à proporção que etc.

conjunção temporal: desde que, assim que etc.

Conjunção integrante: que, se.

→ Interjeição

A interjeição é a classe de palavras cuja função é expressar emoções:

Uau!

Ufa!

Ânimo!

Nossa!

Oba!

Oxalá!

Ai!

Arre!

→ Numeral

O numeral é a classe de palavras cuja função é indicar uma quantidade:

numeral cardinal: um... quatro... seis...

numeral ordinal: primeiro... quinto... nono...

numeral fracionário: terço... doze avos...

numeral multiplicativo: dobro... quíntuplo...

→ Preposição

A preposição é a classe de palavras que têm a tarefa de formar uma relação entre os vocábulos de uma oração. Há dois tipos:

preposição essencial: a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás.

preposição acidental: salvo, consoante, segundo, exceto, senão, como, mediante etc.

Quais são os tipos de classes gramaticais?

Classes gramaticais variáveis: apresentam flexão de gênero, número e/ou grau:

substantivo;

artigo;

adjetivo;

pronome;

verbo;

numeral.

Classes gramaticais invariáveis: não apresentam flexão de gênero, número e/ou grau:

advérbio;

conjunção;

interjeição;

preposição.

Acesse também: O que são as figuras de linguagem e quais são seus tipos?

Exercícios resolvidos sobre classes de palavras ou classes gramaticais
Questão 1

(Enem)

O mundo é grande

O mundo é grande e cabe

Nesta janela sobre o mar.

O mar é grande e cabe

Na cama e no colchão de amar.

O amor é grande e cabe

No breve espaço de beijar.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

Neste poema, o poeta realizou uma opção estilística: a reiteração de determinadas construções e expressões linguísticas, como o uso da mesma conjunção para estabelecer a relação entre as frases. Essa conjunção estabelece, entre as idéias relacionadas, um sentido de

A) oposição.

B) comparação.

C) conclusão.

D) alternância.

E) finalidade.

Resolução:

Alternativa A.

A conjunção "e", normalmente, é usada com caráter aditivo. Porém, no poema de Drummond, ela foi utilizada para expressar oposição. Portanto, como sinônimo de "mas".

Questão 2

(Enem) O uso do pronome átono no início das frases é destacado por um poeta e por um gramático nos textos abaixo.

Pronominais

Dê-me um cigarro

Diz a gramática

Do professor e do aluno

E do mulato sabido

Mas o bom negro e o bom branco

da Nação Brasileira

Dizem todos os dias

Deixa disso camarada

Me dá um cigarro

ANDRADE, Oswald de. Seleção de textos. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

"Iniciar a frase com pronome átono só é lícito na conversação familiar, despreocupada, ou na língua escrita quando se deseja reproduzir a fala dos personagens [...]."

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 1980.

Comparando a explicação dada pelos autores sobre essa regra, pode-se afirmar que ambos:

A) condenam essa regra gramatical.

B) Acreditam que apenas os esclarecidos sabem essa regra.

C) criticam a presença de regras na gramática.

D) afirmam que não há regras para uso de pronomes.

E) relativizam essa regra gramatical.

Resolução:

Alternativa E.

O poeta Oswald de Andrade afirma que a expressão "dê-me" está relacionada à "gramática/ Do professor e do aluno/ E do mulato sabido". Segundo ele, "o bom negro e o bom branco/ da Nação Brasileira" dizem "me dá". Já o gramático Cegalla diz que, em início de frase, colocar o pronome átono antes do verbo só é permitido na "conversação familiar". Conclui-se que, em um contexto formal, isso não poderia acontecer. Assim, ambos os autores relativizam a colocação do pronome átono.

Questão 3

(Enem)

As alegres meninas que passam na rua, com suas pastas escolares, às vezes com seus namorados. As alegres meninas que estão sempre rindo, comentando o besouro que entrou na classe e pousou no vestido da professora; essas meninas; essas coisas sem importância.

O uniforme as despersonaliza, mas o riso de cada uma as diferencia. Riem alto, riem musical, riem desafinado, riem sem motivo; riem.

Hoje de manhã estavam sérias, era como se nunca mais voltassem a rir e falar coisas sem importância. Faltava uma delas. O jornal era notícia do crime. O corpo da menina foi encontrado naquelas condições, em lugar ermo. A selvageria de um tempo que não deixa mais de rir.

As alegres meninas, agora sérias, tornaram-se adultas de uma hora para outra; essas mulheres.

ANDRADE, C. D. Essas meninas. In: Contos plausíveis. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

No texto, há recorrência do emprego do artigo "as" e do pronome "essas". No último parágrafo, esse recurso linguístico contribui para

A) intensificar a ideia do súbito amadurecimento.

B) indicar a falta de identidade típica da adolescência.

C) organizar a sequência temporal dos fatos narrados.

D) complementar a descrição do acontecimento trágico.

E) expressar a banalidade dos assuntos tratados na escola.

Resolução:

Alternativa A.

O objetivo de usar o artigo em "As alegres meninas" e o pronome em "essas mulheres" é intensificar a ideia de súbito amadurecimento. Afinal, o demonstrativo "essas" se refere a um termo já mencionado, ou seja, "as meninas", que de repente são chamadas de "mulheres"."

A rapidez é destacada como uma das qualidades do serviço anunciado, funcionando como estratégia de persuasão em relação ao consumidor do mercado gráfico. O recurso da linguagem verbal que contribui para esse destaque é o emprego:

O termo "fácil" no início do anúncio, com foco no processo.

de adjetivos que valorizam a nitidez da impressão.

Das formas verbais no futuro e no pretérito, em sequência.

Da expressão intensificadora "menos do que"l associada à qualidade.

Eda locução "do mundo" associada a "melhor" , que quantifica a ação

Exercícios sobre a classificação dos substantivos

Com estes exercícios, é possível verificar o quanto você já conhece sobre a classificação dos substantivos.

Perguntas

Questão: 1

Classifique os substantivos em destaque nas orações abaixo:

a) Esta é minha flor favorita.

b) Dom Casmurro é um romance.

c) A honestidade é essencial nas relações humanas.

d) O cardume migrava para a desova.

e) O ferreiro ensinava-lhe o ofício.

Questão: 2

Assinale a alternativa que possui um substantivo comum, simples, concreto e primitivo:

a) ( ) casebre

b) ( ) girassol

c) ( ) Helena

d) ( ) honestidade

e) ( ) menina

Questão: 3

Relacione as colunas de acordo com a classificação dos substantivos em destaque:

I. Substantivo abstrato

II. Substantivo concreto

a) ( ) Minha aliança de casamento é de ouro.

b) ( ) O crescimento econômico depende de uma nova aliança comercial.

Questão: 4

(Iades) O vocábulo caravana é substantivo coletivo de:

a) ( ) ônibus.

b) ( ) atores.

c) ( ) pessoas.

d) ( ) ciganos.

e) ( ) viajantes.

Questão: 5

(Consesp) A palavra livro é um substantivo

a) ( ) próprio, concreto, primitivo e simples.

b) ( ) comum, abstrato, derivado e composto.

c) ( ) comum, abstrato, primitivo e simples.

d) ( ) comum, concreto, primitivo e simples.

Questão: 6

(FIP) As palavras TIETÊ e PESCA são, respectivamente, substantivos:

a) ( ) próprio e concreto.

b) ( ) comum e próprio.

c) ( ) concreto e próprio.

d) ( ) comum e abstrato.

e) ( ) próprio e abstrato.

Respostas

Questão: 1

a) Comum, simples, concreto e primitivo.

b) Próprio, composto e concreto.

c) Comum, simples, derivado e abstrato.

d) Simples, comum, concreto, coletivo e primitivo.

e) Simples, comum, concreto, derivado.

Questão: 2

Letra E

Questão: 3

a) (II)

b) (I)

Questão: 4

Letra E

Questão: 5

Letra D

Questão: 6

Letra E

Ao todo, são dez as classes de palavras:

substantivo (nomeiam);

adjetivos (caracterizam);

artigos (acompanham os substantivos, indefinido ou definindo-os);

numerais (quantificam e posicionam);

pronomes (substituem ou acompanham termos);

verbos (materializam ações, estados, fenômenos);

advérbios (circunstanciam);

interjeições (expressam sensações humanas);

conjunções (unem palavras e orações, coordenando ou subordinando-as);

preposições (conectam termos).

As seis primeiras categorias modificam as suas formas, conforme o contexto de uso, mas as demais se mantêm intactas, independentemente da situação na qual elas estejam.

As classes de palavras são categorias gramaticais que visam organizar o vocabulário de acordo com as funções e estrutura das palavras.

Tipos de classes de palavras

→ Palavras variáveis

Os substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes e verbos são palavras variáveis, pois têm a constituição modificada para marcar alguns elementos gramaticais, como o

gênero (masculino/feminino);

número (singular/plural);

pessoa (primeira, segunda e terceira);

tempo (pretéritos, presente, futuros);

modo (indicativo, subjuntivo, imperativo).

→ Palavras invariáveis

Os advérbios, as preposições, as conjunções e as interjeições são palavras invariáveis, já que não comportam transformações em suas formas. Substantivo

Substantivo é uma classe gramatical cuja função é nomear os seres em geral. Apesar de essa conceituação estar presente em vários locais, há que se destacar a sua incompletude, já que o substantivo pode também ser responsável por denominar:

ações (abraço, chute);

postulados físicos (inércia);

aspectos emocionais e psicológicos (covardia, esquizofrenia, ansiedade, amor, ódio);

elementos socioculturais (pobreza, inteligência), entre outros.

→ Classificações dos substantivos

Comum: é responsável por nomear a generalidade dos seres da mesma espécie, dos elementos abstratos, dos objetos e dos fenômenos da natureza.

Exemplos: casa, ódio, neve.

Próprio: faz referência a um ser específico.
Exemplos: Maria, Panela de Barro Restaurante (no caso, panela de barro identifica um restaurante determinado).

Primitivo: termos que não se originaram de outros existentes na mesma língua.
Exemplos: maçã, porta, livro.

Derivado: palavras que provêm de outras.
Exemplos: macieira (árvore) – maçã (fruta), portaria – porta, livreiro – livro.

Simples: são constituídos por apenas um radical (parte da palavra que carrega o sentido principal dela).
Exemplos: garrafa, tênis, feijão.

Compostos: têm mais de um radical em sua estrutura.
Exemplos: beija-flor, passatempo (verbo passar + substantivo tempo).

Concreto: nomeiam seres de existência própria, isto é, figuras independentes que fazem parte de um universo real ou imaginário.
Exemplos: caneta, vampiro (entidade), São Paulo (cidade), Ministério da Saúde (instituição).

Abstrato: designam qualidades, ações, sentimentos, estados, sensações.
Exemplos: soberba, riso, solidão, juventude, conforto.

Veja também: Substantivos coletivos – substantivos que correspondem a um agrupamento de elementos semelhantes

Artigo

O artigo é a palavra que precede os substantivos a fim de determiná-los, tanto de maneira particular, por meio do uso de o, a, os, as, quanto de modo vago, ao utilizar um, uma, uns, umas.

→ Classificações dos artigos

Definido: individualiza um substantivo, ou seja, leva o interlocutor a saber do que se trata especificamente.

Exemplos:

- O amor de Antônia era forte (não é qualquer amor, sabe-se que é um específico).

- A história revelará a verdade (refere-se à história da humanidade).

- Os bandidos atacaram novamente (sabe-se que são as mesmas pessoas que cometeram os crimes).

- As rosas do jardim estão secas (o sujeito que fez tal afirmação fez menção a determinadas flores).

Indefinido: generaliza o substantivo.

Exemplos:

- Falta um cantor para completar o espetáculo (pode ser o João, o José, o Miguel, qualquer um que cante).

- Gostaria de saber se há uma lanchonete na região (no caso, a pessoa não especificou qual a lanchonete, podendo ser a do João, a da Maria, entre outras)

- Em cima da mesa, estão uns biscoitos (a informação impossibilita saber a marca, o tipo das bolachas).

- Seria ótimo conhecer umas atrizes famosas (não se sabe quais atrizes são).

Adjetivo

O adjetivo é uma palavra ou locução (iniciada por preposições: de, em, com, sem) que confere características, estados, qualidades aos seres. Também pode instituir relações de tempo, de espaço, de finalidade, de procedência com o substantivo.

Exemplos:

- Banca de revistas (locução adjetiva)

- Avaliação semanal (tempo)

- Cidade estrangeira (espaço)

- Vinho chileno (procedência)

- Emergência ortopédica (finalidade)

→ Classificações dos adjetivos

Primitivos: não advém de outro termo existente na língua e possuem apenas um radical. Ressalta-se que existem poucos adjetivos primitivos.

Exemplos: azul, roxo, verde, branco, grande, escuro, liso, feliz, derivados: são originados de outras palavras. Assim, são acrescentados afixos (partes das palavras que carregam um sentido complementar ao principal, por exemplo, infeliz, em que o in significa não) ao radical.

Exemplos:

- desfavorável - favor

- esverdeado - verde

- europeia - Europa

Simples: tem apenas um radical.
Exemplos: azul, desfavorável, escuro.

Compostos: possuem mais de um radical.
Exemplos: amarelo-canário, sociopolítico.

Veja também: Adjetivo ou advérbio?

Numeral

O numeral é responsável por quantificar, de forma exata, os seres (pessoas, objetos, entre outros). Além disso, também tem a função de identificar a posição ocupada por um ser em um contexto específico.

→ Classificações dos numerais

Cardinais: apresentam o número preciso de algo. Destaca-se o fato de que, mesmo que os numerais sejam considerados palavras variáveis, nesta categoria, apenas o termo um, o dois e os referentes às centenas a partir de duzentos são modificados.

Exemplos:

- Encontrei apenas um lápis no estojo.

- Na sala de cirurgia, havia uma enfermeira e quatro médicos.

- Recebi duzentas moedas.

Ordinais: conforme a própria palavra já anuncia, diz respeito à ordem, assim sempre se estabelecerá uma relação entre vários seres.

Exemplos:

- O segundo a alcançar a linha de chegada é goiano.

- É a milésima vez que digo isso.

Pronome

O pronome, além de estabelecer quais são os seres que fazem parte diretamente da interlocução (1ª e 2ª pessoas), ainda são empregados para indicar os demais presentes no discurso (3ª pessoa), ou seja, essa classe gramatical faz referência a quem fala, com quem se fala e a de quem ou do que se fala. Diante dessa característica, normalmente substituem os substantivos.

Exemplo:

Luíza (substantivo) comprou um carro. Agora, ela (pronome) chega mais rapidamente aos lugares.

→ Classificações dos pronomes

Pronomes pessoais: representam as pessoas gramaticais.

	Caso reto (função de sujeito)	Caso oblíquo (função de complemento)	
		Átonos (sem preposição)	Tônicos (com preposição)
Singular	eu	me	mim
Singular	tu	te	ti
Singular	ele/ela	se, o, a, lhe	si, ele/ela
Plural	nós	nos	nós
Plural	vós	vos	vós
Plural	eles/elas	Se, os, as, lhes	si, eles/elas

Exemplos:

Variáveis	*Invariáveis*
este, esta, estes, estas	*isto*
esse, essa, esses, essas	*isso*
aquele, aquela, aqueles, aquelas	*aquilo*

- Eu fui ao shopping hoje.

- Os professores nos auxiliaram a entender a matéria.

- A informação não foi enviada a eles.

Pronomes possessivos: determinam uma relação de posse, de algo pertencente às pessoas do discurso.

	Um possuidor		*Vários possuidores*	
	Um objeto	*Vários objetos*	*Um objeto*	*Vários objetos*
1ª pessoa	*Meu/minha*	*Meus/minhas*	*Nosso/nossa*	*Nossos/nossas*
2ª pessoa	*Teu/tua*	*Teus/tuas*	*Vosso/vossa*	*Vossos/vossas*
3ª pessoa	*Seu/sua*	*Seus/suas*	*Seu/sua*	*Seus/suas*

Exemplos:

- Nossas férias foram especiais.

- João, onde está a sua tarefa?

Pronomes demonstrativos: são utilizados para determinar as distâncias tanto físicas quanto cronológicas de algo em relação às pessoas do discurso.

Exemplos:

- Este joelho só serve para doer. (proximidade de quem fala)

iste.

Para se referir ao celular, o homem deve utilizar o pronome "este".

- Finalmente chegou essa hora. (atualidade)

- O grande acontecimento de hoje foi este: ir ao supermercado. (introduz uma ideia)

- Nossa, essa pulseira é linda. (proximidade de quem ouve)

- Nesse intervalo, eu fiz muitas coisas. (tempo que está imediatamente antes do presente)

- Comprei um celular, mas esse não funciona muito bem. (retoma uma informação)

- Você conhece aquela cachoeira? (distância tanto de quem fala quanto de quem ouve)

- Consegui construir um celeiro e um lago. Este ficou bem feito, entretanto aquele não. (elemento referido anteriormente a outro)

- Naquela década, as mulheres não podiam votar. (tempo distante)

Obs: contração da preposição em + pronome aquela = naquela.

Pronomes indefinidos: fazem referência, de maneira vaga, à 3ª pessoa gramatical.

Exemplos:

- Algum membro da plateia gostaria de falar?

- Todas as flores estão belíssimas durante a primavera.

- Certas pessoas não praticam os exercícios certos.

Pronome (antes do substantivo) adjetivo (depois do substantivo)

Pronomes relativos: iniciam novas orações ao substituírem um substantivo ou mesmo um pronome antecedente.

Exemplos:

- Visitamos a cidade onde minha avó mora.

- Fui eu quem escolheu a decoração.

- Caíram as ações cuja liquidez era tida como certa.

Pronomes interrogativos: são observados em frases ou orações interrogativas, sejam elas diretas, ou seja, cuja conclusão se dá por meio do uso de ponto de interrogação e o início mediante a colocação do pronome, sejam elas indiretas, isto é, terminadas por ponto-final e entremeadas pelos termos de teor questionador.

Exemplos:

- Quanto custa esta dúzia de bananas?

- Eu gostaria de saber quem teve a brilhante ideia de pintar a parede.

- Qual é o dia da Proclamação da República?

Veja também: Quando usar crase antes de pronomes?

Verbo

Os verbos são palavras que expressam uma ação, um estado, um fenômeno, os quais se encontram situados cronologicamente. Essa classe de palavras é uma das que mais flexiona, pois se adapta à pessoa, ao número, ao tempo, ao modo, além de conter as formas nominais.

→ Formas nominais

Infinitivo: expressa o fato verbal em si, portanto não há pistas do início ou término da ação, estado ou fenômeno. Assim, adquire valor substantivo.

Exemplo: Nadar é um ótimo esporte.

Gerúndio: determina o processo, ou seja, algo que está acontecendo no momento do discurso.

Exemplo: Victor está caminhando.

Particípio: marca a conclusão de um fato. Muitas vezes adquire valor de adjetivo.

O concurso não aceita os gabaritos preenchidos a lápis.

caracteriza gabaritos

→ Conjugações

1ª conjugação: verbos terminados em -ar. Exemplos: cantar, beijar, mascarar.

2ª conjugação: verbos terminados em -er. Exemplos: beber, comer, fazer.

3ª conjugação: verbos terminados em -ir. Exemplos: partir, dividir, rir.

→ Modos

Indicativo: exprime a certeza.

Exemplo: Eu paguei a conta da internet.

Subjuntivo: apresenta hipóteses, dúvidas.

Exemplo: Se eu quisesse, estudaria muito mais.

Imperativo: manifesta ordem, pedido, sugestão.

Exemplo: Faça a sua tarefa, Rodrigo.

→ Tempos

Presente: o instante no qual ocorre a ação verbal coincide com o do discurso.

Exemplo: Eu amo você.

Passado: o momento em que acontece a ação verbal é anterior ao do discurso.

- Pretérito perfeito: o fato exposto tem final bem delimitado e concluído antes de ser exteriorizado, por meio do uso da língua.

Exemplo: Eu corri durante a manhã de hoje.

- Pretérito imperfeito: o episódio exteriorizado pelo verbo não foi finalizado quando um novo aconteceu.

Exemplo: No momento em que começamos a ler, havia o barulho da reforma.

Além disso, também apresenta fatos passados que eram habituais.

Exemplo: Andrea cuidava de seus animais diariamente.

- Pretérito mais-que-perfeito: a ocorrência contida no verbo é anterior à outra que também é situada no passado.

Degustei a sobremesa feita pela Fernanda, mas, antes disso, eu comi um macarrão.

- Futuro do presente: indica episódios cujas ocorrências serão concretizadas depois da fala ou da escrita.

Exemplo: Amanhã viajarei para a praia.

- Futuro do pretérito: expressa um fato futuro, mas conectado a um segundo que está situado no passado.

Exemplo: A cabeleireira confirmou que viria agora.

→ Classificações dos verbos

Regulares: independentemente da conjugação, o verbo segue o paradigma, ou seja, mantém o seu radical, e as desinências (final da palavra) seguem um padrão.

Exemplos:

- Eu amo, tu amas, ele ama, nós amamos, vós amais, eles amam.

- Eu abraço, tu abraças, ele abraça, nós abraçamos, vós abraçais, eles abraçam.

Perceba que o radical am- e abraç- permanecem os mesmos, e as desinências coincidem entre os dois verbos.

Irregulares: não estão de acordo com o paradigma, assim podem sofrer modificação tanto o radical quanto as desinências.

Exemplo:

- Eu faço, tu fazes, ele faz, nós fazemos, vós fazeis, eles fazem.

Observe que o radical faz foi modificado na conjugação da 1ª pessoa do singular: faço.

Anômalos: apresentam substanciais irregularidades em seus radicais.

Exemplo:

verbo ir – eu vou (presente do indicativo), eu ia (pretérito imperfeito do indicativo), eu fui (pretérito perfeito do indicativo), quando eu for (futuro do subjuntivo).

Defectivos: são verbos cuja conjugação não existe em determinadas pessoas do discurso.

Exemplo: eu chovo (inexistente).

Abundantes: apresentam mais de uma forma para uma reflexão específica.

Exemplo: partícipe de matar — matado e morto.

Acesse também: O que são verbos dicendi?

Advérbio

São palavras que se conectam aos verbos a fim de apresentar uma circunstância relativa à ação, estado, fenômeno verbal. Além disso, podem associar-se aos adjetivos, conferindo uma determinação das qualidades expressas por eles. Por fim, são capazes de se juntar a outros advérbios, o que desencadeia uma intensificação dos sentidos ali presentes.

→ Principais classificações dos advérbios

Modo: advérbios que acrescentam ao verbo, adjetivo ou a outro advérbio a maneira como aconteceu o que eles expressam.

Exemplos: bem, mal, assim, depressa, devagar, tranquilamente, facilmente.

- Rosana pegou rapidamente a vassoura.

Intensidade: constituem uma maximização ou minimização da ideia manifestada pelo termo a que se ligou.

Exemplos: muito, pouco, meio, bastante, ainda, bem, mal, quase, apenas.

- Jônatas gritou bastante no show.

Afirmação: confirmam a mensagem transmitida.

Exemplos: certamente, realmente, seguramente, sim, efetivamente.

- A classe desistiu realmente de fazer a atividade.

Negação: trazem uma ideia contrária à existente no verbo, adjetivo ou advérbio.

Exemplos: jamais, não, absolutamente.

- Não quero comer sanduíche.

Dúvida: transmitem uma incerteza relativa ao que está previsto na oração.

Exemplos: acaso, provavelmente, eventualmente, quiçá, talvez, porventura.

- O evento, provavelmente, será cancelado.

Tempo: situam a ação, a qualidade ou a circunstância no tempo.

Exemplos: amanhã, sempre, cedo, tarde, hoje, nunca, antes, depois, outrora, então, aí.

- Farei isso depois.

Lugar: marcam o local no qual ocorreu um episódio, ou onde se percebeu uma qualidade, ou circunstância.

Exemplos: lá, ali, aqui, aí, longe, onde, perto, abaixo, acima.

- Nossa, como você está longe de casa.

Leia também: Quais as diferenças entre adjetivo e advérbio?

Conjunção

Conjunção é um elemento gráfico, sonoro e semântico que estabelece uma união entre orações ou entre palavras, desde que estas exerçam idênticas funções sintáticas e estejam na mesma oração. Essa classe de palavras pode ser dividida em:

subordinativas: conecta duas orações, sendo uma delas fundamental para a construção do sentido completo da outra;

coordenativas: que liga elementos independentes, ou seja, une orações ou termos de idêntica função gramatical detentores de sentido completo.

→ Tipos de conjunções coordenativas

Aditiva: expressa soma.

Exemplo: Fui ao cinema e comi pipoca.

Adversativa: estabelece uma oposição entre as orações.

Exemplo: As crianças gostam do Natal, mas as famílias estão cada vez mais descrentes.

Alternativa: constrói uma alternância de ideias, mas também exclui uma para que a outra vigore.

Exemplo: Independência ou morte! (D. Pedro)

Conclusiva: introduz uma consequência e um fechamento do raciocínio desenvolvido na oração anterior.

Exemplo: Os cachorros brincaram na lama, portanto eles se sujaram.

Explicativa: apresenta uma justificativa.

Exemplo: Não assisto mais aos DVDs, pois vejo filmes on-line.

→ Tipos de conjunções subordinativas

Causais: insere a causa de um acontecimento presente na outra oração.

Exemplo: Reescreva esse trecho da redação porque está confuso.

Condicionais: estabelece um requisito para a concretização de algo.

Exemplo: Se eu fizer exercícios físicos, emagreço.

Conformativa: expressa uma concordância.

Exemplo: Segundo a notícia do jornal, a pandemia gerou muitos mortos.

Concessiva: manifesta uma ideia que contrapõe a existente na oração anterior, mas não tem a força de anulá-la.

Exemplo: Só beberei água quando chegar em casa, embora esteja com sede.

Comparativa: faz um paralelo.

Exemplo: Tomás levanta da cama como um urso sai de sua toca no inverno.

Consecutiva: apresenta um desdobramento.

Exemplo: A opulência era tamanha que os olhos dela brilharam.

Proporcionais: constrói uma relação de igualdade entre os fatos contidos em cada uma das orações.

Exemplo: À medida que as pessoas desmatavam a floresta, crescia o buraco na camada de ozônio.

Temporais: expressa uma circunstância de tempo.

Exemplo: Quando o relógio apontar dez horas, tomarei o meu café.

Finais: expõe o objetivo de algo presente na outra oração.

Exemplo: Estude bastante para que você tenha sucesso.

Veja também: Que: conjunção integrante ou pronome relativo?

Preposição

A preposição é o termo que conecta duas outras palavras, construindo relações de sentido e dependência entre elas.

→ Classificação das preposições

Essenciais: exercem apenas a função de preposição.

Exemplos: a, ante, contra, de, entre, sob, sobre.

- A agenda está sobre a mesa.

- A filha de Antenor se retirou do recinto.

Acidentais: palavras de classes diversas que, às vezes, desempenham a função prepositiva.

Exemplos: como, conforme, mediante, segundo, senão, visto.

- Isabela vai à casa do namorado todos os dias, fora segunda-feira.

Interjeição

São as palavras ou um grupo delas que marcam, de maneira forte e abrupta, as reações, os sentimentos, as emoções.

Exemplos:

- Puxa!

- Cuidado!

- Ufa!

- Nossa!

- Tomara!

- Credo!

A surpresa encontra na interjeição a sua forma verbal.

Exercícios resolvidos

Questão 1- (UFES - adaptada)

O fragmento onde a palavra que é pronome relativo é:

A) (...) a tuberculose está mais próxima do que imaginamos (...) (linha 2)

B) A estimativa de órgãos oficiais é de que hoje em dia cerca de um terço da população mundial (...) (linha 11)

C) (...) a pessoa que tem o bacilo, mas não desenvolveu a doença (...) (linhas 12-13)

D) (...) a expectativa é de que a chance de desenvolvimento da doença seja apenas 10% (...) (linha 14)

E) (...) sendo que, ao final de 10 anos, a grande maioria (...) (linha 17)

Resolução

Alternativa C. Nesse trecho, "que" é pronome relativo porque retoma o termo imediatamente anterior, "pessoa", sendo sujeito do verbo "tem"; além disso, introduz uma oração.

Questão 2 (UPE – 2015 - adaptada) Acerca de algumas relações semânticas presentes nas frases e orações a seguir, assinale a alternativa correta.

A) Ao afirmar: "Gosto de trabalhar com o português, embora inglês seja a que eu mais leio.", o entrevistado faz uma afirmação e, em seguida, apresenta uma causa para o que foi afirmado.

B) Com o trecho: "Shakespeare fez muita besteira, mas tem três ou quatro obras perfeitas", o locutor faz uma declaração e, em seguida, introduz a explicação do conteúdo declarado.

C) No trecho: "Aprendi desde cedo a ter o cuidado de não rimar ao escrever uma frase.", o segmento destacado tem valor temporal.

D) O trecho: "Se todo mundo erra na crase é a regra da crase que está errada, como aliás está." é introduzido por um segmento que tem valor concessivo.

E) No trecho: "insistiram que o certo é 'veado' quando o Brasil inteiro pronuncia 'viado'", os segmentos estão interligados por uma relação de causa e consequência.

Resolução

Alternativa C. No trecho, o segmento destacado tem valor semântico temporal, ou seja, seu sentido indica uma circunstância de tempo na qual se situa uma ação, no caso, o cuidado que o autor revela ter "ao escrever uma frase".

A formação de palavras tem diferentes processos de combinação de morfemas para formar novas palavras. Os principais processos de formação são a derivação e a composição.

Derivação é o processo pelo qual palavras novas são criadas a partir de outras já existentes na língua, alterando, assim, o sentido. AS palavras novas são chamadas de Derivadas e as que lhe dão origem, Primitivas.

Derivação prefixal ou por prefixação

É quando acontece um acréscimo de prefixo à palavra primitiva. Exemplo:

In + feliz - infeliz

In – prefixo

Feliz – palavra primitiva

Infeliz – palavra nova (derivada)

Derivação Sufixal ou Por Sufixação

É quando acontece um acréscimo de sufixo à palavra primitiva. Exemplo:

Mal + vado – malvado

Mal – palavra primitiva

Vado – sufixo

Malvado - palavra nova (derivada)

Essa derivação sufixal tem por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical e a partir dela são formados novos substantivos, adjetivos, verbos e até advérbios; por isso são classificados em:

Nominal: quando é formado pela junção de um radical para dar origem a um substantivo ou a um adjetivo. Exemplo: ponteira – pontinha – pontudo.

Verbal: quando é formado pela junção de um radical para dar origem a um verbo. Exemplo: amanhecer – atualizar - suavizar.

Adverbial: quando é formado pela junção de um radical para dar origem a um advérbio de modo. Exemplo: perigosamente – felizmente – religiosamente.

Derivação prefixal e sufixal

É quando acontece um acréscimo de prefixo e sufixo à palavra primitiva. Exemplo:

In + feliz = mente - infelizmente

In – prefixo

Feliz – palavra primitiva

Mente - sufixo

Infelizmente – palavra nova (derivada)

Na Derivação Prefixal e Sufixal, a presença apenas do sufixo ou apenas do sufixo na palavra primitiva é suficiente para a formação de uma nova palavra – infeliz ou felizmente.

Derivação parassintética

É quando acontece um acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo à palavra primitiva. Exemplo:

Em + pobre + cer = empobrecer

Em – prefixo

pobre – palavra primitiva

cer - sufixo

Empobrecer – palavra nova (derivada)

Diferente da Derivação Prefixal e Sufixal, a presença apenas do sufixo e apenas do prefixo na palavra primitiva não é suficiente para a formação de uma nova palavra. No caso da palavra empobrecer, por exemplo, ela só existe com ambas as derivações aplicadas simultaneamente.

Derivação regressiva

É quando acontece uma redução na palavra primitiva. Exemplo: flagrante – flagra, delegado – delega, português – portugal

A Derivação Regressiva tem maior importância na formação de substantivos deverbais ou pós-verbais, que foram unidos por uma das vogais –o, -a ou –e ao radical do verbo. Exemplos:

Ajudar – a ajuda

Perder – a perda

Vender – a venda

Debater – o debate

Cortar – o corte

Atacar – o ataque

Atrasar – o atraso

Chorar – o choro

Apelar – o apelo

Derivação imprópria

As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer alteração na forma. Exemplo:

Os bons sempre se prejudicam. – Adjetivo substantivado

O argumento da advogada foi bem claro. – Adjetivo adverbializado

Composição

Composição é o processo pelo qual palavras novas são formadas pela junção de duas ou mais palavras, ou seja, de dois ou mais radicais. Essas palavras são chamadas de Compostas em oposição às simples, que possuem um só radical. A Composição pode acontecer de duas formas, conforme abaixo:

Composição por aglutinação

É a junção das palavras em que elas sofrem alteração fonética. Exemplos:

Plano + Alto: planalto – queda do o

Água + ardente: aguardente – queda do a

Perna + alta: pernalta – queda do a

Em + boa + hora: embora – queda do a

Composição por justaposição

É a junção das palavras em que elas não sofrem alteração fonética. Exemplos:

Ponta + pé: pontapé

Gira + sol: girassol

Passa + tempo: passatempo

Madre + pérola: madrepérola

Além desses casos, existem casos especiais de palavras compostas que não são formadas a partir de outras palavras da língua portuguesa, mas sim de radicais pertencentes a outras línguas. Estes classificam-se em:

Compostos Eruditos

Quando as palavras são compostas de radicais apenas latinos ou gregos. Exemplos:

Agrícola – agri- (latim) + -cola (latim)

Piscicultura – pisci- (latim) + -cultura (latim)

Pentágono – penta- (grego) + -gono (grego)

Hibridismo

Quando as palavras são compostas de radicais de idiomas diferentes. Exemplos:

Neologismo

Quando novas palavras são criadas a partir de uma necessidade do falante em contextos específicos que podem ser temporárias ou permanentes em vista de um novo conceito. Exemplos:

Informática – informatizar

O Neologismo pode ser classificado em três tipos:

Neologismo semântico

Quando a palavra já existente ganha um novo significado. Exemplo:

Ana disse que deu zebra quando ela tirou o binóculo da bolsa. – deu errado

Marcelo faz bico para ajudar nas contas da casa. – trabalho temporário

Neologismo sintático

Quando existe uma combinação de elementos já existentes na língua como a derivação ou a composição. Exemplo:

João Paulo II ganhou o mundo papalizando com carisma.

A não-informação conduz as pessoas à ignorância.

Neologismo lexical

Quando uma nova palavra é criada, com um novo conceito. Exemplo:

Deletar – apagar, eliminar

Internetês – a língua da internet

Onomatopeia

Quando a palavra imita, representa certos sons. Exemplos:

Tique-tique

Chuá-chuá

Atchim

Plaft

Monocultura: mono- (grego) + -cultura (latim)

Parte superior do formulário

Exercício 1: (UFPB 2010)

O mesmo processo de formação da palavra "feminilidade" é observado em:

A) ○ *"Envelhecer"*

B) ○ *"envergonhados"*

C) ○ *"desapontando"*

D) ○ *"cruelmente"*

E) ○ *"infraestrutura"*

Exercícios sobre a composição

A composição é processo pelo qual novas palavras são formadas a partir da junção de palavras ou radicais existentes na língua.

Perguntas

Questão: 1

(UFMG)

Em "O girassol da vida e o passatempo do tempo que passa não brincam nos lagos da lua", há, respectivamente:

a – ( ) um elemento formado por aglutinação e outro por justaposição.

b – ( ) um elemento formado por justaposição e outro por aglutinação.

c – ( ) dois elementos formados por justaposição.

d – ( ) dois elementos formados por aglutinação.

Questão: 2

(Faap-SP)

"Vou-me embora pra Pasárgada."

Embora(em+boa+hora): processo de formação de palavras a que chamamos:

a) Derivação prefixal

b) Derivação sufixal

c) Composição por justaposição

d) Composição por aglutinação

e) Derivação regressiva

Questão: 3

Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira, tendo em vista o processo de formação atribuído às palavras em questão:

(A) Composição por justaposição

(B) Composição por aglutinação

( ) quinta-feira
( ) couve-flor
( ) fidalgo
( ) planalto
( ) passatempo
( ) hidrelétrico
( ) girassol

Questão: 4

Explicite seus conceitos procurando conceituar os processos de formação de palavras demarcados pela justaposição e pela aglutinação.

Respostas

Questão: 1

Alternativa correta demarcada pela letra "C", haja vista que tal processo, em ambos os casos, deu-se pela junção dos termos passatempo e girassol.

Questão: 2

Temos como alternativa correta a letra "D", haja vista que no processo em questão (aglutinação), pelo menos um dos elementos agregados altera a pronúncia que antes possuía, quando pronunciado de forma separada.

Questão: 3

(A) quinta-feira

(A) couve-flor

(B) fidalgo

(B) planalto

(A) passatempo

(B) hidrelétrico

(A) girassol

Questão: 4

A justaposição caracteriza-se pelo processo no qual os elementos da composição não sofrem alteração fonética, enquanto que na aglutinação pelo menos um dos elementos formadores sofre alteração, seja essa de natureza gráfica Significação das palavras

A significação das palavras é o sentido que as palavras podem ter em diferentes contextos. Envolve conceitos como sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia e polissemia.

Significação das palavras é o conjunto dos sentidos, significados e conotações de uma palavra de acordo com o contexto em que ela foi empregada. Desempenha um papel fundamental na comunicação, sendo essencial para a compreensão e expressão de ideias. Por meio do significado atribuído a cada termo, construímos conceitos e transmitimos nuances de pensamento.

Leia também: Funções da linguagem — categorias que envolvem a intenção por trás do discurso

Resumo sobre significação das palavras

A significação das palavras é o conjunto dos diversos sentidos que uma palavra carrega de acordo com o contexto em que é empregada.

Entender que as palavras podem ter múltiplos significados melhora a maneira como nos comunicamos.

Conceitos como sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia e polissemia são relevantes no estudo dos significados das palavras.

O que é a significação das palavras?

A significação das palavras é o conjunto de sentidos, significados e conotações que uma palavra carrega em determinado contexto linguístico. Esse fenômeno está ligado à semântica — o estudo do significado das palavras e das relações entre elas.

A compreensão da significação das palavras permite que as pessoas expressem ideias de forma precisa e compreendam as mensagens transmitidas. Além disso, as palavras podem adquirir diferentes matizes de significado dependendo do contexto cultural, social e histórico em que são utilizadas.

Classificação da significação das palavras

A significação das palavras pode receber diferentes categorias com base em diversos critérios.

→ Sinonímia e antonímia

A sinonímia é a relação entre palavras que têm significados semelhantes, possibilitando a substituição de uma pela outra em determinados contextos sem alterar significativamente o sentido da expressão, ou seja, é a relação entre pares de palavras sinônimas. Ex.: "Feliz" e "contente" são sinônimos, ambos expressando um estado de alegria.

A antonímia é a relação entre palavras que têm significados opostos, indicando contrastes ou oposições semânticas, ou seja, é a relação entre pares de palavras antônimas. Ex.: "Frio" é antônimo de "quente", representando extremos opostos de temperatura.

→ Paronímia e homonímia

A paronímia é a semelhança fonética e/ou gráfica entre palavras (o que pode causar confusão devido à proximidade de suas formas), mas com significados diferentes, ou seja, é a relação entre pares de palavras parônimas. Ex.: "Comprimento" (extensão) e "cumprimento" (saudação) são parônimos, pois têm formas semelhantes, mas significados distintos.

A homonímia é a relação entre palavras que têm a mesma forma, seja fonética, seja gráfica, mas têm significados diferentes, ou seja, é a relação entre pares de palavras homônimas. Ex.: "Manga" (fruta) e "manga" (parte de uma camisa) são homônimos, pois compartilham a mesma forma, mas têm significados distintos. Saiba mais sobre parônimos e homônimos clicando aqui.

Video Aula sobre paronimia e homônimos

→ Polissemia

É a capacidade de uma palavra ter múltiplos significados relacionados entre si, muitas vezes originados de um significado central. Ex.: A palavra "boca" pode referir-se à abertura na face humana, à entrada de um rio ou ao bocal de um instrumento musical, então apresenta diferentes sentidos derivados de um conceito central, podendo ser compreendido pelo contexto de uso da palavra.

Saiba mais: O que é ambiguidade?

Denotação e conotação

Denotação: significado literal e objetivo de uma palavra, sem incluir associações subjetivas.

Conotação: envolve as associações culturais, subjetivas e até mesmo emocionais que uma palavra pode evocar, além de seu significado literal. Para saber mais sobre esse tema, clique aqui.

→ Videoaula sobre denotação e conotação

Exercícios resolvidos sobre a significação das palavras

Questão 1

(Consulplan)

Apelo

Amanhã faz um mês que a senhora está longe de casa. Nos primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite pela primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, e até o canário ficou mudo. Para não ficar fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam e eu ficava só, sem o perdão de sua presença a todas as aflições do dia, como a última luz na varanda.

E comecei a sentir falta das pequenas brigas por causa do tempero na salada — o meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes

poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa, calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolhas?

Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando.

Venha para casa, Senhora, por favor.

(TREVISAN, Dalton. Mistérios de Curitiba. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.)

Assinale a alternativa em que o sinônimo da palavra sublinhada está incorretamente associado.

A) "Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, [...]" (1º§) – falta

B) "Para não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos." (2º§) – abatido

C) "A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, [...]" (2º§) – paralelamente

D) "Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando." (4º§) – irritadas

Resposta

Alternativa C

A expressão "aos poucos" não é sinônimo de "paralelamente".

Questão 2

(Unesc)

A época em que ser alegre era malvisto

Até o início do século XVIII, em lugares como Reino Unido e nas suas colônias na América do Norte, os historiadores perceberam que as pessoas tinham orgulho de serem um pouco melancólicas.

Isso tinha a ver, em parte, com a lógica cristã, de ter consciência dos seus pecados e de se manter humilde perante os olhos de Deus.

Peter Stearns, autor do livro 'História da Felicidade', cita, nas suas pesquisas, o diário escrito por um chefe de família da época, que defendia que Deus, entre aspas, "não permitia alegria nem prazer, mas sim, uma espécie de conduta melancólica e austera".

“Isso não quer dizer que as pessoas fossem infelizes — simplesmente, não temos como julgar isso de modo imparcial, a partir dos padrões atuais. Até porque a felicidade, obviamente, é algo bastante subjetivo.”

O que significa que havia, entre as pessoas da época, a percepção de que era necessário se desculpar por momentos de felicidade, por considerá-los uma afronta a Deus, segundo Stearns.

Mas isso mudou radicalmente no século XVIII, a ponto de, na redação da Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776, a busca pela felicidade ter sido considerada um direito humano. A Constituição da França de 1793 também explicitou a ideia de que o objetivo da sociedade é a felicidade comum.

https://www.bbc.com/portuguese/articles/ck5y8nyw1jyo. Adaptado.

Não permitia alegria nem prazer, mas sim, uma espécie de conduta “melancólica” e austera.

O sinônimo da palavra em destaque é:

A) expansiva

B) soturna

C) prazenteira

D) avida

E) jubilosa

Resposta

Alternativa B

Um possível sinônimo para o adjetivo “melancólica” é “soturna”.

a ou fonética.

Parte inferior do formulário

Processos de formação de palavras

Podemos citar como exemplos de processos de formação de palavras a composição e a derivação.

Há em Português palavras primitivas, palavras derivadas, palavras simples e palavras compostas.

Palavras primitivas: aquelas que, na língua portuguesa, não provêm de outra palavra. Ex.: pedra, flor.

Palavras derivadas: aquelas que, na língua portuguesa, provêm de outra palavra. Ex.: pedreiro, floricultura.

Palavras simples: aquelas que possuem um só radical. Ex.: azeite, cavalo.

Palavras compostas: aquelas que possuem mais de um radical. Ex.: couve-flor, planalto.

As palavras compostas podem ou não ter seus elementos ligados por hífen.

Processos de formação de palavras

→ Composição: Justaposição
Aglutinação

→ Derivação: Prefixal
Sufixal
Parassintética
Regressiva
Imprópria

Como processos de formação de palavras, podemos citar:

Composição

Haverá composição quando se juntarem dois ou mais radicais para formar nova palavra. Há dois tipos de composição: justaposição e aglutinação.

⇒ Justaposição: ocorre quando os elementos que formam o composto são postos lado a lado, ou seja, justapostos:

para-raios

corre-corre

guarda-roupa

segunda-feira

girassol

⇒ Composição por aglutinação: ocorre quando os elementos que formam o composto aglutinam-se e pelo menos um deles perde sua integridade sonora:

Aguardente (água + ardente), planalto (plano + alto)

Pernalta (perna + alta), vinagre (vinho + acre)

Derivação por acréscimo de afixos

É o processo pelo qual se obtêm palavras novas (derivadas) pela anexação de afixos à palavra primitiva. A derivação pode ser: prefixal, sufixal e parassintética.

⇒ Prefixal (ou prefixação): a palavra nova é obtida por acréscimo de prefixo.

In--------feliz desleal
prefixo + radical prefixo + radical

⇒ Sufixal (ou sufixação): a palavra nova é obtida por acréscimo de sufixo.

Felizmente lealdade
radical + sufixo radical + sufixo

⇒ Parassintética: a palavra nova é obtida pelo acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo. Por parênteses formam-se principalmente verbos.

En-------trist-----ecer
prefixo + radical + sufixo

en--------tard-----ecer
prefixo + radical + sufixo

Outros tipos de derivação:

Há dois casos em que a palavra derivada é formada sem que haja a presença de afixos. São eles: a derivação regressiva e a derivação imprópria.

⇒ Derivação regressiva: a palavra nova é obtida por redução da palavra primitiva. Ocorre, sobretudo, na formação de substantivos derivados de verbos.

⇒ Derivação imprópria: a palavra nova (derivada) é obtida pela mudança de categoria gramatical da palavra primitiva. Não ocorre, pois, alteração na forma, mas tão somente na classe gramatical.

Observe:

jantar (substantivo) deriva de jantar (verbo)
mulher aranha (o adjetivo aranha deriva do substantivo aranha)
Não entendi o porquê da briga. (o substantivo porquê deriva da conjunção porque)

Outros processos de formação de palavras:

Hibridismo: é a palavra formada com elementos oriundos de línguas diferentes.

automóvel (auto: grego; móvel: latim)
sociologia (socio: latim; logia: grego)
sambódromo (samba: dialeto africano; dromo: grego)

Os termos essenciais da oração são o sujeito e o predicado. É em torno desses dois elementos que as orações são estruturadas.

O elemento a quem se declara algo é denominado sujeito. Na estrutura da oração, o sujeito é o elemento que estabelece a concordância com o verbo. Por sua vez, o predicado é tudo aquilo que se diz sobre o sujeito.

Para fixar!

Sujeito = o ser sobre o qual se declara alguma coisa.
Predicado = o que se declara sobre o sujeito.

Na oração, sujeito e predicado funcionam assim:

Exemplo 1:

As ruas são intransitáveis.

Sujeito: às ruas

Verbo: são

Predicado: são intransitáveis (este é um predicado nominal e abaixo você vai entender o porquê!)

Exemplo 2:

Os alunos chegaram atrasados novamente.

Sujeito: os alunos

Verbo: chegaram

Predicado: chegaram atrasados novamente

Sujeito

O sujeito é o ser sobre o qual se declara alguma coisa.

Núcleo do sujeito

Núcleo do sujeito é a palavra com carga mais significativa em torno do sujeito. Quando o sujeito é formado por mais de uma palavra, há sempre uma com maior importância semântica.

Exemplo:

O garoto logo percebeu a festa que o esperava.

Sujeito: O garoto

Núcleo do sujeito: garoto

Predicado: logo percebeu a festa que o esperava

O núcleo do sujeito pode ser expresso por substantivo, pronome substantivo, numeral substantivo ou qualquer palavra substantivada.

Exemplo de substantivo:

A casa foi fechada para reforma.
Sujeito: A casa
Núcleo do sujeito: casa
Predicado: foi fechada para reforma.

Exemplo de pronome substantivo:

Eles não gostam de carne vermelha.
Sujeito: Eles
Núcleo do sujeito: Eles
Predicado: não gostam de carne vermelha.

Exemplo de numeral substantivo:

Três excedem.

Sujeito: Três

Núcleo do sujeito: Três

Predicado: excede.

Exemplo de palavra substantivada:

Um oi foi expresso rapidamente.

Sujeito: Um oi

Núcleo do sujeito: oi

Predicado: foi expresso rapidamente.

Tipos de sujeito

O sujeito pode ser determinado (simples, composto, oculto), indeterminado ou inexistente.

Sujeito simples

Quando possui um só núcleo. Ocorre quando o verbo se refere a um só substantivo ou um só pronome, ou um só numeral, ou a uma só palavra substantivada.

Exemplo:

O desenho em nanquim será sempre uma expressão admirada.

Sujeito: O desenho em nanquim

Núcleo: desenho

Predicado: será sempre uma expressão admirada.

Sujeito composto

Com mais de um núcleo. As orações com sujeito composto são compostas por mais de um pronome, mais de um numeral, mais de uma palavra ou expressão substantivada ou mais de uma oração substantiva.

Exemplo:

Cristina, Marina e Bianca fazem balé no Teatro Municipal.

Sujeito: Cristina, Marina e Bianca

Núcleo: Cristina, Marina, Bianca

Predicado: fazem balé no Teatro Municipal.

Sujeito oculto

Ocorre quando o sujeito não está materialmente expresso na oração, mas pode ser identificado pela desinência verbal ou pelo período contíguo.

Também é chamado de sujeito elíptico, desinencial ou implícito.

Exemplo:

Estávamos à espera do ônibus.
Sujeito oculto: nós
Desinência verbal: estávamos

Sujeito indeterminado

O sujeito indeterminado ocorre quando não se refere a um elemento identificado de maneira clara. É observado em três casos:

quando o verbo está na 3ª pessoa do plural, sem que o contexto permita identificar o sujeito;

quando um verbo está na 3.ª pessoa do singular acompanhado do pronome (se);

quando o verbo está no infinitivo pessoal.

Sujeito inexistente

A oração sem sujeito ocorre quando a informação veiculada pelo predicado está centrada em um verbo impessoal. Por isso, não há relação entre sujeito e verbo.

Exemplo:

Choveu muito em Manaus.
Predicado: Choveu muito em Manaus

Predicado

O predicado pode ser verbal, nominal ou verbo-nominal.

Predicado verbal

O predicado verbal ocorre quando o núcleo da informação veiculada pelo predicado está contido em um verbo significativo que pode ser transitivo ou intransitivo. Nesse caso, a informação sobre o sujeito está contida nos verbos.

Exemplo:

O entregador chegou.
Predicado verbal: chegou.

Predicado nominal

O predicado nominal é formado por um verbo de ligação + predicativo do sujeito.

Exemplo:

O entregador está atrasado.
Predicado nominal: está atrasado.

Predicado verbo-nominal

O predicado verbo-nominal apresenta duas cores: o verbo transitivo ou intransitivo + o predicativo do sujeito ou predicativo do objeto.

Exemplo:

A menina chegou ofegante à ginástica.
Sujeito: A menina
Predicado verbo-nominal: chegou ofegante à ginástica.

Exercícios de termos essenciais da oração

1. (EMM) Há predicado verbo-nominal em:

a) Ela descansava em casa.
b) Todos cumpriram o juramento
c) Ele vinha preocupado.
d) Ele está abatido
e) Ela marchava alegremente.

Ver Resposta ☐

2. (EMM) A única oração com sujeito simples é:

a) Existem algumas dúvidas.
b) Compraram-se livros e revistas.
c) Precisa-se de ajuda.
d) Faz muito frio.
e) Há alguns problemas.

Ver Resposta ☐

3. (PUC-SP) – O verbo ser, na oração:

"Eram cinco horas da manhã...", é:

a) pessoal e concorda com o sujeito indeterminado.
b) impessoal e concorda com o objeto direto.

c) impessoal e concorda com o sujeito indeterminado.

d) Impessoal e concorda com a expressão numérica.

e) Pessoal concorda com a expressão numérica.

Ver Resposta

4. (PUC-PR) Sobre o exemplo: "A lua brilhou alegre no céu", afirmamos que:

I. O verbo brilhar é intransitivo.

II. O verbo brilhar é transitivo direto.

III. O verbo brilhar é transitivo indireto.

IV. O predicado é nominal.

V. O predicado é verbal.

VI. O predicado é verbo-nominal.

a) Estão corretas I e VI.

b) Estão corretas I e V.

c) Estão corretas II e V.

d) Está correta apenas IV.

e) Estão corretas III e VI.

Os termos integrantes da oração são o complemento nominal, o complemento verbal (objeto direto e objeto indireto) e o agente da passiva.

Complemento nominal

O complemento nominal é o termo da oração que é ligado ao sujeito, predicativo, objeto direto, o objeto indireto, o agente da passiva, o adjunto adverbial, o aposto ou ao vocativo.

O complemento nominal liga-se ao substantivo, adjetivo ou advérbio por intermédio de uma preposição.

Exemplo 1:

A mulher tinha necessidade de medicamentos.

Nome (substantivo): necessidade.

Complemento nominal: de medicamentos.

Exemplo 2:

Esta conduta é prejudicial à saúde.

Nome (adjetivo): prejudicial.

Complemento nominal: à saúde.

Exemplo 3:

Decidiu favoravelmente ao acusado.

Nome (advérbio): favoravelmente.

Complemento nominal: ao acusado.

O núcleo do complemento nominal, em geral, é representado por um substantivo ou palavra com valor de substantivo. O pronome oblíquo também pode representar um complemento nominal deixando a preposição implícita no pro Exemplo 4:

Andar a pé lhe era agradável. (era agradável a ele)

Complemento nominal: lhe.

Quando houver um período composto, a função do complemento nominal pode agir na oração com valor substantivo. Nos casos em que isso ocorre, a denominação é de oração substantiva completiva nominal.

Exemplo 5:

Tinha a necessidade de que o socorresse.

Complemento nominal: de que o socorresse.

Oração: tinha a necessidade.

Complemento verbal

Objeto direto

O objeto direto é o complemento de um verbo transitivo direto sem preposição obrigatória. Ele indica o ser para a qual se dirige a ação verbal. Pode ser apresentado por substantivo, pronome, numeral, palavra ou expressão substantivada ou oração substantiva.

Exemplo:

Algumas pessoas tomam vinho.

Sujeito: algumas pessoas.

Verbo transitivo direto: tomam.

Objeto direto: vinho.

nome. Objeto direto preposicionado

Ocorre quando o objeto direto vem regido por preposição.

Exemplo:

Nunca me enganaram a mim.
Verbo transitivo direto: enganaram.
Objeto direto preposicionado: a mim.

Objeto indireto

O objeto indireto completa a significação de um verbo e vem sempre acompanhado de preposição. Pode ser representado por substantivo ou palavra substantivada, pronome, numeral, expressão substantivada ou oração substantiva.

Exemplo:

Amélia acredita em discos voadores.
Sujeito: Amélia.
Verbo transitivo direto: acredita.
Objeto indireto: em discos voadores.

Pronomes oblíquos como complementos verbais

Há casos em que os pronomes oblíquos assumem a função de complementos verbais.

Exemplo:

A proposta interessava-lhe.
Verbo transitivo indireto: interessava.
Objeto Agente da passiva

O agente da passiva é o complemento preposicionado que representa o ser que pratica a ação expressa por um verbo na voz passiva.

Exemplo:

A criança foi orientada pelo professor.
Sujeito: a criança.
Verbo na voz passiva: foi orientada.
Agente da passiva: professor.

Transposição da voz ativa para a voz passiva

O agente da passiva é o sujeito na voz ativa. O objeto direto da voz ativa passa a sujeito da voz passiva.

Exemplo de oração na VOZ ATIVA:

O jardineiro colheu as flores.

Sujeito: o jardineiro.

Verbo transitivo: colheu.

Objeto direto: as flores.

Exemplo de oração na VOZ PASSIVA:

As flores foram colhidas pelo jardineiro.

Sujeito: as flores.

Locução verbal: foram colhidas.

Age Questão 1

A oração que apresenta complemento nominal é:

a) Espero que tire proveito das aulas particulares.

b) As primas do interior chegam hoje.

c) As aulas foram proveitosas.

d) Gosto de lugares exóticos.

e) Confio em ti.

Ver Resposta

Alternativa certa: a) Espero que tire proveito das aulas particulares.
"das aulas particulares" é complemento nominal, porque completa o sentido do substantivo proveito, ou seja, ele é indispensável.

Quanto às alternativas restantes:

b) As primas do interior chegam hoje.
"do interior" é adjunto adnominal, porque tem a função de adjetivo. Ele não completa o sentido do substantivo primas, mas sim, o caracteriza, por isso, ele é dispensável.

c) As aulas foram proveitosas.
"proveitosas" é predicativo do sujeito, pois está atribuindo uma qualidade ao sujeito "as aulas" através do verbo de ligação foram.

d) Gosto de lugares exóticos.
"de lugares exóticos" é objeto indireto, que é um complemento verbal, porque completa o sentido de um verbo (e não de um nome, como o complemento nominal). Neste caso, o objeto indireto está completando o verbo gostar.

e) Confio em ti.
“em ti” é objeto indireto, que é um complemento verbal, porque completa o sentido de um verbo (e não de um nome, como o complemento nominal). Neste caso, o objeto indireto está completando o verbo confiar.

Questão 2

Identifique os complementos nominais presentes no texto abaixo:

Feliz com a novidade, telefonou para os amigos da escola. Queria dizer que iria morar perto da atriz. Estava preparando a mudança de casa.

Ver Resposta

Os complementos nominais são: com a novidade, da atriz, de casa. Todos eles completam o sentido de um nome (adjetivo, advérbio e substantivo, respectivamente) e são introduzidos por uma preposição:

“com a novidade” completa o sentido do adjetivo “feliz” (Feliz com a novidade).
“da atriz” completa o sentido do advérbio “perto” (morar perto da atriz).
“de casa” completa o sentido do substantivo “mudança” (mudança de casa).

O texto apresenta também objeto indireto e adjunto adnominal, os quais às vezes podem ser confundidos com complementos nominais.

“para os amigos” é objeto indireto, porque completa o sentido de um verbo (e não de um nome, como o complemento nominal). Neste caso, o objeto indireto está completando o verbo telefonar (Telefonou para quem?). Telefonar é um verbo transitivo indireto, pois precisa de um complemento com preposição.

“da escola” é adjunto adnominal, porque ele não completa, mas sim caracteriza o substantivo amigos, ou seja, ele tem a função de adjetivo, por isso, ele é dispensável. O complemento nominal, por sua vez, completa um nome e, por isso, é indispensável.

Questão 3

(UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa)

A oração que apresenta complemento nominal é:

a) Os pobres necessitam de ajuda.
b) Sejamos úteis à sociedade.
c) Os homens aspiram à paz.

d) Os pedidos foram feitos por nós.
e) A leitura amplia nossos conhecimentos.

Ver Resposta

Alternativa certa: b) Sejamos úteis à sociedade.
"à sociedade" completa o sentido do substantivo útil, por isso, ele é indispensável na oração. Sendo assim, é um complemento nominal.

Quanto às alternativas restantes:

a) Os pobres necessitam de ajuda.
"de ajuda" complementa o sentido do verbo necessitar (Os pobres necessitam de quê?). Necessitar é um verbo transitivo indireto, pois precisa de um complemento com preposição.

c) Os homens aspiram à paz.
"à paz" complementa o sentido do verbo aspirar, que nesta oração tem o sentido de desejo, vontade e é um verbo transitivo indireto, pois precisa de um complemento com preposição.

d) Os pedidos foram feitos por nós.
"por nós" é agente da passiva, ou seja, é o termo que indica quem fez os pedidos.

e) A leitura amplia nossos conhecimentos.
"Nossos conhecimentos" complementa o sentido do verbo ampliar (O que a leitura amplia?). Ampliar é um verbo transitivo direto, pois precisa de um complemento sem preposição obrigatória.

Questão 4

A oração que apresenta complemento nominal é:

a) Duvido da sua intenção.
b) Os clientes da loja saíram satisfeitos.
c) Pergunte a eles o motivo.
d) Fique longe de mim.
e) Deixou os filhos sozinhos.

Ver Resposta

Alternativa certa: d) Fique longe de mim.
"de mim" completa o sentido de um nome, que é o advérbio longe, por isso, ele é indispensável na oração. Sendo assim, é um complemento nominal.

Quanto às alternativas restantes:

a) Duvido da sua intenção.
"da sua intenção" complementa o sentido do verbo duvidar (Dúvida de quê?). Duvidar é um verbo transitivo indireto, pois precisa de um complemento com preposição.

b) Os clientes da loja saíram satisfeitos.
"da loja" é adjunto adnominal, porque ele não completa o substantivo clientes, mas sim o caracteriza, ou seja, ele tem a função de adjetivo, por isso, ele é dispensável. O complemento nominal, por sua vez, completa um nome e, por isso, é indispensável.

c) Pergunte a eles o motivo.
"a eles" e "o motivo" são complementos verbais, porque completam o sentido do verbo perguntar, que é um verbo transitivo direto e indireto, pois precisa de um complemento com preposição e outros sem preposição (Perguntou o que a quem?). "a ele" é objeto indireto, "o motivo" é objeto direto.

e) Deixou os filhos sozinhos.
"sozinhos" é predicativo do objeto, porque ele caracteriza o objeto direto (os filhos). O objeto direto completa o verbo deixar (Deixou o quê?).

Questão 5

Identifique a alternativa em que aparece um complemento nominal.

a) Foi transportado pelos colegas de turma.
b) Sua carreira deixou seus pais orgulhosos.
c) Seja persistente nas suas escolhas.
d) A seleção do Brasil joga hoje.
e) O público ficou radiante.

Ver Resposta ☐

Alternativa certa: c) Seja persistente nas suas escolhas.
"nas suas escolhas" é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o adjetivo persistente. Pelo fato de completar o adjetivo,ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

Quanto às alternativas restantes:

a) Foi transportado pelos colegas de turma.
"pelos colegas" é agente da passiva, ou seja, é o termo que indica quem o transportou.

"de turma" é adjunto adnominal, porque ele não completa o substantivo colegas, mas sim o caracteriza, ou seja, ele tem a função de adjetivo, por isso, ele é dispensável. O complemento nominal, por sua vez, completa um nome e, por isso, é indispensável.

b) Sua carreira deixou seus pais orgulhosos.
"orgulhosos" é predicativo do objeto, porque ele caracteriza o objeto direto (seus pais). O objeto direto completa o verbo deixar (Deixou o quê?).

d) A seleção do Brasil joga hoje.
"do Brasil" é adjunto adnominal, porque ele não completa o substantivo seleção, mas sim o caracteriza, ou seja, ele tem a função de adjetivo, por isso, ele é dispensável. O complemento nominal, por sua vez, completa um nome e, por isso, é indispensável.

e) O público ficou radiante.
"radiante" é predicativo do sujeito, porque ele caracteriza o sujeito (público), o que neste caso é feito através do verbo de ligação (ficou).

Questão 6

(FIAM-FAAM Centro Universitário)

Identifique a alternativa em que aparece um complemento nominal.

a) Sanches esteve frio.
b) Tive medo de perdê-lo.
c) Exprimia-se brevemente.
d) O caso era outro.
e) Manobrava, então, para voltar à carga.

Ver Resposta

Alternativa correta: b) Tive medo de perdê-lo.
"de perdê-lo" é complemento nominal, pois completa o sentido de um nome, que é o substantivo medo. Pelo fato de completar o substantivo, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

Quanto às alternativas restantes:

a) Sanches esteve frio.

“frio” é predicativo do sujeito, porque ele caracteriza o sujeito Sanches, o que neste caso é feito através do verbo de ligação esteve.

c) Exprimia-se brevemente.

“brevemente” é adjunto adverbial, porque ele modifica o sentido do verbo exprimir.

d) O caso era outro.

“outro” é predicativo do sujeito, porque ele caracteriza o sujeito caso, o que é feito através do verbo de ligação era.

e) Manobrava, então, para voltar à carga.

“à carga” é objeto indireto, que é um complemento verbal, porque completa o sentido do verbo voltar.

Questão 7

(EEAR - Escola de Especialistas de Aeronáutica)

Leia:

Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.

Os termos destacados, no texto acima, exercem respectivamente a função de

a) adjunto adnominal e objeto indireto.
b) complemento nominal e objeto indireto.
c) complemento nominal e adjunto adnominal.
d) adjunto adnominal e complemento nominal.

Ver Resposta

Alternativa certa: d) adjunto adnominal e complemento nominal.

“de um mundo caduco” é adjunto adnominal, porque ele não completa, mas sim caracteriza o substantivo poeta, ou seja, ele tem a função de adjetivo, por isso, ele é dispensável. O complemento nominal, por sua vez, completa um nome e, por isso, é indispensável.

“à vida” é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o adjetivo preso. Pelo fato de completar o adjetivo, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

Questão 8

Identifique os complementos nominais nas orações abaixo.

a) Ele tem medo de barata?

b) Aquele remédio fez mal ao fígado.

c) A finalização da tarefa depende dela.

d) Foi bem na redação.

e) É rico em saúde.

Ver Resposta ☐

a) Ele tem medo de barata?
"de barata" é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o substantivo medo (Tem medo do quê?). Pelo fato de completar o substantivo, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

b) Aquele remédio fez mal ao fígado.
"ao fígado" é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o advérbio mal (Fez mal a quê?). Pelo fato de completar o advérbio, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

c) A finalização da tarefa depende dela.
"da tarefa" é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o substantivo finalização. (Finalização de quê?). Pelo fato de completar o substantivo, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

d) Foi bem na redação.
"na redação" é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o advérbio bem (Foi bem em quê?). Pelo fato de completar o advérbio, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

e) É rico em saúde.
"em saúde" é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o adjetivo rico (É rico em quê?). Pelo fato de completar o adjetivo, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

Questão 9

Os livros são importantes e acrescentam valor na aprendizagem.

Os termos destacados na oração acima são respectivamente:

a) predicativo do sujeito e complemento nominal.

b) complemento nominal e adjunto adnominal.

c) complemento nominal e predicativo do sujeito.

d) complemento nominal e objeto indireto.

e) predicativo do sujeito e objeto indireto

Ver Resposta

Alternativa certa: a) predicativo do sujeito e complemento nominal.

“importantes” é predicativo do sujeito, porque ele caracteriza o sujeito livros, o que é feito através do verbo de ligação são.

“na aprendizagem” é complemento nominal, porque completa o sentido de um nome, que é o substantivo valor (Os livros acrescentam valor em quê?). Pelo fato de completar o substantivo, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.

Questão 10

A necessidade de afeto era constante.

Com relação à oração acima, indique as alternativas certas.

a) O sujeito “necessidade” é um substantivo que está sendo caracterizado pelo adjunto adnominal “de afeto”.
b) O complemento nominal é "constante".
c) “de afeto” e “constante" são complemento nominal e predicativo do sujeito, respectivamente.
d) “de afeto” é o complemento nominal do substantivo necessidade.
e) “constante” é predicativo do objeto.

Ver Resposta

Alternativas certas:

c) “de afeto” e “constante" são complemento nominal e predicativo do sujeito, respectivamente.
"de afeto" completa um nome, que é o substantivo necessidade. Pelo fato de completar o substantivo, ele é indispensável na oração, sendo assim, um complemento nominal.
"constante", por sua vez, atribui uma qualidade ao sujeito necessidade.

d) “de afeto” é o complemento nominal do substantivo necessidade.
"de fato" completa o nome necessidade, que é um substantivo, pois quem tem necessidade, tem necessidade de algo (neste caso, necessidade de afeto).

Passado pelo jardineiro Termos acessórios da oração são aqueles que desempenham uma função secundária na oração. Eles são usados para exprimir circunstâncias, caracterizar seres e determinar substantivos.

Os termos acessórios da oração são: aposto, adjunto adverbial e adjunto adnominal.

Aposto

O aposto é um termo acessório que tem como função explicar ou especificar outro termo da oração. Geralmente, ele é separado por vírgulas, dois pontos ou travessões.

Exemplo:

Doutora Ana, a melhor nutricionista da cidade, foi galardoada essa semana.

Só falta uma coisa para o passeio: uma garrafa d'água.

Clarice Lispector - um dos maiores nomes da nossa literatura - nasceu na Ucrânia.

Adjunto adverbial

O adjunto adverbial é o termo que complementa verbos, advérbios ou adjetivos indicando uma circunstância (de tempo, lugar, modo, intensidade, etc.).

Exemplo:

Chegaram tarde. (adjunto adverbial de tempo)

Eles falam depressa. (adjunto adverbial de modo)

Os doces estavam muito saborosos. (adjunto adverbial de intensidade)

Adjunto adnominal

O adjunto adnominal é o termo que tem como função caracterizar, modificar, determinar ou qualificar o substantivo.

Exemplo:

Seus amigos foram divertidos comigo.

Ela lê livros interessantes.

O professor chegou.

Exercícios de termos acessórios da oração

1. “Termos acessórios são os que desempenham na oração uma função secundária, qual seja a de caracterizar um ser, determinar os substantivos, exprimir alguma circunstância.” (CEGALLA, 2007, p. 363).

Analise as frases e os termos em negrito e assinale a alternativa correta:

Maria do Carmo, melhor aluna da turma, ganhou o prêmio de literatura

Joana, venha ver seu programa favorito.

Mudou-se havia três semanas.

Morei com Bruno perto de dois anos

a) adjunto adnominal, complemento verbal, aposto e vocativo

b) vocativo, aposto, adjunto adnominal e adjunto adverbial

c) aposto, vocativo, adjunto adnominal e adjunto adverbial

d) complemento nominal, vocativo, número e complemento verbal

e) vocativo, complemento nominal, adjunto adverbial e adjunto adnominal

Ver Resposta ☐

Letra c: aposto, vocativo, adjunto adnominal e adjunto adverbial

2. “Adjunto adverbial é o termo que exprime uma circunstância (de tempo, lugar, modo, etc.) ou, em outras palavras, que modifica o sentido de um verbo, adjetivo ou advérbio.” (CEGALLA, 2007, p. 364).

Assinale a alternativa abaixo que não desempenha a função de adjunto adverbial:

a) Talvez Juan tivesse razão.

b) Gosto muito de chocolate.

c) Chegamos à cidade ao fim da noite.

d) Voltamos de carro para a praia.

e) José, avô de Daniel, comprou um carro.

Ver Resposta ☐

Letra e: José, avô de Daniel, comprou um carro. (função de aposto)

3. Qual das frases abaixo não apresenta um aposto?

a) A geografia, estudo da terra, é uma disciplina fundamental do currículo escolar.

b) Joana apresentou seu trabalho na escola que recebeu nota máxima.

c) Diana e Richard foram os vencedores, aquela na corrida, e esta no atletismo.

d) Na bolsa levava o que precisava: roupas, comida e remédios.

e) A garota, que parecia desacordada, foi levada para o hospital.

Ver Resposta

Letra b: Joana apresentou seu trabalho na escola que recebeu nota máxima.

Questão 1

Identifique o aposto na seguinte oração: "Maria, a secretária da escola, preencheu os documentos."

a) Maria

b) a secretária da escola

c) preencheu os documentos

d) os documentos

Validar resposta

Questão 2

Indique a alternativa que contém um exemplo de aposto comparativo:

a) Aquela fábrica, uma máquina de dinheiro, entrou em falência.

b) As exigências dos artistas incluíam: toalhas brancas, água com gás e caixa de bombons.

c) Colegas da turma, professores e funcionários, todos estavam a seu favor.

d) O escritor Machado de Assis é um dos maiores nomes da nossa literatura.

Validar resposta

Questão 3

Identifique o aposto especificativo na seguinte oração: "A tragédia Hamlet é uma das mais encenadas no mundo."

a) A tragédia

b) é uma das mais encenadas

c) no mundo

d) Hamlet

Validar resposta

Questão 4

Indique a alternativa em que o termo retirado da oração seguinte é um aposto: Capitu, de Machado, é a personagem feminina mais famosa do sublime escritor.

a) personagem feminina

b) Capitu

c) de Machado

d) do sublime escritor

Validar resposta

Questão 5

Considerando as frases abaixo, indique a alternativa certa.

I. Ó João! Não está ouvindo o telefone tocar?

II. Onde encontro alguém para perguntar sobre o João da contabilidade?

a) Na frase I há um vocativo e na II há um aposto.

b) Nas duas frases há aposto.

c) Na frase I há um aposto e na II há um vocativo.

d) Nas duas frases há vocativo.

Validar resposta

Questão 6

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um aposto especificativo:

a) Documentos, cartas e fotografias, tudo foi destruído pelo fogo.

b) Quero apenas duas coisas: saúde e paz.

c) O aluno João deve comparecer ao ensaio amanhã.

d) Crianças, jovens e adultos, todos viram e não disseram nada.

Validar resposta

Questão 7

Identifique os vocativos no trecho abaixo.

Ó lágrimas, deixem meus olhos descansarem! Amigos, grandes motivadores, agradeço a homenagem. Reconhecimento, queridos, é essencial para motivação e crescimento pessoal.

Ver Resposta

Questão 8

Indique a única alternativa que contém aposto.

a) Aquilo exigia um esforço adicional, coisa que não queria fazer.

b) A refeição, leve e saborosa, agradou aos convidados.

c) Maria, que é a mais falante, não abriu a boca.

d) Esforçada, a equipe conquistou um lugar no pódio.

Validar resposta

Questão 9

Indique a alternativa em que o termo destacado não é um aposto explicativo:

a) Meu amigo Pedro é um excelente corredor.

b) Paris, a capital da França, é uma cidade encantadora.

c) Maria, a vizinha do lado, viajou ontem.

d) Pedologia, ciência que estuda os solos, é pouco conhecida.

Validar resposta

Questão 10

Retire o oposto de cada uma das orações abaixo.

a) Somente dois países da América do Sul, isto é, Chile e Equador, não fazem fronteira com o Brasil.
b) Só desejo uma coisa: paz.
c) Ana, professora do 7º ano, trabalha há anos nesta escola.
d) Iracema, a virgem dos lábios de mel, é uma personagem de José de Alencar.
e) Aquele doce que a tia faz, um manjar dos deuses, nunca sobra.

Ver Resposta ☐

Questão 11

(UFC) Leia o que abaixo se afirma acerca do aposto.

Pode-se ampliar, explicar, desenvolver ou resumir a ideia contida num termo que exerça qualquer função sintática por meio de um termo acessório a ele equivalente: o aposto. O aposto pode ser classificado, de acordo com seu valor na oração, em: explicativo, enumerativo, resumidor ou recapitulativo, comparativo e especificativo.

DE NICOLA, José; INFANTE, Ulisses. Gramática contemporânea da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 1997, p. 281.

I. Nos períodos a seguir, os trechos em negrito exercem a função de aposto. Classifique-os de acordo com seu valor na oração.

b.1. Invisível como o vento e os encantos, a Morte apossara-se do frágil sopro do menino pagão na noite em que a porta se abrira dando-lhe passagem.

Ver Resposta ☐

Nesta oração, o apóstolo "Invisível como o vento e os encantos" é classificado como comparativo, porque faz uma comparação implícita com a morte.

b.2. Quando a Velha do Chapéu-Grande, assim o empalhador de cangalhas para montarias chamava a fome, empoleirou-se de vez, assistindo ao padecer dos viventes, há muito haviam se apartado as águas (...).

Ver Resposta ☐

Nesta oração, o apóstolo "assim o empalhador de cangalhas para montarias chamava a fome" é classificado como explicativo porque contém uma explicação acerca do termo anterior (Velha do Chapéu-Grande).

II. Construa uma frase em que Bisneto figure como aposto especificativo.

Ver Resposta ☐

O menino bisneto fazia aniversário no mesmo dia que o prefeito.

O aposto especifico não é marcado por sinais de pontuação. Geralmente é um substantivo que especifica um substantivo genérico.

Questão 12

(Unirio-RJ) Em "Passamos, então nós dois, privilegiadas criaturas, a regalar-nos com a mesa...", a função sintática do termo destacado é:

a) sujeito

b) objeto direto

c) aposto

d) adjunto adverbial

e) vocativo

Validar resposta

Questão 13

(UECE) Ocorre vocativo em:

a) "Então, senhora linha, ainda teima..."

b) "Entre os dedos dela, unidinha a eles, furando abaixo e acima..."

c) "A senhora não é alfinete, é agulha."

d) "Mas você é orgulhosa."

A ESTRUTURA DOS PERÍODOS

Você sabe o que é o período?

Chamamos de período a frase organizada em oração ou orações. O período pode ser:

→ simples, quando constituído de uma só oração;

→ composto, quando constituído de duas ou mais orações.

Quando o período for composto, ele poderá ser:

→ composto por coordenação;

→ composto por subordinação;

→ composto por coordenação e por subordinação.

Essa é a definição e a natureza sintática do período. Contudo, muita gente ainda não sabe a diferença que ele pode fazer na construção de sentidos do texto e acaba descuidando de sua duração. É preciso ficar atento na hora de escrever, pois a palavra escrita não dispõe dos recursos disponíveis na oralidade, entre eles a entonação e até mesmo as expressões faciais do falante. Se você nunca sabe como construir um período que tenha a duração adequada, fique atento às dicas de redação que o sítio de Português traz agora para você e elimine de uma vez por toda suas dúvidas. Vamos lá?

Dicas de redação: construindo o período

► A compreensão de um texto depende dos conhecimentos linguísticos e extralinguísticos do leitor e do autor. Para que o leitor aproveite ao máximo as informações nele disponibilizadas, é essencial que elementos como a coerência e a coesão sejam contemplados por aquele que escreve, caso contrário, o texto torna-se ininteligível. Entre os fatores linguísticos que podem dificultar a compreensão de um texto, estão as estruturas sintáticas complexas, ou seja, os períodos longos. Esse tipo de construção geralmente deixa o leitor perdido em meio a tantas ideias, e por isso deve ser evitado;

► O período deve conter um pensamento completo, isto é, deve fazer sentido, mesmo que esteja se relacionando com períodos anteriores ou ampliando os sentidos desses. Apresentar um pensamento completo não significa que o período deve ser longo, ainda que a ideia seja complexa. Opte por construções simples e curtas, mas que não abram mão de informações necessárias para a sua compreensão;

► É preciso considerar que a construção de períodos está intimamente relacionada com o estilo de escrita do autor. Algumas pessoas são naturalmente prolixas, enquanto outras prezam pela concisão vocabular, conseguindo transmitir por meio de poucas palavras até mesmo raciocínios mais complexos. Nos textos não literários, é importante que você opte por construções sintáticas simples, pois neles a comunicação deve acontecer da maneira mais clara e objetiva possível. Até na literatura, arte que não possui compromisso com a objetividade, houve quem optasse pelos períodos curtos sem que isso prejudicasse a linguagem literária. Observe o exemplo no fragmento da crônica Para Maria da Graça, do escritor Paulo Mendes Campos:

"(...) Os milagres sempre acontecem na vida de cada um e na vida de todos. Mas, ao contrário do que se pensa, os melhores e mais fundos milagres não acontecem de repente, mas devagar, muito devagar. Quero dizer o seguinte: a palavra depressão cairá de moda mais cedo ou mais tarde. Como talvez seja mais tarde, prepara-te para a visita do monstro, e não te desesperes ao triste pensamento de Alice: "Devo estar diminuindo de novo". Em algum lugar há cogumelos que nos fazem crescer novamente (...)".

► Períodos longos são armadilhas para a coerência e a coesão de seu texto. Excesso de informações em um único período pode resultar em falta de clareza e ambiguidade, falhas que comprometem o entendimento dos textos não literários. Além disso,

os períodos curtos diminuem consideravelmente o risco de possíveis problemas com conjunções, vírgulas e concordâncias. Observe algumas dicas simples que você deverá seguir para construir um período cuja duração seja adequada:

→ Evite o uso de artigos indefinidos e de pronomes possessivos, pois os primeiros tornam o substantivo vago e os segundos podem deixar a frase ambígua, pois "seu" e "sua" podem se referir a ele (de quem se fala) ou a você;

→ Opte por substituir os pronomes demonstrativos por artigos. Isso deixará sua frase mais leve:

Aqueles funcionários foram ao departamento financeiro para solicitar o desligamento da empresa = Os funcionários foram ao departamento financeiro para solicitar o desligamento da empresa.

→ Evite empregar pronomes indefinidos: geralmente a exclusão desses elementos não causa prejuízo para o entendimento da frase. Como o próprio nome diz, pronomes indefinidos podem levar o leitor a generalizar informações e podem exigir que você, posteriormente, determine o que foi dito, ou seja, são inimigos da concisão vocabular.

As Classes de Palavras – Aspectos Morfológicos, Sintáticos e Estilísticos

A morfologia é a área gramatical responsável pelo estudo da palavra. Os vocábulos possuem uma estrutura, um processo de formação e estão divididos em 10 classes gramaticais.

***Morfologia** é como chamamos a parte da gramática que se dedica ao estudo da palavra. Assim, aponta a estrutura, a formação, as flexões e as classificações dos vocábulos de uma língua, que são separados em classes: substantivo, adjetivo, pronome, artigo, conjunção, interjeição, numeral, preposição, verbo e advérbio.*

Resumo sobre morfologia

A morfologia é a parte da gramática que estuda a estrutura e a formação das palavras.

Existem as seguintes classes de palavras:

substantivo;

adjetivo;

pronome;

artigo; O que a morfologia estuda?

A morfologia é a parte da gramática que estuda a palavra, analisando:

estrutura;

formação;

flexões;

classificações.

Veja também: Análise sintática e análise morfológica — qual a diferença?

Estrutura e formação de palavras

Um vocábulo é formado pelas seguintes partes ou elementos mórficos:

Estrutura das palavras — elementos mórficos	
radical	*núcleo da palavra, no qual reside seu signi*
vogal temática	*é acrescida ao radical para formar o tema*
tema	*a palavra pronta para receber os afixos e o*
afixos	*prefixo (colocado antes do radical) e* *sufixo (colocado depois do radical)*
vogal de ligação e consoante de ligação	*elementos de ligação sem significado, mas* *pronúncia*
desinência	*indica número, gênero, pessoa, modo e tem*

A seguir, vamos exemplificar cada um desses elementos mórficos.

Exemplos:

Comecemos com a palavra:

CARA

O radical dessa palavra é "car-". Ao acrescentarmos a vogal temática "-a", surge o tema, ou seja, a palavra "cara". Esse termo, com outros acréscimos, gera a palavra:

DESCARADO

Os afixos dessa palavra são o prefixo "des-" e o sufixo "-ado", que se juntam ao tema "-cara-".

Agora, mudemos o radical para exemplificar a vogal e a consoante de ligação:

PEZINHO

O radical "pe-" é acrescido do sufixo "-inho", mas, para facilitar a pronúncia, da consoante de ligação "-z-" é utilizada.

INSETICIDA

O radical "inset-" recebe o sufixo "-cida", enquanto o "-i-" é uma vogal de ligação.

Por fim, para exemplificar a desinência de um nome, tomemos as palavras:

BONITO, BONITA, BONITOS, BONITAS

Nesse caso, o radical é "bonit-". Já as desinências "-o" (masculino) eo" (feminino) indicam gêneros; e o "-s", o número, ou seja, o plural.

Já a pessoa, o modo e o tempo são indicados pela desinência verbal:

PENSÁSSEMOS

Aqui temos o radical "pens-", a vogal temática "-a-va desinência de modo subjuntivo e o tempo passado "-se-", além da desinência de pessoa e número "-mos".

→ Processos de formação de palavras

Depois de apontar esses aspectos estruturais, podemos falar dos dois principais processos de formação de palavras:

derivação;

composição.

No processo de derivação, palavras já existentes recebem afixos, sofrem redução ou mesmo assumem características de outra classe gramatical:

Derivação prefixal (palavra primitiva recebe prefixo):

Exemplos: descrença, injusto, reconhecer etc.

Derivação sufixal (palavra primitiva recebe sufixo):

Exemplos: vigoroso, calmamente, vidrinho (vidro + vinho) etc.

Derivação parassintética (prefixal e sufixal ao mesmo tempo):

Exemplos: esfriar (es + frio + ar), amanhecer (amanhã + ecer) etc.

Derivação regressiva (redução da palavra primitiva):

Exemplos: choro (vem de "chorar"), combate (vem de "combater") etc.

Derivação imprópria (mudança de classe gramatical):

Exemplos: um porém (substantivo derivado da conjunção "porém"), o saber (substantivo derivado do verbo "saber") etc.

Vamos ver agora os processos de composição, em que ocorre a união de dois ou mais radicais:

Justaposição (os termos não sofrem alteração):

Exemplos: terça-feira, cor-de-rosa, mandachuva etc.

Aglutinação (algum dos vocábulos sofre alteração):

Exemplos: planalto (plano + alto), pernilongo (perna + longo) etc.

Além do processo de derivação e composição, as palavras também podem se formar por meio de:

Abreviação vocabular (redução de palavra para agilizar a comunicação):

Exemplos: moto (demotocicleta "), pneu (dopneumático "), foto (de "fotografia") etc.

Onomatopeia (figura de linguagem caracterizada pela imitação de um som):

Exemplos: tique-taque, miar, cocoricó etc.

conjunção;

interjeição;

numeral;

preposição;

verbo;

advérbio.

Classes de palavras

CLASSES DE PALAVRAS	
1. Substantivo	*6. Advérbio*
2. Artigo	*7. Conjunção*

3. Adjetivo	8. Interjeição
4. Pronome	9. Numeral
5. Verbo	10. Preposição

→ Substantivo

Nomeia os seres e pode ser:

comum: prédio, igualdade, duende etc.;

próprio: Isaura, Inglaterra etc.;

concreto: cadeira, lápis, fantasma etc.;

abstrato: ambição, moral etc.;

simples: porta, automóvel etc.;

composto: beija-flor, ex-diretor etc.;

primitivo: livro, peixe etc.;

derivado: livraria, peixeiro etc.

→ Artigo

Acompanha o substantivo, de forma a indicar seu gênero e número, e pode ser:

definido: o, os, a, as;

indefinido: um, uns, uma, umas.

→ Adjetivo

Qualifica ou caracteriza o substantivo e pode ser:

simples: lindo, maléfico, sueca etc.;

composto: estadunidense, cor-de-rosa etc.;

primitivo: belo, livre etc.;

derivado: francês, iniciante, etc.

→ Pronome

Substitui ou acompanha o substantivo e pode ser:

pessoal do caso reto: eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas;

pessoal do caso oblíquo: me, te, o, a, lhe, se, nos, vos, os, as, lhes, mim, comigo, ti, contigo, si, consigo, conosco, convosco;

possessivo: meu, minha, meus, minhas, teu, tua, teus, tuas, seu, sua, seus, suas, nosso, nossa, nossos, nossas, vosso, vossa, vossos, vossas;

demonstrativo: este, esta, estes, estas, esse, essa, esses, essas, aquele, aqueles, aquela, aquelas, isto, isso, aquilo;

relativo: quem, que, onde, o qual, os quais, a qual, as quais, cujo, cujos, cuja, cujas, quanto, quantos, quanta, quantas;

indefinido: algum, nenhum, todo, outro, certo, qualquer, alguém, ninguém, tudo, nada, cada, algo etc.;

interrogativo: que, quem, qual, quanto etc.;

de tratamento: senhor, você, vossa alteza, vossa excelência etc.

→ Verbo

Aponta uma ação, um estado ou um fenômeno natural: correr, amar, supor, constituir, ser, estar, permanecer, nevar, chover etc. Para saber mais sobre essa classe de palavras, clique aqui.

→ Advérbio

Indica uma circunstância e pode ser:

de lugar: aqui, lá, longe etc.;

de tempo: anteontem, cedo etc.;

de modo: alegremente, sabiamente etc.;

de negação: não, nem etc.;

de dúvida: talvez, possivelmente etc.;

de intensidade: pouco, bastante etc.;

de afirmação: sim, certamente etc.

→ Conjunção

Tem a função de ligar termos ou orações e pode ser:

conclusiva: portanto, logo, pois etc.;

aditiva: e, nem etc.;

adversativa: mas, contudo etc.;

alternativa: ou, ora... ora, já... já etc.;

explicativa: porque, porquanto etc.;

causais: porque, que etc.;

comparativa: como, qual etc.;

concessiva: embora, conquanto etc.;

condicional: se, caso etc.;

conformativa: conforme, segundo etc.;

consecutiva: de sorte que, de modo que etc.;

final: para que, a fim de que etc.;

proporcional: à medida que, ao passo que etc.;

temporal: enquanto, assim que etc.;

integrante: que, se.

→ Interjeição

De caráter invariável, expressa emoções e sentimentos:

Oh!

Ah!

Atenção!

Fora!

Oba!

Vamos!

Bravo!

Oi!

Tomara!

Ai!

Psiu!

→ Numeral

Expressa um número e pode ser:

cardinal: um, dois, três...

Ordinal: primeiro, segundo, terceiro...

fracionário: meio, terço...

multiplicativo: dobro, triplo...

→ Preposição

Estabelece uma relação entre as palavras de uma oração e pode ser:

essencial: a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás;

acidental: conforme, consoante, segundo, durante, exceto, senão, como etc.

Estrutura das palavras

A estrutura das palavras está relacionada com as unidades que compõem os vocábulos, os chamados elementos mórficos.

Os elementos mórficos são os seguinte:

radical

tema

afixos (prefixos e sufixos)

desinências

vogal temática

vogal de ligação

consoantes de ligação

Formação das palavras

Na língua portuguesa, há dois processos gerais de formação de palavras: derivação e composição.

A derivação pode ser feita de quatro formas:

por sufixação

por prefixação

por derivação parassintética

por derivação regressiva

A composição pode ser feita:

por justaposição

por aglutinação

Classificação das palavras

Na língua portuguesa, há dez classes morfológicas: substantivo, adjetivo, pronome, numeral, artigo, verbo, preposição, conjunção, interjeição e advérbio.

Elas são classificadas em:

Palavras variáveis: substantivo, adjetivo, pronome, numeral, artigo e verbo. Elas podem variar em gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo)

Palavras invariáveis: preposição, conjunção, interjeição e advérbio.

Substantivos: nomeiam os seres em geral, sendo classificados em: comum ou próprio, simples ou composto, concreto ou abstrato, primitivo ou derivado, coletivo.

Adjetivos: atribuem qualidades aos seres, sendo classificados em: simples ou composto, primitivo ou derivado, pátrio.

Pronomes: acompanham os substantivos de maneira que podem substituí-los, sendo classificados em: pessoal, possessivo, demonstrativo, indefinido, relativo, interrogativo.

Numerais: indicam quantidade e ordem numa posição, sendo classificados em: cardinal, ordinal, fracionário, multiplicativo.

Artigos: determinam o número e o gênero dos substantivos, sendo classificados em: definido, indefinido.

Verbos: indicam ações, estados ou fenômenos, sendo classificados em: regular, irregular, defectivo.

Preposições: ligam um termo dependente a um termo principal, sendo classificadas em: essencial, acidental.

Conjunções: palavras que ligam orações ou palavras da mesma oração, sendo classificadas em: coordenativa, subordinativa.

Interjeições: indicam um estado emotivo, podendo exprimir: advertência, saudação, ajuda, alegria, tristeza, medo, alívio, animação, aprovação, concordância, desejo, desculpa, dúvida, espanto, contrariedade.

Advérbios: modificam o sentido do verbo, do adjetivo ou de outro advérbio, sendo classificados em: modo, intensidade, lugar, tempo, negação, afirmação, dúvida.

Exercícios de morfologia

Questão 1

Qual das alternativas preenche corretamente os espaços do texto abaixo.

Não sabia o que fazer para ocupar o tempo livre. Pensei em ler _____ livros, mas _____ que queria não estavam disponíveis na biblioteca. Então, decidi que iria fazer _____ pizza para _____ jantar, e pedi a receita da minha mãe. Ficou fantástica! Não era pizza, era pizza!

a) um, os, uns, a, um, uma, uma
b) o, uns, os, uma, o, uma, a
c) o, os, uns, uma, o, uma, a
d) um, os, os, a, o, uma, a
e) o, os, os, uma, o, uma, a

Ver Resposta

Alternativa certa: b) o, uns, os, uma, o, uma, a.

Os artigos definidos são usados para definir coisas de forma precisa ou para valorizar algo. Os artigos indefinidos, por sua vez, apresentam as coisas de forma vaga ou genérica. Assim, temos:

O tempo livre - artigo definido - porque não era um tempo qualquer, mas sim o tempo que eu tinha livre.
Uns livros - artigo indefinido - porque pensei em ler, mas não sabia exatamente quantos ou quais livros.
Os (livros) que eu queria - artigo definido - porque havia uma seleção de livros que eu gostaria de ler.
Uma pizza - artigo indefinido - porque tem sentido genérico.
O jantar - artigo definido - porque não era um jantar qualquer, mas sim o meu jantar naquele dia.
Uma pizza - artigo indefinido - porque tem sentido genérico.
A pizza - artigo definido - porque não era uma pizza qualquer, mas uma pizza que tinha ficado muito boa. Neste caso, o artigo tem valor qualificativo.

Questão 2

Indique as alternativas verdadeiras e falsas.

a) O verbo colorir é defectivo, porque não tem conjugação completa.
b) Há verbos que têm duplo particípio. Exemplos: salvado - salvo, imprimido -

impresso, entregue - entregue.

c) Os verbos são palavras que indicam apenas ações.

d) Quanto a sua classificação, os verbos podem ser classificados em: indicativo, subjuntivo e imperativo.

e) Amar, comer e partir são exemplos de verbos irregulares.

Ver Resposta

As alternativas verdadeiras são:

a) O verbo colorir é defectivo, porque não tem conjugação completa.
O verbo colorir não é conjugado na 1.ª pessoa do singular do presente do indicativo: (eu) ---, (tu) colores, (ele) colore, (nós) colorimos, (vós) coloris, (eles) colorem.
Como ele não é conjugado em todas as pessoas, tempos e modos, é classificado como um verbo defectivo.

b) Há verbos que têm duplo particípio. Exemplos: salvado - salvo, imprimido - impresso, entregue - entregue.
Há verbos que apresentam duas formas de particípio - particípio regular e particípio regular. Neste caso, os particípios são:
regulares - salvado, imprimido e entregado.
irregulares - salvo, impresso e entregue.

As alternativas falsas são:

c) Os verbos são palavras que indicam apenas ações.
Além de ação, os verbos podem indicar estado, fenômeno da natureza, desejo e ocorrência.

d) Quanto a sua classificação, os verbos podem ser classificados em: indicativo, subjuntivo e imperativo.
Os verbos podem ser classificados em regulares, irregulares, defectivos e abundantes.
Essa classificação está relacionada com as flexões verbais, ou seja, com a sua conjugação.
Indicativo, subjuntivo e imperativo são modos verbais, ou seja, as maneiras como os verbos expressam certezas, possibilidades ou ordens.

e) Amar, vender e partir são exemplos de verbos irregulares.
Esses são verbos regulares, porque eles não sofrem alterações no seu radical quando são conjugados.

Presente do indicativo (radical: am-, vend-, part-):

amo, amas, ama, amamos,amais, amam.

vendo, vendeste, vende, vendemos, vendeis, vendem.

parto, partes, parte, partimos, partis, partem.

Questão 3

Qual das alternativas contém apenas substantivos compostos?

a) lobisomem, ex-namorado, micro-ondas
b) pernilongo, aguardente, país
c) autorretrato, beija-flor, chave
d) celular, pandemia, amigos
e) porta-chave, salário-família, beleza

Ver Resposta

Alternativa certa: a) lobisomem, ex-namorado, micro-ondas.

Os substantivos compostos são formados por mais de uma palavra ou radical. Assim: lobisomem (lobo + homem), ex-namorado (ex + namorado), micro-ondas (micro + ondas).

Questão 4

Classifique os adjetivos abaixo de acordo com o grau.

a) Esta app é mais útil do que aquela.
b) O seu bolo é saborosíssimo.
c) O seu bolo é o mais saboroso que já comi.
d) Minha vizinha atual é tão antipática como a antiga.
e) Aquela música é muito relaxante.

Ver Resposta

a) Esta app é mais útil do que aquela.
Grau comparativo de superioridade

b) O seu bolo é saborosíssimo.
Grau superlativo absoluto sintético

c) O seu bolo é o mais saboroso que já comi.
Grau superlativo relativo

d) Minha vizinha atual é tão antipática como a antiga.

Grau comparativo de igualdade

e) Aquela música é muito relaxante.

Grau superlativo absoluto analítico

Questão 5

Classifique cada uma das palavras da frase abaixo de acordo com a sua classe.

Era lindo ver aquele cardume em um mar tão azul.

Ver Resposta

era - verbo, porque indica um estado.

lindo - adjetivo, porque atribui uma característica.

ver - verbo, porque indica uma ação.

aquele - pronome demonstrativo, porque indica uma posição.

cardume - substantivo coletivo, porque se refere a um conjunto de peixes.

em - preposição, porque liga dois elementos da oração.

um - artigo indefinido, porque apresenta algo de forma genérica.

tão - advérbio, porque modifica o adjetivo dando a ele mais intensidade.

azul - adjetivo, porque atribui uma característica.

Questão 6

Indique a alternativa que indica corretamente os tempos verbais de: sairíamos, dançávamos, correriam.

a) futuro do presente, pretérito perfeito, futuro do pretérito

b) futuro do pretérito, pretérito imperfeito, futuro do pretérito

c) pretérito perfeito, presente, futuro do pretérito

d) pretérito imperfeito, futuro do pretérito, futuro do pretérito

e) pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito, futuro do presente

Ver Resposta

Alternativa certa: b) futuro do pretérito, pretérito imperfeito, futuro do pretérito.

Sairíamos - futuro do pretérito, pois se refere a algo que poderia ter acontecido depois de uma situação passada, por exemplo: Sairíamos se ele não tivesse chegado.

Dançávamos - pretérito imperfeito do indicativo, pois se refere a um fato que acontecia no passado, por exemplo: Eu e o teu avô dançávamos muito na nossa juventude.

Correriam - futuro do pretérito, pois se refere a algo que poderia ter acontecido depois de uma situação passada, por exemplo: Correriam se tivessem trazido tênis.

Questão 7

Corrija o plural dos substantivos nas frases abaixo, quando necessário.

a) Os principais álcoois são o etanol, o glicerol e o metanol.

b) Os cônsules daquele país foram convocados para uma reunião de urgência.

c) Naquela clínica trabalham os melhores cirurgiões-dentistas do estado.

d) Era muito difícil encontrar alguém debaixo daqueles chapéus-de-sol.

e) Somente aquela fábrica produz mel tão puros.

Ver Resposta

a) Os principais álcoois são o etanol, o glicerol e o metanol.
Correção: Os principais ÁLCOOIS são o etanol, o glicerol e o metanol.
(as palavras terminadas em -ol fazem plural substituindo o -l por -is)

d) Era muito difícil encontrar alguém debaixo daqueles chapéus-de-sol.
Correção: Era muito difícil encontrar alguém debaixo daqueles CHAPÉUS-DE-SOL.
(as palavras terminadas em ditongo fazem plural com o acréscimo do -s)

e) Somente aquela fábrica produz mel tão puros.
Correção: Somente aquela fábrica produz MESS (ou meles) tão puros.
(as palavras terminadas em -el fazem plural substituindo o -l por -is, mas há exceção para "mel", que também pode fazer plural "meles")

As restantes frases estão corretas:

b) Os cônsules daquele país foram convocados para uma reunião de urgência.
(as palavras terminadas em -ul fazem plural substituindo o -l por -is, mas há exceção para "cônsul", que faz plural "cônsules")

c) Naquela clínica trabalham os melhores cirurgiões-dentistas do estado.
(na maior parte das vezes, nas palavras formadas por dois substantivos os dois vão para o plural)

Questão 8

Capixaba, paroara e fluminense são respectivamente os adjetivos pátrios de:

a) Rio Grande do Norte, Paraíba e Rio de Janeiro (capital)

b) Chipre, Papua Nova Guiné e Filipinas

c) Vitória, Pará e Rio de Janeiro (estado)

d) Natal, Paraíba e Rio de Janeiro (capital)

e) Espírito Santo, Pará e Rio de Janeiro (estado)

Ver Resposta

Alternativa certa: e) Espírito Santo, Pará e Rio de Janeiro (estado).

Questão 9

Identifique os pronomes na seguinte frase: Amigo, algum livro da minha coleção está contigo?

Ver Resposta

algum - pronome indefinido, porque acompanha o substantivo "livro" de maneira vaga.
minha - pronome possessivo, porque acompanha o substantivo "coleção" transmitindo a ideia de posse.
contigo - pronome pessoal do caso oblíquo, porque complementa o verbo "está".

As restantes palavras dessa frase são:

amigo - substantivo, porque dá nome a um ser.
livro - substantivo, porque dá nome a um ser.
da - (preposição de + artigo a) preposição, porque liga dois elementos da oração; artigo, porque define algo.
coleção - substantivo, porque dá nome a um ser.
está - verbo, porque indica um estado.

Questão 10

Indique as frases em que os pronomes demonstrativos foram usados incorretamente e corrija-as.

a) Esse filme que assistimos ontem não lembra aquela época da nossa infância?

b) Não gosto muito dessa blusa que vesti hoje.

c) Não gosto deste vestido que aquela mulher está usando.

d) Que dia é este que não passa?

e) Adorei este feriado ontem.

Ver Resposta

b) Não gosto muito dessa blusa que vesti hoje.

Correção: Não gosto muito DESTA blusa que vesti hoje.

(o pronome está/desta deve ser usado quando está próximo da pessoa que fala)

c) Não gosto deste vestido que aquela mulher está usando.

Correção: Não gosto DESSE vestido que aquela mulher está usando.

(o pronome essa/dessa deve ser usado quando está distante da pessoa que fala)

e) Adorei este feriado ontem.

Correção: Adorei ESSE feriado ontem.

(o pronome esse deve ser usado quando se refere a algo que aconteceu recentemente; neste caso, ontem)

As restantes frases estão corretas:

a) Esse filme que assistimos ontem não lembra aquela época da nossa infância?

(o pronome esse deve ser usado quando se refere a algo que aconteceu recentemente; neste caso, ontem)

d) Que dia é este que não passa?

(o pronome este deve ser usado quando se refere ao presente)

Questão 11

Identifique as preposições nas frases abaixo.

a) A minha escola vai trazer um escritor para uma sessão de autógrafos.

b) Que tal irmos mais logo à escola para a sessão de autógrafos?

c) Estamos te esperando desde às 10h.

d) Você vai à escola? Se for, chame a Ana.

e) Prefiro frutos vermelhos e laranjas. As laranjas me fazem mal.

Ver Resposta

a) A minha escola vai trazer um escritor para uma sessão de autógrafos.

b) Que tal irmos mais logo à escola para a sessão de autógrafos?

c) Estamos te esperando desde às 10h.

d) Você vai à escola? Se for, chame a Ana.

e) Prefiro frutos vermelhos e laranjas. As laranjas me fazem mal.

Nessas frases, nem todas as letras "a" são preposição.

Na frase a), "a minha escola" é artigo definido, porque define a escola de forma precisa. Enquanto nas frases b) "que tal irmos à escola" e d) "você vai à escola", a preposição está ligando dois termos - o verbo ir e o substantivo escola.

Na frase c) "às 10h" também é artigo definido, porque define a hora de forma precisa.

Quanto à frase e), "as laranjas" é artigo definido, porque define as frutas que me fazem mal de forma precisa, ou seja, as laranjas. Enquanto "prefiro frutos vermelhos e laranjas", a preposição está sinalizando a preferência entre dois termos - de frutos vermelhos em relação à laranja.

Questão 12

Indique a alternativa em que os números ordinais 200.º, 70.º e 50.º estão escritos por extenso de forma correta.

a) duodécimo, sexagésimo, quincuagésimo

b) dois centésimos, septingentésimo, décimo

c) vigésimo, septuagésimo, quingentésimo

d) ducentésimo, sexagésimo, quinto décimo

e) ducentésimo, septuagésimo ou septuagésimo, quincuagésimo

Ver Resposta

Alternativa certa: educentésimo, septuagésimo ou septuagésimo, quincuagésimo.

Questão 13

As preposições podem estabelecer diversas relações, como lugar, modo, tempo, destino, causa, instrumento, finalidade. Indique a relação das preposições nas frases abaixo.

a) Crianças, andem em fila.

b) Nas férias, estivemos em lugares fantásticos.

c) Vamos para casa?

d) Vivo aqui desde criança.

e) É melhor cortar com a tesoura de ponta.

Ver Resposta

a) Crianças, andem em fila. (modo)

b) Nas férias, estivemos em lugares fantásticos. (lugar)

c) Vamos para casa? (destino)

d) Vivo aqui desde criança. (tempo)

e) É melhor cortar com a tesoura de ponta. (instrumento)

Questão 14

Em "As viagens estão caras, portanto não podemos viajar nas férias.", a conjunção em negrito expressa a ideia de:

a) conclusão

b) explicação

c) tempo

d) consequência

e) conformidade

Ver Resposta

Alternativa certa: a) conclusão.

Este é um exemplo de conjunção coordenativa conclusiva, porque exprime a ideia de conclusão.

A conjunção "portanto" está ligada a duas orações independentes, ou seja, que não dependem uma da outra. Essas orações são chamadas de orações coordenadas.

A primeira oração é: As viagens estão caras.
A segunda oração é: não podemos viajar nas férias.

Questão 15

Indique as circunstâncias expressas pelos advérbios destacados nas frases abaixo.

a) Vá já para casa.

b) Vá depressa para casa.

c) Não demore muito para ir para casa.

d) Não saia de casa.

e) Talvez saia de casa.

Ver Resposta

a) Vá já para casa. (tempo)

b) Vá depressa para casa. (modo)

c) Não demore muito para ir para casa. (intensidade)

d) Não saia de casa. (negação)

e) Talvez saia de casa. (dúvida)

Questão 16

Quais das alternativas abaixo a conjunção não exprime a ideia de soma?

a) João não só foi ao jantar, mas também ao espetáculo da namorada.

b) Se bem que preferisse o jantar, João foi ao espetáculo da namorada.

c) João não foi ao jantar nem ao espetáculo da namorada.

d) João foi ao jantar, bem como ao espetáculo da namorada.

e) João não foi ao jantar, mas foi ao espetáculo da namorada.

Ver Resposta

As alternativas cujas conjunções não exprimem a ideia de soma são b) e e):

b) Se bem que preferisse o jantar, João foi ao espetáculo da namorada.
Este é um exemplo de conjunção subordinada concessiva, porque exprime uma ideia contrária à da oração principal.

A conjunção "se bem que" está ligando duas orações dependentes, ou seja, que dependem uma da outra para fazer sentido. Essas orações são chamadas de orações subordinadas.

A oração principal é: João foi ao espetáculo da namorada.
A oração dependente: Se bem que preferisse o jantar.

e) João não foi ao jantar, mas foi ao espetáculo da namorada.
Este é um exemplo de conjunção coordenativa adversativa, porque exprime oposição.

A conjunção "mas" está ligada a duas orações independentes, ou seja, que não dependem uma da outra. Essas orações são chamadas de orações coordenadas.

A primeira oração é: João não foi ao jantar.
A segunda oração é: foi ao espetáculo da namorada.

Questão 17

Substitua as palavras em negrito por uma interjeição.

a) Já pedi silêncio. Estamos na biblioteca.

b) Vamos comemorar. Nós vencemos!

c) Meu desejo é que tudo dê certo.

d) Não acredito. Isto é muito caro.

e) Finalmente terminei isto.

Ver Resposta

a) Já pedi silêncio. Estamos na biblioteca.

Psiu! (ou Shh! Silêncio!) Estamos na biblioteca.

b) Vamos comemorar. Nós vencemos!

Viva! (ou Uhu!) Nós vencemos!

c) Meu desejo é que tudo dê certo.

Oxalá tudo dê certo.

d) Não acredito. Isto é muito caro. Nossa! Puxa! Quê!

Nossa! (ou Puxa! Quê!) Isto é muito caro.

e) Finalmente terminei isto.

Ufa! (ou Puxa!) Terminei isto.

Questão 18

Indique a opção que contém artigo, interjeição, preposição e conjunção, respectivamente.

a) umas, xô! em, nem

b) psiu! o, em, para

c) umas, xô! nem, em

d) psiu! ó! com, e

e) ó! xô! de, mas

Ver Resposta ☐

Alternativa certa: a) umas, xô! em, nem.

Questão 19

Indique a alternativa em que a palavra meio é advérbio.

a) A receita diz para colocar meio copo de água.

b) Este é o meio mais fácil para convencê-lo.

c) Os fins justificam os meios?

d) Estava meio cansado para ir correr.

e) Comeu meio pãozinho e saiu.

Ver Resposta ☐

Alternativa certa: d) Estava meio cansado para ir correr.

Meio é um advérbio, porque modifica o adjetivo "cansado", uma vez que está indicando a intensidade desse cansaço.

Quanto às alternativas restantes:

a) A receita diz para colocar meio copo de água.

(neste caso, meio é numeral fracionário, porque está indicando uma parte de algo)

b) Este é o meio mais fácil para convencê-lo.

(neste caso, meio é substantivo, porque está nomeando algo)

c) Os fins justificam os meios?

(neste caso, meios é substantivo, porque está nomeando algo)

e) Comeu meio pãozinho e saiu.

(neste caso, meio é numeral fracionário, porque está indicando uma parte de algo)

Uma escultura de madeira pode ter, literalmente, uma cara de pau.

A figura de linguagem é uma forma de expressão que se distancia das regras da linguagem denotativa. Assim, ela pode ser plurissignificativa. Queremos dizer com isso que, ao empregar uma figura de linguagem, o enunciador possibilita uma interpretação para o seu enunciado que extrapola o sentido original, este associado a uma leitura literal dos fatos, isto é, não interpretativa. Por exemplo:

A pedra chorou de tristeza.

Nesse exemplo, o sentido denotativo (original) é que uma pedra verteu lágrimas de seus olhos porque estava triste. Porém, sabemos que pedras não têm olhos e, portanto, não podem chorar. Assim, essa expressão afasta-se das regras da linguagem denotativa para assumir outro sentido.

Desse modo, o fato de a pedra chorar mostra o quanto determinada situação é triste. É tão triste que até uma pedra poderia chorar. Nesse exemplo, a pedra foi personificada, foi tratada como se fosse um ser humano, portanto capaz de chorar e sentir tristeza.

Figuras de palavras ou semântica

Comparação

Uma relação de comparação explícita entre dois termos, marcada pela presença de conjunção comparativa.

O pensamento é como um diamante bruto.

O pensamento é tal qual um diamante bruto.

O pensamento é igual a um diamante bruto.

Metáfora

Comparação implícita.

A razão é a luz na escuridão.

Observe que a "razão" está sendo comparada com a "luz". No entanto, não há nenhuma conjunção comparativa explicitada entre os dois termos. Portanto, se a frase fosse "A razão é como a luz na escuridão", não teríamos mais uma metáfora, mas sim uma comparação.

No primeiro exemplo, temos uma metáfora impura, assim classificada quando os dois elementos da comparação implícita estão explicitados – no caso, "razão" e "luz". Já na metáfora pura, isso não acontece:

Pensem nas crianças

Mudas telepáticas

Pensem nas meninas

Cegas inexatas

Pensem nas mulheres

Rotas alteradas

Pensem nas feridas

Como rosas cálidas

Mas oh não se esqueçam

Da rosa da rosa

Da rosa de Hiroshima

A rosa hereditária

A rosa radioativa

Estúpida e inválida

A rosa com cirrose

A antirrosa atômica

Sem cor sem perfume

Sem rosa sem nada

No poema A rosa de Hiroshima, de Vinicius de Moraes (1913-1980), a "rosa" a que o eu lírico se refere é uma metáfora para a bomba atômica, ou seja, ela é comparada a uma rosa. No entanto, em nenhum momento, a bomba é explicitamente mencionada no poema. Para saber mais sobre essa figura de linguagem, acesse: metáfora.

Metonímia

Substituição de um termo por outro, desde que haja uma relação entre eles.

Assim, pode haver a substituição:

do autor pela obra:

Você não vai acreditar: comprei um Caravaggio.
(isto é: comprar um quadro do Caravaggio.)

do possuidor pelo possuído:

Amanhã, vou ao médico e não se fala mais nisso!
(isto é: ir ao consultório do médico.)

do lugar pelo produto:

Ela só fumava havana e nada mais.
(isto é: fumar charuto produzido em Havana.)

do efeito pela causa:

Aqueles líderes insuflaram a guerra no coração dos jovens.
(isto é: insuflar o ódio, causa da guerra.)

do continente pelo conteúdo:

Todos os dias, bebo uma xícara de chá de boldo.
(isto é: beber o chá que está na xícara.)

do instrumento pelo agente:

Amanda é um bisturi excepcional.
(isto é: é uma cirurgiã excepcional.)

da coisa pela sua representação:

Ninguém fala mal da minha terra sem antes me pedir permissão.
(isto é: falar mal do país, estado ou cidade.)

do inventor pelo invento:

O Linux é um sistema operacional gratuito.
(isto é: linux é a invenção de Linus Torvalds; a palavra vem da união do nome de seu inventor "Linus" com "Unix".)

do concreto pelo abstrato:

Na minha vida, encontrei muita gente sem coração.

(isto é: gente sem sentimento.)

Uma pessoa "sem coração" não se importa com o sofrimento alheio.

da parte pelo todo:

Este foi um livro escrito a quatro mãos.

(isto é: escrito por duas pessoas.)

da qualidade pela espécie:

Os irracionais também têm seus direitos.

(isto é: os animais também têm seus direitos.)

do singular pelo plural:

O artista é livre para expressar pensamentos e emoções.

(isto é: os artistas são livres.)

da matéria pelo objeto:

"Quem com ferro fere, com ferro será ferido."

(isto é: ferir com espada.)

do indivíduo pela classe:

Era mais um camões incompreendido.
(isto é: ser mais um poeta incompreendido.)

Catacrese

Emprego inadequado de um termo devido à perda de seu sentido original.

A quarentena já dura dois meses.
Não podíamos embarcar no ônibus sem tirar aquelas fotos.

No primeiro exemplo, a palavra "quarentena", em seu sentido original, refere-se a um período de quarenta dias. No entanto, o termo passou a ser empregado com o sentido de "isolamento". O mesmo fenômeno acontece no segundo exemplo, em que "embarcar" deixou de ser apenas o ato de entrar em uma embarcação e teve seu sentido ampliado para o ato de entrar em qualquer veículo de transporte.

Perífrase ou antonomásia

É a substituição de um termo por outro que o caracterize, como se fosse uma espécie de apelido.

O leão é considerado o rei das selvas.

O rei das selvas ainda não é uma espécie em extinção.

O Boca do Inferno não tinha papas na língua.

No primeiro exemplo, "rei das selvas" é uma expressão que se refere ao leão. Já "Boca do Inferno", no segundo exemplo, era como o poeta barroco Gregório de Matos (1636-1695) era chamado.

É importante fazer uma distinção: a perífrase refere-se a coisas ou animais, já a antonomásia refere-se a pessoas. Nessa perspectiva, o primeiro exemplo é uma perífrase; e o segundo, uma antonomásia.

Sinestesia

Combinação de dois ou mais sentidos, ou seja, visão, olfato, audição, paladar e tato.

No doce caminho que percorri, ouvi cantarem os pássaros no calor da manhã.

Perceba que a palavra "doce" aciona o paladar; o verbo "cantarem", a audição; e o substantivo "calor", o tato. Se quiser saber mais sobre essa figura, leia o nosso texto: sinestesia.

Leia também: Simbolismo – estética literária caracteriza pelo uso de sinestesia

Figuras de sintaxe ou construção

Elipse

Ocultação de palavra ou expressão na estrutura do enunciado.

— Vou te ligar. Qual o seu número?

Nesse exemplo, foi omitida a expressão "de telefone": Qual o seu número de telefone?

Zeugma

Um tipo de elipse caracterizado pela omissão de um termo mencionado anteriormente.

Preferia os caminhos difíceis aos fáceis.

Ou seja: Preferia os caminhos difíceis aos (caminhos) fáceis.

Anáfora

Repetição de uma ou mais palavras no início dos versos ou orações.

Eu não devo ter medo. Eu não devo parar. Eu não devo retroceder.

Pleonasmo

É o uso de algum termo dispensável, repetitivo, com o objetivo de enfatizar determinada ideia.

— Vi a abdução com meus próprios olhos — ele afirmou. — Você precisa acreditar em mim!

Atenção! Esse tipo de ênfase é aceitável quando utilizado para melhor expressar uma ideia; do contrário, é apenas uma redundância, um vício de linguagem. A fim de conhecer mais detalhes sobre essa figura de linguagem, acesse: pleonasmo.

Anacoluto

Falta de conexão sintática entre o início de uma frase e a sequência de ideias.

Aquela atriz não sei de quem você está falando.

Silepse

Concordância ideológica, ou seja, com a ideia, e não com o termo expresso.

Existem três tipos:

Silepse de gênero:

A gente ficou chocado com o que aconteceu ontem.

Nesse caso, o enunciador é masculino e refere-se a pessoas do gênero masculino, então faz a concordância com a ideia, e não com o sujeito "A gente": A gente ficou chocada com o que aconteceu ontem.

Silepse de número:

O povo exigiu uma satisfação, pois não suportavam mais aquele silêncio.

Nesse exemplo, o verbo "suportavam" tem como sujeito "eles/ elas" (não expresso no período), pois o enunciador pensa em povo como uma quantidade de pessoas. Assim, em vez de fazer a concordância com a palavra, no singular, "povo" (O povo não suportava mais aquele silêncio), o enunciador faz a concordância com a ideia, ou seja, "eles/ elas", uma quantidade de pessoas chamadas de "povo", portanto no plural.

Silepse de pessoa:

Os ciclistas corremos grande perigo no trânsito.

Observe que, ao conjugar o verbo "correr" na primeira pessoa do plural (nós), o enunciador coloca-se na categoria de ciclista, o que não ficaria evidente se ele fizesse a concordância gramaticalmente esperada: Os ciclistas correm grande perigo no

trânsito.

A imprudência é uma das causas de acidentes com ciclistas.

Hipérbato

Inversão da ordem direta dos elementos de uma oração ou período.

A ordem direta é composta de sujeito, verbo, complemento ou predicativo:

As manifestações culturais brasileiras são muito valorizadas no exterior.

Assim, temos:

Sujeito: Às manifestações culturais brasileiras.

Verbo: são.

Predicativo: valorizadas.

Se ocorrer o hipérbato, a inversão, temos:

Muito valorizadas são as manifestações culturais brasileiras no exterior.

Polissíndeto

Repetição da conjunção "e".

E o cachorro latia, e corria, e babava em tudo que via pela frente.

Veja também: Conjunções coordenativas – palavras responsáveis por estabelecer coesão

Figuras de pensamento

Hipérbole

Exagero na declaração.

Estava com tanta fome que podia comer um boi inteiro.

Comer um boi inteiro, de uma só vez, por ser humanamente impossível, é um exagero.

Litotes

Afirmação realizada pela negação do contrário.

Ariosto não é nada bonito, mas gosto dele mesmo assim.

Nesse exemplo, o enunciador afirma que Ariosto é feio a partir da negação do adjetivo contrário a feio, ou seja, bonito: não é nada bonito. Se quiser se aprofundar melhor nessa figura de linguagem, acesse: litotes.

Eufemismo

Palavras ou expressões agradáveis para amenizar a declaração.

Segundo o juiz, a deputada faltou à verdade em seu depoimento.

Note que, em vez de dizer que a deputada mentiu, é usada a expressão "faltou à verdade", o que torna a afirmação menos desagradável.

Ironia

Sugerir o contrário do que se afirma.

A pontualidade daquele médico é britânica. Só esperei duas horas para ser atendido.

A ironia depende muito de um contexto, ou seja, da situação em que é inserida, do conhecimento do interlocutor sobre o fato ironizado, além de outros elementos, como gestos (na linguagem oral).

Prosopopeia

Personificação, atribuição de características humanas a seres irracionais ou a coisas.

O lobo conversou com Chapeuzinho, e decidiram fazer as pazes. Falar é uma característica humana.

Antítese

Oposição entre palavras, expressões ou ideias.

O bem e o mal caminham de mãos dadas no coração humano.

Paradoxo ou oximoro

Antítese que expressa uma contradição.

Ninguém parecia ouvir, mas a menina gritava em silêncio.

Note que é contraditório alguém gritar em silêncio, já que o grito se configura em um som.

Apóstrofe

Interrupção da frase para interpelar ou invocar.

Não podia acreditar, ó céus, que aquilo acontecera.

Gradação

Sequência de ideias.

Ele era um porco, um jumento, um dinossauro. Impossível lidar com alguém assim.

Figuras de som ou harmonia

Aliteração

Repetição de consoantes ou sílabas.

Minha mãe me mandou fazer o meu melhor.

É importante lembrar que essa é uma figura usada em textos literários. Em uma linguagem objetiva, ela é considerada um vício de linguagem. Para conhecer melhor essa figura sonora, leia o nosso texto: aliteração.

Assonância

Repetição de vogais.

Por onde andam o amor e a dor do trovador?

Onomatopeia

Palavra cuja sonoridade está associada à coisa representada.

O cocoricó se faz ouvir toda manhã.

O bem-te-vi estava mais triste naquele dia.

Veja que, no primeiro exemplo, "cocoricó" é um substantivo que, em sua sonoridade, representa aquilo a que se refere, ou seja, imita o canto do galo. Já no segundo exemplo, o substantivo "bem-te-vi" refere-se a um pássaro cujo canto tem essa sonoridade. Se quiser aprender com maior profundidade essa figura sonora muito utilizada em quadrinhos, leia: onomatopeia.

Paronomásia

Uso de palavras parecidas, mas com grafia, som e significado distintos.

Depois que fiz a descrição do meu chefe, pediu discrição aos meus colegas de trabalho.

Veja também: Paronímia – semelhança formal entre vocábulos

Resumo

→ Figuras de linguagem são expressões conotativas.

→ Figuras de palavras ou semântica:

Comparação: relação de comparação entre dois ou mais termos, separados por conjunção.

Metáfora: comparação implícita entre dois ou mais termos.

Metonímia: substituição de um termo por outro equivalente.

Catacrese: emprego inadequado de um termo devido à perda de seu sentido original.

Perífrase ou antonomásia: substituição de um termo por outro que o caracterize.

Sinestesia: combinação de dois ou mais sentidos do corpo humano.

→ Figuras de sintaxe ou construção:

Elipse: ocultação de palavra ou expressão na estrutura do enunciado.

Zeugma: omissão de um termo mencionado anteriormente.

Anáfora: repetição de uma ou mais palavras no início dos versos ou orações.

Pleonasmo: uso de termo dispensável para enfatizar determinada ideia.

Anacoluto: falta de conexão sintática entre o início de uma frase e a sequência de ideias.

Silepse: concordância ideológica.

Hipérbato: inversão da ordem direta dos elementos de uma oração ou período.

Polissíndeto: repetição da conjunção "e".

→ Figuras de pensamento:

Hipérbole: exagero na declaração.

Litotes: afirmação realizada pela negação do contrário.

Eufemismo: palavras ou expressões agradáveis para amenizar a declaração.

Ironia: sugerir o contrário do que se afirma.

Prosopopeia: personificação.

Antítese: oposição entre palavras, expressões ou ideias.

Paradoxo ou oximoro: antítese que expressa uma contradição.

Apóstrofe: interrupção da frase para interpelar ou invocar.

Gradação: sequência de ideias.

→ Figuras de som ou harmonia:

Aliteração: repetição de consoantes ou sílabas.

Assonância: repetição de vogais.

Onomatopeia: palavra cuja sonoridade está associada à coisa representada.

Paronomásia: palavras parecidas, mas com grafia, som e significado distintos.

Exercícios resolvidos

Questão 01 - (Enem)

Amor é fogo que arde sem se ver;
é ferida que dói e não se sente;
é um contentamento descontente;
é dor que desatina sem doer;

É um não querer mais que bem querer;
é solitário andar por entre a gente;
é nunca contentar-se de contente;
é cuidar que se ganha em se perder;

É querer estar preso por vontade;
é servir a quem vence, o vencedor;
é ter com quem nos mata lealdade.

Mas como causar pode seu favor
nos corações humanos amizade,
se tão contrário a si é o mesmo Amor?

Luís de Camões.

O poema tem, como característica, a figura de linguagem denominada antítese, relação de oposição de palavras ou ideias. Assinale a opção em que essa oposição se faz claramente presente.

a) "Amor é fogo que arde sem se ver."

b) "É um contentamento descontente."

c) "É servir a quem vence, o vencedor."

d) "Mas como causar pode ser a seu favor."

e) "Se tão contrário a si é o mesmo Amor?"

Resolução

Alternativa B.

Em "É um contentamento descontente", é possível verificar que a palavra "contentamento" tem sentido oposto a "descontente".

Questão 02 - (Enem)

Ferreira Gullar, um dos grandes poetas brasileiros da atualidade, é autor de "Bicho urbano", poema sobre a sua relação com as pequenas e grandes cidades.

Bicho urbano

Se disser que prefiro morar em Pirapemas
ou em outra qualquer pequena cidade do país
estou mentindo
ainda que lá se possa de manhã
lavar o rosto no orvalho
e o pão preserve aquele branco
sabor de alvorada.

....

A natureza me assusta.
Com seus matos sombrios suas águas
suas aves que são como aparições
me assusta quase tanto quanto
esse abismo
de gases e de estrelas
aberto sob minha cabeça.

GULLAR, Ferreira. Toda poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.

Embora não opte por viver numa pequena cidade, o poeta reconhece elementos de valor no cotidiano das pequenas comunidades. Para expressar a relação do homem com alguns desses elementos, ele recorre à sinestesia, construção de linguagem em que

se mesclam impressões sensoriais diversas. Assinale a opção em que se observa esse recurso.

a) "e o pão preserve aquele branco/ sabor de alvorada."

b) "ainda que lá se possa de manhã/ lavar o rosto no orvalho"

c) "A natureza me assusta./ Com seus matos sombrios suas águas"

d) "suas aves que são como aparições/ me assusta quase tanto quanto"

e) "me assusta quase tanto quanto/ esse abismo/ de gases e de estrelas"

Resolução:

Alternativa A.

Em "e o pão preserve aquele branco/ sabor de alvorada", dois sentidos são acionados, ou seja, a visão ("branco") e o paladar ("sabor").

Questão 03 - (Enem)

Nesta tirinha, a personagem faz referência a uma das mais conhecidas figuras de linguagem para

a) condenar a prática de exercícios físicos.

b) valorizar aspectos da vida moderna.

c) desestimular o uso das bicicletas.

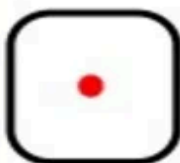
d) caracterizar o diálogo entre gerações.

e) criticar a falta de perspectiva do pai.

Resolução

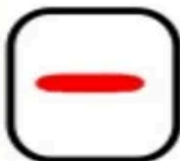
Alternativa E.

Na tirinha, a existência do pai do enunciador é comparada ao ato de pedalar uma bicicleta e não chegar a lugar nenhum, portanto a vida do pai não teria perspectiva.

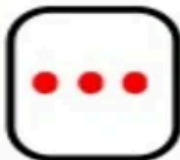
SINAIS DE PONTUAÇÃO

PONTO FINAL: INDICA QUE A FRASE TERMINOU.

PONTO DE INTERROGAÇÃO: INDICA QUE SE ESTÁ FAZENDO UMA PERGUNTA.

PONTO DE EXCLAMAÇÃO: INDICA ALEGRIA, ADMIRAÇÃO, SURPRESA OU ESPANTO.

DOIS PONTOS: INDICA QUE ALGUÉM VAI FALAR.

TRAVESSÃO: INDICA QUE ALGUÉM ESTÁ FALANDO.

VÍRGULA: INDICA UMA PEQUENA PAUSA NA LEITURA E TAMBÉM SERVE PARA SEPARAR PALAVRAS.

PONTO E VÍRGULA: INDICA UMA PAUSA MAIOR QUE A VÍRGULA.

RETICÊNCIAS: INDICA SUSPENSÃO DO PENSAMENTO, DÚVIDA OU QUE A FRASE FOI INTERROMPIDA.

"Os sinais de pontuação são um conjunto de sinais gráficos que indicam, em uma construção sintática, o maior ou menor grau de coesão entre estruturas e, em alguns casos, podem manifestar aspectos prosódicos (da fala) em um enunciado escrito. São eles:

1. Vírgula;

2. Ponto e vírgula;

3. Ponto final;

4. Ponto de exclamação;

5. Ponto de interrogação;

6. Dois-pontos;

7. Aspas;

8. Travessão;

9. Parênteses.

Leia também: Cinco erros gramaticais que ninguém deveria cometer!

Tópicos deste artigo

1 - Vírgula

2 - Ponto e vírgula

3 - Dois-pontos

4 - Reticências

5 - Parênteses

6 - Aspas

7 - Travessão

8 - Ponto de exclamação

9 - Ponto de interrogação

10 - Resumo

Vírgula

→ Regra geral

A vírgula é um sinal de pontuação que manifesta baixo grau de coesão (ligação) entre estruturas vizinhas. Repare que ela não gera baixo grau de coesão, mas sim manifesta um baixo grau de coesão já existente entre estruturas sintáticas.

Por exemplo:

Pedro encontrou companheiros novos, vizinhos e colegas de trabalho.

A palavra "novos" possui baixo grau de coesão com o termo "vizinhos" e alto grau de coesão com o termo "companheiros".

Pedro encontrou companheiros, novos vizinhos e colegas de trabalho.

A palavra "novos" possui alto grau de coesão com o termo "vizinhos", mas não com "companheiros".

Verifica-se, pois, que a vírgula marca uma interrupção entre funções sintáticas ou orações independentes entre si, ou seja, funções sintáticas ou orações que possuem baixo grau de coesão entre si.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

→ Vírgula e período simples

a) Sujeito e predicado

Não se separa o sujeito do predicado, haja vista serem termos essenciais à oração e possuírem alto grau de coesão entre si.

Ordem direta:

O poeta é mentiroso.

Aquela senhora é educada.

Ordem indireta:

É mentiroso o poeta (o poeta = sujeito)

É educada aquela senhora (aquela senhora = sujeito)

b) Complementos verbais (objeto direto e objeto indireto)

Não se separa por vírgula o verbo de seu complemento (objeto).

Ordem direta:

Nem deixou filhos...

Ordem indireta:

... nem filhos deixou.

(filhos = objeto direto)

OBSERVAÇÃO: Separa-se, contudo, por vírgula o objeto quando houver objeto pleonástico.

Os meus filhos, eu os amei. (os = os meus filhos)

Ao homem, deu-lhe Deus a sabedoria.(lhes = ao homem)

c) Adjunto adverbial

Em ordem direta (em fim de frase), o adjunto adverbial não recebe a vírgula:
Os corpos foram encontrados no mar. (no mar = adjunto adverbial)

Em ordem indireta (no início ou no meio da frase), o adjunto adverbial recebe a vírgula obrigatoriamente se for uma locução adverbial (mais de uma palavra):
No mar, os corpos foram encontrados.

Os corpos, no mar, foram encontrados.

Em ordem indireta (no início ou no meio da frase), o adjunto adverbial recebe a vírgula facultativamente se for um advérbio:
Ontem, todos saíram.

Ontem todos saíram.

Os alunos, hoje, estudaram Língua Portuguesa.

Os alunos hoje estudaram Língua Portuguesa.

d) Predicativo

Em ordem direta (em fim de frase), o predicativo do sujeito não recebe a vírgula:

A menina esperava o pai ansiosa. (ansiosa = predicativo do sujeito)

Em ordem inversa (no início ou no meio da frase), esse termo receberá a vírgula:

Ansiosa, a menina esperava o pai.

A menina, ansiosa, esperava o pai.

e) Aposto

Separa-se por vírgula o aposto explicativo:

Goiânia, a capital de Goiás, é campeã em qualidade de vida.

f) Vocativo

Separa-se por vírgula o vocativo, qualquer que seja a sua posição.

João, faça-me um favor.

Leia também: Três mitos sobre o uso da vírgula que você precisa conhecer

→ Vírgula e período composto por subordinação

a) Subordinadas substantivas

Apenas a oração subordinada substantiva positiva é separada por vírgulas.

Ele só queria uma coisa, que todos fossem embora!

b) Subordinadas adjetivas

As adjetivas restritivas não recebem a vírgula:

Os copos que estavam sobre a mesa estavam sujos.

As adjetivas explicativas são separadas por vírgula:

Os livros, que são fontes de conhecimento, devem ser preservados.

c) Subordinadas adverbiais

Em ordem indireta (oração subordinada + oração principal), a vírgula é obrigatória:

Quando chegaram à cidade, procuraram o prefeito.

Em ordem direta (oração principal + oração subordinada), a vírgula é facultativa:

Procuraram o prefeito, quando chegaram à cidade.

Procuraram o prefeito quando chegaram à cidade.

→ Vírgula e período composto por coordenação

a) Coordenadas assindéticas

Separam-se por vírgula as coordenadas assindéticas:

Abriu o site da banca, procurou seu nome, estava aprovado!

b) Coordenadas sindéticas

As coordenadas sindéticas recebem a vírgula, exceto as aditivas:

Era um homem valente, mas tinha horror a baratas.(adversativa)

Ora tocava música clássica, ora executava um chorinho. (alternativas)

Vem, pois a natureza tem pressa. (explicativa)

Tinha muitas passagens pela polícia, portanto era o principal suspeito.(conclusiva)

Ele visitou os pais e voltou para casa. (aditiva)

Nas coordenadas aditivas, a vírgula aparece quando os sujeitos são diferentes ou quando há a reiteração da conjunção (polissíndeto).

Maria saiu de casa e foi ao trabalho. (Maria é sujeito das duas orações)

Maria se casou, e Pedro ficou sozinho. (Os sujeitos são diferentes: Maria e Pedro)

E canta, e ri, e dança, e alegra-se. (polissíndeto)

→ Vírgula e termos de mesma função sintática (enumerações)

A vírgula é utilizada para separar termos de mesma função sintática (enumeração).

Chegavam mãe, pais e filhos.

→ Vírgula e zeugma

Utiliza-se a vírgula para demarcar o zeugma verbal.

Nós queremos paz; eles, guerra.

Observação:

Zeugma: forma de elipse (omissão) que consiste na supressão, em orações subsequentes, de um termo expresso na primeira.

Exemplo:

Cada criança escolheu um brinquedo; o menino, um carro; a menina, uma boneca.

→ Vírgula e local e data, em correspondências

Usa-se vírgula para separar local e data, em correspondências:

Goiânia, 24 de março de 2019

→ Vírgula e termos explicativos e conclusivos

Há uma série de expressões no português que possuem a finalidade de explicar, concluir e corrigir um termo anterior. Inseridos na frase, são separados por vírgula.

Nossa aula acaba agora, aliás, acaba às 11h e 30 min.

Algumas dessas expressões: além disso, isto é, a saber, aliás, digo, minto, ou melhor, ou antes, outrossim, demais, além disso, então, com efeito.

→ *Vírgula e anacoluto*

O anacoluto (frase quebrada) é sempre separado por vírgula.

Exemplo:

A saúde, esse é um problema muito sério.

Observação:

Anacoluto: período iniciado por uma palavra ou locução, seguida de pausa (vírgula), que tem como continuação uma oração em que essa palavra ou locução não se integra sintaticamente, embora esteja integrada pelo sentido.

Veja também: Como evitar dez erros comuns de português?

Ponto e vírgula

O ponto e vírgula é um sinal de pontuação que indica grau de coesão menor que o representado pela vírgula.

Exemplo:

João preparou-se muito para a prova; mas, naquele dia, não estava bem.

Repare que o ponto e vírgula separa orações coordenadas, e as vírgulas indicam que o adjunto adverbial está deslocado. As orações coordenadas – independentes

sintaticamente entre si – possuem grau de coesão menor que um adjunto adverbial deslocado.

Nós queremos paz; eles, guerra.

No segundo exemplo, o ponto e vírgula separa orações coordenadas; a vírgula, porém, indica zeugma verbal.

A função principal do ponto e vírgula é separar estruturas coordenadas que possuem vírgulas internas.

Além da função supracitada, o ponto e vírgula é usado em enumerações em tópicos. Veja:

Um bom discurso apresenta:

clareza;

lógica;

empatia;

riqueza lexical;

informatividade;

interlocução.

Dois-pontos

Os dois-pontos têm as seguintes funções:

a) Introduzir o discurso direto:

E João disse:

- Estou cansado!

b) Introduzir uma citação:

Segundo o Dicionário Houaiss, sujeito é: "termo sobre o qual recai a predicação verbal e com o qual o verbo concorda".

c) Esclarecer, comentar ou detalhar (enumerar) um termo anterior:

Goiás e Vila, domingo passado: o Vila deu show!

Reticências

a) Para indicar a supressão de algumas palavras em uma citação:

Como consta do conceito de sujeito, "...termo com o qual o verbo concorda".

b) Para indicar uma interrupção da frase:

Doutor, eu posso...

Não! Fique quieto, por favor!

c) Para indicar hesitação, dúvida:

Maria, fez o dever?

Bem...eu...na verdade...não, mãe!

d) Para indicar que o sentido vai além do que ficou dito:

Todos riam, se divertiam, estavam alegres...

Parênteses

a) Fazer indicações cênicas de textos de teatro e indicações bibliográficas (rubrica):

João:

(com um fósforo na mão)

- Colocarei fogo nestas velhas cartas.

b) Fazer comentários e intercalações acessórias:

"Acrescentemos que em português a alternância vocálica pode ser o que podemos chamar submorfêmica. Isto acontece, quando não é ela (como ao contrário, sucede em fiz em face de fazer) a marca única da noção gramatical por expressar."

Joaquim Mattoso Câmara Jr.

Nesse caso, ao utilizar os parênteses, tem-se a intenção de indicar que o termo intercalado é acessório, ou seja, não possui, segundo o autor, tanta importância ou destaque.

c) Introduzir a palavra sic (há erro no texto original):

O problema (sic) é a falta de emprego.

Acesse também: Cinco dicas sobre o uso da crase

Aspas

a) Para indicar o início eo fim da citação:

"Navegar é preciso, viver não é preciso."

Fernando Pessoa

b) Para destacar uma palavra ou para indicar uma ironia ou qualquer sentido figurado (conotativo):

O prefeito tem "aplicado" o dinheiro público; isso é claro e notório.

c) Para introduzir o discurso direto:

Com a raiva de um animal ferido, disse: "Quem será o homem que me enfrentará?"

d) Para indicar que a palavra é um neologismo ou um estrangeirismo

Os Estados Unidos querem a legalização dos líderes de esquerda.

Travessão

a) Indicar a mudança ou a fala no discurso direto:

Estamos cansados! Queremos parar!

Não! A aula só acaba às 11h e 30 min.

b) Para introduzir intercalações em períodos que possuem muitas vírgulas, comentários e explicações:

Nesse caso, os travessões geram ênfase ao termo intercalado, isto é, indicam que o elemento entre travessões possui destaque, relevância no contexto.

"Em outros termos: a vogal nasal fica entendida como um grupo de dois fonemas que se combinam na sílaba – vogal e elemento nasal."

Joaquim Mattoso Câmara Jr.

Ponto de exclamação

Sinal gráfico (!) que vem depois do termo que expressa admiração, surpresa, alegria, dor, espanto, exaltação etc.

Exemplo:

Saiam já daqui!

Ponto de interrogação

Sinal gráfico (?) que se coloca ao final de uma frase interrogativa direta.

Exemplo:

Por que todos estão rindo?

Resumo

Sinais de pontuação

Usos

Vírgula

Nunca usar entre:

Sujeito e verbo

Verbo e objeto

Nome e complemento nominal

Substantivo e adjunto adnominal

- Casos de uso:

Aposto explicativo

Adjunto adverbial deslocado

Predicativo deslocado

Objetos pleonásticos

Anacoluto

Zeugma verbal

Vocativo

Expressões explicativas, retificativas e conclusivas

Conjunções deslocadas

Orações subordinadas substantivas apositivas

Orações subordinadas adjetivas explicativas

Orações subordinadas adverbiais deslocadas

Orações coordenadas, exceto as aditivas

Ponto e vírgula

Separar estruturas coordenadas com vírgulas internas

Enumerações em tópicos

Dois-pontos

Introduzir discurso direto

Introduzir citação

Introduzir comentários, explicações ou enumerações

Ponto de interrogação

Introduzir frases interrogativas diretas

Ponto de exclamação

Indicar exaltação na fala de personagens

Reticências

Indicar corte de trechos em citações

Indicar pausas ou interrupções no discurso

Indicar que o sentido vai além do que está escrito

Parênteses

Indicar rubrica (informações cênicas no teatro)

Indicar uma informação acessória

Travessão

Indicar discurso direto

Dar ênfase a trechos de textos

Aspas

Citação direta

Discurso direto

Neologismos

Estrangeirismos

Palavras em sentido figurado (conotativo)

" Os sinais de pontuação são recursos de linguagem empregados na língua escrita e desempenham a função de demarcadores de unidades e de sinalizadores de limites de estruturas sintáticas nos textos escritos. Assim, os sinais de pontuação cumprem o papel dos recursos prosódicos, utilizados na fala para darmos ritmo, entoação e pausas e indicarmos os limites sintáticos e unidades de sentido.

Como na fala temos o contato direto com nossos interlocutores, contamos também com nossos gestos para tentar deixar claro aquilo que queremos dizer. Na escrita, porém, são os sinais de pontuação que garantem a coesão e a coerência interna dos textos, bem como os efeitos de sentidos dos enunciados.

Vejamos, a seguir, quais são os sinais de pontuação que nos auxiliam nos processos de escrita:

Ponto (.)

a) Indicar o final de uma frase declarativa:

Gosto de sorvete de goiaba.

b) Separar períodos:

Fica mais um tempo. Ainda é cedo.

c) Abreviar palavras:

Av. (Avenida)

V. Ex.ª (Vossa Excelência)

p. (página)

Dr. (doutor)

Dois-pontos (:)

a) Iniciar fala de personagens:

O aluno respondeu:

– Parta agora!

b) Antes de apostos ou orações apositivas, enumerações ou sequência de palavras que explicam e/ou resumem ideias anteriores.

Esse é o problema dos caixas eletrônicos: não tem ninguém para auxiliar os mais idosos.

Anote o número do protocolo: 4254654258.

c) Antes de citação direta:

Como já dizia Vinícius de Morais: "Que o amor não seja eterno posto que é chama, mas que seja infinito enquanto dure."

Reticências (...)

a) Indicar dúvidas ou hesitação:

Sabe... andei pensando em uma coisa... mas não é nada demais.

b) Interromper uma frase incompleta sintaticamente:

Quem sabe se tentar mais tarde...

c) Concluir uma frase gramaticalmente incompleta com a intenção de estender a reflexão:

"Sua tez, alva e pura como um foco de algodão, tingia-se nas faces de um longo cor-de-rosa..." (Cecília - José de Alencar)

d) Suprimir palavras em uma transcrição:

"Quando penso em você (...) menos felicidade." (Canteiros - Raimundo Fagner)

Parênteses ( )

a) Isolar palavras, frases intercaladas de caráter explicativo, datas e também podem substituir a vírgula ou o travessão:

Manuel Bandeira não pôde comparecer à Semana de Arte Moderna (1922).

"Uma manhã lá no Cajapió (Joca lembrava-se como se fora na véspera), acordara depois duma grande tormenta no fim do verão." (O milagre das chuvas no Nordeste- Graça Aranha)

Ponto de Exclamação (!)

a) Após vocativo

Ana, boa tarde!

b) Final de frases imperativas:

Cale-se!

c) Após interjeição:

Ufa! Que alívio!

d) Após palavras ou frases de caráter emotivo, expressivo:

Que pena!

Ponto de Interrogação (?)

a) Em perguntas diretas:

Quantos anos você tem?

b) Às vezes, aparece com o ponto de exclamação para enfatizar o enunciado:

Não brinca, é sério?!

Vírgula (,)

De todos os sinais de pontuação, a vírgula é aquele que desempenha o maior número de funções. Ela é utilizada para marcar uma pausa do enunciado e tem a finalidade de nos indicar que os termos por ela separados, apesar de participarem da mesma frase ou oração, não formam uma unidade sintática. Por outro lado, quando há uma relação sintática entre termos da oração, não se pode separá-los por meio de vírgula.

Antes de explicarmos quais são os casos em que devemos utilizar a vírgula, vamos explicar primeiro os casos em que NÃO devemos usar a vírgula para separar os seguintes termos:

a) Sujeito de Predicado;

b) Objeto de Verbo;

c) Adjunto adnominal de nome;

d) Complemento nominal de nome;

e) Predicativo do objeto do objeto;

f) Oração principal da Subordinada substantiva (desde que esta não seja apositiva nem apareça na ordem inversa).

→ Casos em que devemos utilizar a vírgula

A vírgula no interior da oração

a) Utilizada com o objetivo de separar o vocativo:

Ana, traga os relatórios.

O tempo, meus amigos, é o que nos confortará.

b) Utilizada com o objetivo de separar apostos:

Valdirene, minha prima de Natal, ligou para mim ontem.

Caio, o aluno do terceiro ano B, faltou à aula.

c) Utilizada com o objetivo de separar o adjunto adverbial antecipado ou intercalado:

Quando chegar do trabalho, procurarei por você.

Os políticos, muitas vezes, são mentirosos.

d) Utilizada com o objetivo de separar elementos de uma enumeração:

Estamos contratando assistentes, analistas, estagiários.

Traga picolé de uva, groselha, morango, coco.

e) Utilizada com o objetivo de isolar expressões explicativas:

Quero o meu suco com gelo e açúcar, ou melhor, somente gelo.

f) Utilizada com o objetivo de separar conjunções intercaladas:

g) Utilizada com o objetivo de separar o complemento pleonástico antecipado:

A ele, nada mais abala.

h) Utilizada com o objetivo de isolar o nome do lugar na indicação de datas:

Goiânia, 01 de novembro de 2016.

i) Utilizada com o objetivo de separar termos coordenados assindéticos:

É pau, é pedra, é o fim do caminho.

j) Utilizada com o objetivo de marcar a omissão de um termo:

Ele gosta de fazer academia, e eu, de comer. (omissão do verbo gostar)

→ Casos em que se usa a vírgula antes da conjunção "e"

1) Utilizamos a vírgula quando as orações coordenadas possuem sujeitos diferentes:

Os banqueiros estão cada vez mais ricos, e o povo, cada vez mais pobre.

2) Utilizamos a vírgula quando a conjunção "e" repete-se com o objetivo de enfatizar alguma ideia (polissíndeto):

E eu canto, e eu danço, e bebo, e me jogo nos blocos de carnaval.

3) Utilizamos a vírgula quando a conjunção "e" assume valores distintos que não retratam sentido de adição (adversidade, consequência, por exemplo):

Chorou muito, e ainda não conseguiu superar a distância.

→ A vírgula entre orações

A vírgula é utilizada entre orações nas seguintes situações:

a) Para separar as orações subordinadas adjetivas explicativas:

Meu filho, de quem só guardo boas lembranças, deixou-nos em fevereiro de 2000.

b) Para separar as orações coordenadas sindéticas e assindéticas, com exceção das orações iniciadas pela conjunção "e":

Cheguei em casa, tomei um banho, fiz um sanduíche e fui direto ao supermercado.

Estudei muito, mas não consegui ser aprovada.

c) Para separar orações subordinadas adverbiais (desenvolvidas ou reduzidas), principalmente se estiverem antepostas à oração principal:

"No momento em que o tigre se lançava, curvou-se ainda mais; e fugindo com o corpo apresentou o gancho." (O selvagem - José de Alencar)

d) Para separar as orações intercaladas:

"– Senhor, disse o velho, tenho grandes contentamentos em estar plantando-a...”

e) Para separar as orações substantivas antepostas à principal:

Quando sai o resultado, ainda não sei.

Ponto e vírgula (;)

a) Utilizamos ponto e vírgula para separar os itens de uma sequência de outros itens:

Antes de iniciar a escrita de um texto, o autor deve fazer-se as seguintes perguntas:

I- O que dizer;

II- A quem dizer;

III- Como dizer;

IV- Por que dizer;

V- Quais objetivos pretende alcançar com este texto?

b) Utilizamos ponto e vírgula para separar orações coordenadas muito extensas ou orações coordenadas nas quais já se tenha utilizado a vírgula:

“O rosto de tez amarelenta e feições inexpressivas, numa quietude apática, era pronunciadamente vultuoso, o que mais se acentua no fim da vida, quando a bronquite crônica de que sofria desde moço se foi transformando em opressora asma cardíaca; os lábios grossos, o inferior um tanto tenso." (O Visconde de Inhomerim - Visconde de Taunay)

Travessão (—)

a) Utilizamos o travessão para iniciar a fala de um personagem no discurso direto:

A mãe perguntou ao filho:

— Já lavou o rosto e escovou os dentes?

b) Utilizamos o travessão para indicar mudança do interlocutor nos diálogos:

— Filho, você já fez a sua lição de casa?

— Não se preocupe, mãe, já está tudo pronto.

c) Utilizamos o travessão para unir grupos de palavras que indicam itinerários:

Disseram-me que não existe mais asfalto na rodovia Belém—Brasília.

d) Utilizamos o travessão também para substituir a virgula em expressões ou frases explicativas:

Pelé — o rei do futebol — anunciou sua aposentadoria.

Aspas (“ ”)

As aspas são utilizadas com as seguintes finalidades:

a) Isolar palavras ou expressões que fogem à norma culta, como gírias, estrangeirismos, palavrões, neologismos, arcaísmos e expressões populares:

A aula do professor foi “irada”.

Ele me pediu um “feedback” da resposta do cliente.

b) Indicar uma citação direta:

“Ia viajar! Viajei. Trinta e quatro vezes, às pressas, bufando, com todo o sangue na face, desfiz e refiz a mala”. (O prazer de viajar - Eça de Queirós)

FIQUE ATENTO!

Caso haja necessidade de destacar um termo que já está inserido em uma sentença destacada por aspas, esse termo deve ser destacado com marcação simples ('), não dupla (").

VEJA AGORA ALGUMAS OBSERVAÇÕES RELEVANTES:

Dispensam o uso da vírgula os termos coordenados ligados pelas conjunções e, ou, nem.

Observe:

Preferiram os sorvetes de creme, uva e morango.

Não gosto nem desgosto.

Não sei se prefiro Minas Gerais ou Goiás.

Caso os termos coordenados ligados pelas conjunções e, ou, nem aparecem repetidos, com a finalidade de enfatizar a expressão, o uso da vírgula é, nesse caso, obrigatório.

Observe:

Não gosto nem do pai, nem do filho, nem do cachorro, nem do gato dele.

Não explicaram, porém, o porquê de tantas faltas.

Questão 1

Discorre acerca dos sinais de pontuação, tendo em vista as peculiaridades inerentes à oralidade e à escrita.

Ver resposta

Resposta

Os sinais de pontuação têm por finalidade indicar as pretensões discursivas do enunciador mediante o ato de interlocução. Na escrita, servem para indicar os recursos utilizados pelo emissor (exprimindo sentimentos, afirmando, negando, interrogando), não materializados pelos mesmos recursos manifestados por meio da oralidade, como por exemplo, os gestos, expressões faciais, interrupções e retomadas de pensamento, entre outros aspectos.

Questão 2

(F.E. Bauru) Assinale a alternativa em que há erro de pontuação:

a – ( ) Era do conhecimento de todos a hora da prova, mas, alguns se atrasaram.
b – ( ) A hora da prova era do conhecimento de todos; alguns se atrasaram, porém.
c – ( ) Todos conhecem a hora da prova; não se atrasem, pois.
d- ( ) Todos conhecem a hora da prova, portanto não se atrasem.
e – ( ) N.D.A

Ver resposta

Resposta

Alternativa "A".

Questão 3

A ausência de uma pontuação adequada pode ocasionar falta de clareza da mensagem. Com base nessa premissa, ressalta sobre a incidência da ambiguidade, exemplificando alguns casos representativos.

Ver resposta

Resposta

O sentido ambíguo representa um dos elementos que causam falta de clareza textual. Muitas vezes, a falta de um sinal de pontuação, sobretudo no que se refere ao uso da vírgula, faz com que a mensagem se torne passível de duplo sentido, tornando-se incoerente e ilógica.

Para tanto, alguns casos representam tal ocorrência.

Compramos o quadro do menino = Compramos, do menino, o quadro.
Vi o ladrão da janela = Vi, da janela, o ladrão.
Encontrei a cadela da minha tia vagando por aqui = Encontrei a cadela, que é da minha tia, vagando por aqui.

Questão 4

Tendo em vista que o uso da vírgula também se relaciona a fatores de ordem sintática, corroborando assim para uma perfeita estruturação do pensamento, justifique o emprego do referido sinal mediante os enunciados subsequentes:

a- Parabéns, querido!
b – Naquela tarde, todos haviam saído.
c – O Rio de Janeiro, que é considerada a cidade maravilhosa, irá sediar um dos grandes eventos esportivos.
d – Viajarei nestas férias, isto é, se houver possibilidade.
e - Hoje o clima está ameno, pois choveu durante a noite.

Ver resposta

Resposta

O emprego da vírgula manifesta-se de forma adequada, tendo em vista que se trata de:

a – Um vocativo.

b – Adjunto adverbial de tempo.

c – Oração subordinada adjetiva explicativa.

d - Uma expressão corretiva "isto é".

e – Oração coordenada explicativa.

Questão 5

Atenha-se a uma análise da criação artística em evidência, registrando suas impressões a partir da analogia feita entre a temática dominante na época e a intencionalidade discursiva do poeta, sobretudo pelo farto emprego dos sinais de pontuação.

Canção do exílio facilitada

lá?

ah!

Sabia...

papá...

maná...

sofá...

sinhá...

cá?

bah!

José Paulo Paes

Ver resposta

Resposta

O caráter enfático, ora atribuído aos sinais de pontuação, serve para realçar a intencionalidade discursiva manifestada pelo emissor, uma vez caracterizada pelo tom irônico. José Paulo Paes, integrando a era modernista, sob um tom jocoso, revelou sua indignação ao nacionalismo exagerado, tão presente na concepção de Gonçalves Dias, com sua Canção do Exílio.

NOÇÕES DE DIREITO

Direitos e Garantias Fundamentais

I - Do direito Constitucional e da Constituição

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direito Constitucional é o ramo do Direito Público que expõe, interpreta e sistematiza os princípios e normas fundamentais do Estado; é a ciência positiva das constituições; têm por Objeto a constituição política do Estado, cabendo a ele o estudo sistemático das normas que integram a constituição. O conteúdo científico do Direito Constitucional abrange as seguintes disciplinas:

- Direito Constitucional Positivo ou Particular: é o que tem por objeto o estudo dos princípios e normas de uma constituição concreta, de um Estado determinado; compreende a interpretação , sistematização e crítica das normas jurídico-constitucionais desse Estado, configuradas na constituição vigente, nos seus legados históricos e sua conexão com a realidade sócio-cultural.

- Direito Constitucional Comparado: é o estudo teórico das normas jurídico-constitucionais positivas (não necessariamente vigentes) de vários Estados, preocupando-se em destacar as singularidades e os contrastes entre eles ou entre grupo deles.

- Direito Constitucional Geral: delineia uma série de princípios, de conceitos e de instituições que se acham em vários direitos positivos ou em grupos deles para classificá-los e sistematizá- los numa visão unitária; é uma ciência, que visa generalizar os princípios teóricos do Direito Constitucional particular e, ao mesmo tempo, constatar pontos de contato e independência do Direito Constitucional Positivo dos vários Estados que adotam formas semelhantes do Governo.

Um grupo de pessoas, com padrões axiológicos semelhantes, decidiu constituir uma associação visando à realização dos objetivos que têm em comum. Por se tratar de um grupo muito zeloso, requereu autorização ao órgão competente do Município Delta para criar a referida associação. O requerimento, no entanto, foi negado.

À luz da Constituição da República, é correto afirmar que

Alternativas

A

a autorização sequer deveria ter sido requerida, já que dispensada pela ordem constitucional.

B

a denegação do requerimento formulado somente será lícita se forem apresentados os respectivos motivos.

C

somente se o órgão competente demonstrar a existência de interesse público será regular a denegação do requerimento.

D

A autorização é ato administrativo discricionário, que pode ser, ou não, concedida, conforme o juízo de valor do órgão competente.

E

Tanto a autorização de criação como a dissolução compulsória da associação são atos vinculados do Município, caso sejam preenchidos os respectivos requisitos.

De acordo com a Constituição Federal, leia as afirmativas abaixo:

I - É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mesmo que dependa de censura ou licença.

III - As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

IV - A lei excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Estão corretas as afirmativas:

Alternativas

A

I e III, apenas.

B

II e IV, apenas.

C

I, II e III, apenas.

D

II, III e IV, apenas.

E

I, II, III e IV.

1. Sobre a propriedade, na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- *a) A propriedade particular, em nenhuma hipótese poderá ser usada pelo Poder Público, uma vez que é assegurado ao proprietário o direito de privacidade.*
- *b) Poderá, em alguns casos, ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social.*
- *c) Deverá atender a sua função judicial, estabelecida por órgão competente.*
- *d) A propriedade rural, em qualquer tempo, poderá ser penhorada como pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, visando o não adimplemento de seu proprietário.*

2. A República Federativa do Brasil não tem como fundamento:

- *a) soberania.*
- *b) o pluralismo político.*
- *c) cidadania.*
- *d) garantia do desenvolvimento nacional.*

3. O princípio da igualdade estabelecido no art. 5° da Constituição Federal, traz garantias aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, não sendo uma delas:

- *a) dignidade da pessoa humana.*
- *b) liberdade.*
- *c) propriedade.*
- *d) inviolabilidade do direito à vida.*

4. Entre os direitos e deveres invioláveis não se encontra:

- *a) a intimidade e a vida privada.*
- *b) a imagem das pessoas.*
- *c) a casa do indivíduo, no caso de flagrante delito.*
- *d) a liberdade de consciência e de crença.*

5. Assinale a alternativa incorreta. As penas não poderão ser:

- *a) de caráter perpétuo.*
- *b) de banimento.*
- *c) de perda de bens e valores.*
- *d) cruéis.*

6. Assinale a alternativa falsa com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- *a) Ninguém poderá ser submetido a tortura, mesmo se soldados de exércitos rivais, em casos de guerra declarada.*
- *b) A manifestação do pensamento é livre, desde que não haja a pessoa no anonimato.*
- *c) Cabe censura, dos órgãos competentes, a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, para que não ocorram em desacordo com os princípios e garantias estabelecidos nesta Constituição.*
- *d) Somente em virtude de lei, uma pessoa poderá ser obrigada a fazer ou deixar de fazer alguma coisa.*

7. Dentre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa, não se encontra:

- *a) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e qualquer forma de discriminação;*
- *b) independência nacional;*
- *c) defesa da paz;*
- *d) concessão de asilo político.*

8. A individualização da pena será regulamentada por lei. E dentre as penas admissíveis, não figura:

- *a) multa.*
- *b) privação ou restrição de liberdade.*
- *c) de trabalhos forçados.*
- *d) prestação social alternativa.*

9. Assinale dentre as afirmativas expostas, a sentença verdadeira em relação dos direitos e deveres individuais e coletivos:

- *a) o exercício de qualquer trabalho ou profissão, deverá ser estabelecido por lei a cada cidadão, independentemente da qualificação profissional que possuir.*
- *b) é garantido a todos o acesso à informação, sendo sempre sua fonte pública a todos, uma vez que no art. 5° é vedado o anonimato.*
- *c) é plena a liberdade de associações para fins lícitos e paramilitares.*
- *d) é livre a locomoção em tempo de paz, no território nacional, permitindo a todos entrarem, saírem ou permanecerem nele com seus bens.*

10. Assinale a alternativa correta:

I- Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.
II- O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
III- São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.

- *a) Todas as alternativas são falsas.*
- *b) Nenhuma alternativa é falsa.*
- *c) As alternativas II e III são falsas.*
- *d) As alternativas I e III são falsas.*

11. A todos são assegurados independentemente do pagamento de taxas, alguns direitos no art. 5° da Constituição, dentre esses figura:

a) o direito de pleitear em juízo qualquer pretensão judicial que vise a satisfação de uma obrigação de fazer, perante particular, fundado na instituição da plenitude de defesa;

b) arguir o direito de herança, em qualquer tempo;

c) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesas de direitos ou contra abuso de poder e ilegalidade;

d) o direito de requerer aos órgãos jurisdicionais a assistência gratuita.

12. Não é permitido, segundo o art. 5° da Constituição Federal:

a) Reunirem-se todos, sem armas e pacificamente em locais abertos ao público, independentemente de autorização, sendo que não atrapalhe reuniões já previamente convocadas ao mesmo local, desde que avise anteriormente a autoridade.

b) a dissolução ou suspensão compulsória de atividades da associação por simples decisão judicial desde que transitada em julgado.

c) compelir alguém a associar-se ou a permanecer associado de algo.

d) a criação de associações independentes de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

13. A propriedade intelectual garante:

a) a propriedade industrial e os direitos do autor.

b) a criação particular e a industrial.

c) o direito da indústria para com os criadores intelectuais.

d) a posse de meios para a criação intelectual de projetos.

14. Assinale a alternativa certa:

I- É permitida, segundo a lei, a extradição de estrangeiro por crimes políticos ou de opinião.
II- Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
III- Pode ser aceita prova por meio ilícito, visando sempre a obtenção da verdade real.

a) As alternativas I e II estão incorretas.

b) As alternativas II e III estão incorretas.

c) As alternativas I e III estão incorretas.

d) Todas as alternativas estão incorretas.

15. Assinale a alternativa falsa. A lei, segundo o art. 5° da CF:

a) admite a punição de qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, com privação de finais de semana.

b) considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia o tráfico ilícito de entorpecentes.

c) não prejudicará o direito adquirido e a coisa julgada.

d) regulará a individualização das penas.

16. No tocante às regras sobre a prisão, não é certo afirmar que:

a) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

b) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

c) poderá ser levado à prisão ou ser mantido preso, cidadão, mesmo quando a lei admitir liberdade provisória, com ou sem fiança.

d) não haverá prisão civil por dívida, salvo se por prestação de alimentos.

17. A Constituição de 1988, reconhece a instituição do júri, porém não assegura:

a) o sigilo de votações.

b) a competência para o julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida.

c) a soberania dos veredictos.

d) a plenitude de defesa.

18. Dentre os remédios constitucionais é correto afirmar que:

a) habeas data será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado pelo habeas corpus, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for a autoridade pública;

b) mandado de segurança é concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

c) mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou até mesmo, para a retificação de dados, em alguns casos;

d) habeas corpus é concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção;

19. Assinale a alternativa correta:

I- A lei penal não retroagirá, senão em benefício do réu.
II- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
III- Haverá juízos ou Tribunais de Exceção.

a) Somente a alternativa I está correta.

b) As alternativas II e III estão corretas.

c) As alternativas I e II estão corretas.

d) Todas alternativas estão corretas.

20. É certo afirmar que:

a) no direito penal, as penas poderão passar da pessoa do condenado para seus sucessores.

b) haverá pena de morte, no caso de crime doloso contra o chefe do poder executivo, no caso o Presidente da República.

c) O brasileiro nato poderá ser extraditado se cometer crime de ordem social em país diverso.

d) às presidiárias são asseguradas as condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período da amamentação.

Organização do Estado na Constituição Federal

.

Estado e Federação

Para se compreender a organização do Estado se faz necessário entender algumas definições a priori.

O Estado é a nação politicamente organizada, enquanto a Nação trata-se da união em comunidade, assim podemos entender que este é conceito sociológico (e para o direito pouco diz!), enquanto aquele, jurídico (que é o que nos interessa).

Dito isso, temos como elementos constitutivos do Estado, os seguintes:

Território: limites do poder do estado – Dimensão física

Povo: nacionais daquele Estado – Dimensão pessoal

Governo soberano: Autoridade/poder que não se sujeita a qualquer outra, ou seja, poder uno, indivisível, inalienável e imprescritível – Dimensão política*

**Ainda que o governo seja soberano, a titularidade desse poder é do povo, não se esqueça:*

Art. 1º – "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

O Brasil adotou como Forma de Estado a Federação, nesse tipo de Estado existe uma grande descentralização, existindo pessoas jurídicas autônomas politicamente. Podemos compreender como consequência da autonomia política, as seguintes:

Auto-organização: entes criam suas próprias constituições Ex: Constituições Estaduais

Autolegislação: entes criam suas leis, ainda que haja normas gerais nacionais sobre o processo

Autoadministração: os entes têm capacidade de autoadministração

Autogoverno: entes escolhem ser governantes

Bizu: Forma de Estado -> Federação

Importante! Não podemos confundir Federação com Confederação, para isso apresento um esquema dos professores Ricardo Vale e Nádia Carolina.

FEDERAÇÃO

- União **indissolúvel**
- Os entes federados são **autônomos**
- Tem como fundamento a **constituição**

CONFEDERAÇÃO

- União **dissolúvel**
- Os entes federados são **soberanos**
- Tem como fundamento um **acordo internacional**

A Federação Brasileira

Superada essa parte teórica inicial, vamos adentrar na Constituição. Primeira informação importante é dizer que temos quatro entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), todos esses autônomos, porém apenas a República Federativa do Brasil é de fato soberana.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição

Temos como capital federal Brasília e ainda que costumeiramente sejam tratados como sinônimos, para nível de concurso, não está correto afirmar que Brasília e Distrito Federal são sinônimos.

Art. 18, § 1º Brasília é a Capital Federal.

Atente-se que os territórios federais integram a União, ou seja, eles não são autônomos.

Art. 18, § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

Alterações na estrutura da federação

A forma federativa é uma cláusula pétrea para nossa Constituição, entretanto essa regra não impede que seja realizada alterações na estrutura da federação, assim vejamos as possíveis Reorganizações do espaço territorial

Cisão (Subdivisão): – entre A subdivide em dois novos entes: A -> B e C

Desmembramento-formação – Parte do ente se desmembra formando um novo ente: A -> "A -B" e "B"

Desmembramento-anexação – Parte do ente se desmembra, porém se anexa à outro existente. A e C -> A-B e C+B

Fusão – Dois ou mais entes formam um ente novo: A + B -> C

Incorporação – ente B incorpora outro ente, este deixa de existir: A e B -> B (+A)

Formação dos Estados:

Vejamos agora a formação de novos Estados.

Art. 18, § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios

Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Para que seja possível essa formação, é necessário respeitar os seguintes requisitos:

Plebiscito: consulta prévia para a população diretamente interessada

Oitiva das Assembléias Legislativas (CF, Art. 48, VI)

Edição da LC Federal pelo CN

Formação dos Municípios:

Já a formação dos Municípios está disciplinada no parágrafo quarto.

Art. 18, § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei

Assim como para a formação de Estados, a formação de Municípios também deve respeitar alguns requisitos:

Edição de LC Federal para regular o período -> Até hoje a LC não foi editada.

Aprovação LO Federal para regular como realizar o estudo de viabilidade.

Realização e divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.

Plebiscito: consulta prévia para a população diretamente interessada

LO Estadual para instituir a criação, incorporação, etc.

Vedações Federativas

A Constituição trouxe algumas vedações aos entes federados, com a finalidade de tornar mais harmoniosas suas interações e garantir a igualdade entre os cidadãos.

Essas vedações são bem tranquilas e costumam ser cobradas em sua literalidade, vejamos.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

Vedação de cunho religioso

Trata-se de uma forma de proteção ao próprio direito de liberdade religiosa, uma vez que o Estado não poderá ter religião oficial, ou seja, o Estado deve ser laico.

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

Recusar fé documentos públicos

Assim, um ente não pode recusar um documento "legítimo" de outro ente.

II – recusar fé aos documentos públicos;

Vedação a distinção entre brasileiros

Trata-se do Princípio da isonomia federativa, logo não poderia haver um concurso público em SP exclusivo para paulistas, por exemplo.

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Bens Públicos

Os bens públicos estão disciplinados principalmente nos artigos 20 (bens da União) e 26 (bens do Estado).

Primeira observação a ser feita é que o rol dos bens da União é não taxativo, afinal são bens da União os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos (Art. 20, I). Assim, vejamos de forma esquematiza os bens de cada ente federativo.

Terras devolutas: São terras devolutas as terras públicas sem destinação e que não pertençam a particulares

Regra -> Estado (Art. 26, IV):

Exceção -> União (Art. 20, II): quando indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

Lagos, rios e quais águas correntes

Regra -> Estado (Art. 26, I):

Exceção -> União (Art. 20, III): banham mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

Ilhas fluviais e lacustres

Regra -> Estado (Art. 26, III):

Exceção -> União (Art. 20, II): nas zonas limítrofes com outros países

Águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito

Regra -> Estado (Art. 26, I):

Exceção -> União (Art. 20, I): nas zonas limítrofes com outros países

Ilhas oceânicas e as costeiras

Regra -> Estado (Art. 26, II):

Exceção -> Município (Art. 20, IV): No caso de ser sede do Município

Exceção -> União (Art. 20, IV): áreas afetadas ao serviço público e a unidade

Introdução administração

A Administração Pública tem que cumprir uma observância rigorosa da ética, diferentemente da administração privada. O ato administrativo além de legal tem que ser moral, sob pena da sua nulidade. As fontes do Direito Administrativo (DA) são praticamente as mesmas do Direito.

O Poder Administrativo é hierárquico, disciplinar, regulamentar e tem poder de polícia.

Poder de Polícia é o poder que o Estado tem de interferir no particular. O controle de fiscalização do Poder Administrativo pode ser feito pelos superiores hierárquicos do próprio poder administrativo (fiscalização interna), pelo poder Legislativo ou pelo poder Judiciário. O Estado é responsável pelos atos civis praticados pelos seus Agentes Administrativos, facultando-lhe ação regressiva contra estes (teoria da responsabilidade objetiva).

Poder Público -> fiscalização e estabelecimento de regras. A fiscalização do poder público pode ser interna e externa. Através da fiscalização interna os superiores hierárquicos fiscalizam os inferiores.

Ato Administrativo -> é uma espécie de ato jurídico que cria, modifica ou extingue direito, praticado pela administração com finalidade pública (Ex.: anulação, revogação etc.). De acordo com a teoria de Montesquieu da Tripartição dos Poderes, eles seriam independentes entre si. Mas, atualmente o que se vê é que o Estado desenvolve várias atividades ou funções (administrativa, legislativa e judiciária) dentro de cada um dos poderes constituídos. Assim temos que o Poder Legislativo não só legisla mas também exerce atividades administrativas e jurisdicionais (não são

atividades prevalentes). Um parlamentar pode ser cassado pelos seus pares, caso venha a praticar atos contrários ao decoro parlamentar (atividade administrativa).

Da mesma forma, o Poder Executivo também pode legislar quando através de decretos regulamentares regulamentam leis editadas pelo Poder Legislativo ou quando faz matéria de sua típica competência (por exemplo, regulamentando uma praça de esportes para seu uso).

Trata-se do uso do poder normativo. Pode ter atividade jurisdicional quando, por exemplo, julga infrações de natureza grave dos seus servidores. O Poder Judiciário, por sua vez, vale- se das mesmas prerrogativas concedidas aos outros dois Poderes.

O DA é o conjunto de princípios jurídicos harmônicos entre si que têm a finalidade de reger os órgãos (órgão é onde existe concentração de competência), os agentes (aqueles que trabalham nos órgãos) e as atividades públicas (sejam estas atividades de interesse público ou apenas de organização da vida em comunidade).

Esses princípios regem para que sejam realizados os fins desejados pelo Estado. E esses fins são os fins por nós desejados, aqueles que estão na CF. São os fins que o Estado brasileiro deseja. O Estado é abstrato, é a Administração Pública quem vai administrá-lo. E a Administração Pública é por sua vez regrada pelo DA. Esta atividade regrada pelo DA é concreta e direta, em contraposição à judicial que é indireta. Essas atividades administrativas, além de concretas são diretas e imediatas.

Direito Administrativo 1.1 Introdução ao estudo do Direito Administrativo O Direito Administrativo como disciplina autônoma nasceu com a implantação do Estado de Direito, no período que sucedeu à Revolução Francesa. Assim como o Direito Constitucional, teve em foco a restrição do arbítrio estatal e a proteção dos direitos fundamentais. Contudo, conforme será exposto, grosso modo, pode-se dizer que ele se relaciona mais com a função administrativa do que propriamente com a função governamental. Não se trata de disciplina tão antiga quanto o Direito Civil, por exemplo, que se desenvolveu desde a Antiguidade romana. Além de padecer de acentuada falta de condensação, pois as suas regras se encontram dispersas em inúmeras leis (sem contar os casos em que ocorrem diferenciações no trato da mesma

matéria nos variados âmbitos federativos) e não foram objeto de codificação, o Direito Administrativo acompanha as modificações do próprio Estado. Contudo, apesar da falta de condensação em um código, a matéria possui um grau de sistematicidade, porque grande parte da estrutura de sua disciplina se encontra na Constituição Federal. É tarefa extremamente trabalhosa para os administrativistas acompanhar as frequentes modificações processadas em sua disciplina e buscar, por vezes, criticar os legisladores nos casos em que, desatentos aos princípios que conferem ao Direito Administrativo a sua marca sistemática, criam atos normativos que ferem a racionalidade de uma matéria que se desenvolveu progressivamente no sentido de equilibrar as prerrogativas de interesse geral com as garantias dos administrados. Entretanto, aqueles que se familiarizam com o Direito Administrativo percebem a sua beleza e a sua "sistematicidade", o que facilita bastante a compreensão. Reitere-se que é muito importante, portanto, para quem queira entender a matéria, debruçar-se sobre os princípios. Há alguns princípios fundamentais que

conferem ao Direito Administrativo a marca de disciplina equilibrada e que busca, acima de tudo, concretizar o interesse geral. A sistematização da matéria também é fruto do estudo de inúmeros doutrinadores, não só do direito estrangeiro, mas também do direito pátrio. Atualmente, a maior parte dos cursos de Direito do Brasil oferece na matriz curricular pelo menos um ano de estudo de Direito Administrativo. No entanto, há uma procura acentuada por pessoas com conhecimento na área e, como decorrência desse fato, cresce a demanda por cursos de especialização e inúmeros outros meios que o bacharel encontra para suprir essa deficiência. É necessário que a comunidade acadêmica se sensibilize para a importância da disciplina, para que seja aumentada a quantidade de horas ofertadas aos estudantes de Direito, porque, além de ser uma matéria que oferece subsídios importantes para a atuação contenciosa, ou não, em todos os órgãos públicos ou mesmo fora deles, na defesa dos interesses dos cidadãos ou dos administrados, seu conhecimento é cada vez mais requisitado não só no Exame de Ordem, que agora além das questões de natureza objetiva da primeira fase contempla segunda fase também em Direito Administrativo, mas sobretudo nos concursos públicos, em geral, sendo determinante, por exemplo, para o ingresso das carreiras da advocacia pública, como Advocacia da União ou Procuradorias Federais, do Estado e do Município, bem como Defensorias Públicas, Magistraturas Federal e do Trabalho e Ministério Público da União. Ademais, nas áreas da Magistratura e do Ministério

Público estaduais, em que se verificam concursos públicos cada vez mais elaborados, diante da procura crescente da população por essas carreiras, o conhecimento do Direito Administrativo passa a ser também um diferencial imprescindível para a aprovação. Na realidade, praticamente não há concurso público que não avalie os conhecimentos de Direito Administrativo, porque se o candidato quer ser servidor público, o mínimo que ele tem de saber é de suas funções e de seu peculiar regime, seja ele estatutário ou mesmo trabalhista com derrogações de direito público, assuntos estudados na disciplina. *Também na área da advocacia privada são inúmeros aspectos de Direito Administrativo que o profissional tem de se deparar, se atuar em regulação, trata-se de matéria estudada estruturalmente na disciplina, se abordar aspectos civis de construção, terá de se deparar com questões de licenças e com as determinantes de ordenação do espaço urbano, se lidar com atividades privadas terá de analisar se sobre elas recai poder de polícia, que são condicionantes para o exercício da liberdade e da propriedade. Ressalte-se, contudo, que são mais relevantes ainda do que a mera propagação da importância da disciplina como meio ou ferramenta para o alcance de determinadas finalidades profissionais o seu estudo e o consequente desenvolvimento da sensibilidade para a racionalidade que a permeia, pois eles contribuem para o aprimoramento das instituições públicas, no geral, e para a progressiva garantia dos direitos da sociedade como um todo, e são essas as finalidades que lhe conferem maior grandeza.*

Introdução ao Direito Administrativo

Introdução ao Direito Administrativo – Direito público x Direito privado

Em primeiro lugar é importante diferenciar o direito privado do direito público. O primeiro ramo do direito é o conjunto de normas jurídicas que regem a vida dos indivíduos entre si, relações jurídicas entre os particulares, como os contratos de locação de imóveis ou o direito comercial. O segundo ramo, por outro lado, trata do conjunto de normas que regulam as relações entre o Estado e os indivíduos, como os atos administrativos e as desapropriações, por exemplo.

Algumas das principais disciplinas estudadas dentro do Direito Público são: Direito constitucional, Direito administrativo, Direito tributário, Direito penal, Direito processual e Direito Financeiro (orçamentário). No Direito Privado estão o Direito civil e o Direito comercial.

Sobre a atuação do Estado, vale ressaltar que há situações em que direito privado deve aplicar-se subsidiariamente ou, ainda, predominantemente. Porém, em nenhum caso, o Estado irá atuar com exclusividade de direito privado. Ou seja, não há situação de afastamento total das regras de direito público.

No Direito Público temos, em regra, uma relação do Estado com os indivíduos, rege-se pela verticalidade e pela estrita legalidade. Por sua vez, o direito privado rege a relação entre indivíduos, predomina a horizontalidade e rege-se pela autonomia de vontades.

Introdução ao Direito Administrativo – Conceito

Agora que já entendemos um pouco melhor sobre a diferença entre o Direito Público e Privado, vamos continuar essa introdução da disciplina com entendimento do conceito de Direito Administrativo, um ramo do Direito público.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o direito administrativo é "o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens que se utiliza para a consecução de seus fins de natureza pública".

De acordo com Hely Lopes Meirelles, o direito administrativo brasileiro sintetiza-se no "conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e indiretamente os fins desejados pelo Estado".

Dada essas definições apresentadas por esses ilustres escritores, pode-se observar que o Direito administrativo é o conjunto de normas (regras e princípios) que rege as relações da administração pública (entre pessoas jurídicas, órgãos públicos e agentes públicos), no exercício da função administrativa e tem como objetivo cumprir os fins estatais.

Introdução ao Direito Administrativo – Objeto

Continuando a nossa introdução ao Direito Administrativo, vamos passar agora para a conceituação do objeto da disciplina. Vale ressaltar que o objeto não se resume às relações jurídicas sobre o direito público. Uma vez que, mesmo em relações tipicamente

de direito privado, ocorrerá, por vezes, a aplicação de princípios inerentes ao Direito Administrativo.

Vamos observar a definição do objeto de Direito Administrativo apresentado por Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2011):

"[...] todas as relações internas à administração pública – entre os órgãos e entidades administrativas, uns com os outros, e entre a administração e seus agentes, estatutários e celetistas –, todas as relações entre a administração e os administrados, regidas predominantemente pelo direito público ou pelo direito privado, bem como atividades de administração pública em sentido material exercidas por particulares sob regime de direito público, a exemplo da prestação de serviços públicos mediante contratos de concessão ou de permissão."

Dessa forma, pode-se observar que objeto de estudo do direito administrativo é a função administrativa, não sendo considerado a função política ou de governo, nem as competências típicas dos Poderes Legislativo e Judiciário (função normativa e função jurisdicional). Cuidado com questões de concursos públicos que tentam te enganar com funções ou competências erradas sobre o Direito administrativo.

Assim, o Direito Administrativo irá regulamentar a função administrativa e as relações internas da Administração (órgãos, entidades e agentes públicos), bem como as relações da Administração com particulares.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta deve obedecer a certos princípios. Nesse sentido, qual princípio NÃO é explicitamente citado na Constituição?

Alternativas

A

Legalidade.

B

Impessoalidade.

C

Eficiência.

D

Publicidade.

E

Inovação

Em conformidade com as disposições da Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a determinados princípios que irão nortear suas ações. Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos princípios da administração pública é o(a):

Alternativas

A

executoriedade.

B

publicidade.

C

motivo.

D

tipicidade

Para efeitos da Lei 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação, considera-se:

Alternativas

A

Disponibilidade a qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

B

Documento os dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

C

Integridade da qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

D

primariedade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

Responder

Considerando os princípios jurídicos da administração pública e as consequências pelo seu descumprimento, assinale a opção correta.

Alternativas

A

A probidade administrativa é um importante princípio constitucional cujo descumprimento configura crime de responsabilidade previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.

B

A violação a princípios da administração pública no contexto de um procedimento licitatório ensejará a declaração de nulidade do certame, sem possibilidade de qualquer ponderação, conforme determina expressamente a Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

C

O princípio da responsividade é sinônimo do da responsabilidade no direito administrativo brasileiro.

D

O critério da principal lataria tem sido estimulado pela jurisprudência do STJ para a declaração de nulidade de atos administrativos, já que os princípios jurídicos são as bases fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro.

E

A violação a princípios administrativos por um agente público só configura ato de improbidade administrativa se praticada de forma culposa.

Com base nos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

O princípio da publicidade encerra o seu escopo na publicação oficial dos atos administrativos.

Alternativas

Certo

Errado

Com base nos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

O nepotismo, o partidarismo e a promoção pessoal são vícios que maculam o princípio da impessoalidade.

Alternativas

Certo

Com base nos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

A confiança legítima e a boa-fé, embora semelhantes, são princípios autônomos e distintos, de modo que, para o reconhecimento da confiança legítima, não se faz necessária a presença da boa-fé.

Alternativas

Certo

Errado O princípio da ________________ é aquele em que a administração pública e seus agentes realizam suas atividades com presteza e rendimento funcional, executadas com economicidade, celeridade e sem burocracias, dentro dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização dos recursos públicos com a finalidade de alcançar a satisfação do bem comum. Preenche CORRETAMENTE o espaço em branco no texto:

Alternativas

A

Motivação

B

Segurança Jurídica

C

Publicidade

D

Moralidade

E

Efici O Direito Administrativo brasileiro não é codificado. Diante disso, as funções sistematizadora e unificadora de leis, em outros ramos desempenhadas por códigos no Direito Administrativo, cabem aos princípios. Se entende que princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. São considerados supraprincípios ou super princípios definidos pela doutrina majoritária:

Alternativas

A

Legalidade e eficiência.

B

Moralidade e publicidade.

C

Impessoalidade e presunção de veracidade.

D

Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.

Responder

ência

O princípio da finalidade na Administração Pública diz respeito a:

Alternativas

A

Utilização dos recursos públicos de forma econômica e eficiente.

B

Garantia do acesso à informação e transparência nas ações governamentais.

C

Prática de conduta ética e honestidade por parte dos servidores públicos.

D

Busca dos resultados desejados pela sociedade na atuação da Administração.

E

Atuação do Estado em conformidade com a lei e o interesse público.

Responder

Administração Pública – Organização Administrativa: Resumo PP-ES

A organização da administração pública é um tema fundamental para entender como funciona o Estado e como são prestados os serviços públicos à população. Em linhas gerais, a administração pública é o conjunto de órgãos e entidades que têm como objetivo principal realizar as funções estatais, como a execução de políticas públicas, a fiscalização das atividades econômicas e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

No Brasil, a organização da administração pública é baseada no princípio da divisão dos poderes, que estabelece que cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) têm funções específicas e deve atuar de forma independente e harmônica. O Poder Executivo é responsável pela administração pública propriamente dita, ou seja, pela gestão dos recursos públicos e pela execução das políticas públicas.

Ademais, é necessário fazer uma distinção entre as acepções da expressão Administração Pública:

Quando redigida com as iniciais maiúsculas (Administração Pública), estamos falando do sentido subjetivo, formal ou orgânico, ou seja, as pessoas que exercem a função administrativa.

Por outro lado, quando escrita com as iniciais minúsculas (administração pública), referimo-nos ao sentido objetivo, material ou funcional, sendo, portanto, a própria atividade administrativa.

A partir disso, salientamos que os temas que serão aqui tratados referem-se ao sentido subjetivo, formal ou orgânico.

Administração Pública Direta e Indireta

A Administração Pública Direta é formada pelo conjunto de órgãos dos entes políticos da Federação, quais sejam, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, executando de forma centralizada a atividade administrativa.

Já a Administração Pública Indireta é o conjunto de pessoas jurídicas próprias, seja de direito público ou de direito privado, que executam de forma descentralizada a função administrativa.

Descentralização e Desconcentração – Organização Administrativa: Resumo PP-ES

Para organizar o exercício da função administrativa, o Estado se socorre basicamente dos mecanismos de centralização, descentralização e desconcentração.

A centralização é a situação em que o Estado executa diretamente suas tarefas, ou seja, por intermédio de órgãos e agentes administrativos subordinados à mesma pessoa política. Em outras palavras, trata-se da execução de tarefas pela administração direta.

A partir disso, quando a Administração Direta distribui suas competências para outras pessoas jurídicas, temos o fenômeno da descentralização. Porém, se essa distribuição for feita dentro de uma pessoa jurídica, ou seja, internamente, entre seus órgãos, estaremos diante da desconcentração.

Muito importante:

DescOncentração cria Órgão;

Descentralização cria Entidade.

Combinando as técnicas de descentralização e desconcentração, é possível termos, em tese, 4 combinações para a execução das múltiplas atividades estatais:

de forma centralizada e concentrada: uma única pessoa jurídica com um único órgão;

de forma centralizada e desconcentrada: uma única pessoa jurídica com vários órgãos em uma estrutura piramidal e hierárquica;

de forma descentralizada e concentrada: várias pessoas jurídicas, mas cada uma delas composta por apenas um órgão; ou

de forma descentralizada e desconcentrada: várias pessoas jurídicas, sendo cada uma delas formada por vários órgãos.

Formas de Descentralização

Descentralização Territorial ou Geográfica: criação dos Territórios Federais, conforme art. 33, da CF;

Descentralização por serviços, funcional ou técnica (outorga): se dá quando o Estado, mediante lei, cria uma entidade (ou autoriza sua criação) e transfere a ela determinado serviço público.

Descentralização por colaboração(delegação): ocorre quando o Estado, mediante ato ou contrato (e não via lei), transfere a um particular a execução de determinado serviço público. A descentralização mediante delegação ocorre por prazo determinado, como regra geral.

Administração Pública Indireta – Organização Administrativa: Resumo PP-ES

A descentralização é o fenômeno de repartição de competências com outras pessoas jurídicas, o qual é responsável por originar a Administração Pública Indireta.

Conforme vimos, a descentralização cria entidades. As principais são: Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. O tema está disciplinado no Decreto-Lei nº 200/1967 (conhecido como DL 200/67).

Autarquias

Nos termos do DL 200/67, Autarquia é:

"o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada."

As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público.

Fundações Públicas

Fundação Pública, por sua vez, "é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes."

Empresas Públicas

Trata-se de entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo do Estado, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito (SA, LTDA, etc.)

Nos termos do DL 200/67, as Empresas Públicas possuem capital exclusivo da União. No entanto, os demais entes da Federação também podem criar suas próprias empresas. Dessa forma, devemos fazer uma releitura, a fim de entender como sendo o capital exclusivamente público, conforme a Lei nº 13.303/2016.

Ressalta-se que esse capital não precisa ser exclusivamente de um único ente, desde que seja 100% público. Assim, dois municípios podem criar uma empresa pública em conjunto. O que não pode haver é capital privado.

Exemplos de Empresas Públicas: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) e Caixa Econômica Federal.

Sociedades de Economia Mista

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Exemplos de Sociedades de Economia Mista: Petrobras e Banco do Brasil.

Conclusão – Organização Administrativa: Resumo PP-ES

Chegamos ao final do nosso artigo com um resumo sobre o tema Organização Administrativa. Esperamos que as informações aqui sejam úteis para sua preparação.

Para uma preparação completa, focada no edital da PPP-ES, invista nos cursos do Estratégia Concursos. Lá você encontrará aulas completas e detalhadas, com os melhores professores do mercado, de todos os tópicos exigidos no edital deste concurso.

Conheça também o Sistema de Questões do Estratégia. Afinal, a única maneira de consolidar o conteúdo de maneira satisfatória é através da resolução de questões.

Sociedades de Economia Mista

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.

Exemplos de Sociedades de Economia Mista: Petrobras e Banco do Brasil.

Conclusão – Organização Administrativa: Resumo PP-ES

Chegamos ao final do nosso artigo com um resumo sobre o tema Organização Administrativa. Esperamos que as informações aqui sejam úteis para sua preparação.

Para uma preparação completa, focada no edital da PPP-ES, invista nos cursos do Estratégia Concursos. Lá você encontrará aulas completas e detalhadas, com os melhores professores do mercado, de todos os tópicos exigidos no edital deste concurso.

Agentes Públicos

Considerações iniciais sobre agentes públicos

Primeiramente, é importante destacar que, quando falamos no tema "agentes públicos" para concursos, poderíamos tanto tratar da questão sob o enfoque constitucional (artigo 37 e seguintes da CF/88) quanto sob a ótica administrativista (espécies, cargos, funções, garantias, regime jurídico, etc).

Nesse sentido, vamos limitar nossa análise ao escopo do Direito Administrativo, ainda que, por vezes, tangenciam questões do Direito Constitucional.

Quanto ao conceito de agente público, Maria Sylvia Zanella Di Pietro conceitua como "toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta".

Além disso, o conceito de agente público também está previsto em legislações importantes como na Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e na Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):

Lei 14.133/21 – Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: V – agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

Lei 8.429/92 – Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.

Classificação de agentes públicos

Pessoal, não vamos mentir para vocês. Há muitas classificações diferentes e de autores renomados sobre quais os tipos de agentes públicos.

No entanto, a classificação que atualmente prevalece é a de Hely Lopes Meirelles, que divide os agentes públicos em 5 tipos.

Agentes políticos

Podemos pensar nos agentes políticos como sendo aqueles detentores dos maiores cargos da República e que, inclusive, possuem previsão constitucional.

Os cargos eletivos (Presidente, Governador, Prefeito, Deputados, Senadores, Vereadores) e seus auxiliares (Ministros e Secretários) certamente podemos chamar de cargos políticos.

Além disso, os cargos de Ministros, Desembargadores e Juízes (membros do Poder Judiciário), de promotor e procurador de justiça e da República (membros dos MPs), os dos membros dos Tribunais de Contas, os membros de carreiras de Estado com funções diplomáticas.

Agentes administrativos

Esse grupo de agentes subdivide-se em outros 3 grupos, quais sejam: os dos servidores públicos; os dos empregados públicos; e o dos agentes temporários.

1) Os servidores públicos são aqueles detentores de cargos efetivos ou em comissão.

Ou seja, são aqueles que, respectivamente, foram aprovados em concurso público ou que foram livremente nomeados para exercício de uma função de chefia, assessoramento ou direção, nos termos do artigo 37, incisos II e V, da Constituição Federal:

Art. 37. (...)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

(...)

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Ademais, a categoria de servidores públicos submete-se ao regime jurídico estatutário. Portanto, diz-se que possuem vínculo de natureza legal.

No caso dos servidores federais, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias federais e das fundações públicas federais de direito público encontra-se disciplinado na Lei 8.112/90.

2) Já os empregados públicos são aqueles detentores de empregos públicos.

Ou seja, são aqueles que foram aprovados em processos seletivos e que se submetem tanto a normas de direito público quanto a normas de direito privado.

Nesse sentido, os empregados públicos não são regidos por um estatuto, mas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Portanto, também podem ser chamados de "servidores celetistas".

Os empregados públicos integram, principalmente, às empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista).

Enquanto os servidores públicos possuem vínculo legal com a Administração, os empregados públicos possuem vínculo de natureza contratual.

3) Por sua vez, os agentes temporários são os que constam do inciso IX do artigo 37 da CF:

Art. 37. (...)
IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

Os agentes temporários possuem vínculo de natureza contratual, porém não celetista. Além disso, submetem-se a regime jurídico especial.

Agentes honoríficos

Para conceituar os agentes honoríficos podemos começar com os exemplos clássicos de mesário nas eleições, jurado no Tribunal do júri e dos integrantes dos Conselhos Tutelares.

Portanto, podemos definir os agentes honoríficos como sendo aqueles que, mesmo sem vínculo com a Administração, atua em prol da coletividade e do interesse público e, normalmente, não recebe contraprestação pecuniária.

Agentes delegados

Os agentes delegados possuem esse nome por atuarem, por meio de "delegação", em nome da Administração Pública.

Com efeito, caso já tenha estudado sobre a organização administrativa, vai lembrar que uma das hipóteses de descentralização administrativa é a descentralização por delegação (ou colaboração), que são justamente os casos em que ocorre as concessões e as permissões de obras e serviços públicos.

Desse modo, tanto as pessoas jurídicas privadas quanto as pessoas físicas podem ser enquadradas no conceito de agente delegado quando atuam nesse sentido.

Agentes credenciados

Os agentes credenciados são aqueles que representam o Poder Público em determinadas ocasiões e, para tanto, percebem remuneração.

É o caso, por exemplo, de um atleta, médico, professor, que seja contratado pela Administração para a representar em uma conferência internacional.

Agentes de fato (necessários e putativos) e militares

Embora não se trate, propriamente, de uma classificação dos tipos de agentes, a figura dos agentes de fato é essencial para se entender a participação de alguns particulares na função pública.

Com efeito, o agente de fato pode ser tanto dividido em agentes necessários quanto em agentes putativos. Nenhum dos dois possui vínculo formal com a Administração.

Os agentes necessários são aqueles que, diante de uma necessidade pública iminente, atuam em prol de um interesse público.

Pense no caso, por exemplo, de um ciclone ou uma enchente que tenha afetado uma certa região e os moradores sobreviventes, em atuação conjunta com o Poder Público, exerçam funções públicas de coordenação, salvamento, etc.

Por sua vez, os agentes de fato são aqueles que, mesmo não possuindo vínculo com a Administração, atuam "como se fossem parte dela". Isso é, há uma presunção de legitimidade de que é a Administração que pratica aquele ato.

É o que ocorre, por exemplo, quando o agente, que não prestou concurso público, emite certidão em uma repartição pública. Se a certidão estiver de acordo com a lei, não há porque invalidá-la, tempos após, prejudicando o administrado, uma vez que se presume válida a prática do ato.

Por fim, quanto aos militares, alguns autores os enquadram como servidores públicos, outros os separam numa categoria diferente.

Cargo, emprego e função

Como já adiantamos acima, a expressão "cargo público" pode ser tanto atribuída a servidores efetivos quanto àqueles que ocupam cargo em comissão.

Para ambos, podemos adotar o conceito constante do artigo 3º da Lei 8.112/90:

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Ademais, como se vê acima, os cargos são criados por lei e sua extinção também deve se dar por lei (exceto quando estiverem vagos, quando então poderão ser extintos por meio de decreto autônomo, vide art. 84, inciso VI, alínea "b", da CF/88).

No que diz respeito ao emprego público, são os detentores dos empregados públicos, como vimos acima.

Por fim, quanto às funções, vejamos o que leciona o prof. Herbert Almeida:

Nesse contexto, a função pode ser utilizada para demonstrar um conceito residual, representado pelo conjunto de atribuições às quais não corresponde um cargo ou emprego. Assim, a função sem cargo ou emprego é chamada de função autônoma, que, na Constituição Federal, abrange duas situações:

a) função temporária exercida por servidores temporários, na forma do art. 37, IX, da CF; e

b) função de confiança: exercida exclusivamente por servidores públicos titulares de cargos efetivos, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, na forma prevista no art. 37, V, da CF.

1. A faculdade de avocar e o autocontrole pela via recursal decorrem do poder administrativo:

- *a) vinculado.*
- *b) disciplinar.*
- *c) hierárquico.*
- *d) discricionário.*

2. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

Por meio do Poder _________ a Administração Pública pode condicionar e restringir

o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado":

- *a) vinculado.*
- *b) disciplinar.*
- *c) normativo.*
- *d) de polícia.*

3. A prerrogativa confiada ao chefe do Executivo de editar normas gerais e abstratas que permitam o cumprimento das leis traduz-se em seu poder:

- *a) regulamentar.*
- *b) disciplinar.*
- *c) hierárquico.*
- *d) discricionário.*

4. A autorização administrativa concedida a um comerciante para colocar 20 mesas em frente ao seu estabelecimento comercial decorre do poder:

- *a) vinculado.*
- *b) disciplinar.*
- *c) hierárquico.*
- *d) discricionário.*

5. Assinale a alternativa que caracteriza o exercício de poder disciplinar pela Administração Pública:

- *a) Fechamento de estabelecimento comercial por falta de higiene.*
- *b) Punição de servidor por descumprimento de seus deveres funcionais.*
- *c) Desapropriação de imóvel para construção de hospital.*
- *d) Fixação de taxa para a prestação de serviço público de coleta de lixo.*

6. Quando o julgamento da oportunidade e conveniência quanto à realização do ato é feita pelo próprio legislador, estaremos diante de um ato de poder:

- *a) vinculado.*

b) disciplinar.

c) hierárquico.

d) discricionário.

7. Quando a lei estiver condicionada a regulamentação futuro, este terá natureza de:

a) condição resolutiva da exequibilidade ou execução da lei.

b) condição suspensiva da exigibilidade ou execução da lei.

c) condição suspensiva e resolutiva da exequibilidade ou execução da lei.

d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

8. Sobre o Poder regulamentar, assinale a alternativa incorreta.

a) O poder regulamentar é também denominado "normativo".

b) A omissão da Administração em editar o regulamento pode permitir a impetração de mandado de injunção se inviabilizar o exercício de direitos ou prerrogativas ligadas à soberania, à nacionalidade e à cidadania.

c) O conteúdo do regulamento tem que necessariamente reproduzir apenas o que já estiver estabelecido na lei, sob pena de ilegalidade.

d) O Poder Judiciário pode apreciar a legalidade do decreto ou regulamento de execução.

9. Sobre o Poder normativo, analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta.

I – Os decretos e regulamentos podem sofrer o controle repressivo do Poder Legislativo e do Judiciário.
II – O ato do Poder Legislativo que sustar os efeitos do decreto ou regulamento será a "Resolução legislativa".
III – O Tribunal de Contas não pode sustar ato normativo ilegal; pode recomendar que seja sustado.

a) As afirmações I e II estão corretas.

b) As afirmações I e III estão corretas.

c) As afirmações II e III estão corretas.

d) As afirmações I, II e III estão corretas.

10. Assinale a alternativa incorreta.

a) Poder normativo é a prerrogativa confiada ao Executivo para editar normas (regulamentos ou decretos) complementares à lei para o fim de explicitá-la ou de prover sua execução.

b) Os decretos independentes podem ser objetos de delegação para os Ministros de Estado, Advogado Geral da União e Procurador Geral da República.

c) Poder de polícia é aquele conferido à Administração Pública para impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função do interesse público.

d) Poder disciplinar é a prerrogativa de direito público conferida à Administração para permitir o estabelecimento de relação de subordinação ou de coordenação entre seus órgãos e agentes.

11. Do poder de polícia decorrem:

a) supressões de direitos individuais.

b) limitações ao exercício de direitos individuais.

c) desapropriação da propriedade privada em benefício do interesse público.

d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

12. Sobre o poder de polícia, analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta.

I – A polícia judiciária atua repressivamente para conter ilícito penal, auxiliando o Estado e o Poder Judiciário na prevenção e repressão de delitos.
II – A polícia administrativa restringe o exercício de atividades ilícitas, reconhecidas pelo ordenamento jurídico como direitos dos particulares.
III – Tanto a polícia administrativa quanto a polícia judiciária visam impedir o exercício de atividades ilícitas, vedadas pelo ordenamento jurídico, auxiliando o Estado e o Poder Judiciário na prevenção e repressão de delitos.

a) As afirmações I e II estão incorretas.

b) As afirmações I e III estão incorretas.

c) As afirmações II e III estão incorretas.

d) As afirmações I, II e III estão incorretas.

13. São atributos do poder de polícia:

a) discricionariedade, imperatividade e coercibilidade.

b) vinculatividade, imperatividade e coercibilidade.

c) discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade.

d) discricionariedade, auto-executoriedade e funcionabilidade.

14. Sobre poder hierárquico, assinale a alternativa incorreta.

a) É resultante da descentralização administrativa.

b) É a prerrogativa conferida à Administração para permitir o estabelecimento de relação de subordinação ou de coordenação entre seus órgãos e agentes.

c) Por meio desse poder o superior hierárquico tem o dever-poder de avocar atribuições e decidir recursos.

d) Seu objetivo é a repartição interna de funções e competências.

15. Sobre poder disciplinar, assinale a alternativa incorreta.

a) É a prerrogativa conferida à Administração Pública para apurar e punir internamente os agentes públicos que tiverem cometidos faltas funcionais ou violação de deveres funcionais.

b) Apenas a entidade contratante, que mantém vínculo funcional com o agente, poderá a ele aplicar sanções disciplinares.

c) As faltas e as sanções correspondentes são estabelecidas no estatuto da entidade ou regime jurídico da entidade a qual o agente pertence.

d) O processo disciplinar tem natureza inquisitiva, cabendo ao prejudicado socorrer-se ao Judiciário se quiser defender-se.

16. Sobre o poder disciplinar, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

I – Admite-se a punição do agente administrativo a partir da "verdade sabida", desde

que devidamente fundamentada pelo superior hierárquico.
II – A sanção administrativa deverá estar em conformidade com a falta praticada, ou seja, de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
III – O chamado "termo de declaração" equivale à confissão no processo civil e, por isso, aceito como prova para punição do agente administrativo.

- *a) As afirmações I e II estão incorretas.*
- *b) As afirmações I e III estão incorretas.*
- *c) As afirmações II e III estão incorretas.*
- *d) As afirmações I, II e III estão incorretas.*

17. A fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal em bares e restaurantes decorre do poder:

- *a) de polícia.*
- *b) disciplinar.*
- *c) regulamentar.*
- *d) hierárquico.*

18. Assinale a alternativa incorreta.

- *a) O poder de polícia deve ser exercido dentro de determinados limites, tendo-se em vista os direitos do cidadão, a liberdade pública e as prerrogativas individuais inseridas na Constituição Federal.*
- *b) Os direitos do cidadão constituem o gênero de que a liberdade constitui a espécie.*
- *c) Os chefes do Executivo podem regulamentar a lei por decreto.*
- *d) Os decretos independentes não podem ser objetos de delegação.*

19. Assinale a alternativa incorreta.

- *a) O poder discricionário confere ao administrador certa liberdade para a prática de atos administrativos, no que se refere a escolha de sua oportunidade e conveniência.*

b) Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividade e direitos individuais, em benefício da sociedade ou do Estado.

c) O Poder Judiciário pode apreciar a legalidade do decreto ou regulamento de execução.

d) Os atos administrativos praticados pela polícia administrativa são estritamente vinculados.

20. Assinale a alternativa correta quanto às situações e os poderes relacionados:

I – Lacração de estabelecimento comercial por falta de condições sanitárias.
II – Recusa de porte de arma.
III – Regulamento Anual do Imposto de Renda.

a) I - disciplinar, II – polícia, III – normativo.

b) I - polícia, II – discricionário, III – regulamentar.

c) I - polícia, II – vincula Agentes Públicos e Agentes Políticos do, III – normativo.

d) I - disciplinar, II – vinculado, III – – normativo.

Agentes Públicos e Agentes Políticos

É possível o exercício de atividade liberal para um servidor ocupante de cargo público?

De maneira geral, pelo regramento da Lei nº 8.112/1990, não há incompatibilidade entre diversas atividades liberais e o exercício do munus público, desde que o objeto daquelas atividades não guarde nenhuma relação com as prerrogativas do cargo, a prática se dê em horário fora da jornada de trabalho e sem empregar nenhum material, instalações ou logística da repartição e àquela atividade de nada servem as informações a que o executor tem acesso exclusivamente em função de também ser servidor.

Porém, esta análise deverá ser feita sempre no caso concreto, pois podem existir regras específicas da carreira do servidor que impliquem em vedação ao exercício de atividade liberal.

Qual a diferença entre agente público, agente político, servidor público, empregado público?

O agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado, que exerce funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão, significando qualquer atividade pública. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) conceitua agente público como "todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior". Trata-se, pois, de um gênero.

O agente político é aquele investido em seu cargo por meio de eleição, nomeação ou designação, cuja competência advém da própria Constituição, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação, os quais não se sujeitam ao processo administrativo disciplinar.

Servidores públicos são espécies de agentes administrativos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou cargo em comissão, regidos pela Lei nº 8.112/1990 e são passíveis de responsabilização administrativa, apurada mediante processo administrativo disciplinar ou sindicância de rito punitivo.

O empregado público, enquanto espécie de agente administrativo, pode ter duas acepções:

a) Ocupante de emprego público na administração direta, autarquias e fundações, nos termos da Lei nº 9.962/2000, contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A rescisão desses contratos, em ato unilateral da administração, deve ser precedida de procedimento administrativo, com garantias ao empregado de participação na produção de provas, ampla defesa e julgamento impessoal.

b) Ocupante de emprego público na administração indireta, nas empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado. Também são contratados sob o regime da CLT.

O agente público contratado por tempo determinado é espécie de agente administrativo, desempenha funções públicas desvinculadas de cargos ou de empregos públicos, de forma precária e temporária, como os contratados por tempo determinado

para necessidade temporária de interesse público, desobrigados de concurso público. Regulados pela Lei nº 8.745/1993, somente se sujeitam aos dispositivos da Lei nº 8.112/1990 que estão expressos na lei que regula sua contratação.

Titulares de cargos de natureza especial e agentes políticos se sujeitam às normas disciplinares da Lei nº 8.112/1990?

Os agentes políticos são os integrantes da alta administração governamental, titulares e ocupantes de poderes de Estado, cuja competência advém da própria Constituição.

Os detentores de cargos eletivos, eleitos por mandatos transitórios, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, e, ainda, os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas não são submetidos ao processo administrativo disciplinar, uma vez que possuem regimes próprios de responsabilização.

Com base no Parecer AGU nº GQ-35, vinculante, os Ministros de Estado também não se sujeitam ao processo administrativo disciplinar, in verbis:

4. A Lei nº 8.112, de 1990, comina a aplicação de penalidade a quem incorre em ilícito administrativo, na condição de servidor público, assim entendido a pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, nos termos dos arts. 2º e 3º. Essa responsabilidade de que provém a apenação do servidor não alcança os titulares de cargos de natureza especial, providos em caráter precário e transitório, eis que falta a previsão legal da punição. Os titulares dos cargos de Ministro de Estado (cargo de natureza especial) se excluem da viabilidade legal de responsabilização administrativa, pois não os submete a positividade do regime jurídico dos servidores públicos federais aos deveres funcionais, cuja inobservância acarreta a penalidade administrativa.

Não há que se incluir dentro deste rol os detentores de cargos de Natureza Especial, tais como Secretários-Executivos de Ministério, que se sujeitam aos ditames da Lei nº 8.112/1990, inclusive no que diz respeito ao regime disciplinar. A única ressalva que

deve ser observada diz respeito aos atos praticados pelo Secretário-Executivo quando estiver exercendo as funções de Ministro de Estado, já que nessa situação deverá ser responsabilizado como se Ministro fosse.

Qual a diferença entre cargo em comissão e função de confiança?

Ambos são criados por lei e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento na administração pública federal, sendo preenchidos mediante livre nomeação pela autoridade competente, na contrapartida das respectivas livres exoneração e dispensa, a qualquer tempo (ad nutum), seja a pedido, seja de ofício, pela mesma autoridade que nomeou.

A diferença reside no fato de que as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, enquanto os cargos em comissão terão um percentual preenchido por servidores ocupantes de cargo efetivo, conforme lei de criação, podendo as vagas restantes serem ocupadas por pessoas sem vínculo definitivo com a Administração.

Poder Administrativo vinculado e discricionário

Muitos autores afirmam que os poderes vinculado e discricionário não são poderes, mas características dos atos administrativos. Porém, como as bancas cobram esses assuntos de forma conjunta com outros poderes, vamos vê-los dessa forma.

Poder administrativo vinculado

O poder vinculado ocorre quando a administração pública não tem margem de liberdade para o seu exercício. Portanto, quando houver uma situação discriminada na lei, o agente público deve agir exatamente da forma prevista em lei.

Por exemplo: se um cidadão infringiu determinada lei de trânsito, e nessa lei afirma que será cobrado o valor de R$1.000 reais. O agente público ao verificar a atitude da

pessoa e o descumprimento da lei, deve cobrar o exato valor fixado. Portanto, não há margem de negociação.

Poder administrativo discricionário

Por outro lado, o poder é discricionário quando o agente público possui uma certa margem de liberdade no agir. Contudo, a liberdade está dentro dos limites legais da razoabilidade e da proporcionalidade.

Em geral, fica claro que é uso do poder discricionário quando a lei prevê essa liberdade. Muitas vezes ela faz isso usando expressões como: "poderá", "a juízo da autoridade competente", "até determinado valor".

Pode-se falar de discricionariedade também quando são utilizados conceitos jurídicos indeterminados. Ou seja, que denotam situações em que a autoridade terá liberdade para enquadrar, ou não, uma situação dentro deste conceito legal. Quando a lei fala em "falta leve" ou "falta grave" e não determina quais faltas são consideradas leves e quais serão consideradas graves, temos então uma certa liberdade de decisão do agente público no enquadramento da situação.

Mas, não confunda! Porque a liberdade do agente público no uso do poder discricionário tem limitações no próprio ordenamento jurídico.

São limitações:

a lei: quando a legislação mesmo define limites mínimos e máximos;

os princípios, em especial os da proporcionalidade e da razoabilidade: um ato não pode ser desarrazoado, exagerado, desproporcional ao fim que se quer alcançar.

Portanto, observe que a discricionariedade não se assemelha ao poder arbitrário. A discricionariedade é um poder, já a arbitrariedade é uma ilegalidade.

Poder administrativo regulamentar ou normativo

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, o poder regulamentar é "a prerrogativa

conferida à Administração Pública para editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação". A prerrogativa, registre-se, é apenas para complementar a lei; não pode, pois, a Administração alterá-la a pretexto de estar regulamentando".

Ressalta-se que esse é o conceito amplo e o mais abordado nas provas. Esse conceito retrata, na realidade, o poder normativo. Entretanto, o conceito restrito afirma que o poder regulamentar trata do poder conferido ao chefe do Poder Executivo (presidente, governadores e prefeitos) para a edição de normas complementares à lei, permitindo a sua fiel execução. Ou seja, o poder regulamentar está inserido no poder normativo.

Características gerais do poder regulamentar/normativo:

Editar atos gerais;

Complementar as leis;

Permitir a fiel execução da lei;

Normas derivadas ou secundárias;

Não podem inovar no ordenamento jurídico.

Decreto autônomo

Em regra, o poder regulamentar não pode inovar na ordem jurídica. Mas, existem situações específicas em que será possível inovar no ordenamento jurídico, como é o caso do decreto autônomo.

Conforme Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República dispor mediante decreto sobre:

Organização e funcionamento da organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

Portanto, nesse caso específico, o Chefe do Poder Executivo pode abranger assuntos que, de alguma forma, inovam no mundo jurídico.

Poder administrativo Hierárquico

A hierarquia é a ordenação de elementos conforme a distribuição de poderes. Portanto, o poder hierárquico atinge aqueles que possuem algum grau de subordinação com outro agente público ou órgão.

Pode-se afirmar que estão entre as atividades desse poder:

Dar ordens;

Editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação dos subordinados;

Delegar competências;

Avocar atribuições;

Aplicar sanções.

Com base na hierarquia, a instância superior tem o comando e a instância inferior tem o dever de obediência, devendo, portanto, executar as atividades em conformidade com as determinações superiores.

Contudo, os subordinados não se submetem a todas as ordens. As ordens manifestamente ilegais não devem ser cumpridas pelos subordinados.

Condições para uso do poder hierárquico:

Dentro da mesma pessoa jurídica;

Deve haver subordinação (diferente de vinculação);

Não se fala em hierarquia entre os Poderes (Executivos, Legislativos e Judiciários).

Ressalta-se também que quando o ato normativo tem como objetivo ordenar a atuação dos subordinados, é considerado poder hierárquico e não regulamentar.

Poder administrativo disciplinar

O poder disciplinar é definido como o poder dever de punir as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina de órgãos públicos.

Mas, não se confunde o poder punitivo com poder disciplinar. Já que o poder punitivo é mais abrangente, e o poder disciplinar é considerado uma espécie de.

O poder punitivo é a capacidade do Estado em punir os crimes e contravenções penais. Enquanto o poder disciplinar e o poder de polícia são a representação do poder punitivo na administração pública.

O poder disciplinar atinge os servidores públicos e os particulares que estejam ligados por algum vínculo jurídico com a administração. Ou seja, uma empresa particular que a administração pública tenha contratado.

Poder disciplinar x Poder hierárquico

O poder disciplinar pode se relacionar com o poder hierárquico para aplicar determinadas sanções aos servidores públicos. Por isso, muitas vezes, pode-se afirmar que a sanção foi aplicada com base direta no poder disciplinar e indiretamente pelo poder hierárquico.

Mas, não se limita a isso. No caso de uma concessionária (empresa privada com contrato de concessão com o Estado) realizar determinado ato proibido no contrato, será penalizada com base no poder disciplinar, mas não terá nenhuma relação com o poder hierárquico. Afinal, não existe hierarquia entre a administração pública e a concessionária.

Conceito de atos administrativos

Características dos atos administrativos

Diferentemente dos contratos administrativos, os atos administrativos são unilaterais e dependem apenas da vontade da administração pública ou dos particulares que estejam exercendo prerrogativas públicas. Além disso, eles têm o condão de gerar efeitos jurídicos, independentemente de qualquer interpelação. Mas estão sujeitos ao controle do Poder Judiciário. Eles também possuem como finalidade o interesse público e se sujeitam ao regime jurídico de direito público.

Atributos do ato administrativo

Atributos dos atos

Vamos à definição desses atributos!

A presunção de legitimidade significa que os atos foram realizados em conformidade com a lei. Já a presunção de veracidade significa que os atos, por serem alegados pela administração, presumem-se verdadeiros. Logo, isso significa que para gerar celeridade aos processos, os atos produzirão efeitos e serão válidos até que se prove o contrário.

A imperatividade traz a possibilidade de os atos administrativos serem impostos a terceiros independentemente da concordância destes. Mas não são todos os atos administrativos que são dotados deste atributo.

A autoexecutoriedade significa que o ato pode ser executado independentemente de ordem judicial. Mas não confunda! Isso não significa que não pode haver controle judicial do ato. Este atributo só poderá estar presente diante de lei ou em casos urgentes.

Já a tipicidade prevê que o ato administrativo deve estar definido em lei para que se torne apto para produzir determinados resultados.

A presunção de legitimidade é um atributo previsto em todo ato administrativo, assim como a tipicidade. Já a imperatividade e a autoexecutoriedade estão previstos em alguns deles.

Elementos do ato

Elementos dos atos administrativos

Não poderia faltar no resumo de atos administrativos, os elementos encontrados neles. E então vamos ver qual é o papel de cada um?

Competência

Poder legal conferido ao agente para desempenhar as atribuições. Então, de forma mais informal, seria o sujeito da realização do ato. Elementos vinculados são aqueles previstos em lei, então, a competência é um elemento vinculado. Se é a lei que define a competência, será que esta pode ser transferida?

A titularidade da competência é intransferível, mas o exercício de parte das atribuições pode ser transferido em caráter temporário. E o meio de realizar essa transferência é por delegação ou por avocação.

A delegação é a atribuição para terceiro, com ou sem hierarquia, do exercício de atribuição do delegado. Pode ser realizada, exceto se houver vedação legal. Por exemplo, não pode haver delegação de: ato de competência exclusiva, atos normativos e recursos administrativos.

Já a avocação é atrair para si competência de subordinado. Logo, existe hierarquia. Além disso, em regra, não pode ser realizado, exceto se for excepcional, por motivos relevantes e justificados e for temporária.

Finalidade

A finalidade geral do ato administrativo é satisfazer ao interesse público. Já a finalidade específica, por sua vez, é aquela que a lei elegeu para o ato em específico. Como não se concebe que o ato não satisfaça ao interesse público ou da finalidade prevista em lei, é um elemento vinculado.

Forma

A forma é o modo de exteriorização do ato, a maneira de se manifestar no mundo externo. Por exemplo, o edital é a forma de se tornar pública a realização do concurso público. Em sentido amplo, também se incluem como forma às exigências procedimentais para realização do ato. Já que as formalidades estão previstas em lei e devem ser seguidas, também se considera a forma como elemento vinculado aos atos administrativos.

Motivo

É a situação de fato e de direito que gera a vontade do agente que pratica o ato. Mas não o confunda com motivação, já que esta é definida como a exposição desse motivo. Logo, todo ato deve ter um motivo, mas nem todo ato precisa da exposição dele. Por

exemplo, a exoneração de ocupante de cargo de provimento em comissão não precisa de motivação, mas precisa de motivo.

Vale ressaltar também que a teoria dos motivos determinantes afirma que uma vez motivado o ato, o motivo se vincula a ele. Então em caso de inexistência ou falho, o ato é nulo, independentemente de a motivação ser obrigatória ou não.

Objeto/conteúdo

Considerando que a finalidade é o resultado imediato desejado para o ato, considera-se que o objeto é o fim imediato do ato. Assim sendo, representa o resultado prático a que determinado ato administrativo conduz.

Vícios dos atos administrativos

O vício mais conhecido de competência é o excesso de poder. O sujeito tem a competência legal para prática de alguns atos, mas excede os limites dessa competência. Ainda assim é possível a convalidação do ato, se a autoridade competente ratificar o ato da autoridade incompetente. Entretanto, não é possível a convalidação no caso de competência exclusiva.

Já o vício principal da finalidade é o desvio de poder. É quando o ato não atende a finalidade do interesse público, e muitas vezes atende a necessidades particulares.

Os dois vícios vistos acima, o excesso de poder e o desvio de poder, são espécies do gênero abuso de poder. Segue esquema para não haver confusão:

Espécies do abuso de poder

No elemento forma, há o vício quando não é atendida a forma prevista em lei ou o procedimento necessário para o cumprimento do ato.

Já no elemento motivo, quando este é falso, inexistente ou juridicamente inadequado, temos o vício.

No elemento objeto, pode-se invalidar um ato quando o mesmo for proibido ou não previsto em lei ou ainda ser imoral, impossível ou incerto.

Resumo dos elementos do ato

Classificação dos atos administrativos

E para continuar o resumo de atos administrativos vamos ver as classificações mais importantes para concursos públicos! Pois são elas: quanto à liberdade de ação e quanto à formação da vontade administrativa.

Quanto à liberdade de ação, o ato pode ser discricionário ou vinculado. Quando há uma margem de liberdade, o ato é discricionário. Mas, esta liberdade é limitada, já que os elementos competência, finalidade e forma são definidos de forma vinculada sem margem para alteração. Assim, há liberdade apenas nos elementos motivo e objeto. Em contraponto, o ato vinculado tem todos os elementos do ato administrativo definidos em lei, sem margem de liberdade.

Quanto à formação da vontade administrativa, o ato pode ser simples, complexo ou composto. O ato simples tem a manifestação de vontade de apenas um órgão formando apenas um ato. Já o complexo, tem a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos e se forma apenas um ato. E o composto tem a formação da vontade por meio de dois atos, um principal e o outro acessório.

Extinção dos atos administrativos

Formas de extinção dos atos

A caducidade acontece quando o ato está baseado em uma legislação e uma lei superveniente revoga a lei anterior. Por isso, pela nova lei, aquele ato já não faz mais sentido no mundo jurídico.

E a contraposição também ocorre com a mudança no mundo jurídico, mas através de um novo ato que se contrapõe ao ato anterior. Assim sendo, a diferença entre a caducidade e a contraposição é que a caducidade é com base em nova lei e a contraposição com base em novo ato.

A cassação é a forma de extinção do ato por culpa do beneficiário, já que ele descumpriu condições que deveria manter.

A anulação é o desfazimento de ato ilegal e a revogação é a extinção de ato válido, mas que deixou de ser conveniente e oportuno. E então vale a pena descrever a súmula 473 do STF: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em

todos os casos, a apreciação judicial.”

Classificação dos atos administrativos

E para continuar o resumo de atos administrativos vamos ver as classificações mais importantes para concursos públicos! Pois são elas: quanto à liberdade de ação e quanto à formação da vontade administrativa.

Quanto à liberdade de ação, o ato pode ser discricionário ou vinculado. Quando há uma margem de liberdade, o ato é discricionário. Mas, esta liberdade é limitada, já que os elementos competência, finalidade e forma são definidos de forma vinculada sem margem para alteração. Assim, há liberdade apenas nos elementos motivo e objeto. Em contraponto, o ato vinculado tem todos os elementos do ato administrativo definidos em lei, sem margem de liberdade.

Quanto à formação da vontade administrativa, o ato pode ser simples, complexo ou composto. O ato simples tem a manifestação de vontade de apenas um órgão formando apenas um ato. Já o complexo, tem a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos e se forma apenas um ato. E o composto tem a formação da vontade por meio de dois atos, um principal e o outro acessório.

A caducidade acontece quando o ato está baseado em uma legislação e uma lei superveniente revoga a lei anterior. Por isso, pela nova lei, aquele ato já não faz mais sentido no mundo jurídico.

E a contraposição também ocorre com a mudança no mundo jurídico, mas através de um novo ato que se contrapõe ao ato anterior. Assim sendo, a diferença entre a caducidade e a contraposição é que a caducidade é com base em nova lei e a contraposição com base em novo ato.

A cassação é a forma de extinção do ato por culpa do beneficiário, já que ele descumpriu condições que deveria manter.

A anulação é o desfazimento de ato ilegal e a revogação é a extinção de ato válido, mas que deixou de ser conveniente e oportuno. E então vale a pena descrever a súmula 473 do STF: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Esses são os principais lembretes desse assunto, então finalizamos o nosso resumo de atos administrativos.

Serviço público é uma atividade desenvolvida com a participação do Estado. É a prestação de serviços que têm a finalidade de atender necessidades da sociedade. No serviço público sempre existe a participação do Estado no fornecimento dos serviços, ainda que de forma indireta.

Princípios do serviço público

A prestação de serviço público deve seguir os seguintes princípios: eficiência, continuidade, segurança, regularidade, atualidade, generalidade/universalidade e modicidade tarifária.

Princípio da eficiência

Este princípio significa que os serviços públicos devem ser oferecidos aos cidadãos da maneira mais eficiente possível, tanto em relação à prestação do serviço como aos resultados obtidos.

Princípio da continuidade

Este princípio tem a função de garantir que os serviços públicos sejam prestados de forma contínua, sem interrupções. O princípio da continuidade é relacionado com a eficiência, ou seja, os serviços devem ser oferecidos de maneira contínua e com a maior qualidade possível.

Existem três situações de exceção para a continuidade de um serviço público: em situação de emergência, por problemas técnicos nas instalações ou por falta de pagamento do utilizador.

Princípio da segurança

O princípio da segurança tem a função de garantir que a prestação dos serviços públicos seja feita de maneira segura, sem colocar os seus usuários em risco.

Princípio da regularidade

A regularidade estabelece que o Estado tem a obrigação de promover a prestação de serviços públicos. O descumprimento desta obrigação por parte do Estado pode causar danos aos cidadãos que são usuários ou beneficiários de um serviço. Em alguns casos a ausência na prestação do serviço pode gerar ao Estado a obrigação de indenizar os usuários pelo serviço não prestado.

Princípio da atualidade

Este princípio tem a função de garantir que a prestação de serviço público deve acontecer de acordo com as mais modernas técnicas disponíveis.

A prestação de serviços públicos pelo Estado é garantida pela Constituição Federal de 1988 e os serviços são criados e fiscalizados pelo Estado, através dos seus governos.

Serviços públicos gerais e serviços públicos individuais

Os serviços públicos podem ser gerais ou individuais. Os gerais são destinados ao atendimento da população em geral e são financiados pelos valores dos impostos, como o fornecimento de iluminação pública e a segurança pública.

Os serviços individuais são os que são prestados a cada pessoa individualmente e devem ser cobrados por taxas. São exemplos os serviços de fornecimento de energia elétrica e de água.

Quais são os serviços públicos essenciais?

Os serviços públicos chamados de essenciais são aqueles considerados urgentes e que podem causar danos caso sejam interrompidos ou não fornecidos.

Os serviços essenciais estão ligados às garantias de condições de saúde e de segurança, que são indispensáveis para a vida digna dos cidadãos. Assim, a lei determina que a prestação destes serviços não pode ser interrompida.

A lei nº 7.783/89 (Lei de Greve) definiu quais são os serviços públicos essenciais:

tratamento e fornecimento de água,

distribuição de energia elétrica,

fornecimento de gás e outros tipos de combustível,

serviços médicos e hospitalares,

distribuição e venda de medicamentos,

venda de alimentos,

serviços funerários,

transporte coletivo,

tratamento de esgoto,

recolha de lixo,

serviços de telecomunicações,

guarda e controle de substâncias radioativas e de materiais nucleares,

atividades de processamento de dados dos serviços essenciais,

controle do tráfego aéreo,

serviços de compensação bancária.

Princípio da generalidade/universalidade

De acordo com este princípio os serviços públicos devem ser acessíveis a todos os cidadãos, sem restrições de acesso e sem discriminações. Os serviços prestados devem ser capazes de atingir a maior quantidade possível de pessoas. A generalidade e a universalidade para garantir a igualdade de acesso aos serviços públicos.

Princípio da modicidade tarifária

A modicidade tarifária significa que a prestação de um serviço público deve ser remunerada a preços acessíveis para garantir que os usuários do serviço não deixem

de ter acesso a ele em razão de preços inacessíveis para o seu poder aquisitivo. As taxas cobradas pelos serviços oferecidos pelo Estado devem ser as mais baratas possíveis.

Princípio da cortesia

O princípio da cortesia é relacionado com o bom atendimento que deve ser prestado no serviço público. De acordo com este princípio, o atendimento a todos os usuários de um serviço público deve ser feito com educação (cortesia) e de modo adequado e respeitoso.

Características dos serviços públicos

São as principais características do serviço público:

são direcionados ao interesse coletivo,

existem para suprir necessidades dos cidadãos,

devem ser prestados pelo Estado ou por seus agentes autorizados,

devem trazer benefícios aos usuários.

Como os serviços públicos são prestados?

Os serviços podem ser oferecidos de duas formas: centralizados ou descentralizados. O serviço público é centralizado quando é prestado diretamente por órgãos que fazem parte da Administração Pública. Podem ser prestados por órgãos e agentes públicos federais, estaduais ou municipais.

Já o serviço público descentralizado não é prestado diretamente pelo Estado, é oferecido por pessoas (físicas ou jurídicas) que têm concessão ou permissão para executar um serviço público em nome do Estado.

O serviço público descentralizado pode ser oferecido quando o Estado faz uma permissão, concessão ou uma parceria público-privada para a prestação de um serviço.

Permissão de serviço público

A permissão de um serviço público acontece quando a Administração Pública permite que um particular (pessoa física ou jurídica), que não faz parte da Administração, preste um serviço público.

A permissão é dada depois de um processo de licitação e é formalizada por um contrato de adesão entre a Administração Pública e o particular. A Administração Pública tem o

direito de revogar o contrato de permissão, não sendo necessário indenizar o particular pela quebra do contrato.

Concessão de serviço público

A concessão ocorre quando a Administração concede a execução do serviço público a uma empresa. Só pessoas jurídicas ou consórcios de empresas podem receber a concessão de um serviço público, ou seja, uma pessoa física não é autorizada pela lei a receber uma concessão.

Na concessão o serviço é prestado em nome da empresa que recebe a concessão, sendo permitida a cobrança de taxa dos usuários do serviço.

Para receber uma concessão é preciso que a empresa participe de uma licitação na forma de concorrência. De acordo com a lei, todas as concessões devem ser feitas por processos de licitação.

A concessão é formalizada através de um contrato administrativo entre o Estado e a empresa, e a rescisão do contrato pode resultar em dever de indenizar a parte prejudicada.

Parceria público-privada

A parceria público-privada (PPP) também é uma forma de concessão de um serviço público a um particular, através de um contrato administrativo. É diferente da concessão porque neste caso existe a obrigação de uma contraprestação financeira (pagamento) do Estado ao seu parceiro privado.

A PPP pode acontecer de duas formas: patrocinada ou administrativa.

Na patrocinada, além de existir a obrigação de que o Estado faça uma contraprestação financeira ao parceiro privado, existe a cobrança de taxa do usuário do serviço

Na administrativa, a Administração é usuária de um contrato de prestação de serviços com a parceira privada. Neste caso não existem taxas do usuário, mas a Administração também deve fazer uma contraprestação financeira ao parceiro privado.

#Questão 815811 - Direito Administrativo, Serviço Público, VUNESP, 2019, Câmara de Serrana - SP, Analista Legislativo

Parte superior do formulário

De acordo com o direito brasileiro, o concessionário presta o serviço público por sua conta e risco e, em caso de causar dano ao usuário,

- *A) responde subjetivamente pelos prejuízos, e o poder concedente assume a responsabilidade de forma objetiva.*
- *B) responde conjuntamente com o Estado de forma objetiva e solidária, independentemente de dolo ou culpa.*
- *C) assume a responsabilização de forma objetiva, e o poder concedente responde de forma subsidiária.*
- *D) assume, subjetivamente, a responsabilização, e o poder concedente somente responde no caso de dolo ou culpa.*
- *E) responde objetiva e solidariamente com o poder concedente, desde que haja dolo ou culpa de agente público.*

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 815812 - Direito Administrativo, Serviço Público, CESPE / CEBRASPE, 2019, Secretaria da Fazenda do Estado - RS (SEFAZ/RS), Auditor Fiscal da Receita Estadual (Classe A

Parte superior do formulário

A exploração de serviços de radiodifusão sonora bem como de sons e imagens pode ocorrer mediante

- *A) autorização, apenas.*
- *B) permissão, apenas.*
- *C) concessão, apenas.*
- *D) autorização, permissão e concessão.*
- *E) autorização e concessão, apenas.*

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 815813 - Direito Administrativo, Serviço Público, CESPE / CEBRASPE, 2019, Secretaria da Fazenda do Estado - RS (SEFAZ/RS), Auditor Fiscal da Receita Estadual (Classe A

Parte superior do formulário

No âmbito administrativo, convênio caracteriza-se por ser

- *A) um contrato administrativo, dada a oposição dos interesses envolvidos.*
- *B) uma cooperação, dado o estrito objetivo de lucro dos envolvidos.*
- *C) uma cooperação, dada a coincidência dos interesses dos envolvidos.*
- *D) um contrato administrativo, dado o caráter episódico da cooperação mútua.*
- *E) uma cooperação, dado o objetivo de alcançar resultados diversos.*

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 815801 - Direito Administrativo, Serviço Público, QUADRIX, 2019, Conselho Regional de Educação Física 20ª Região - SE (CREF/SE), Assistente Administrativo

Parte superior do formulário

Quanto aos serviços públicos, julgue os itens 73 a 76. O princípio da continuidade dos serviços públicos relaciona-se com relevantes disposições constitucionais, como a regulação do direito de greve no âmbito da Administração e o princípio da eficiência.

- *C) Certo*
- *E) Errado*

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 815802 - Direito Administrativo, Serviço Público, QUADRIX, 2019, Conselho Regional de Educação Física 20ª Região - SE (CREF/SE), Assistente Administrativo

Parte superior do formulário

Quanto aos serviços públicos, julgue os itens 73 a 76. As concessões de serviço público podem ser divididas entre comuns e especiais, estas últimas sujeitando-se ao regime jurídico próprio das parcerias público-privadas.

C) Certo

E) Errado

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 815803 - Direito Administrativo, Serviço Público, QUADRIX, 2019, Conselho Regional de Educação Física 20ª Região - SE (CREF/SE), Assistente Administrativo

Parte superior do formulário

Quanto aos serviços públicos, julgue os itens 73 a 76. As atividades de lavra e de radiodifusão sonora e sons e imagens, embora sejam tratadas constitucionalmente como passíveis de concessão, têm sua transferência ao particular aperfeiçoada por ato administrativo de autorização.

C) Certo

E) Errado

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 828556 - Direito Administrativo, Serviço Público, CESPE / CEBRASPE, 2019, Tribunal de Justiça - BA (TJ/BA), Juiz de Direito Substituto

Parte superior do formulário

O fornecimento de água

A) é um serviço de utilidade pública, uti universi e indelegável.

B) pode ter a respectiva taxa alterada pelo concessionário, que poderá considerar aspectos mercadológicos para estabelecer o novo patamar a ser cobrado.

C) é um serviço de utilidade pública que não pode ser prestado por pessoa jurídica de direito privado que não integre a administração pública.

D) não poderá gerar cobrança vinculada de tarifa mínima, sendo imperiosa a correspondência com o efetivo consumo.

E) poderá gerar cobrança distinta de acordo com as categorias de usuários e faixas de consumo.

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 828557 - Direito Administrativo, Serviço Público, CESPE / CEBRASPE, 2019, Tribunal de Justiça - BA (TJ/BA), Juiz de Direito Substituto

Parte superior do formulário

O corte de energia elétrica pela administração pública é

A) admissível em razão do inadimplemento contemporâneo do consumidor, desde que haja o aviso prévio de suspensão e que sejam respeitados o contraditório e a ampla defesa.

B) admissível em detrimento do novo morador, por débito pretérito pelo qual este não era responsável, uma vez que a dívida é propter rem.

C) admissível sem prévio aviso na hipótese de detecção de fraude no medidor cometida pelo consumidor.

D) admissível em razão de fraude no medidor pelo consumidor, desde que o débito seja relativo ao período máximo de sessenta dias anteriores à constatação da fraude.

É inadmissível caso a dívida derivada de fraude no medidor cometida pelo consumidor seja relativa a período anterior a noventa dias precedentes à constatação da fraude.

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 815805 - Direito Administrativo, Serviço Público, IDECAN, 2019, Advocacia-Geral da União (AGU), Contador

Parte superior do formulário

Os serviços públicos estão sob a responsabilidade do Estado para atender, de forma eficiente, às demandas da população, proporcionando melhores condições de vida social. Nesse sentido, há diversas formas de classificar os serviços públicos. Assinale a alternativa que represente exemplo de serviço público uti universi.

- *A) serviço portuário*
- *B) serviço de prestação jurisdicional*
- *C) serviço de fornecimento de água*
- *D) serviço de iluminação pública*
- *E) serviço de telefonia móvel*

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

#Questão 834040 - Direito Administrativo, Serviço Público, QUADRIX, 2019, Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região - SC (CRESS /SC), Assistente Administrativo Jr

Parte superior do formulário

Quanto aos agentes e serviços públicos, julgue os itens de 66 a 69. Serviços indelegáveis ou essenciais são aqueles que podem ser prestados pelo Estado e, eventualmente, por particulares.

- *C) Certo*
- *E) Errado*

Responder

Parte inferior do formulário

Comentários na Questão

A Administração Pública é dividida em administração direta e indireta. A administração direta é composta pelos órgãos diretamente ligados aos entes da federação: União, estados, Distrito Federal e municípios. A administração indireta é feita por órgãos descentralizados e autônomos, mas sujeitos ao controle do Estado.

De maneira ampla, a Administração Pública pode ser entendida como o conjunto de órgãos, agentes e serviços prestados pelo Estado.

Os serviços públicos prestados pela Administração Pública direta e indireta envolvem as mais diversas áreas de interesse coletivo, como saúde, educação, transporte, previdência, segurança pública e desenvolvimento econômico.

Administração Pública Direta

A Administração Pública direta é o conjunto de órgãos ligados diretamente ao Poder Executivo, em nível federal, estadual e municipal. Esses órgãos são subordinados ao chefe do poder a que pertencem, isto é, existe uma hierarquia entre eles.

Os órgãos da administração direta são pessoas jurídicas de direito público e têm autonomia. Nesse caso, os serviços públicos são prestados por seus próprios meios, ou seja, sem a criação de nova personalidade jurídica.

Exemplos de órgãos da administração direta

Nível federal: Presidência da República e seus ministérios, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

Nível estadual: Governo estadual e suas secretarias, Assembleia legislativa, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça.

Nível municipal: Prefeitura e suas secretarias, Câmara dos Vereadores e o procurador do município.

Saiba mais sobre Administração Pública e servidor público.

Administração Pública Indireta

A administração indireta é o conjunto de órgãos que prestam serviços públicos e estão vinculados a uma entidade da administração direta, mas possuem personalidade jurídica própria, isto é, têm CNPJ próprio.

A criação de organizações vinculadas ao Estado, mas autônomas e descentralizadas dos entes federativos é resultado da complexificação das funções estatais e da necessidade de fornecer flexibilidade na prestação dos serviços públicos.

Essa descentralização tem como objetivo aumentar a eficiência e a eficácia das atividades administrativas e serviços de interesse coletivo.

No caso dos órgãos da administração indireta, embora não haja hierarquia ou controle hierárquico, as entidades estão sujeitas ao controle e fiscalização do Estado.

As entidades da administração indireta são:

Autarquias: instituídas por lei, têm autonomia administrativa e financeira, mas estão sujeitas ao controle do Estado. São entidades de direito público e sua atividade fim é de interesse público. Exemplos: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Banco Central do Brasil (BACEN).

Fundações públicas: são criadas por lei e podem ser entidade de direito público ou privado. Sua atividade final deve ser de interesse público e essas organizações não podem ter fins lucrativos. Exemplos: Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Empresas públicas: são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legal e administradas pelo poder público. O capital das empresas públicas é exclusivamente público. Essas empresas prestam serviço de interesse coletivo e exercem atividades econômicas. Exemplos: Correios e Caixa Econômica Federal.

Sociedades de economia mista: pessoas jurídicas de direito privado, criadas sob a forma de sociedade anônima e compostas por capital público e privado. A maior parte das ações dessas empresas são do Estado. Assim como as empresas públicas, prestam serviços públicos e exercem atividades econômicas. Exemplos: Banco do Brasil e Petrobras.

Organização da Administração Pública

O desempenho das atividades da Administração Pública pode ser de diferentes formas:

Centralizada e Descentralizada

A Administração Pública pode oferecer os serviços para a população de maneira centralizada ou descentralizada. Quando as atividades são realizadas por um único ente da federação - União, estados, Distrito Federal e municípios - trata-se de um caso de centralização.

Como são os próprios entes que prestam os serviços, essa é uma forma exclusiva da administração direta e não há hierarquia.

Quando a função de um ente administrativo é exercida por meio de outra personalidade jurídica, temos o caso de descentralização. Quando há descentralização não há hierarquia, apenas a vinculação entre o órgão criado e o ente criador.

A descentralização pode acontecer por delegação ou outorga:

Delegação: é realizada por meio de contrato e apenas a execução das competências é repassada.

Outorga: é feita por lei e tanto as competências quanto à titularidade são repassadas.

Desconcentrada

A desconcentração é outra possibilidade de a Administração Pública desempenhar suas atividades. Nesse caso, ocorre a criação de órgãos públicos, que têm a mesma personalidade jurídica e estão submetidos a uma hierarquia e à subordinação do órgão central.

A desconcentração pode acontecer tanto na administração quanto indireta.

Princípios da Administração Pública

A Constituição de 1988, em seu artigo 37, determina os princípios que devem ser seguidos pela Administração Pública para a garantia do bom desempenho das atividades de interesse público. Conheça:

Legalidade: fazer somente o que a lei autoriza.

Impessoalidade: sempre agir em prol do interesse coletivo.

Moralidade: respeito aos padrões éticos da Administração Pública.

Publicidade: divulgação de todos os atos administrativos.

Eficiência: serviços satisfatórios e em tempo razoável.

atributo do ato administrativo que permite o ato ser executado direta e imediatamente pela própria Administração, sem necessidade de ordem judicial, é o da:

Alternativas

A

Imperatividade.

B

Presunção de legitimidade.

C

Presunção de veracidade.

D

Proporcionalidade.

E

Autoexecutoriedade.

Compreender a distinção entre atos vinculados e discricionários é crucial para o entendimento das decisões na administração pública. Considerando o descrito, é CORRETO afirmar ser aquela característica própria de um ato discricionário:

Alternativas

A

Decisão automatizada.

B

Julgamento baseado em critérios legais fixos

C

Liberdade na escolha da decisão.

D

Inexistência de margem interpretativa.

E

Obediência a um protocolo Na administração pública, os atos podem ser vinculados ou discricionários, diferindo na liberdade de ação do administrador. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que define um ato administrativo vinculado:

Alternativas

A

Liberdade de escolha.

B

Decisão baseada em critérios pessoais.

C

Margem para interpretação.

D

Estrita aderência à lei.

E

Influência política

lo rígido.

Atos administrativos individuais e gerais possuem naturezas e impactos distintos dentro da Administração Pública. Considerando esse tema, é CORRETO afirmar que caracteriza um ato administrativo individual:

Alternativas

A

Aplica-se à coletividade.

B

Regulamenta situações gerais.

C

Impacta um grupo fechado.

D

Abrange múltiplos casos.

E

Efeito limitado a uma pessoa.

Responder

Atos administrativos individuais e gerais possuem naturezas e impactos distintos dentro da Administração Pública. Considerando esse tema, é CORRETO afirmar que caracteriza um ato administrativo individual:

Alternativas

A

Aplica-se à coletividade.

B

Regulamenta situações gerais.

C

Impacta um grupo fechado.

D

Abrange múltiplos casos.

E

Efeito limitado a uma pessoa.

Conceito de Serviços Públicos- Receita Federal

A prestação de serviços públicos é uma atividade tipicamente realizada pela Administração Pública. É por meio desta atividade típica que são prestados, de forma direta ou indireta, uma série de serviços que conhecemos, como, por exemplo, o serviço postal (correios), os serviços de telecomunicações, o transporte ferroviário, rodoviário e aéreo, os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entre outros.

Nesse sentido, dada a amplitude de serviços prestados, conceituar "serviço público" não é uma tarefa fácil, mas os concursos públicos costumam abordar os conceitos clássicos.

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, serviço público é toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.

Classificações de Serviços Públicos- Receita Federal

A partir de agora, vamos adentrar em um ponto bastante explorado pelos examinadores, que é a classificação dos serviços públicos.

Serviços Públicos Gerais e Individuais

Os serviços públicos gerais, que também são conhecidos como indivisíveis ou uti universi – são aqueles prestados a todos os cidadãos, indistintamente.

Nesses casos, é impossível individualizar de modo específico quem são os beneficiados por determinado serviço público geral. Assim, diz-se que seus usuários são indeterminados e indetermináveis.

Tendo em vista não haver a individualização, os serviços gerais são remunerados a partir da receita de impostos. Exemplos: serviço de limpeza urbana, serviço de iluminação pública, serviço de defesa nacional…

Por outro lado, os serviços públicos individuais, que também são conhecidos como divisíveis, específicos ou uti singuli – são prestados a usuários determinados. Aqui é possível identificar o beneficiário do serviço, e, consequentemente, é possível verificar

sua utilização, separadamente, e assim cobrar pelo serviço de maneira individualizada. Exemplo: coleta de lixo, em que se utiliza a metragem do imóvel para se individualizar e aferir a utilização do serviço (em tese, imóveis maiores produzem mais lixo).

A partir desta classificação, a jurisprudência do STF conclui pela viabilidade de cobrança específica do usuário do serviço. A jurisprudência e a doutrina têm entendido que a prestação de serviços uti singuli é passível de ser remunerada mediante taxa ou tarifa.

Os serviços públicos individuais compulsórios (aqueles que estão disponíveis, independentemente de utilização) são remunerados por taxa, ao passo que os facultativos devem ser pagos na medida da utilização, por meio de tarifa.

Em contrapartida, os serviços uti universi deveriam ser custeados com outras receitas, a exemplo da receita proveniente da arrecadação de impostos.

A este respeito, a Súmula Vinculante 41 preceitua que o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

Serviços Públicos Administrativos, Econômicos e Sociais

Esta classificação trata do serviço público quanto ao seu objeto.

Conforme o Professor Hely Lopes Meirelles, serviços administrativos são aqueles que a Administração executa para atender suas necessidades internas, tais como a publicação na imprensa oficial. Nesse sentido, os serviços administrativos são atividades-meio que acabam por beneficiar a coletividade de modo indireto.

Por outro lado, os serviços públicos econômicos, também conhecidos como serviços públicos comerciais ou industriais, são aqueles que a Administração Pública presta, direta ou indiretamente, para atender às necessidades coletivas de ordem econômica. Aqui, podemos citar os serviços de telefonia e de fornecimento de energia elétrica. A prestação destes serviços não se submete ao regime de direito público, mas o regime jurídico híbrido, isto é, regras do direito privado, mas também preceitos de direito público.

Por fim, os serviços públicos sociais dizem respeito aos serviços de saúde, educação, previdência, cultura e meio ambiente prestados pelo poder público. Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, são considerados direitos fundamentais, encontrando-se previstos no seu Título VIII – Da Ordem Social. Estes são serviços não-exclusivos do

Estado, de modo que a atuação estatal ocorre de modo concorrente com a da iniciativa privada.

Serviços Públicos Delegáveis e Indelegáveis

Serviços delegáveis são aqueles que podem ser executados pelo próprio Estado ou por particulares em colaboração, como por exemplo, os serviços de telefonia, de energia elétrica e de transporte coletivo de passageiros.

A característica da "delegabilidade" do serviço, como regra geral, deve decorrer de disposição legal ou constitucional (Lei 9.074/1995, art. 2º, caput).

Os serviços indelegáveis, por outro lado, somente podem ser prestados pelo Estado, de forma direta, como por exemplo, os serviços de defesa nacional, de segurança interna ou de fiscalização de atividades.

Neste caso, os próprios agentes públicos pertencentes a órgãos ou entidades públicas prestam o serviço. A razão desta indelegabilidade decorre, de forma geral, da exigência do exercício de poder de império para sua prestação.

6º-A São serviços públicos essenciais a saúde, a educação, o transporte, a segurança, o fornecimento de energia elétrica, água e telefonia, a captação e o tratamento de esgoto e lixo, a compensação bancária, a administração da justiça, os serviços funerários e o controle do tráfego marítimo e aéreo." Art.

São classificados os serviços públicos?

Quanto ao objeto, os serviços públicos podem ser classificados em: serviços administrativos, serviços comerciais ou industriais e serviços sociais. Os serviços administrativos não são usufruídos diretamente pela sociedade, correspondem aos serviços que a Administração executa para atender suas necessidades internas.

Serviço público[4] é um serviço que é fornecido para pessoas que vivem dentro de sua jurisdição, seja diretamente pelo governo (através do setor público) ou indiretamente (por empresas). O termo está associado a um consenso social (geralmente expresso por meio de eleições democráticas) de que certos serviços devem estar disponíveis a todos, independentemente da renda, da capacidade física ou da inteligência.

Mesmo quando os serviços públicos não são nem fornecidos publicamente nem financiados publicamente, por razões sociais e políticas eles estão geralmente sujeitos à regulamentação indo além do que se aplica à maioria dos setores econômicos. Políticas

públicas[5] quando feitas no interesse do público e motivações podem fornecer serviços públicos. O serviço público também é um curso que pode ser estudado em uma faculdade ou universidade. Exemplos de serviços públicos são brigada de incêndio, polícia, força aérea e paramédicos.

Setores

Os serviços públicos podem estar associados a direitos humanos fundamentais (como o direito à água). O Corpo de Bombeiros Voluntários e o Corpo de Ambulâncias são instituições com a missão de servir a comunidade. Um serviço está ajudando outras pessoas com necessidades ou desejos específicos. Aqui, o atendimento varia de um médico curando uma doença, a um reparador, a uma despensa de alimentos.

Nos países desenvolvidos modernos, o termo "serviços públicos" (ou "serviços de interesse geral") incluem frequentemente:

Tribunais;

Eletricidade;

Educação, por exemplo, escolas estatais (públicas), universidades públicas, etc.;

Serviços de emergência, (por exemplo, Bombeiro, polícia, defesa civil, etc.);

Proteção ambiental;

Cuidados de saúde;

Militar;

Transporte público;

Edifícios públicos;

Serviços sociais (por exemplo, habitação pública, assistência social, subsídios alimentares, etc.);

Telecomunicações;

Planejamento urbano;

Infraestrutura de transporte;

Gerenciamento de resíduos (por exemplo, águas residuais, resíduos sólidos, reciclagem, etc.);

Rede de abastecimento de água.

Administração pública

Nas democracias modernas, o serviço público é frequentemente executado por empregados contratados por funcionários eleitos. As agências governamentais não são orientadas para o lucro e seus funcionários são motivados de maneira muito diferente.[6] Estudos de seu trabalho encontraram resultados contrastantes, incluindo níveis mais altos de esforço[7] e menos horas de trabalho.[8] Uma pesquisa no Reino Unido descobriu que os gerentes de contratação do setor privado não creditam a experiência do governo tanto quanto a experiência do setor privado.[9] Os trabalhadores públicos tendem a ganhar menos em salários quando se ajustam à educação, embora essa diferença seja reduzida quando os benefícios e as horas são incluídos.[10] Os funcionários públicos têm outros benefícios intangíveis, como maior segurança no emprego.[10]

Características

Um serviço público pode às vezes ter as características de um bem público (sendo não rival e não excluível), mas a maioria são serviços que podem (de acordo com as normas sociais vigentes) ser sub-fornecidos pelo mercado. Na maioria dos casos, os serviços públicos são serviços, ou seja, não envolvem a fabricação de bens. Eles podem ser fornecidos por monopólios locais ou nacionais, especialmente em setores que são monopólios naturais.

Elas podem envolver resultados que são difíceis de atribuir ao esforço individual específico ou difíceis de medir em termos de características-chave, como qualidade. Eles geralmente exigem altos níveis de treinamento e educação. Eles podem atrair pessoas com um ethos de serviço público que desejam dar algo ao público em geral ou à comunidade através de seu trabalho.

Histórico

Os órgãos diretivos há muito tempo fornecem serviços públicos básicos. A tradição de manter os cidadãos seguros através da defesa militar organizada data de pelo menos quatro mil anos atrás.[11]

A manutenção da ordem através da autoridade delegada local originou-se pelo menos desde o período dos Estados Combatentes (5º a 3º séculos a.C.) na China antiga com a instituição de 'xian' (prefeituras) sob o controle de um centralmente nomeado prefeito. A evidência histórica da provisão estatal de resolução de disputas através de um sistema legal / judicial remonta pelo menos ao antigo Egito.[12]

Um serviço público primário na história antiga envolvia assegurar o favor geral dos deuses através de uma religião teológica e cerimonialmente correta.[13]

Nacionalização

Nacionalização decolou após a Guerra Mundial da primeira metade do século XX. Em toda a Europa, devido às demandas extremas das indústrias e da economia, o planejamento [central] foi necessário para tornar a produção maximamente eficiente. Muitos serviços públicos, especialmente eletricidade, gás e transporte público são produtos desta época. Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países também começaram a implementar saúde universal e expandiram educação sob o financiamento e orientação do estado.

Privatização

Um grupo de 'Damas de Rojo' do Chile, voluntárias de um hospital local.

Ver artigo principal: Privatização

Existem várias maneiras de privatizar os serviços públicos. Uma corporação de livre mercado pode ser estabelecida e vendida a investidores privados, abandonando completamente o controle do governo. Assim, torna-se um serviço privado (não público). Outra opção, usada nos países nórdicos, é estabelecer uma corporação, mas manter a propriedade ou o poder de voto essencialmente nas mãos do governo. Por exemplo, a estado finlandês detinha 49% da Kemira até 2007, sendo o restante propriedade de investidores privados. Uma parcela de 49% não a tornou uma "empresa do governo", mas significava que todos os outros investidores juntos teriam

que se opor à opinião do Estado a fim de anular as decisões do estado na assembleia de acionistas. A corporação regulada também pode adquirir permissões no contrato para cumprir certas obrigações de serviço público. Quando uma corporação privada administra um [monopólio natural], a corporação é tipicamente fortemente regulamentada, para evitar o abuso do poder de monopólio. Por fim, o governo pode comprar o serviço no mercado livre. Em muitos países, a medicação é oferecida dessa maneira: o governo reembolsa parte do preço da medicação. Além disso, o tráfego de ônibus, eletricidade, saúde e gestão de resíduos são privatizados dessa maneira. Uma inovação recente, usada no Reino Unido cada vez mais, assim como a Austrália e o Canadá, é a parceria público-privada. Isso envolve dar uma longa concessão a consórcios privados em troca de infraestrutura de financiamento parcial.

Por país

Brasil

No Brasil a lei 7.783 lista serviços que considera essenciais para fins de regular o direito de greve. São eles:[14]

tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

assistência médica e hospitalar;

distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;

funerários;

transporte coletivo;

captação e tratamento de esgoto e lixo;

telecomunicações;

guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

processamento de dados ligados a serviços essenciais;

controle de tráfego aéreo;

compensação bancária.

Doutrina jurídica

Maria Sylvia de Pietro conceitua Serviço Público como "toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com

o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente de direito público".[6]

Já Hely Lopes Meirelles define que "Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado".[15]

Ao se conceituar Serviço Público, pode-se considerar os aspectos: subjetivo ou orgânico (consistente na presença direta ou indireta do Estado), material ou objetivo (relativo às atividades de interesse coletivo), formal ou do regime jurídico exorbitante (configurado no procedimento de direito público).

O Serviço Público se fundamenta sobre alguns princípios básicos, quais sejam: generalidade; continuidade; universalidade; eficiência e; modicidade tarifária.

Cabe ressaltar também alguns dos princípios a serem observados nos regimes de contratação dos serviços públicos, quer sejam: a imposição de prazos rigorosos ao contraente; a aplicação da teoria da imprevisão, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e permitir a continuidade do serviço; a inaplicabilidade da exceptio non adimpleti contractus contra a Administração; o reconhecimento de privilégios para a Administração, como o de encampação, o de uso compulsório dos recursos humanos e materiais da empresa contratada, quando necessário para dar continuidade à execução do serviço.[6]

Já no desenvolvimento do serviço, mediante exercício da Função Pública, cabe observar o princípio da continuidade, exemplificado nas normas que exigem a permanência do servidor em serviço, quando pede exoneração, pelo prazo fixado em lei; nos institutos da substituição, suplência e delegação; a proibição do direito de greve.[6]

Outros princípios expressivos são os princípios da mutabilidade do regime jurídico ou flexibilidade dos meios aos fins e o da igualdade dos usuários.[6]

Há críticas a esses aspectos ou critérios, pois com mudanças na Administração Pública, algumas dessas formas de se conceituar Serviço Público se mostraram insuficiente. Assim, alguns autores falam sobre uma crise na noção de serviço público, mas o que acontece é que houve uma evolução na conceituação de serviço público, à medida que a própria função pública foi evoluindo. Os três elementos que compõem a definição -

subjetivo, material e formal - permanecem, porém, com sensíveis diferenças em relação à sua concepção original.

Aspecto Subjetivo ou Orgânico: considera a pessoa jurídica prestadora da atividade - o serviço público seria aquele prestado pelo Estado. Ao falar sobre esse critério, o professor João Batista Gomes Moreira diz que "a fragilidade do primeiro critério reside em que o serviço público tanto pode ser prestado diretamente, pelas entidades da administração, como indiretamente, por meio de concessionários e permissionários e, alguns, até por entidades simplesmente autorizadas (serviços públicos não privativos: educação, saúde, previdência e assistência social), neste caso com ou sem incentivo do poder público".[16]

Aspecto Formal ou do Regime Jurídico Exorbitante: o serviço público seria aquele exercido sob regime de direito público derrogatório e exorbitante do direito comum. Sob o aspecto formal, é serviço público a atividade a que a Constituição e a lei atribuem o mencionado regime. Aponta o professor João Batista: "em contraponto a esse aspecto, pondera-se que as prerrogativas e restrições especiais não são exclusivas do setor público: uma atividade mesmo desenvolvida sem vinculação com a administração pode eventualmente ser contemplada com prerrogativa legal, como a isenção tributária, derrogatória do regime normalmente aplicado, com vistas à satisfação do interesse público, ou seja, desde que exista fim público a alcançar em correlação lógica com um fator diferencial socialmente aceitável".[16]

Aspecto Material ou Objetivo: considera a atividade exercida - o serviço público seria a atividade que tem por objeto a satisfação de necessidades coletivas. Sobre tal critério, o professor João Batista diz: "segundo a crítica, além de fugir ao caráter estritamente jurídico, também resulta deficiente em face da imprecisão do conteúdo de atividade essencial, conceito tipicamente indeterminado".[16]

Ainda a doutrina jurídica brasileira define alguns princípios básicos para a prestação do serviço público:

Princípio da Generalidade e da Universalidade: "Os serviços públicos devem ser prestados com a maior amplitude possível, ou seja, deve beneficiar o maior número possível de indivíduos. Além disso, devem ser prestados sem discriminação entre os beneficiários, quando tenham estes as mesmas condições técnicas e jurídicas para a fruição. Cuida-se de aplicação do princípio da isonomia ou, mais especificamente, da impessoalidade (art. 37, CF)".[17]

Princípio da Continuidade: "indica que os serviços públicos não devem sofrer interrupção, ou seja, sua prestação deve ser contínua para evitar que a paralisação provoque, como às vezes ocorre, colapso nas múltiplas atividades particulares. A continuidade deve estimular o Estado ao aperfeiçoamento e à extensão do serviço, recorrendo, quando necessário, às modernas tecnologias, adequadas à adaptação da atividade às novas exigências sociais".[17]

Princípio da Eficiência: "Deve o Estado prestar seus serviços com a maior eficiência possível. Conexo com o princípio da continuidade, a eficiência reclama que o Poder Público se atualize com os novos processos tecnológicos, de modo que a execução seja mais proveitosa com menor dispêndio".[17]

Princípio da Modicidade Tarifária: "os serviços devem ser remunerados a preços módicos, devendo o Poder Público avaliar o poder aquisitivo do usuário para que, por dificuldades financeiras, não seja ele alijado do universo de beneficiários do serviço".[17]

Dizem respeito, às características do serviço público, à conferência de fisionomia jurídica; à pertinência com quem presta o serviço; a finalidade do instituto; e o regime jurídico diferenciado de execução.

Tendo por base o interesse público, os serviços públicos se estabelecem como uma meta do Estado. Assim sendo, são criados, regulamentados e fiscalizados pelo Poder Público, sem prejuízo da possibilidade de sua delegação para a iniciativa privada. É o caractere do SUJEITO ESTATAL.

O Estado é um ente que mira a satisfação do INTERESSE COLETIVO, sub classificado em primário, ou essencial, e secundário, ou não essencial. Defende, o professor Carvalho, que quando o interesse coletivo é essencial, o Estado deve prestá-lo na maior dimensão possível, já que está a atender as primordiais demandas sociais.

Sendo uma atividade intrinsecamente conectada ao Poder Público, é imprescindível que, salvas algumas peculiaridades referentes a práticas algumas realizadas conforme a dinâmica do setor privado, o serviço público, de uma forma geral, se submete ao REGIME DE DIREITO PÚBLICO, sendo possível aprofundamento analítico, a determinar que está sob a égide de um regime híbrido, marcado, todavia, pela preponderância inequívoca do regime jurídico de direito público. Exemplificações simplórias deste fato são a fiscalização; a supremacia do Estado na execução; e a prestação de contas.[17]

O Brasil adotou o modelo federativo, e, por isso, atribui a cada ente federativo certas competências. Ou seja, a Constituição diz qual ente é responsável por realizar determinado serviço público. Vemos na Constituição que há competências privativas e competências comuns. As competências privativas são aquelas que apenas o ente ao qual foi designada a competência que pode realizar tal serviço, como a emissão de moeda, que é privativamente da União (art. 21, VII, CF). Já as competências comuns são aquelas que tanto a União, os Estados, os Municípios ou o Distrito Federal podem realizar, como é o caso dos serviços de saúde pública (art. 23, II, CF). Quando essa designação for desrespeitada, ou seja, quando um ente realiza uma atividade privativa de outro ente, não é raro que tal atividade seja considerada inconstitucional. Ressalta-se o critério relativo à extensão territorial dos interesses. Diante desse critério, a Constituição buscou definir quais serviços eram privativamente de determinado ente ou era de interesse comum. Se o interesse é nacional, compete à União; se é regional, aos Estados; se local, aos Municípios. Desse modo, a Constituição visa salvaguardar a autonomia dos entes federativos.

À entidade que tem a competência para prestar determinado serviço público também cabe a regulamentação. É por meio da regulamentação que a entidade criará leis e normas que definirão como determinada atividade será executada. A regulamentação garante não só o ente público competente, mas também o prestador do serviço ou mesmo os indivíduos para os quais o serviço serve.

Além da regulamentação, é concedido ao ente competente o poder de controle sobre o serviço. O poder de controle é inerente à titularidade do serviço. Assim, não é apenas faculdade, mas dever do ente competente exercer o controle do serviço que presta. O controle pode ser interno, quando se der na relação de hierarquia do ente com os órgãos da Administração, ou externo, quando houver a figura de particulares colaboradores ou ainda de pessoas da administração descentralizada. Visa-se auferir, assim, os resultados obtidos da prestação do serviço, a forma da prestação, os benefícios sociais, necessidade de mudança, etc..[17]

Formas de Execução

Conforme dispõe o professor CARVALHO FILHO, os serviços públicos podem ser executados direta ou indiretamente.

Na execução direta, configura-se a forma mais básica de concretização do serviço público, na medida em que o Estado acumula as funções de seu titular e de seu prestador.

Já na execução indireta, os serviços são positivados por intermédio de pessoa diversa da entidade federativa, sem que o Estado, contudo, abra mão do controle quanto à efetividade dos resultados e fiscalização. Deste modo, a atividade pode ser descentralizada de dois modos:

Descentralização territorial, por intermédio da qual há a transferência de funções de uma pessoa federativa a outra, ou também do poder central a coletividades locais;

Descentralização institucional, por intermédio da qual há a transferência do serviço do poder central a uma pessoa jurídica própria, de caráter administrativo.

É preciso, do mesmo modo, expor o surgimento e o aprimoramento de novas formas de execução dos serviços públicos, tais quais a privatização, ou desestatização, as parcerias com o terceiro setor e a utilização do regime das organizações sociais.[17]

Classificação dos servidores

Agentes Públicos - Como gestor dos interesses da população, o Estado não pode agir por outro objetivo que não seja o de propiciar o bem-estar e os interesses coletivos. E para que se possa executar tais tarefas e prover tais interesses, é imprescindível que existam pessoas físicas que externem essas ações e manifestem determinada vontade, que a rigor é imputada ao próprio Estado. E são os agentes públicos, isto é, "o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica, como prepostos do Estado", como fantasticamente preceitua CARVALHO FILHO, que garantem essa execução.[17] *A categoria dos agentes públicos é extremamente abrangente como nos mostra a Lei n° 8.429/92 que descreve o conceito e nos mostra a abrangência de seu sentido: "Reputa-se agente público, para efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.".*

Portanto, torna-se muito pertinente a subdivisão desse conceito em classificações, para melhor intelecção do seu verdadeiro sentido no Estado brasileiro atual. Dessa maneira,

classificam-se os agentes públicos em: agentes políticos, agentes particulares colaboradores e servidores públicos.

Agentes Políticos - "Agentes políticos são aqueles aos quais incumbe a execução das diretrizes traçadas pelo Poder Público. São estes agentes que desenham os destinos fundamentais do Estado e que criam as estratégias políticas por eles consideradas necessárias e convenientes para que o Estado atinja os seus fins".[17]

Essa é a definição dada por CARVALHO FILHO. Entretanto, a figura do agente político possui muitas peculiaridades, suas funções de direção e orientação, por exemplo, estão estabelecidas na Constituição, sua investidura se dá através de eleição, o que confere o direito a um mandato eletivo, que se caracteriza pela transitoriedade no exercício daquelas funções. Tais características defluem do próprio pensamento democrático e republicano.

São agentes políticos os Chefes do Executivo, os Ministros, Secretários Estaduais e Municipais, além é claro, dos membros do Poder Legislativo.

Agentes Particulares colaboradores - Os agentes particulares colaboradores são todos aqueles que, apesar de sustentarem a condição de particular, exercem funções que podem se qualificar como públicas. Alguns exemplos são os jurados, as pessoas convocadas para serviços eleitorais, os comissários de menores voluntários, dentre outros. Além claro, dos permissionários e concessionários de serviços públicos.

Servidores Públicos - De acordo com Maria Sylvia di Pietro "são servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos".[6] Esses servidores desenvolvem a mais variada gama de funções, além de ser, sem sombra de dúvidas, a que possui a maior quantidade de integrantes. O abrangente campo dos servidores públicos compreende: os servidores estatutários; os empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista e os servidores temporários, contratados por tempo determinado para atender a necessidade do interesse público.

Setores

Serviços públicos tendem a ser considerados tão essenciais para a vida moderna que suas provisões universais precisam ser garantidas por razões morais, e algumas estão

até mesmo associadas com [direitos humanos] fundamentais, como acesso universal à água. Podemos identificar como serviços públicos:

Educação

Eletricidade

Bombeiros

Gás

Saúde pública

Militares

Polícia

Transporte público

Habitação social

Telecomunicações

Planejamento urbano

Tratamento de resíduos sólidos

Rede de água

Limpeza pública

Ruas asfaltadas

Urbanização pública

É frequente o estado considerar um conjunto de serviços públicos como essenciais, sendo por isso regulados por quadros normativos específicos que visam proteger o interesse público desses serviços. Temas relevantes na discussão e regulação dos serviços públicos essenciais são a suspensão dos serviços, por motivos de faltas de pagamento ou de greve, por exemplo; ou a regulação das condições de fornecimento e faturação desses serviços.

Portugal

Em Portugal são serviços públicos essenciais os seguintes:[18][19]

Serviço de fornecimento de água;

Serviço de fornecimento de energia elétrica;

Serviço de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados;

Serviço de comunicações eletrónicas;

Serviços postais;

Serviço de recolha e tratamento de águas residuais;

Serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.

exercícios

Doutrinariamente, serviço público é considerado como sendo toda atividade administrativa ou de prestação direta e indireta de serviços à população, exercida por um órgão ou entidade da Administração Pública ou pela iniciativa privada; são prestados exclusivamente pela Administração Pública por meio de três dispositivos legais: pela concessão, permissão ou autorização do poder público. Sobre a classificação dos serviços públicos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Serviços públicos.

2. Serviços de utilidade pública.

3. Serviços próprios do Estado.

4. Serviços impróprios do Estado

Leia o caso a seguir e assinale a alternativa correta.

O Município XYZ foi atingido por fortes chuvas em uma noite do mês de janeiro. A emergência constatada provocou a interrupção dos serviços de iluminação pública e de ônibus municipais por 10 horas para a realização dos reparos técnicos necessários para a segurança das instalações e dos usuários. Em razão dos prejuízos financeiros sofridos pelos concessionários do serviço de transporte, o
O Poder Público resolveu aumentar em R$5,00 (cinco reais) o valor da passagem de ônibus.

O aumento provocou protestos dos munícipes, que contaram com o apoio de algumas categorias de servidores públicos, como policiais militares, motoristas e cobradores, que resolveram entrar em greve e reivindicar aumentos salariais e melhores condições de trabalho

Parte superior do formulário

a) Os serviços de iluminação pública e transporte não poderiam ter sido paralisados, pois, por se tratarem de serviços essenciais, era necessária a prévia comunicação do usuário.

b) O movimento grevista foi legítimo, pois é assegurado pela Constituição o direito de greve aos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.

c) Não havia qualquer impedimento legal para o aumento das passagens, visto que os contratos de concessão podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

d) O aumento da tarifa, no caso descrito, viola o princípio da continuidade do serviço público, pois impede que as camadas mais humildes da população tenham acesso ao serviço de transporte pelo alto custo.

e) A iluminação pública, por se tratar de serviço uti universi, é remunerada por meio de impostos e contribuições, diferentemente do serviço de transporte, classificado como uti singuli.

Parte inferior do formulário

A excelência da gestão pública pressupõe estruturação de sistemas de remuneração e de gestão do desempenho sintonizados com os paradigmas do gerenciamento por resultados.

Parte superior do formulário

- *Errado*
- *Certo*

Considere que João é servidor público e, na realização de uma diligência externa, no uso de veículo oficial, envolveu-se em acidente de trânsito com Maria.

Diante da situação hipotética, a respeito da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

Parte superior do formulário

- *a) o Estado não responderá caso comprovado que o acidente foi causado por culpa exclusiva de terceiro ou de Maria.*
- *b) caso o Estado efetue o pagamento de indenização em favor de Maria, poderá solicitar o ressarcimento das despesas a João, sendo essa pretensão imprescritível.*
- *c) há o dever de pagar indenização a Maria, independentemente da existência de culpa, pois a responsabilidade civil da Administração está fundada na teoria do risco integral.*
- *d) Maria deverá solicitar o pagamento da indenização, de forma concomitante, a João e ao Estado.*
- *e) a indenização somente deverá ser paga à Maria, caso fique comprovado que a conduta de João foi praticada com dolo.*

Constitui conduta que ofende o princípio da continuidade dos serviços públicos:

Parte superior do formulário

- *a) a interrupção de fornecimento quando os usuários deixarem de atender as condições técnicas necessárias para a sua fruição.*
- *b) deixar, independentemente da natureza dos serviços, de prestá-los diariamente e em período integral.*

c) a interrupção do fornecimento de serviços essenciais em função do inadimplemento do usuário.

d) a aplicação da exceção do contrato não cumprido aos contratos administrativos.

e) a interrupção do fornecimento de serviços essenciais quando o usuário do serviço for a Secretária de Estado.

Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o diálogo competitivo é uma modalidade de licitação.

Parte superior do formulário

Errado

Certo

Ao consultar um especialista da área, foi-lhe informado, corretamente, que YY:

Parte superior do formulário

a)

não pode explorar o serviço, que é vedado, de modo peremptório, às empresas estrangeiras;

b)

pode explorar o serviço, o qual, por ser de relevância pública, depende de concessão ou permissão do poder público;

c)

pode explorar livremente o serviço, que está ao alcance da iniciativa privada, podendo ser prestado por empresas nacionais e estrangeiras;

d)

pode explorar livremente o serviço, que está ao alcance da iniciativa privada, podendo ser prestado por empresas nacionais e estrangeiras;

e)

pode explorar o serviço, desde que se enquadre em um permissivo legal, pois a regra é que a assistência à saúde não pode ser prestada por empresas estrangeiras.

Responder

Considere que a União expediu um Decreto que autoriza Ministros de Estado a, em caso de greve, celebrar convênios com Estados e Municípios para realizar o compartilhamento de atividades, visando garantir a continuidade dos serviços públicos. Considerando a situação hipotética e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

Parte superior do formulário

a) o Decreto não pode ser aplicado de forma irrestrita, ficando autorizada a sua utilização no caso em que se busque viabilizar a manutenção de serviços públicos essenciais, na forma da lei.

b) o Decreto é inconstitucional, pois a atribuição de função pública a terceiro somente pode ser realizada mediante o provimento de cargo, por meio da realização de concurso público.

c) o Decreto não pode dispor sobre a matéria, dado que cabe à lei em sentido formal autorizar a celebração de convênios públicos.

d) o Decreto é desnecessário, pois o exercício do direito de greve, por servidores civis, somente será possível depois de expedida lei complementar que defina os termos e os limites para o seu exercício.

e) o Decreto é válido e pode ser aplicado de forma irrestrita, pois não fragiliza o exercício do direito fundamental à realização de greve, mas busca conferir solução administrativa aos efeitos decorrentes da paralisação temporária da prestação de serviços públicos.

Conceito de Controle administrativo

Então, segundo José dos Santos Carvalho Filho, pode-se denominar de controle da Administração Pública o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder.

Enquanto, Herbert Almeida, professor do Estratégia Concurso, define controle como um poder-dever de fiscalização e revisão da atuação administrativa para garantir a conformação com o ordenamento jurídico e com a boa administração.

Portanto, o controle vai além da legalidade e legitimidade, alcançando, inclusive, aspectos de eficiência, eficácia e efetividade.

Classificação das formas de controles

Para começar esse resumo das classificações do controle da administração pública, vamos ver as classificações quanto ao fundamento, quanto à origem, quanto ao órgão que exerce o controle, quanto ao momento do controle e quanto ao aspecto controlado.

Classificações do controle administrativo

Portanto, existem diversas formas de controle com finalidades e características diferentes. Por isso, vamos ver cada classificação e como ocorre o controle.

Quanto ao fundamento

Nesta classificação trataremos do fundamento do controle, ou seja, do motivo de existir o controle. Podemos chamar também de controle à existência de hierarquia ou à amplitude. Neste caso ele se subdivide em hierárquico ou finalístico.

O controle hierárquico usa a hierarquia como o motivo de existir um controle. Portanto, pode-se dizer que um órgão superior possui controle de um órgão hierarquicamente inferior, sendo competente para revisar e rever os atos realizados pelo órgão subordinado.

Por outro lado, o controle finalístico é a forma de controle que não utiliza a hierarquia como embasamento para controlar. Portanto, podemos citar o caso das entidades

administrativas, como uma autarquia federal, por exemplo, que a União exerce controle finalístico. Afinal, não se pode dizer que a autarquia é hierarquicamente inferior, mas, por ser uma empresa que realiza atividades públicas, existe a necessidade de ter um certo controle.

Conforme a origem

A forma de classificação do controle administrativo conforme a origem se baseia no surgimento de controle. Ou seja, se está dentro do mesmo Poder, se é um Poder controlando outro Poder ou se tem como origem o controle da população.

Controle interno

O controle interno ocorre no âmbito da própria administração ou órgão do mesmo poder. O controle interno pode ocorrer com fundamento na hierarquia ou pode ser finalístico, ou seja, ele pode ocorrer entre órgãos dentro uma hierarquia ou pode ocorrer pela administração direta para com a administração indireta.

Então, se estamos diante de um agente ou órgão do Poder Legislativo e este possui atribuição para fiscalizar um ato administrativo pelo mesmo Poder Legislativo, estamos diante do controle interno, independente de hierarquia.

Além disso, a Constituição Federal determina que os poderes mantenham um sistema de controle interno: os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos

direitos e haveres da União;
IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
Ou seja, cada poder tem seu controle interno e este tem como competência as atividades acima listadas.

Controle Externo

Por outro lado, chama-se controle externo quando um Poder exerce a revisão dos atos administrativos de outro Poder.

Por exemplo: a sustação, pelo Congresso Nacional, de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar.

Esse é um exemplo de controle externo, já que o Congresso Nacional (Poder Legislativo) exerce um controle sobre atos do Poder Executivo.

E então, quem tem a competência fiscalizatória do País? A Constituição Federal responde que o controle externo está a cargo do Congresso Nacional e será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Ou seja, por essa parte da Constituição Federal, a competência para exercer o controle externo é do Congresso Nacional.

Controle Popular
A constituição Federal tem diversos dispositivos que permitem um controle dos administrados, ou seja, formas de os cidadãos verificarem a regularidade da administração pública.

Por exemplo: qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e de ônus da sucumbência.

Temos também um outro exemplo na Constituição Federal: Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Quanto ao momento do controle

Para continuar esse resumo das classificações de controle administrativo, vamos analisar o momento do controle. Considera-se momento do controle, o instante em que ele ocorre e pode ser antecipadamente a ocorrência do ato, concomitantemente ou pode ser posterior ao ato.

Controle Prévio

Chama-se de controle prévio ou preventivo, o controle exercido antes da prática ou antes da conclusão do ato administrativo.

Podemos citar, por exemplo, a necessidade de aprovação, pelo Senado Federal, da escolha do Presidente do Banco Central ou para escolher o Procurador Geral da República. Pode ser considerado um controle prévio já que ocorre uma aprovação antes da nomeação para os cargos citados.

Controle concomitante

No caso do controle concomitante, o controle é exercido durante a realização do ato, ou seja, durante a formação ou execução do ato. Pode-se citar, por exemplo, a fiscalização de uma obra pública durante a execução dela. Diferentemente seria se estivesse sendo feito uma fiscalização após o término da obra. Nesse caso, seria o controle posterior.

Controle posterior

No caso do controle subsequente, ou também chamado controle corretivo, ocorre um controle após a finalização do ato. Esse é o momento mais comum de ocorrer o controle.

Apesar de muitas vezes ser chamado de controle corretivo, há situações em que esse

controle não é para corrigir uma situação, mas sim para confirmar uma situação. Pode ser um exemplo, a homologação de um concurso público e uma homologação de licitação.

Quanto ao órgão que exerce

Uma outra classificação do controle administrativo é quanto ao órgão que exerce o controle. Pode-se dizer que é administrativo, legislativo e judiciário.

O controle administrativo é o controle decorrente de atividades administrativas do órgão. Enquanto o legislativo é realizado conforme a fiscalização que é feita, já que essa é a função típica desse poder: fiscalizar. No caso do controle legislativo pode-se subdividir-se no controle direto pelos parlamentares ou no controle indireto que é realizado pelo Tribunal de Contas. Já o controle judiciário, normalmente é um controle posterior e um controle de legalidade e legitimidade.

Quanto ao aspecto controlado

Controle de legalidade e legitimidade

Nesse controle é verificado se o ato foi praticado em conformidade com o ordenamento jurídico. Pode ser avaliada a conduta com a constituição federal, as leis, normas primárias, súmulas vinculantes ou qualquer outra norma imposta ao servidor ou ao ato.

Ressalta-se que esse controle pode ser realizado pela própria administração pública, por meio da autotutela ou pelo Poder Judiciário na tutela jurisdicional ou até pelo Poder Legislativo, com base no controle externo.

O exercício do controle de legalidade pode resultar em validação, anulação ou convalidação do ato controlado. Ou seja, pode ser aceito por estar em consonância com

as normas (validade), está invalido e não permanecer no mundo jurídico (anulação) ou ser invalido e ser transformado em ato válido (convalidação).

Controle de mérito

Diferentemente do controle de legalidade, este controle verifica a oportunidade e conveniência do ato. O controle do mérito está dentro da discricionariedade do ato. Então, cabe um controle administrativo, ou seja, compete exclusivamente ao próprio poder que editou o ato, revisá-lo.

Apesar disso, temos alguns exemplos de controles em que o Poder Legislativo tem um controle de mérito, que é chamado de controle político. Por exemplo, quando da apreciação pelo Poder Legislativo dos nomes escolhidos para o cargo de Presidente do Banco Central ou da Procuradoria Geral da República. Está dentro da discricionariedade do Poder Executivo a indicação desses nomes, mas o Poder Legislativo opina sobre os nomes.

Além disso, diferentemente do controle de legalidade, o resultado exercido do controle do mérito pode ser a revogação do ato. Ou seja, a retirada do ato do sistema jurídico. Entretanto, diferentemente da anulação, não há invalidade no ato, ele apenas se torna desnecessário.

Conclusão do resumo das classificações do controle administrativo

Para concluir, portanto, vimos nesse artigo o conceito de controle administrativo e as classificações por fundamento (Hierárquico e finalístico), por origem (interno, externo e popular), pelo órgão que exerce o controle (administrativo, legislativo e judiciário), pelo momento do controle (anterior, concomitante e posterior) e pelo aspecto do controle (Legalidade e mérito).

Sobre os meios de controle judicial da Administração Pública, assinale a opção correta:

Alternativas

A

É permitido o uso da Ação Civil Pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.

B

No Mandado de Injunção Coletivo, o Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento de que é impossível a concessão de tutela de urgência.

C

Na Ação Popular não haverá a atuação do Ministério Público como fiscal da Lei.

D

Na Ação Civil Pública não é possível ajuizar Ação Cautelar para defesa dos direitos coletivos.

Responder

Sobre o controle da Administração Pública e seus reflexos no ordenamento jurídico vigente, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A Constituição prevê que o controle externo popular visando denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, na forma da lei, deve ser realizado por meio de entidade de representação, tais como associações ou sindicatos.
( ) O mandado de injunção, de legitimidade exclusiva da Defensoria Pública, é um dos meios de controle legislativo da Administração Pública, uma vez que tem como objetivo compelir o poder público a editar norma regulamentadora que torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
( ) Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso à informação relativa a prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo.
( ) A Lei de Acesso à Informação é tida como importante diploma que visa ao desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

A sequência está correta em

A V, V, V, V.

B F, F, V, V.

C F, V, F, V.

D V, F, V, F.

Com relação ao controle e à responsabilização da Administração Pública, julgue o item.

O Tribunal de Contas da União e dos Estados é um órgão de controle externo que tem a função de auxiliar o Poder Legislativo na fiscalização orçamentária da Administração Pública.

Certo

Com relação ao controle e à responsabilização da Administração Pública, julgue o item.
Os atos lesivos ao patrimônio público praticados pelo presidente da República são insuscetíveis de controle jurisdicional, cabendo ao cidadão representar ao Poder Legislativo, a quem compete fiscalizar os atos do Executivo.

Certo

Errado

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca dos limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de serviços que atendam o direito social à saúde, ao qual a Constituição da República Federativa do Brasil garante especial proteção, analise as afirmativas a seguir.

I. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

II. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e / ou os meios adequados para conquistar o resultado.

III. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A II e III, apenas.

B II, apenas.

C I e II, apenas.

D I, II e III.

E I e III, apenas.

Responsabilidade Civil do Estado

A responsabilidade objetiva do Estado trata-se de uma das teorias que busca explicar a responsabilidade civil da Administração Pública. Trata-se, portanto, da obrigação do Estado de recompor danos causados a terceiros em razão de comportamento unilateral comissivo ou omissivo, legítimo ou ilegítimo, material ou jurídico, que lhe seja imputável. [1]

A teoria da responsabilidade objetiva vêm do direito civil. Historicamente, foi o Conselho de Estado francês que primeiramente a adotou. Por essa teoria, a obrigação de o Estado indenizar o dano surge, tão-só, do ato lesivo de que ele, Estado, foi causador. Desta maneira, ocorre quando há a substituição do instituto civil da culpa pelo nexo de causalidade se opondo a teoria da responsabilidade subjetiva. Aplicada ao direito administrativo, representa a evolução da responsabilidade civil da Administração Pública que antes dependia da comprovação de culpa para a adoção da responsabilidade objetiva.

Histórico

Ao longo da história, a responsabilidade civil do Estado já foi tratada de diversas formas, desde a própria ausência de responsabilidade por parte do ente estatal até uma responsabilização previamente expressa na legislação. As etapas da evolução da responsabilidade civil atribuída ao Estado costuma ser dividida em, ao menos, cinco teorias: Teoria da Irresponsabilidade do Estado; Responsabilidade com previsão legal;

Teoria da Responsabilidade Subjetiva, também chamada de Teoria Civilista; Teoria da Culpa do Serviço e, por último, a Teoria da Responsabilidade Objetiva.[2]

A Teoria da Irresponsabilidade do Estado marca o período em que o próprio ente estatal determinava se este deveria ou não ser responsabilizado por seus atos, quer esses atos representassem um prejuízo ou dano a um indivíduo ou ao coletivo ou não. Neste momento da evolução da responsabilização do Estado, predominava a ideia de manutenção da soberania e autoridade do Estado, onde inexistia a possibilidade de contestação das ações do ente estatal por terceiros. Não se admitia que o Estado pudesse responder pelos atos que praticava, ainda que estes resultam em prejuízo para uma parcela considerável da população. A irresponsabilidade estatal predominava nos regimes monárquicos absolutistas, onde o monarca era, muitas vezes, visto como uma figura divina. Há estudiosos que apontam que o Brasil não experimentou a fase da irresponsabilidade do Estado, ainda que tenha vivido um período de sua história sob regime de monarquia.[2]

Em outro aspecto, a responsabilidade do Estado com previsão legal foi discutida, inicialmente, na França, no que ficou conhecido como "Caso Blanco", em meados do século XIX. Nesta teoria, o Estado era responsabilizado por seus atos, ações e omissões, desde que houvesse previsão legal específica permitindo esta responsabilização do ente público. Antes deste momento, o Estado era tido como irresponsável e, em medida certa, passou a responder em determinados casos. A criação do Tribunal de Conflitos, em 1873, marcou a passagem desta teoria na história do Direito brasileiro.[2]

Ao tratar-se da Teoria da Responsabilidade Subjetiva, o Estado passou a responder por suas ações, mesmo que não houvesse previamente previsão legal para casos determinados. Porém, era necessário que se verificasse a intenção do agente público, que agia em nome do ente estatal, para que fosse admitida a sua responsabilização. Em geral, nesta teoria predominava a ideia de que o Estado responde civilmente desde que fosse comprovado o dano, a conduta estatal, o nexo causal entre o fato e o resultado e a culpa ou dolo do agente que praticou o ato em nome do Estado. Ausente qualquer um destes elementos, imperava a exclusão de responsabilidade civil, que resultou na não responsabilização do ente público. No Brasil, o Código Civil de 1916 foi um importante amparo legal para a Teoria da Responsabilidade Subjetiva, uma vez que equiparava a responsabilidade do Estado à necessidade de se comprovar a culpa do agente público do qual se decorreu o ato.[2]

Como forma de melhor proteger os cidadãos que tivessem seus direitos violados pelo Estado, ou que fossem vítimas de prejuízos ou danos causados por seus agentes, passou a predominar a Teoria da Culpa do Serviço, onde a responsabilidade do Estado era baseada no serviço prestado por este, e não apenas na culpa ou dolo do agente que prestava o serviço. Esta teoria recebeu o nome, também de faute du service, por ser advinda da França.[2]

Na contemporaneidade, prevalecem as idéias emanadas pela Teoria da Responsabilização Objetiva do ente público, onde o Estado responde em razão de qualquer ato lícito ou ilícito que tenha resultado em perigo, dano ou prejuízo a um cidadão ou à coletividade. Neste patamar, a responsabilidade é tida como extracontratual, uma vez que basta a comprovação do nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o fato ensejador de dano. No Brasil, vigora a Teoria da Responsabilidade Civil Objetiva do Estado desde a promulgação da Constituição brasileira de 1946, sendo que as constituições predecessoras mantiveram este ideal.[2]

Direito Brasileiro

No Brasil, a Constituição brasileira de 1988 adotou, em seu artigo 37, §6º a teoria da responsabilidade objetiva do Estado [3]. Determina que as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas de direito privadas que prestam serviços públicos deverão reparar os danos causados a terceiros enquanto estiverem atuando nessa função. [4]

Já o Código Civil brasileiro regula a questão em seu artigo 43. Também há a referência que as pessoas jurídicas de direito público são civilmente obrigadas [5], embora não faça referência às pessoas de direito privado que são prestadoras de serviço público.

Em 21 de maio de 2020 o plenário do Supremo Tribunal Federal analisou a constitucionalidade de Medida Provisória nº 966 de 2020, que trata sobre a responsabilização dos agentes públicos durante a crise de saúde pública. A maioria decidiu que os agentes públicos devem observar critérios técnicos e científicos de entidades médicas e sanitárias ao enfrentarem a pandemia da Covid-19, a fim de não serem co-responsáveis por eventuais ofensas a direitos. A Corte destacou o princípio da autocontenção, no caso de dúvida sobre a eficácia ou sobre o benefício das medidas. [6]

Requisitos

Existem cinco requisitos principais para caracterizar a responsabilidade objetiva do Estado:

Ato praticado por agente de pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público;

As entidades serem diretamente prestadoras de serviço público e que o dano seja decorrente da prestação de serviço público;

O dano tem que ser causado a terceiros, em decorrência da prestação do serviço público;

O dano seja causado por agente das aludidas pessoas jurídicas, sem interessar o título sob qual prestam o serviço;

O agente, que causa o dano, aja na qualidade de agente público.

Causas Excludentes e Atenuantes

Existem situações em que a responsabilidade objetiva do Estado não alcança seus efeitos, porque o nexo de causalidade deixa de justificar a relação de causalidade entre a ação ou omissão do agente público e o dano causado. As causas excludentes são aquelas que fazem deixar de existir a responsabilidade estatal, enquanto as causas atenuantes mitigam seus efeitos.

As causas apontadas como causas excludentes são a força maior, a culpa da vítima e a culpa de terceiros. A causa atenuante é a culpa concorrente da vítima.

1. Administração Pública é um conjunto de órgãos:

- *a) em que se dividem os poderes do Estado.*
- *b) instituídos para a consecução dos objetivos do Governo.*
- *c) que demonstram a soberania posta em ação.*
- *d) que praticam atos de governo.*

2. A Administração Pública é uma atividade:

- *a) Política.*
- *b) Sempre discricionária.*
- *c) Neutra.*

- *d) Sempre vinculada à lei.*

3. As pessoas físicas que ocupam os cargos que compõem a estrutura de governo, ligados ao exercício de atribuições constitucionais, são denominadas:

- *a) agentes honoríficos.*
- *b) agentes credenciados.*
- *c) agentes delegados.*
- *d) agentes políticos.*

4. Órgãos Públicos são:

- *a) centros de competência.*
- *b) centros de comando.*
- *c) centros de realização de atividades políticas.*
- *d) a expressão fática dos Poderes.*

5. Os Órgãos Públicos:

- *a) representar juridicamente a pessoa jurídica de direito público.*
- *b) são personalizados.*
- *c) expressam vontade distinta daquele da entidade a que pertencem.*
- *d) mantêm relações funcionais entre si.*

6. A Administração expressa a vontade do Estado por meio:

- *a) de agentes.*
- *b) de órgãos.*
- *c) de entidades.*
- *d) de funcionários.*

7. Órgãos superiores são os que detêm:

- *a) os cargos de chefia.*
- *b) o poder de direção, subordinados, porém, a uma chefia mais alta.*
- *c) os cargos de mais elevado nível hierárquico.*

d) o comando supremo.

8. Órgãos colegiados são aqueles que:

a) deliberam por diversos cargos.

b) representam diversos órgãos interligados.

c) atuam por meio de decisão conjunta de seus membros.

d) atuam através de um agente, após deliberação de subalternos.

9. É incorreto afirmar que:

a) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público;

b) a fundação pública tem autorizada a sua instituição por ato do Chefe do Poder Executivo;

c) os Estados membros possuem independência administrativa e financeira;

d) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

10. Sobre empresa pública e sociedade de economia mista, é correto afirmar:

a) que as mesmas não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

b) que apenas as empresas públicas podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

c) que apenas as sociedades de economia mista podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

d) que as mesmas poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos aos do setor privado.

11. Assinale a opção que indique o ente que pertence à Administração Indireta, possuindo personalidade jurídica de Direito Privado.

a) Autarquia.

b) Partido político.

c) Agência Executiva.

d) Empresa pública.

12. O Tribunal de Contas do Distrito Federal pode ser classificado como órgão:

- *a) autônomo.*
- *b) subalterno.*
- *c) independente.*
- *d) singular.*

13. A sociedade de economia mista:

- *a) não possui personalidade jurídica.*
- *b) é pessoa jurídica de direito privado.*
- *c) possui a totalidade de seu capital em mãos da Administração.*
- *d) é pessoa jurídica de direito público.*

14. Assinalar a alternativa que não seja característica do órgão administrativo:

- *a) poderes funcionais.*
- *b) personalidade jurídica.*
- *c) estrutura.*
- *d) competência.*

15. Não é atribuição da Administração Pública decorrente do poder hierárquico:

- *a) aplicar sanções disciplinares.*
- *b) anular atos ilegais praticados por órgãos inferiores.*
- *c) editar atos regulamentares.*
- *d) Avocar e/ou delegar atribuições.*

16. Pela teoria do órgão, entende-se que a vontade da pessoa jurídica manifesta-se por meio dos agentes que compõem os órgãos de sua estrutura. Por esta teoria, a vinculação da vontade entre o órgão e o agente se dá mediante:

- *a) Imputação.*
- *b) Representação.*
- *c) Mandato.*

d) Delegação.

17. Em relação às fundações instituídas pelo Poder Público, dotadas de personalidade jurídica de direito público, indicar a alternativa que contém afirmação incorreta:

a) Têm as mesmas características das entidades autárquicas.

b) Os atos de seus dirigentes não são suscetíveis de controle pelo Ministério Público.

c) A competência de foro para os litígios judiciais sempre será da Justiça Comum.

d) O seu patrimônio é impenhorável.

18. É incorreto afirmar que a sociedade de economia mista:

a) somente pode ser criada após autorização legislativa específica, assumindo a forma de sociedade anônima.

b) poderá criar subsidiárias desde que autorizada a tanto por ato legislativo específico.

c) é um cometimento estatal, personalizado, associado a capitais particulares para a consecução de fins públicos.

d) deverá sempre assumir a forma de sociedade em comandita por ações e ter maioria de capital privado.

19. Dado caber aos Ministérios aprovar os balanços, balancetes e relatórios das autarquias federais, é correto dizer que:

a) os ministros têm supervisão hierárquica sobre as autarquias.

b) tal proceder decorre do poder de supervisão ministerial, para assegurar o cumprimento dos objetivos fixados nas leis que as criaram.

c) as autarquias fazem parte da Administração Direta Federal.

d) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público com responsabilidade, perante terceiros, subsidiária ao Estado.

20. São características das autarquias:

a) personalidade jurídica pública, especialização dos fins, autonomia.

b) criação por lei, personalidade jurídica de direito público, sujeição a controle.

c) criação por lei, personalidade jurídica de direito público, desempenho de serviço público centralizado.

d) capacidade de auto-administração, personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

Enviar respostas e ver resultados

Improbidade administrativa é o ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública no Brasil, cometido por agente público, durante o exercício de função pública ou decorrente desta. Segundo Calil Simão, o ato de improbidade qualificado como administrativo (ato de improbidade administrativa), é aquele impregnado de desonestidade e deslealdade.[1]

A Lei 8.429, sancionada em 2 de junho de 1992 pelo então presidente Fernando Collor de Mello, prevê os atos característicos de improbidade administrativa. Alguns dos quais, elencados pela lei, são o dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos.[2] O dispositivo legal permite a punição de um agente público condenado por improbidade administrativa tanto na esfera cível como esfera penal do Direito, definindo como administração pública, para este fim, toda administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade pública.[3]

Sujeito ativo

A Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, define agente público, no Brasil, como:

“aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”.[4]

As entidades mencionadas referem-se a:[5]

administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território;

empresa incorporada ao patrimônio público;

entidade para cuja criação ou custeio o erário participe com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual. Caso a participação do erário seja inferior a 50%, a

sanção patrimonial limitar-se-á à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Podem ser praticados por qualquer agente público, servidor ou não. Assim, busca a lei punir não apenas o corrupto, como o corruptor.

É possível a responsabilização de qualquer pessoa, ainda que não seja considerada agente público, quando induzir ou concorrer para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiar de forma direta ou indireta (pessoas físicas e jurídicas).[6]

Agente público

Agente público é todo aquele que exerce, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Direta e Indireta. Em caso de enriquecimento ilícito, perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, com indisponibilidade de bens requerida pelo Ministério Público.

Legislações

É caracterizada, sucintamente, pela violação aos princípios da moralidade, impessoalidade e economicidade e enriquecimento ilícito no exercício, conforme previsto por lei.[7]

A Lei Federal n.° 8429/92 trata dos atos de improbidade praticados por qualquer agente público.

As disposições desta alcançam todas as pessoas qualificadas como agentes públicos, na administração direta, indireta e fundacional, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração. E também as empresas incorporadas ao patrimônio público e as entidades para criação ou custeio do erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.

São abrangidos ainda aqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem sob qualquer forma, direta ou indiretamente. Neste sentido, são equiparados a agentes públicos, ficando sujeitos às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, os responsáveis e funcionários de pessoas jurídicas de direito privado que recebam verbas públicas e promovam o seu desvio, apropriação, ou uso em desconformidade com as finalidades para as quais se deu o repasse.

Os atos incriminados são aqueles que importam vantagem ilícita, ou que causam prejuízo ao erário, ou que decorram de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, ou que atentem contra os princípios da administração pública.

As penalidades envolvem ressarcimento do dano, indisponibilidade dos bens, multa, perda do que foi obtido ilicitamente, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos (de 8 a 10 anos, conforme a hipótese) e proibição de contratar com o poder público, em seu artigo 12. inciso I da lei 8.429/92.

A Lei 8429/92 estabelece quatro espécies de atos de improbidade:

os que importam enriquecimento ilícito (art. 9.º);

os que causam lesão ao patrimônio público (art. 10);

os que decorrem de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário (art. 10-A); e

os que atentam contra os princípios da Administração Pública (art.11).

Muito embora tenham penalidades, os atos de improbidade administrativa não são considerados "crimes". Há uma grande diferença entre ato de improbidade administrativa e crime, pois se sujeitam a juízos dotados de competências distintas - cível e criminal -, não havendo, quanto à improbidade, a previsão e aplicação de penas restritivas de liberdade.

A lei não prevê punições de caráter penal, mas sim de natureza civil e política, ou seja, incluem a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, multas e reparação do dano.[7]

A Lei n.º 9.504/1997 - Lei das Eleições - define, em seu art. 73, condutas vedadas aos agentes públicos nas eleições, sendo que a prática dessas condutas é qualificada como atos de improbidade administrativa. Cuida-se de proteger a igualdade das candidaturas e a lisura dos pleitos, mediante o afastamento de interferências decorrentes do uso da máquina administrativa. A punição desses atos, sob a égide da Lei de Improbidade Administrativa, em respeito à independência das instâncias, não se dá pela Justiça Eleitoral e sim no juízo cível, ordinariamente competente para conhecer e julgar os atos de improbidade administrativa.

Devemos ter consciência de que a Legislação acima deriva da necessidade de regulamentar a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a qual dispõe sobre o regime

jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, também conhecida como Estatuto do Servidor público.

"Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

IV - improbidade administrativa;"

Denúncias

As denúncias contra Atos de Improbidade Administrativa podem advir de diversas fontes, sendo as mais comuns os servidores públicos, os mecanismos de correição dos órgãos públicos (Comissões sindicantes, Processos Administrativos, Controle Interno), o Ministério Público, os Tribunais de Contas e fontes abertas, como revistas, jornais e blogs.

É público e notório, no entanto, que os acusados de Improbidade Administrativa geralmente são pessoas poderosas e acobertadas por outros agentes.

A existência de mecanismos de apuração contra atos de improbidade administrativa não garante a correição dos atos, sendo mais comum que a impropriedade venha a caducar por protelação dos prazos, ou que o denunciante venha a sofrer represálias de modo a evitar a concretização ou continuidade da denúncia, isso quando incide conluio entre a administração e o denunciado.

Pode acontecer ainda do denunciante sofrer represálias dentro da esfera de apuração em um processo conhecido como "vitimização do acusado", de modo a dar a entender que o denunciado é uma vítima do denunciante, ou podem ainda os responsáveis pelo processo sindicante simplesmente ignorarem as denúncias e tratarem de atacar o denunciante, focando unicamente na subversão das informações que possam ser utilizadas contra o mesmo, em uma ação conhecida como "desinformação".

Isso ocorre mesmo em órgãos que deveriam zelar pela probidade e pela segurança do denunciante.

O indexador Dura Verum,[8] por exemplo, indexa a página Whistleblower,[9] que denuncia a conjuntura em que a improbidade é acobertada. Já o site Desinformação[10] apresenta detalhadamente processos em que denúncias feitas no Senado Federal se transformaram em ferramentas de coerção contra o denunciante. Outro link no mesmo indexador, A Contrainteligência no Senado Federal,[11] detalha como a improbidade foi capaz de desvirtuar ações de segurança nacional

convertendo-as em sabotagens contra a Operação Lava-jato, da Polícia Federal, fato que inclusive deu origem à Operação Métis.

Enquadramentos

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil tinha, em março de 2010, 2.002 gestores, funcionários públicos[12] e políticos enquadrados por improbidade administrativa, ou seja, já processados e julgados. A reparação ao Tesouro estava avaliada em R$147 milhões, sendo que a Justiça identificou o acréscimo ilícito de R$27 milhões a patrimônios pessoais. O Estado de São Paulo lidera o ranking, com 899 sentenciados; seguido por Minas Gerais, com 209; Paraná, com 176; Rondônia, com 103; Rio Grande do Sul, 95; e Goiás, 90.[7]

Controvérsias

O Conselho Nacional de Justiça, ao aprovar a sua Meta 18, que tinha como objetivo o julgamento, até o final de 2013, dos processos judiciais contra a administração pública e de improbidade administrativa que chegaram à Justiça até dezembro de 2011, visou não somente aos processos penais, mas também às ações civis. Com isso, trouxe o foco para um problema jurídico já antigo, qual seja, a duplicidade de procedimentos que versam sobre um mesmo fato.

A lei de improbidade administrativa é acusada de dar ampla margem ao problema da duplicidade penal quando considera, em seu art. 10, que ações por improbidade administrativa e as ações criminais contra o dano ao erário público são independentes.

Nesse sentido, um mesmo fato pode encontrar adequação típica tanto na lei de improbidade administrativa quanto na legislação penal. Diante disso, com demasiada frequência, o Ministério Público, ajuíza inquérito tanto pelo crime quanto pela improbidade, o que é questionável sob o ponto de vista de sua performance institucional e do princípio ne bis in idem.

Quanto à suposta incidência de violação ao ne bis in idem, cumpre destacar preliminarmente que esta vedação trata com efeito da impossibilidade de penalizar o mesmo cidadão duas ou mais vezes na esfera jurídico-criminal. Ou seja, a duplicidade aqui exposta - que diz respeito a ações cíveis e criminais sobre o mesmo fato típico - não está a priori na alçada do ne bis in idem.

Inclusive, utiliza-se frequentemente a exegese do art. 935 do Código Civil para aferir a relevância da duplicidade. O texto legal em comento estabelece o princípio da

independência e a influência da coisa julgada do processo criminal sobre a ação cível "não se podendo mais questionar a existência do fato e sua autoria quando já estiverem decididas no juízo criminal"[13].

Afinal, o princípio da independência das esferas, ao passo que estabelece a particular possibilidade de condenação do agente em uma esfera e a absolvição em outra, em razão da mesma prática irregular, admite o prosseguimento de ambos os feitos sem o compartilhamento dos elementos probatórios, isto é, resta a repetição de todas as provas nos diferentes processos.

Contudo, e essa é a crítica principal, a dinâmica proposta pelo ordenamento é diversa daquela que se afigura nos casos de duplicidade. É fundamentalmente, por conta deste resguardo normativo e cultural que, a dupla responsabilização em processos de improbidade administrativa não é tratada como um grande problema para o ordenamento jurídico brasileiro. Mas essa é uma discussão que apresenta muitas nuances que merecem ser debatidas.

Para Walter Bittar, o ne bis in idem é um princípio geral do direito e, consequentemente, "não se pode conceber a existência de dois procedimentos persecutório com idênticos objetivos contra o eventual investigado"; isso porque "ambos possuem a mesma natureza, objetivo e fundamento jurídico, sendo improdutiva e inoportuna a existência de dois inquéritos tramitando na busca da mesma prova e sancionando duas vezes o mesmo investigado".

QUESTÃO 71. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e à sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A legitimidade da Fazenda Pública para o ajuizamento de ações por improbidade administrativa é ordinária, já que ela atua na defesa de seu próprio patrimônio público. A legitimidade do Ministério Público, por sua vez, é extraordinária.

b) A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade. Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.

c) É constitucional a utilização da colaboração premiada, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência

da pessoa jurídica interessada. O posicionamento contrário do interveniente impede a celebração da colaboração.

d) O princípio da retroatividade da lei penal (inciso XL do artigo 5º da Constituição República) não tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa, por ausência de expressa previsão legal e sob pena de desrespeito à constitucionalização das regras rígidas de regência da Administração Pública e responsabilização dos agentes públicos corruptos com flagrante desrespeito e enfraquecimento do direito administrativo sancionador.

Parte superior do formulário

Com relação ao tema Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

B) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.

C) O ordenamento jurídico contempla apenas hipóteses dolosas de improbidade administrativa.

D) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Com base na Lei n.° 8.429/1992, julgue o item.

É admitido, em sede de improbidade, acordo de não persecução cível.

C) Certo

E) Errado

Suponhamos que Mévio, técnico administrativo municipal, recebeu - para si - dinheiro a título de gratificação pelos seus serviços prestados na competência de seu trabalho. Esta gratificação foi dada pela empresa Mercados S.A. por ter sido diretamente beneficiada pelo serviço realizado pelo Mévio decorrente das suas atribuições de agente público. Neste caso, assinale a alternativa CORRETA.

A) Não há ilegalidade em Mévio receber gratificação pelos seus serviços prestados decorrente das suas atribuições de agente público.

B) O ato narrado não constitui ato de improbidade administrativa.

C) O ato narrado é ilegal e constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito.

D) O ato narrado é legal e moral.

Parte superior do formulário

No que diz respeito à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as afirmativas a seguir:
I. Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos. II. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado. III. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano. IV. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações legais.
É correto o que se afirma

A) apenas em I e III.

B) apenas em II, III e IV.

C) apenas em I, II e III.

D) apenas em I e II.

Parte superior do formulário

Em determinada ação de improbidade administrativa, após analisar a manifestação do requerido, constatou-se que não houve participação de qualquer servidor público na prática do ato ilícito. Considerando este caso hipotético, nos termos da Lei nº 8.429/92:

A) A ação deve ser rejeitada pelo juiz.

B) A ação prosseguirá contra o beneficiário do ato.

C) O juiz deve remeter a ação para o Tribunal de Justiça.

D) O juiz deve receber a inicial e citar a Administração Pública.

Processo Administrativo

Um procedimento administrativo, trâmite administrativo ou processo administrativo é a sequência de atividades da Administração, interligadas entre si, que visa a alcançar determinado efeito final previsto em lei[1] Trata-se do modo como a Administração Pública toma suas decisões, seja por iniciativa de um particular, seja por iniciativa própria.

É o equivalente no Poder Judiciário ao processo judicial.

Por país

Brasil

No Brasil, a norma que trata das diretrizes gerais do procedimento administrativo no âmbito público federal é a Lei n.º 9.784 de 1999, a qual se aplica a todos entes da Administração Pública direta e indireta federais. Além disso, o STJ tem reconhecido a aplicação desta lei federal para entes estaduais e municipais que ainda não aprovaram leis próprias.

O procedimento administrativo, como espécie do gênero processo de direito, é um conjunto de atos administrativos, sucessivos e concatenados, praticados pela Administração Pública com o objetivo de satisfazer determinadas finalidades de interesse público. Suas disposições têm aplicabilidade obrigatória apenas sobre a Administração Pública direta e indireta, incluindo os 3 poderes da união, restando os demais entes da federação como corolário fora de sua abrangência. São órgãos todas as unidades de atuação desprovidas de personalidade jurídica, integrantes de estrutura organizacional da Administração Pública direta e indireta. Quando direta pertencem à estrutura do Estado, caso pertençam a Administração indireta encontra-se dentro das estruturas das autarquias, associações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista. Entidades são todas as unidades personalizadas precisamente por serem pessoas jurídicas, como as autarquias, associações públicas, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e, evidentemente, o próprio Estado. As entidades são sujeitos de direitos e obrigações diferentemente dos órgãos.

Dentre as modalidades de processo administrativo, estão: de expediente, de outorga, de controle e punitivo

Processo administrativo é a sequência de atividades da Administração, interligadas entre si, que visa a alcançar determinado efeito final previsto em lei, trata-se do modo como a Administração Pública toma suas decisões, seja por iniciativa de um particular, seja por iniciativa própria.

No Brasil, a Lei que trata das diretrizes gerais do procedimento administrativo é a Lei n.º 9.784 de 1999, a qual se aplica a todos entes da Administração Pública direta e indireta federais. Além disso, o STJ tem reconhecido a aplicação desta lei federal para entes estaduais e municipais que ainda não aprovaram leis próprias.

A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 regula o procedimento administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O procedimento administrativo, como espécie do gênero processo de direito, é um conjunto de atos administrativos, sucessivos e concatenados, praticados pela Administração Pública com o objetivo de satisfazer determinadas finalidades de interesse público. Suas disposições têm aplicabilidade obrigatória apenas sobre a Administração Pública direta e indireta, incluindo os 3 poderes da união, restando os demais entes da federação como corolário fora de sua abrangência. São órgãos todas as unidades de atuação desprovidas de personalidade jurídica, integrantes de estrutura organizacional da Administração Pública direta e indireta. Quando direta pertencem à estrutura do Estado, caso pertençam a Administração indireta encontra-se dentro das estruturas das autarquias, associações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista. Entidades são todas as unidades personalizadas precisamente por serem pessoas jurídicas, como as autarquias, associações públicas, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e, evidentemente, o próprio Estado. As entidades são sujeitos de direitos e obrigações diferentemente dos órgãos.

O processo é a forma de atuação do Estado. Atos estatais não surgem "do nada". Sempre derivam de um processo decisório que, em um Estado de Direito, deve ser formalizado, por intermédio de atos que se sucedem no tempo, e que visam à edição de um ato final. Processo é, pois, o mecanismo por intermédio do qual o poder estatal se materializa em atos.

2 Desenvolvimento

Não se confunde processo com procedimento. Processo é o instrumento indispensável para o exercício de função administrativa, de acordo com Di Pietro. Ou seja, tudo que a administração pública faz, operações materiais ou atos jurídicos, fica documentado em um processo; cada vez que for tomar uma decisão, o ato final é sempre precedido de uma série de atos materiais ou jurídicos, consistentes em estudos, pareceres, laudos, enfim, tudo o que for necessário para instruir, preparar e fundamentar o ato final objetivado pela Administração.

O procedimento, por sua vez, é o conjunto de formalidades que devem ser observadas para a prática de certos atos administrativos. Ou seja, trata-se do rito, a forma de proceder; o procedimento se desenvolve dentro de um processo administrativo.

A Constituição de 1988 trouxe um novo status para o processo administrativo. A inclusão dos incisos LIV e LV do art. 5º da Constituição Federal no sistema jurídico brasileiro foi um verdadeiro marco, pois se assegurou, por intermédio desses dispositivos, a observância obrigatória dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa no processo administrativo.

É necessário ressaltar que o inciso LV do art. 5º da Constituição Federal utiliza a expressão "processo administrativo". A existência de processo perante a administração pública é, portanto, reconhecida constitucionalmente.

Outro marco importante na legislação foi a edição da Lei 9.784/1999. Conforme se verifica pela ementa, a lei "regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal". O art. 1º repete a ementa ao dispor:

"Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

§ 1º Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa."

Referida lei, portanto, estabelece normas gerais acerca do processo administrativo federal, sendo que, nos termos de seu art. 69, "os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei".

É importante notar que o âmbito de incidência fica restrito à União Federal. A maior parte da doutrina brasileira louvou essa opção do legislador, pois, tradicionalmente, no

direito brasileiro se afirma que a competência para editar normas sobre processo administrativo é inerente a cada um dos entes federativos. Retirar-lhes a capacidade de editar normas sobre esse tema equivaleria a suprimir a autonomia que lhes foi assegurada constitucionalmente.

Um novo marco legislativo acerca do tema foi o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) que estipula em seu art. 15:

"Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente."

Vê-se que, inexistindo normas a regular o processo administrativo, serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as regras do Código de Processo Civil.

É preciso notar que as normas do Código de Processo Civil não serão aplicadas à União Federal. A razão dessa afirmação é que o conteúdo do dispositivo é claro ao estabelecer que apenas será aplicado na "ausência de normas" que regulam o processo administrativo. O processo administrativo federal, no entanto, é amplamente regulado por leis específicas e pela Lei 9.784/1999 que estabelece regras gerais. Não há, portanto, lacuna normativa a ser preenchida pelo Código de Processo Civil.

A lei, portanto, refere-se a estados e municípios. Esse fato põe o problema acerca da constitucionalidade dessa previsão legal. É certo que há estados e, principalmente, municípios que não dispõem de regras gerais sobre processo administrativo. O problema vinha sendo resolvido por intermédio da aplicação direta de princípios constitucionais e da aplicação por analogia da Lei 9.784/1999.

O Código de Processo Civil tenta solucionar o problema determinando expressamente sua aplicação no caso de inexistência de regulamentação específica. Ao assim dispor, parece seguir a corrente majoritária que prevê que cada ente federativo pode legislar com autonomia acerca do processo administrativo. A existência de lei específica de cada ente federado supriria a lacuna legislativa e retiraria a incidência da Lei 13.105/2015.

É preciso, contudo, repensar a doutrina tradicional acerca da competência para editar normas acerca de processo administrativo. Faz-se essa afirmação porque reconhecer que perante a administração pública há processo, e não mero procedimento, traz consequências jurídicas de monta. Significa dizer que é da União Federal a competência

para editar normas sobre processo administrativo. A competência privativa da União dá-se em virtude do disposto no inciso I do art. 22 da Constituição Federal que assim dispõe:

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (...)"

Embora, conforme já se afirmou anteriormente, as palavras sejam os rótulos, possuem sempre uma carga semântica mínima, e ela traz consequências jurídicas. Significa dizer, portanto, que compete à União Federal legislar privativamente sobre processo. É, contudo, matéria de competência concorrente, nos termos do art. 24 da Constituição Federal legislar sobre procedimentos em matéria processual. Nessa matéria, em virtude do disposto no § 1º do mesmo artigo, a União deverá editar normas gerais que serão suplementadas pelos estados, que possuem competência para editar normas específicas, conforme dispõe o § 2º do mesmo artigo. Inexistindo normas gerais em lei federal, os estados exercerão competência legislativa plena até que sobrevenha norma federal geral. Essas disposições estão previstas nos §§ 3º e 4º do mesmo dispositivo. Esse entendimento se coaduna com o que foi até aqui exposto, ou seja, o procedimento é o iter.

A competência legislativa dos Municípios nessa matéria surgirá apenas quando houver um assunto de interesse eminentemente local nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal. Esse entendimento, além de encontrar suporte constitucional, traz o benefício de uma uniformidade legislativa no país. Possibilitaria, a exemplo do que ocorre em outros países, a edição de um Código de Processo Administrativo,[16] que traria uma disciplina homogênea ao tema.[17]

Evitaria que o cidadão se sujeite à legislação federal, às dezenas de legislações estaduais e às milhares de legislações municipais disciplinando algo que deveria ser único: o modo de o cidadão dirigir-se ao "Estado-administração" na defesa de seus direitos e dos interesses da coletividade. Isso poderia contribuir para resolver na instância administrativa muitos dos litígios que acabam sendo levados ao Judiciário.[18]

Solucionaria, também, em uma única penada legislativa, as dificuldades ocasionadas pela ausência de disciplina legal acerca do tema. Evitar-se-iam, com isso, os problemas denunciados por Cármen Lúcia Antunes Rocha:

"É nessa cultura administrativa antidemocrática que se releva a importância do processo administrativo, especialmente o disciplinar, para o administrado. É que se não estiver juridicamente amparada a competência e formalmente realizada a atividade processual da Administração Pública surge o que pode ser considerado um "poder punitivo informal" exercido antijuridicamente por administradores atuando abusivamente. A competência disciplinar, no exercício da qual pode haver punição de algum responsável, é jurídico, formal e objetivo. O que é uma manifestação da responsabilidade estatal é funcional e uma garantia de que o princípio da responsabilidade com a sociedade, com a Administração Pública surge o que pode ser considerado um "poder punitivo informal" exercido antijuridicamente por administradores atuando abusivamente. A competência disciplinar, no exercício da qual pode haver punição de algum responsável, é jurídico, formal e objetivo. O que é uma manifestação da responsabilidade estatal e funcional e uma garantia de que o princípio da responsabilidade com a sociedade, com a Administração Pública e segundo o Direito será obedecido converte-se, então, em irresponsabilidade do agente descuidado em processar ou abusivo ao punir sem formalidade e sem processo.

O processo administrativo é que estampa a responsabilidade administrativa e permite que o exercício dessa atividade seja controlado em sua juridicidade e em sua legitimidade, pelo que não pode se dar o seu desempenho de maneira informal. Qualquer comportamento administrativo, especialmente aquele que tangencia direitos específicos além do interesse público que define a sua adequação, deve ser desempenhado mediante processo, atendidos nesse os princípios fundamentais que quanto a ele estabelece o sistema jurídico".

Há, portanto, além de uma razão jurídica, uma razão prática para que a União Federal seja competente para editar normas em matéria de processo administrativo.

É certo, contudo, que a opinião do autor é minoritária. Grandes nomes do direito administrativo brasileiro seguem um entendimento oposto. Destaca-se que a própria ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, que aponta no excerto transcrito os problemas decorrentes da ausência de normas sobre processo administrativo, é contrária a essa tese, conforme se vê pelo seguinte trecho:

"Quanto à questão da competência para cuidar do tema em sede infraconstitucional, a organização federativa brasileira não permite que haja lei nacional sobre o tema. A autonomia administrativa, que caracteriza o princípio federativo dominante da forma

de estado adotada no Brasil, tem a sua afirmação rigorosa na garantia de um espaço próprio de cada entidade federada (Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) para estruturar a sua organização e a sua forma de atuação, observados os princípios constitucionais. O processo administrativo, como instrumento de ação adotado pela Administração Pública garantido em seus princípios fundamentais na Constituição Federal, tem o seu esboço infraconstitucional firmado pela legislação elaborada pelas diferentes pessoas políticas, cada qual seguindo as diretrizes que melhor se adaptem às suas condições.

A autonomia administrativa limita-se pela definição constitucional da competência política de cada pessoa federada. Essa competência manifesta-se, fundamentalmente, pela capacidade de auto-organizar-se e autogovernar-se segundo suas próprias Constituições e leis que adotarem (art. 25, da Constituição brasileira, de 1988). Todavia, a adoção dessa legislação estadual e municipal e, em especial, a que concerne à matéria administrativa - em cuja seara se tem o cuidado legislativo do processo administrativo - tem os seus limites estabelecidos no próprio sistema constitucional, pelo que tudo quanto desborde tais balizas ou transgrida direito fundamental constitucionalmente assegurado é inválido juridicamente. Assim, os princípios constitucionais processuais são fundamentos necessários da legislação sobre processo administrativo a serem tomados em consideração e acatados, em sua integralidade material e formal, pelo legislador estadual e municipal.

Dois dispositivos constitucionais referem-se à competência das entidades políticas para legislar sobre matéria processual: o art. 22, I, estabelece que compete privativamente à União legislar sobre... direito... processual...", enquanto o art. 24, XI, reza que "compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre... procedimentos em matéria processual'.

Poder-se-ia imaginar que tendo a Constituição da República garantido "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral... o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes", o direito processual passou a incluir, necessariamente no sistema positivo nacional o processo administrativo. Nem se poderia excluí-lo do domínio do direito processual por se ter nele o desfibramento da garantia constitucional, a ser objeto de cuidado infraconstitucional específico. Tal assertiva - que parece correta em face da dicção constitucional - poderia, à primeira vista, fazer supor que então o direito processual administrativo teria que ser objeto de

legislação infraconstitucional pela União, privativamente, ou, quanto aos procedimentos, concorrentemente pela pessoa federal, pelos Estados-membros e pelo Distrito Federal. Tal, porém, não ocorre. É que, sendo sistema, a Constituição somente pode ser entendida na globalidade de suas normas, especialmente a partir daquelas que veiculam princípios. Ora, um dos princípios mais fortes e vinculantes do sistema constitucional brasileiro é exatamente o federativo (cf., por exemplo, o art. 60, § 4º). Esse princípio é formulado a partir da garantia da autonomia política e administrativa das entidades que compõem a federação. Carente dessa autonomia o que se tem não é senão o que Paulo Bonavides já apelidou de 'federação de opereta'. Se o processo administrativo, instrumentalizador das condutas administrativas e somente utilizado para a garantia dos direitos subjetivos do cidadão e do administrado em geral, não fosse inserido no espaço de competência própria e autônoma de cada entidade federada, como se possa que a autoadministração dessa pessoa estaria garantida? Como dizer autônoma para organizar a sua própria administração quem não dispõe de autonomia política para legislar sequer sobre o processo a ser seguido no exercício dessa matéria? Assim, tanto o processo administrativo quanto os procedimentos que lhe são inerentes são objetos precípuos de tratamento autônomo de cada qual das entidades da federação brasileira e a referência à legislação processual que compete privativamente à União, por definição constitucional expressa, é tão-somente aquela correspectiva à unidade do direito processual judicial (civil ou penal)".

Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, devendo ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

O prazo previsto pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

A intimação deverá conter: a) identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa; b) finalidade da intimação; c) data, hora e local em que deve comparecer; d) se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar; e) informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento; f) indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento, e pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

O direito à ampla defesa é uma garantia constitucional protegida que assegura ao cidadão o direito ao exercício da sua defesa diante de uma demanda que estiver propondo seja perante o Judiciário, mas também em relação à administração pública.

Será garantido direito à ampla defesa no prosseguimento do processo administrativo ao interessado.

As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os dados necessários à decisão do processo.

Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.

Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

Conforme já consagrado no ordenamento do direito civil, o ônus da prova cabe a quem a alega.

Em relação ao processo administrativo, o referido instituto se aplica ao interessado o qual deverá apresentar a prova dos fatos que tenha alegado sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução.

No caso de o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

O interessado poderá na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se entender relevante à matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

E ainda se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

Conclusão

O Estado Democrático de Direito pressupõe uma ordem legítima e legalizada, a procedimentalização do agir da Administração Pública encerra um "método democrático". Assim, o ordenamento jurídico confere à Administração um ônus argumentativo, qual seja, o de justificar e demonstrar a formação de uma "vontade administrativa" em função dos direitos e garantias fundamentais

No âmbito do processo administrativo, ocasionando por parte do administrado uma constante busca pelo judiciário, não se pode negar a qualidade do processo administrativo enquanto instrumento de garantia quanto à efetivação de direitos fundamentais num Estado Democrático de Direito, bem como de garantia do cidadão, em relação à Administração Pública.

A respeito dos prazos fixados na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa incorreta.

○ *a)*

É de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

b)

A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data do comparecimento.

c)

Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

d)

O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de quinze dias, o encaminhará à autoridade superior.

e) O direito da Administração de anular os atos administrativos que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Parte superior do formulário

De acordo com a Lei 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, responda assinalando a alternativa correta no que diz respeito aos atos do processo:

a) O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

b) O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

c) A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

d) Os atos do processo podem ser produzidos por escrito, em vernáculo, podendo não constar a data e o local de sua realização, mas sem Considerar o disposto na Lei nº 9.784/99 e suas alterações, é INCORRETO afirmar:

a) O administrado tem o direito perante a Administração de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.

b) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação legalmente admitidos, a exemplo da decisão de recursos administrativos.

c) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

d) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando, por exemplo, dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.

com a assinatura da autoridade responsável.

Conforme a Lei n.º 9.784/1999, julgue o item.

É vedada a renúncia total de competência legal, mas é admitida a renúncia parcial.

Certo

Errado

A propósito do recurso administrativo tratado na Lei Federal n° 9.784/99, que regula o processo administrativo,

assinale a alternativa correta.

a)

O recurso será dirigido à autoridade superior que proferiu a decisão.

b) A interposição de recurso administrativo, em regra, depende de caução.

c) O recurso administrativo tramitará, no máximo, por duas instâncias administrativas.

d) Salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo.

e)

Têm legitimidade para interpor recurso administrativo aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.

De acordo com a lei de processos administrativos, um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente

subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Com relação aos aspectos relativos à delegação de competência, que devem ser observados nos processos administrativos, analise as assertivas abaixo.

I – O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação.
II – O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegada.
III – O ato de delegação e sua revogação poderão ser publicados no meio oficial.

Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que apenas:

- *a) II e III são verdadeiras.*
- *b) I e II são verdadeiras.*
- *c) I e III são verdadeiras.*
- *d) II é verdadeira.*
- *e) I é verdadeira.*

Parte superior do formulário

De acordo com a Lei 9.784/1999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, responda assinalando a alternativa correta no que diz respeito aos atos do processo:

- *a) O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.*
- *b) A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.*
- *c) Os atos do processo podem ser produzidos por escrito, em vernáculo, podendo não constar a data e o local de sua realização, mas sempre com a assinatura da autoridade responsável.*
- *d) O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.*

Parte inferior do formulário

Parte superior do formulário

A expressão processo administrativo é utilizada em sentidos diferentes. Analise as questões abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Designa o conjunto de papéis e documentos organizados numa pasta e referentes a um dado assunto de interesse do funcionário ou da administração.

II. Anônimo de processo disciplinar, pelo qual se apuram as infrações administrativas e se punem os infratores.

III. Designa o conjunto de atos coordenados para a solução de uma controvérsia no âmbito administrativo.

IV.Abrange atos preparatórios de uma decisão inicial da Administração.

A sequência correta é:

- *a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.*
- *b) Somente a assertiva III está correta.*
- *c) As assertivas I, II e III estão corretas.*
- *d) As assertivas I e III estão corretas.*

Parte inferior do formulário

Parte inferior do formulário

A Lei n.º 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da administração direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. No que se refere aos ditames do referido ato normativo, julgue o item.

O início do processo administrativo depende de requerimento inicial do interessado, o qual deve ser formulado por escrito e conter o órgão ou a autoridade administrativa a que se dirige.

- *Certo*

Errado

A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

No que se refere aos seus dispositivos, é correto afirmar que

a) o administrado, sem prejuízo de outros direitos que lhe sejam assegurados, obrigatoriamente, será representado por advogado perante a Administração.

b) é um dever do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo, falar a verdade por ocasião da sua defesa.

c) o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito.

d) O processo administrativo deverá ser iniciado a pedido do interessado, não se admitindo a instauração de ofício.

MATEMÁTICA

Chamamos de Números Reais o conjunto de elementos, representado pela letra maiúscula R, que inclui os:

Números Naturais (N): N = {0, 1, 2, 3, 4, 5,...}

Números Inteiros (Z): Z= {..., -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3,...}

Números Racionais (Q): Q = {...,1/2, 3/4, –5/4...}

Números Irracionais (I): I = {...,√2, √3,√7, 3,141592....}

Conjunto dos Números Reais

Para representar a união dos conjuntos, utiliza-se a expressão:

R = SUZUKI ou R = Q U I

Onde:

R: Números Reais

N: Números Naturais

U: União

Z: Números Inteiros

Q: Números Racionais

I: Números Irracionais

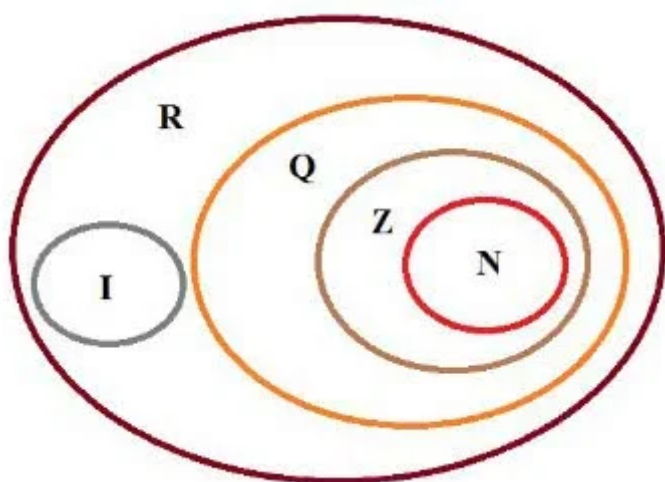



Diagrama dos conjuntos numéricos

Ao observar a figura acima, podemos concluir que:

O conjunto dos números Reais (R) engloba 4 conjuntos de números: Naturais (N), Inteiros (Z), Racionais (Q) e Irracionais (I)

O conjunto dos números Racionais (Q) é formado pelos conjuntos dos Números Naturais (N) e dos Números Inteiros (Z). Por isso, todo Número Inteiro (Z) é Racional (Q), ou seja, Z está contido em Q.

O Conjunto dos Números Inteiros (Z) inclui os Números Naturais (N); em outras palavras, todo número natural é um número inteiro, ou seja, N está contido em Z.

Questão 1

Qual a proposição abaixo é verdadeira?

a) Todo número inteiro é racional e todo número real é um número inteiro.
b) A intersecção do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais tem 1 elemento.
c) O número 1,83333 é um número racional.
d) A divisão de dois números inteiros é sempre um número inteiro.

Ver Resposta

Alternativa correta: c) O número 1,83333 é um número racional.

Vamos analisar cada uma das afirmações:

a) Falsa. Realmente todo número inteiro é racional, pois pode ser escrito na forma de fração. Por exemplo, o número - 7, que é inteiro pode ser escrito, na forma de fração,

como -7/1. Contudo, nem todo número real é inteiro, por exemplo 1/2 não é um número inteiro.

b) Falsa. O conjunto dos números racionais não possui nenhum número em comum com os irracionais, pois um número real ou é racional ou é irracional. Portanto, a intersecção é um conjunto vazio.

c) Verdadeira. O número 1,83333 é um dízima periódica, pois o algarismo 3 se repete infinitamente. Esse número pode ser escrito na forma de fração como 11/6, portanto é um número racional.

d) Falsa. Por exemplo, 7 dividido por 3 é igual a 2,33333..., que é uma dízima periódica, logo não é um número inteiro.

Questão 2

O valor da expressão abaixo, quando a = 6 e b = 9, é:

a) um número natural ímpar
b) um número que pertence ao conjunto dos números irracionais
c) não é um número real
d) um número inteiro cujo módulo é maior que 2

Ver Resposta

Alternativa correta: d) um número inteiro cujo módulo é maior que 2.

Primeiro vamos substituir as letras pelos valores indicados e resolver a expressão:

Note que (- 6)2 é diferente de - 62, a primeira operação pode ser feita como: (-6)2 = (-6) . (- 6) = 36. Já sem os parênteses, apenas o 6 está elevado ao quadrado, ou seja - 62 = - (6.6) = -36.

Continuando a resolução, temos:

Observe que, como o índice da raiz é um número ímpar (raiz cúbica), existe raiz de número negativo no conjunto dos números reais. Se o índice da raiz fosse um número par, o resultado seria um número complexo.

Agora, vamos analisar cada uma das opções apresentadas:

A opção a está errada, pois a resposta é um número negativo que não faz parte do conjunto dos números naturais.

O número - 3 não é um decimal não periódico infinito, portanto, não é um irracional, logo a letra b também não é a solução correta.

A letra c também está errada, pois o número - 3 é um número pertencente ao conjunto dos números reais.

A opção correta só pode ser a letra d e realmente o resultado da expressão é um número inteiro e o módulo de -3 é 3 que é maior que 2.

Questão 3

Nos conjuntos (A e B) no quadro abaixo, qual alternativa representa uma relação de

inclusão?

Ver Resposta

Alternativa correta: a)

A alternativa "a" é a única em que um conjunto está incluído em outro. O conjunto A inclui o conjunto B ou o conjunto B está incluído em A.

Questão 4

Temos o conjunto A = {1, 2, 4, 8 e 16} e o conjunto B = {2, 4, 6, 8 e 10}. De acordo com a alternativa, onde estão localizados os elementos 2, 4 e 8?

Ver Resposta ☐

Alternativa correta: c).

Os elementos 2, 4 e 8 são comuns aos dois conjuntos. Por isso, estão localizados no subconjunto A ∩ B (A intersecção com B).

Questão 5

Dados os conjuntos A, B e C, qual imagem representa A U (B ∩ C)?

☐ *Alternativa correta: d)*

A única alternativa que satisfaz a condição inicial de B ∩ C (por conta dos parênteses) e, posteriormente, a união com A.

Questão 6

Uma pesquisa foi realizada para conhecer o hábito de compra dos consumidores em relação a três produtos. A pesquisa obteve os seguintes resultados:

40% compram o produto A.

25% compram o produto B.

33% compram o produto C.

20% compram os produtos A e B.

5% compram os produtos B e C.

19% compram os produtos A e C.

2% compram os três produtos.

Com base nesses resultados, responda:

a) Qual a porcentagem de entrevistados que não compram nenhum desses produtos?
b) Qual a porcentagem de entrevistados que compram o produto A e B e não compram o produto C?
c) Qual a porcentagem de entrevistados que compram pelo menos um dos produtos?

Ver Resposta

Respostas:
a) 44% dos entrevistados não consome nenhum dos três produtos.
b) 18% das pessoas que consomem os dois produtos (A e B) não consomem o produto C.
c) 56% dos entrevistados consomem pelo menos um dos produtos.

Para resolver esse problema, vamos fazer um diagrama para melhor visualizar a situação.

Devemos começar sempre pela intersecção dos três conjuntos. Depois vamos incluir o valor da intersecção de dois conjuntos, e por fim, a porcentagem de pessoas que só compram uma única marca de produto.

Percebe-se que no valor da porcentagem dos que consomem dois produtos, também está incluído a porcentagem das pessoas que consomem os três produtos.

Por isso, no diagrama indicamos a porcentagem de quem consome apenas dois produtos. Para tal, devemos subtrair a porcentagem de quem consome os três produtos da que consome dois.

Por exemplo, a porcentagem indicada que consome o produto A e o produto B é de 20%, entretanto neste valor está contabilizado os 2% relativos a quem consome os três produtos.

Fazendo a subtração desses valores, ou seja 20% - 2% = 18%, encontramos a porcentagem de consumidores que compram os produtos A e B apenas.

Considerando esses cálculos, o diagrama para a situação descrita ficará conforme a figura abaixo:

Com base neste diagrama, podemos agora passar a responder às perguntas propostas.

a) A porcentagem de quem não comprar nenhum produto é igual ao todo, ou seja 100% tirando que consome algum produto. Assim, devemos fazer o seguinte cálculo:

100 - (3 + 18 + 2 + 17 + 2 + 3 + 11) = 100 - 56 = 44%

Logo, 44% dos entrevistados não consome nenhum dos três produtos.

b) A porcentagem dos consumidores que compram o produto A e B e não compram o produto C é encontrada fazendo a subtração:

20 - 2 = 18%

Portanto, 18% das pessoas que consomem os dois produtos (A e B) não consomem o produto C.

c) Para encontrar a porcentagem das pessoas que consomem pelo menos um dos produtos, basta somar todos os valores que constam no diagrama. Assim, temos:

3 + 18 + 2 + 17 + 2 + 3 + 11 = 56%

Desta forma, 56% dos entrevistados consomem pelo menos um dos produtos.

Questão 7

No intervalo , os múltiplos de dois formam o conjunto A. No intervalo , os múltiplos de três formam o conjunto B.

a) Determine o conjunto C formado pelos elementos que pertencem a A e B, simultaneamente.

b) Determine o conjunto numérico ao qual o conjunto C está contido.

Ver Resposta

Respostas:

a) Os números que pertencem simultaneamente aos dois conjuntos é a interseção entre A e B.

Assim, os elementos de C são os múltiplos comuns a 2 e 3 que pertencem ao intervalo que o determina.

Para facilitar a visualização, vamos localizar estes números na reta numérica, fazendo uma aproximação da segunda casa decimal.

Fazendo uma representação esquemática:

Assim, o conjunto C, está compreendido entre 11,3 e 23,8. Os múltiplos comuns a 2 e 3 compreendidos neste intervalo, são:

M(2) = {12, 14, 16, 18, 20, 22}

M(3) = {12, 15, 18, 21}

b) O conjunto C está contido no conjunto Z, dos números naturais.

Questão 8

(Enem/2004) Um fabricante de cosméticos decide produzir três diferentes catálogos de seus produtos, visando públicos distintos. Como alguns produtos estão presentes em mais de um catálogo e ocupam uma página inteira, ele resolve fazer uma contagem para diminuir os gastos com originais de impressão. Os catálogos C1, C2 e C3 terão, respectivamente, 50, 45 e 40 páginas. Comparando os projetos de cada catálogo, ele verifica que C1 e C2 terão 10 páginas em comum; C1 e C3 terão 6 páginas em comum; C2 e C3 terão 5 páginas em comum, das quais 4 também estarão em C1. Efetuando os cálculos correspondentes, o fabricante concluiu que, para a montagem dos três catálogos, necessitará de um total de originais de impressão igual a:

a) 135

b) 126

c) 118

d) 114

e) 110

Ver Resposta

Alternativa correta: c)118

Podemos resolver essa questão construindo um diagrama. Para isso, vamos começar com as páginas que são comuns dos três catálogos, ou seja, 4 páginas.

A partir daí, indicaremos os valores, subtraindo os que já foram contabilizados. Assim, o diagrama ficará conforme indicado abaixo:

Os valores foram encontrados fazendo os seguintes cálculos:

Intersecção C1, C2 e C3 : 4

Intersecção C2, C3: 5 - 4 = 1

Intersecção C1 e C3 : 6 - 4 = 2

Intersecção C1 e C2 : 10 - 4 = 6

Apenas C1: 50 - 12 = 38

Apenas C2: 45 - 11 = 34

Apenas C3: 40 - 7 = 33

Para encontrar o número de páginas, basta somar todos esses valores, ou seja:

4 + 1 + 2 + 6 + 38 +34 + 33 = 118

Questão 9

(Enem/2017) Neste modelo de termômetro, os filetes registram as temperaturas mínima e máxima do dia anterior e os filetes na cor cinza registram a temperatura ambiente atual, ou seja, no momento da leitura do termômetro.

Por isso ele tem duas colunas. Na esquerda, os números estão em ordem crescente, de cima para baixo, de -30 ºC até 50 ºC. Na coluna da direita, os números estão ordenados de forma crescente, de baixo para cima, de -30 ºC até 50 ºC.

A leitura é feita da seguinte maneira:

A temperatura mínima é indicada pelo nível inferior do filete preto na coluna da esquerda.

A temperatura máxima é indicada pelo nível inferior do filete preto na coluna da direita.

A temperatura atual é indicada pelo nível superior nos filetes cinzas nas duas colunas.

Qual é a temperatura máxima mais aproximada registrada nesse termômetro?

a) 5 ºC

b) 7 ºC

c) 13 ºC

d) 15 ºC

e) 19 ºC

Ver Resposta

Alternativa correta: e) 19 ºC

Para resolver a questão, basta fazer a leitura da escala da coluna da direita do filete preto, que representa o registro da temperatura máxima.

Questão 10

(Enem /2017) O resultado de uma pesquisa eleitoral, sobre a preferência dos eleitores em relação a dois candidatos, foi representado por meio do Gráfico 1.

Ao ser divulgado esse resultado em jornal, o Gráfico 1 foi cortado durante a diagramação, como mostra o Gráfico 2.

Apesar de os valores apresentados estarem corretos e a largura das colunas ser a mesma, muitos leitores criticaram o formato do Gráfico 2 impresso no jornal, alegando que houve prejuízo visual para o candidato B. A diferença entre as razões da altura da coluna B pela coluna A nos gráficos 1 e 2 é:

a) 0

b) 1/2

c) 1/5

d) 2/15

e) 8/35

Ver Resposta

Alternativa correta: e) 8/35

Para resolver a questão, primeiro precisamos encontrar a razão entre a altura da coluna B pela coluna A nos dois gráficos. Essas razões são encontradas contando quantas divisões tem em cada coluna.

Note que no gráfico 1 a coluna A está dividida em 7 "pedaços" iguais, já a coluna B em 3. No gráfico 2 a coluna A está dividida em 5 "pedaços" iguais e a coluna B em apenas 1.

Portanto, as frações que representam as razões da altura da coluna B pela coluna A pode ser indicada por

Agora basta resolver a subtração entre essas duas frações, Assim, temos:

Questão 11

(Enem/2018) Para criar um logotipo, um profissional da área de design gráfico deseja construí-lo utilizando o conjunto de pontos do plano na forma de um triângulo, exatamente como mostra a imagem.

Para construir tal imagem utilizando uma ferramenta gráfica, será necessário escrever algebricamente o conjunto que representa os pontos desse gráfico.

Esse conjunto é dado pelos pares ordenados $(x ; y) \in \mathbb{N} \times \mathbb{N}$*, tais que*

a) $0 \leq. x \leq y \leq 10$

b) $0 \leq y \leq x \leq 10$

c) $0 \leq x \leq 10, 0 \leq y \leq 10$

d) $0 \leq x + y \leq 10$

e) $0 \leq x + y \leq 20$

Ver Resposta

Alternativa correta: b) $0 \leq y \leq x \leq 10$

Note que a figura expressa na questão, tanto no eixo y como no x, compreende os números naturais ($\mathbb{N} \times \mathbb{N}$) *entre 0 e 10. Temos que:* $0 \leq y \leq 10$ *e* $0 \leq x \leq 10$.

Assim: $y = (0,1,2,3,4,5,6,7,8,9,10)$ *e* $x = (0, 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10)$. *Entretanto, a figura representada é um triângulo. Para satisfazer essa condição, nos pares ordenados y não poderá ser maior que x.*

Veja que os valores de y são limitados pela igualdade com os valores de x, formando a hipotenusa desse triângulo retângulo: (0;0), (1;1), (2;2), (3;3), (4;4), (5;5)...(10;10).

Desse modo, temos que: $y \leq x$.

Logo, $0 \leq y \leq x \leq 10$.

A noção de número e suas extraordinárias generalizações estão intimamente ligadas à história da humanidade. E a própria vida está impregnada de matemática: grande parte das comparações que o homem formula, assim como gestos e atitudes cotidianas, aludem conscientemente ou não a juízos aritméticos e propriedades geométricas. Sem esquecer que a ciência, a indústria e o comércio nos colocam em permanente contato com o amplo mundo da matemática.[3][4][5][6]

Em todas as épocas da evolução humana, mesmo nas mais atrasadas, encontra-se no homem o sentido do número. Esta faculdade lhe permite reconhecer que algo muda em uma pequena coleção (por exemplo, seus filhos, ou suas ovelhas) quando, sem seu conhecimento direto, um objeto tenha sido retirado ou acrescentado.

O sentido do número, em sua significação primitiva e no seu papel intuitivo, não se confunde com a capacidade de contar, que exige um fenômeno mental mais complicado. Se contar é um atributo exclusivamente humano, algumas espécies de animais parecem possuir um sentido rudimentar do número. Assim opinam, pelo menos, observadores competentes dos costumes dos animais. Muitos pássaros têm o sentido do número. Se um ninho contém quatro ovos, pode-se tirar um sem que nada ocorra, mas o pássaro provavelmente abandonará o ninho se faltarem dois ovos. De alguma forma inexplicável, ele pode distinguir dois de três.

O número sem contagem

Apesar disso, ainda que pareça estranho, é possível chegar a uma ideia clara e lógica de número sem recorrer a contagem. Entrando numa sala de cinema, temos diante de nós dois conjuntos: o das poltronas da sala e o dos espectadores. Sem contar, podemos assegurar se esses dois conjuntos têm ou não igual número de elementos e, se não têm, qual é o de menor número. Com efeito, se cada assento está ocupado e ninguém está de pé, sabemos sem contar que os dois conjuntos têm igual número. Se todas as cadeiras estão ocupadas e há gente de pé na sala, sabemos sem contar que há mais pessoas que poltronas.

Esse conhecimento é possível graças a um procedimento que domina toda a matemática, e que recebeu o nome de correspondência biunívoca. Esta consiste em atribuir a cada objeto de um conjunto um objeto de outro, e continuar assim até que um ou ambos os conjuntos se esgotem. O princípio de contagem, em muitos povos primitivos, se reduz precisamente a tais associações de ideias. Eles registram o número

de suas ovelhas ou de seus soldados por meio de incisões feitas num pedaço de madeira ou por meio de pedras empilhadas. Temos uma prova desse procedimento na origem da palavra "cálculo", da palavra latina calculus, que significa pedra.

A ideia de correspondência

A correspondência biunívoca resume-se numa operação de "fazer corresponder". Pode-se dizer que a contagem se realiza fazendo corresponder a cada objeto da coleção (conjunto), um número que pertence à sucessão natural: 1,2,3...

A gente aponta para um objeto e diz: um; aponta para outro e diz: dois; e assim sucessivamente até esgotar os objetos da coleção; se o último número pronunciado for oito, dizemos que a coleção tem oito objetos e é um conjunto finito. Mas o homem de hoje, mesmo com conhecimento precário de matemática, começaria a sucessão numérica não pelo um mas por zero, e escreveria 0,1,2,3,4...

A criação de um símbolo para representar o "nada" constitui um dos atos mais audaciosos da história do pensamento. Essa criação é relativamente recente (talvez pelos primeiros séculos da era cristã) e foi devida às exigências da numeração escrita. O zero não só permite escrever mais simplesmente os números, como também efetuar as operações. Imagine como fazer uma divisão ou multiplicação em números romanos! E no entanto, antes ainda dos romanos, tinha florescido a civilização grega, onde viveram alguns dos maiores matemáticos de todos os tempos; e nossa numeração é muito posterior a todos eles.

Do relativo ao absoluto

Pareceria à primeira vista que o processo de correspondência biunívoca só pode fornecer um meio de relacionar, por comparação, dois conjuntos distintos (como o das ovelhas do rebanho e o das pedras empilhadas), sendo incapaz de criar o número no sentido absoluto da palavra. Contudo, a transição do relativo ao absoluto não é difícil.

Criando conjuntos modelos, tomados do mundo que nos rodeia, e fazendo cada um deles caracterizar um agrupamento possível, a avaliação de um dado conjunto fica reduzida à seleção, entre os conjuntos modelos, daquele que possa ser posto em correspondência biunívoca com o conjunto dado.

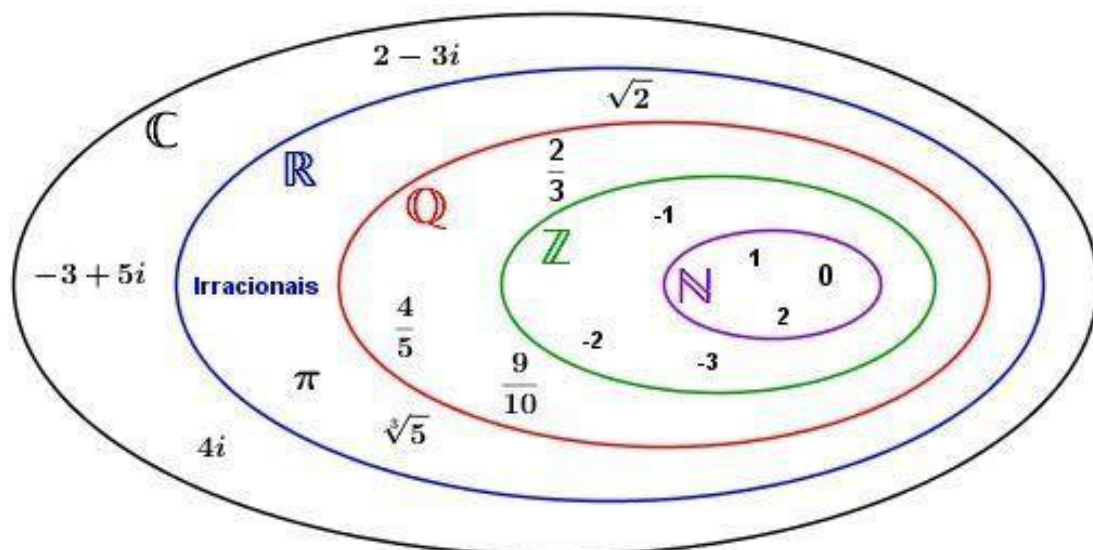
Começou assim: as asas de um pássaro podiam simbolizar o número dois, as folhas de um trevo o número três, as patas do cavalo o número quatro, os dedos da mão o

número cinco. Evidências de que essa poderia ser a origem dos números se encontram em vários idiomas primitivos.

É claro que uma vez criado e adotado, o número se desliga do objeto que o representava originalmente, a conexão entre os dois é esquecida e o número passa por sua vez a ser um modelo ou um símbolo. À medida que o homem foi aprendendo a servir-se cada vez mais da linguagem, o som das palavras que exprimiam os primeiros números foi substituindo as imagens para as quais foi criado. Assim os modelos concretos iniciais tomaram a forma abstrata dos nomes dos números. É impossível saber a idade dessa linguagem numérica falada, mas sem dúvida ela precedeu de vários milhões de anos a aparição da escrita.

Todos os vestígios da significação inicial das palavras que designam os números foram perdidos, com a possível exceção de cinco (que em várias línguas queria dizer mão, ou mão estendida). A explicação para isso é que, enquanto os nomes dos números se mantiveram invariáveis desde os dias de sua criação, revelando notável estabilidade e semelhança em todos os grupos linguísticos , os nomes dos objetos concretos que lhes deram nascimento sofreram uma metamorfose completa.

Conjuntos numéricos

Os números podem ser classificados de acordo com um conjunto de números, que vem a ser uma coleção de elementos,[13] mostrados a seguir:

Dessa forma, os elementos (que podem ser qualquer coisa: números, pessoas, frutas) são indicados por letra minúscula e definidos como um dos componentes do conjunto.

Exemplo: o elemento "a" ou a pessoa "x"

Assim, enquanto os elementos do conjunto são indicados pela letra minúscula, os conjuntos, são representados por letras maiúsculas e, normalmente, dentro de chaves ({ }).

Além disso, os elementos são separados por vírgula ou ponto e vírgula, por exemplo:

A = {a,e,i,o,u}

Diagrama de Euler-Venn

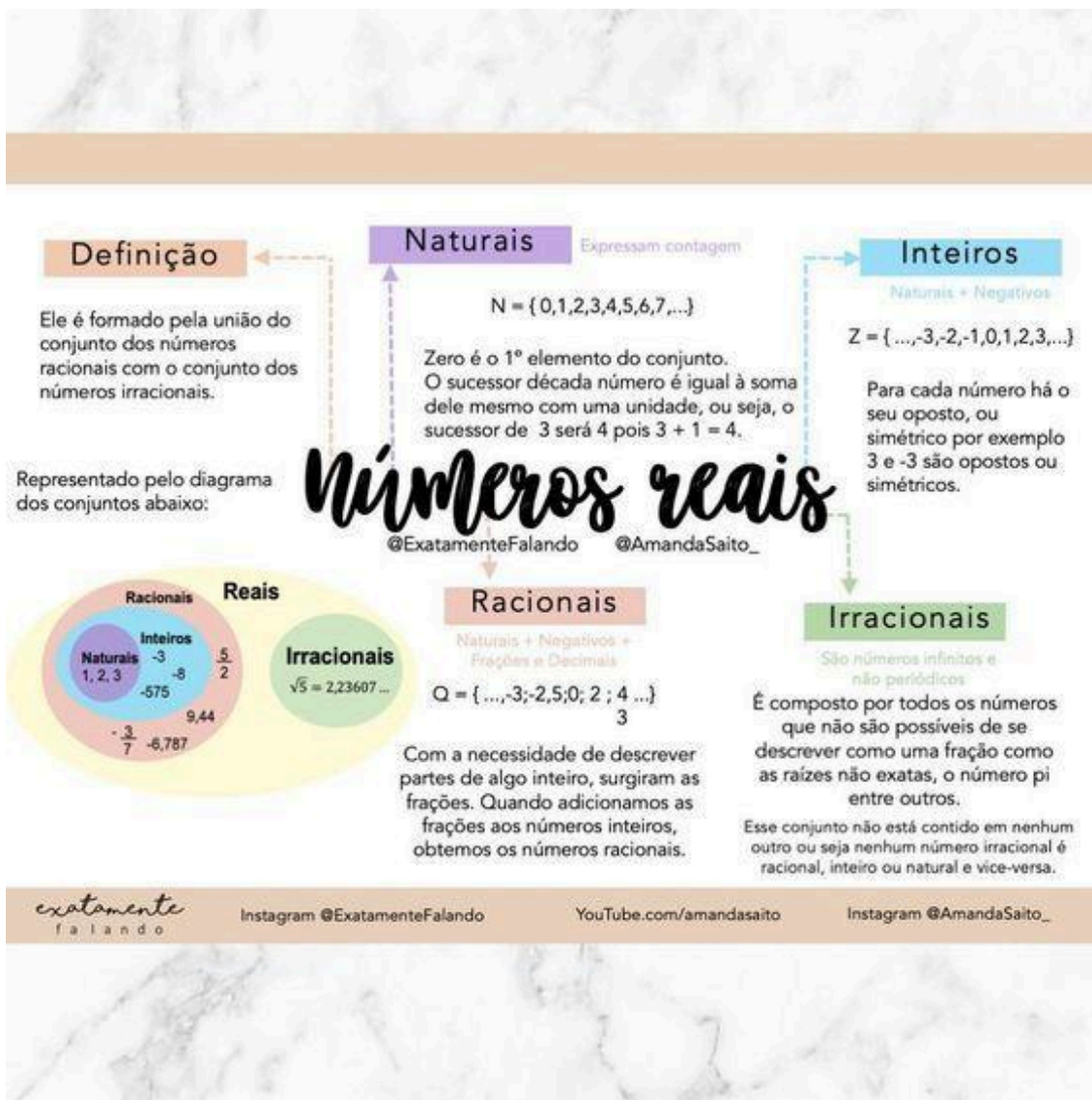
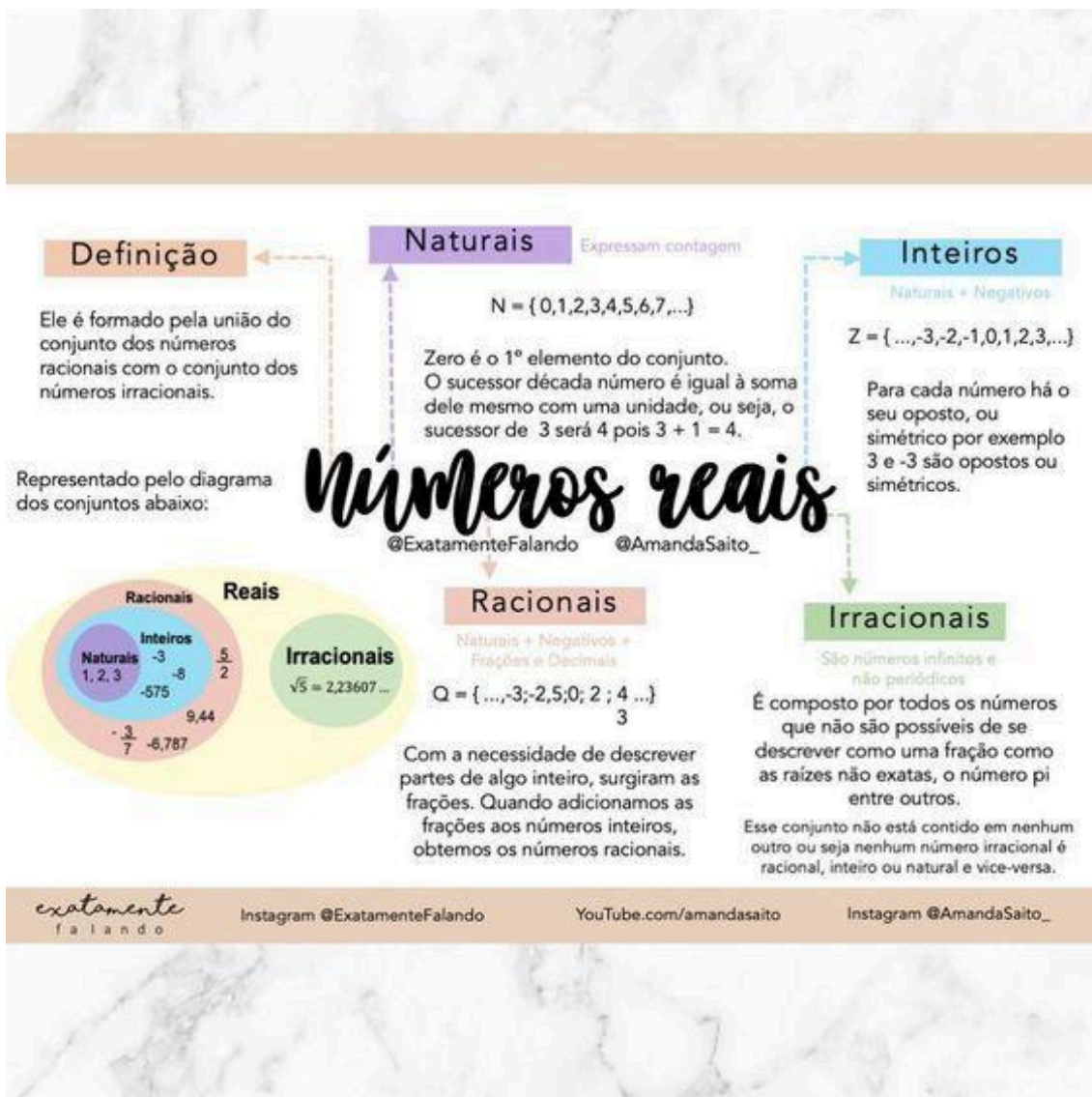
No modelo de Diagrama de Euler-Venn (Diagrama de Venn), os conjuntos são representados graficamente

Números reais

@ExatamenteFalando @AmandaSaito_

Definição

Ele é formado pela união do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais.

Representado pelo diagrama dos conjuntos abaixo:

Reais
Racionais
Inteiros
Naturais
1, 2, 3
-3
-8
-575
$\frac{5}{2}$
9,44
$-\frac{3}{7}$
-6,787
Irracionais
$\sqrt{5}$ = 2,23607 ...

Naturais

Expressam contagem

N = { 0,1,2,3,4,5,6,7,...}

Zero é o 1º elemento do conjunto.
O sucessor década número é igual à soma dele mesmo com uma unidade, ou seja, o sucessor de 3 será 4 pois 3 + 1 = 4.

Inteiros

Naturais + Negativos

Z = { ...,-3,-2,-1,0,1,2,3,...}

Para cada número há o seu oposto, ou simétrico por exemplo 3 e -3 são opostos ou simétricos.

Racionais

Naturais + Negativos + Frações e Decimais

Q = { ...,-3;-2,5;0; 2 ; $\frac{4}{3}$ ...}

Com a necessidade de descrever partes de algo inteiro, surgiram as frações. Quando adicionamos as frações aos números inteiros, obtemos os números racionais.

Irracionais

São números infinitos e não periódicos

É composto por todos os números que não são possíveis de se descrever como uma fração como as raízes não exatas, o número pi entre outros.

Esse conjunto não está contido em nenhum outro ou seja nenhum número irracional é racional, inteiro ou natural e vice-versa.

Relação de Pertinência

A relação de pertinência é um conceito muito importante na "Teoria dos Conjuntos".

Ela indica se o elemento pertence (e) ou não pertence (∉) ao determinado conjunto, por exemplo:

D = {w,x,y,z}

Logo,

w e D (w pertence ao conjunto D)
j ∉ D (j não pertence ao conjunto D)

Relação de Inclusão

A relação de inclusão aponta se tal conjunto está contido (C), não está contido (⊄) ou se um conjunto contém o outro (Ɔ), por exemplo:

A = {a,e,i,o,u}
B = {a,e,i,o,u,m,n,o}
C = {p,q,r,s,t}

Logo,

A C B (A está contido em B, ou seja, todos os elementos de A estão em B)
C ⊄ B (C não está contido em B, na medida em que os elementos do conjuntos são diferentes)
B Ɔ A (B contém A, donde os elementos de A estão em B)

Conjunto Vazio

O conjunto vazio é o conjunto em que não há elementos; é representado por duas chaves { } ou pelo símbolo Ø. Note que o conjunto vazio está contido (C) em todos os conjuntos.

União, Intersecção e Diferença entre Conjuntos

A união dos conjuntos, representada pela letra (U), corresponde a união dos elementos de dois conjuntos, por exemplo:

A = {a,e,i,o,u}
B = {1,2,3,4}

Logo,

AB = {a,e,i,o,u,1,2,3,4}

A intersecção dos conjuntos, representada pelo símbolo (∩), corresponde aos elementos em comum de dois conjuntos, por exemplo:

C = {a, b, c, d, e} ∩ D = {b, c, d}

Logo,

CD = {b, c, d}

A diferença entre conjuntos corresponde ao conjunto de elementos que estão no primeiro conjunto, e não aparecem no segundo, por exemplo:

A = {a, b, c, d, e} - B={b, c, d}

Logo,

A-B = {a,e}

Teoria dos Conjuntos

Rosimar Gouveia

Professora de Matemática e Física

Adicionar aos favoritos

A teoria dos conjuntos é a teoria matemática capaz de agrupar elementos.

Dessa forma, os elementos (que podem ser qualquer coisa: números, pessoas, frutas) são indicados por letra minúscula e definidos como um dos componentes do conjunto.

Exemplo: o elemento "a" ou a pessoa "x"

Assim, enquanto os elementos do conjunto são indicados pela letra minúscula, os conjuntos, são representados por letras maiúsculas e, normalmente, dentro de chaves ({ }).

Além disso, os elementos são separados por vírgula ou ponto e vírgula, por exemplo:

A = {a,e,i,o,u}

Diagrama de Euler-Venn

No modelo de Diagrama de Euler-Venn (Diagrama de Venn), os conjuntos são representados graficamente:

Relação de Pertinência

A relação de pertinência é um conceito muito importante na "Teoria dos Conjuntos".

Ela indica se o elemento pertence (e) ou não pertence (∉) ao determinado conjunto, por exemplo:

D = {w,x,y,z}

Logo,

w e D (w pertence ao conjunto D)
j ∉ D (j não pertence ao conjunto D)

Relação de Inclusão

A relação de inclusão aponta se tal conjunto está contido (C), não está contido (⊄) ou se um conjunto contém o outro (Ɔ), por exemplo:

A = {a,e,i,o,u}
B = {a,e,i,o,u,m,n,o}
C = {p,q,r,s,t}

Logo,

A C B (A está contido em B, ou seja, todos os elementos de A estão em B)
C ⊄ B (C não está contido em B, na medida em que os elementos do conjuntos são diferentes)
B Ɔ A (B contém A, donde os elementos de A estão em B)

Conjunto Vazio

O conjunto vazio é o conjunto em que não há elementos; é representado por duas chaves { } ou pelo símbolo Ø. Note que o conjunto vazio está contido (C) em todos os conjuntos.

União, Intersecção e Diferença entre Conjuntos

A união dos conjuntos, representada pela letra (U), corresponde a união dos elementos de dois conjuntos, por exemplo:

A = {a,e,i,o,u}

B = {1,2,3,4}

Logo,

AB = {a,e,i,o,u,1,2,3,4}

A intersecção dos conjuntos, representada pelo símbolo (∩), corresponde aos elementos em comum de dois conjuntos, por exemplo:

C = {a, b, c, d, e} ∩ D = {b, c, d}

Logo,

CD = {b, c, d}

A diferença entre conjuntos corresponde ao conjunto de elementos que estão no primeiro conjunto, e não aparecem no segundo, por exemplo:

A = {a, b, c, d, e} - B={b, c, d}

Logo,

A-B = {a,e}

Igualdade dos Conjuntos

Na igualdade dos conjuntos, os elementos de dois conjuntos são idênticos, por exemplo nos conjuntos A e B:

A = {1,2,3,4,5}
B = {3,5,4,1,2}

Logo,

A = B (A igual a B).

Conjuntos Numéricos

Os conjuntos numéricos são formados pelos:

Números Naturais: N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12...}

Números Inteiros: Z = {..., -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3...}

Números Racionais: Q = {..., -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3,4,5,6...}

Números Irracionais: I = {..., √2, √3, √7, 3, 141592...}

Números Reais (R): N (números naturais) + Z (números inteiros) + Q (números racionais) + I (números irracionais)

O diagrama de Venn é uma forma gráfica que representa os elementos de um conjunto. Para fazer essa representação utilizamos formas geométricas.

Para indicar o conjunto universo, normalmente usamos um retângulo e para representar subconjuntos do conjunto universo empregamos círculos. Dentro dos círculos são incluídos os elementos do conjunto.

Quando dois conjuntos possuem elementos em comum, os círculos são desenhados com uma área de intersecção.

O diagrama de Venn recebe esse nome em homenagem ao matemático britânico John Venn (1834-1923) e foi concebido para representar operações entre conjuntos.

Além de ser aplicado em conjuntos, o diagrama de Venn é empregado nas mais diversas áreas do conhecimento como por exemplo lógica, estatística, ciências da computação, ciências sociais, entre outras.

Relação de inclusão entre conjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A também são elementos de um conjunto B, dizemos que o conjunto A é subconjunto de B, ou seja, o conjunto A é parte do conjunto B.

Indicamos este tipo de relação por e lemos "A está contido em B". Podemos usar ainda que representa "B contém A".

Para representar a relação de inclusão através do diagrama de Venn, colocamos um círculo dentro de um outro círculo para indicar que um conjunto é subconjunto do outro.

Exemplo

O conjunto B dos meses do ano que começam com a letra J é um subconjunto do conjunto A dos meses do ano. Assim, podemos representar esses conjuntos através do diagrama de Venn, conforme imagem abaixo:

Operações entre conjuntos

Diferença

A diferença entre dois conjuntos corresponde à operação de escrever um conjunto, eliminando os elementos que também fazem parte de um outro conjunto.

Essa operação é indicada por A - B e o resultado será os elementos que pertencem a A mas que não pertencem a B.

Para representar esta operação através do diagrama de Venn, desenhamos dois círculos e pintamos um deles excluindo a parte em comum dos conjuntos, como indicado abaixo

União

A operação de união representa a junção de todos os elementos que pertencem a dois ou mais conjuntos. Para indicar essa operação usamos o símbolo .

No diagrama de Venn essa operação é indicada pintando-se todas a parte interna das circunferências que representam os conjuntos, de acordo com a imagem seguinte:

A intersecção entre conjuntos significa os elementos comuns, ou seja, todos os elementos que pertencem ao mesmo tempo a todos os conjuntos.

Assim, dados dois conjuntos A e B, a intersecção entre eles será denotada por é indicada no diagrama de Venn pela pintura da parte comum, conforme indicado abaixo:

Número de elementos de um conjunto

O diagrama de Venn é uma ótima ferramenta para ser usada em problemas que envolvam reuniões de conjuntos.

Através do uso do diagrama, fica mais fácil identificar as partes comuns (intersecção) e assim, descobrir o número de elementos da união.

Exemplo

Foi feita uma pesquisa entre 100 estudantes de uma escola sobre o consumo de três marcas de refrigerantes: A, B e C. O resultado obtido foi: 38 estudantes consomem a marca A, 30 a marca B, 27 a marca C; 15 consomem a marca A e B, 8 as marcas B e C, 19 as marcas A e C e 4 consomem os três refrigerantes.

Considerando os dados da pesquisa, quantos estudantes consomem apenas uma dessas marcas?

Solução

Para resolver esse tipo de questão, vamos começar a desenhar um diagrama de Venn. Cada marca de refrigerante será representada por um círculo.

Vamos começar colocando o número de estudantes que consomem as três marcas simultaneamente, ou seja, a intersecção da marca A,B e C.

Note que o número que consome as três marcas também está embutido no número que consome duas marcas. Então, antes de colocar esses valores no diagrama devemos tirar esses estudantes em comum

"operações matemáticas básicas

Adição, subtração, multiplicação e divisão são as operações matemáticas básicas.

A subtração é a operação inversa da adição, e a divisão é a operação inversa da multiplicação.

O resultado de uma adição é a soma, e o resultado de uma subtração é a diferença.

O resultado de uma multiplicação é o produto, e o resultado de uma divisão é o quociente.

Quais são as operações matemáticas básicas?

As operações matemáticas básicas são adição, subtração, multiplicação e divisão. Cabe destacar duas relações entre essas operações:

A subtração é a operação inversa da adição.

A divisão é a operação inversa da multiplicação.

Vamos conhecer um pouco mais sobre cada uma e, ao final do texto, resolver alguns problemas associados às operações básicas.

→ *Adição*

A operação de adição envolve adicionar, acrescentar, juntar. Essa operação é indicada pelo símbolo + e possui a seguinte estrutura:

$a+b=c$

[illegible]

+

[illegible]

=

[illegible]

em que c é a soma das parcelas a e b. Lemos "a mais b é igual a c". Lembrando que a, b e c representam números reais.

Exemplos:

$1+2=3$

1

+

2

=

3

$24+30=54$

24

+

30

=

54

$-1+7=6$

−

4

=

6

e (2+1)+3=3+3=6

(

2

+

1

)

+

3

=

3

+

3

=

6

.

Elemento neutro: o elemento 0 é neutro para a operação de adição. Ou seja, se a é um número real, então a+0=a .

Observe que, por exemplo, 7+0=7

7

+

0

=

7

Observação: Para compreender a última propriedade e resolver diferentes problemas relacionados às quatro operações básicas, é fundamental conhecer a regra de sinais.

→ Subtração

A operação de subtração envolve subtrair, retirar, remover. Essa operação é indicada pelo símbolo –

−

e possui a seguinte estrutura:

$a-b=c$

[illegible]

−

[illegible]

=

[illegible]

em que c é a diferença entre a e b. Lemos "a menos b é igual a c".

Exemplos:

$6-1=5$

6

−

1

=

5

$32-11=21$

32

−

11

=

21

−4−3=−7

−

4

−

3

=

−

7

10,5−4,75=5,75

10

,

5

−

4

,

75

=

5

,

75

8z−z=7z

8

[illegible]

−

[illegible]

=

7

[illegible]

Observação: A reta numérica também pode ser utilizada para o estudo da subtração.

→ *Multiplicação*

A operação de multiplicação envolve multiplicar, avolumar. Essa operação é indicada por diferentes símbolos, como ×

×

, *

*

e ·

·

e possui a seguinte estrutura:

$a \times b = c$

[illegible]

×

[illegible]

=

[illegible]

em que c é o produto entre os fatores a e b. Lemos "a vezes b é igual a c".

)

×

[illegible]

.

Observe que, por exemplo, 10×(5×8)=10×40=400

10

×

(

5

×

8

)

=

10

×

40

=

400

e (10×5)×8=50×8=400

(

10

×

5

)

×

8

=

50

×

8

=

400

.

Elemento neutro: o elemento 1 é neutro para a operação de multiplicação. Ou seja, se a é um número real, então a×1=a

[illegible]

×

1

=

[illegible]

.

Observe que, por exemplo, 2×1=2

2

×

1

=

2

.

Elemento inverso: se a é um número real, então 1a

1

[illegible]

é chamado de inverso multiplicativo de a e a×1a=1

3

20÷8=2,5

20

÷

8

=

2

,

5

3,2÷1,6=2

3

,

2

÷

1

,

6

=

2

12x÷4=3x"

V "Exercícios resolvidos sobre operações matemáticas básicas

Questão 1

(Enem 2022) Uma instituição de ensino superior oferece vagas em um processo seletivo de acesso a seus cursos. Finalizadas as inscrições, foi divulgada a relação do número de candidatos por vaga em cada um dos cursos oferecidos. Esses dados são apresentados no quadro.

"   Múltiplos e divisores

Os múltiplos de um número são obtidos ao multiplicar-se esse número por todos os inteiros. Os divisores de um número dado são aqueles divisíveis por ele.

"Os conceitos de múltiplos e divisores de um número natural estendem-se para o conjunto dos números inteiros. Quando tratamos do assunto múltiplos e divisores, referimo-nos a conjuntos numéricos que satisfazem algumas condições. Os múltiplos são encontrados após a multiplicação por números inteiros, e os divisores são números divisíveis por um certo número.

Devido a isso, encontraremos subconjuntos dos números inteiros, pois os elementos dos conjuntos dos múltiplos e divisores são elementos do conjunto dos números inteiros. Para entender o que são números primos, é necessário compreender o conceito de divisores.

"

"Múltiplos de um número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, o número a é múltiplo de b se, e somente se, existir um número inteiro k tal que a = b · k. Desse modo, o conjunto dos múltiplos de a é obtido multiplicando a por todos números inteiros, os resultados dessas multiplicações são os múltiplos de a.

Por exemplo, listamos os 12 primeiros múltiplos de 2. Para isso temos que multiplicar o número 2 pelos 12 primeiros números inteiros, assim:

$2 \cdot 1 = 2$

$2 \cdot 2 = 4$

$2 \cdot 3 = 6$

$2 \cdot 4 = 8$

$2 \cdot 5 = 10$

$2 \cdot 6 = 12$

$2 \cdot 7 = 14$

$2 \cdot 8 = 16$

$2 \cdot 9 = 18$

$2 \cdot 10 = 20$

$2 \cdot 11 = 22$

$2 \cdot 12 = 24$

Portanto, os múltiplos de 2 são:

$M(2) = \{2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24\}$

Observe que listamos somente os 12 primeiros números, mas poderíamos ter listado quantos fossem necessários, pois a lista de múltiplos é dada pela multiplicação de um número por todos os inteiros. Assim, o conjunto dos múltiplos é infinito.

Para verificar se um número é ou não múltiplo de outro, devemos encontrar um número inteiro de forma que a multiplicação entre eles resulte no primeiro número. Veja os exemplos:

→ O número 49 é múltiplo de 7, pois existe número inteiro que, multiplicado por 7, resulta em 49.

$49 = 7 \cdot 7$

→ O número 324 é múltiplo de 3, pois existe número inteiro que, multiplicado por 3, resulta em 324.

$324 = 3 \cdot 108$

→ O número 523 não é múltiplo de 2, pois não existe número inteiro que, multiplicado por 2, resulte em 523.

$523 = 2 \cdot ?$

Leia também: Propriedades da multiplicação que facilitam o cálculo mental

Múltiplos de 4

Como vimos, para determinar o múltiplo do número 4, devemos multiplicar o número 4 por números inteiros. Assim:

$4 \cdot 1 = 4$

$4 \cdot 2 = 8$

$4 \cdot 3 = 12$

$4 \cdot 4 = 16$

$4 \cdot 5 = 20$

$4 \cdot 6 = 24$

$4 \cdot 7 = 28$

$4 \cdot 8 = 32$

$4 \cdot 9 = 36$

$4 \cdot 10 = 40$

4 · 11 = 44

4 · 12 = 48

...

Portanto, os múltiplos de 4 são:

M(4) = {4, 8, 12, 16, 20. 24, 28, 32, 36, 40, 44, 48, ... }

Múltiplos de 5

De maneira análoga, temos os múltiplos de 5.

5 · 1 = 5

5 · 2 = 5

5 · 3 = 15

5 · 4 = 20

5 · 5 = 25

5 · 6 = 30

5 · 7 = 35

...

Logo, os múltiplos de 5 são: M(5) = {5, 10, 15, 20, 25, 30 , 35, 40, 45, ... }"

"Divisores de um número

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, vamos dizer que b é divisor de a se o número b for múltiplo de a, ou seja, a divisão entre b e a é exata (deve deixar o resto 0).

Veja alguns exemplos:

→ 22 é múltiplo de 2, então, 2 é divisor de 22.

→ 63 é múltiplo de 3, logo, 3 é divisor de 63.

→ 121 não é múltiplo de 10, assim, 10 não é divisor de 121.

Para listar os divisores de um número, devemos buscar os números que o dividem. Veja:

– Lista dos divisores de 2, 3 e 20.

D(2) = {1, 2}

D(3) = {1, 3}

D(20) = {1, 2, 4, 5, 10, 20}

Observe que os números da lista dos divisores sempre são divisíveis pelo número em questão e que o maior valor que aparece nessa lista é o próprio número, pois nenhum número maior que ele será divisível por ele.

Por exemplo, nos divisores de 30, o maior valor dessa lista é o próprio 30, pois nenhum número maior que 30 será divisível por ele. Assim:

D(30) = {1, 2, 3, 5, 6, 10, 15, 30}"

"Propriedade dos múltiplos e divisores

Essas propriedades estão relacionadas à divisão entre dois inteiros. Observe que quando um inteiro é múltiplo de outro, é também divisível por esse outro número.

Considere o algoritmo da divisão para que possamos compreender melhor as propriedades.

$N = d \cdot q + r$, *em que q e r são números inteiros.*

Lembre-se de que N é chamado de dividendo; d, de divisor; q, de quociente; e r, de resto.

→ Propriedade 1: A diferença entre o dividendo e o resto (N – r) é múltipla do divisor, ou o número d é divisor de (N – r).

→ Propriedade 2: (N – r + d) é um múltiplo d, ou seja, o número d é um divisor de (N – r + d).

Veja o exemplo:

– Ao realizar a divisão de 525 por 8, obtemos quociente q = 65 e resto r = 5. Assim, temos o dividendo N = 525 e o divisor d = 8. Veja que as propriedades são satisfeitas, pois (525 – 5 + 8) = 528 é divisível por 8 e:

$528 = 8 \cdot 66$

Números primos

Os números primos são aqueles que possuem como divisor em sua listagem somente o número 1 e o próprio número. Para verificar se um número é primo ou não, um dos métodos mais triviais é fazer a listagem dos divisores desse número. Caso apareça números a mais que 1 e o número em questão, este não é primo.

→ Verifique quais são os números primos entre 2 e 20. Para isso, vamos fazer a lista dos divisores de todos esses números entre 2 e 20.

D(2) = {1, 2}

D(3) = {1, 3}

D(4) = {1, 2, 4}

D(5) = {1, 5}

D(6) = {1, 2, 3, 6}

D(7) = {1, 7}

D(8) = {1, 2, 4, 8}

D(9) = {1, 3, 9}

D(10) = {1, 2, 5, 10}

D(11) = {1, 11}

D(12) = {1, 2, 3, 4, 6, 12}

D(13) = {1, 13}

D(14) = {1, 2, 7, 14}

D(15) = {1, 3, 5, 15}

D(16) = {1, 2, 4, 16}

D(17) = {1, 17}

D(18) = {1, 2, 3, 6, 9, 18}

D(19) = {1, 19}

D(20) = {1, 2, 4, 5, 10, 20}

Assim, os números primos entre 2 e 20 são:

{2, 3, 5, 7, 11, 13, 17 e 19}

Observe que o conjunto é de alguns dos primeiros primos, essa lista continua. Veja que quanto maior é o número, mais difícil torna-se dizer se ele é primo ou não."

"Exercícios resolvidos

Questão 1 – (UMC-SP) O número de elementos do conjunto dos divisores primos de 60 é:

a) 3

b) 4

c) 5

d) 10

Solução

Alternativa A

Inicialmente, listamos os divisores de 60 e, em seguida, analisaremos quais são os primos.

D(60) = {1, 2, 3, 5, 6, 10, 12, 15, 20, 30, 60}

Desses números, temos que são primos os:

{2, 3, 5}

Portanto, a quantidade de números divisores primos de 60 é 3.

Questão 2 – Escreva todos os números naturais menores que 100 e múltiplos de 15.

Solução

Sabemos que os múltiplos de 15 são os resultados da multiplicação do número 15 por todos os inteiros. Como o exercício pede para escrever os números naturais menores

que 100 e que são múltiplos de 15, devemos multiplicar o 15 por todos os números maiores que zero, até encontrarmos o maior múltiplo antes de 100, assim:

15 · 1 = 15

15 · 2 = 30

15 · 3 = 45

15 · 4 = 60

15 · 5 = 75

15 · 6 = 90

15 · 7 = 105

Portanto, os números naturais menores que 100 e múltiplos de 15 são:

{15, 30, 45, 60, 75, 90}

Questão 3 – Qual o maior número de 5 entre 100 e 1001?

Solução

Para determinar o maior múltiplo de 5 entre 100 e 1001, basta identificar qual o primeiro múltiplo de 5 de trás para frente.

1001 não é múltiplo de 5, pois não existe inteiro que, multiplicado por 5, resulte em 1001.

1000 é múltiplo de 5, pois 1000 = 5 · 200.

Portanto, o maior múltiplo de 5, entre 100 e 1001, é o 1000.

"A Matemática está presente em diversas situações cotidianas, mas às vezes, as pessoas não conseguem associar os fundamentos propostos pelo livro didático, por intermédio do professor, com tais situações. O MMC (mínimo múltiplo comum) e o MDC (máximo divisor comum) possuem inúmeras aplicações cotidianas. Vamos relembrar como calcular o MMC e o MDC entre números, observe:

"

Enem 2019) Após o Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP) incluir a linha de autopeças em campanha veiculada contra a falsificação, as agências fiscalizadoras

divulgaram que os cinco principais produtos de autopeças falsificados são: rolamento, pastilha de freio, caixa de direção, catalisador e amortecedor.

Disponível em: www.oficinabrasil.com.br. Acesso em: 25 ago. 2014 (adaptado).

Após uma grande apreensão, as peças falsas foram cadastradas utilizando-se a codificação:

1: rolamento, 2: pastilha de freio, 3: caixa de direção, 4: catalisador e 5: amortecedor.

Ao final obteve-se a sequência:

5, 4, 3, 2, 1, 2, 3, 4, 5, 4, 3, 2, 1, 2, 3, 4, 5, 4, 3, 2, 1, 2, 3, 4, ... que apresenta um padrão de formação que consiste na repetição de um bloco de números. Essa sequência descreve a ordem em que os produtos apreendidos foram cadastrados.

O 2015º item cadastrado foi um(a):

a) rolamento.

b) catalisador.

c) amortecedor.

d) pastilha de freio

e) caixa de direção.

(Enem 2015) O gerente de um cinema fornece anualmente ingressos gratuitos para escolas. Este ano, serão distribuídos 400 ingressos para uma sessão vespertina e 320 ingressos para uma sessão noturna de um mesmo filme. Várias escolas podem ser escolhidas para receberem ingressos. Há alguns critérios para a distribuição dos ingressos:

1) cada escola deverá receber ingressos para uma única sessão;

2) todas as escolas contempladas deverão receber o mesmo número de ingressos;

3) não haverá sobra de ingressos (ou seja, todos os ingressos serão distribuídos).

O número mínimo de escolas que podem ser escolhidas para obter ingressos, segundo os critérios estabelecidos, é:

A) 2

B) 4

C) 9

D) 40

E) 80

Ver resposta

Questão 7

(Enem 2015) Um arquiteto está reformando uma casa. De modo a contribuir com o meio ambiente, decide aproveitar tábuas de madeira retiradas da casa. Ele dispõe de 40 tábuas de 540 cm, 30 de 810 cm e 10 de 1.080 cm, todas de mesma largura e espessura. Ele pediu a um carpinteiro que cortasse as tábuas em pedaços de mesmo comprimento, sem deixar sobras, e de modo que as novas peças ficassem com o maior tamanho possível, mas de comprimento menor que 2 m.

Atendendo ao pedido do arquiteto, o carpinteiro deverá produzir:

A) 105 peças.

B) 120 peças.

C) 210 peças.

D) 243 peças.

E) 420 peças.

Questão 8

(Enem 2012) João decidiu contratar os serviços de uma empresa por telefone através do SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor). O atendente disse para João o número de protocolo de atendimento da ligação e pediu que ele anotasse. Entretanto, João não entendeu um dos algarismos ditados pelo atendente e anotou o número 13_98207 sendo que o espaço vazio é o do algarismo que João não entendeu.

De acordo com essas informações, a posição ocupada pelo algarismo que falta no número de protocolo é a de:

A) centena.

B) dezena de milhar.

C) centena de milhar.

D) milhão.

E) Centena de milhão.

Questão 9

(FMJ 2021) Um grupo de 4 nadadores atravessa uma piscina, que tem 20 m de um lado a outro, com tempos individuais de 12 s, 15 s, 18 s e 25 s. Esses atletas iniciaram um treino, de um mesmo lado da piscina, atravessando-a de um lado para outro

continuamente. Quando chegam a um lado da piscina, eles imediatamente passam a nadar em direção ao lado oposto. A primeira vez em que os quatro nadadores chegarem, ao mesmo tempo, em um mesmo lado da piscina, o nadador mais rápido terá nadado um total de:

A) 1.000 m.

B) 2.000 m.

C) 2.500 m.

D) 1.500 m.

E) 3.000 m.

Questão 10

(Uerj 2020) Uma gerente de loja e seu assistente viajam com frequência para São Paulo e voltam no mesmo dia. A gerente viaja a cada 24 dias e o assistente, a cada 16 dias, regularmente. Em um final de semana, eles viajaram juntos. Depois de x viagens da gerente e y viagens do assistente sozinhos, eles viajaram juntos novamente.

O menor valor de x + y é:

A) 1

B) 2

C) 3

D) 4

Questão 11

(Famema 2020) Sílvia e Márcio moram em cidades diferentes no interior. Sílvia vai à capital uma vez a cada 10 dias, e Márcio vai à capital uma vez a cada 12 dias. A última vez em que eles se encontraram na capital foi um sábado. O próximo encontro dos dois na capital ocorrerá em:

A) uma terça-feira.

B) Uma quarta-feira.

C) um domingo.

D) um sábado.

E) uma segunda-feira.

Questão 12

(IF-MT 2020) João decide reformar sua casa, mas, como não dispõe de muito dinheiro, decide economizar na reforma contratando o carpinteiro José para aproveitar as tábuas de madeira retiradas da casa. José tem à sua disposição 40 tábuas de 5,4 metros, 30 tábuas de 8,10 metros e 10 tábuas de 10,80 metros, todas de mesma espessura e largura. Para atender às especificidades da reforma da casa de João, José decide cortar as tábuas em pedaços de mesmo comprimento, sem deixar sobras, e de modo que as novas peças fiquem com o maior tamanho possível, mas de comprimento menor que 2 metros. Qual a quantidade de tábuas que José conseguiu produzir?

A) 395 tábuas

B) 399 tábuas

C) 412 tábuas

D) 420 tábuas

E) 429 tábuas

Questão 13

(CMRJ 2020) A direção do Colégio Militar do Rio de Janeiro contratou uma empresa com o objetivo de construir uma nova sala para o Clube Literário. A sala terá 3,36 m de largura e 4,00 m de comprimento. No piso, o pedreiro vai colocar peças de cerâmica quadradas, do mesmo tamanho.

Admitindo-se que não haverá perda de material, a menor quantidade dessas peças que ele vai usar para cobrir completamente o piso é um número:

A) ímpar e menor que 500.

B) múltiplo de 10.

C) maior que 570.

D) igual a 525.

E) primo.

Questão 14

(Enem Digital 2020) Um jogo pedagógico é formado por cartas nas quais está impressa uma fração em uma de suas faces. Cada jogador recebe quatro cartas e vence aquele que primeiro consegue ordenar crescentemente suas cartas pelas respectivas frações impressas. O vencedor foi o aluno que recebeu as cartas com as frações:

A ordem que esse aluno apresentou foi:

Questão 15

(IF-CE 2020) Um relógio A bate a cada 15 minutos, outro relógio B bate a cada 20 minutos, e um terceiro relógio C, a cada 25 minutos. O menor intervalo de tempo decorrido entre duas batidas simultâneas dos três relógios, em horas, é igual a:

A) 3

B) 6

C) 4

D) 5

Medidas de tempo

Utilizamos o controle do tempo e suas unidades de medida diariamente, pois marcamos compromissos e os gerenciamos por meio do tempo no relógio.

"As medidas de tempo foram inventadas, ao longo da história, devido às necessidades das civilizações de controlar os dias e as horas, o que auxiliava nas tomadas de decisões na época, como o mês melhor para cultivo, a medição das cheias do rio, entre outras coisas. Hoje elas ainda são essenciais, pois se tornou inimaginável uma sociedade que não meça o tempo.

Existem vários instrumentos que utilizamos para medir essa grandeza: controlamos os dias em relação ao ano com base no calendário, controlamos as horas, os minutos e os segundos com base no relógio, e, para medir a variação de tempos mais curtos, utilizamos cronômetros."

"Unidades de medidas de tempo

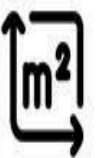
Existem várias unidades de medidas de tempo (que serão mostradas ao longo do texto), como os dias, os anos e os meses, mas utilizamos de forma recorrente as horas. Com base nas horas, temos os seus submúltiplos, que são os minutos e segundos.

É importante compreender que uma hora é formada por 60 minutos e que cada minuto é formado por 60 segundos. Por outro lado, trabalhando com intervalos de tempos maiores, temos que um dia possui 24 horas, e, com base no dia, surgem várias unidades de medidas de tempo, como as semanas, os meses, os anos, e assim sucessivamente.

"

"Conversão da unidade de medida de tempo

Para realizar a conversão da unidade de medida de tempo, de horas para minutos ou de minutos para segundos, realizamos a multiplicação por 60, pois sabemos que uma hora possui 60 minutos e que um minuto possui 60 segundos. Como consequência, quando a conversão é no sentido contrário, ou seja, de segundos para minutos e de minutos para horas, realizamos a divisão por 60. Veja o esquema seguinte que pode te ajudar a visualizar essas conversões:"

Matemática
Sistemas de Unidades de Medida
km² (kilômetro quadrado)
hm² (hectômetro quadrado)
dam² (decâmetro quadrado)
m² (metro quadrado)
dm² (decímetro quadrado)
cm² (centímetro quadrado)
mm² (milímetro quadrado)
A unidade principal é o metro quadrado
m²
O número de casas que se andou deve ser multiplicado por 2
As medidas de área seguem as mesmas referências que as medidas de comprimento
Medidas de Área (Superfície)
Exemplo de Conversão
Conversão de 2 km² para m²
1º passo: Inicia-se da unidade que você vai converter.
2º passo: Conte a quantidade de casas que você andou. Neste caso, de km2 para m2, andaram-se 3 casas.
A conversão de unidades segue com potências de 10. A diferença agora é que ao invés da regra de 10c utiliza-se a regra de 102c
A definição se multiplica ou divide segue a mesma regra:
Andou para a direita, multiplica
Andou para a esquerda, divide
1
2
3
3º passo: Como foram 3 casas (c = 3) e andou-se para a direita, basta pegar o número em km² e multiplicar por 102x3 = 106 = 1.000.000
Assim: 2 km² = 2.000.000 m²

O que é MMC e MDC e como fazer:

MMC (mínimo múltiplo comum) e MDC (máximo divisor comum) são regras matemáticas ligadas, respectivamente, ao múltiplo comum e ao divisor comum de dois ou mais números.

São ferramentas utilizadas para facilitar a resolução de problemas e equações.

O MMC é o menor valor que pode ser múltiplo de dois ou mais números. Já o MDC é o maior número que pode dividir vários números ao mesmo tempo.

O que é um número divisor e um número múltiplo?

Para compreender melhor os conceitos de MMC e MDC é preciso saber o que é um número divisor e o que é um número múltiplo.

Um número é chamado de divisor quando a conta da sua divisão por um outro tem como resultado um número inteiro.

Exemplo: o número 36 pode ser dividido por: 1, 2, 3, 6, 12, 18 e 36.

Já os números múltiplos são os números que são resultado de uma multiplicação feita entre um número escolhido e qualquer outro valor.

Veja o exemplo dos múltiplos do número 3.

	Múltiplos
3	*3 (3 x 1), 6 (3 x 2), 9 (3 x 3), 12 (3 x 4), 15 (3 x 5), 18 (3 x 6), 21 (3 x 7)...*

MMC

O cálculo do mínimo múltiplo comum (MMC) serve para facilitar a resolução de problemas matemáticos que envolvam dois ou mais números. O MMC é o menor número múltiplo comum encontrado entre dois ou mais números.

Veja neste exemplo os múltiplos comuns entre 2 e 4.

Múltiplos de 2	*0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20...*
Múltiplos de 4	*0, 4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36...*
Números múltiplos comuns entre 2 e 4	*0, 4, 12...*

Como calcular o MMC

Para determinar qual é o mínimo múltiplo comum entre dois ou mais números é preciso seguir dois passos:

Encontrar quais são os múltiplos dos números.

Verificar qual é o menor número que é múltiplo de todos.

Para compreender melhor, veja este exemplo de cálculo do MMC entre 4 e 6.

	Múltiplos
4	*4, 8, 12, 16, 20...*
6	*6, 12, 18, 24, 30...*
MMC (4,6)	*12*

Neste exemplo o menor número que é múltiplo de 4 e 6 é 12.

MDC

O máximo divisor comum (MDC) é o maior número que divide vários outros números ao mesmo tempo.

Como calcular o MDC

Para calcular o máximo divisor comum é preciso decompor os números através da fatoração.

Faça a decomposição de todos os números.

Encontre os números comuns em todas as decomposições.

O MDC será o valor da multiplicação dos números comuns.

Veja o exemplo do cálculo do MDC entre os números 20 e 50.

	Decomposição
20	*2 x 2 x 5*
50	*2 x 5 x 5*

MDC (20,50)	10 (2 x 5)

O resultado do MDC entre 20 e 50 é 10. Para saber o resultado do MDC é só multiplicar os divisores comuns (2 e 5).

Diferenças entre o MMC e o MDC

As formas para calcular o MMC e o MDC possuem algumas semelhanças. Por isso, é importante ficar atento para não confundir os conceitos.

A forma mais fácil de entender as diferenças entre eles é conhecendo as aplicações práticas de cada um.

MMC

O primeiro passo é verificar se o problema exige que seja encontrado um número mínimo ou múltiplo que simplifique a resolução. Nestes casos deve ser usado o MMC.

Ele pode ser usado, por exemplo, para resolver equações que tenham frações com denominadores diferentes, pois o mínimo múltiplo comum facilita a resolução desse tipo de problema.

O MMC também pode ser usado para fazer uma comparação entre frações diferentes, para determinar se elas são equivalentes.

MDC

Já o MDC deve ser usado quando o problema envolve alguma questão sobre cálculos de divisões.

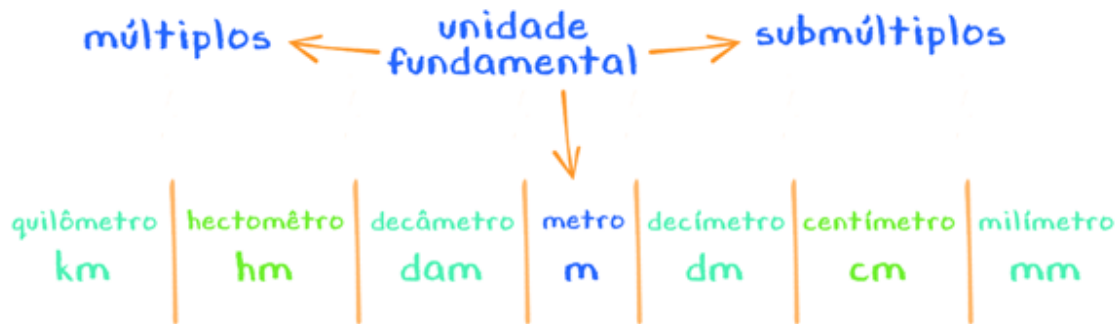
Por exemplo: o MDC pode ser usado para resolver problemas em que é preciso determinar o maior ou o menor tamanho de alguma coisa.

Sistema métrico decimal

O sistema métrico decimal é totalmente embasado em uma unidade fundamental. No Brasil essa unidade fundamental é o metro, que é representado pela letra m minúscula. A partir do metrô, existem outras unidades à sua direita, como também outras unidades à sua esquerda. As unidades à esquerda são classificadas como múltiplos do metro. Já as unidades que se encontram à direita são classificadas como submúltiplos do metro. Nós vamos ver quais são os múltiplos e os submúltiplos em relação ao metrô na sequência.

UNIDADE FUNDAMENTAL

O sistema métrico decimal é totalmente embasado em uma unidade fundamental. No Brasil essa unidade fundamental é o metro, que é representado pela letra m minúscula. A partir do metrô, existem outras unidades à sua direita, como também outras unidades à sua esquerda. As unidades à esquerda são classificadas como múltiplos do metro. Já as unidades que se encontram à direita são classificadas como submúltiplos do metro. Nós vamos ver quais são os múltiplos e os submúltiplos em relação ao metrô na sequência.

Múltiplos e submúltiplos do metro

Observem na imagem acima que no lado esquerdo da unidade fundamental estão os múltiplos do metro. Estes múltiplos são divididos em três unidades, são elas: o decâmetro, representado pelo dam, o hectômetro, que é representado pelo hm, e por último, a mais utilizada em relação aos múltiplos, que é o quilômetro, representado por km.

Se vocês olharem novamente a imagem, à direita do metrô, encontrarão também três submúltiplos. O primeiro submúltiplo é o decímetro, representado pelo dm, o próximo submúltiplo é o centímetro, representado pelo cm, e a última unidade de submúltiplos em relação ao metrô é o milímetro, representado por mm.

Agora, vamos ver quanto vale cada múltiplo e submúltiplo em relação ao metro. Se definirmos 1 metro, por exemplo, em relação a esse metro o decímetro vale 10 vezes mais, ou seja, o decâmetro equivale a 10 m. O hectômetro vale 100 vezes mais ou seja, equivale a 100 m, da mesma forma que o quilômetro vale 1000 vezes mais, sendo igual a 1000m. Perceberam o que vai acontecer? Para os submúltiplos ocorre a mesma coisa, só que ao contrário, olhem só: o decímetro em relação ao metrô vale 10 vezes menos e equivale a 0,1m; já o centímetro vale 100 vezes menos e equivale a 0,01 m da mesma forma que o milímetro equivale a 0,001m, ou seja vale 1000 vezes menos. Vejam o esqueminha abaixo para entender tudo isso melhor:

É muito importante que vocês memorizem esse quadro métrico expresso acima. Tentem criar uma frase que lembra cada um dos termos da tabela! Enquanto isso, vamos falar um pouco sobre a leitura de uma distância no sistema métrico decimal.

1.2 Leitura

Para entendermos como deve ser feita a leitura de um número, vamos usar alguns exemplos, que são a melhor maneira de explicar esse item.

Vamos começar com o exemplo de 13,024 m. Ao nos depararmos com números assim, normalmente lemos 13,024 metros, o que não está errado. Mas existe uma maneira mais específica de realizar a leitura de termos como esse em relação ao sistema métrico decimal. É isso que iremos aprender agora!

Para isso, vamos montar o quadro de unidades e analisar o número 13,024. Observem que esse número é formado por duas partes, uma parte inteira composta por 2 algarismos (13) e outra parte decimal composta por 3 algarismos (024).

Primeiramente, vamos pegar o último algarismo da parte inteira e colocar ele exatamente na coluna em que se encontra o metrô, e junto dele colocamos a vírgula. Agora, vamos completar com os outros números. Temos o 1 a esquerda do 3, então, ele irá na coluna do decâmetro e a parte decimal, composta de 3 algarismos, ocupará as 3 colunas a direita do metrô no quadro de unidades.

Feito isso, vamos ver como é a leitura desse número. Nós vamos ler a parte inteira e a parte decimal separadamente, sempre colocando a unidade relativa ao último algarismo de cada parte. Querem ver como fica? Olhem só, em relação a parte inteira composta pelos dois algarismos, nós lemos o 13 e a unidade será o metro, pois o último algarismo, o 3, está na coluna do metrô.

Já em relação à parte decimal, composta de 3 algarismos, nós não iremos ler 024, vamos ler 24. O último algarismo, o 4, está na coluna dos milímetros, logo:

Treze metros e vinte e quatro milímetros.

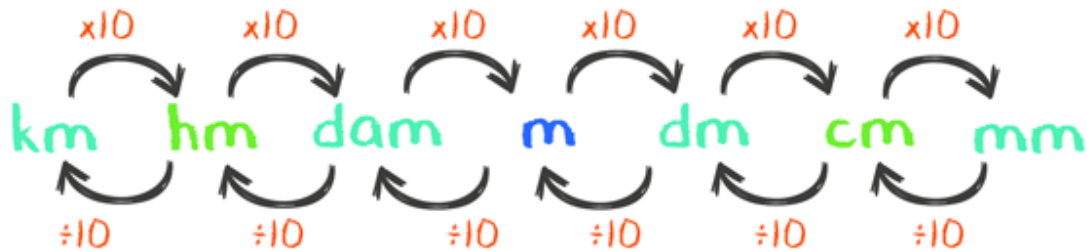
Vamos fazer mais um exemplo, agora 8,03 km. Vamos ver como seria a leitura desse número em relação ao quadro de unidades. Colocamos a parte inteira, que é o 8, na coluna dos quilômetros, e a vírgula junto ao 8. Já os dois algarismos da parte decimal, o 0 e 3, nós colocamos um em cada coluna à direita do 8.

Agora, nós lemos a parte inteira junto da unidade de quilômetro e a parte decimal, junto a unidade do último algarismo, ou seja, do decâmetro. Então ficamos com:

Oito quilômetros e três decâmetros.

Entenderam a ideia? Agora, vamos ver a principal parte deste conteúdo, que é a transformação de unidades de números que se encontram no sistema métrico decimal.

2. TRANSFORMAÇÃO DE UNIDADES

2.1 Unidade de comprimento

Na transformação de unidades, quando queremos transformar um número, por exemplo, que está na unidade de quilômetros e reescrevê-lo na de unidade hectômetro, o que precisamos fazer é uma multiplicação por 10. Mas, se quisermos transformar de quilômetro para decâmetro, são dois saltos para a direita, logo, teremos uma nova multiplicação por 10, bem como mostra a figura acima, viram lá? Assim, vocês fazem uma multiplicação por 10 e depois outra multiplicação por 10, ou seja, uma multiplicação por 100.

É sempre a mesma ideia, passando de uma unidade que se encontra mais à esquerda para uma que se encontra mais à direita, a cada salto haverá uma multiplicação por 10.

Agora, para fazermos o processo contrário, ou seja, passarmos um número que esteja na unidade milímetro para centímetro, de centímetro para decímetro e assim por diante, a gente faz a divisão e não a multiplicação. Antes a gente multiplicou por 10, agora vamos dividir por 10 a cada salto.

Ok? Vamos fazer um exemplo para ficar mais fácil o entendimento. Se tivermos um número na unidade de hectômetro e desejamos transformá-lo para metros.

Para fazermos essa transformação, vamos lembrar do quadro lá em cima: do hectómetro para o metrô, são dois saltos para a direita, e a cada salto há uma multiplicação por 10. Então, do hectômetro para o metro temos uma multiplicação de 10 vezes 10, ou seja, 100 vezes.

Tranquilo né, pessoal!? Fizemos apenas transformações usando unidades de comprimento, mas também podemos utilizar transformações em áreas e volumes, utilizando quase o mesmo quadro. Vamos ver cada uma delas a seguir.

2.2 Unidades de área

Vocês deram uma olhada na figura acima? Qual é a diferença do quadro apresentado acima em relação ao anterior? Lembrem que no cálculo de áreas, as unidades estão sempre ao quadrado, pois tratam-se de duas dimensões, comprimento e largura.

Então, para transformar uma unidade que está em quilômetro quadrado, para uma que está em hectômetro quadrado, haverá um salto para a direita, mas precisamos considerar o expoente na multiplicação. Deixa eu explicar melhor: quando era comprimento a gente multiplicou por 10, mas agora que as unidades estão elevadas ao quadrado, será 10^2, ou seja, a multiplicação será por 100.

Se a gente quiser transformar de quilômetro quadrado para decâmetro quadrado, haverá dois saltos para a direita, ou seja, haverá duas vezes a multiplicação por 100. Dessa forma faremos a multiplicação por 100^2, que será de 10 000. E assim funciona para todos os saltos de unidades que estão mais à esquerda, para as que estão mais à direita.

Quando queremos fazer o contrário, ou seja, transformar de milímetro quadrado para centímetro quadrado, há uma divisão por 100. A cada salto dividimos por 10 2 para transformar para a unidade que queremos.

Vamos fazer um exemplo, para vocês aprenderem direitinho:

Se olharmos para o quadro de unidades, de km 2 para m 2 são 3 saltos, ou seja, será 100 vezes 100 vezes 100.

2.3 Unidades de volume

As unidades de volume seguem a mesma regra em relação a área. Na área, as unidades estão ao quadrado, enquanto no volume as unidades estão colocadas ao cubo, pois temos três dimensões, comprimento, largura e altura. Imagino que vocês repararam nisso no quadro acima.

Vamos transformar então, por exemplo, um número que esteja em quilômetros cúbicos para hectômetros cúbicos. Novamente o expoente deve ser considerado. No comprimento, nós multiplicamos por 10, na área por 100, e agora faremos a multiplicação por 1000, ou seja, 10^3. Assim vale para os demais números, ou seja, a cada salto para a direita temos uma multiplicação por 1000.

E quando queremos fazer o processo inverso, ou seja, de unidades mais a direita para unidades mais à esquerda, devemos fazer, como vocês já imaginam, a divisão por 1000.

Unidades de volume

As unidades de volume seguem a mesma regra em relação a área. Na área, as unidades estão ao quadrado, enquanto no volume as unidades estão colocadas ao cubo, pois temos três dimensões, comprimento, largura e altura. Imagino que vocês repararam nisso no quadro acima.

Vamos transformar então, por exemplo, um número que esteja em quilômetros cúbicos para hectômetros cúbicos. Novamente o expoente deve ser considerado. No comprimento, nós multiplicamos por 10, na área por 100, e agora faremos a multiplicação por 1000, ou seja, 10^3. Assim vale para os demais números, ou seja, a cada salto para a direita temos uma multiplicação por 1000.

E quando queremos fazer o processo inverso, ou seja, de unidades mais a direita para unidades mais à esquerda, devemos fazer, como vocês já imaginam, a divisão por 1000.

: RELAÇÕES IMPORTANTES

Acabamos de ver, no sistema métrico decimal, as unidades de volume. Mas, é comum aparecer volume expresso pela sua unidade fundamental, o litro. Vamos falar a respeito de algumas relações importantes em relação ao litro, são essas especificadas abaixo:

1 centímetro cúbico é igual a 1 mililitro;

1 decímetro cúbico equivale a 1 litro e;

1 metro cúbico equivale a 1000 litros.

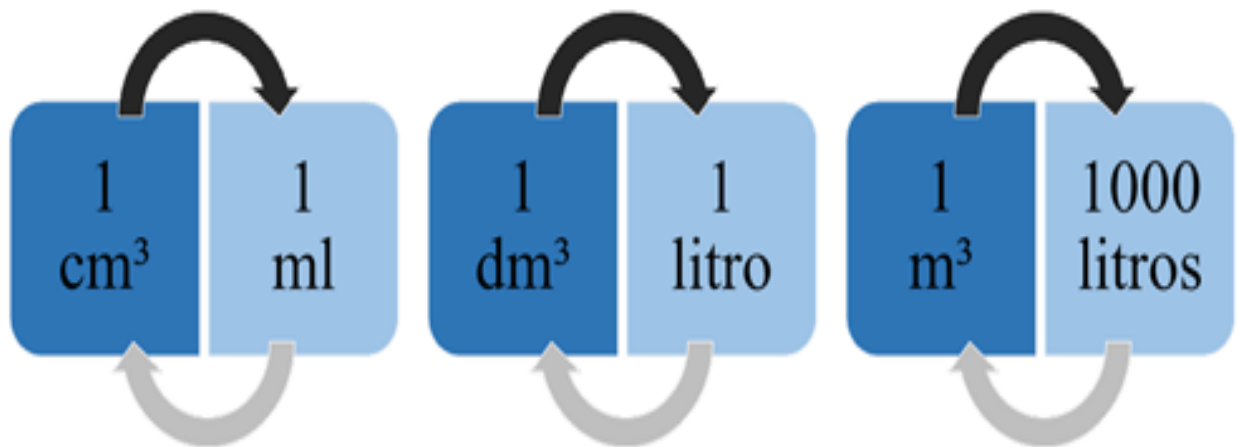
Vejam só o esqueminha abaixo para ficar mais fácil:

Acabamos de ver, no sistema métrico decimal, as unidades de volume. Mas, é comum aparecer volume expresso pela sua unidade fundamental, o litro. Vamos falar a respeito de algumas relações importantes em relação ao litro, são essas especificadas abaixo:

1 centímetro cúbico é igual a 1 mililitro;

1 decímetro cúbico equivale a 1 litro e;

1 metro cúbico equivale a 1000 litros.

Vejam só o esqueminha abaixo para ficar mais fácil:

Sistema métrico decimal

1. (Enem PPL 2019) O projeto de transposição do Rio São Francisco consiste na tentativa de solucionar um problema que há muito afeta as populações do semiárido brasileiro, a seca. O projeto prevê a retirada de 26,4 m 3/s de água desse rio. Para tornar mais compreensível a informação do volume de água a ser retirado, deseja-se expressar essa quantidade em litro por minuto.

Disponível em: www.infoescola.com. Acesso em: 28 out. 2015

Com base nas informações, qual expressão representa a quantidade de água retirada, em litro por minuto?

26,41000×6026,41000×60

26,410×6026,410×60

26,4 × 1 × 60

26,4 × 10 × 60

26,4 × 1 000 × 60

2. (Enem PPL 2017) As empresas que possuem Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), em geral, informam ao cliente que utiliza o serviço um número de protocolo de atendimento. Esse número resguarda o cliente para eventuais reclamações e é gerado, consecutivamente, de acordo com os atendimentos executados. Ao término do mês de janeiro de 2012, a empresa registrou como último número de protocolo do SAC o 390 978 467. Do início do mês de fevereiro até o fim do mês de dezembro de 2012, foram abertos 22 580 novos números de protocolos.

O algarismo que aparece na posição da dezena de milhar do último número de protocolo de atendimento registrado em 2012 pela empresa é

0.

2.

4.

6.

8.

3. (Enem 2017) Neste modelo de termômetro, os filetes na cor preta registram as temperaturas mínima e máxima do dia anterior e os filetes na cor cinza registram a temperatura ambiente atual, ou seja, no momento da leitura do termômetro.

Por isso ele tem duas colunas. Na esquerda, os números estão em ordem crescente, de cima para baixo, de -30 °C até 50 °C. Na coluna da direita, os números estão ordenados de forma crescente, de baixo para cima, de -30 °C até 50 °C.

A leitura é feita da seguinte maneira:

• a temperatura mínima é indicada pelo nível inferior do filete preto na coluna da esquerda;

• a temperatura máxima é indicada pelo nível inferior do filete preto na coluna da direita;

• A temperatura atual é indicada pelo nível superior dos filetes cinza nas duas colunas.

Disponível em: www.if.ufrgs.br. Acesso em: 28 ago. 2014 (adaptado).

Qual é a temperatura máxima mais aproximada registrada nesse termômetro?

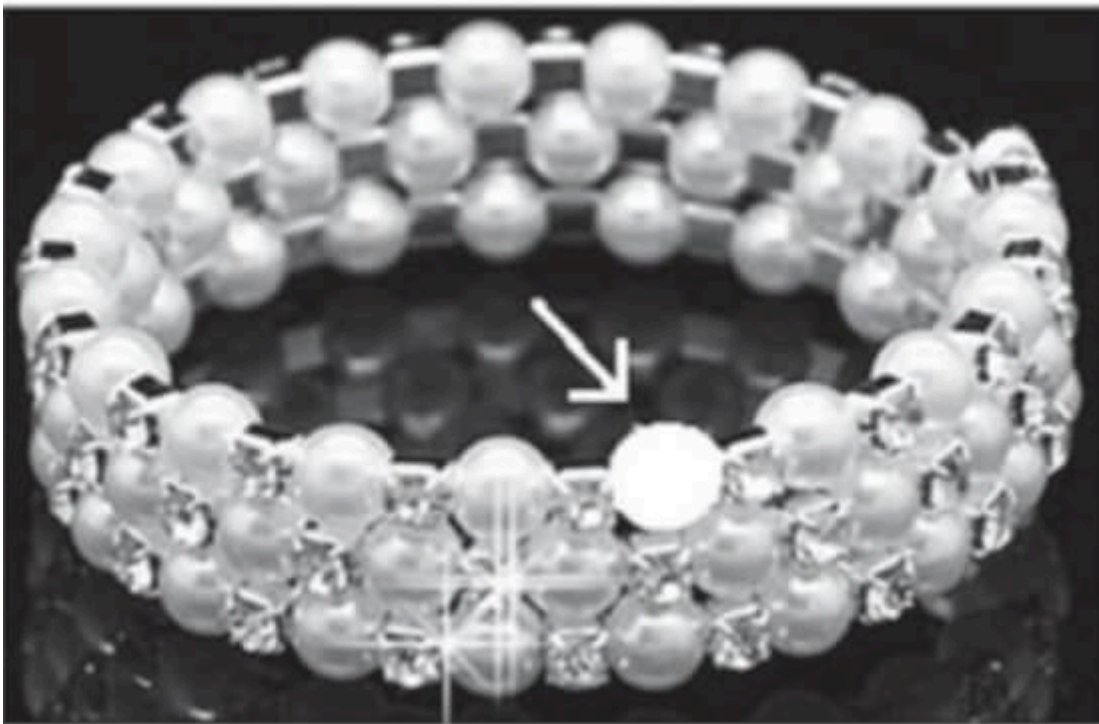
5 °C

7 °C

13 °C

15 °C

19 °C

Enem 2017) Uma pessoa ganhou uma pulseira formada por pérolas esféricas, na qual faltava uma das pérolas. A figura indica a posição em que estaria faltando esta pérola.

Ela levou a jóia a um joalheiro que verificou que a medida do diâmetro dessas pérolas era 4 milímetros. Em seu estoque, as pérolas do mesmo tipo e formato, disponíveis para reposição, tinham diâmetros iguais a: 4,025 mm; 4,100 mm; 3,970 mm; 4,080 mm e 3,099 mm.

O joalheiro então colocou na pulseira a pérola cujo diâmetro era o mais próximo do diâmetro das pérolas originais.

A pérola colocada na pulseira pelo joalheiro tem diâmetro, em milímetro, igual a

3,099.

3,970.

4,025.

4,080.

4,100.

6. (Enem 2015) Deseja-se comprar lentes para óculos. As lentes devem ter espessuras mais próximas possíveis da medida 3 mm. No estoque de uma loja, há lentes de espessuras: 3,10 mm; 3,021 mm; 2,96 mm; 2,099 mm e 3,07 mm.

Se as lentes forem adquiridas nessa loja, a espessura escolhida será, em milímetros, de

2,099.

2,96.

3,021.

3,07.

3,10.

7. (Enem 2014) Os incas desenvolveram uma maneira de registrar quantidades e representar números utilizando um sistema de numeração decimal posicional: um conjunto de cordas com nós denominado quipus. O quipus era feito de uma corda matriz, ou principal (mais grossa que as demais), na qual eram penduradas outras cordas, mais finas, de diferentes tamanhos e cores (cordas pendentes). De acordo com a sua posição, os nós significavam unidades, dezenas, centenas e milhares. Na Figura 1, o quipus representa o número decimal 2 453. Para representar o "zero" em qualquer posição, não se coloca nenhum nó.

O número da representação do quipus da Figura 2, em base decimal, é

364.

463.

3 064.

3 640.

4 603.

RAZÃO E PROPORÇÃO

Razão e proporção são temas importantes na matemática, isso porque eles estão relacionados à operação da divisão. De modo simplificado, podemos afirmar que existe uma proporção quando há igualdade entre duas ou mais razões.

Apesar de pertencerem à matemática, noções de razão e proporção também são aplicadas em outras áreas. Por exemplo, o Homem Vitruviano (1490) é um desenho de Leonardo da Vinci que permite visualizar as proporções do corpo humano dentro das formas geométricas.

Outro exemplo é o número pi, um valor irracional e não periódico que expressa o resultado da razão entre o perímetro de qualquer círculo e o seu diâmetro. Esse número com infinitas casas decimais, geralmente é aplicado em cálculos simples com o valor de 3,14.

Definindo razão e proporção

Razão

É definido como razão o quociente da divisão entre dois números racionais ou a relação existente entre dois valores com a mesma grandeza – número que indica quantidade, ordem ou medida. Uma razão é expressa como:

- *a:b*
- *a/b*
- *a está para b*

Na razão, a e b são denominados de termos, onde "a" é o termo antecedente e "b" o termo consequente. Essa é a mesma estrutura das frações , no qual o numerador denota o termo antecedente e denominador o termo consequente.

Contudo a leitura de frações e razões é feita de modo diferente. Observe que ¾, como uma fração deve ser lida como "três quartos", já para uma razão a leitura correta é "três está para quatro".

Observe o exemplo abaixo:

Em uma sala de aula do ensino fundamental existem 30 estudantes, dos quais 12 são meninos e 18 são meninas. A razão entre eles é:

12/18 = 2/3, ou seja, para cada dois meninos existem três meninas.

Veja mais um exemplo:

240/400 = 60/100 = 0,6 ou 60%

Nesse último caso, o denominador é igual a 100, isso indica uma fração do tipo porcentagem, também chamada de razão centesimal.

Proporção

Quando duas ou mais razões possuem o mesmo resultado, elas são denominadas de proporção. Deste modo, a proporção está condicionada à razão entre a e b que é igual à razão entre c e d, expressa como:

- a:b = c:d
- a/b = c/d
- a está para b, assim como c está para d

A ed são nomeados de extremos, enquanto b e c são chamados de meio. A proporção ainda possui algumas propriedades:

1) O produto dos meios é igual ao produto dos extremos:

$a/b = c/d$, logo $a.d = b.c$

2) É possível mudar os extremos de posição e a proporção ainda continuará verdadeira:

$a/b = c/d$ é equivalente a $d/b = c/a$

3) É possível mudar os meios de posição e a proporção ainda continuará verdadeira:

$a/b = b/c = a/b$

4) É possível inverter as duas razões ou trocá-las de posição e a proporção continuará verdadeira:

$a/b = c/d$ --> $b/a = d/c$ --> $a/c = b/d$ --> $d/b = c/a$

O bolo de milho

Noções de razão e proporção podem ser aplicadas no preparo de um bolo. Entre os ingredientes listados na receita, uma xícara de fubá de milho deve ser utilizada para três xícaras de leite em líquido, ou seja, um está para três.

Caso você opte por fazer dois bolos será necessário dobrar a receita, então serão utilizadas duas xícaras de fubá e seis de leite. Deste modo, a razão demonstra a relação entre o número de xícaras de fubá e de leite. Já a proporção é a relação entre uma e duas receitas. Observe:

1/3 = 2/6

A leitura da razão de uma receita é "um está para três" e para a receita dobrada deve-se dizer "dois está para seis". Dito isso, há uma relação de proporção entre as razões, logo "um está para três assim como dois está para seis".

Regra de três

Uma nova receita será preparada: um cupcake de chocolate. Entre as instruções, para cada colher de açúcar, 2,5 colheres de farinha de trigo devem ser utilizadas. Por descuido, você adicionou duas colheres de açúcar e o erro deve ser corrigido. Como fazer isso?

A alternativa mais adequada é usar a regra de três simples para descobrir a quantidade de farinha de trigo que deve ser adicionada, representada pela incógnita x.

Para isso achar o valor de x, algumas etapas devem ser seguidas: montar um esquema com as grandezas em comum na mesma coluna. Depois multiplicar os números no formato de x, de cima para baixo no sentido contrário, conforme o exemplo:

1 colher de açúcar ——— 2,5 colheres de farinha

2 colheres de açúcar ——– x colheres de farinha

A multiplicação gerou a seguinte equação:

1x2. 2,5

X = 5

A proporcionalidade da receita será mantida se forem adicionadas cinco colheres de farinha de trigo na mistura.

1. (Unimep) Se dois gatos comem dois ratos em dois minutos, para comer 60 ratos em 30 minutos são necessários:

4 gatos

3 gatos

2 gatos

5 gatos

6 gatos

2. (PUCCAMP) Sabe-se que 5 máquinas, todas de igual eficiência, são capazes de produzir 500 peças em 5 dias, se operarem 5 horas por dia. Se 10 máquinas iguais às primeiras operassem 10 horas por dia durante 10 dias, o número de peças produzidas seria:

1000

2000

4000

5000

8000

3. (CEFET-CE) Um ciclista percorreu 150 km em 3 dias, pedalando 2 horas, diariamente. Pedalando 4 horas por dia, durante 4 dias, ele percorrerá ____ quilômetros.

300

350

400

450

500

4. (PUC-MG) Preparando-se para a Volta Internacional da Pampulha, que mede 17.800 m, certo atleta treina diariamente e, a cada dia, corre 150 m a mais do que no dia anterior. Nesse ritmo, no décimo segundo dia, ele corre um total de 3.650 m.

A partir dessas informações, pode-se estimar que, para estar em condições de cumprir essa prova, esse atleta deverá treinar, no mínimo, durante:>

107 dias

110 dias

113 dias

116 dias

5. (FUVEST) Um automóvel, modelo flex, consome 34 litros de gasolina para percorrer 374 km. Quando se opta pelo uso do álcool, o automóvel consome 37 litros deste combustível para percorrer 259 km. Suponha que um litro de gasolina custe R$2,20.

Qual deve ser o preço do litro do álcool para que o custo do quilômetro rodado por esse automóvel, usando somente gasolina ou somente álcool como combustível, seja o mesmo?

R$ 1,00

R$ 1,10

R$ 1,20

R$ 1,30

R$ 1,40

6. (PUC-RJ) Um festival foi realizado num campo de 240 m por 45 m. Sabendo que por cada 2 m 2 havia, em média, 7 pessoas, quantas pessoas havia no festival?

42.007

41.932

37.800

24.045

10.000

MATEMÁTICA FINANCEIRA

É muito utilizada para a análise de operações financeiras simples e complexas

A matemática financeira é uma das áreas da matemática que estuda a variação do dinheiro ao longo do tempo. Ela é muito utilizada nas atividades financeiras do dia a dia, das mais simples às mais complexas.

Quem deseja comprar um imóvel precisa escolher uma forma de pagamento, à vista ou parcelado. Por meio da matemática financeira será possível escolher a opção mais viável e que gere menos custos, calculando, por exemplo, os juros incididos nas prestações do financiamento ou o desconto na quitação no ato da compra. Dessa forma, a matemática financeira tem uma importância fundamental para a vida das pessoas.

História da matemática financeira

As antigas civilizações já se utilizavam da matemática para as atividades comerciais da época. Os sumérios realizavam empréstimos de sementes e o pagamento era feito com uma parte da colheita, uma forma de pagamento de juros. Na época não existia outra moeda de troca. As informações financeiras eram escritas em tábuas com dados como escrituras de vendas e notas promissórias.

Muitos anos depois, muitos livros sobre o assunto produzidos no século XVII foram redescobertos no período do Renascimento. A aritmética de Treviso foi considerado o primeiro registro impresso de matemática financeira em 1478, quando apresentou aplicações e práticas do escambo.

Pierro Borghi publicou em 1484 a "Aritmética Comercial", na Itália, fundamental para o desenvolvimento da matemática financeira por tratar de questões relacionadas ao comércio da época. As 17 edições da publicação, a última em 1557, mostram a importância desse legado. Outro destaque da época foi Filippo Calandri, que desenvolveu uma forma aritmética reconhecida como a primeira com problemas ilustrados.

Com o desenvolvimento do comércio e a comercialização de ouro e prata, muitos países criaram suas próprias moedas. Porém, as diferentes moedas entre os países causou problemas comerciais que foram solucionados com o surgimento dos cambistas.

Os cambistas eram responsáveis pela troca e comercialização entre as diferentes moedas e com o tempo passaram a emprestar e guardar dinheiro. O termo "banco" das instituições financeiras atuais faz referência aos cambistas que ficavam em bancos de madeira.

A evolução da economia e, consequentemente, da matemática financeira, permitiu que muitas situações consideradas impossíveis de serem resolvidas, hoje podem ser solucionadas por meio de técnicas e ferramentas específicas.

Conceitos da matemática financeira

Alguns conceitos básicos da matemática financeira são fundamentais para a compreensão da sua importância no cotidiano das pessoas. São eles:

Juros: é a remuneração que o cobrador ganha por ter concedido o empréstimo.

Taxas de juros: por ter emprestado um determinado valor, o credor cobra uma quantia, que é a taxa de juros. Pode ser simples ou composto (detalhes abaixo).

Capital ou Principal: é o valor do dinheiro no momento atual, podendo ser representado pelas letras C ou P.

Montante: são os juros incididos sobre o valor acumulado, chamado de valor futuro. Para calcular o montante, a fórmula utilizada é $M = C + J$.

Cálculos da Matemática Financeira

Porcentagem

É muito utilizada para comparação de valores representando crescimento ou queda. Também chamada de razão centesimal ou percentual, significa "por cento", que quer dizer uma determinada parte de cada 100 partes.

A porcentagem é representada pelo símbolo % (por cento), mas pode ser escrita também na forma de número decimal ou fração. Veja abaixo alguns exemplos de como calcular a porcentagem:

1. *Uma loja de eletrodomésticos possui o preço de custo de R$210 para determinada mercadoria. Para que seja possível obter um lucro de 20% na venda dessa mercadoria, porquanto a loja deve vendê-la?*

20% de 210 = 0,2 x 210 = 42

210 + 42 = 252

A loja deve vender a mercadoria por R$252 para que se tenha um lucro de 20%.

2. *Um sapato custa R$82. O desconto para pagamento à vista é de 15%. Quanto o cliente pagará com o desconto?*

15% de 82 = 0,15 x 82 = 12,3

82 – 12,3 = 69,70

O cliente pagará R$69,70 pelo sapato.

3. *Uma perfumaria ofereceu desconto de 10% em todos os seus produtos. Isso significa que, a cada R$100, foi dado um desconto de R$10.*

4. No time do Santos, 90% dos jogadores são craques. Quer dizer que em cada 100 jogadores corintianos, 90 são craques.

5. O feijão teve um aumento de 15%. Significa que em cada R$100 houve um acréscimo de R$15.

Variação percentual

É a variação em determinado valor, que pode ser de acréscimo ou decréscimo.

*O cálculo é representado pela equação (V2-V1)/V1 * 100), no qual V2 representa o valor posterior ou final e V1 o valor anterior ou inicial. Confira um exemplo:*

Um produto custava R$15 e aumentou para R$18, qual a variação percentual?
Rapidamente podemos constatar que o aumento foi de R$3, mas quanto isso equivale em percentagem?
Confira a resolução:

*18-15/15*100=*

*3/15*100 =*

*0,2*100 = 20%*

A variação percentual foi de 20%.

Juros Simples

*A taxa de juros simples é calculada com base no valor inicial de uma compra ou empréstimo. É mais utilizada em aplicações de curto prazo. A fórmula utilizada para calcular os juros simples é (J = C * i *t), sendo que:*

J = juros

C = capital

i = taxa fixa

t = período de tempo

Exemplo:

1. *Carla aplicou R$500 a taxa de 3% de juros simples. Qual será o montante após 8 meses de aplicação?*

Primeiro é necessário calcular os juros:

*J = C*i*t*

J = 500 x 0,03 x 8 = 120

Em seguida, já é possível calcular o montante:

M (montante) = C+J

M = 500 + 120 = 620

Carla terá um montante de R$620 reais.

Juros Composto

Essa taxa é calculada sobre o valor acumulado, que aumenta a cada período. É utilizado na maioria das operações financeiras, como financiamentos, empréstimos,

correção da poupança, entre outros. A fórmula utilizada para calcular os juros compostos é:

$M = C (1+i)t$, sendo que:

J = juros

C = capital

i = taxa fixa

t = período de tempo

M = montante

Exemplo:

1. Qual o montante de um capital de R$12.000 aplicado durante três anos em uma instituição financeira que paga uma taxa de 1,5% de juros compostos.

$M = C^*(1+i)t$

$M = 12000 \text{ x } (1 + 0{,}015)36$

$M = 12000 \text{ x } 1{,}01536$

$M = 12000 \text{ x } 1{,}70914$

$M = 20.509{,}68$

O montante será de R$20.509,68.

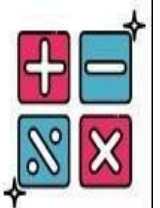
Matemática financeira no dia a dia

A matemática financeira foi muito importante para o processo de desenvolvimento da economia. Atualmente, ela é utilizada tanto por empresas como por pessoas nas mais diversas situações.

Quem deseja comprar uma casa de praia e possui um dinheiro na poupança precisa optar por pagar à vista ou financiado. Essa escolha será feita com base no que for mais vantajoso para o comprador, com a menor taxa de juros. Esse cálculo é possível por meio da matemática financeira.

O mesmo ocorre no momento de comprar um smartphone. Se será comprado à vista, no boleto ou cartão de crédito, vai depender do que for mais rentável para o comprador, como a menor taxa de juros ou possíveis descontos.

Já no caso das empresas, a matemática financeira também é de extrema importância. Transações financeiras, recursos mais viáveis, lucro mensal, balanço, controle da folha de pagamento, todos esses itens fundamentais para a saúde financeira de uma organização dependem de alguma forma da matemática financeira.

Nesse sentido, compreender os cálculos básicos da matemática e sua aplicabilidade pode facilitar a vida financeira em muitos aspectos, desde ações simples, como comprar um bem ou como avaliar o lucro de uma empresa.

01. (UECE) Renato contratou um empréstimo de R$1.400,00, para pagar um mês depois, com juros de 15% ao mês. Ao final do mês, não podendo pagar o total, deu por conta apenas R$750,00 e, para o restante, firmou um novo contrato nas mesmas bases do anterior, o qual foi pago integralmente um mês depois. O valor do último pagamento foi

R$889,00.

R$939,00.

R$989,00.

R$1.009,00.

02. (ESA) Um capital de R$1.000,00 foi aplicado a juros compostos a uma taxa de 44% a.a..

Se o prazo de capitalização foi de 180 dias, o montante gerado será de

R$1.440,00.

R$1.240,00.

R$1.680,00.

R$1.200,00.

R$ 1.480,00

03. (FGV-SP) Um empréstimo de R$200 000,00 deve ser pago em duas parcelas anuais, daqui a um e a dois anos, sendo a segunda o dobro da primeira.

Sabendo que, nos empréstimos, são cobrados juros compostos à taxa de 20% ao ano, o total de juros a serem pagos é:

R$85 000,00

R$90 000,00

R$70 000,00

R$75 000,00

R$80 000,00

04. (UECE) A loja O GABI oferece duas opções de pagamentos em suas vendas, a partir do valor constante nas mercadorias: à vista, com 30% de desconto, ou em dois pagamentos mensais e iguais, sem desconto, sendo o primeiro pagamento feito no ato

da compra. Admitindo-se que o valor real de venda corresponde ao valor pago nas compras à vista, a taxa mensal de juros embutida nas vendas a prazo é

70%.

150%.

85%.

110%.

05. (UFU) Um comerciante está negociando o valor V da venda à vista de uma mercadoria que foi adquirida com seu fornecedor um mês antes por R$1000,00 com 4 meses de prazo para pagamento (sem pagar juros). Sabe-se que o comerciante aplica esse valor V à taxa de 2% de juros (compostos) ao mês para viabilizar o pagamento futuro da mercadoria.

Para que a atualização do valor associado à venda dessa mercadoria forneça, na data do pagamento do fornecedor, um lucro líquido de R$200,00, a venda à vista deve ser de

Obs.: use a aproximação 1,0612 para $(1,02)^3$ *e, ao expressar um valor monetário, faça o arredondamento na segunda casa decimal, considerando unidades inteiras de centavos.*

R$942,33.

R$1.130,80.

R$1.232,89.

R$1.108,62.

06. (ESPM) Uma importância de R$10 000,00 foi aplicada a juros compostos de 4% ao mês durante 10 meses. Sabendo-se que log 1,04 = 0,017 e log 1,48 = 0,17, podemos concluir que os juros obtidos nessa aplicação foram de:

R$ 3.200,00

R$ 3 600,00

R$ 3 800,00

R$ 4.200,00

R$ 4 800,00

07. (FGV-SP) Um capital de R$5.000,00 é aplicado a juros compostos à taxa de juro de 50% ao ano. Simultaneamente, um outro capital de R$500,00 também é aplicado a juros compostos à taxa de juro de 100% ao ano. Depois de quanto tempo de aplicação os montantes serão iguais?

(Adote os valores: log 2 = 0,301 e log 3 = 0,477)

8 anos.

6,8 anos.

7,2 anos.

6,4 anos.

7,6 anos.

08. (ESPM) No dia 1° de abril, Paulo fez uma aplicação financeira, com capitalização mensal, no valor de R$1 000,00. No dia 1° de maio, depositou outros R$1 000,00 na mesma aplicação. No dia 1° de junho, ele resgatou toda a aplicação e, com mais R$690,00, comprou a tão sonhada TV digital que custava R$3 000,00. A taxa mensal de juros dessa aplicação era de:

8%

6%

10%

9%

7%

09. (FGV-SP) Certo capital foi aplicado em regime de juros compostos. Nos quatro primeiros meses, a taxa foi de 1% ao mês e, nos quatro meses seguintes, a taxa foi de 2% ao mês.

Sabendo-se que, após os oito meses de aplicação, o montante resgatado foi de R$ 65.536,00, então o capital aplicado, em reais, foi aproximadamente igual a

Dado: 65536 = 216

3,668.

3,728.

3,788.

3,888.

3,968.

10. (ACAFE) O preço de uma marmita fornecida por um restaurante teve três aumentos durante o último ano: o primeiro de 12,5%, o segundo de 10% e o último também de 10%.

Sabendo que após esses aumentos essa mercadoria passou a ser vendida por R$ 10,89, é correto afirmar que o aumento do valor dessa marmita, no último ano, foi de:

R$2,89.

R$8,00.

R$3,53.

R$2,67.

11. (FGV-RJ) Adotando os valores log 2 = 0,30 e log 3 = 0,48 , em que prazo um capital triplica quando aplicado a juros compostos à taxa de juro de 20% ao ano?

5 anos e meio

6 anos

6 anos e meio

7 anos

7 anos e meio

12. (FGV-SP) Ao aplicar hoje 100 mil reais a juros compostos a uma taxa de juros anual positiva, Jaime receberá 60 mil reais daqui a um ano e 55 mil reais daqui a dois anos.

Se a mesma aplicação fosse feita por dois anos a juros compostos e à mesma taxa anterior, Jaime receberia:

127 mil reais.

118 mil reais

121 mil reais.

115 mil reais.

124 mil reais.

13. (UECE) Lúcia comprou um vestido pagando em duas prestações mensais, sendo a primeira de R$119,34, paga um mês após a compra, e a segunda de R$260,10. Se a loja atualiza, a cada mês, o valor devido em 2%, qual o preço do vestido será pago à vista?

R$365,00.

R$367,00.

R$369,00.

R$371,00.

14. (FGV-SP) Um capital aplicado a juros compostos a uma certa taxa anual de juros dobra a cada 7 anos.

Se, hoje, o montante é R$250 000,00, o capital aplicado há 28 anos é um valor cuja soma dos algarismos vale

20

17

19

21

18

15. (ESA) Um agricultor colheu dez mil sacas de soja durante uma safra. Naquele momento a soja era vendida a R$40,00 a saca. Como a expectativa do mercado era de aumento de preços, ele decidiu guardar a produção e tomar um empréstimo no mesmo valor que obteria se vendesse toda a sua produção, a juros compostos de 10% ao ano. Dois anos depois, ele vendeu a soja a R$50,00 a saca e quitou a dívida.

Com essa operação ele obteve

Prejuízo de R$20.000,00.

Lucro de R$20.000,00.

Prejuízo de R$16.000,00.

Lucro de R$16.000,00.

Lucro de R$ 60.000,00

Matemática Financeira
PORCENTAGEM
TAXA PERCENTUAL
AUMENTO PERCENTUAL
DECONTO PERCENTUAL
CÁLCULO PERCENTUAL
JUROS COMPOSTOS
Fórmula: M = C . (1 + i) n
M = C + J
I = M - C
M = MONTANTE
C = CAPITAL APLICADO
I = TAXA DE JUROS
N = TEMPO DE APLICAÇÃO
J = JUROS COMPOSTOS
JUROS SIMPLES
I = C . I . T
J = JUROS
C = CAPITAL
I = TAXA
T= TEMPO
PROPRIEDADES DOS NÚMEROS
PROPRIEDADE COMUTATIVA
PROPRIEDADE ASSOCIATIVA
PROPRIEDADE DISTRIBUTIVA
EXPRESSÕES ALGÉBRICAS
FATORAÇÃO
DESCONTOS SIMPLES
TÍTULOS DE CRÉDITOS
LETRA DE CÂMBIO
DUPLICATA
NOTA PROMISSÓRIA

Matemática Financeira

L3 - Juros simples

1) Calcular os juros simples de R$ 1200,00 a 13% a.t. por 4 meses e 15 dias.
   Resp. 234

2) Calcular os juros simples produzidos por R$ 40.000,00, aplicados à taxa de 36% a.a., durante 15 dias. Resp. R$ 5.000,00

3) Qual o capital que aplicado a juros simples de 1,2% a.m. rende R% 3.500,00 de juros em 75 dias?
   Resp. R$ 116.666,67

4) Se a taxa de uma aplicação é de 150% ao ano, quantos meses serão necessários para dobrar um capital aplicado através de capitalização simples?

Resp. n = 2/3 = 8 meses

5) Calcular o montante resultante da aplicação de R$ 70.000,00 à taxa de 10,5% a.a. durante 145 dias.
   Resp. R$ 72.960,42

6) A quantia de R$ 3.000,00é aplicada a juros simples de 5% ao mês, durante cinco anos. Calcule o montante ao final dos cinco anos. Resp. R$ 12.000,00

7) Calcule o montante ao final de dez anos de um capital R$ 10.000,00 aplicado à taxa de juros simples de 18% ao semestre (18% a.s.). Resp. R$ 46.000,00

8) Quais os juros produzidos pelo capital R$ 12.000,00, aplicados a uma taxa de juros simples de 10% ao bimestre durante 5 anos? Resp. R$ 36.000,00

9) Certo capital é aplicado em regime de juros simples, à uma taxa mensal de 5%. Depois de quanto tempo este capital estará duplicado?Resp. 20 meses

10) Certo capital é aplicado em regime de juros simples, à uma taxa anual de 10%. Depois de quanto tempo este capital estará triplicado?Resp. 20 anos

Juros
@MATEMATICAPARAPROFESSORES
Juros Simples
J=C·i·t
TEMPO
TAXA
M=C+J
Juros
CAPITAL
MONTANTE
M=C+J ou M=C·(1+i·t)
* Conteúdos relacionados:
• Função do 1º grau
• Progressão Aritmética
Juros Compostos
M=C·(1+i)
t
* Conteúdos relacionados:
• Função Exponencial
• Logaritmo
• Progressão Geométrica

Expressão algébrica com expoente 1 na incógnita

Equação do primeiro grau é uma sentença aberta que expressa igualdade. Sua forma reduzida é representada por $ax + b = 0$, onde a e b são números reais e diferentes de 0 (zero) e x é uma incógnita com valor desconhecido.

Veja alguns exemplos:

- $3x + 8 = 0$
- $x - 2 = 6x + 1$
- $2y - 2 = 0$

De modo geral, as equações são definidas como igualdades entre expressões algébricas, com a presença de uma ou mais incógnitas – frequentemente representadas pelas letras minúsculas x, y e z. Toda equação também possui o 1º membro (antes do sinal de igualdade) e o 2º membro (depois do sinal de igualdade).

Na expressão geral $ax+b = 0$, a é coeficiente da incógnita, do termo independente e determina o tipo de equação a partir do seu expoente. As expressões que o possuem apenas uma variável, o grau é determinado pelo maior valor do expoente. Já aquelas que possuem duas ou mais variáveis, o grau é determinado pela expressão como um todo, mas levando em consideração cada monômio. Veja alguns exemplos:

- *Na equação do primeiro grau, o expoente da incógnita é 1. Exemplo: $x + 4 = 0$;*
- *Na equação do segundo grau, o expoente é 2. Exemplo: $4x^2 + x - 3 = 0$;*
- *Na equação do terceiro grau, o expoente é 3. Exemplo: $2x^3 + y = 2$;*

Como solucionar uma equação do primeiro grau

Agora que você já conhece as características da equação do primeiro grau e demais equações, o próximo passo é resolvê-la, ou seja, identificar o valor da incógnita a fim de verificar se a igualdade é verdadeira. Para tal, algumas situações precisam ser observadas:

- Equação possível e determinada: possui uma quantidade finita de raízes ou soluções. No caso da equação do primeiro grau, existe apenas uma;

- Equação possível e indeterminada: possui uma quantidade infinito de soluções e será verdadeira para qualquer valor real assumido pela incógnita;

- Equação impossível: não possui soluções, porque nenhum valor utilizado irá satisfazer a equação.

Para demonstrar o passo a passo da resolução de uma equação do primeiro grau, usaremos como exemplo a expressão $6x + 3 = 4x + 5$. *Acompanhe as etapas:*

1) Se necessário, os elementos variáveis devem ser separados dos elementos constantes. Quando houver a troca de posição entre membros, o sinal também deve ser alterado:

$6x + 3 = 4x + 5$

$6x - 4x = 5 - 3$

2) As operações entre os termos semelhantes devem ser resolvidas:

$2x = 2$

3) O coeficiente da incógnita x, que está no 1º membro, deve deslocar-se para o outro lado e ser dividido pelo elemento que pertencente ao 2º membro da equação:

$x = 2/2$

$x = 1$

O valor de x é 1. Pode-se ainda fazer uma verificação para confirmar se o valor encontrado de fato satisfaz a equação. Para isso, basta substituir na equação o x pelo valor encontrado:

$6x + 3 = 4x + 5$

$6 . 1 + 3 = 4.1 + 5$

$6 + 3 = 4 + 5$

$9 = 9$ *(a igualdade é verdadeira)*

Observação! A resolução das expressões numéricas obedece a uma ordem de prioridade: 1º potenciação e radiciação; 2º multiplicação e divisão e 3º soma e subtração. Se existir mais de uma operação com a mesma prioridade na expressão, elas sempre devem ser resolvidas da esquerda para direita.

Em relação às equações, se a parte variável for negativa (menor que 0) é necessário multiplicar os membros por -1. Há também casos de expressões que envolvem símbolos (parênteses, colchetes e chaves), quando surgir a forma a(b + c) deve-se aplicar a propriedade distributiva.

Dada a equação $10 – (8x – 2) = 5x + 2(- 4x + 1)$, *veja na prática como resolver essa equação do primeiro grau com parentes e o valor de x:*

$10 – 8x + 2 = 5x – 8x + 2$

$– 8x – 5x + 8x = + 2 – 10 – 2$

$– 13x + 8x = – 10$

$– 5x = – 10. (-1)$

$5x = 10$

$x = 10/5$

$x = 2$

Agora vamos fazer a verificação:

10 – (8x – 2) = 5x + 2(- 4x + 1)

10 – (8. 2 – 2) = 5. 2 + 2(- 4. 2 + 1)

10 – (16 – 2) = 10 + 2(-8 + 1)

10 – (14) = 10 + 2(-7)

10 – 14 = 10 – 14

- 4 = - 4 (a igualdade é verdadeira)

INEQUAÇÃO

Desigualdade entre membros

A inequação é definida pela comparação entre os coeficientes de uma sentença matemática. Diferentemente da equação de primeiro e segundo grau, que são dadas por igualdades, nesse conceito existe uma ordem entre os termos.

Os símbolos empregados servem para comparar e, por isso, recebem o nome de maior que (>); menor que (<); maior ou igual (≥) e menor ou igual (≤).

Inequação do 1° Grau

Caracteriza-se por inequação de 1° grau a desigualdade na variável x que pode assumir as formas de ax + b > 0; ax + b ≥ 0 ; ax+b < 0 ou ax + b ≤ 0. Para isso, os valores de "a" e "b" devem participar do conjunto dos números reais, e o coeficiente a ser diferente de zero.

O cálculo de uma inequação precisa encontrar o conjunto com os resultados possíveis de x que torne a sentença verdadeira. Vejamos:

$5x - x < - 6 + 18$

O primeiro passo é solucionar como se fosse uma equação do primeiro grau, ou seja, conservar as variáveis x e utilizar a regra dos sinais:

$5x - x < - 6 + 18$

$4x < 12$

$x < 12/4$

$x < 3$

Logo, o conjunto solução é S: $\{x \in R; x < 3\}$. O resultado também pode ser escrito em notação de intervalos reais, que, neste exemplo, sinaliza que os valores menores que 3 tornam a inequação correta, ou seja:

Dado $16x - 32 \geq 0$, temos:

$16x - 32 \geq 0$

$16x \geq 32$

$x \geq 32/16$

$x \geq 2$

Portanto, o conjunto solução é $S = \{x \in R; x \geq 2\}$. Já na notação de intervalos, ao invés do círculo vazio, ele aparece totalmente preenchido. Isso ocorre porque todos os valores maiores que 2 e ele mesmo integram a solução.

Considerando $3x - 3 \leq - 21$, percebe-se:

$3x \leq - 21+3$

$3x \leq - 18$

$x \leq -18/3$

$x \leq - 6$

Sendo assim, os resultados menores ou iguais a - 6 satisfazem a questão, isto é: $S = \{x \in R; x \leq -6\}$.

Sistemas

A formação de sistemas lineares, que é comum nas equações de nível um, também acontece com as inequações de primeiro grau. Para resolvê-los é necessário encontrar cada variável x separadamente e, logo depois, estabelecer o conjunto solução entre as desigualdades.

Exemplo de sistema.

$4x + 12 \geq 0$

$4x \geq -12$

$x \geq -12/4$

$x \geq -3$

Notem que qualquer valor maior ou igual a - 3 satisfaz a sentença.

$x + 7 < 0$

$x < -7$

Agora, qualquer valor menor que -7 torna a inequação correta.

Comparando o resultado das suas variáveis, temos que o conjunto solução é $S = \{x \in R; x < -7$ ou $x \geq -3\}$. A representação gráfica é:

Inequação do 2° Grau

Configura-se como inequação do 2° grau uma desigualdade na variável x cujo o maior expoente é de grau 2. Ela pode aparecer nas formas de $ax^2 + b > 0$; $ax^2 + b \geq 0$; $ax^2+b < 0$ *ou* $ax^2 + b \leq 0$, *sendo os coeficientes números reais e a diferente de zero.*

A chave para calcular uma inequação de nível dois depende do estudo de sinais e do seguinte roteiro:

- *Encontrar as raízes reais através da Fórmula de Bhaskara;*
- *Identificar no eixo das abscissas (x) os valores que tornam a sentença verdadeira;*
- *Elaborar o gráfico, que neste caso é uma parábola, passando pelas raízes.*

Entenda melhor na questão a seguir:

Dado $x^2 - 2x - 3 \leq 0$, *temos* $a = 1$; $b = 2$; $c = -3$

De acordo com a Fórmula de Bhaskara, precisamos determinar a discriminante:

$\Delta = b^2 - 4ac$

$\Delta = 2^2 - 4.1.(- 3)$

$\Delta = 4 + 12$

$\Delta = 16$

Depois, devemos substituir os coeficientes e o delta encontrado:

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{\Delta}}{2.a}$$

$$x = \frac{-2 \pm \sqrt{16}}{2.1}$$

$$x = \frac{-2 \pm 4}{2}$$

Cálculo das raízes.

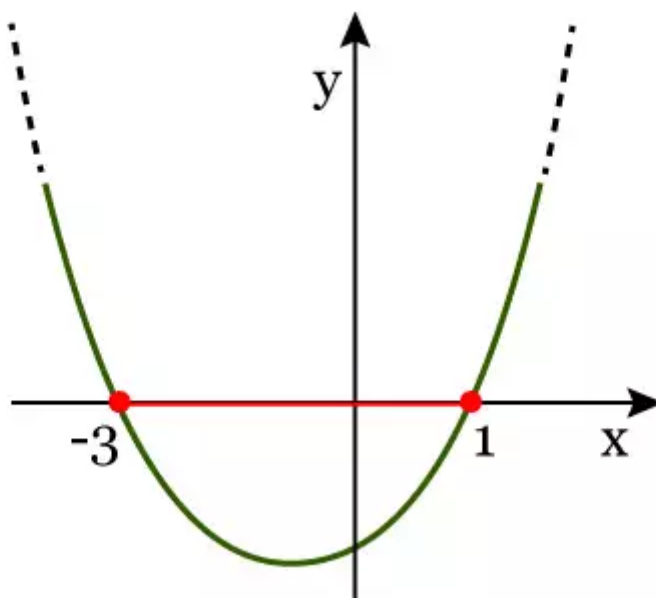
Repare que na fórmula aparece o sinal de ±. Ele estabelece que duas operações precisam ser realizadas: uma com o discriminante positivo e outra com negativo:

$$x' = \frac{-2+4}{2} = \frac{2}{2} = 1$$

$$x'' = \frac{-2-4}{2} = \frac{-6}{2} = -3$$

Cálculo das raízes.

Desta forma, o conjunto solução é S= {x ∈ R; - 3 ≤ x ≤ 1}.

Como as raízes encontradas são reais e o coeficiente de a é maior que zero, a concavidade da parábola do gráfico será voltada para cima:

Sistemas de inequações

Antes de apresentarmos o conteúdo de sistemas de inequações é imprescindível que o leitor conheça os conceitos de intervalos reais, inequações do 1º grau e sistemas de equações.

Um sistema de inequações obedece às mesmas propriedades de um sistema de equações, sendo que o mesmo é formado por duas ou mais equações de uma variável e as expressões são desigualdades. A solução de um sistema de inequações também será dada por um intervalo real, ou seja, um conjunto de soluções. Vamos relembrar alguns conceitos de inequações do primeiro grau:

Se $x \geq y$*, dizemos que x é maior ou igual a y;*

Se $x > y$*, então x é maior do que y;*

Se $x \neq y$*, dizemos que x é diferente de y.*

Agora, algumas propriedades a respeito das desigualdades:

Reflexiva: $x \geq y$

Anti Simétrica: $x \geq y$ *e* $y \geq x \Rightarrow x = y$

Transitiva: $x \geq y$ *e* $y \geq z \Rightarrow x \geq z$

Compatibilidade com a Adição: $x \geq y \Rightarrow x + z \geq y + z$

Compatibilidade com a Multiplicação: $x \geq y$ *e* $z \geq 0 \Rightarrow xz \geq yz$

Resolvendo um sistema de inequações

Exemplo 1) Vamos encontrar o conjunto solução do sistema dado por:

O nosso conjunto de soluções é dado pela intersecção dos dois intervalos acima. Como podemos observar, não há elementos presentes simultaneamente em ambos os

intervalos, então a solução é um conjunto vazio.

$$\begin{cases} x + 4 < 0 \\ x - 8 > 0 \end{cases}$$

Obtendo o valor de x nas expressões separadamente temos:

$$x + 4 < 0$$
$$x < -4$$

$$x - 8 > 0$$
$$x > 8$$

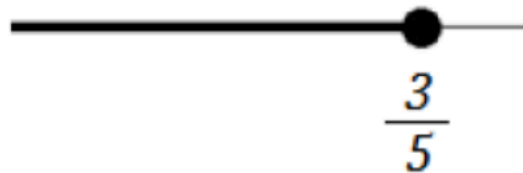
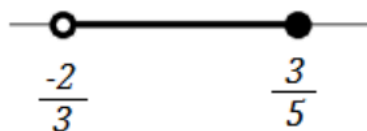
$$S = \{x \in \mathbb{R} : x < -4 \text{ ou } x > 8\}$$

$$S =]-\infty, -4[\cap]8, +\infty[$$

$$S = \{\emptyset\}$$

<u>Exemplo 2</u>) Agora vamos solucionar o sistema abaixo:

$$\begin{cases} 3x + 2 > 0 \\ 5x - 3 \leq 0 \end{cases}$$

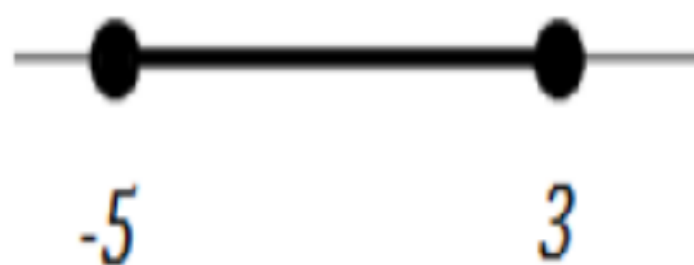
Solucionando separadamente temos:

Neste caso perceba que o conjunto solução desta equação será o intervalo:

$$S = \left\{x \in \mathbb{R} : -\frac{2}{3} < x \leq \frac{3}{5}\right\} = \left]-\frac{2}{3}; \frac{3}{5}\right]$$

<u>Exemplo 3</u>) Um sistema de inequações também pode ser escrito de uma forma linear, contendo duas desigualdades. Veja abaixo:

$$-3 \leq x + 2 \leq 5$$

Neste caso podemos reescrever como:

$$\begin{cases} x + 2 \geq -3 \\ x + 2 \leq 5 \end{cases} \Rightarrow \begin{cases} x + 5 \geq 0 \\ x - 3 \leq 0 \end{cases}$$

Sendo assim, o nosso conjunto solução será dado por:

$$[-5, 3] = \{x \in \mathbb{R} : -5 \leq x \leq 3\}$$

Equações de 1° grau com uma incógnita: do valor desconhecido à clareza das ideias

Historiando

Milhares de anos atrás, as equações já eram bastante utilizadas. O acesso a essa maravilhosa ferramenta matemática era muito complexo, tendo em vista os poucos recursos matemáticos da época. Os matemáticos hindus usavam conceitos sobre equação para disputarem em concursos públicos de testes intelectuais onde um matemático formulava perguntas para que o outro desse a resposta e vice-versa.

As equações eram também utilizadas para demonstrarem truques de magias, resolução de quebra-cabeças e problemas de diversas naturezas que geralmente eram envoltos num misto de mistério e intelectualidade.

A primeira referência sobre equação que se tem registro data de aproximadamente 4000 anos pretéritos, o Papiro de Rhind. Este documento traz várias inscrições de problemas matemáticos, na maioria, solucionados através de equações. Como os egípcios não detinham o conhecimento algébrico, suas soluções equacionais eram complexas e, praticamente, inacessíveis.

Os matemáticos gregos chegavam à resolução das equações por meios geométricos. Estes, como eram de muito difícil compreensão, ficavam restritos somente às mãos de poucos indivíduos, verdadeiros donos de uma rara inteligência abstrata. Já na Arábia, teve origem uma aproximação do que hoje chamamos de x para indicar valores desconhecidos. Na língua árabe a palavra desconhecida é escrita xay. Numa tradução informal e econômica de letras, nasce o x. O matemático árabe de maior representatividade viveu no século IX, Al- Khowarizmi.

A inserção de símbolos matemáticos e o uso de letras para representar valores desconhecidos nas equações foram concebidos por François Viète, matemático francês responsável, também, pelo estudo das propriedades das equações do tipo ax + b = 0, ou seja, equações de 1° grau na incógnita x. Atualmente as equações são conhecidas como o idioma da álgebra.

Incógnitas e coeficientes

Já foi dito que em tempos remotos os valores desconhecidos de um determinado problema eram nomeados pelos árabes de xay e em outros casos, até mesmo por outros povos, a sua referência era feita através de figuras geométricas. Em dias atuais a nomenclatura utilizada para determinar o que se quer encontrar em problemas matemáticos é incógnita. Esta palavra deriva do latim incógnito que também significa coisa desconhecida.

A letra a ser usada para representar o valor desconhecido fica a critério do autor da questão, o que realmente importa é a facilitação do cálculo de equações com a introdução dessa ferramenta algébrica aliada a aritmética, a geometria e tantos outros ramos da matemática. Sendo assim, pode-se, ao invés do x, usar-se a, b, c, d,... z, etc.

Em linguagem matemática, se temos uma expressão do tipo $2x - 4 = 0$ *destacam-se:*

2 e 4 são coeficientes – representam respectivamente fator e subtraendo da equação exemplificada;

x é incógnita – valor desconhecido ao qual se está buscando encontrar;

para $x = 2$ *temos uma sentença verdadeira, ou seja,* $2 . 2 - 4 = 0$*. Ao valor que substituído pela incógnita torna a sentença verdadeira dá-se o nome de* ***raiz da equação****. Nesse caso o algarismo 2 é a raiz da equação* $2x - 4 = 0$*.*

Exemplos

$4x + 16 = 0$*, 4 e 16 são coeficientes, x é incógnita;*

$n - 2 = 0$*, 1 e -2 são coeficientes (o desprezo do 1 não altera o equilíbrio da equação uma vez* $1.n = n$*) e n é a incógnita;*

$1/3a - 5/3 = 0$*, 1/3 e 5/3 são coeficientes, a é a incógnita.*

A equação de 1° grau

O fundamento das equações é alicerçado no próprio sentido etimológico da palavra equação. Esta palavra deriva de equacione, do latim, e significa equacionar, igualar. Baseado na definição etimológica da palavra equação entende-se que devemos procurar igualar o lado esquerdo ao lado direito da expressão. Quando isso acontece, diz-se que temos uma sentença verdadeira, uma igualdade, uma equação.

Toda expressão do tipo $ax + b = 0$*, com* $a \neq 0$*, representa uma equação de primeiro grau na incógnita x, onde a e b são os coeficientes da equação e x é a incógnita.*

O coeficiente a deve ser diferente de zero ou então não teríamos a caracterização de equação, uma vez que o valor da incógnita também assumiria zero, neutralizando a nossa busca pelo elemento desconhecido. Além disso, não seria possível tornar a sentença verdadeira, fundamento primordial da equação. Acompanhem a expressão $0x + 9 = 0$:

$0x + 9 = 0$,   *como* $0 \cdot x = 0$ *temos*

$0 + 9 = 0$.

A sentença é falsa, pois $9 \neq 0$. *Logo não temos uma equação (igualdade).*

A caracterização de 1° grau se dá pelo fato da incógnita estar elevada ao expoente 1, vejam:

Por definição, todo número elevado à primeira potência resulta nele próprio. Sendo assim, omite-se o expoente 1, pois sua ausência, nesse tipo de situação, não desequilibra a sentença matemática.

Os princípios da balança, da adição e da multiplicação

Para compreendermos melhor a ideia de igualdade, é necessário que conheçamos o princípio da balança. Este princípio consiste em tornar os dois lados da igualdade equilibrados, com o mesmo "peso". Basta para isso que imaginemos uma balança de dois pratos em perfeito estado de equilíbrio, ou seja, mesmo peso em ambos os pratos.

Dividamos a equação $ax + b = 0$ *em duas partes. Ao lado esquerdo da igualdade chamaremos primeiro membro e ao lado direito chamaremos segundo membro.*

$$\underbrace{ax + b}_{1^\circ\,\text{membro}} = \underbrace{0}_{2^\circ\,\text{membro}}$$

O primeiro membro deverá sempre estar equilibrado em relação ao segundo. Quando adicionamos, subtraímos, multiplicamos ou dividimos um número qualquer no primeiro membro devemos também realizar a mesma operação no segundo membro.

Princípio aditivo

Através do princípio aditivo podemos adicionar ou subtrair os dois membros, simultaneamente, por um mesmo número que teremos uma nova igualdade.

Princípio multiplicativo

Este princípio consiste em multiplicar ou dividir os dois membros, simultaneamente, por um mesmo número. Ao final do processo teremos uma nova igualdade.

Princípio multiplicativo

Este princípio consiste em multiplicar ou dividir os dois membros, simultaneamente, por um mesmo número. Ao final do processo teremos uma nova igualdade.

$$\underline{3x + 4 = x + 10}$$
$$3x + 4 \underline{\mathbf{-4}} = x + 10 \underline{\mathbf{-4}}$$
$$3x = x + 6$$
$$3x \underline{\mathbf{-x}} = x \underline{\mathbf{-x}} + 6$$
$$2x = 6$$
$$2x \cdot \tfrac{1}{2} = 6 \cdot \tfrac{1}{2}$$
$$\mathbf{x = 3}$$

$$\underline{1 + 6n = 3 - 2n}$$
$$1 \underline{\mathbf{-1}} + 6n = 3 \underline{\mathbf{-1}} - 2n$$
$$6n = 2 - 2n$$
$$6n + \underline{\mathbf{2n}} = 2 - 2n + \underline{\mathbf{2n}}$$
$$8n = 2$$
$$8n \cdot \tfrac{1}{8} = 2 \cdot \tfrac{1}{8}$$
$$\mathbf{n = \frac{1}{4}}$$

Regra prática

Existe um mecanismo prático para solucionar equações. Basta que sigamos algumas dicas:

Reservamos o primeiro membro (lado esquerdo da igualdade) somente para os valores desconhecidos (incógnitas);

Ao segundo membro pertencerão os números não acompanhados da incógnita;

Quando mudarmos um número ou uma incógnita de um membro para o outro invertermos seu sinal.

Exemplos

$3b = -b + 24$	$10m + 3 = m$
$3b + b = 24$	$10m - m = -3$
$4b = 24$	$9m = -3$
$b = 24 : 4$	$m = -3 : 9$
$b = 6$	$m = -\frac{1}{3}$

Resolução de problema

> Daniel é filho único e por isso tem uma boa mesada. O seu sonho era comprar uma skate e ser igual aos grandes skatistas brasileiros. Certo dia, ao entrar numa loja, ele encontrou uma ótima promoção: "*Compre um skate e leve grátis uma bola de futebol*".
> Sabe-se que o triplo do preço do skate com o preço da bola (R$ 50,00) dá um valor de R$ R$ 650,00. Ajude Daniel, encontre o valor unitário do skate.

Chamemos de ***x*** *o preço skate;* ***3x*** *é o triplo do preço do skate;* ***R$ 50,00*** *é preço da bola;* ***R$ 650,00*** *é a soma de* ***3x*** com ***R$50,00.***

Exemplos

$$\underline{3b = -b + 24}$$
$$3b \underline{+ b} = 24$$
$$4b = 24$$
$$b = 24 \underline{: 4}$$
$$b = 6$$

$$\underline{10m + 3 = m}$$
$$10m \underline{- m} = \underline{-3}$$
$$9m = -3$$
$$m = -3 \underline{: 9}$$
$$m = -\frac{1}{3}$$

Resolução de problema

> Daniel é filho único e por isso tem uma boa mesada. O seu sonho era comprar uma skate e ser igual aos grandes skatistas brasileiros. Certo dia, ao entrar numa loja, ele encontrou uma ótima promoção: "*Compre um skate e leve grátis uma bola de futebol*".
> Sabe-se que o triplo do preço do skate com o preço da bola (R$ 50,00) dá um valor de R$ R$ 650,00. Ajude Daniel, encontre o valor unitário do skate.

*Chamemos de **x** o preço skate; **3x** é o triplo do preço do skate; **R$ 50,00** é preço da bola; **R$ 650,00** é a soma de **3x** com **R$50,00.***

Lista de exercícios retirados de vestibulares sobre Equações de 1° grau com uma incógnita.
Ler artigo Equações de 1° grau com uma incógnita: do valor desconhecido à clareza das ideias.

Exercício 1: (PUC-RIO 2008)

O número de soluções da equação $x = \sqrt{6-x}$, com x > 0, é igual a:

A) ○ 0 .

B) ○ 1 .

C) ○ 2 .

D) ○ 3 .

01. (FGV-SP) Quantos são os valores inteiros de x que satisfazem $-2 \leq 2x + 5 \leq 10$?

Infinitas

6

4

7

5

02. (UFU) Suponha que, para realizar traduções de textos egípcios para um museu brasileiro, um tradutor X cobre um preço fixo de R$440,00, acrescidos de R$3,20 por linha traduzida. Por outro lado, um tradutor Y, para executar o mesmo trabalho, cobra um fixo de R$800,00, mas de R$2,30 por linha traduzida.

Nessas condições, o número que corresponde à quantidade mínima de linhas a serem traduzidas de modo que o custo seja menor se for realizado pelo tradutor Y é,

Um quadrado perfeito

Divisível por 5

Um número ímpar

Divisível por 3

03. (IFNMG) A produção sustentável tem se tornado a bandeira de muitas indústrias, ressaltando o uso consciente dos recursos naturais em seus produtos. Uma empresa, que aderiu à sustentabilidade, trabalha com a produção de taças especiais e tem gastos fixos de R$200,00 mais o custo de R$2,00 por taça produzida. Sabendo-se que cada unidade será vendida a R$10,00, quantas taças deverão ser produzidas para que o valor arrecadado supere os gastos e gere menos impacto ao meio ambiente?

Mais de 25 taças.

Entre 19 e 24 taças.

Entre 15 e 18 taças.

Menos de 15 taças.

04. (FAG Medicina) Quantos números inteiros satisfazem simultaneamente as desigualdades $2x + 3 \leq x + 7 \leq 3x + 1$:

4

1

3

2

5

05. (UFPR) Uma malharia produz camisetas personalizadas para eventos esportivos. Cada novo modelo possui um custo fixo de R$450,00 mais R$9,00 por camiseta produzida.

Sabendo que cada camiseta será vendida por R$ 20,00, a desigualdade que permite calcular o número de camisetas a serem vendidas para que se tenha um lucro de no mínimo R$ 1.000,00 é:

$20n + 9(50 + n) \leq 1000$.

$10(2n - 45) - 9n \leq 1000$.

$9(50 + n) - 20n \geq 1000$.

$10(45 + 2n) - 9n \geq 1000$.

$20n - 9(50 + n) \geq 1000$.

06. (UNICENTRO) Para que a divisão 2 x–174 [illegible] seja sempre positiva, é CORRETO afirmar que o menor valor inteiro que satisfaz essa condição é um número

Primo.

Múltiplo de 4.

Múltiplo de 9.

Divisor de 68.

Divisor de 82.

07. (IFAL) Para pintar sua casa, Marcos encontra dois pintores: Antônio, que cobra um valor contratual de R$ 100,00 e mais R$ 10,00 por m2 de área pintada, e Benedito, que cobra R$ 200,00 no contrato e mais R$ 6,00 por m2 de pintura. Acima de quantos m2 de área pintada é mais econômico contratar Benedito?

5.

10.

15.

20.

25.

08. (UNIPÊ) Em recente estudo-teste realizado com determinado grupo de pacientes, observou-se que todos receberam, ao longo de uma semana, a mesma dose diária dos comprimidos M e dos comprimidos N. Sabe-se que a dose de M é de 4 unidades ao dia, e o intervalo entre os comprimidos N não pode ser menor do que 3 horas.

Se, ao todo, foram consumidos 546 comprimidos, pode-se concluir que o número de pacientes do grupo está no intervalo

[25 , 30[

[20 , 25[

[15 , 20[

[10 , 15[

[5 , 10[

09. (UCPEL) Os valores reais de x que satisfazem a inequação [illegible] < 1 + [illegible]

$1 < x \leq 11$

$X < 11$

$2 \leq x \leq 11$

$X > 11$

$5 \leq x < 11$

10. Com o objetivo de melhorar a sua arrecadação no recolhimento do Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU), a prefeitura de uma cidade do interior cearense lançou uma promoção que consta de dois planos. Pelo plano A, o proprietário do imóvel pagará R$100,00 mais 5% do valor do imóvel; no plano B, o proprietário pagará R$900,00 mais 2% do valor do imóvel. Com base nesses dados podemos afirmar que:

Se o valor do imóvel é maior que R$ 30.000,00, então o proprietário desse imóvel deve escolher o plano A

Se o valor do imóvel é menor que R$30.000,00, então o proprietário desse imóvel deve escolher o plano A.

Se o valor do imóvel é menor que R$30.000,00 então o proprietário desse imóvel deve escolher o plano B.

Se o valor do imovel é R$30.000,00 então o proprietário desse imóvel deve escolher o plano B.

Se o valor do imóvel é R$30.000,00, então o proprietário pagará o mesmo valor para os planos A e B.

11. (UVA) Se $x < 6$ e $6 < y$, pode-se dizer que:

$X = y$.

$X > y$.

$X < y$.

$X=6$.

12. (UERR) Quantos números inteiros estritamente positivos são solução da inequação $5x - 6 > 3x + 14$?

8

10

11

9

Nda

13. (UECE) A quantidade de números primos p que satisfazem a condição $2p^2 + 30 \leq 19p$ é

2.

3.

4.

5.

1. (Fuvest) Um casal tem filhos e filhas. Cada filho tem o número de irmãos igual ao número de irmãs. Cada filha tem o número de irmãos igual ao dobro do número de irmãs. Qual é o total de filhos e filhas do casal?

3

4

5

6

7

2. (Pucsp) Um feirante compra maçãs ao preço de R$0,75 para cada duas unidades e as vende ao preço de R$3,00 para cada seis unidades. O número de maçãs que deverá vender para obter um lucro de R$50,00 é

40

52

400

520

600

3. (Puccamp) Em uma festa, os rapazes presentes combinaram fazer o seguinte: um deles dançaria apenas com 3 garotas, outro apenas com 5 garotas, outro com apenas com 7 garotas e assim, sucessivamente, até o último rapaz, que dançava com todas as 15 garotas. Se o número de garotas excedia o de rapazes em 15 unidades, o total de garotas e rapazes presentes nessa festa era

37

43

45

52

54

4. (Mackenzie) As x pessoas de um grupo deveriam contribuir com quantias iguais a fim de arrecadar R$15000,00 , entretanto 10 delas deixaram de fazêlo, ocasionando, para as demais, um acréscimo de R$50,00 nas respectivas contribuições. Então x vale.

60

80

95

115

120

5. (Pucmg) Um reservatório, contendo 200 litros de água, está sendo esvaziado por meio de uma torneira cuja vazão é de 200cm3 por minuto. O tempo necessário para esvaziar completamente o reservatório, em minutos, é: a

1

10

100

1000

10000

6. (Fuvest) Um automóvel, modelo flex, consome 34 litros de gasolina para percorrer 374 km. Quando se opta pelo uso do álcool, o automóvel consome 37 litros deste combustível para percorrer 259 km. Suponha que um litro de gasolina custe R$2,20.

Qual deve ser o preço do litro do álcool para que o custo do quilômetro rodado por esse automóvel, usando somente gasolina ou somente álcool como combustível, seja o mesmo?

R$ 1,00

R$ 1,10

R$ 1,20

R$ 1,30

R$ 1,40

7. (UNESP) Duas empreiteiras farão conjuntamente a pavimentação de uma estrada, cada uma trabalhando a partir de uma das extremidades. Se uma delas pavimentar 2/5 da estrada e a outra os 81km restantes, a extensão dessa estrada é de

125km

135km

142 km

145 km

160km

8. (UFLA) Um carro percorre 10 quilômetros com 1 litro de gasolina e 7 quilômetros com 1 litro de álcool. Se o preço do litro de gasolina é de R$ 2,50, o valor do litro de álcool para o qual é indiferente utilizar álcool ou gasolina é de:

R$ 1,75

R$ 1,80

R$ 1,70

R$ 1,90

9. (UTFPR) A soma de três números consecutivos é igual a 36. O dobro do menor número somado com o quadrado do maior número é:

181.

191.

221.

321.

421.

10. (UTFPR) Viviane comprou 5 camisetas de mesmo preço por R$125,30. Qual o preço de cada camiseta?

R$22,60.

R$21,06.

R$25,60.

R$25,06.

R$23,60.

"Logaritmo é uma ferramenta muito importante não somente para a área da matemática, pois possui aplicação em diversos campos da ciência, como na geografia, química e computação.

Historicamente o logaritmo surge a fim de facilitar contas que apareciam com frequência em diversas áreas científicas. John Napier foi pioneiro nos estudos sobre logaritmos, e conseguiu desenvolver a operação capaz de transformar produtos em soma, divisões em subtrações e potências em multiplicações.

Definindo essa operação, com o tempo, outros matemáticos formalizaram definições e propriedades, além disso, foi desenvolvida também a conhecida tábua de logaritmos"

"Considere dois números reais positivos a e b, com a ≠ 0. O logaritmo de b na base a é o número x se, e somente se, a elevada a x for igual ao número b.

"

"Quando um logaritmo possui a base igual a 10, esse é chamado logaritmo decimal. Ao registrar-se um logaritmo decimal, não é necessário escrever a base 10. É convencionado que:

$$log_{10} b = log \ b$$

"Como calcular um logaritmo?

Para calcular um logaritmo, temos que procurar um número que, quando elevamos a base, resulte no logaritmando. Pegando como exemplo o logaritmo de 36 na base 6 do exemplo anterior, devemos encontrar um número que, quando elevamos a base 6, resulte em 36. Como 62 = 36, sendo a resposta 2. Vejamos mais exemplos:

1) Log 1000. Para calcular esse logaritmo, devemos encontrar um número que, elevado a 10, seja igual a 1000, isto é, 10x = 1000.

Resolvendo a equação exponencial, temos:

10x =1000

10x = 103

x = 3

$$\log 1000 = 3$$

1.Calcule o logaritmo:

$$\log_{\sqrt{7}}\left(\frac{1}{49}\right)$$

Devemos encontrar um número que, elevado à raiz de 7, seja igual a um quarenta e nove avos. Resolvendo a equação, temos:

$$\sqrt{7}^{x} = \frac{1}{49}$$

$$7^{\frac{x}{2}} = \frac{1}{7^{2}}$$

$$7^{\frac{x}{2}} = 7^{-2}$$

$$\frac{x}{2} = -2$$

$$x = -4$$

"Condição de existência do logaritmo

Considere o algoritmo a seguir:

A expressão só está definida para quando a base for maior que zero e diferente de um e quando o logaritmando for maior que zero, ou seja:

a > 0 e a ≠ 1

b > 0

$$\log_a b = x$$

Propriedade dos logaritmos

Veja a seguir as principais propriedades dos logaritmos. Todos os logaritmos aqui citados satisfazem a condição de existência.

- **Propriedade 1**

O logaritmo do produto de dois fatores é igual à soma dos logaritmos desses fatores.

$$\log_a(n \cdot m) = \log_a n + \log_a m$$

- **Propriedade 2**

O logaritmo do quociente entre dois números é igual à diferença dos logaritmos desses números.

$$\log_a\left(\frac{n}{m}\right) = \log_a n - \log_a m$$

- **Propriedade 3**

O logaritmo de uma potência é igual à multiplicação do expoente dessa potência pelo logaritmo da base da potência, em que mantemos a base do logaritmo.

$$log_a b^n = n \cdot log_a b$$

- **Propriedade 4**

O logaritmo de uma raiz é igual ao inverso do índice da raiz multiplicado pelo logaritmo, em que também mantemos a base.

$$log_a \sqrt[n]{b} = \frac{1}{n} \cdot log_a b$$

- **Propriedade 4**

O logaritmo de uma raiz é igual ao inverso do índice da raiz multiplicado pelo logaritmo, em que também mantemos a base.

$$log_a \sqrt[n]{b} = \frac{1}{n} \cdot log_a b$$

- **Propriedade 5**

O logaritmo de um número, em uma base elevada a uma potência, é igual à multiplicação do inverso do expoente dessa base.

$$log_{a^n} b = \frac{1}{n} \cdot log_a b$$

"Exercícios resolvidos

Questão 1 - (Fuvest - SP) Se x 5 = 1000 e b3 = 100, então o logaritmo de x na base b vale:

A) 0,5

B) 0,9

C) 1,2

D) 1,5

E) 2,0"

Solução

Como os números 1000 e 100 podem ser escritos na base 10, temos:

$$x^5 = 1000 \Rightarrow x^5 = 10^3 \Rightarrow x = \sqrt[5]{10^3} \Rightarrow x = 10^{\frac{3}{5}}$$

$$b^3 = 100 \Rightarrow b^3 = 10^2 \Rightarrow b = \sqrt[3]{10^2} \Rightarrow b = 10^{\frac{2}{3}}$$

Substituindo no logaritmo de x na base b e aplicando a definição, temos:

$$log_b x = log_{10^{\frac{2}{3}}} 10^{\frac{3}{5}} = y \Rightarrow (10^{\frac{2}{3}})^y = 10^{\frac{3}{5}} \Rightarrow 10^{\frac{2y}{3}} = 10^{\frac{3}{5}} \Rightarrow \frac{2y}{3} = \frac{3}{5} \Rightarrow$$

$$\Rightarrow 10y = 9 \Rightarrow y = \frac{9}{10}$$

Questão 2 - (Enem) Define-se o potencial hidrogeniônico (pH) de uma solução como o índice que indica sua acidez, neutralidade ou alcalinidade. É encontrado da seguinte maneira:

Questão 2 - (Enem) Define-se o potencial hidrogeniônico (pH) de uma solução como o índice que indica sua acidez, neutralidade ou alcalinidade. É encontrado da seguinte maneira:

$$pH = log\frac{1}{H^+}$$

Sendo H^+ a concentração de íons de hidrogênio nessa solução. O pH de uma solução, em que $H^+ = 1{,}0 \cdot 10^{-9}$, é:

Solução:

Substituindo o valor do H^+ na fórmula do pH, temos:

Solução:

Substituindo o valor do H^+ na fórmula do pH, temos:

$$pH = log\frac{1}{H^+}$$

$$pH = log\frac{1}{10^{-9}}$$

$$pH = log10^9$$

$$pH = 9 \cdot log10$$

$$pH = 9$$

PROGRESSÃO aritmética
RAZÃO (r)
é o número que é somado aos termos
r = an - an-1
r = a2 - a1
r = a3 - a2
a2 = (a1 + a3) / 2
um termo é a media aritmética do antecessor com o sucessor
TERMO GERAL
termo geral
calcular um valor de alguma posição
n = onde quer chegar
K = de onde está saindo
an = aK + (n - K) . r
SOMA
soma
S = (a1
CLASSIFICAÇÃO
@_um

A progressão aritmética – PA é uma sequência de valores que apresenta uma diferença constante entre números consecutivos.

A progressão geométrica – PG apresenta números com o mesmo quociente na divisão de dois termos consecutivos.

Enquanto na progressão aritmética os termos são obtidos somando a diferença comum ao antecessor, os termos de uma progressão geométrica são encontrados ao multiplicar a razão pelo último número da sequência, obtendo assim o termo sucessor.

Confira a seguir um resumo sobre os dois tipos de progressões.

Progressão aritmética (PA)

Uma progressão aritmética é uma sequência formada por termos que se diferenciam um do outro por um valor constante, que recebe o nome de razão, calculado por:

Onde,

r é a razão da PA;
a_2 é o segundo termo;
a_1 é o primeiro termo.

Sendo assim, os termos de uma progressão aritmética podem ser escritos da seguinte forma:

$$PA = a_1, (a_1 + r), (a_1 + 2r), (a_1 + 3r), \ldots, [a_1 + (n - 1)r]$$

Note que em uma PA de **n** termos a fórmula do termo geral (a_n) da sequência é:

$$a_n = a_1 + (n - 1) r$$

Alguns casos particulares são: uma PA de 3 termos é representada por (x - r, x, x + r) e uma PA de 5 termos tem seus componentes representados por (x - 2r, x - r, x, x + r, x + 2r).

Tipos de PA

De acordo com o valor da razão, as progressões aritméticas são classificadas em 3 tipos:

1. **Constante**: quando a razão for igual a zero e os termos da PA são iguais.

Exemplo: PA = (2, 2, 2, 2, 2, ...), onde r = 0

Note que em uma PA de n termos a fórmula do termo geral (an) da sequência é:

an = a1 + (n – 1) r

Alguns casos particulares são: uma PA de 3 termos é representada por (x - r, x, x + r) e uma PÁ de 5 termos tem seus componentes representados por (x - 2r, x - r, x, x + r, x + 2r).

Tipos de PA

De acordo com o valor da razão, as progressões aritméticas são classificadas em 3 tipos:

1. Constante: quando a razão for igual a zero e os termos da PA são iguais.

Exemplo: PA = (2, 2, 2, 2, 2, ...), onde r = 0

2. Crescente: quando a razão for maior que zero e um termo a partir do segundo é maior que o anterior;

Exemplo: PA = (2, 4, 6, 8, 10, ...), onde r = 2

3. Decrescente: quando a razão for menor que zero e um termo a partir do segundo é menor que o anterior.

Exemplo: PA = (4, 2, 0, - 2, - 4, ...), onde r = - 2

As progressões aritméticas ainda podem ser classificadas em finitas, quando possuem um determinado número de termos, e infinitas, ou seja, com infinitos termos.

Soma dos termos de uma PA

A soma dos termos de uma progressão aritmética é calculada pela fórmula:

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n).n}{2}$$

Onde, **n** é o número de termos da sequência, a_1 é o primeiro termo e a_n é o enésimo termo. A fórmula é útil para resolver questões em que é dado o primeiro e o último termo.

Quando um problema apresentar o primeiro termo e a razão da PA, você pode utilizar a fórmula:

$$S_n = \frac{n.[2a_1 + (n-1)r]}{2}$$

Essas duas fórmulas são utilizadas para somar os termos de uma PA finita.

Termo médio da PA

Para determinar o termo médio ou central de uma PA com um número ímpar de termos calculamos a média aritmética com o primeiro e último termo (a_1 e a_n):

$$a_m = \frac{a_1 + a_n}{2}$$

Já o termo médio entre três números consecutivos de uma PA corresponde a média aritmética do antecessor e do sucessor

$$S_n = \frac{n.[2a_1 + (n-1)r]}{2}$$

Essas duas fórmulas são utilizadas para somar os termos de uma PA finita.

Termo médio da PA

Para determinar o termo médio ou central de uma PA com um número ímpar de termos calculamos a média aritmética com o primeiro e último termo (a_1 e a_n):

$$a_m = \frac{a_1 + a_n}{2}$$

Já o termo médio entre três números consecutivos de uma PA corresponde a média aritmética do antecessor e do sucessor.

Exemplo resolvido

Dada a PA (2, 4, 6, 8, 10, 12, 14) determine a razão, o termo médio e a soma dos termos.

1. Razão da PA

$r = a_2 - a_1$
$r = 4 - 2$
$r = 2$

Exemplo resolvido

Dada a PA (2, 4, 6, 8, 10, 12, 14) determine a razão, o termo médio e a soma dos termos.

1. Razão da PA

$r = a_2 - a_1$

$r = 4 - 2$

$r = 2$

2. Termo médio

$$a_m = \frac{a_1 + a_7}{2}$$

$$a_m = \frac{2 + 14}{2}$$

$a_m = 8$

3. Soma dos termos

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n).n}{2}$$

$$S_7 = \frac{(2 + 14).7}{2} = \frac{112}{2} = 56$$

Progressão geométrica (PG)

Uma progressão geométrica é formada quando uma sequência tem um fator multiplicador resultado da divisão de dois termos consecutivos, chamada de razão comum, que é calculada por:

Onde,

q é a razão da PG;
a2 é o segundo termo;
a1 é o primeiro termo.

Uma progressão geométrica de n termos pode ser representada da seguinte forma:

Exemplo resolvido

Dada a PA (2, 4, 6, 8, 10, 12, 14) determine a razão, o termo médio e a soma dos termos.

1. Razão da PA

$r = a_2 - a_1$
$r = 4 - 2$
$r = 2$

2. Termo médio

$$a_m = \frac{a_1 + a_7}{2}$$

$$a_m = \frac{2 + 14}{2}$$

$a_m = 8$

3. Soma dos termos

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n).n}{2}$$

$$S_7 = \frac{(2 + 14).7}{2} = \frac{112}{2} = 56$$

3. Oscilante: a razão é negativa (q < 0) e os termos são números negativos e positivos;

Download video

Download video

Exemplo: PG: (3, -6, 12, -24, 48, -96, ...), onde q = - 2

4. Constante: a razão é sempre igual a 1 e os termos possuem o mesmo valor.

Exemplo: PG: (3, 3, 3, 3, 3, 3, 3, ...), onde q = 1

Soma dos termos de uma PG

A soma dos termos de uma progressão geométrica é calculada pela fórmula:

Sendo a1 o primeiro termo, q a razão comum e n o número de termos.

Se a razão da PG for menor que 1, então utilizaremos a fórmula a seguir para determinar a soma dos termos.

Essas fórmulas são utilizadas para uma PG finita. Caso a soma pedida seja de uma PG infinita com $0 < q < 1$, a fórmula utilizada é:

Termo médio da PG

Para determinar o termo médio ou central de uma PG com um número ímpar de termos calculamos a média geométrica com o primeiro e último termo (a_1 e a_n):

Exemplo resolvido

Dada a PG (1, 3, 9, 27 e 81) determina a razão, o termo médio é a soma dos termos.

1. Razão da PG

2. Termo médio

3. Soma dos termos

Saiba mais sobre a progressão geométrica.

Resumo das fórmulas de PA e PG

	Progressão aritmética	Progressão geométrica
Razão		
Termo geral		
Termo médio		
Soma finita		
Soma infinita		com $0 < q < 1$

Saiba mais sobre as sequências numéricas.

Exercícios sobre PA e PG

Questão 1

Qual o 16º termo da sequência que inicia com o número 3 e têm razão da PA igual a 4?

a) 36

b) 52

c) 44

d) 63

Ver Resposta ☐

Questão 2

Qual a razão de uma PA de seis termos, cuja soma dos três primeiros números da sequência é igual a 12 e dos dois últimos é igual a – 34?

a) 7

b) – 6

c) – 5

d) 5

Ver Resposta ☑

Questão 3

Se o terceiro termo de uma PG é 28 e o quarto termo é 56, quais são os 5 primeiros termos dessa progressão geométrica?

a) 6, 12, 28, 56, 104

b) 7, 18, 28, 56, 92

c) 5, 9, 28, 56, 119

d) 7, 14, 28, 56, 112

ANÁLISE COMBINATÓRIA

Estudo das combinações e possibilidades

A análise combinatória corresponde ao campo da matemática que aborda os métodos de contagem. Esse estudo possibilita as técnicas de [probabilidade](#) na solução de cálculos, sendo iniciado ainda no século XVI, por meio do Italiano e matemático Nicolas Fontana (1499- 1557), mais conhecido como Tartaglia.

Em outras palavras, o método matemático permite que sejam formadas possibilidades a partir dos elementos disponíveis para se chegar a um possível resultado.
Princípio multiplicativo

O princípio multiplicativo, também denominado de princípio fundamental da contagem corresponde ao processo de combinações possíveis quando multiplica-se o conjunto de elementos.

Entenda a aplicação abaixo:

Pedro tem 4 camisas (A, B, C, D) e 3 calças (a, b, c). Ele pode vestir-se de "x" maneiras diferentes. Ou seja:

1. *A, a*
2. *A, b*
3. *A, c*
4. *B, a*
5. *B, b*
6. *B, c*
7. *C, a*
8. *C, b*
9. *C, c*
10. *D, a*
11. *D, b*
12. *D, c*

Dessa maneira percebe-se que Pedro pode fazer até 12 combinações diferentes para vestir-se. Na análise combinatória é possível utilizar (em pequenas operações) o diagrama da árvore.

Relembre o fatorial

Em análise combinatória fazem parte do assunto
os arranjos, combinações e permutações. Nesses temas empregamos o fatorial para resolver as questões de matemática. Por essa razão é importante avisá-lo.

O que é fatorial de um número? É uma série de multiplicação de um número natural até aos antecessores. O número em fatorial é representado por "n!". Ou seja: 5!, 6!, 4!
(Lê-se cinco fatorial, seis fatorial e quatro fatorial, respectivamente).

Obs.: os números naturais são aqueles que são inteiros e não negativos N {1, 2, 3, 4...}.*

A definição do fatorial de um número natural é expressado da forma abaixo:

n! = n. (n-1). (n-2). (n-3)!

O fatorial na prática

Confira abaixo o exemplo de como fazer o fatorial de um número:

- *Fatorial de oito: 8! = 8.7.6.5.4.3.2.1 = 40320*
- *Fatorial de cinco: 7! = 7.6.5.4.3.2.1= 5040*
- *Fatorial de quatro: 6! = 6.5.4.3.2.1= 720*
- *Fatorial de cinco: 5! = 5.4.3.2.1= 120*
- *Fatorial de três: 3! = 3.2.1= 6*

Atenção!
Como definição, o fatorial de um é 1. Portanto: 1! = 1. Da mesma forma acontece com o zero, onde o fatorial também é o número 1. Logo, 0! =1.

A permutação na análise combinatória

Em análise combinatória a permutação é entendida como a “troca de lugar”. Portanto quando algo for mudado de posição ocasionando uma nova ordem, essa ação é denominada de permutação.

O cálculo matemático usado para expressar a permutação é a seguinte:

$P_n = n!$

Onde: “n” é o número total de elementos.

Permutação simples

A permutação simples ocorre quando todos os objetos ordenados são diferentes, ou seja, não acontece repetição. Entenda o exemplo de como calcular a permutação simples, através da fórmula: $P_n = n!$

Aplicação: P_4

$P_4 = 4! = 4.3.2.1 = 24$

Permutação com repetição

A permutação por repetição, na análise combinatória, ocorre quando objetos ordenados indicam recorrência. Confira abaixo o exemplo com os anagramas:

“M A T E M A T I C A”.

Nesse modelo temos M, A e T, com letras repetidas. Para calcular na permutação com elementos repetidos usamos a seguinte fórmula

$$P_n^{\alpha, \beta, \gamma} = \frac{n!}{\alpha! \, \beta! \, \gamma!}$$

Fórmula permutação com repetição

Arranjo com repetição
A fórmula para calcular o arranjo com repetição é formada pela seguinte expressão:

$$AR_n^r = n^r$$

Fórmula arranjos com repetição

Legenda:
O “n” = diz respeito ao total de nº de elementos
o “r” = corresponde ao nº de elementos escolhidos

Confira abaixo o vídeo com informações sobre arranjos e combinações

Combinação simples

A **combinação**, na análise combinatória, é definida como um tipo de agrupamento. Ao contrário dos arranjos, a ordem dos elementos na combinação não é importante. Veja abaixo a representação da fórmula:

Combinação simples

A **combinação**, na análise combinatória, é definida como um tipo de agrupamento. Ao contrário dos arranjos, a ordem dos elementos na combinação não é importante. Veja abaixo a representação da fórmula:

$$C_{n,p} = \frac{n!}{p!(n-p)!}$$

Fórmula combinação

Legenda:
O "n" corresponde ao número de elementos que pertencem ao conjunto
O "p" é o número natural menor ou equivalente ao "n".

Legenda:

O "n" corresponde ao número de elementos que pertencem ao conjunto

O "p" é o número natural menor ou equivalente ao "n".

PROBABILID É a análise sobre as chances de ocorrência de um experimento

Probabilidade é o campo da matemática que analisa as possibilidades de um fato ocorrer e as chances de se obter determinado resultado.

Ao jogar dois dados no chão, por exemplo, as chances de ambos caírem com o mesmo lado para cima pode ser calculado pela probabilidade. O mesmo vale para saber o resultado de uma moeda lançada para o alto, se ela cairá com a parte da cara ou coroa para cima.

A palavra probabilidade tem origem no latim probare, que significa provar ou testar. Essa análise da possibilidade de resultados sobre algo específico começou há muitos anos, na Idade Média.

História da Probabilidade

A probabilidade começou a ser considerada na Idade Média, por conta dos jogos de azar, quando se tentava descobrir as chances de ganhos por meio das apostas, bem como de antecipar situações que pudessem acontecer no futuro.

No século XVI, os algebristas italianos Cardano, Pacioli e Tartaglia realizaram os primeiros estudos sobre esse tema. Anos depois, grandes nomes como Blaise Pascal e Pierre de Fermat desenvolveram os fundamentos da teoria do cálculos das probabilidades e da ***análise combinatória*** *por meio da análise das postas em jogos de dados.*

Na sequência, outros especialistas continuaram pesquisando até que Jacob Bernoulli chegou a uma definição sobre permutações, combinações e classificação binominal. Já Pierre Simon Laplace foi o responsável por estabelecer a regra de sucessão, enquanto Carl Friedrich Gauss estabeleceu o método dos mínimos quadrados e a lei das distribuições das probabilidades.

Ao lançar os dados, é possível calcular a chance de ambos darem o mesmo resultado por meio da probabilidade. (Foto: Pixabay)

Definições básicas

Para compreender a teoria da probabilidade é fundamental conhecer as definições básicas sobre o tema: experimento aleatório, ponto e espaço amostral, evento, espaços equiprováveis e cálculo.

Experimento aleatório

Pode ser definido como uma ocorrência ou experiência que pode ter diferentes resultados.

Jogar uma moeda e analisar o lado que cairá para cima ou retirar uma carta aleatória do baralho (cada carta tem a mesma chance de ocorrência) são considerados experimentos aleatórios.

Ponto amostral

Qualquer resultado possível de um experimento aleatório é denominado um ponto amostral. Usando ainda o exemplo do dado lançado, o lado que cairá para cima pode ser os números 1,2,3,4,5 ou 6, portanto, cada um deles é um ponto amostral.

Espaço amostral

O espaço amostral é o conjunto de todos os resultados possíveis de um experimento aleatório, ou seja, dos pontos amostrais, e pode ser representado por conjuntos.

Com relação a um dado que é jogado no chão e se deseja saber os possíveis lados que podem cair para cima, o espaço amostral desse experimento é o conjunto "n" : n = {1,2,3,4,5,6}. Portanto, os elementos 1,2,3,4,5,6 são os pontos amostrais.

Eventos

Eventos são os subconjuntos dos espaços amostrais, que podem ir de 0 (denominado evento impossível) a todos os demais resultados possíveis (quando são chamados de eventos certos). Assim, com relação ao lançamento de um dado é possível definir que:

- As chances de se obter um número maior ou igual a 5: A = {5, 6} e n (A) = 2.

- A possibilidade de obter número par: B = {2,4,6) e n (B) = 3.

- As chances de obter número natural: C = {1,2,3,4,5,6} e n (C) = 6.

Espaços equiprováveis

É denominado espaço equivável quando todos os pontos amostrais possuem a mesma chance de ocorrer, como no caso de uma moeda lançada. A possibilidade de cair com a cara ou coroa voltada para cima é a mesma.

Cálculo das probabilidades

O cálculo das probabilidades é feito por meio da razão entre o número de resultados favoráveis e o número de resultados possíveis. Ele pode ser representado pela seguinte fórmula:

P = na/n, sendo P a probabilidade, "na" o número de resultados favoráveis e "n" o número de resultados possíveis.

Dessa forma, a probabilidade de sair o número 1 no lançamento de um dado, por exemplo, é calculado da seguinte forma:

P = na/n

P = 1/6

P = 0,1666...

P = 16,6%

Probabilidade no cotidiano

A probabilidade é muito utilizada pelas pessoas no dia a dia. Ao calcular a possibilidade de passar no vestibular "chutando" as questões; ou as chances de ganhar na loteria jogando todos os dias.

Outro exemplo cotidiano é quando você assiste a um jogo de futebol e tenta adivinhar quem ganhará a partida ou as chances do time ganhar o campeonato. Dessa forma é fácil perceber que a análise sobre o resultado de determinada situação ou ocorrência, por mais simples que pareça, faz parte dos estudos dessa área da matemática.

02. (Fuvest) Um aplicativo de videoconferências estabelece, para cada reunião, um código de 10 letras, usando um alfabeto completo de 26 letras.

A quantidade de códigos distintos possíveis está entre

Note e adote:

Log10 ≅ 13 = 1,114

1 bilhão = 109

10 bilhões e 100 bilhões.

100 bilhões e 1 trilhão.

1 trilhão e 10 trilhões.

10 trilhões e 100 trilhões.

100 trilhões e 1 quatrilhão.

03. (Fuvest) Maria deve criar uma senha de 4 dígitos para sua conta bancária. Nessa senha, somente os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, podem ser usados e um mesmo algarismo pode aparecer mais de uma vez. Contudo, supersticiosa, Maria não quer que sua senha contenha o número 13, isto é, o algarismo 1 seguido imediatamente pelo algarismo 3. De quantas maneiras distintas Maria pode escolher sua senha?

551

552

553

554

555 . (Fuvest) Uma lotação possui três bancos para passageiros, cada um com três lugares, e deve transportar os três membros da família Sousa, o casal Lúcia e Mauro e mais quatro pessoas. Além disso,

1. a família Sousa quer ocupar um mesmo banco;

2. Lúcia e Mauro querem sentar-se lado a lado.

Nessas condições, o número de maneiras distintas de dispor os nove passageiros no lotação é igual a

928.

1152.

1828.

2412.

3456

05. (Fuvest) Em uma classe de 9 alunos, todos se dão bem, com exceção de Andréia, que vive brigando com Manoel e Alberto.Nessa classe, será constituída uma comissão de cinco alunos, com a exigência de que cada membro se relacione bem com todos os outros.

Quantas comissões podem ser formadas?

71

75

80

83

87

06. (Fuvest) Em uma certa comunidade, dois homens sempre se cumprimentam (na chegada) com um aperto de mão e se despedem (na saída) com outro aperto de mão. Um homem e uma mulher se cumprimentam com um aperto de mão, mas se despedem com um aceno. Duas mulheres só trocam acenos, tanto para se cumprimentarem quanto para se despedirem.

Em uma comemoração, na qual 37 pessoas almoçaram juntas, todos se cumprimentaram e se despediram na forma descrita acima.

Quantos dos presentes eram mulheres, sabendo que foram trocados 720 apertos de mão?

16

17

18

19

20

07. (Fuvest) Participam de um torneio de voleibol, 20 times distribuídos em 4 chaves, de 5 times cada.

Na 1ª fase do torneio, os times jogam entre si uma única vez (um único turno), todos contra todos em cada chave, sendo que os 2 melhores de cada chave passam para a 2ª fase.

Na 2ª fase, os jogos são eliminatórios; depois de cada partida, apenas o vencedor permanece no torneio.

Logo, o número de jogos necessários até que se apure o campeão do torneio é

39

41

43

45

47

08. (Fuvest) Uma ONG decidiu preparar sacolas, contendo 4 itens distintos cada, para distribuir entre a população carente. Esses 4 itens devem ser escolhidos entre 8 tipos de produtos de limpeza e 5 tipos de alimentos não perecíveis. Em cada sacola, deve haver pelo menos um item que seja alimento não perecível e pelo menos um item que seja produto de limpeza.

Quantos tipos de sacolas distintas podem ser feitos?

360

420

540

600

640

09. (Fuvest) Uma classe de Educação Física de um colégio é formada por dez estudantes, todos com alturas diferentes. As alturas dos estudantes, em ordem crescente, serão designadas por h1, h2, ..., h10 (h1 < h2 < ... < h9 < h10). O professor vai escolher cinco desses estudantes para participar de uma demonstração na qual eles se apresentarão alinhados, em ordem crescente de suas alturas.

Dos 10,5 = 252 grupos que podem ser escolhidos, em quantos, o estudante, cuja altura é h7, ocupará a posição central durante a demonstração?

7

10

21

45

60

10. (Fuvest) Três empresas devem ser contratadas para realizar quatro trabalhos distintos em um condomínio. Cada trabalho será atribuído a uma única empresa e todas elas devem ser contratadas. De quantas maneiras distintas podem ser distribuídos os trabalhos?

12

18

36

72

108

2. (Enem 2020) Amigo secreto é uma brincadeira tradicional nas festas de fim de ano. Um grupo de amigos se reúne e cada um deles sorteia o nome da pessoa que irá presentear. No dia da troca de presentes, uma primeira pessoa presenteia seu amigo secreto. Em seguida, o presenteado revela seu amigo secreto e o presenteia. A brincadeira continua até que todos sejam presenteados, mesmo no caso em que o ciclo

se fecha. Dez funcionários de uma empresa, entre eles um casal, participarão de um amigo secreto. A primeira pessoa a revelar será definida por sorteio.

Qual é a probabilidade de que a primeira pessoa a revelar o seu amigo secreto e a última presenteada sejam as duas pessoas do casal?

1

5

1

45

1

50

1

90

1

100

3. (Enem 2020) Suponha que uma equipe de corrida de automóveis disponha de cinco tipos de pneu (I, II, III, IV, V), em que o fator de eficiência climática EC (índice que fornece o comportamento do pneu em uso, dependendo do clima) é apresentado:

EC do pneu E: com chuva 6, sem chuva 3;

EC do pneu II: com chuva 7, sem chuva –4;

EC do pneu III: com chuva –2, sem chuva 10;

EC do pneu IV: com chuva 2, sem chuva 8;

EC do pneu V: com chuva –6, sem chuva 7.

O coeficiente de rendimento climático (CRC) de um pneu é calculado como a soma dos produtos dos fatores de EC, com ou sem chuva, pelas correspondentes probabilidades de se ter tais condições climáticas: ele é utilizado para determinar qual pneu deve ser selecionado para uma dada corrida,

escolhendo-se o pneu que apresenta o maior CRC naquele dia.
No dia de certa corrida, a probabilidade de chover era de 70% e o chefe da equipe calculou o CRC de cada um dos cinco tipos de pneu.

O pneu escolhido foi

I.
II.
III.
IV.
V.

5. (Enem Digital 2020) Um apostador deve escolher uma entre cinco moedas ao acaso e lançá-las sobre uma mesa, tentando acertar qual resultado (cara ou coroa) sairá na face superior da moeda.

Suponha que as cinco moedas que ele pode escolher sejam diferentes:

• duas delas têm "cara" nas duas faces;

• uma delas tem "coroa" nas duas faces;

• duas delas são normais (cara em uma face e coroa na outra).

Nesse jogo, qual é a probabilidade de o apostador obter uma face "cara" no lado superior da moeda lançada por ele?

1

8

2

5

3

5

3

4

4

5

8. (Enem PPL 2019) Uma locadora possui disponíveis 120 veículos da categoria que um cliente pretende locar. Desses, 20% são da cor branca, 40% são da cor cinza, 16 veículos são da cor vermelha e o restante, de outras cores. O cliente não gosta da cor vermelha e ficaria contente com qualquer outra cor, mas o sistema de controle disponibiliza os veículos sem levar em conta a escolha da cor pelo cliente.

Disponibilizando aleatoriamente, qual é a probabilidade de o cliente ficar contente com a cor do veículo?

16

120

32

120

72

120

101

120

104

120

(Enem 2019) O dono de um restaurante situado às margens de uma rodovia percebeu que, ao colocar uma placa de propaganda de seu restaurante ao longo da rodovia, as vendas aumentaram. Pesquisou junto aos seus clientes e concluiu que a probabilidade de um motorista perceber uma placa de anúncio é

1

2

. Com isso, após autorização do órgão competente, decidiu instalar novas placas com anúncios de seu restaurante ao longo dessa rodovia, de maneira que a probabilidade de um motorista perceber pelo menos uma das placas instaladas fosse superior a

99

100

A quantidade mínima de novas placas de propaganda a serem instaladas é

99

51

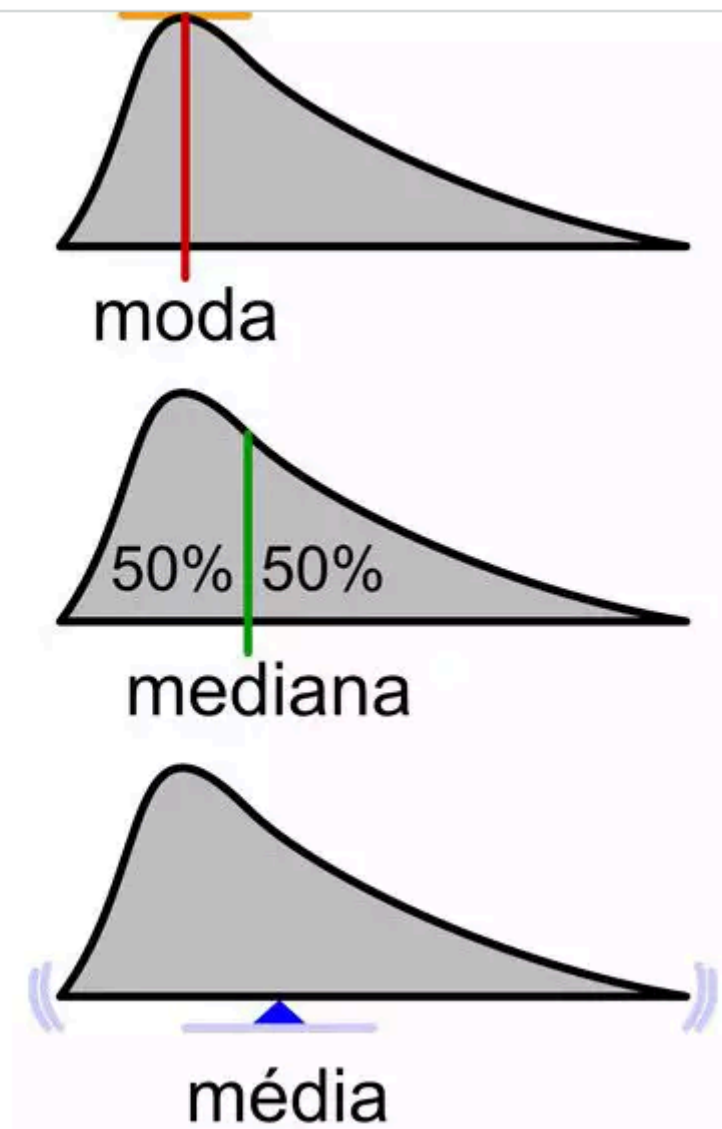
50

6

1

MÉDIA, MODA E MEDIANA

Média, moda e mediana são dados da Estatística usados para simplificar um conjunto de informações em único elemento, que são chamados de medidas de tendência central. Esses números permitem que certos valores quantitativos sejam representados por um

dado central e encontrados através de conjuntos finitos e infinitos

Média

Conhecida como média aritmética simples, é a operação em que todos os dados de um determinado conjunto são somados e divididos pelo valor total de membros encontrados, ou seja:

$M = (x1 + x2 + x3 + ... + xn) / n$

Sendo,

• M: média

• x: os valores quantitativos

• n: quantidade de elementos do conjunto

A média entre {8, 11, 14, 20, 27}, por exemplo, é feita da seguinte maneira:

• x_1: 8

• x_2: 11

• x_3: 14

• x_4: 20

• x_5: 27

• n: 5, pois são cinco componentes dentro do conjunto.

Substituindo na fórmula, teremos:

$M = (x_1 + x_2 + x_3 + ... + x_n) /n$

$M = (8+11+14+20 +27) / 5$

$M = 80/5 = 16$

Percebe-se que o quociente da média aritmética não integra os elementos do conjunto. Isso acontece porque o cálculo serve para encontrar a medida de centralidade, que reúne valores baixos e altos.

Além disso, a soma da média com os componentes do conjunto deve resultar em zero. A comprovação dessa regra é dada por:

$(x_1 – M) + (x_2 – M) + (x_3 – M) + (x_4 – M) + (x_5 – M) =$

$(8 – 16) + (11 – 16) + (14 – 16) + (20 – 16) + (27 – 16) =$

$(- 8) + (- 5) + (- 2) + 4 + 11 =$

(- 15) + 15 = 0

Moda

A Moda (Mo) é o valor que mais aparece dentro de um conjunto quantitativo. Com isso, para identificá-la, é necessário encontrar a frequência de determinados dados.

Entre as medidas de centralidade, a moda é uma das poucas que podem ser aplicadas em variados conjuntos (estimativas com nomes, cores, roupas, etc.). Para tal, basta calcular o termo de maior presença.

Exemplo:

Supondo que os dados são as idades de um time de futebol, o levantamento deu origem aos conjuntos: {18, 19, 19, 20, 21, 21, 21 ,23, 25, 26, 27}.

Como a sequência acima já apresenta formato crescente, o próximo passo é identificar a idade de maior frequência: 2 jogadores têm 19 anos, outros 2 têm 23 anos e 3 deles têm 21 anos.

Portanto, a moda do time de futebol é 21 anos (Mo = 21).

Mediana

A Mediana (Md) significa a medida central de um conjunto de dados. O seu cálculo depende de certas regras. Confira:

• Os valores quantitativos devem ser arrumados em ordem crescente.

• Quando a quantidade de elementos forma um conjunto, a mediana é o resultado da soma de duas medidas centrais divididas por dois, isto é: (xm + xn) / 2.

• Quando a quantidade de elementos forma um conjunto ímpar, a mediana é o valor que separa os lados maiores e menores do próprio conjunto.

Exemplos:

Dado os conjuntos:

T = {10, 1, 4, 12, 15, 6, 8}

C = {5, 11, 2, 17,14, 20}

1° passo: colocar os valores em ordem crescente:

T = {1,4,6,8,10,12,15}

C = {2,5,11,14,17,20}

Observa-se que o conjunto T é formado por 7 componentes, ou seja, um número ímpar. Com isso, a mediana será o 4° elemento, uma vez que separa as partes maiores e menores do conjunto.

Logo, Md = 8

Já o conjunto C apresenta 6 membros, ou seja, um número par. Assim, a mediana será a razão entre a soma de duas medidas centrais (3° e 4° elementos):

Md = 11 +14 / 2

Md = 25/2 = 12,5

Confirma-se que os dois elementos da esquerda (2 e 5) são realmente menores que a mediana calculada, e os da direita são maiores (17 e 20).

Média, Moda e Mediana: valor ponderado

Através da média aritmética simples é possível determinar a média ponderada (Mp) – método que inclui os pesos dos valores quantitativos.

O cálculo matemático é dado pela soma dos produtos da multiplicação de uma medida com o seu respectivo peso e, em seguida, a divisão do resultado pela soma dos pesos.

Exemplo:

A tabela abaixo mostra uma relação de notas. Então, a média ponderada será:

	Notas	Pesos
Prova 1	6	3
Prova 2	7,3	2
Prova 3	9	2

Mp = (6.3) + (7,3. 2) + (9.2) / 3+2+2
Mp = 18 + 14,6 + 18 / 7
Mp = 50,6/ 7 = 7, 23

1. (Fuvest) Um veículo viaja entre dois povoados da Serra da Mantiqueira, percorrendo a primeira terça parte do trajeto à velocidade média de 60 km/h, a terça parte seguinte a 40 km/h e o restante do percurso a 20 km/h. O valor que melhor aproxima a velocidade média do veículo nessa viagem, em km/h, é

32,5

35

37,5

40

42,5

A tabela abaixo mostra uma relação de notas. Então, a média ponderada será:

2. (Fuvest) Examine o gráfico.

Com base nos dados do gráfico, pode se afirmar corretamente que a idade

A. Mediana das mães das crianças nascidas em 2009 foi maior que 27 anos.

B. Mediana das mães das crianças nascidas em 2009 foi menor que 23 anos.

C. Mediana das mães das crianças nascidas em 1999 foi maior que 25 anos.

D. Média das mães das crianças nascidas em 2004 foi maior que 22 anos.

E. Média das mães das crianças nascidas em 1999 foi menor que 21 anos.

3. (Unifor-CE) Em certa eleição municipal foram obtidos os seguintes resultados:

Candidato	Porcentagem do total de votos	Número de Votos
A	26%	
B	24%	
C	22%	
nulo ou em branco		196

O número de votos obtido pelo candidato vencedor foi:

A. 178

B. 182

C. 184

D. 188

E. 191

4. (FGV-SP) A tabela abaixo representa a distribuição de frequência dos salários de um grupo de 50 empregados de uma empresa, em certo mês. O salário médio desses empregados, nesse mês, foi de:

Número da classe	Salário do mês – R$	Número de empregados
1	1 000 → 2 000	20
2	2 000 → 3 000	18
3	3 000 → 4 000	9
4	4 000 → 5 000	3

A. R$ 2 637,00

B. R$ 2 520,00

C. R$ 2 500,00

D. R$ 2 420,00

E. R$ 2 400,00

5. (Fuvest) Um veículo viaja entre dois povoados da Serra da Mantiqueira, percorrendo a primeira terça parte do trajeto à velocidade média de 60 km/h, a terça parte seguinte a 40 km/h e o restante do percurso a 20 km/h. O valor que melhor aproxima a velocidade média do veículo nessa viagem, em km/h, é

32,5

35

37,5

40

42,5

---

6. (UFPR) Uma determinada região apresentou, nos últimos cinco meses, os seguintes valores (fornecidos em mm) para a precipitação pluviométrica média:

jun	jul	ago	set	out
32	34	27	29	28

A média, a mediana e a variância do conjunto de valores acima são, respectivamente:

A. 30, 27 e 6,8.

B. 27, 30 e 2,4.

C. 30, 29 e 6,8.

D. 29, 30 e 7,0.

E. 30, 29 e 7,0.

7. (Uece) 2010 A média aritmética entre os divisores primos e positivos do número 2.310 é:

5,6

6,0

6,3

6,7

GEOMETRIA ESPACIAL

GEOMETRIA ESPACIAL

  Postado por Alana Caiusca em 04/12/2018

Diferente das figuras planas, as geométricas desenvolvem-se no espaço tridimensional

A **geometria espacial** é responsável pelo estudo das figuras geométricas espaciais, também chamadas de sólidos geométricos, que ocupam lugar no espaço, devido sua característica de tridimensionalidade (altura, largura e comprimento). Cubos, prismas, pirâmides e cones são alguns sólidos explorados por essa subárea da geometria.

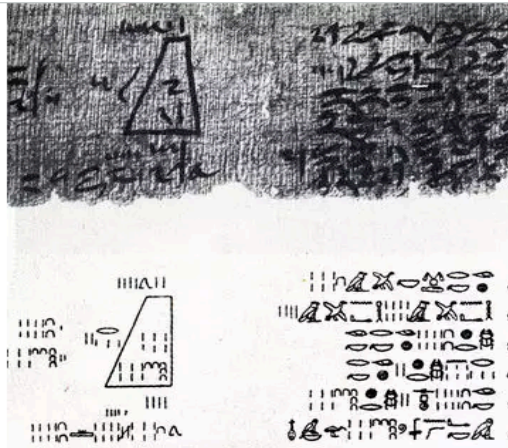
A geometria é um ramo da **matemática** que estuda as medidas e as propriedades das figuras, sendo dividida em duas subáreas, além da geometria espacial: a geometria plana (responsável pelo estudo do plano e do espaço) e a geometria analítica (que possui relação com a álgebra e a análise matemática).

História da geometria espacial

A geometria espacial teve início na História Antiga, em especial com os egípcios há cerca de 1.850 a.C, por meio de estudos extraídos de papiros. Dentre os principais documentos antigos podem ser citados o "Papiro de Rhind" e o "Papiro de Moscou".

História da geometria espacial

A geometria espacial teve início na História Antiga, em especial com os egípcios há cerca de 1.850 a.C, por meio de estudos extraídos de papiros. Dentre os principais documentos antigos podem ser citados o "Papiro de Rhind" e o "Papiro de Moscou".

O **Papiro de Moscou** consiste em uma tira de 5,5 m de comprimento por 8 cm de largura, com 25 problemas, um desses resolvia o cálculo do volume do cilindro reto determinando o produto da área da base pelo comprimento da altura.

O Papiro de Moscou foi o documento que fundamentou os estudos da geometria espacial. (Foto: Wikipédia)

Já o **Papiro de Rhind** é um documento de origem egípcia com data em 1650 a.C, que tem aproximadamente 5,5 m de comprimento e 0,32 m de largura. No Papiro contém 85 problemas ligados à aritmética e à geometria, com as respectivas soluções.

Os egípcios eram capazes de realizar cálculos e medidas de dimensionamento da terra. Esse conhecimento foi denominado pelos gregos de geometria. Já os filósofos como Pitágoras e Platão, associavam o estudo da geometria espacial ao estudo da metafísica e da religião, devido às formas abstratas que as figuras apresentam.

Os egípcios eram capazes de realizar cálculos e medidas de dimensionamento da terra. Esse conhecimento fo denominado pelos gregos de geometria. Já os filósofos como Pitágoras e Platão, associavam o estudo da geometria espacial ao estudo da metafísica e da religião, devido às formas abstratas que as figuras apresentam.

Muitos estudos antigos, de forma geral, se concentraram na grande área da geometria. Como o grego Euclides de Alexandria, em sua obra Os Elementos, apresentou alguns conceitos relacionados à trigonometria, mas representados por formas geométricas.

Somente no período do Renascimento foram retomados os estudos sobre a geometria espacial, até então adormecidos. O matemático Leonardo Fibonacci em 1220 escreveu a "*Practica Geometriae*", uma coleção sobre Trigonometria e Geometria.

Conceitos primitivos

A geometria espacial baseia-se nos conceitos primitivos:

- **Ponto**: definido por Euclides como "aquilo que não tem parte", o ponto não tem dimensão ou forma, sendo sua única propriedade o fornecimento de localização. Toda a figura geométrica é considerada um conjunto de pontos;
- **Reta**: não tem origem, nem dimensão e é infinita, por isso não é possível determinar o seu comprimento. A reta é um conjunto infinito de pontos;
- **Linha**: assim como a reta, a linha é infinita, mas tem a possibilidade de formar curvas e nós sobre si mesma;
- **Plano**: superfície plana que se estende infinitamente em todas as direções. O plano é formado pelo enfileiramento de retas e é onde as figuras bidimensionais são construídas;

• **Espaço**: extensão natural do plano, no espaço são construídas as figuras tridimensionais.

Axiomas e postulados

Na obra Os Elementos, Euclides de Alexandria dividiu as proposições em postulados (proposições que não precisam de demonstração). Contudo, em muitos contextos matemáticos os termos axiomas, postulados e hipóteses são descritos como semelhantes.

Contudo, a possível diferença entre os termos postulado e axioma é que neste último há possibilidade de se provar, logo um axioma passaria a ser um teorema. Enquanto os postulados são verdades evidentes que não requerem demonstrações.

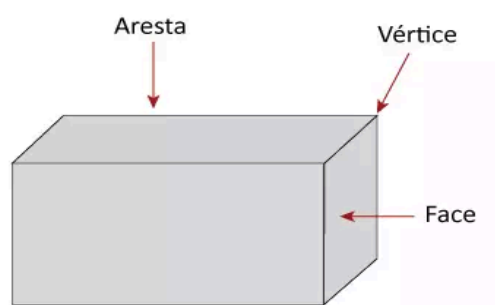
Euclides desenvolver cinco postulados sobre a geometria, que envolvem alguns **conceitos primitivos.** Confira abaixo:

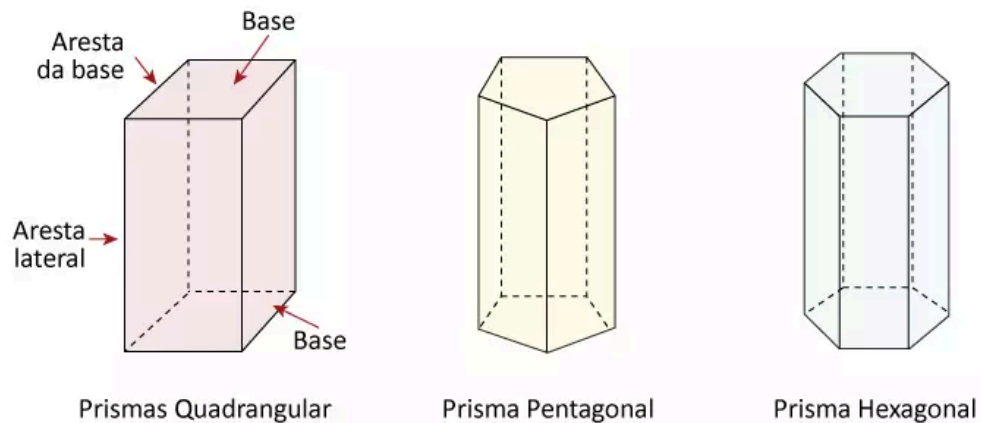
P1) Uma reta pode ser traçada de um ponto para outro qualquer;
P2) Qualquer segmento finito de reta pode ser prolongado indefinidamente no sentido da reta;
P3) Dados um ponto qualquer e uma distância qualquer, pode-se traçar um círculo de centro naquele ponto e raio igual à dada distância;
P4) Todos os ângulos retos são iguais entre si;
P5) Se uma reta cortar duas outras retas de modo que a soma dos dois ângulos interiores (de um mesmo lado) seja menor que dois ângulos retos, então as duas outras retas se cruzam (quando suficientemente prolongadas) do lado da primeira reta em que se acham os dois ângulos.

As figuras da geometria espacial

Figuras geométricas espaciais são aquelas que têm três dimensões: comprimento, altura e largura. Essas figuras são divididas em dois grupos: os corpos redondos (delimitados por alguma superfície arredondada) e os poliedros (superfícies delimitadas por figuras geométricas planas).

Poliedros

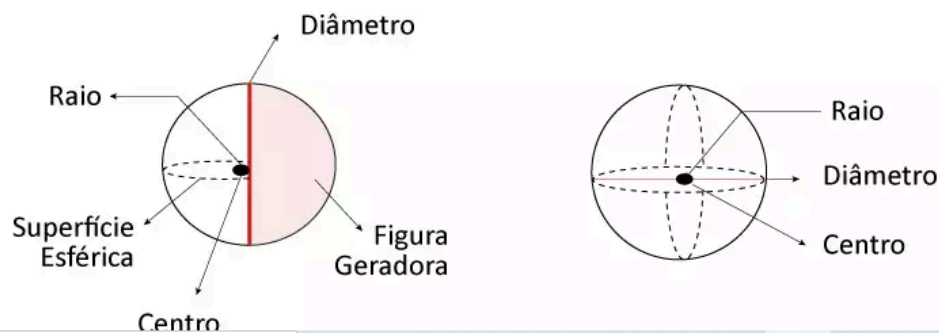
Os poliedros são figuras formadas por três elementos básicos: vértices, arestas e faces. Seus principais representantes são as pirâmides e os prismas:

- **Tetraedro**: quatro faces;
- **Pentaedro**: cinco faces;
- **Hexaedro**: seis faces;
- **Heptaedro**: sete faces;
- **Octaedro**: oito faces;
- **Decaedro**: dez faces;
- **Dodecaedro**: doze faces;
- **Icosaedro**: vinte faces.

Cubos e paralelepípedos são considerados especiais dentro da geometria espacial.

Elementos e tipos de prismas. (Foto: Educa Mais Brasil)

Fórmulas:
Área da Face: a.h
Área Lateral: 6.a.h
Área da base: 3.a3v3/2
Volume: Ab.h

Elementos do cone. (Foto: Educa Mais Brasil)

Fórmulas:
Área da base: Ab = $p.r^2$
Área lateral = Al = p.r.g
Área total: At = p.r (g+r)
Volume: V = 1/3 $p.r^2.h$
Onde,
Ab: área da base | p (Pi) = 3,14 | r: raio | Al: área lateral | h: altura | g: geratriz

Esfera - figura formada por uma superfície de curva contínua, centro, raio e diâmetro. A figura geradora da esfera o semicírculo, que através do processo de rotação gira em torno de seu eixo e forma uma superfície esférica.

Formação e elementos da esfera. (Foto: Educa Mais Brasil)

Fórmulas:

Área: Ae = 4.p.r²

Volume: Ve = 4. p.r³/3

Onde,

Ae= área da esfera | Ve: volume da esfera | p (Pi) = 3,14 | r: raio

HISTÓRIA DO BRASIL

Brasil Pré-Colonial (1500-1530)

Nesse período a economia do território brasileiro concentrada na exploração da árvore chamada pau-brasil. Essa árvore era encontrada em boa parte do território recém descoberto. Em 1501 chega às terras brasileiras a 1ª expedição de exploração, comandada por Gaspar de Lemos, acompanhado do navegador Américo Vespúcio. Gaspar de Lemos que percorreu a costa fazendo levantamento de acidentes geográficos e atribuindo-lhes nomes de santos de acordo com o dia que da descoberta. Foi na expedição de Lemos que foi encontrada a árvore do pau-brasil.

Em 1502 o rei de Portugal João III, deu concessão de explorar o pau-brasil ao comerciante português Fernão de Noronha, em troca a coroa portuguesa recebia uma parcela do lucro obtido por Noronha.

Os nativos recebiam objetos de pouco valor, para trabalhar no corte e no transporte da madeira para os navios, essa relação de trabalho é conhecida como escambo.

O ciclo de exploração do pau-brasil não criou núcleos povoadores, gerou apenas poucas feitorias com pouca expressão.

Devido à visita de corsários franceses no litoral brasileiro, a coroa portuguesa envia expedições guarda-costas entre 1516 e 1526, mas ambas não obtiveram sucessos, pois o litoral era muito extenso. Diante de insistentes visitas de piratas nas terras brasileiras, e o medo de perdê-las, o rei D.João III sente a necessidade de povoá-las, além da decadência comercial do império português nas Índias.

Brasil Colônia - (1530-1822)

Em 1532 foi fundado o primeiro núcleo urbano brasileiro: a Vila de São Vicente. O crescimento rápido da vila estimulou a formação de novos povoados ao seu redor, como é o caso da Vila de Santos.

A coroa portuguesa nomeou os primeiros administradores, criou órgãos judiciais e fiscais, distribuíram aos colonos lotes de terras que eram chamados de sesmarias.

O rei D.João III implantou o sistema de capitanias hereditárias, no qual o território foi dividido em 14 capitanias correspondente a 15 lotes de terras e 12 donatários. Foi concedido aos donatários amplos poderes, sendo dever dos mesmos pagar tributos à coroa de 1/5 do lucro obtido.

As capitanias no Brasil não obtiveram sucesso, muitos fatores contribuíram para o insucesso: Falta de terras férteis em algumas regiões, conflitos com os indígenas que lutavam para não serem escravizados e manterem as suas terras, distância da metrópole.

Devido ao fracasso das capitanias, a coroa criou o sistema de governo-geral, para centralizar a administração, pois a autonomia dos donatários chocava-se com os interesses do Estado Português.

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa que chegou ao Brasil em 1549, com ordens da coroa para fundar Salvador (primeira cidade brasileira), e nela estabelecer a capital do governo colonial. Junto com Tomé de Sousa chegaram, colonos e seis jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. Tomé de Sousa governou até 1553, ele foi sucedido por Duarte da Costa que governou até 1558, e foi substituído por Mem de Sá, que governou por 14 anos. O governo de Mem de Sá foi marcado pela dissolução da confederação dos Tamoios (união de tribos inimigas dos portugueses) e primeiras missões jesuítas.

O Colonialismo de Portugal foi a causa da criação de um grande Império Português que permaneceu durante vários séculos. Somente no século XX que esse Império foi desmantelado.

Portugal foi o país europeu pioneiro em sua unificação como Estado Nacional. A consolidação do Estado Português aconteceu ainda no século XIII, quando os demais países europeus ainda se organizavam em pequenos ducados e altamente fragmentados. Essa unificação precoce de Portugal permitiu o avanço nas relações comerciais e impulsionou o interesse pela navegação em busca de novos mercados.

Foi somente no século XV, contudo, que Portugal se tornaria um império colonial. Costuma-se apontar como marco inicial do Império Português a conquista de Ceuta, ocorrida em 1415. A partir de então, Portugal seria o primeiro e o mais duradouro império colonial do mundo, com domínios em quatro continentes. Os frutos das grandes navegações foram colhidos por três dinastias portuguesas: os Avisos Habsburgo e os Bragança. Além da República Portuguesa.

O impulso inicial para o expansionismo português foi pautado pelo sentido militar e evangelizador, somente depois pelo interesse comercial. Todavia este ampliou sobremaneira o ritmo das conquistas e navegações. Nos séculos XIV e XV o que atraía

especialmente o mercado europeu eram as especiarias provindas do Oriente, foi quando Portugal investiu em uma nova rota para adquiri-las com monopólio.

O caminho escolhido por Portugal para chegar ao Oriente foi através do contorno do continente africano. Este trajeto jamais tinha sido feito por embarcações comerciais e era relativamente desconhecido, por esse motivo o contorno completo levou mais de um século para se completar. Entretanto, todo esse tempo rendeu muitas vantagens para Portugal. Devido à impossibilidade de se promover tal viagem de uma única vez, os portugueses foram conquistando vários pontos no litoral africano até perfazer o contorno completo do continente. Em cada ponto onde se estabeleciam durante as viagens eram criadas feitorias, das quais se extraíam produtos diversos ou escravos. Quando os portugueses chegaram ao Oriente, finalmente consolidaram uma rota que ficou chamada como Périplo Africano, a qual foi demorada, mas muito vantajosa para o Império Português. Os lucros de Portugal passaram a provir do continente Africano e especialmente das especiarias no Oriente.

Quando a Espanha se unificou como Estado Nacional em 1492 lançou-se ao mar buscando uma nova rota para o Oriente, através do Ocidente. Nesta viagem pioneira Cristóvão Colombo deparou-se com novas terras, atraindo a atenção de Portugal também. Documentos históricos mostram que ao longo do duradouro Périplo Africano os portugueses tomaram conhecimento sobre essas novas terras, mas não a conquistaram como de costume. Com a nova disputa com a Espanha, todavia, os dois países, Portugal e Espanha, negociaram a divisão das terras no mundo através do Tratado de Tordesilhas, o qual destinava as terras a leste de uma linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste de Cabo Verde como de propriedade de Portugal e as terras a oeste dessa linha de posse da Espanha. Assim o mundo ficou dividido entre o Colonialismo de Portugal e o Colonialismo da Espanha.

Antecedentes

Retrocedendo um pouco no tempo, voltamos à 1808, quando a corte portuguesa desembarcou pela primeira vez na sua colônia americana. A presença da corte portuguesa no Brasil, para alguns estudiosos, têm uma relação muito importante no processo de independência da colônia, uma vez que a sede do reino veio para a periferia.

A historiadora Maria Odila da Silva Leite Dias, defende a tese que o processo de independência do Brasil é fruto dessa presença portuguesa, que acabou trazendo para a colônia, tons ilustrados – em referência ao movimento Iluminista que se disseminava na Europa e já havia chegado à América, a exemplo da Independência dos Estados Unidos (1776), ou mesmo, os movimentos emancipacionistas coloniais que já respiravam desse ares – à velha aristocracia colonial e entre burocratas e outros intelectuais. Trata-se do que ela chama de uma "interiorização da metrópole", tal que agora a colônia passa a ser a capital do Império português.

Nesse sentido, vale lembrar da primeira medida assinada em solo brasileiro pelo então príncipe regente, D. João: o alvará de abertura dos portos às nações amigas. Neste documento, o velho pacto colonial, sustentáculo fundamental do sistema colonial, deixa de existir, tal que a exclusividade que existia para os comerciantes portugueses deixa de existir, abrindo a possibilidade a qualquer nação amiga fazer negócio diretamente com a colônia, não necessitando mais do intermédio da metrópole. Posteriormente, em uma série de acordos assinados em 1810, com a Inglaterra, firmam-se as tarifas alfandegárias para a entrada e saída de mercadorias, de modo que a nação amiga Inglaterra tem claros privilégios, em detrimento dos comerciantes metropolitanos.

Atribuem-se os germes da separação ao conflito de interesses entre as elites agrárias, nativistas de tendência liberal e os comerciantes portugueses apegados à política protecionista e aos privilégios do monopólio. " (Dias, 2005).

O que se observa no Brasil, diferentemente do que ocorreu nos territórios vizinhos, é que a independência não se deu a partir de uma rebelião de colonos ou aos moldes das revoluções burguesas, imbuídas de ideais nacionalistas, como ocorria na Europa. Aqui houve um processo de continuidade da estrutura política, econômica e social. Para tanto, há de se considerar que a independência tem seu retrato estampado pela imagem de D. Pedro, filho mais velho do rei português.

Se deste lado do Atlântico os ares de independência começavam a impregnar a colônia, do outro lado mar a situação era de insatisfação. Desde a expulsão dos franceses, em 1810, o povo português não compreendia a necessidade de o rei permanecer além-mar, muito menos gostava a burguesia portuguesa dos privilégios concedidos à, então, colônia. D. João deixou um Portugal tomado pelo nacionalismo anti-francês, mas as ações do príncipe regente começaram a desagradar os lusitanos que cada vez mais,

diante das crises que se abatiam sobre a metrópole, e o apoio antes dado a D. João começava a tomar outra direção.

Este é justamente o palco da Revolução Liberal do Porto de 1820, em que grupos divergiam em certos pontos sobre o destino do reino, no entanto, tendeu a predominar a ideia de uma reestruturação do reino por uma ótica constitucionalista e um retorno do Brasil à situação pré-1808.

Ante esse cenário, D. João VI retorna a Portugal, em abril de 1821, em uma clara tentativa de acalmar os ânimos e evitar que as "ideias francesas" radicalizaram o processo iniciado em 1820. Em seu lugar, na colônia, deixou seu filho D. Pedro na condição de encarregado do governo provisório do Brasil. Mas o rei não partiu sem antes deixar recomendações ao filho. Em uma suposta fala de D. João VI, registrada em uma carta enviada posteriormente por D. Pedro ao pai: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja por ti, que hás de me respeitar, do que para algum desses aventureiros". (Apud: Schwarcz e Starling, 2015).

Revoltas emancipacionistas

Se a fala é verdadeira, percebe-se uma sagacidade do rei português. Ao contrário daqueles estereótipos que se construiu durante séculos, D. João não era simplesmente um gordo e bonachão, ele tinha uma excelente percepção do que acontecia à sua volta, os possíveis "aventureiros" são uma referência ao que aconteceu em Minas em 1789, na Bahia em 1798 e em Pernambuco, em 1817, respectivamente, a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana. Para além do território do Brasil, D. João já observava também a movimentação rumo à independência na América do no Norte e na espanhola. Além disso, o temor de que o Brasil virasse o Haiti era anterior a sua vinda para a colônia.

D. Pedro, talvez temendo tornar-se simplesmente uma marionete do pai, cai nas garras das elites agrárias, estas temiam que as reformas que transformaram Portugal em uma monarquia constitucional pudessem lhes privar dos privilégios que gozavam durante a estadia do rei.

Próximo às elites agrárias, D. Pedro promove, por sua vez, uma série de transformações no Brasil com reformas que iam desde a educação até a economia. Medidas estas que, na prática, eram "só para inglês ver", mas deram o tom a Portugal: no Brasil, manda o filho e não o pai. É desse estremecimento que vem, posteriormente, a pressão para o retorno de D. Pedro para a Europa, logo as Cortes – como ficou

conhecido o grupo que compôs a Assembleia Constitucional Portuguesa e, adiante, o Parlamento Português – perceberam que o Brasil não retrocederia facilmente à posição de colônia submissa, como nos saudosos tempos do pacto colonial.

A princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro, também teve significativa participação no processo de independência do Brasil, uma vez que o constitucionalismo português só parecia bom quando visto de Portugal, pois aos olhos de além-mar lembravam os velhos tempos do absolutismo. Leopoldina "se convertia numa das grandes influências favoráveis à emancipação e à desobediência do regente às Cortes" (Schwarcz e Starling, 2015).

Dia do Fico

Após um janeiro ainda balançado pela declaração do príncipe que ficaria no Brasil – momento popularmente conhecido como "dia do fico" –, fevereiro de 1822, iniciava-se com toda força, em especial, após a formação de uma armação política que, vinha do Sul e passava pelo Sudeste, articulando a ideia de autonomia. José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como patrono da Independência, já alardeava que a emancipação só poderia vir junto à figura do monarca, referindo-se à D. Pedro, do contrário isso poderia levar à fragmentação do território brasileiro, com províncias separando-se do todo. Em suma, defendia o lema de uma "independência moderada pela manutenção da união nacional".

De fevereiro até setembro de 1822 o ano voou, D. Pedro viajava constantemente às províncias tentando contornar a situação diante da pressão portuguesa pelo seu regresso à pátria e os movimentos em prol da emancipação que ganhavam corpo na colônia. Durante suas ausências quem assumia o posto de regente era sua esposa. Foi durante uma dessas viagens, em 14 de agosto, que o ministro Bonifácio encaminhou, para Portugal, um documento que selava a separação política e declarava a emancipação do Brasil.

A independência estava selada oficialmente, do conforto do gabinete ministerial, sem luta, sem sangue, sem revolução. Faltava, porém, ao jovem Estado um marco altivo para firmar essa resolução. E aconteceu, oficialmente, sem qualquer pompa como o quadro de Pedro Américo, "Independência ou Morte" – pintado bem posteriormente, em 1888 – mostra. D. Pedro retornava à capital de uma viagem a São Paulo, quando encontrou com mensageiros enviados por José Bonifácio, entre as correspondências recebeu a notícia que as Cortes exigiam o seu retorno e retroagem com uma série de

“benefícios” concedidos ao Brasil, o conselho do ministro era claro, Pedro deveria se posicionar formalmente.

Declaração da Independência do Brasil

E foi numa tarde de 7 de setembro, montado sobre uma mula, acometido de grande mal-estar e com fardamento simples que D. Pedro, de acordo com relatos de membros de sua comitiva, brande a espada e grita: “é tempo... Independência ou morte!”. E foi ali, no alto de uma colina, às margens do rio Ipiranga, de um ponto em que ainda era possível observar a cidade de São Paulo, que D. Pedro formalizou a independência de maneira, supostamente, heroica.

Nascia ali o Brasil independente, ou quase isso. Visto que uma coisa é a declaração, outra é o reconhecimento dessa independência, fato que só ocorreu em 1826, quando um acordo entre Brasil e Portugal foi mediado pela Inglaterra. De modo que o jovem país aceitava como condição de seu reconhecimento por Portugal e, consequentemente, da Inglaterra e toda a comunidade internacional, o pagamento de uma indenização à ex-metrópole.

E a independência se fez, tal como as elites agrárias almejavam, sem grandes movimentações que abalasse a estrutura social já existente, manteve-se a política escravista de base agroexportadora, em troca permaneceu a monarquia Primeira República Brasileira, também conhecida como República Velha ou República das Oligarquias, é o período da história do Brasil que se estendeu da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até à Revolução de 1930 que depôs seu 13.oe último presidente efetivo, Washington Luís. Nesse período o Brasil passou a ser chamado de Estados Unidos do Brasil, conforme a constituição de 1891 promulgada nesse mesmo ano.[2]

A Primeira República é dividida pelos historiadores em dois períodos. O primeiro período, chamado de "República da Espada", foi dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos, e vai da Proclamação da República do Brasil, em 15 de Novembro de 1889, até à posse do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. A República da Espada teve viés mais centralizador do poder, em especial por

temores da volta da Monarquia, bem como para evitar uma possível divisão do Brasil.[3]

O segundo período ficou conhecido como "República Oligárquica", e se estendeu de 1894 até à Revolução de 1930. Caracterizou-se por dar maior poder para as elites regionais, em especial do sudeste do país.[4] As oligarquias dominantes eram as forças políticas republicanas de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam na presidência. Essa hegemonia denomina-se política do café com leite, devido à influência do setor agrário paulista — com grande produção de café — e do setor agrário mineiro — produtor de leite —, que impediam a ocupação do principal cargo do Poder Executivo por representantes dos interesses de outros estados economicamente importantes à época, como Rio Grande do Sul e Pernambuco.

História

O primeiro partido republicano no Brasil foi o Partido Republicano Paulista (PRP), criado na Convenção de Itu, em 1873. O PRP era um partido legalizado, apesar de o Brasil ser uma monarquia. O PRP conseguiu eleger apenas três deputados na Assembleia Geral de Deputados, durante o Império do Brasil (1822-1889), porém conseguiu infiltrar-se no meio militar, o que foi decisivo para a queda da monarquia constitucional brasileira e, portanto, do imperador Dom Pedro II. Mesmo com o desenvolvimento econômico no segundo Império; choques com a igreja; conflitos com o exército; o movimento republicano;[5] e o fim da escravidão, no caso deste último fato, os fazendeiros, antes fiéis a Dom Pedro II, se voltaram contra a monarquia e traíram o sistema ali vigente, tornando-se republicanos, por causa da não indenização pela liberação dos escravos.[6]

Proclamação

Ver artigo principal: Proclamação da República Brasileira

A Proclamação da República, por Benedito Calixto.

O movimento militar de 15 de novembro de 1889 foi bem-sucedido, destronando o imperador D. Pedro II. Atitudes como aquelas eram previstas, no Código Criminal de 1830, como crime grave, caso não tivessem êxito:

"Art. 87. Tentar via correio, e por fatos, destronar o Imperador; privá-lo em todo ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legítima da sucessão. Penas de prisão com trabalho de cinco a quinze anos. Se o crime se consumar: penas de prisão perpétua com trabalho no grau máximo; prisão com trabalho por vinte anos no grau médio; e por dez anos no grau mínimo primeiro partido republicano no Brasil foi o Partido Republicano Paulista (PRP), criado na Convenção de Itu, em 1873. O PRP era um partido legalizado, apesar de o Brasil ser uma monarquia. O PRP conseguiu eleger apenas três deputados na Assembleia Geral de Deputados, durante o Império do Brasil (1822-1889), porém conseguiu infiltrar-se no meio militar, o que foi decisivo para a queda da monarquia constitucional brasileira e, portanto, do imperador Dom Pedro II. Mesmo com o desenvolvimento econômico no segundo Império; choques com a igreja; conflitos com o exército; o movimento republicano;[5] e o fim da escravidão, no caso deste último fato, os fazendeiros, antes fiéis a Dom Pedro II, se voltaram contra a monarquia e traíram o sistema ali vigente, tornando-se republicanos, por causa da não indenização pela liberação dos escravos.

"O movimento militar de 15 de novembro de 1889 foi bem-sucedido, destronando o imperador D. Pedro II. Atitudes como aquelas eram previstas, no Código Criminal de 1830, como crime grave, caso não tivessem êxito:

"Art. 87. Tentar via correio, e por fatos, destronar o Imperador; privá-lo em todo ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legítima da sucessão. Penas de prisão com trabalho de cinco a quinze anos. Se o crime se consumar: penas de prisão perpétua com trabalho no grau máximo; prisão com trabalho por vinte anos no grau médio; e por dez anos no grau mínimo."

Os republicanos da atualidade, como aqueles que haviam fundado o Partido Republicano Carioca, foram, a partir de 15 de novembro, chamados de Republicanos históricos. Os políticos que aderiram à república, somente depois de ela ter sido proclamada, passaram a ser conhecidos como os Republicanos do dia 16 de novembro, sendo que o mais conhecido deles foi Ruy Barbosa.

O Diário Popular de São Paulo publicou, em 18 de novembro, artigo do jornalista Aristides Lobo nomeado ministro do interior do Governo Provisório, e que fora testemunha ocular da proclamação da república. Neste artigo de grande repercussão, é mostrado que o movimento foi essencialmente militar, não havendo participação popular na proclamação da república:

“ Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, só porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo chorou com aquilo tudo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada! ”

República da Espada

Com a vitória em 15 de novembro de 1889 do movimento republicano liderado pelos oficiais do exército, foi estabelecido um "Governo Provisório", chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, no qual todos os membros do ministério empossados no dia 15 de novembro eram maçons.[7]

Primeira Bandeira Republicana, criada por Ruy Barbosa, usada entre 15 e 19 de novembro de 1889.[8][9]

Durante o governo provisório foi decretada a separação entre Estado e Igreja; foi concedida a nacionalidade brasileira a todos os imigrantes residentes no Brasil; foram nomeados governadores para as províncias que se transformaram em estados.

A família imperial brasileira foi banida do território brasileiro, só podendo a ele retornar a partir de 1920, pouco antes do falecimento, em 1921, da Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro, e pouco antes do centenário da independência do Brasil, que foi comemorado em 1922.[10] O decreto 4.120 de 3 de setembro de 1920 revogou o banimento da família real.

O "Governo Provisório" terminou com a promulgação, em 24 de fevereiro de 1891, da primeira constituição republicana do Brasil, a constituição de 1891, passando, a partir daquele dia, Deodoro a ser presidente constitucional, eleito pelo Congresso Nacional,

devendo governar até 15 de novembro de 1894. Deodoro, apoiado pelos militares, derrotou o candidato dos civis, Prudente de Morais.

Constituição de 1891. Documento sob guarda do Arquivo Nacional.

Foi criada uma nova bandeira nacional, em 19 de novembro, com o lema positivista "Ordem e Progresso", embora o lema por inteiro dos positivistas fosse "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim". Foram mantidas as cores verde e amarela da bandeira imperial, pois o decreto n.º 4, que criou a bandeira republicana, nos seus considerandos diz que: "as cores da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do exército e da armada na defesa da pátria, e que essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e integridade da pátria entre as outras nações".

Em 23 de dezembro de 1889, o decreto 85A cria a primeira lei de imprensa republicana, segundo a qual uma junta militar poderia processar e julgar sumariamente abusos da manifestação do pensamento; este decreto ganhou o apelido de decreto-rolha e foi reforçado e ampliado pelo decreto 295 de 29 de março de 1890. Foi a primeira vez que se censurava a imprensa desde o Primeiro Reinado de D. Pedro I. Esses decretos estabelecendo censura à imprensa foram revogados em 22 de novembro de 1890 pelo decreto 1069.

Constituição de 1891

Ver artigo principal: Constituição Brasileira de 1891

Promulgada a 1.ª Constituição Republicana assumem o poder os Marechal Manuel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

No início de 1890, iniciaram-se as discussões para a elaboração da nova constituição, que seria a primeira constituição republicana e que vigoraria durante toda a República Velha. Após um ano de negociações com os poderes que realmente comandavam o Brasil, a promulgação da Constituição Brasileira de 1891 aconteceu em 24 de fevereiro

de 1891. O principal autor da constituição da República Velha foi Ruy Barbosa. A Constituição de 1891 era fortemente inspirada na Constituição dos Estados Unidos. Outro elemento relevante nesse contexto é a influência do Positivismo, corrente filosófica formulada na França por Auguste Comte. De acordo com VALENTIM:

"Com sua influência ampla e profunda na sociedade brasileira, principalmente na elite militar e política, o Positivismo foi a base fundamental da compilação do texto da Constituição de 1891 e também da implantação da República pelos militares em 1889. VALENTIM 2010. P. 41.[11] Também, segundo o mesmo autor: "Uma das maiores e mais complexas transformações políticas e sociais que essa corrente filosófica proporcionou [por ser a mentalidade norteadora da cúpula militar na pessoa de Benjamin Constant principalmente] foi a separação entre o Estado e a Igreja no Brasil." VALENTIM 2010. P. 41.[11]

Somente em 21 de abril de 1993[12] o povo brasileiro pode livremente escolher, através de um plebiscito nacional, o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo). A escolha popular por ampla maioria de 84% dos votos válidos foi pela república presidencialista.

No início da república, muito se temeu, especialmente no meio militar, uma restauração monárquica, que se aproveitaria da fragilidade do novo regime republicano. Manifestações a favor da volta da Monarquia foram reprimidas.

Governo de Deodoro da Fonseca

Ver artigos principais: Deodoro da Fonseca e Governo Deodoro da Fonseca

Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil.

O Marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente do Brasil, governando 1 ano e 3 meses no "Governo Provisório" e 9 meses como presidente eleito pela Assembleia Nacional Constituinte em 25 de fevereiro de 1891, ainda na chamada "República da

Espada". Seu governo foi marcado por crises econômicas e movimentos contra a sua forma autoritária de governar.

O presidente, buscando solucionar os problemas econômicos do Brasil e industrializar realmente o país, optou pela continuidade do processo de liberalização da economia, apelidado de encilhamento, iniciado ainda durante a monarquia, sob o último ministro da fazenda imperial, o Visconde de Ouro Preto, e continuada por Ruy Barbosa, que consistia em permitir crédito livre a indústrias que desejam instalar-se em território nacional. Essa política econômica permitia que os bancos emitissem moeda sem qualquer exigência de lastro em ouro. Essa política econômica deveria fazer com que as empresas pudessem pagar seus operários e, aumentando o mercado consumidor, estimular a indústria. O que aconteceu, porém, foi que a inflação se elevou de modo exagerado. Os lançamentos de ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro se davam livremente, até por empresas fantasmas, agravando ainda os efeitos negativos e a credibilidade do processo.

Em 22 de agosto de 1891, o Congresso Nacional exibiu um conjunto de leis que visava à redução de poder do presidente da república Deodoro da Fonseca, que, então, aplicou um golpe de estado com o Golpe de Três de Novembro, no dia 3 de novembro de 1891. [14] seus decretos assinados neste dia (dissolução do legislativo e estado de sítio) foram frustrados por resistências espalhadas por todo o país. Após a pressão dos militares, que apontaram canhões para o Rio de Janeiro, Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo, em 23 de novembro de 1891, deixando Floriano Peixoto, vice-presidente, em seu lugar.

Porém, o governo de Floriano Peixoto foi considerado inconstitucional porque entendia que Deodoro da Fonseca não cumprira ainda dois anos de mandato, como dizia artigo 42 da Constituição de 1891, [15] devendo-se, pois, proceder-se á nova eleição para presidente e vice-presidente:

O artigo 42 da constituição de 1891 dizia: "Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á nova eleição".

Floriano Peixoto entendia, porém, que Deodoro da Fonseca fora empossado na presidência da república em 15 de novembro de 1889, portanto havia mais de 2 anos, os quais se completaram em 15 de novembro de 1891, oito dias antes da renúncia de Deodoro da Fonseca.

Constituição de 1891

No início de 1890, iniciaram-se as discussões para a elaboração da nova constituição, que seria a primeira constituição republicana e que vigoraria durante toda a República Velha. Após um ano de negociações com os poderes que realmente comandavam o Brasil, a promulgação da Constituição Brasileira de 1891 aconteceu em 24 de fevereiro de 1891. O principal autor da constituição da República Velha foi Ruy Barbosa. A Constituição de 1891 era fortemente inspirada na Constituição dos Estados Unidos. Outro elemento relevante nesse contexto é a influência do Positivismo, corrente filosófica formulada na França por Auguste Comte. De acordo com VALENTIM:

"Com sua influência ampla e profunda na sociedade brasileira, principalmente na elite militar e política, o Positivismo foi a base fundamental da compilação do texto da Constituição de 1891 e também da implantação da República pelos militares em 1889. VALENTIM 2010. P. 41. [. Também, segundo o mesmo autor: "Uma das maiores e mais complexas transformações políticas e sociais que essa corrente filosófica proporcionou [por ser a mentalidade norteadora da cúpula militar na pessoa de Benjamin Constant principalmente] foi a separação entre o Estado e a Igreja no Brasil." VALENTIM 2010. P. 41.[11]

Somente em 21 de abril de 1993[12] o povo brasileiro pode livremente escolher, através de um plebiscito nacional, o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo). A escolha popular por ampla maioria de 84% dos votos válidos foi pela república presidencialista.

No início da república, muito se temeu, especialmente no meio militar, uma restauração monárquica, que se aproveitaria da fragilidade do novo regime republicano. Manifestações a favor da volta da Monarquia foram reprimidas.

O Marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente do Brasil, governando 1 ano e 3 meses no "Governo Provisório" e 9 meses como presidente eleito pela Assembleia Nacional Constituinte em 25 de fevereiro de 1891, ainda na chamada "República da Espada". Seu governo foi marcado por crises econômicas e movimentos contra a sua forma autoritária de governar.

O presidente, buscando solucionar os problemas econômicos do Brasil e industrializar realmente o país, optou pela continuidade do processo de liberalização da economia, apelidado de encilhamento, iniciado ainda durante a monarquia, sob o último ministro da fazenda imperial, o Visconde de Ouro Preto, e continuada por Ruy Barbosa, que consistia em permitir crédito livre a indústrias que desejam instalar-se em território nacional. Essa política econômica permitia que os bancos emitissem moeda sem qualquer exigência de lastro em ouro. Essa política econômica deveria fazer com que as empresas pudessem pagar seus operários e, aumentando o mercado consumidor, estimular a indústria. O que aconteceu, porém, foi que a inflação se elevou de modo exagerado. Os lançamentos de ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro se davam livremente, até por empresas fantasmas, agravando ainda os efeitos negativos e a credibilidade do processo.

Em 22 de agosto de 1891, o Congresso Nacional exibiu um conjunto de leis que visava à redução de poder do presidente da república Deodoro da Fonseca, que, então, aplicou um golpe de estado com o Golpe de Três de Novembro, no dia 3 de novembro de 1891. [14] seus decretos assinados neste dia (dissolução do legislativo e estado de sítio) foram frustrados por resistências espalhadas por todo o país. Após a pressão dos militares, que apontaram canhões para o Rio de Janeiro, Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo, em 23 de novembro de 1891, deixando Floriano Peixoto, vice-presidente, em seu lugar.

Porém, o governo de Floriano Peixoto foi considerado inconstitucional porque entendia que Deodoro da Fonseca não cumprira ainda dois anos de mandato, como dizia artigo 42 da Constituição de 1891, [15] devendo-se, pois, proceder-se á nova eleição para presidente e vice-presidente:

O artigo 42 da constituição de 1891 dizia: "Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á nova eleição".

Floriano Peixoto entendia, porém, que Deodoro da Fonseca fora empossado na presidência da república em 15 de novembro de 1889, portanto havia mais de 2 anos, os quais se completaram em 15 de novembro de 1891, oito dias antes da renúncia de Deodoro da Fonseca Deodoro da Fonseca

Governo de Floriano Peixoto

Floriano Peixoto, governando no lugar de Deodoro da Fonseca, que havia renunciado, podia ficar no poder por apenas três meses, após isso eleições seriam promovidas para eleger um novo presidente. A Constituição de 1891, no seu artigo 42.º, dizia que se, "por qualquer causa", ficasse vago o cargo de presidente, não havendo decorrido, ainda, dois anos de mandato do titular, seriam realizadas novas eleições para presidente. Assim o mandato de Floriano Peixoto como presidente, que se estendeu de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, foi considerado, pelos seus adversários, como sendo inconstitucional, pois Deodoro da Fonseca governou como presidente constitucional somente a partir da data da promulgação da Constituição de 1891, 24 de fevereiro de 1891, portanto Deodoro não havia cumprido ainda dois anos de mandato.

Durante seu governo, Floriano Peixoto, buscando apoio popular, tomou medidas para melhorar as condições de vida da população do Brasil, que após um governo de crises econômicas, encontrava-se em situação pouco privilegiada. O presidente buscou reduzir os impostos dos produtos de primeira necessidade, chegou até a zerar o imposto sobre a carne, mesmo assim, não recebeu muito apoio para permanecer no poder e contra seu governo enfrentou a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Floriano Peixoto foi sucedido pelo vencedor das eleições, Prudente de Morais, marcando o final da "República da Espada" com a eleição de uma pessoa não militar e iniciando a República Oligárquica, marcada pela política do "café com leite".

República oligárquica

Em 1894, com a saída de Floriano Peixoto, começou a se formar a República Oligárquica, dominada pelas oligarquias paulistas, mineiras e gaúchas. Minas Gerais era o estado mais populoso, com a maior representação na Câmara dos Deputados, seguido de São Paulo.

Não foi de imediato que os militares, que fizeram a Proclamação da República, se afastaram da política. Só depois da morte de Floriano Peixoto em 1895, do desgaste dos militares com a Campanha de Canudos e do assassinato do ministro da Guerra de Prudente de Morais, foi que os militares se afastaram do poder, voltando à política somente entre 1910 a 1914 no governo Hermes da Fonseca e no movimento denominado tenentismo na década de 1920. Por isso pode-se afirmar que, de fato, a República oligárquica só se consolidou em 15 de novembro de 1898, com a posse do segundo presidente civil, Campos Sales.

Na República Oligárquica (1894-1930) o poder político federal ficou nas mãos das oligarquias cafeeiras paulistas e mineiras, influenciado também pela figura do senador gaúcho Pinheiro Machado até 1916. São Paulo e Minas Gerais dominaram o governo federal na maior parte desse período de 1894 a 1930 por meio da chamada "política do café com leite". O café" é referência a São Paulo, maior centro produtor e exportador de café do país, e o "leite" é uma referência a Minas Gerais, tradicional produtor de leite. Minas Gerais era o segundo maior produtor de café na República Velha.

O Rio Grande do Sul teve influência na política nacional graças ao prestígio pessoal do senador Pinheiro Machado, assassinado em 1916. A partir daí a influência gaúcha declinou porque o estado do Rio Grande do Sul ficou muito desunido devido ao conflito interminável entre o PRR e o Partido Libertador. Quando estes dois partidos foram finalmente unidos, por Getúlio Vargas, em 1928, o Rio Grande do Sul conseguiu lançar finalmente um candidato à presidência da república: o próprio Getúlio em 1930.

Política do café com leite

A política do café com leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal para que houvesse uma alternância de poder entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Foi formalmente instituída no Sales. [O nome desse acordo era porque São Paulo era produtor de café e Minas Gerais de leite. Assim, a escolha do

presidente ficava com o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM).[16] Essa política era muito criti para garantir que o resultado da votação seja de maneira desejada pelos articuladores da política do café com leite, utilizavam-se de diversas ferramentas, entre elas o coronelismo, o voto de cabresto e a política dos governadores.[18]

Essa política foi quebrada por Washington Luís, que era paulista e apoiou para a presidência de outro paulista, Júlio Prestes. Com essa indicação, o pacto de revezamento entre paulistas e mineiros foi rompido, o que fez com que os mineiros se unissem aos políticos do Rio Grande do Sul e apoiassem outro candidato à presidência. [

A política de um lado, fortaleceu a agricultura e a pecuária na região Sudeste do Brasil. Por outro lado, a região Centro-Oeste, a região Norte e a região Nordeste ganharam pouca atenção dos políticos e os problemas dessas regiões foram agravados.[17]

Cada pelos empresários ligados à indústria, que, naquele período, estava em expansão a política do café com leite que inicialmente foi o arranjo político no qual se lançava um paulista candidato a presidente e um mineiro a vice-presidente, surgiu com a preocupação de Campos Sales com a estabilidade política do Brasil que não contava com partidos políticos organizados a nível nacional, assim se expressando Campos Sales em relação à necessidade de ele próprio conduzir sua sucessão presidencial que se daria em 1902, para a qual Campos Sales indicou o paulista Rodrigues Alves como candidato à presidência:

“ Se nos achássemos em condições normais de vida política, com partidos políticos bem assinalados entre si, obedecendo cada um à autoridade de seus chefes legítimos [...] conservar-me-ia em posição neutra para oferecer aos contendores todas as garantias eleitorais, mas bem diversa é a situação da república [...] e é preciso evitar, com decidido empenho, as agitações sem base no interesse nacional que não serviram senão para levar à arena política as ambições perturbadoras que têm sido e serão sempre os eternos embaraços à proficuidade da ação administrativa [...] (e explica a necessidade de um vice mineiro para Rodrigues Alves). Tenho motivos para acreditar que Minas só aceitará a combinação que também entre um mineiro e para evitar embaraços julgo conveniente indicar Silviano Brandão para vice-presidente!

Uma característica peculiar da política brasileira durante a República Oligárquica foi a "Política dos Estados", vulgarmente conhecida como "política dos governadores", instituída no governo de Campos Sales.

As eleições presidenciais ocorriam, de quatro em quatro anos, em 1 de março, e a posse dos eleitos se dava no dia 15 de novembro do ano da eleição presidencial. O candidato oficial a presidente da República era escolhido através de um acordo nacional entre os presidentes dos estados.

De acordo com essa obra de engenharia política, o poder federal não interferiria na política interna dos estados e os governos estaduais não interferiam na política dos municípios, garantindo-se lhes a autonomia política e a tranquilidade nacional.

O Presidente da República apoiava os atos dos presidentes estaduais como a escolha dos sucessores desses presidentes de estados, e, em troca, os governadores davam apoio e suporte político ao governo federal, colaborando com a eleição de candidatos, para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, que dessem total apoio ao Presidente da República. Assim, as bancadas dos estados no Senado Federal e na Câmara dos Deputados não ofereciam obstáculos ao presidente da república, o qual conduzia livremente seu governo. Os presidentes da república seriam sempre ex-presidentes de estado, o que garantia que teriam grande experiência administrativa.

Sobre sua Política dos Estados, Campos Sales explicou

“ Outros deram à minha política a denominação de "Política dos Governadores". Teriam acertado se dissessem "Política dos Estados". Esta denominação exprime melhor o meu pensamento! ”

E Campos Sales definiu assim sua Política dos Estados

“ Neste regime, disse eu na minha última mensagem, a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A Política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá, na soma destas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União!

A carreira política era feita dentro dos partidos políticos republicanos estaduais; não havia partidos políticos nacionais. Os principais partidos eram o PRM (Partido Republicano Mineiro), o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRR (Partido Republicano Rio-grandense).

Houve uma tentativa de se criar um partido político nacional no início da república que foi o Partido Republicano Federal, de Francisco Glicério, e que teve curta existência. Outro partido organizado a nível federal que teve também curta existência foi o Partido Republicano Conservador, criado pelo senador Pinheiro Machado em 1910, e que se esvaziou com a morte daquele senador em 1916.

Predominava nesses políticos o espírito liberal de governo, sendo que políticos de tendência esquerdista apareceriam, em partidos políticos legalizados, somente depois de 1930, na "República Nova".

O acesso à carreira política era aberto a todos, nos partidos republicanos estaduais, desde que não se desviasse do credo liberal republicano, na época chamado de conservador. Monarquistas nunca mais foram aceitos na política, até os dias de hoje.

Houve um presidente mulato: Nilo Peçanha e um vice-presidente mulato, Fernando de Mello Vianna; vários que tiveram infância pobre, como o próprio Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Delfim Moreira.

A maioria dos presidentes da República Velha começou a carreira profissional como advogados e promotores públicos. Em geral, os presidentes da República Velha iniciaram suas carreiras políticas apoiados por líderes políticos locais (os Coronéis), mas, com exceção dos 3 presidentes paulistas, não eram eles próprios coronéis.

A Política dos Estados significava, na verdade, a impossibilidade da oposição esquerdista na política brasileira, uma vez que os representantes populares eram escolhidos mediante pactos entre o governo federal e os governos estaduais, legalizado por eleições fraudulentas, sem espaço para candidatos independentes de esquerda.

Nesse período, havia a "Comissão de Verificação de Poderes" do Congresso Nacional, que era um órgão encarregado de fiscalizar o sistema eleitoral brasileiro, que não ratificou parlamentares eleitos que não apoiassem a "Política dos Estados".

O único momento em que a "Política dos Estados" falhou, foi quando Afonso Pena morreu durante a sua presidência e o controle da sucessão presidencial caiu nas mãos de Nilo Peçanha. Este apoiou o candidato militar Hermes da Fonseca, que derrotou, em 1 de março de 1910, nas urnas, o candidato Rui Barbosa apoiado por São Paulo, que lançou seu governador Albuquerque Lins como candidato a vice-presidente na chapa de Rui Barbosa, na chamada Campanha Civilista.

A carreira política era feita dentro dos partidos políticos republicanos estaduais; não havia partidos políticos nacionais. Os principais partidos eram o PRM (Partido Republicano Mineiro), o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRR (Partido Republicano Rio-grandense).

Houve uma tentativa de se criar um partido político nacional no início da república que foi o Partido Republicano Federal, de Francisco Glicério, e que teve curta existência. Outro partido organizado a nível federal que teve também curta existência foi o Partido Republicano Conservador, criado pelo senador Pinheiro Machado em 1910, e que se esvaziou com a morte daquele senador em 1916.

Predominava nesses políticos o espírito liberal de governo, sendo que políticos de tendência esquerdista apareceriam, em partidos políticos legalizados, somente depois de 1930, na "República Nova".

O acesso à carreira política era aberto a todos, nos partidos republicanos estaduais, desde que não se desviasse do credo liberal republicano, na época chamado de conservador. Monarquistas nunca mais foram aceitos na política, até os dias de hoje.

Houve um presidente mulato: Nilo Peçanha e um vice-presidente mulato, Fernando de Mello Vianna; vários que tiveram infância pobre, como o próprio Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Delfim Moreira.

A maioria dos presidentes da República Velha começou a carreira profissional como advogados e promotores públicos. Em geral, os presidentes da República Velha iniciaram suas carreiras políticas apoiados por líderes políticos locais (os Coronéis), mas, com exceção dos 3 presidentes paulistas, não eram eles próprios coronéis.

A Política dos Estados significava, na verdade, a impossibilidade da oposição esquerdista na política brasileira, uma vez que os representantes populares eram escolhidos mediante pactos entre o governo federal e os governos estaduais, legalizado por eleições fraudulentas, sem espaço para candidatos independentes de esquerda.

Nesse período, havia a "Comissão de Verificação de Poderes" do Congresso Nacional, que era um órgão encarregado de fiscalizar o sistema eleitoral brasileiro, que não ratificou parlamentares eleitos que não apoiassem a "Política dos Estados".

O único momento em que a "Política dos Estados" falhou, foi quando Afonso Pena morreu durante a sua presidência e o controle da sucessão presidencial caiu nas mãos de Nilo Peçanha. Este apoiou o candidato militar Hermes da Fonseca, que derrotou, em 1 de março de 1910, nas urnas, o candidato Rui Barbosa apoiado por São Paulo, que lançou seu governador Albuquerque Lins como candidato a vice-presidente na chapa de Rui Barbosa, na chamada Campanha Civilista.

Presidente Hermes da Fonseca.

O Marechal Hermes da Fonseca foi então eleito para governar de 1910 a 1914. O resultado foi quatro anos de guerra civil nos estados que ficou conhecida como "Política das Salvações", onde se tentava, com o apoio do governo federal, a derrubada de quase todos os presidentes dos estados que não apoiaram a eleição de Hermes da Fonseca.

São Paulo conseguiu ficar livre de intervenção federal, especialmente porque tomou posse, como seu presidente, em 1 de maio de 1912, o Conselheiro Rodrigues Alves, que

gozava de grande prestígio em todo o Brasil, não se atrevendo o governo de Marechal Hermes da Fonseca a derrubá-lo.

Política dos governadores

Ver artigo principal: Política dos governadores

Existia uma política em que o presidente apoiava os governadores dos estados e os governadores garantiam a eleição para o congresso de certos candidatos oficiais, estabelecendo assim um apoio mútuo entre os governadores e o presidente. Essa política, firmada no governo de Campos Salles, foi chamada de política dos governadores. Confundida erroneamente com a política do café com leite, ela foi um desdobramento da política dos governadores. [23]

Essa política uniu os interesses dos políticos locais, que estavam sendo sufocados pela monarquia, à política federal, que estava apoiando o setor cafeeiro. Dessa maneira, uma autonomia tanto para o governo federal quanto para as oligarquias estaduais, embora um dependesse politicamente do outro. [23]

O fortalecimento dos coronéis foi uma das consequências dessa política. Como os governadores precisavam sustentar politicamente o governo federal, as oligarquias estaduais passaram a manipular as eleições de senadores e deputados, para assim fortalecer o presidente da república. Para isso, o modelo de eleição da época, que não exigia o voto secreto, era fundamental. [23]

Outra consequência dessa política era a predominância de São Paulo e Minas Gerais perto dos demais estados, chegando ao ponto de controlar acordos para a sucessão presidencial por mais de trinta anos. Essa consequência era a política do café com leite

Coronelismo

Quem organizava a vida política, diretamente no contato com a população, nos municípios, era a figura "carismática" do "coronel". Sempre fazendeiro, sendo geralmente o líder da maçonaria local, o coronel, apesar do nome, era um líder essencialmente civil, em um país com 80% de sua população rural, onde tinha que se

caminhar muito para fazer política. Era o coronel o elo entre a população e o poder estatal.

Durante a República Velha, os coronéis tinham um domínio sobre suas terras e uma influência sobre algumas regiões. O domínio dos coronéis sobre suas terras permitiu que eles controlassem os eleitores em seus currais eleitorais, [24] que eram regiões controladas politicamente pelos coronéis, [25] para que esses eleitores sempre votassem nos candidatos impostos pelo coronel. [24] esse tipo de voto era conhecido como voto de cabresto. [24]

O poder dos fazendeiros chegou a ser tão grande, que o geógrafo francês Pierre Mondei chamou, em seu estudo "Pioneiros e fazendeiros de São Paulo", o governo estadual paulista da república velha de "O governo dos fazendeiros". O poder e autonomia do Coronel eram muito grandes, a ponto de um irmão do Presidente Rodrigues Alves dizer:

> *“ No Brasil manda o "Chiquinho de Paula", aqui em Guaratinguetá, mandou eu! ”*

Os jagunços controlavam os votos através da coerção física. Dessa maneira, os eleitores que fossem contra a aspiração do coronel, eram punidos, [24] com perda de trabalho ou até mesmo sendo vítimas de homicídio. [26] para controlar os votos, os coronéis também fraudavam as votações, alterando votos, sumindo com as urnas e até mesmo patrocinavam a prática do voto fantasma. Essa prática consistia em falsificar documentos para que os eleitores pudessem votar várias vezes e até mesmo utilizar nomes de falecidos nas eleições. [25]

Entre trocas de alguns favores políticos, os coronéis garantiam a eleição de certos representantes que controlavam o cenário político nacional. Sem dificuldades, o resultado das eleições poderia ser forjado para favorecer a pequena elite de proprietários. [26]

O termo coronel começou a ser usado, no Brasil, por líderes políticos locais já no período da Regência, a partir de 1831, quando foi criada a Guarda Nacional em substituição às Companhias de Ordenanças, extintas naquele ano e que foram de grande importância na época do Brasil Colônia.

A patente mais alta na Guarda Nacional era a patente de coronel, a qual era atribuída ao fazendeiro mais importante de uma região, na qual havia um batalhão formado da Guarda Nacional. A Guarda Nacional se destacou nas Revoltas liberais de 1842, Guerra contra Oribe e Rosas e na Guerra do Paraguai, quando os fazendeiros sustentavam adicionalmente as tropas dos voluntários da pátria, convocando-as e soldando-as, ganhando, assim, um apoio descomunal nesse período. Aos poucos, após a Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional foi se tornando simbólica, não reunindo mais tropas, e foi extinta em 1918 no período de Venceslau Brás.

O coronelismo perdeu força após a revolução de 1930 e por isso, deixou de existir em diversas regiões do Brasil. Mas algumas práticas do coronelismo, como a fraude eleitoral e a compra de votos continuou, por muito tempo, existindo em várias regiões do Brasil. [25]

Movimentos Revolucionários

Ver artigos principais: Revolta da Armada, Bombardeio de São Paulo em 1924, Coluna Prestes e Revolução de 1930

Foram várias revoltas de caráter popular, ocorridas na República Velha. [27]. Durante o período militar (1889-1894) ocorreu a Revolta da Armada séria ameaça ao governo Floriano Peixoto, e uma revolução de carácter regional, a Revolução Federalista.

Durante o período civil (1894-1930), além da questão externa da anexação do Acre, ocorreram grandes revoltas internas no país de caráter localizado: a Guerra de Canudos, a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata, a Sedição de Juazeiro e a Guerra do Contestado. [28] outras revoltas de caráter estadual, além da citada Revolução Federalista, foram: a Revolução de 1923 e a República de Princesa ocorrida na Paraíba

em 1930. Nenhuma delas, porém, se constituiu numa tentativa de derrubar o governo federal.

Já o movimento tenentista, que gerou a revolta do Forte de Copacabana em 1922, e a Coluna Prestes a partir da Revolta Paulista de 1924, se constituiu em séria ameaça ao governo federal. Apesar de debelados, os descontentamentos gerais em relação ao regime da República Velha, tanto por parte de setores da sociedade civil alijados dos processos de decisão, quanto da baixa oficialidade do exército, levaram em outubro de 1930, ao movimento que pôs fim a este período da história brasileira. [28][29]

Durante este período, ocorreram também as primeiras greves operárias em 1907 e 1917, (chamadas, na época, de movimentos paredistas, ou paredes) e o crescimento de movimentos anarquistas e comunistas nos grandes centros urbanos do país, sobretudo entre os imigrantes espanhóis e italianos.

Primeira Guerra Mundial

Embora tenha declarado neutralidade oficialmente, em 1914, devido ao bloqueio imposto pela marinha alemã aos portos da Inglaterra e França, devido ao prolongamento daquele conflito, que inicialmente imaginava-se, seria uma guerra geograficamente restrita e de curta duração, o Brasil viu-se inevitavelmente envolvido dado o afundamento por submarinos alemães de navios da marinha mercante brasileira que faziam rota comercial próxima às costas anglo-francesas. Para contornar a carência do país em infraestrutura industrial-militar, a administração eleita em 1918, desenvolveu um plano estratégico para que o mesmo pudesse participar efetivamente do conflito na Europa, contornando essa deficiência.

No entanto, devido à conturbada situação interna, tanto política como a forte oposição popular a um maior envolvimento no conflito, tudo agravado pela disseminação do surto de gripe espanhola naquele último ano de guerra, e o próprio final da guerra ainda em 1918, fizeram com que a participação militar do país no conflito se restringe artistas e intelectuais, influenciados por transformações da época, e pela efervescência no cenário político, realizaram a Semana de Arte Moderna de 1922 durante o Governo Epitácio Pessoa em São Paulo que deu seu apoio. Também apoiou a Semana de Arte

Moderna, o órgão do PRP, o Correio Paulistano e dois dos membros do PRP participaram da Semana: Menotti del Picchia e Plínio Salgado. O movimento surgiu como um marco na história cultural do país e propunha a renovação nas artes, abrindo espaço para a arte de origem nacional.

A Semana aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo (11 a 18 de fevereiro), com exposição de pinturas modernas, com quadros de Anita Malfatti, e espetáculos nos dias 13, 15 e 17.

O segundo dia foi o mais polêmico, quando o poeta Menotti del Picchia, em sua conferência, defendeu:

"(...) uma arte genuinamente brasileira, filha do céu e da terra, do Homem e do mistério. (...). Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa Arte. E que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou, anacronicamente, a dormir e a sonhar, na era do jazz–banda e do cinema, com a flauta dos pastores da Arcádia e dos seios divinos de Helena!"

O movimento resultou na publicação de importantes livros, entre os quais: Martim Cererê, de Cassiano Ricardo, Macunaíma, de Mário de Andrade, Memórias Sentimentais de João Miramar, de Oswald de Andrade e O Estrangeiro, de Plínio Salgado. A semana recebeu críticas sendo que uma das mais fortes foi feita por Monteiro Lobato.disse ao envio de uma esquadra naval para participar da guerra antissubmarino no noroeste da África e mediterrâneo; e uma missão militar à Frente Ocidental, composta por pessoal do corpo médico, aviadores e membros de diversas armas terrestres. Embora insignificante para o resultado do conflito, tal participação fez com que o país obtivesse assento na Conferência de Versalhes e se tornasse um dos fundadores da Liga das Nações.

"(...) uma arte genuinamente brasileira, filha do céu e da terra, do Homem e do mistério. (...). Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras,

idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa Arte. E que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou, anacronicamente, a dormir e a sonhar, na era do jazz–banda e do cinema, com a flauta dos pastores da Arcádia e dos seios divinos de Helena!"

O movimento resultou na publicação de importantes livros, entre os quais: Martim Cererê, de Cassiano Ricardo, Macunaíma, de Mário de Andrade, Memórias Sentimentais de João Miramar, de Oswald de Andrade e O Estrangeiro, de Plínio Salgado. A semana recebeu críticas sendo que uma das mais fortes foi feita por Monteiro Lobato.

Decadência e fim

Através da política dos estados de São Paulo e Minas Gerais, Artur Bernardes foi eleito presidente em 1922. Sua eleição já foi marcada pela crise das cartas falsas. Ele recebeu um país em crise, por causa das constantes rebeliões, em virtude das agitações militares e pelos primeiros efeitos da crise depois da Grande Guerra. Por isso, o governo de Artur Bernardes ficou conhecido pela decretação e pelas constantes renovações do estado de sítio.

Em São Paulo, tenentes sublevaram-se na Revolução de 1924, ao comando de Isidoro Dias Lopes e dos irmãos Juarez e Joaquim Távora. A revolução chegou a ocupar a capital do estado. No Rio Grande do Sul, a Coluna Prestes iniciou uma marcha que durou até 1927, numa luta contra as forças leais ao governo. [

Em 1926, assumiu Washington Luís, cujo lema era "governar é abrir estradas". Ao contrário do presidente antecessor Artur Bernardes, se tornou popular depois que assumiu a presidência da república. Washington Luís era conciliador, por isso suspendeu o estado de sítio, mas não declarou a anistia, embora tenha dado liberdade a presos militares e civis. [

No exercício da presidência, Washington Luís contava com o apoio dos proprietários de terras e ao mesmo tempo dialogava com as exigências dos grupos políticos urbanos. Embora fosse um intermediador entre grupos urbanos e os detentores do poder, Washington Luís promulgou a Lei celebrada em 1927, com medo que a oposição pudesse desestabilizar o governo. A Lei Celerada censurava a voz da oposição, expressões da população e suas reuniões. A imprensa não tinha a liberdade de

publicação e o intuito de reprimir movimentações de operários e tenentes fez com que o povo perdesse o direito de organizar reuniões. [

Após indicar um outro paulista para a sucessão presidencial, Washington Luís desagradou à oligarquia mineira, que se uniu a outras oligarquias, como a do Rio Grande do Sul. Júlio Prestes, o indicado de Washington, conseguiu a vitória, mas ela não foi concedida, pois a Aliança Liberal (nome dado aos aliados gaúchos, mineiros e paraibanos) alegava fraudes eleitorais. Os estados aliados, principalmente o Rio Grande do Sul, arquitetaram uma revolta armada. A situação piorou ainda mais quando o candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa, foi assassinado no Recife, capital de Pernambuco. Como os motivos dessa morte foram escusos, a propaganda getulista aproveitou-se disso para usar em seu favor, pondo a culpa na oposição, além da crise econômica acentuada pela crise de 1929; a indignação, portanto, aumentou, e o Exército — que era contrário ao governo vigente desde o tenentismo — se mobilizou a partir de 3 de Outubro de 1930, também contando com os oficiais de alta patente. No dia 24 de outubro de 1930, Washington Luís foi deposto e assumiu o governo federal a Junta Governativa Provisória de 1930 formada por 2 generais de divisão e um contra-almirante. No mês seguinte, dia 3 de novembro, Júlio Prestes foi deposto e fugiu. Washington Luís foi exilado, e, o poder então foi passado pela Junta Provisória para Getúlio Vargas, iniciando a Era Vargas, um período de 15 anos que marcou a história do país.

Sociedades Estudantis

Esse período de 1889 até 1930, chamado de República Velha, também ficou conhecido como "Primeira República", "República dos Bacharéis", "República Maçônica" e "República da Bucha", pois todos os presidentes civis daquela época eram bacharéis em direito. Quase todos foram formados na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo, exceto Epitácio Pessoa. Artur Bernardes iniciou os estudos de direito na Faculdade Livre de Direito (atual Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais) e o concluiu em São Paulo.[35] Quase todos eram membros da maçonaria.

E, quase todos, menos Epitácio Pessoa, foram membros de uma sociedade secreta da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo, chamada de "Bürschenschaft Paulista", ou "Studentenverbindung" (algo como confraria da camaradagem, em alemão), mais conhecida como "Bucha", criada, em

1831, pelo professor Julius Frank (1808–1841).[36] Os membros da Bucha procuravam, quando alcançavam um alto cargo político, chamar seus colegas da Bucha para sua equipe. Carlos Lacerda descreveu assim a Bucha:[37]

“ Uma sociedade secreta em que os sujeitos confiavam nos companheiros, digamos "da mesma origem", que passam pelas faculdades, futuras elites dirigentes. Um dia, um sobe e chama o outro para ser governador, para ser secretário, para ser ministro e assim por diante. ”

Os candidatos de oposição à presidência da república também foram maçons: Rui Barbosa, também membro da Bucha, foi três vezes candidato, o Grão-Mestre Lauro Sodré, foi duas vezes candidato e o ex-presidente da república (1909-1910) e Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, Nilo Peçanha foi candidato de oposição em 1922. Afrânio de Melo Franco que governou de fato o Brasil quando Delfim Moreira adoeceu também era Bucha. Nilo Peçanha e Epitácio Pessoa foram os únicos presidentes civis que não pertenciam à Bucha, pois bacharelou-se em direito no Recife. [

Stanich Neto em "Bucha, a sociedade secreta do Direito", também explica que A Bucha viveu sua maior crise em 1926, quando uma cisão na maçonaria de São Paulo, fez com que o grão-mestre do Grão Oriente de São Paulo José Adriano Marrey Júnior criasse o Partido Democrático em São Paulo, quebrando a hegemonia do PRP, e posteriormente se unindo aos gaúchos na Revolução de 1930. Conta também Stanich Neto que ao triunfar a Revolução de 1930, a revolta contra a Bucha foi grande sendo o túmulo de Júlio Frank profanado. [

Depois de vitoriosa a Revolução de 1930, a revolta contra a Bucha foi tanta que se tentou profanar o túmulo do professor Julius Frank, fundador da Bucha, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo. Porém, dois dos ministros de Getúlio Vargas, no Governo Provisório, pertenciam à Bucha.

Demografia

A comparação entre os Censo demográfico de 1890 e 1920 retrata avanços no período — não houve censo em 1930. De 14,3 milhões de pessoas em 1890, o Brasil passou a 30,5 milhões em 1920, crescendo 113% nessas três décadas. A população urbana do país era de 7,4% em 1890 e alcançou 10% em 1920. 93,6% dos brasileiros trabalhavam no campo em 1890, ao passo que em 1920 esse percentual era de 87,2%. O consumo de energia elétrica no Brasil era de 16 Gwh em 1900, em 1920 saltou para 775 Gwh.

Também ocorreu um avanço na alfabetização. Em 1890, apenas 17,4% da população brasileira eram alfabetizados. Em 1920, a taxa subiu para 28,8%. [

Economia

No campo da economia, predominou as exportações de café, base da economia e maior fonte de receita tributária. Foi também um período de modernização, com grandes surtos de industrialização, como o ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, porém, a economia continuaria dominada pela cultura do café, até a Quebra da Bolsa de valores de Nova Iorque, do

Ciclo da borracha

O ciclo da borracha converteu as cidades amazônicas em prósperos centros econômicos e culturais. Teatro Amazonas na cidade de Manaus.

Houve um grande surto de produção e exportação de borracha da região amazônica durante o início da República Velha. A borracha chegou a ocupar o segundo lugar na pauta de exportações brasileiras, perdendo apenas para o café.

Rante a Crise de 1929.

A seringueira, uma planta do gênero Hevea, da família Euphorbiaceae, é uma árvore natural da Amazônia facilmente encontrada em suas florestas, tornando muitas vezes desnecessário seu plantio. Fazendo uns talhos no tronco, o seringueiro extrai um líquido leitoso grudento. Esse líquido vai secando e formando uma bola macia. A bola é a matéria-prima para fazer borracha. A borracha já era conhecida no século XIX. Mas ela tinha o defeito de ficar mole nos dias de calor e quebradiça no inverno.

Em 1839, o engenheiro norte-americano Charles Goodyear descobriu que era possível solucionar esse problema colocando a borracha no fogo para estimular uma reação química envolvendo o enxofre, processo conhecido por vulcanização. A partir daí a borracha destacou-se na indústria mundial: eram matéria-prima para a produção de peças, solas de sapato, pisos e coberturas, luvas, vedações, etc. No começo do século XX, a indústria automobilística começou a se desenvolver espetacularmente. Os pneus dos carros são feitos de borracha. Esta matéria prima era exclusiva da Amazônia.

Entre 1890 e 1920, a borracha foi o segundo produto de exportação do Brasil, só perdendo para o café. Muitos latifundiários, donos de seringais, ficaram milionários, Manaus e Belém construíram belíssimos palacetes para esses barões da borracha. Homens tão ricos que, só para aparecer, mandavam lavar as roupas em Paris. Houve

um grande desenvolvimento da cidade de Manaus que ficou caracterizado pelas suas construções especialmente o Teatro Amazonas em Manaus. Na selva, porém, era diferente. Lá trabalhavam os peões. Geralmente, nordestinos fugiam do latifúndio e da caatinga seca para reencontrar o latifúndio na selva.

Durante alguns anos, a borracha brasileira dominava o mercado internacional, até que a Inglaterra começou a produzi-la, em larga escala, em suas colônias no Sudeste Asiático, depois de ter contrabandeado mudas de seringueira do Brasil. O preço internacional da borracha caiu muito e a borracha brasileira perdeu seus mercados. Os seringais foram abandonados e a Amazônia voltou à estagnação econômica, porém, conseguindo o Brasil, graças à borracha, através de acordos e tratados internacionais a ampliação do território do Estado do Amazonas e a incorporação do Acre ao território brasileiro.

Legado

Monarquistas e políticos que fizeram carreira após 1930 são contrários à República Velha.

Na República Velha, o discurso dos políticos se referia, em termos gerais, na defesa do país, em leis, em consolidação das fronteiras, ao inverso do que ocorreria após a Revolução de 1930, quando os políticos assumiram um discurso de esquerda, falando em conflitos sociais e denegrindo a imagem dos políticos da República Velha.

A defesa da República Velha é feita, apenas por poucos estudiosos, através de uma visão liberal, alegando que a corrupção era mínima na República Velha, lembrando que vários presidentes daquela época morreram pobres. Lembram os defensores da República Velha, também que não havia intervenção estatal na economia, salvo para a defesa do café, o que permitiu um grande surto industrial e modernização do país sem as mazelas da estatização da economia, comuns após 1930.

Os monarquistas, por seu lado, lembram que o império brasileiro tinha conhecido um período de paz de 40 anos inédito no mundo, de 1849 a 1889. Como, ao contrário do Império, houve na República Velha, muitos conflitos armados e violência, a república velha foi acusada, pelos monarquistas, de ter sido a causa de tantas revoltas políticas.

Por seu lado, os defensores da República velha contra argumentam que estes conflitos políticos eram inevitáveis com a urbanização do país e que a Política dos Estados do

Dr. Campos Sales era muito boa e que só quando está "Política dos Estados" não foi seguida que ocorreram revoltas armadas.

Cidadãos sobreviventes daquele primeiro período republicano chamam a atenção pela situação, em geral, pacífica e ordeira do país naquela época. Lembram, estas testemunhas daquela época que a violência urbana era mínima; Lembram eles, também, que os políticos da época eram homens sérios sisudos e com grande apelo patriótico e que os embates políticos se davam mais no nível das ideias e menos no nível do conflito de classes sociais como atualmente.

A conduta honrada dos políticos da República Velha foi atestada pela própria Revolução de 1930, que estabeleceu uma Justiça revolucionária e um Tribunal especial e uma Junta de Sanções, através dos decretos nº 19.298 e 19.440, ambos de 1930, com objetivo de investigar desvios e corrupção eventuais dos políticos depostos e nada encontrou de irregular, encerrando suas atividades depois de meses de investigações infrutíferas.

A República Velha começou agrária e rural, em um país sem fronteiras definidas, e chegou a 1930 com as fronteiras definidas pacificamente, industrializado e urbanizado, dizem os defensores da República Velha.

Já os críticos da República Velha afirmam que os vícios e desvios da "Política dos Estados" eram graves e que ela não soube absorver os novos conflitos e problemas originários da urbanização e crescimento acelerado da população.

Avaliação de Washington Luís

Washington Luís, que também era historiador, em sua mensagem de 1927 ao Congresso Nacional, avaliou o progresso brasileiro obtido pela República Velha, comparando os dados estatísticos de 1888 com os de 1926, sem deixar de elogiar, porém, os 50 anos de paz interna conseguidos pelo Império do Brasil. A análise de dados feita pelo presidente está contida na tabela:

Lista de presidentes da República Velha

Os presidentes do período 1889-1930 foram:

1889 – Marechal Manuel Deodoro da Fonseca. Chefe do Governo Provisório e depois presidente eleito pela Assembleia constituinte;

1891 – Marechal Floriano Vieira Peixoto, assumiu com a renúncia de Deodoro;

1894 – Prudente José de Morais e Barros;

1898 – Manuel Ferraz de Campos Sales;

1902 – Francisco de Paula Rodrigues Alves;

1906 – Afonso Augusto Moreira Pena (morreu durante o mandato);

1909 – Nilo Procópio Peçanha (vice de Afonso Pena, assumiu em seu lugar);

1910 – Marechal Hermes da Fonseca;

1914 – Venceslau Brás Pereira Gomes;

1918 – Francisco de Paula Rodrigues Alves (eleito, morreu de gripe espanhola, sem ter assumido o cargo);

1918 – Delfim Moreira da Costa Ribeiro (vice de Rodrigues Alves, assumiu em seu lugar);

1919 – Epitácio da Silva Pessoa;

1922 – Artur da Silva Bernardes;

1926 – Washington Luís (deposto pela revolução de 1930);

1930 – Júlio Prestes de Albuquerque (eleito presidente em 1930, não tomou posse, impedido pela Revolução de 1930).

Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, menos comumente conhecido como Golpe de 1930, [1][2] que depôs o presidente da República Washington

Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha. [3]

Com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929, iniciou-se uma crise econômica de escala mundial, esmagando todas as economias com alguma participação nos mercados internacionais, caso do Brasil e suas exportações de café. [4] em 1929, lideranças da oligarquia paulista romperam a aliança com os mineiros, conhecida como política do café com leite, e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência da República. Em reação, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas.

Em 1 de março de 1930, foram realizadas as eleições para presidente da República que deram a vitória ao candidato governista, que era o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Porém, ele não tomou posse, em virtude do golpe de estado desencadeado a 3 de outubro de 1930, e foi exilado. Assim, Júlio Prestes passou a ser o único político eleito presidente da República do Brasil pelo voto popular a ser impedido de tomar posse. [5]

Getúlio Vargas assumiu a chefia do "Governo Provisório" em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim antecedentes

A sucessão do Presidente Washington Luís

A conturbada sucessão de Washington Luís ocasionou a Revolução de 1930.

Na República Velha (1889 - 1930), as eleições para presidente da República ocorriam em 1 de março e a posse do presidente eleito ocorria em 15 de novembro, de quatro em quatro anos. Como não existiam partidos políticos organizados a nível nacional na República Velha, cabia ao presidente da República a condução de sua sucessão, conciliando os interesses dos partidos políticos de cada estado. A eleição para escolha do sucessor do presidente Washington Luís, que governava desde 1926, estava marcada para 1 de março de 1930. A posse do seu sucessor deveria ocorrer em 15 de novembro de 1930. [7]

Na República Velha vigorava a chamada política do café com leite, em que o Partido Republicano Paulista revezava a presidência com o Partido Republicano Mineiro. Assim, de acordo com esta política do café com leite, Washington Luís deveria indicar para ser seu sucessor, o presidente de Minas Gerais Antônio Carlos, ou o vice-presidente da República, que era o mineiro Fernando de Melo Viana, que já foi presidente de Minas Gerais, ou outro líder político mineiro. O nome do ex-presidente Artur Bernardes foi lembrado, mas não era aceito por muitos, especialmente por Antônio Carlos. O nome de Melo Viana foi vetado por Artur Bernardes e por Antônio Carlos. [7]

Porém, no início de 1929, o presidente da República, Washington Luís, fluminense da cidade de Macaé e radicado em São Paulo desde sua juventude, tendia a apoiar o presidente de São Paulo, Júlio Prestes, que pertencia ao Partido Republicano Paulista, ao qual também pertencia Washington Luís. Da República Velha no Brasil

Em 29 de março de 1929, o jornal norte-americano The New York Times informava que os cafeicultores de São Paulo dariam um banquete a Júlio Prestes em Ribeirão Preto e o apoiaram para a presidência, e esperavam o apoio dos demais estados produtores de café. O jornal relatava ainda que Minas Gerais estava politicamente dividida. [9]

Antônio Carlos, quebrando o compromisso assumido com Washington Luís de só tratar da questão sucessória a partir de setembro de 1929, envia uma carta a Washington Luís, datada de 20 de julho de 1929, na qual indica Getúlio Vargas como o preferido para candidato à presidência da República para o mandato de 1930 a 1934. Dizia Antônio Carlos na carta: "Com o objetivo sincero de colaborar para uma solução conciliatória e de justiça, julguei acertado orientar-me na direção do nome do doutor Getúlio Vargas, por ser o de um político que se tem destacado no apoio firme e na completa solidariedade à política e à administração de V. Ex.". [10]

O termo "solução conciliatória" significa um candidato não paulista e não mineiro, como havia ocorrido em 1918, com a escolha do paraibano Epitácio Pessoa como

candidato à presidência da República. Washington Luís, então, devido ao lançamento da candidatura Getúlio feita por Antônio Carlos, iniciou o processo sucessório consultando os presidentes dos estados (naquela época havia 20 estados no Brasil), e indicou o nome de Júlio Prestes como o seu sucessor, no que foi apoiado pelos presidentes de dezessete estados. Os três estados que negaram apoio a Júlio Prestes foram: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Até hoje, lê-se na bandeira da Paraíba a palavra NEGO (do verbo "negar"). O telegrama do presidente da Paraíba João Pessoa, conhecido como o "Telegrama do Nego", é datado de 29 de julho de 1929, nove dias após Antônio Carlos lançar Getúlio Vargas candidato à presidência da República. No telegrama, João Pessoa, relatando a decisão tomada pelo Partido Republicano Paraibano, dizia: "Reunido o diretório do partido, sob minha presidência política, resolveu unanimemente não apoiar a candidatura do eminente dr. Júlio Prestes à sucessão presidencial da República". [11]

Era comum, naquela época, as negociações políticas, chamadas démarches, se fazerem, especialmente, através de longas cartas. Washington Luís divulgou pela imprensa várias cartas que recebeu de Getúlio Vargas e de Antônio Carlos para provar que não impuseram o nome de Júlio Prestes como candidato à sua sucessão. [12] Antônio Carlos chegou a ser considerado pré-candidato à presidência da República, como mostra uma marchinha da época, de autoria de Freire Júnior, cantada por Francisco de Morais Alves e que se tornou uma profecia:

“ Se o mineiro lá de cima se descuidar,

Seu Julinho vem, vem mas custa,

Muita gente há de chorar! ”

Os políticos de Minas Gerais apoiadores da política "carlista" ficaram insatisfeitos com a indicação de Júlio Prestes, pois esperavam que Antônio Carlos, presidente do estado, fosse o indicado por Washington Luís, seguindo a tradição ou, pelo menos, que o presidente indicasse um terceiro nome, no caso, Getúlio Vargas. Os "carlistas" lançaram, então, Getúlio como candidato de oposição à candidatura de Júlio Prestes. Antônio Carlos ficaria conhecido como o "Arquiteto da Revolução de 1930". [13]

Minas Gerais, então, se dividiu: Os políticos ligados ao vice-presidente da República Melo Viana e ao ministro da Justiça Augusto Viana do Castelo, pertencentes à Concentração Conservadora, mantiveram o apoio a Júlio Prestes e fizeram oposição à política "carlista" e ao Partido Republicano Mineiro.

Com a indicação de Júlio Prestes como candidato oficial à presidência da República e o consequente apoio do PRM de Minas Gerais à candidatura de Getúlio Vargas, terminava a política do café com leite, que vigorou na República Velha, quebrando o equilíbrio político nacional criado por Campos Sales na sua chamada Política dos Estados que ficaria conhecida popularmente como "política dos governadores" e jogando o Brasil numa instabilidade política.

O perigo da instabilidade política já chamava, em 1929, a atenção de Monteiro Lobato, na época representante comercial do Brasil nos Estados Unidos. Em 28 de agosto de 1929, em carta a Júlio Prestes, Monteiro Lobato transmite-lhe votos pela "vitória na campanha em perspectiva", afirmando que "sua política na presidência significará o que de mais preciso o Brasil: continuidade administrativa! ". [14]

Os três estados dissidentes iniciaram a articulação de uma frente ampla de oposição, chamada de Aliança Liberal, que tinha o objetivo de se opor ao intento do presidente da República e dos dezessete estados de eleger Júlio Prestes. Washington Luís era por natureza um conciliador (por exemplo, assim que assumiu a presidência libertou todos os presos políticos, civis e militares), porém, em outubro de 1929, três meses depois da indicação de Júlio Prestes, ocorreu a queda dos preços do café, em decorrência da crise de 1929. Isto fez com que Washington Luís mantivesse a candidatura de um paulista, Júlio Prestes, oficializada em 12 de outubro, como queriam os cafeicultores de São Paulo, apesar das pressões de Minas Gerais, Paraíba e do Rio Grande do Sul. Por seu lado, Antônio Carlos não aceitou retirar a candidatura de Getúlio.

Júlio Prestes se destacou no governo de São Paulo pela defesa do café. Entre outras medidas tomadas reformou o Banespa, para ser um banco de hipotecas dos estoques de

café, harmonizando os interesses dos cafeicultores com os dos exportadores de Santos. O café representava 70% das exportações brasileiras. Além disso, havia uma superprodução de café nas fazendas e um grande estoque nas mãos do governo paulista. Pela lógica, Minas Gerais, como segundo maior produtor de café do Brasil, deveria apoiar São Paulo, mas terminou por apoiar o Rio Grande do Sul.

A Aliança Liberal entrou na disputa eleitoral sabendo, de antemão, que seria dificílima a vitória, tendo apoio de apenas 3 estados. Uma marchinha da época mostra a certeza da vitória que tinham os apoiadores de Júlio Prestes:

“ Paraibano com gaúcho e com mineiro,

Diz o Julinho,

É sopa, é sopa, é sopa! ”

A campanha eleitoral, no entanto, ocorreu relativamente calma, dentro dos padrões de violência da República Velha. O episódio mais grave da campanha eleitoral foi o "Atentado de Montes Claros", quando, poucos dias antes da eleição de 1 de março, no dia 6 de fevereiro, uma passeata de adeptos de Júlio Prestes (chamados de "prestistas") foi dissolvida a tiros de revólver e de carabina por elementos "aliancistas" daquela cidade. Os tiros partiram da residência do líder "aliancista" João Alves, quando a caravana "prestista" passava em frente à sua residência. O ministro da Justiça Viana do Castelo reportou 5 mortos e 14 feridos. Alguns dos feridos morreram alguns dias depois.[21] Saiu ferido, entre outros, o sr. Vice-presidente da República Fernando de Melo Viana, que levou três tiros no pescoço. Seu secretário particular, Dr. Rafael Fleury da Rocha, morreu no local.[22]

Porém, Antônio Carlos, em sua mensagem de governo de 1930 ao Congresso Estadual de Minas Gerais, na qual classificou o "Atentado de Montes Claros" como tendo sido um "morticínio", dá outra versão ao ocorrido, afirmando que "prestistas" e "carlistas" se encontraram frente a frente numa rua da cidade de Montes Claros, iniciando-se, então, um tiroteio. Aconteceram outros três casos, também graves, de ataques entre "aliancistas" e partidários de Júlio Prestes. O primeiro ocorreu em 26 de dezembro de 1929, na Câmara dos Deputados quando, depois de um comício nas escadarias do Palácio Tiradentes, o deputado federal "prestista" Manuel Francisco de Sousa Filho, de

Pernambuco, foi assassinado a tiros de revólver no interior da Câmara, pelo deputado "aliancista" Ildefonso Simões Lopes, do Rio Grande do Sul. Na versão dos "aliancistas", o deputado Ildefonso teria agido em legítima defesa. O segundo caso ocorreu em 20 de fevereiro de 1930, em Chapecó, na fronteira entre Santa Catarina, "prestista", e o Rio Grande do Sul, com uma troca de tiros entre as polícias dos dois estados.[23] No dia seguinte, casas de "prestistas" foram alvejadas por tiros em Riacho dos Machados.[24] Dois dias depois, em 23 de fevereiro, em um comício do Partido Democrático, na Vila Guilherme em São Paulo, um delegado de polícia é morto a tiros de revólver.[25]

A eleição para a presidência da República foi realizada no dia 1 de março de 1930, um sábado de carnaval, e foi vencida por Júlio Prestes, (chamado, pela imprensa de "Candidato Nacional") com 1.091 709 votos contra 742 797 dados a Getúlio (Candidato Liberal). Getúlio, no entanto, obteve 100% dos votos do Rio Grande do Sul e um total de 610 000 votos nos três estados "aliancistas". A votação de Getúlio nos 17 estados "prestistas" foi inexpressiva. No antigo Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, houve empate. O Rio Grande do Sul acabou sendo o único estado "aliancista" que chegou unido às eleições de 1 de março. Júlio Prestes foi eleito para governar de 1930 a 1934. Sua posse na presidência deveria ocorrer no dia 15 de novembro de 1930. A apuração dos resultados da eleição foi demorada e tensa, se estendendo até maio de 1930.

Em 19 de março é quebrada a unidade da Aliança Liberal, pois, numa surpreendente declaração aos jornais, o líder gaúcho Borges de Medeiros reconhece a vitória de Júlio Prestes, alegando que fraude houve de ambos os lados: "Fraude houve de norte a sul, inclusive aqui mesmo".[26] O termo "aqui mesmo" se refere ao Rio Grande do Sul. Os líderes liberais se apressaram a desautorizar Borges de Medeiros. Sendo que o caso mais grave, durante a apuração dos votos, ocorreu em Belo Horizonte:

Em 3 de abril, no centro daquela cidade, partidários de Antônio Carlos foram dispersados a tiros por "prestitistas", havendo vários feridos. O episódio ficou conhecido como o "Atentado da Rua Espírito Santo". Os tiros partiram da residência do líder "prestista" Manuel Tomás de Carvalho Brito, que fora uma das vítimas do atentado de Montes Claros. Porém na sua versão apresentada ao governo federal,

Carvalho de Brito garante que sua casa é que foi alvejada por "carlistas", no que foi desmentido por Antônio Carlos em sua mensagem de governo de 1930. Durante semanas, o clima ficou tenso em Belo Horizonte, esperando-se um contra-ataque dos "carlistas". Tropas federais estacionadas em Ouro Preto seguiram para Belo Horizonte para garantirem a segurança pública.[27]

Em 22 de maio de 1930, o Congresso Nacional proclama eleitos para a presidência e vice-presidência da República, Júlio Prestes e Vital Soares. Em seguida à proclamação final dos resultados, o presidente eleito Júlio Prestes viajou para os Estados Unidos, sendo recebido como presidente eleito pelo presidente dos Estados Unidos Herbert Hoover. Em Washington declara que o Brasil nunca será uma ditadura e se torna o primeiro brasileiro a sair na capa da revista Time.[28] Júlio Prestes só retornou a São Paulo em 6 de agosto, sendo recebido por uma multidão de adeptos, na atual Estação da Luz.

Houve acusações de fraude eleitoral, de ambas as partes, como sempre houve, em todas as eleições brasileiras desde o Império do Brasil. A Aliança Liberal recusou-se a aceitar o resultado das urnas. A Aliança Liberal denunciou que os deputados e senadores, eleitos em 1 de março de 1930, não obtiveram o reconhecimento dos mandatos na Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional do Brasil.

Os partidários de Washington Luís e Júlio Prestes se defendiam, dizendo que houve apenas um caso: a Paraíba, onde houve duplicidade de atas eleitorais, o que sempre ocorreu na República Velha. Em Minas Gerais não houve a diplomação dos eleitos. Os prestistas também desconfiavam do grande número de eleitores alistados no Rio Grande do Sul. Suspeitava-se que cidadãos uruguaios tinham sido alistados para votarem no Rio Grande do Sul.

A Paraíba conflagrada - A República de Princesa

A Aliança Liberal também acusava Washington Luís de estar por trás de uma revolução, liderada por um coronel do sertão, o senhor José Pereira Lima, desafeto de João Pessoa. A Revolução está de caráter estadual, ocorrida na cidade de Princesa

Isabel, na Paraíba, iniciada em 15 de março, e que visava derrubar o presidente da Paraíba João Pessoa. [29]

O governo federal recusou-se a decretar a intervenção federal na Paraíba. O episódio ficou conhecido como a "República de Princesa", que só foi dominada pelo governo da Paraíba em agosto de 1930. O combate à "República de Princesa" foi liderado por José Américo de Almeida, e encerrado quando as tropas de José Pereira entregaram suas armas ao Exército Brasileiro em 19 de agosto de 1930. [30][31] A "República de Princesa" foi a última revolução de âmbito estadual da República Velha. [32]

A conspiração

A partir da recusa da maioria dos políticos e tenentes da Aliança Liberal de aceitar o resultado das urnas, iniciou-se uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, com a intenção de não permitir que Júlio Prestes assumisse a presidência, o que deveria ocorrer em 15 de novembro. No nordeste do Brasil, o tenente Juarez Távora, que havia fugido da prisão em janeiro de 1930, organizou, na clandestinidade, a revolução.

Osvaldo Aranha comprou dezenas de milhares de armas na Tchecoslováquia, para equipar os apoiadores civis da revolução. A compra foi financiada 50% com dinheiro do Rio Grande do Sul, 37,5% com dinheiro de Minas Gerais e 12,5% com dinheiro da Paraíba. [33] Esta conspiração sofreu um revés em 10 de maio, quando morreu, em acidente aéreo, o tenente Antônio Siqueira Campos. Siqueira Campos era um bom articulador político e fazia o contato com militares estacionados em São Paulo. Com sua morte, praticamente acabou o ímpeto revolucionário entre militares estacionados em São Paulo. [34] em 29 de maio de 1930, a conspiração sofreu outro revés, com o brado comunista de Luís Carlos Prestes, que deveria ter sido o comandante militar da revolução de 1930, mas titubeou[35][36][37] do comando para apoiar o comunismo. [38] O comandante militar secreto da revolução ficou sendo então o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Em 1 de junho, Getúlio lança um manifesto acusando irregularidades nas eleições de 1 de março, porém não clama por revolução, assim

como em sua última mensagem anual, como presidente do Rio Grande do Sul, ao poder legislativo gaúcho.

Em 18 de julho, foi destruído (na época se dizia empastelado) o jornal "prestista" e da Concentração Conservadora Folha da Noite, em Belo Horizonte, por um grupo de "aliancistas" que chamavam Antônio Carlos de covarde, e que pediam abertamente a revolução. [

39] Começava, então, a concretizar-se o temor de Antônio Carlos, de que haveria uma revolução violenta que fugiria ao controle dos políticos da Aliança Liberal.

No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa, então presidente da Paraíba, foi assassinado por João Duarte Dantas, no Recife, por questões de ordem pessoal. [40] João Duarte Dantas, cuja família era inimiga política de João Pessoa, tivera o escritório de advocacia saqueado. [41] havia sido arrombado, no escritório de João Dantas, o cofre onde se encontravam cartas e poemas de amor da escritora Ande Beiriz, que foram divulgados e considerados escabrosos. Alguns livros de história afirmam que a correspondência foi publicada no jornal oficial do governo estadual, A União. Outros dizem que as cartas apenas circulavam de mão em mão. De qualquer forma, tornaram-se públicas. Foi um escândalo.

No dia 26 de julho, quando João Pessoa estava com amigos na Confeitaria Glória, no Recife, João Dantas vingou-se: acompanhado de um cunhado, disparou dois tiros contra o peito do presidente da Paraíba, dizendo: "Sou João Dantas, a quem tanto humilhaste e maltrataste". João Duarte Dantas foi preso e levado para a Casa de Detenção do Recife, onde foi espancado e morto. João Dantas dissera que mataria João Pessoa para defender sua honra. Oficialmente, suicidou-se. Anayde foi encontrada morta em 22 de outubro, por envenenamento, na capital pernambucana. Outro suposto suicídio.

Apesar de totalmente desvinculado da eleição de Júlio Prestes, o episódio do assassinato de João Pessoa foi o estopim que deflagrou a mobilização armada dos partidários de Getúlio e da Aliança Liberal. O corpo de João Pessoa foi embarcado em um navio, no Recife, em 31 de julho de 1930, para ser enterrado, em 18 de agosto, no

Rio de Janeiro. Tanto no Recife como no Rio de Janeiro houve missas solenes e discursos inflamados, colocando a culpa no governo de Washington Luís pela morte de João Pessoa. No Recife ocorreu um enorme tiroteio. O Largo de São Francisco, em São Paulo, foi palco de um conflito de estudantes no dia 17 de agosto, quando homenagearam João Pessoa; houve tiros, um morto e vinte feridos, com intervenção da polícia e do exército.

O Presidente da República não se defendia das acusações. Washington Luís fora avisado, repetidas vezes pelos seus assessores, de que havia um movimento subversivo em marcha visando derrubá-lo do poder. Washington Luís, porém, não tomou nenhuma medida preventiva para impedir a revolução.

Revolução

O problema da sucessão presidencial

Na República Velha (1889-1930), vigorava no Brasil a chamada política do café com leite, em que políticos apoiados por São Paulo e de Minas Gerais se alternavam na presidência da República (mas não eram necessariamente paulistas ou mineiros os seus indicados). Porém, no começo de 1929, o então presidente da República Washington Luís indicou o nome do presidente de São Paulo, Júlio Prestes como seu sucessor, no que foi apoiado por presidentes de dezessete estados. Apenas três estados negaram o apoio a Prestes: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Os políticos de Minas Gerais esperavam que Antônio Carlos, o então presidente do estado, fosse o indicado por Washington Luís, para ser o candidato à presidência.

Assim a política do café com leite chegou ao fim e iniciou-se a articulação de uma frente oposicionista ao intento do presidente e dos dezessete estados de eleger Júlio Prestes. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se a políticos de oposição de diversos estados, inclusive do Partido Democrático de São Paulo, para se oporem à candidatura de Júlio Prestes, formando, em agosto de 1929, a Aliança Liberal.

Em 20 de setembro do mesmo ano, foram lançados os candidatos da Aliança Liberal às eleições presidenciais: Getúlio Vargas como candidato a presidente e João Pessoa, como candidato a vice-presidente. Apoiaram a Aliança Liberal, intelectuais como José

Américo de Almeida e Lindolfo Collor, membros das camadas médias urbanas e a corrente político-militar chamada Tenentismo (que organizou, entre outras, a Revolta Paulista de 1924), na qual se destacavam Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora e Miguel Costa e Juracy Magalhães e três futuros ditadores (Geisel, Médici e Castelo Branco).

Nesse momento, setembro de 1929, já era percebido em São Paulo que a Aliança Liberal, e uma eventual revolução, colocava-se contra o estado de São Paulo. Tendo o senador estadual de São Paulo Cândido Nanzianzeno Nogueira da Motta denunciando a iminência da revolução, na tribuna do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 24 de setembro de 1929, que:

“ A guerra anunciada pela chamada Aliança Liberal não é contra o sr. Júlio Prestes, é contra nosso Estado de São Paulo, e isso não é de hoje. A imperecível inveja contra o nosso deslumbrante progresso que deveria ser motivo de orgulho para todo o Brasil. Em vez de nos agradecerem e apertarem em fraternos amplexos, nos cobrem de injúrias e nos ameaçam com ponta de lanças e patas cândido Mota citou ainda o senador fluminense Irineu Machado que previra a reação de São Paulo:

“ A reação contra a candidatura do Dr. Júlio Prestes representa não um gesto contra o presidente do estado, mas uma reação contra São Paulo, que se levantará porque isto significa um gesto de legítima defesa de seus próprios interesses"! ”

Essa resposta paulista à revolução de 1930 veio um ano e meio depois, com a Revolução de 1932. Antônio Carlos diz em discurso, ainda em 1929:

“ Façamos a revolução pelo voto antes que o povo a faça pela violência ”

Esta frase foi vista como a expressão do instinto de sobrevivência de um político experiente e um presságio: Minas Gerais, se aliando ao Rio Grande do Sul e aos tenentes, conseguem preservar sua oligarquia. Uma revolução que fosse feita só pelos tenentes teria derrubado também o PRM (Partido Republicano Mineiro) do poder em Minas Gerais e o PRR do poder no Rio Grande do Sul.

3 de outubro de 1930

Em 7 de setembro de 1930, o movimento revolucionário tem um novo impulso. Neste dia, Antônio Carlos passa o governo de Minas Gerais a Olegário Maciel, sendo que este

era muito mais decidido a fazer uma revolução do que Antônio Carlos. O Presidente Olegário foi o único presidente de estado a continuar no cargo após a revolução de 1930

E cavalo! Sobre o sigilo da conspiração, Getúlio contou à Revista do Globo, edição especial de agosto de 1950, que sua filha Alzira só soube da revolução 2 dias antes dela ter início e afirmou: "Em 1930, preparando a Revolução, fui obrigado a fazer um jogo duplo: de dia mantinha a ordem para o governo federal e à noite introduziu os conspiradores no Palácio (Piratini)". Em 25 de setembro de 1930, foi determinado, pelo comando revolucionário, que a revolução começaria em 3 de outubro, às 17h00 horas. O início da revolução já havia sido adiado várias vezes, devido às hesitações e indecisões dos revolucionários.

Desta vez não houve adiamentos. Em 3 de outubro de 1930, no período da tarde, em Porto Alegre, iniciou-se a Revolução de 1930, com a tomada do quartel-general da 3ª Região Militar. Ataque este comandado por Oswaldo Aranha e Flores da Cunha. Nestes ataques aconteceram as primeiras mortes da revolução de 1930.

Um fato demonstra a importância que Getúlio Vargas dava à Revolução: neste dia 3 de outubro, precisamente, ele começou a escrever o diário, o qual encerrou em 1942. No início do diário, Getúlio registra que o comandante da 3ª Região Militar, General Gil Dias de Almeida, pouco antes de ter seu quartel-general atacado, disse a Getúlio que queimaria sua biblioteca de Minas Gerais em um processo revolucionário. Washington Luís também jamais conseguiu acreditar que Minas Gerais fizesse uma revolução. Na abertura do Diário, meia hora antes do início da revolução, Getúlio refletiu sobre sua responsabilidade na revolução e um eventual fracasso desta:

“ Quatro e meia. A hora se aproxima. Examino-me e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída. A minha vida não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide o destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e altivos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a lei e a ordem? E se perdermos? Eu

serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso. ”

Em caso de fracasso da revolução, Getúlio, como um dos "cabeças" da revolução, pelas leis da época, estava sujeito a pena de até 20 anos de prisão e à pena de banimento. O antigo código penal brasileiro, baixado pelo decreto nº 847, 11 de outubro de 1890, previa: "Artigo 107: Tentar diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República ou a forma de governo estabelecida. Pena: de banimento aos 'cabeças'; e aos corréus a reclusão por 5 a 10 anos". A lei nº 1.062 de 29 de setembro de 1903, aplicava, aos "cabeças", a pena de reclusão de 10 a 20 anos. O crime era inafiançável. No Nordeste do Brasil, devido a um erro de interpretação das ordens dadas pelo comando revolucionário, a revolução só começou na madrugada de 4 de outubro. A revolução se alastrou por todo o país. As tropas gaúchas marcharam rumo a São Paulo, porém sem derrubar o governo catarinense, pois só conseguiram tomar a Ilha de Santa Catarina no dia 16. No dia 6 de outubro, o The New York Times noticiava que 80 mil homens estavam na luta. Em Minas Gerais, inesperadamente, houve resistência, pois, o 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte não aceitou o golpe.

Oito governos estaduais, no nordeste do Brasil, na época chamada de Norte, foram depostos pelos tenentes, sendo que os tenentes enfrentaram, em Pernambuco e na Bahia, resistência notável. Os revolucionários derrubaram o governo de Pernambuco em 8 de outubro, depois de um combate que resultou em 150 mortos. [

No dia 10, Getúlio Vargas partiu, por ferrovia, rumo ao Rio de Janeiro, capital federal na época, deixando o governo do Rio Grande do Sul com Osvaldo Aranha e não ao vice-presidente gaúcho João Neves da Fontoura, fato que levou João Neves a renunciar ao seu cargo de vice-presidente gaúcho.

Em meados de outubro, a revolução dominava apenas parte do Nordeste do Brasil e parte do Sul do Brasil. Mantinham-se leais ao governo federal, os estados de Santa Catarina, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal (Rio de Janeiro), toda a região norte do Brasil: Amazonas, Pará e o Território do Acre, e todo o Centro Oeste: Goiás e Mato Grosso. O governo de Santa Catarina foi derrubado em 16 de outubro, e os demais citados somente com o fim da revolução. Barbosa Lima Sobrinho narra, em seu livro A Verdade sobre a Revolução de 1930, a ocupação do estado do Espírito Santo pelas tropas mineiras. O governo capixaba foi deposto em 16 de outubro de 1930.

No Nordeste do Brasil, os revolucionários marchavam em direção à Bahia. Pelo Sul, os revolucionários, vindos do Rio Grande do Sul, estavam estacionados na região de Itararé, na divisa do Paraná com São Paulo, onde as forças do governo federal e tropas paulistas estavam acampadas para deter o avanço das tropas revolucionárias.

Esperava-se que ocorresse uma grande batalha em Itararé. Getúlio aguardava os acontecimentos, instalado em Curitiba. No Sul de Minas Gerais tropas federais ainda resistiam ao avanço das tropas mineiras rumo ao Rio de Janeiro. Não houve a esperada "Batalha de Itararé", porque, em 24 de outubro, antes que ela ocorresse, os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha depuseram Washington Luís através de um golpe militar, e formaram uma Junta Militar Provisória. No mesmo dia, Osvaldo Aranha foi enviado ao Rio de Janeiro para negociar a entrega do poder a Getúlio Vargas. A Junta Militar governou o Brasil até passar o governo a Getúlio em 3 de novembro de 1930. Washington Luís foi deposto apenas 22 dias antes do término do mandato presidencial, que se encerraria em 15 de novembro de 1930.

Jornais que apoiavam o governo deposto foram destruídos (na época, se dizia: empastelados), entre eles jornais influentes, como O País, A Noite, Correio Paulistano, órgão oficial do Partido Republicano Paulista, A Plateia, Gazeta de Notícias, A Crítica e a Folha da Manhã, atual Folha de S. Paulo. O edifício-sede de O País foi totalmente incendiado. As polícias do Rio de Janeiro, então capital federal, e de São Paulo se omitiram e nada fizeram para impedir os atos de vandalismo. Na cidade de São Paulo, as bancas do jogo do bicho foram atacadas por serem suspeitas de financiarem o PRP e o governo paulista deposto. [

Washington Luís, Júlio Prestes e vários outros próceres políticos da República Velha, como Manuel Tomás Carvalho de Brito, José Maria Belo, Atila Neves, Irineu Machado, Otávio Mangabeira, Melo Viana, Antônio Prado Júnior, entre outros, foram presos e exilados. Washington Luís só retornou ao Brasil em 1947, depois da deposição de Getúlio Vargas, em 1945.

Getúlio, depois de uma passagem por São Paulo, onde ocupou o Palácio dos Campos Elísios, sede do governo paulista deposto, rumou para o Rio de Janeiro. Foi uma cena que os paulistas não esquecem: Soldados mineiros e gaúchos, com fuzis nos ombros, montando guarda para Getúlio na sede do governo paulista. Getúlio chegou ao Rio de

Janeiro, de trem, em 31 de outubro de 1930. Inteirou-se pela situação política no Rio de Janeiro, para só depois assumir o governo.

A derrocada de Washington Luís e Júlio Prestes foi cantada assim, por Alvinho e a Orquestra Copacabana, com a marchinha de Osvaldo Santiago "Bico de Lacre Não Vem Mais": "Quem disse que um dia ele ia lá no Catete se assentar, dê a mão à palmatória. Não vem mais 'Seu Julinho' porque o povo não quis, 'Bico de Lacre' coitadinho, como tu fostes infelizes... 'O Cavanhaque' deu o fora, deixou 'Seu Julinho' na mão, e este assim desempregado há de tomar um bom pimpão". "Bico de Lacre" era o apelido de Júlio Prestes dado por José Carlos de Macedo Soares.

Uma República Nova

Às 15 horas do dia 1 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha, derrubando todas as oligarquias estaduais exceto a mineira e a gaúcha.

Na mesma hora, no Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio passou a governar por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria tenentes que participaram da Revolução de 1930.

Por sua vez, o presidente eleito e não empossado Júlio Prestes criticou duramente a Revolução de 1930 quando, em 1931, exilado em Portugal, afirmou:

“ O que não compreendem é que uma nação, como o Brasil, após mais de um século de vida constitucional e liberalismo, retrogradam para uma ditadura sem freios e sem limites como essa que nos degrada e enxovalha perante o mundo civilizado! ”

Um dos maiores erros da revolução de 1930 foi entregar os estados à administração de tenentes inexperientes, um dos motivos da revolução de 1932. O despreparo dos tenentes para governar foi denunciado, logo no início de 1932, por um dos principais tenentes, o tenente João Cabanas, que havia participado da revolução de 1924, e que usou como exemplo o tenente João Alberto Lins de Barros, que governou São Paulo. João Cabanas, em fevereiro de 1932, no seu livro "Fariseus da Revolução", criticou especialmente o descalabro que foram as administrações dos tenentes nos estados,

chamando a atenção para a grave situação paulista pouco antes de eclodir a Revolução de 1932:

“ João Alberto serve como exemplo: Se, como militar, merece respeito, como homem público não faz jus ao menor elogio. Colocado, por inexplicáveis manobras e por circunstâncias ainda não esclarecidas, na chefia do mais importante estado do Brasil, revelou-se de uma extraordinária, de uma admirável incompetência, criando, em um só ano de governo, um dos mais trágicos confucionistas de que há memória na vida política do Brasil, dando também origem a um grave impasse econômico (déficit de 100 000 contos), e a mais profunda impopularidade contra a "Revolução de Outubro”. E ter provocado no povo paulista, um estado de alma equívoco e perigoso. Nossa história não registra outro período de fracasso tão completo como o do "Tenentismo inexperiente"! ”

Consequências

Os efeitos da Revolução não demoram a aparecer. Ainda em novembro é criado o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio afirmando o caráter trabalhista no planejamento político de Vargas, que governava por decretos.[47] A nova Constituição só é aprovada em 1934, a chamada Constituição de 1934, depois de forte pressão armada e social da Revolução Constitucionalista de 1932. A estrutura do Estado brasileiro modifica-se profundamente depois de 1930, se reajustando a novas necessidades econômicas e sociais, as quais o governo julgava imprescindíveis.

Getúlio, três anos e meio depois, decreta uma nova constituição, a Constituição de 1937, que instaurou o Estado Novo, em uma suposta tentativa de travar a radicalização da revolução por meio de comunistas denunciados pelo Plano Cohen.[48]

E assim se posicionou em relação a Constituição de 1934, no 10º aniversário da revolução de 1930, em discurso de 11 de novembro de 1940: [

“ Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agrava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação! ”

A partir da constituição de 1937, o regime centralizador, por vezes autoritário do getulismo, ou Era Vargas, estimula a expansão das atividades urbanas e desloca o eixo produtivo da agricultura para a indústria, estabelecendo as bases da moderna economia brasileira.

O balanço da revolução de 1930 e de seus 15 anos de governo, por Getúlio, foi feito, no Dia do Trabalho de 1945, em um discurso feito no Rio de Janeiro, no qual disse:

“ A qualquer observador de bom senso não escapa a evidência do progresso que alcançamos no curto prazo de 15 anos. Éramos, antes de 1930, um país fraco, dividido, ameaçado na sua unidade, retardado cultural e economicamente, e somos hoje uma nação forte e respeitada, desfrutando de crédito e tratada de igual para igual no concerto das potências mundiais! ”

Legado

Política

Três ex-ministros de Getúlio Vargas chegaram à Presidência da República: Eurico Dutra, João Goulart e Tancredo Neves. Este último não chegou a assumir o cargo, pois, na véspera da posse, sentiu fortes dores abdominais sequenciais durante uma cerimônia religiosa no Santuário Dom Bosco, recebendo o diagnóstico de diverticulite que o levou à morte em 21 de abril de 1985, em São Paulo.

Três tenentes de 1930 chegaram à presidência da República: Castelo Branco, Médici e Geisel.

O ex-gerente Juarez Távora foi o segundo colocado nas eleições presidenciais de 1955, e o ex-tenente Eduardo Gomes, o segundo colocado, entre 1945 e 1950. Ambos foram candidatos pela UDN, o que mostra também a influência dos ex-tenentes na UDN, partido que tinha ainda, entre seus líderes, o ex-tenente Juracy Magalhães, que quase foi candidato em 1960.

Os partidos fundados por Getúlio Vargas, PSD (partido dos ex-interventores no Estado Novo e intervencionista na economia) e o antigo PTB, dominaram a cena política de 1946 até 1964.

PSD, UDN e PTB, os maiores partidos políticos daquele período, eram liderados por mineiros (PSD e UDN) e por gaúchos (o PTB).

Apesar de quinze anos (1930-1945) não serem um período longo em se tratando de carreira política, poucos políticos da República Velha conseguiram retomar suas

carreiras políticas depois da queda de Getúlio em 1945. A renovação do quadro político foi quase total, tanto de pessoas quanto da maneira de se fazer política.

Sobre a queda da qualidade da representação política após 1930, Gilberto Amado em seu livro "Presença na Política", explica: [

“ Na República Velha, as eleições eram falsas, mas a representação era verdadeira... As eleições não prestavam, mas os deputados e senadores eram os melhores que podíamos ter! ”

Getúlio foi o primeiro a fazer na Brasil propaganda pessoal em larga escala, com a Voz do Brasil. A aliança elite-proletariado, criada por Getúlio, tornou-se típica no Brasil, como a Aliança PTB-PSD apoiada pelo clandestino PCB.

Economia

A política trabalhista é alvo de polêmicas até hoje e foi tachada de "paternalista" por intelectuais de esquerda. Esses intelectuais acusavam Getúlio de tentar anular a influência desta esquerda sobre o proletariado, desejando transformar a classe operária num setor sob seu controle, nos moldes da Carta do Trabalho do fascista italiano Benito Mussolini.

Os defensores de Getúlio Vargas contra argumentam, dizendo que em nenhum outro momento da história do Brasil houve avanços comparáveis nos direitos dos trabalhadores. Os expoentes máximos dessa posição foram João Goulart e Leonel Brizola. Brizola foi considerado como último herdeiro político do "Getulismo", ou da "Era Vargas", na linguagem dos brasilianistas. [[52][53]

A crítica de direita, ou liberal, argumenta que, a longo prazo, estas leis trabalhistas prejudicam os trabalhadores porque aumentam o chamado custo Brasil, onerando muito as empresas e gerando a inflação, que corrói o valor real dos salários.

Segundo esta versão, o custo Brasil faz com que as empresas brasileiras contratem menos trabalhadores, aumentem a informalidade e faz com que as empresas estrangeiras se tornem receosas de investir no Brasil. Assim, segundo a crítica liberal, às leis trabalhistas geram, além da inflação, mais desemprego e subemprego entre os trabalhadores.

Os liberais afirmam também que o intervencionismo estatal na economia iniciado por Getúlio só cresceu com o passar dos anos, com a única exceção de Castelo Branco atingindo seu máximo no governo do ex-gerente de 1930 Ernesto Geisel. Somente a

partir do Governo de Fernando Collor se começou a fazer o desmonte do Estado intervencionista. Durante sessenta anos, após 1930, todos os ministros da área econômica do governo federal foram favoráveis a intervenção do Estado na economia, exceto Eugênio Gudin por sete meses em 1954, e a dupla Roberto Campos - Octávio Bulhões, por menos de três anos (1964 -1967).

Governo de quinze anos do presidente Getúlio Vargas

A Era Vargas foi um período político que durou 15 anos estando no cargo de presidente Getúlio Dornelles Vargas. Esse período foi de forma ininterrupta e pôs fim ao governo da República oligárquica.

A Era Vargas divide-se em:

- *Governo Provisório: 1930-1934;*
- *Governo Constitucional: 1934-1937;*
- *Estado Novo: 1937-1945.*

Antes de Getúlio Vargas ocupar o cargo máximo do executivo federal ocorreu um momento de ruptura na política nacional, que culminou em um movimento armado chamado de Revolução de 1930.

Revolução de 1930

A Revolução de 1930 foi um movimento articulado pelo exército, com forte incidência nos estados brasileiros de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, com o objetivo de destituir o presidente Washington Luís.

No pleito eleitoral de 1 de março de 1930 concorreram à presidência representantes de forças políticas opositoras. De um lado o governista e governador do estado de São Paulo Júlio Prestes e do outro o oposicionista Getúlio Vargas.

A candidatura de Getúlio Vargas teve total apoio do partido político Aliança Liberal e do governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mas a vitória eleitoral de Júlio Prestes desagradou a oposição que acusou as eleições fraudulentas.

O assassinato do vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa, no dia 26 de julho de 1930, na capital pernambucana, Recife, agravou ainda mais as disputas políticas.

No dia 3 de outubro de 1930 ocorreu o golpe de estado. A destituição do presidente Washington Luís foi realizada por uma junta provisória militar que governou o Brasil por dez dias.

Depois desse episódio Era Vargas: Governo Provisório

Getúlio Vargas assumiu a presidência com um discurso no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no dia 3 de novembro de 1930. Suas vestes militares marcaram a importância do Exército para o seu triunfo.

A vitória da Revolução de 30 inspirou a letra da marchinha do compositor brasileiro, Lamartine Babo, chamada "O barbado". Veja a letra:

"Do sul a norte

Todos viram a intrepidez

De um Brasil heroico e forte

A raiar num dia três...

A Paraíba

Terra santa, terra boa

Finalmente está vingada

Salve o grande João Pessoa. " O, Getúlio Vargas assumiu a presidência liderando tropas de soldados do exército brasileiro.

O presidente concentrou o poder em suas mãos e se tornou Chefe do Governo Provisório. Ele ainda fechou os órgãos legislativos federais, estaduais e municipais.

Para extinguir o poder dos antigos coronéis regionais foram colocados militares em cargos de importância em postos de comandos. Nos cargos de governadores de estados, por exemplo, foram designados representantes do Exército.

Inicialmente, nessa primeira fase da Era Vargas o presidente instituiu o Conselho Nacional Consultivo. Esse conselho foi criado pelo que regulamentou seu governo.

Fizeram parte do órgão estatal os oficiais Pedro Ernesto, o general José Fernandes Leite de Castro, Ari Parreiras, Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, José Américo de Almeida,
Juarez Távora e o tenente João Alberto Lins de Barros.

A Constituição de 1934 foi promulgada nesta fase da Era Vargas. E medidas importantes foram tomadas para a vida política do país. Veja:

- *Voto das mulheres;*
- *Voto sigiloso;*
- *Bases da legislação trabalhista.*

Governo Constitucional

Esse segundo período da fase da Era Vargas foi marcado pelos princípios do fascismo. Getúlio Vargas tomou posse no dia 20 de julho de 1934, no Congresso Nacional.

Nesses três anos da Era Vargas ocorreram muitos enfrentamentos político-ideológicos no Brasil. De um lado os integrantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a liderança do político e escritor Plínio Salgado, e na oposição os integrantes comunistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Após a determinação do fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), por meio do decreto de nº 229/1935, bem como a prisão de alguns opositores acarretou no movimento chamado Intentona Comunista.

A Intentona Comunista ocorreu no dia 24 de novembro de 1935 na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e em Recife, capital de Pernambuco.

Depois desse movimento, o presidente endureceu a lei de subversão à ordem pública. Houve o reforço da Lei de Segurança Nacional no dia 14 de dezembro de 1935, e foram promulgadas emendas constitucionais que deram ao poder estatal mais poderes para reprimir os crimes de subversão.

Estado Novo

Getúlio Vargas deveria permanecer na presidência até 1937. Nas eleições deste ano disputaram o pleito eleitoral José Américo de Almeida, Armando de Sales Oliveira e o comunista Plínio Salgado.

Getúlio Vargas e seus apoiadores denunciaram a articulação de um plano de interesse comunista para a tomada do poder chamado de Plano Cohen.

Diante das supostas denúncias comunistas, mais uma vez Getúlio Vargas permanece no cargo de presidente no seu terceiro governo da Era Vargas.

Através de um golpe de Estado no dia 10 de novembro de 1937 foi instaurado o Estado Novo. Em um pronunciamento em uma emissora de rádio, o presidente fez um discurso

ao povo brasileiro informando sobre a necessidade de reajuste econômico e político do Brasil.

O Estado Novo teve influências do fascismo e a propaganda oficial combateu o comunismo e realizou intervenções na economia. Veja o trecho da fala de Getúlio Vargas no dia do golpe:

"É a necessidade que faz a lei. Embora mais complexa se torna a vida no momento que passa, tanto maior há de ser a intervenção do estado no domínio da atividade privada".

O presidente ainda fechou o Congresso Nacional do Brasil e atrelou o poder judiciário ao poder executivo federal. Outras medidas adotadas nessa fase da Era Vargas foram a extinção dos partidos e a promulgação da Constituição de 1937.

Constituição de 1937

A Constituição de 1937 tem características fascistas porque dava ao poder executivo controle total do mecanismo estatal. Além disso, era o presidente quem nomeava interventores de seu interesse para tomar decisões nos estados.

Getúlio Vargas era a favor da ideia de unidade nacional e anula concepção de regionalismo. Em 1939. Ele disse sobre o assunto de união:

"Não temos mais problemas regionais. Todos são nacionais, e interessam ao Brasil inteiro." (Getúlio Vargas)

A criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) foi muito importante nesse período da Era Vargas para a construção da imagem de "pai dos pobres" do presidente.

A propaganda oficial do Estado promovia a imagem do presidente como cuidador das pessoas. (Foto: Wikipédia)

O DIP ainda realizava o controle do que seria noticiado e veiculado pelos veículos de comunicação.

DITADURA MILITAR NO BRASIL

Repressões, tortura e censura

A Ditadura Militar no Brasil foi um período de grande sofrimento para as pessoas que viveram no ano de 1964. Em mais de 20 anos, o país foi governado por líderes militares que praticaram a perseguição política, a cassação de direito individuais, a falta de democracia, além da repressão vivida por opositores a esse regime.

O momento foi um grande marco na história do Brasil e aconteceu por meio de golpe de estado realizado no dia 31 de março de 1964. Na época, o país era governado pelo presidente João Goulart, que ao ser acusado de comunismo, teve que renunciar ao cargo por pressão dos militares e classes opositoras que se juntaram para organizar esse movimento.

Golpe de Estado

Uma Ditadura Militar geralmente acontece quando um grupo de militares assume o poder da República através de um golpe de estado. Assim, o golpe é uma organização liderada por integrantes das Forças Armadas que se unem para "derrubar" o presidente que estiver no poder. No entanto, quando esse modelo de governo não consegue agradar a população, os militares realizam atitudes de crueldade contra os opositores, desrespeitando todos os princípios do Direitos Humanos através de torturas e perseguições. Isso foi o que aconteceu no período da Ditadura Militar no Brasil.

Mandato de João Goulart (1961-1964)

João Goulart, último presidente antes da Ditadura Militar no Brasil, implantou algumas medidas que considerava necessárias a fim de estabelecer o desenvolvimento do país, que enfrentava um momento muito conturbado após o último governo. Em seu mandato, as organizações populares e os estudantes conquistaram grande espaço no cenário político. O presidente promoveu a nacionalização das refinarias de petróleo, a desapropriação de terras, criou uma reforma eleitoral para analfabetos, entre outros benefícios que favoreciam os estudantes. Nessa época, os jovens se manifestaram por meio de organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Devido às consequências da Guerra Fria que atingiu vários países, os Estados Unidos e alguns países conservadores temiam que o Brasil se aliasse à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e passasse a seguir tendências comunistas. Com isso, os partidos de oposição a João Goulart, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) acusavam o presidente de estar planejando um golpe esquerdista. Dessa forma, seus adversários organizaram o golpe militar.

Golpe militar de 1964

João Goulart, que na época havia sido eleito democraticamente, se sentiu ameaçado diante de tal situação, e para fugir das acusações e evitar uma Guerra Fria, renunciou ao cargo, buscando abrigo no Uruguai. Ele tomou essa atitude após a realização do golpe militar que aconteceu no dia 31 de março de 1964. O golpe, então, marcou o início da Ditadura Militar no brasil, essa seria uma época que traria grande dor para a população brasileira. Pouco tempo após esse fato, foi publicado pelos militares o primeiro Ato Institucional (AI-1). Ele determinava que os presidentes fossem eleitos indiretamente.

Dessa forma, o Congresso passaria a ter autonomia para eleger os próximos presidentes do Brasil. O primeiro escolhido foi o general Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), que antes foi chefe do estado-maior do Exército. Além disso, o ato AI-1 detinha o poder de alterar a Constituição, a permissão para cassar mandatos legislativos e suspender direitos políticos.

Concentração do poder e o Bipartidarismo

No período da Ditadura Militar no Brasil foram criados dezessete atos institucionais e cerca de mil leis excepcionais. Pois, com a realização do golpe militar de 1964, os militares pretendiam ganhar força no poder executivo. Após o primeiro ato institucional, foi divulgado o segundo ato AI-2. Com essa promulgação, o país passou a adotar o Bipartidarismo, que é quando o país só tem dois partidos políticos no comando das eleições. Uma era Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo, e outro Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que tinha o apoio dos opositores.

A fim de melhorar o funcionamento da Ditadura Militar no Brasil, o governo criou o Serviço Nacional de Informação (SNI), em 1964, para manter um forte controle de informações entre os vários órgãos que formavam a estrutura de combate aos opositores.

Plano Econômico

Depois de Castello Branco, quem assumiu o poder foi o general Arthur Costa e Silva (1967-1969). Juntos, os dois publicaram mais atos institucionais como o AI-3 e o AI-4, que implantou eleições indiretas para governador e a criação de nova Constituição (1967), respectivamente. O general Costa e Silva tentou promover o desenvolvimento do país com a criação de um plano econômico. Embora as medidas tenham sido consideradas impopulares pelos opositores ao regime, entre as propostas estavam:

• A contenção de salários e direitos trabalhistas;

• Aumento de tarifas públicas

• Cortes de gastos públicos;

• A diminuição da inflação.

Apesar de serem propostas cruéis para os trabalhadores, o país conseguiu se desenvolver um pouco e estabilizar a economia. Em seu governo, o presidente publicou o mais duro ato institucional da Ditadura Militar no Brasil, o AI-5, que limitou os veículos de comunicação, suspendeu o Habeas Corpus e impôs restrições à liberdade individual.

Na Ditadura Militar do Brasil, Emílio Garrastazu Médici assumiu o poder de 1969 a 1967, após o fim do mandato do presidente Costa e Silva. O seu governo, no entanto, foi marcado por grandes insatisfações, além de ser considerado um dos piores para população que nomeou esse período de "Anos de Chumbo".

Emílio Médici deu continuidade às iniciativas do último presidente e criou o "milagre econômico", que durou de 1968 a 1973, um plano desenvolvido para melhorar a economia do país. Apesar de ter gerado grandes resultados principalmente com a exportação do petróleo, a crise, que aconteceu em todo o mundo, atingiu também o Brasil, o que causou grande instabilidade no cenário político e econômico da nação.

Os estudiosos justificam que o país só conseguiu essa ascensão e o auge da economia por meio da captação de enormes recursos e de financiamentos externos realizados por outros países.

Fim da Ditadura Militar no Brasil

A instabilidade política que o país começou a viver, influenciou Médici a escolher o seu sucessor para assumir a presidência da República. Assim, o general Ernesto Geisel

(1974-1979) passou a ocupar o cargo de presidente do Brasil. No entanto, ele percebeu que a permanência infinita dos militares no poder causaria altos custos políticos para a corporação e para o país. Por isso, ele decidiu abrir um espaço para a redemocratização e iniciou um processo de ditadura lenta e gradual com o objetivo de agradar a sociedade.

Dessa forma, Geisel revogou o ato (AI-5) e restaurou o Habeas Corpus. Logo após o seu governo, o seu sucessor, João Figueiredo, criou a Lei da Anistia. Ela concedeu o perdão aos militares acusados de crimes políticos e permitiu a volta de milhares de exilados políticos que haviam sido expulsos durante a Ditadura Militar no Brasil.

No último ano do governo de Figueiredo, a população cansada de ter o país governado por militares, mobilizou-se em defesa das eleições diretas para presidente. Esse movimento ficou conhecido como Diretas Já e marcou o fim da dolorosa Ditadura, que durou 21 anos.

Movimentos sociais movimentos sociais referem-se à organização de grupos formados por indivíduos que lutam em prol de uma causa coletiva. Viver em uma sociedade multifacetada como a nossa é um desafio constante para todos, pois é preciso se adequar aos diferentes perfis e às necessidades sociais. Diante desse contexto, surge a divisão de grupos e classes, que segundo Karl Max é impulsionada pelo capitalismo.

Tal sistema econômico traz em sua história muitas críticas, justamente por ser um modelo que favorece a desigualdade social e consequentemente diversos conflitos, que por vezes tornam-se principais motivações para a criação de uma ferramenta de intervenção.

É a partir desse ponto que os movimentos sociais ganham forma, demonstrando, inclusive, uma forte relação entre os membros da sociedade e o Estado. Geralmente as manifestações surgem a partir do desejo por justiça e mudanças sociais, políticas e econômicas, assim como pela vontade de ampliar ou conquistar direitos garantidos pela constituição, tais como educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho, segurança, dentre outros.

Desse modo, esses grupos mobilizam toda sociedade e mantêm uma estrutura hierarquizada, com uma figura de líder para administrar as ações. Uma outra característica importante dos movimentos sociais é a construção de suas imagens, representadas simbolicamente através dos discursos e práticas adotadas. A ideologia e o projeto são pontos que auxiliam a articulação do grupo e colaboram para a definição das pautas de reivindicações.

Estudiosos apontam que os movimentos sempre existiram e essas forças organizadas são, de certa forma, importantes para a manutenção da democracia. Tais movimentos podem ser representados por meio de passeatas, marchas, greves, ocupações de espaços públicos, fechamento de ruas e diversas outras formas que possam articular suas ideias e chamar a atenção do governo e da população em geral para suas causas.

Os movimentos sociais referem-se à organização de grupos formados por indivíduos que lutam em prol de uma causa coletiva. Viver em uma sociedade multifacetada como a nossa é um desafio constante para todos, pois é preciso se adequar aos diferentes perfis e às necessidades sociais. Diante desse contexto, surge a divisão de grupos e classes, que segundo Karl Max é impulsionada pelo capitalismo.

Tal sistema econômico traz em sua história muitas críticas, justamente por ser um modelo que favorece a desigualdade social e consequentemente diversos conflitos, que por vezes tornam-se principais motivações para a criação de uma ferramenta de intervenção.

É a partir desse ponto que os movimentos sociais ganham forma, demonstrando, inclusive, uma forte relação entre os membros da sociedade e o Estado. Geralmente as manifestações surgem a partir do desejo por justiça e mudanças sociais, políticas e econômicas, assim como pela vontade de ampliar ou conquistar direitos garantidos pela constituição, tais como educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho, segurança, dentre outros.

Desse modo, esses grupos mobilizam toda sociedade e mantêm uma estrutura hierarquizada, com uma figura de líder para administrar as ações. Uma outra característica importante dos movimentos sociais é a construção de suas imagens, representadas simbolicamente através dos discursos e práticas adotadas. A ideologia e o projeto são pontos que auxiliam a articulação do grupo e colaboram para a definição das pautas de reivindicações.

Estudiosos apontam que os movimentos sempre existiram e essas forças organizadas são, de certa forma, importantes para a manutenção da democracia. Tais movimentos podem ser representados por meio de passeatas, marchas, greves, ocupações de espaços públicos, fechamento de ruas e diversas outras formas que possam articular suas ideias e chamar a atenção do governo e da população em geral para suas causas.

Para além de semelhanças e identidades com movimentos sociais e suas agitações que marcaram os anos 1960 em muitos países (da Primavera de Praga ao meio Estudantil em Paris em 1968, às manifestações contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, os movimentos de contracultura), no Brasil o momento apresentou especificidades em consequência da ditadura militar instalada desde 1964. Aqui, os movimentos sociais (em especial, o sindical e o estudantil) amargaram anos submetidos a dispositivos políticos que os engessava e perseguiam (e prendiam) seus militantes mais ativos. Infelizmente, o período até então mostrar-se-ia apenas uma amostra do que o regime seria capaz, pois no final de 1968 o Ato Institucional Número 5 abriu caminho para um regime de exceção que não tinha nenhum pudor em agir ao arrepio da ordem legal para perseguir, prender, cassar, exilar e "desaparecer" opositores de todos os matizes políticos.

Quando e em que situação a foto acima foi tirada? Como você acha que ela acabou no acervo do Arquivo Nacional? Volte para ler a resposta completa semana que vem!

Operários e estudantes contra a ditadura

Para além de semelhanças e identidades com movimentos sociais e suas agitações que marcaram os anos 1960 em muitos países (da Primavera de Praga ao meio Estudantil em Paris em 1968, às manifestações contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, os movimentos de contracultura), no Brasil o momento apresentou especificidades em consequência da ditadura militar instalada desde 1964. Aqui, os movimentos sociais (em especial, o sindical e o estudantil) amargaram anos submetidos a dispositivos políticos que os engessava e perseguiam (e prendiam) seus militantes mais ativos. Infelizmente, o período até então mostrar-se-ia apenas uma amostra do que o regime seria capaz, pois no final de 1968 o Ato Institucional Número 5 abriu caminho para um regime de exceção que não tinha nenhum pudor em agir ao arrepio da ordem legal para perseguir, prender, cassar, exilar e "desaparecer" opositores de todos os matizes políticos.

Em Osasco (São Paulo) e Contagem (MG) em 1968 havia desafiado o autoritarismo do governo que impedia o livre exercício do direito de associação, reunião e escolha dos seus líderes. Passeatas estudantis nas grandes cidades incorporaram também outros setores da população, incomodadas com um regime militar que deveria durar poucos meses, apenas o suficiente para "pôr ordem na casa", ou seja, livrar-se de João Goulart e daqueles que apoiavam reformas "extremas" que muitos setores da classe média identificaram erroneamente com o comunismo. A morte do estudante Edson Luís no Restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, em março, levantou a seguinte pergunta: e se fosse seu filho? slogan usado pelo movimento estudantil para lembrar às classes médias urbanas que a violência da ditadura chegava inexoravelmente para todos.

Operários e estudantes contra a ditadura

Para além de semelhanças e identidades com movimentos sociais e suas agitações que marcaram os anos 1960 em muitos países (da Primavera de Praga ao meio Estudantil em Paris em 1968, às manifestações contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos, os movimentos de contracultura), no Brasil o momento apresentou especificidades em

consequência da ditadura militar instalada desde 1964. Aqui, os movimentos sociais (em especial, o sindical e o estudantil) amargaram anos submetidos a dispositivos políticos que os engessava e perseguiam (e prendiam) seus militantes mais ativos. Infelizmente, o período até então mostrar-se-ia apenas uma amostra do que o regime seria capaz, pois no final de 1968 o Ato Institucional Número 5 abriu caminho para um regime de exceção que não tinha nenhum pudor em agir ao arrepio da ordem legal para perseguir, prender, cassar, exilar e "desaparecer" opositores de todos os matizes políticos.

Em Osasco (São Paulo) e Contagem (MG) em 1968 havia desafiado o autoritarismo do governo que impedia o livre exercício do direito de associação, reunião e escolha dos seus líderes. Passeatas estudantis nas grandes cidades incorporaram também outros setores da população, incomodadas com um regime militar que deveria durar poucos meses, apenas o suficiente para "pôr ordem na casa", ou seja, livrar-se de João Goulart e daqueles que apoiavam reformas "extremas" que muitos setores da classe média identificaram erroneamente com o comunismo. A morte do estudante Edson Luís no Restaurante Calabouço, Rio de Janeiro, em março, levantou a seguinte pergunta: e se fosse seu filho? slogan usado pelo movimento estudantil para lembrar às classes médias urbanas que a violência da ditadura chegava inexoravelmente para todos.

As manifestações estudantis que marcaram 1968 não protestavam apenas contra a repressão política geral, a censura, o fim de eleições diretas: uma série de demandas que giravam em torno do sistema de ensino, que defendiam como público e gratuito, também eram colocadas. Também reivindicavam uma reforma geral que democratizasse o acesso (incluindo o aumento do número de vagas), e mais verbas para pesquisa – e uma pesquisa voltada para problemas específicos do país.

Naquele ano, apesar da ditadura cada vez mais sufocante, alguns movimentos ainda eram possíveis – como a constituição do MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho), uma frente contra as políticas econômicas que impunham perdas salarias aos trabalhadores que reunia sindicalistas de todos os matizes, moderados, comunistas, e mesmo "pelegos" (em geral identificados com o governo). Mas os dias da oposição legal estavam contados: em meados do ano, um número crescente de ativistas (sindicais e

estudantis), diante da incansável repressão policial e das crescentes prisões, passou a defender o enfrentamento armado como única forma de derrubar a ditadura, já que esta proibia eleições, manifestações contrárias ao regime, censurava meios de informação. Mas em junho, greves e passeatas ainda aconteciam, e se as primeiras marcaram principalmente São Paulo e Minas, foi no Rio de Janeiro que estudantes e cidadãos tomaram as ruas, correram da polícia (em confrontos que resultaram na morte de pelo menos 4 pessoas) e chegaram a reunir mais de cem mil pessoas.

O movimento estudantil e sindical buscava agir mesmo com toda a repressão, em várias cidades do Brasil. Escolas e faculdades foram ocupadas, enquanto organizações paramilitares de extrema direita plantaram bombas com o intuito de intimidar a oposição e assustar a população. A Universidade de Brasília foi invadida, lideranças sindicais e estudantis foram presas em todo o país, e em outubro o XXX Congresso da (já ilegal) União Nacional dos Estudantes foi interrompido pela polícia, que prendeu mais de 700 pessoas.

Para que o modelo de desenvolvimento dependente e excludente proposto pelos governos militares, elaborado em conjunto com as elites nacionais, funcionasse a contento, era imprescindível que os movimentos sociais estivessem em silêncio – especialmente o movimento sindical. Desde o princípio – desde 1964 – o regime militar se dispôs a ir até onde fosse preciso para reprimir tais movimentos e sufocar todas as vozes dissonantes, e se em determinados momentos alguns setores militares pareciam defender maior abertura e uma sinalização no sentido do retorno à normalidade democrática, dificilmente representaram um movimento significativo dentro das forças armadas. Nos anos seguintes ao golpe de 1964, as medidas tomadas pelos generais-presidentes demonstram que a proposta inicial sempre foi a conquista do consentimento absoluto, da unanimidade, da complacência mesmo que se, para tal, houvesse necessidade de impor medidas cada vez mais drásticas. E foi o que ocorreu de fato: conforme as medidas tomadas mês após mês, ano após ano mostraram-se insuficientes para conter as demandas sociais e as críticas dos opositores, a ditadura militar foi aumentando paulatinamente seu escopo, até tornar-se, definitivamente, a ditadura escancarada. ”

Como foi a política na ditadura militar?

O regime adotou uma diretriz nacionalista, desenvolvimentista e anticomunista. A ditadura atingiu o auge de sua popularidade na década de 1970, com o "milagre econômico", no mesmo momento em que o regime censurava todos os meios de comunicação do país e torturava e exilava dissidentes.

Destacaram-se entre tais movimentos a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada por Carlos Lamarca; o Comando de Libertação Nacional (Colina); o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (pcdob)

Redemocratização do Brasil

A redemocratização do Brasil foi um processo que ocorreu duas vezes na história do país, em 1945 e entre 1974 e 1985, ambas após períodos ditatoriais de governo.

Redemocratização do Brasil foi um processo que ocorreu duas vezes na história do país, em 1945 e entre 1974 e 1985, ambas após períodos ditatoriais de governo. A redemocratização do Brasil de 1945 foi um processo rápido e que contou com a participação das Forças Armadas, ocorrendo no contexto da Ditadura Varguista. Já a redemocratização de 1985 foi um processo lento, iniciado mais de uma década antes, e que foi conduzido com pulso firme pelos militares que governavam o Brasil, ocorrendo no contexto da Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Leia também: Qual é a história das eleições no Brasil?

Resumo sobre a redemocratização do Brasil

A redemocratização do Brasil foi um processo de restabelecimento da democracia que ocorreu duas vezes na história do país, em 1945 e entre 1974 e 1985, ambas após períodos ditatoriais de governo.

A redemocratização do Brasil de 1945 ocorreu após o Estado Novo, no contexto da Ditadura Varguista.

Em 1937 Vargas deu um autogolpe de Estado e iniciou sua ditadura, chamada de Estado Novo.

No último ano do Estado Novo um ato adicional promoveu abertura política, acontecimento considerado por vários historiadores o marco inicial do processo de redemocratização.

Logo após a rendição da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a pressão contra a ditadura de Vargas cresceu e, em 29 de outubro de 1945, ele renunciou à presidência.

José Linhares assumiu o cargo de presidente da República no mesmo dia e organizou a eleição presidencial que era prevista.

Com a posse de Eurico Gaspar Dutra, teve fim o processo de redemocratização.

A redemocratização do Brasil de 1985 ocorreu no contexto da Ditadura Civil-Militar.

Teve início no governo Geisel, em 1974, e contou com momentos de avanços e recuos.

João Figueiredo sucedeu a Geisel como presidente e deu continuidade ao processo de redemocratização.

O processo de redemocratização do Brasil terminou em 1985, com a posse de José Sarney, candidato da oposição escolhido pelo colégio eleitoral.

Antecedentes históricos da redemocratização do Brasil

→ Redemocratização do Brasil de 1945

O combate às forças do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) criou um sentimento de defesa da democracia na maior parte do mundo, inclusive no Brasil, que

desde 1937 vivia em uma ditadura comandada por Getúlio Vargas, período conhecido como Estado Novo.

O Manifesto dos Mineiros, divulgado em outubro de 1943, foi o primeiro ato organizado que reivindicou a volta do Estado democrático de direito ao Brasil e criticou o autoritarismo de Vargas. O manifesto foi assinado por diversos intelectuais, políticos e profissionais liberais de Minas Gerais, por isso "Manifesto dos Mineiros". Após o manifesto, diversas outras manifestações ocorreram contra o Estado Novo.

Durante a iminente derrota do Eixo a pressão sobre Vargas aumentou, e ele, compreendendo o clamor popular pela redemocratização, assinou um Ato Adicional que permitiu a volta do pluripartidarismo e a realização de eleições presidenciais pelo voto universal.

Vargas desejava ser candidato à reeleição, e o fato incomodou setores da elite brasileira e as Forças Armadas.

No fim de outubro de 1945 o general Góis Monteiro, que ocupava o cargo de ministro da Guerra, ordenou que tropas do exército ocupassem a capital do país e destruíssem Vargas do poder. O general Eurico Gaspar Dutra convenceu Vargas de renunciar e evitar uma guerra civil. Getúlio Vargas assinou sua carta de renúncia em 29 de outubro.

→ Redemocratização do Brasil de 1985

Em 31 de março de 1964 um golpe civil-militar, que contou com apoio de boa parte da sociedade civil, da Igreja, da mídia e da elite econômica brasileira, derrubou o presidente João Goulart e deu início a um período da história brasileira conhecido como Ditadura Civil-Militar.

O primeiro presidente militar foi Castello Branco, considerado um militar moderado. Durante seu governo foram criados os primeiros aparatos de repressão, assim como

foram decretados os primeiros atos institucionais. Castello Branco governou até março de 1967, quando foi sucedido por outro militar considerado moderado, o general Costa e Silva.

Durante o governo de Costa e Silva diversas manifestações contra a Ditadura foram realizadas, a mais famosa delas foi a Passeata dos 100 Mil, ocorrida em junho de 1968 e que reuniu diversos artistas. No mês seguinte, estourou em Osasco a Greve de 1968, greve iniciada na fábrica Cobrasma e que se espalhou para outras fábricas da cidade, depois para diversas regiões do Brasil.

A chamada "linha dura da Ditadura", composta pelos militares mais radicais, como Emílio Garrastazu Médici, defendia que Costa e Silva e a ala moderada das Forças Armadas perderam o controle da situação.

O AI-5 foi aprovado pelas Forças Armadas no governo Costa e Silva, em um momento em que ele e sua ala estavam enfraquecidos. Mas foi no Governo Médici que os anos de chumbo atingiram o auge. Apenas um mês após assumir o poder, Médici conquistou uma grande vitória, divulgada largamente pelo aparato de propaganda do governo militar, o assassinato em São Paulo de Carlos Marighella, importante líder guerrilheiro.

Durante o período dos anos de chumbo também ocorreu o milagre econômico, momento em que a economia brasileira cresceu bastante estimulada por uma política desenvolvimentista e o investimento externo no país.

Em 1973, a crise do petróleo atingiu em cheio os Estados Unidos e as economias da Europa, e os investimentos no Brasil diminuíram drasticamente. A crise provocou o fim do milagre econômico no Brasil e gerou uma crise econômica, com o aumento do desemprego e da inflação.

Notícias sobre as torturas e assassinatos cometidos pela Ditadura conseguiram furar a censura, e parte da população brasileira começou a pedir a redemocratização. Foi nesse contexto de crise econômica e aumento da rejeição de parte da população à Ditadura que a redemocratização do Brasil teve início.

O que foi a redemocratização do Brasil?

A redemocratização do Brasil foi um processo que ocorreu duas vezes na história do país, entre 1945 e entre 1974 e 1985. A redemocratização é um processo no qual a democracia é restabelecida em um país após um período de ditadura.

→ Redemocratização do Brasil de 1945

A redemocratização do Brasil de 1945 foi o processo de restabelecimento da democracia que ocorreu após o Estado Novo, no contexto da Ditadura Varguista.

Em 1945 a União Democrática Nacional foi fundada, composta por grupos que foram contrários ao Estado Novo, principalmente membros das antigas oligarquias que perderam o poder em 1930. No mesmo ano ainda foram fundados o Partido Trabalhista Brasileiro, liderado por Getúlio Vargas; o Partido Socialista Brasileiro, de centro-esquerda e que apoiou a UDN nas eleições de 1945; o Partido Social Democrático, que lançou Dutra como candidato; e o Partido Comunista Brasileiro, que voltou à legalidade.

No fim do Governo Vargas surgiu um movimento chamado de queremismo, em que diversos grupos utilizaram o slogan "queremos Vargas", daí o nome pelo qual o movimento ficou conhecido. O queremismo amedrontou a elite econômica brasileira, setores políticos, principalmente a UDN, e as Forças Armadas.

Vargas sofreu grande pressão das Forças Armadas e, após movimentações de tropas na capital federal, ele renunciou. O ministro do STF, José Linhares, assumiu provisoriamente o cargo de presidente com a principal função de organizar as eleições de 2 de dezembro, que, de fato, ocorreram com certa tranquilidade.

Getúlio Vargas apoiou Dutra, do PSD, como candidato à presidência. Ele tinha como principal adversário o Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente com 55,39% dos votos válidos, e com isso a redemocratização do Brasil de 1985 teve fim. |1|

→ Redemocratização do Brasil de 1985

A redemocratização do Brasil de 1985 foi o processo de restabelecimento da democracia que ocorreu no contexto da Ditadura Civil-Militar. Esse processo de redemocratização durou aproximadamente uma década, de 1974 até 1985, e foi controlado pelos militares e contou com momentos de avanços e recuos.

Ernesto Geisel foi o presidente que iniciou a redemocratização do Brasil em 1974. Nas suas próprias palavras durante a posse, seria uma "abertura lenta, gradual e segura".

Em 1975, Vladimir Herzog, um jornalista da TV Cultura, em São Paulo, foi assassinado enquanto era torturado por agentes da ditadura no prédio do DOI-CODI. Os torturadores afirmaram que Herzog havia cometido suicídio na cadeia, mas a fotografia dele morto deixou claro para a maior parte da população que ele foi assassinado. Em janeiro de 1976 o operário Manoel Fiel Filho foi capturado por agentes do Estado em seu local de trabalho e levado para o DOI-CODI, onde também foi morto durante sessão de tortura. As notícias vazaram na mídia, o que levou o presidente Geisel a admitir que houve assassinato nas duas situações.

Em 1977, após sofrer uma derrota no Congresso, o governo decretou o chamado Pacote de Abril, um conjunto de leis que criou o cargo de senador biônico. Dois senadores por unidade da federação seriam eleitos pelo voto e um terceiro seria eleito pelos membros da Arena, o partido do governo. O pacote ainda aumentou o mandato do presidente para seis anos e previa eleição direta para todos os cargos do Executivo, exceto presidente, para 1982. O Pacote de Abril foi considerado um retrocesso no processo de abertura.

Em 13 de outubro de 1978, através da Emenda Constitucional nº 11, Geisel revogou o AI-5 e os outros atos adicionais que eram contrários à Constituição. Vale lembrar que o AI-5 permitiu aos militares fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais, intervir no Poder Executivo de estados e municípios, praticar a censura prévia, além de proibir manifestações políticas.

Em agosto de 1979 foi aprovada a Lei de Anistia, que perdoou todos os crimes cometidos durante a Ditadura Militar por grupos de esquerda e agentes do Estado. A lei tornou, na prática, impossível a punição das pessoas que cometeram crimes na Ditadura, e a Lei de Anistia ainda está em vigor. Após a Lei de Anistia muitas pessoas que estavam exiladas em outros países retornaram para o Brasil.

O processo de redemocratização do Brasil foi continuado por João Figueiredo, que sucedeu a Geisel em 1979, após ser escolhido pelo colégio eleitoral como presidente do Brasil.

Em dezembro de 1979 o pluripartidarismo voltou a ser permitido no Brasil, e foram criados novos partidos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP). Além disso, a Arena passou a se chamar Partido Democrático Social (PDS) e o MDB passou a se chamar PMDB.

Em 1983, o deputado Dante de Oliveira protocolou um projeto de emenda à Constituição, chamado de Emenda Dante de Oliveira, em que a proposta estabelecia a eleição direta para presidente, nas eleições de 1985. A partir desse momento um grande movimento exigindo eleições diretas surgiu no Brasil, as Diretas Já. Participaram desse movimento intelectuais, sindicalistas, igrejas, atletas esportivos, artistas, entre diversos outros grupos. Em abril de 1984 a emenda foi rejeitada no Congresso, ela precisava de 320 votos e obteve 298. Mas as Diretas Já foram um movimento importante que ajudou a abreviar o fim da Ditadura.

Manifestantes das Diretas Já no plenário da Câmara dos Deputados, em 1984, no contexto da redemocratização do Brasil de 1985.

Manifestantes das Diretas Já no plenário da Câmara dos Deputados, em 1984, no contexto da redemocratização do Brasil. [1]

Nas eleições de 1982 os militares perderam em grande parte do país, e a oposição passou a ter maioria no colégio eleitoral. Em janeiro de 1985, Tancredo Neves venceu a eleição no colégio eleitoral e se tornou o primeiro presidente não militar eleito depois do golpe de 1964. Na véspera de assumir o cargo, Tancredo Neves foi internado, morrendo dias depois. Seu vice-presidente, José Sarney, assumiu o governo em seu lugar. Para a maioria dos historiadores, a posse de José Sarney é o fim da Ditadura Civil-Militar e o fim do processo de redemocratização do Brasil.

Objetivos da redemocratização do Brasil

→ Redemocratização do Brasil de 1945

A redemocratização do Brasil de 1945 teve dois objetivos principais, a primeira foi a de encerrar o Estado Novo e restabelecer a democracia no Brasil e o segundo, evitar que Vargas conseguisse, por meios democráticos, continuar a governar o Brasil. Os dois objetivos foram alcançados, a democracia foi restabelecida e Vargas não foi candidato nas eleições de 1945.

Dutra foi eleito presidente na eleição de 1945, mas na eleição de 1950 Getúlio Vargas foi eleito presidente do Brasil com 46,6% dos votos válidos. |2| Nas palavras de Vargas ele voltou ao poder "nos braços do povo".

Vargas enfrentou diversas dificuldades no seu segundo governo, enfrentando forte oposição da UDN, dos Estados Unidos e das Forças Armadas. A crise só terminou em 1954, quando Getúlio Vargas cometeu suicídio no Palácio do Catete.

→ Redemocratização do Brasil de 1985

A redemocratização do Brasil de 1985 teve como principal objetivo restabelecer a democracia sem levar ao poder grupos considerados radicais pelos militares. Isso

porque o fim da Ditadura era certo para a maior parte da cúpula militar, em 1973, devido à crise econômica que o país enfrentava, ao desgaste internacional da Ditadura e pela perda de apoio de parte da população.

Outro objetivo dos militares era devolver a democracia ao Brasil sem sofrer consequências, de forma que eles não fossem punidos pelos crimes cometidos e que não tivessem seus soldos e outros direitos adquiridos reduzidos. A Lei de Anistia evitou as punições, e alguns privilégios existem ainda hoje.

Como foi o processo de redemocratização do Brasil?

→ Redemocratização do Brasil de 1945

A redemocratização do Brasil de 1945 foi um processo relativamente rápido. No início de 1945 o ato adicional de Vargas permitiu o pluripartidarismo, e diversos partidos foram fundados ou voltaram à legalidade, entre eles o PTB, UDN, PSD, PCB, entre outros.

Após grande pressão popular e ameaça de um golpe militar, Vargas renunciou ao poder no final de outubro de 1945. Pouco mais de um mês após a renúncia, uma nova eleição foi feita e um novo presidente foi eleito. No mês seguinte após a eleição Dutra tomou posse como presidente do Brasil. Em apenas três meses o Brasil deixou de ser uma ditadura e já tinha um presidente eleito democraticamente.

→ Redemocratização do Brasil em 1985

A redemocratização do Brasil de 1985 foi um processo lento, que demorou mais de uma década, e foi marcado por momentos de abertura política e por momentos de retrocesso. O marco inicial do processo de abertura foi a ascensão da ala moderada das Forças Armadas ao poder, com o governo de Ernesto Geisel. Ele iniciou a abertura em um discurso feito na posse, mas destacou que esse seria um processo lento, o que de fato foi.

Assim, a redemocratização de 1985 contou com diversas medidas, como a volta do pluripartidarismo, o Pacote de Abril de 1977, a Lei de Anistia, entre outras. O processo foi encerrado em 1985, com a posse de José Sarney como presidente do Brasil.

◦ *Constituição de 1988*

Em 1988 a Assembleia Constituinte aprovou a nova Constituição do Brasil, que substituiu a Constituição de 1967, aprovada durante a Ditadura Civil-Militar. Também chamada Constituição Cidadã, a nova Constituição estabeleceu o voto para todos os brasileiros maiores de idade, assim como o voto direto para presidente da República, além de direitos como a liberdade de expressão, a liberdade de associação, o direito à saúde, educação e segurança, condenação do racismo e manifestações contra o Estado democrático de direito. Para alguns historiadores, a Ditadura Civil-Militar só se encerrou em 1988, quando foi promulgada a atual Constituição do nosso país.

A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada, em 1º de fevereiro de 1987, durante o governo Sarney. Ela foi composta por congressistas eleitos através do voto direto. Diversos movimentos sociais participaram dos debates no Congresso relacionados à produção da nova Constituição, que duraram cerca de 20 meses. A Constituição foi ratificada por deputados e senadores em 5 de outubro de 1988. Saiba mais detalhes sobre a Constituição Federal de 1988 clicando aqui.

Quais foram os presidentes da redemocratização do Brasil?

→ Redemocratização do Brasil de 1945

O rápido processo de redemocratização de 1945 se iniciou no governo de Getúlio Vargas, durante sua ditadura, o Estado Novo. No último ano do Estado Novo um ato adicional promoveu abertura política, sendo para muitos historiadores o marco inicial do processo de redemocratização.

Com a renúncia de Vargas em 29 de outubro de 1945 José Linhares assumiu o cargo de presidente da República no mesmo dia. Linhares organizou a eleição presidencial que era prevista e que acabou acontecendo em 2 de dezembro de 1945.

Linhares governou até 31 de janeiro de 1946, quando o poder foi transferido para Eurico Gaspar Dutra. Com a posse de Dutra terminou o processo de redemocratização de 1945.

Acesse também: Como foi o governo de Eurico Gaspar Dutra?

→ Redemocratização do Brasil de 1985

O primeiro presidente da redemocratização do Brasil foi o general Ernesto Geisel, considerado um militar da ala moderada. Ele foi eleito pelo colegiado iniciando seu mandato em janeiro de 1974. Durante o seu governo, teve grande influência o general Golbery do Couto e Silva, um dos idealizadores da abertura política e da redemocratização do Brasil. Durante o seu governo, a linha dura perdeu influência no alto comando das Forças Armadas, principalmente após a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. Os assassinatos levaram à demissão do general Ednaldo D'ávila Mello, então comandante do 2º Exército e considerado um dos militares da linha dura. Também foi demitido do comando do exército o general Sílvio Frota, que era contrário à redemocratização.

Geisel conseguiu eleger seu sucessor, o general João Figueiredo, militar favorável à continuação da abertura política. Figueiredo assumiu o poder em março de 1979 e governou até março de 1985, sendo o último presidente da Ditadura. Durante o seu governo, uma grave crise econômica atingiu o Brasil e a dívida externa passou dos 100 bilhões de dólares pela primeira vez. A inflação também aumentou, chegando a 215% ao ano, em 1984. A crise aumentou o custo de vida da população e o apoio desta à Ditadura.

Durante o governo Figueiredo, diversos atentados terroristas foram praticados pela extrema-direita, com dezenas de bancas de jornais sendo explodidas porque vendiam periódicos contrários ao governo. Também passaram a ser enviadas cartas-bombas

para opositores do governo; uma secretária da OAB morreu após uma carta explodir próximo do seu rosto.

O mais famoso atentado ocorrido na redemocratização foi o Atentado do Riocentro, ocorrido em 1981. Na noite de 30 de abril ocorreria um show no centro de eventos, com cerca de 40 mil pessoas. No estacionamento do Riocentro houve uma grande explosão, matando um militar e ferindo gravemente outro, ambos estavam dentro de um veículo. O governo e parte da mídia divulgaram que foi um atentado terrorista de um grupo de esquerda. Na verdade, os dois militares, com apoio de outros, pretendiam distribuir diversas bombas no evento, explodindo-as simultaneamente e causando grande tumulto. Na sequência divulgaram que o atentado foi praticado por grupos de esquerda. O objetivo era frear o processo de redemocratização do Brasil. Por descuido dos militares, uma das bombas explodiu enquanto era armada dentro do carro.

José Sarney e Tancredo Neves, eleitos no contexto da redemocratização do Brasil de 1985.

José Sarney e Tancredo Neves, eleitos em 1985. Tancredo morreu na véspera de sua posse. Sarney governou em seu lugar.

Em 1985 o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves e seu vice, José Sarney, para presidir o Brasil. O candidato dos militares, e do próprio Figueiredo, Paulo Maluf, foi derrotado. Em 15 de março de 1985, José Sarney assumiu a presidência da República, sendo esse o marco do fim da Ditadura Civil-Militar para a maioria dos historiadores.

Impactos da redemocratização do Brasil

→ Redemocratização do Brasil de 1945

O processo de redemocratização de 1945 provocou a radicalização da política brasileira e dividiu a sociedade em dois grupos, os que apoiavam Getúlio Vargas e aqueles que eram contrários a ele.

O principal grupo de oposição a Vargas era a UDN, cujo principal líder era Carlos Lacerda, dono de diversos veículos de comunicação em massa. A eleição de Vargas

para um novo mandato, em 1950, acirrou novamente os ânimos. O segundo governo Vargas foi marcado por grandes manifestações que pioraram com o atentado da Rua Toneleros, onde Carlos Lacerda sofreu um ataque em que foi ferido e no qual seu segurança, membro das Forças Armadas, foi morto. Vargas foi acusado de ser o mandante, agravando a crise política. As Forças Armadas exigiam a renúncia do presidente, e tropas marcharam para o Palácio do Catete. Em um ato que surpreendeu a todos, Vargas cometeu suicídio em 24 de agosto de 1954, evitando um golpe de Estado.

→ Redemocratização do Brasil de 1985

O primeiro impacto da redemocratização do Brasil foi econômico. A crise iniciada nos anos finais da Ditadura se aprofundou nos primeiros anos da Nova República. No final da década de 1980 e início da década de 1990, a inflação anual chegou a quase 5000%, causando inclusive crise de abastecimento, com diversos produtos sumindo das prateleiras dos supermercados. A crise da hiperinflação brasileira só foi solucionada em 1994, com o Plano Real.

Outra consequência direta do processo de redemocratização foi a elaboração de uma nova Constituição para o país, produzida pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, eleita democraticamente. Na Constituição, o Estado democrático de direito foi garantido, assim como eleições diretas, a autonomia e divisão igualitária dos Três Poderes, a liberdade de expressão, entre diversos outros direitos que não eram legais no período militar.

Ainda outro resultado do processo de redemocratização do Brasil foi a impunidade, causada pela Lei de Anistia, aprovada em 1979. Ao contrário de outros países da América Latina, onde muitos dos que cometeram crimes durante períodos ditatoriais foram punidos, isso não ocorreu no Brasil. Por aqui, muitos criminosos, como assassinos e torturadores, continuam impunes.

A descrença na democracia, no diálogo, nas instituições democráticas e no pluripartidarismo, assim como a valorização do autoritarismo, da violência e da

militarização, ainda está muito arraigada na sociedade brasileira e pode ser considerada resquício de um passado marcado por ditaduras.

Veja também: Fernando Collor — o primeiro presidente eleito por voto popular após a Ditadura Civil-Militar Brasileira

Exercícios resolvidos sobre a redemocratização do Brasil

Questão 1

(FGV) O chamado "Pacote de Abril", conjunto de medidas promulgadas pelo presidente Ernesto Geisel em 1977, representou:

A) a institucionalização da Ditadura Militar, na medida em que criava mecanismos de repressão à oposição, através de uma série de atos institucionais, entre eles o AI-5.

B) a inauguração da política de abertura lenta e gradual, na medida em que estabelecia o voto direto e universal para a escolha de senadores e deputados.

C) a reação do governo às conquistas eleitorais da oposição, na medida em que impunha restrições, como a eleição indireta de um terço dos senadores, chamados biônicos.

D) o retrocesso na política de abertura lenta e gradual, na medida em que impunha a censura, até então inexistente, a todos os órgãos de comunicação.

E) o fim da Ditadura Militar, na medida em que estabeleceu as eleições diretas para todos os cargos de governo, inclusive a presidência da República.

Resolução:

Alternativa C.

O Pacote de Abril foi uma reação do governo sobre a possível falta de controle do processo de redemocratização com a perda da maioria no Congresso.

Questão 2

(Unicamp) O movimento pelas Diretas Já provocou uma das maiores mobilizações populares na história recente do Brasil, tendo contado com a cobertura nos principais jornais do país. Assinale a alternativa correta.

A) O movimento pelas Diretas Já, baseado na emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira, exigia a antecipação das eleições gerais para deputados, senadores, governadores e prefeitos.

B) O fato de que os protestos populares pelas Diretas Já pudessem ser veiculados nas páginas dos jornais indica que o governo vigente, ao evitar censurar a imprensa, mostrava-se favorável às eleições diretas para presidente.

C) O movimento pelas Diretas Já exigia que as eleições presidenciais de 1985 ocorressem não de forma indireta, via Colégio Eleitoral, mas de forma direta por meio do voto popular.

D) As manifestações populares pelas Diretas Já consistiram nas primeiras marchas e protestos civis no espaço público desde a instituição do AI-5, em dezembro de 1968.

Resolução:

Alternativa C.

Dante de Oliveira protocolou um projeto de emenda que tornaria as eleições de 1985 diretas. A emenda não foi aprovada, e as eleições de 1985 ocorreram de forma indireta. Nela, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente.

Questão: 1

(Enem/2018) São Paulo, 10 de janeiro de 1979.

Exmo. O Sr. Presidente Ernesto Geisel.

Considerando as instruções dadas por V. S. De que sejam negados os passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luís Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire.

Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, a cor dos cabelos, a cultura, o sorriso, as aspirações, a história e o sangue destes oito senhores.

Considerando tudo isto, por imperativo de minha consciência, venho por meio desta devolver o passaporte que, negado a eles, me foi concedido pelos órgãos competentes de seu governo.

Carta do cartunista Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil. In.: HENFIL. Cartas da mãe. Rio de Janeiro: Codecri, 1981 (adaptado).

No referido contexto histórico, a manifestação do cartunista Henfil expressava uma crítica ao (à):

A) censura moral das produções culturais.

B) limite do processo de distensão política.

C) interferência militar de países estrangeiros.

D) representação social das agremiações partidárias.

E) impedimento de eleição das assembleias estaduais.

Questão: 2

(Enem/2016) A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina

(1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas.

PADRÓS, E. S. Et al. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):

História e memória. Porto Alegre: Corag, 2009 (adaptado).

Levando-se em conta o contexto em que foi criada, a referida operação tinha como objetivo coordenar a

A) modificação de limites territoriais.

B) sobrevivência de oficiais exilados.

C) interferência de potências mundiais.

D) repressão de ativistas oposicionistas.

E) implantação de governos nacionalistas.

Questão: 3

A atuação da imprensa na articulação do golpe civil-militar que resultou na deposição de João Goulart e no início da Ditadura Militar com a implantação do AI-1 e da eleição indireta de Humberto Castello Branco, deu-se por meio da:

A) Frente Ampla

B) Ibad

C) Ipês

D) Rede da Democracia

E) Marcha da Família

Questão: 4

A partir de 1968, a Ditadura Militar ampliou o seu aparato repressor, concluindo esse processo de fechamento do regime com o decreto do AI-5. Em diversas frentes, a repressão da ditadura atuou para reprimir os movimentos sociais, como o estudantil, o operário ou até mesmo a demonstração de oposição entre os próprios deputados. O fechamento do regime fez com que muitos opositores se lançassem à resistência

armada, movimento que atuou para derrubar a ditadura pela via armada, entre 1968 e 1973. Dos nomes listados abaixo, selecione aquele que NÃO se envolveu com a resistência armada:

A) Carlos Marighella

B) Carlos Lacerda

C) Carlos Lamarca

D) João Amazonas

E) Dilma Rousseff

Questão: 5

A partir de 1968, a Ditadura Militar ampliou o seu aparato repressor, concluindo esse processo de fechamento do regime com o decreto do AI-5. Em diversas frentes, a repressão da ditadura atuou para reprimir os movimentos sociais, como o estudantil, o operário ou até mesmo a demonstração de oposição entre os próprios deputados. O fechamento do regime fez com que muitos opositores se lançassem à resistência armada, movimento que atuou para derrubar a ditadura pela via armada, entre 1968 e 1973. Dos nomes listados abaixo, selecione aquele que NÃO se envolveu com a resistência armada:

A) Carlos Marighella

B) Carlos Lacerda

C) Carlos Lamarca

D) João Amazonas

E) Dilma Rousseff

Questão: 6

(Metro Capital Soluções) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do último presidente do período da Ditadura Militar no Brasil.

A) João Figueiredo

B) Castello Branco

C) Ernesto Geisel

D) Costa e Silva

E) Emílio Médici

Questão: 7

(ID CAP) julgue o excerto abaixo.

Figueiredo assumiu a presidência em um momento político de extrema ebulição: a economia brasileira ia de mal a pior, afetada, sobretudo, pela segunda crise do petróleo que assolou o mundo em 1979; a inflação batia recordes, chegando a faixa de 110% ao ano; os operários do ABC paulista realizavam uma grande greve e tornavam-se o centro de referência para os movimentos de oposição à Ditadura Militar. Ademais, beneficiados pela lei de anistia, vários líderes e militantes de oposição voltaram do exílio.

A) O excerto está parcialmente correto, pois, durante todo o regime militar, a inflação se manteve controlada.

B) O excerto está parcialmente correto, uma vez que foi somente no governo Costa e Silva que opositores ao regime voltaram do exílio.

C) O excerto está completamente correto.

D) O excerto está parcialmente correto, uma vez a greve dos operários do ABC se deu no governo

Castelo Branco.

E) O excerto está completamente incorreto.

Questão: 8

Qual dos nomes abaixo não corresponde a um "presidente" que governou o Brasil durante o período da Ditadura Militar?

A) Marechal Eurico Dutra

B) Marechal Humberto Castello Branco

C) Marechal Artur da Costa e Silva

D) General Emílio Médici

E) General Ernesto Geisel

Questão: 9

Qual foi o estopim que motivou os militares a realizarem o fechamento do regime por meio do Ato Institucional nº 5?

A) um sequestro realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária.

B) um protesto estudantil no Rio de Janeiro.

C) O discurso do deputado Márcio Moreira Alves.

D) Denúncias realizadas pela imprensa.

E) Greve geral dos trabalhadores no ABC.

Questão: 10

O encerramento da Ditadura Militar se deu quando um candidato da oposição foi eleito presidente do país na eleição indireta de 1985. Estamos falando de quem?

A) Ullysses Guimarães

B) Tancredo Neves

C) Paulo Maluf

D) Fernando Collor

E) Itamar Franco

Questão: 11

A partir do AI-2, o Brasil teve um sistema bipartidário, o que determinava que somente dois partidos políticos poderiam existir no país. Um partido representava o regime, enquanto o outro atuava como uma oposição consentida. A sigla desses dois partidos era:

A) PT e PSDB.

B) PTB e UDN.

C) PRP e PRM.

D) PMDB e PP.

E) Arena e MDB.

Questão: 12

A campanha pela qual a população brasileira exigia o direito ao voto na eleição presidencial de 1985 ficou conhecida como:

A) Caras-pintadas.

B) Marcha da Família.

C) Jornadas de junho.

D) Diretas Já.

E) Fiscais do Sarney.

Respostas

Questão: 1

LETRA B

No final da década de 1970, esboçou-se uma abertura do regime durante o governo Geisel. Essa abertura, diferentemente do que muitos pensam, não visava ao retorno à democracia, mas o objetivo dos militares era realizar uma abertura controlada com governos que se alinhassem aos interesses dos militares. Nesse sentido, uma série de medidas foram tomadas a partir de 1979, principalmente. Na questão acima, a ação do cartunista Henfil era uma crítica contra os limites da abertura política realizada pelos militares nesse contexto.

Questão: 2

LETRA D

A Operação Condor foi realizada durante a década de 1970 e 1980 e teve a adesão de países sul-americanos que eram governados por ditaduras militares em aliança com a CIA. O objetivo da Operação Condor era perseguir e reprimir os movimentos opositores que se organizavam contra as ditaduras, sobretudo os movimentos de esquerda. Contou com o envolvimento do Brasil, do Chile, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia e dos EUA.

Questão: 3

LETRA D

A Rede da Democracia contou com a adesão de uma série de emissoras de rádio e também com jornais impressos, destaque para os expressivos jornais da Globo e o Jornal do Brasil. Esse grupo atuou de outubro de 1963 a abril de 1964 e tinha como objetivo promover a doutrinação ideológica para realizar a destituição de João Goulart da presidência do Brasil. Tratou-se, então, de uma conspiração para desestabilizar o governo.

Questão: 4

LETRA B

Dos nomes citados, o único que não se envolveu com a resistência armada à ditadura foi o jornalista Carlos Lacerda. Antigo membro da UDN, Carlos Lacerda era um

conservador que foi um entusiasta do Golpe de 1964, mas que se desiludiu com o regime quando percebeu que o Brasil se tornaria um país governado por uma ditadura. Morreu em 1977, vítima de infarto.

Questão: 5

LETRA B

Dos nomes citados, o único que não se envolveu com a resistência armada à ditadura foi o jornalista Carlos Lacerda. Antigo membro da UDN, Carlos Lacerda era um conservador que foi um entusiasta do Golpe de 1964, mas que se desiludiu com o regime quando percebeu que o Brasil se tornaria um país governado por uma ditadura. Morreu em 1977, vítima de infarto.

Questão: 6

LETRA A

O último "presidente" que o Brasil teve durante a Ditadura Militar foi João Figueiredo, que governou o país de 1979, após suceder Ernesto Geisel, a 1985, quando foi sucedido por José Sarney, que assumiu a presidência em razão do falecimento do candidato eleito, Tancredo Neves.

Questão: 7

LETRA C

O governo de João Figueiredo foi, de fato, bastante impopular, em razão da crise econômica instalada no país e porque os movimentos sociais começaram a se reorganizar, com destaque para os metalúrgicos da região do ABC. A anistia dada em 1979 permitiu que milhares de brasileiros pudessem retornar para o país.

Questão: 8

LETRA A

Dos mencionados, o único que não governou o país durante a Ditadura Militar foi o marechal Eurico Gaspar Dutra. Ele foi presidente do Brasil de 1946 a 1951, no período conhecido como Quarta República, e foi eleito por eleição direta, isto é, foi escolhido pela população.

Questão: 9

LETRA C

O estopim que levou os militares a fecharem mais ainda o regime aconteceu em setembro de 1968, quando o deputado da oposição Márcio Moreira Alves acusou os militares de serem um valhacouto de torturadores. Ele ainda orientou a população a boicotar as celebrações de 7 de setembro. Os deputados recusaram-se a punir o deputado e a resposta do governo veio com o AI-5.

Questão: 10

LETRA B

Tancredo Neves foi o candidato que saiu vitorioso na eleição presidencial de 1985. Ele tinha como vice José Sarney, e juntos derrotaram o candidato dos militares, Paulo Maluf. No entanto, Tancredo Neves nunca assumiu a presidência, porque problemas de saúde o impediram de fazê-lo.

Questão: 11

LETRA E

O Ato Institucional nº 2 foi anunciado em 27 de outubro de 1965. Esse ato acabou com o pluripartidarismo no Brasil e estabeleceu que somente dois partidos políticos funcionam aqui: a Aliança Renovadora Nacional, a Arena, e o Movimento Democrático Brasil, o MDB. O bipartidarismo esteve em vigor até o ano de 1979.

Questão: 12

LETRA D

As Diretas Já foram a campanha popular em que a população brasileira exigia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, emenda constitucional que estipulava que a eleição presidencial deveria acontecer por meio de voto direto, algo que não acontecia em nosso país desde 1960. Essa campanha atuou entre os anos de 1983 e 1984.

Questão: 1

(Vunesp) Hans Staden veio ao Brasil em busca de riquezas. Fez duas viagens entre 1548 e 1549, durante a colonização portuguesa. Na segunda viagem, depois de acidentes de percurso na costa brasileira, o alemão, nascido em Homberg, chegou a Bertioga e, convidado pelos portugueses, trabalhou como artilheiro no Forte de São Filipe. Ele foi capturado pelos Tupinambás quando caçava e viveu como prisioneiro desses índios por nove meses. Durante esse período, ele registrou suas experiências que se transformaram em um livro, lançado em 1557 no seu país natal. Esse livro tem, originalmente, um extenso título, que, na edição brasileira, ficou reduzido para:

A) “Duas viagens ao Brasil”

B) “Um novo recomeço”

C) “O Karaíba”

D) “Contos indígenas brasileiros”

E) “A terra dos mil povos”

Questão: 2

(IBFC – adaptado) um tratado assinado, em 1494, entre Portugal e Espanha dividiu, por meio de uma linha imaginária, as terras da América do Sul (incluindo o atual território do Brasil) entre essas duas nações. Assinale a alternativa que indica o nome desse tratado.

A) Tratado de Tordesilhas

B) Tratado de Madrid

C) Tratado de Versalhes

D) Tratado de Petrópolis

E) Tratado de Santo Ildefonso

Questão: 3

(Ameosc – adaptado) O sistema de capitanias fracassou no Brasil como plano político. Por essa razão, em 1548, o instrumento de controle e de governo foi reformulado, instituindo-se o Governo-Geral. Foram características do Governo-Geral:

A) subordinação dos agentes coloniais ao Governador-Geral, exceto os donatários, que se subordinam diretamente aos órgãos da metrópole, aos quais devia prestar contas.

B) fiscalização e administração de assuntos relacionados à justiça, à fazenda e aos militares.

C) criação do ouvidor-mor e do provedor-mor, com atribuições específicas, e subordinados diretamente ao governador.

D) extinção das capitanias e incorporação das atribuições públicas dos capitães no sistema de Governo-Geral.

E) nenhuma das alternativas acima

Questão: 4

(IBGP – adaptado) assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o motivo pelo qual a Coroa portuguesa transferiu-se para o território brasileiro no ano de 1808:

A) a Revolução Francesa, cujos rebeldes caçavam e assassinavam monarcas pela Europa.

B) a crescente movimentação pró-independência, que ameaçava o domínio português no Brasil.

C) a invasão napoleônica em Portugal, que não aderiu ao bloqueio contra a Inglaterra.

D) a necessidade de dinamizar a política interna brasileira, e a crise econômica que ocorria em Portugal.

E) nenhuma das alternativas acima

Questão: 5

O governador-geral responsável pela construção da cidade de Salvador foi:

A) Duarte da Costa

B) Fernão de Noronha

C) Mem de Sá

D) Marquês de Pombal

E) Tomé de Sousa

Questão: 6

A Revolta de Beckman aconteceu em qual estado brasileiro:

A) Maranhão

B) Pernambuco

C) Rio de Janeiro

D) São Paulo

E) Bahia

Questão: 7

As duas colônias fundadas pelos franceses no Brasil receberam os nomes:

A) São Luís e Porto Príncipe

B) Guiana Meridional e Nova Paris

C) São Domingos e Porto Príncipe

D) França Antártica e França Equinocial

E) nenhuma das alternativas acima

Questão: 8

A respeito do Tratado de Madrid, selecione a alternativa INCORRETA:

A) foi assinado no ano de 1750.

B) A Colônia de Sacramento permaneceu com Portugal.

C) deu início às Guerras Guaraníticas.

D) Portugal ficou com Sete Povos das Missões.

E) a Espanha assegurou seu domínio sobre as Filipinas.

Questão: 9

Os navios negreiros que levavam os africanos escravizados da África para a América receberam o nome de:

A) tumbeiro

B) coveiro

C) galeão

D) nevoeiro

E) nenhuma das alternativas

Questão: 10

Maior quilombo da história brasileira:

A) Quilombo do Leblon

B) Quilombo do Campo Grande

C) Quilombo dos Palmares

D) Quilombo de Vassouras

E) Quilombo de Catucá

Questão: 11

Acontecimento em Portugal que deu força para o processo de independência do Brasil:

A) Revolução Liberal do Porto

B) Vinda da família real para o Brasil

C) Guerra Civil Portuguesa

D) Guerra das Laranjas

E) Terremoto de Lisboa

Questão: 12

A única grande revolta que aconteceu no Brasil durante o Período Joanino foi:

A) Inconfidência Mineira

B) Conjuração Baiana

C) Guerra dos Mascates

D) Revolta de Beckman

E) Revolução Pernambucana

Respostas

Questão: 1

Alternativa A

Os relatos de Hans Staden de suas viagens ao Brasil ficaram conhecidos como Duas viagens ao Brasil, mas o nome original da sua publicação foi o seguinte: História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, conheceu-a por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão.

Questão: 2

Alternativa A

O Tratado de Tordesilhas foi assinado entre espanhóis e portugueses em 1494, estabelecendo a divisão das novas terras que poderiam ser achadas entre as duas nações. Nesse documento, uma linha imaginária seria traçada a 370 léguas da ilha de Santo Antão, em Cabo Verde.

Questão: 3

Alternativa B

No Governo-Geral, o governador-geral era a autoridade máxima da colônia portuguesa na América, ficando responsável por questões relacionadas com a Justiça, Fazenda e assuntos militares. Contou com apoio de funcionários dos seguintes cargos: ouvidor-mor (Justiça), provedor-mor (Fazenda) e capitão-mor (Defesa).

Questão: 4

Alternativa C

A invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, em 1807, como consequência da recusa portuguesa em aderir ao Bloqueio Continental foi o que motivou o. João VI a trazer a Corte portuguesa para o Brasil. A vinda da família real se deu no ano de 1808.

Questão: 5

Alternativa E

A construção da cidade de Salvador foi iniciada em 1549, ano em que Tomé de Sousa chegou ao Brasil com o objetivo de ser o primeiro governador-geral estabelecido pelos portugueses. Ele permaneceu na função até o ano de 1553.

Questão: 6

Alternativa A

A Revolta de Beckman foi realizada pelos homens-bons de São Luís, no Maranhão, entre os anos de 1684 e 1685. Essa revolta foi contra a metrópole (Portugal) e foi motivada pela insatisfação dessa classe com o comércio local e pela questão do trato dos indígenas.

Questão: 7

Alternativa D

As invasões francesas aconteceram porque os franceses não concordavam com a divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. Por isso tentaram invadir o Brasil e fundaram duas colônias aqui: França Antártica (Rio de Janeiro) e França Equinocial (Maranhão).

Questão: 8

Alternativa B

Com o Tratado de Madrid, foram resolvidos temporariamente desentendimentos fronteiriços entre Portugal e Espanha. A Colônia de Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, não permaneceu com Portugal, mas foi entregue para os espanhóis por meio deste tratado.

Questão: 9

Alternativa A

Os africanos escravizados eram trazidos para a América em embarcações que receberam o nome de tumbeiros. Esses navios traziam de 300 a 500 africanos escravizados em condições degradantes. Eles eram colocados em porões apertados, sem ver a luz do Sol, sendo mal alimentados e sob péssimas condições de higiene.

Questão: 10

Alternativa C

O maior quilombo da história brasileira foi o Quilombo dos Palmares, surgido no final do século XVI, na região da Serra da Barriga, atual estado de Alagoas. Era dividido em vários mocambos, sendo que o maior deles chegou a ter seis mil habitantes. Teve Zumbi dos Palmares como um de seus líderes e foi destruído em 1694.

Questão: 11

Alternativa A

A Revolução Liberal do Porto, em 1820, foi considerada o acontecimento que precipitou a independência do Brasil porque as elites de Portugal desejavam colonizar nosso país. Isso contribuiu para a ruptura entre Brasil e Portugal e levou à independência, em 1822.

Questão: 12

Alternativa E

A Revolução Pernambucana foi a única revolta que aconteceu durante o Período Joanino, sendo motivada pelo aumento de impostos que recaiu sobre Pernambuco desde a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Os privilégios dos portugueses em Recife também foram uma das causas, mas esse movimento foi rapidamente controlado.

Questão: 1

(Enem/2019) A Revolta da Vacina (1904) mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões políticas; defendiam-se valores e direitos considerados acima da intervenção do Estado.

CARVALHO, J. M. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987 (adaptado).

A mobilização analisada representou um alerta, na medida em que a ação popular questionava:

A) a alta de preços.

B) a política clientelista.

C) as reformas urbanas.

D) o arbítrio governamental.

E) as práticas eleitorais.

Questão: 2

(Enem/2017) Rodrigo havia sido indicado pela oposição para fiscal numa das mesas eleitorais. Pôs o revólver na cintura, uma caixa de balas no bolso e encaminhou-se para seu posto. A chamada dos eleitores começou às sete da manhã. Plantados junto da porta, os capangas do Trindade ofereciam cédulas com o nome dos candidatos oficiais a todos os eleitores que entravam. Estes, em sua quase totalidade, tomavam docilmente dos papeluchos e depositavam-nos na urna, depois de assinar a autêntica. Os que se recusaram a isso tinham seus nomes acintosamente anotados.

VERÍSSIMO, E. O tempo e o vento. São Paulo: Globo, 2003 (adaptado).

Érico Veríssimo tematiza em obra ficcional o seguinte aspecto característico da vida política durante a Primeira República:

A) Identificação forçada de homens analfabetos.

B) Monitoramento legal dos pleitos legislativos.

C) Repressão explícita ao exercício de direito.

D) Propaganda direcionada à população do campo.

E) Cerceamento policial dos operários sindicalizados.

Questão: 3

(Enem) O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, com base em barganhas entre o governo e os coronéis. O

coronel tem o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de voto.

CARVALHO, J. M. Pontos e bordados: escritos de história política. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998 (adaptado).

No contexto da Primeira República no Brasil, as relações políticas descritas baseiam-se na

A) coação das milícias locais.

B) estagnação da dinâmica urbana.

C) valorização do proselitismo partidário.

D) Disseminação de práticas clientelistas.

E) centralização de decisões administrativas.

Questão: 4

(Enem) TEXTO I

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Vencido palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

CUNHA, E. Os sertões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

TEXTO II

Na trincheira, no centro do reduto, permaneciam quatro fanáticos sobreviventes do extermínio. Era um velho, coxo por ferimento e usando uniforme da Guarda Católica, um rapaz de 16 a 18 anos, um preto alto e magro, e um caboclo. Ao serem intimados para deporem as armas, investiram com enorme fúria. Assim estava terminada e de maneira tão trágica a sanguinosa guerra, que o banditismo e o fanatismo traziam acesa por longos meses, naquele recanto do território nacional.

SOARES, H. M. A Guerra de Canudos. Rio de Janeiro: Altina, 1902.

Os relatos do último ato da Guerra de Canudos fazem uso de representações que se perpetuariam na memória construída sobre o conflito. Nesse sentido, cada autor caracterizou a atitude dos sertanejos, respectivamente, como fruto da

A) manipulação e incompetência.

B) ignorância e solidariedade.

C) hesitação e obstinação.

D) esperança e valentia.

E) bravura e loucura.

Questão: 5

A Primeira República ficou muito marcada por diferentes movimentos sociais e pequenos conflitos que eclodiram, manifestando a insatisfação popular e os diferentes

interesses em disputa em nossa sociedade. Entre os movimentos listados a seguir, qual não se passou durante a Primeira República:

A) Revolução Federalista

B) Revolta da Armada

C) Revolução Praieira

D) Revolta da Chibata

E) Revolta do Forte de Copacabana

Questão: 6

Nas palavras das historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, havia determinada política, iniciada por Campos Sales no Brasil, que "reconhecia a plena autonomia das elites regionais, fazia vista grossa aos esbulhos cometidos por essas elites para eleger as bancadas e o governo estadual, acenava com benesses do Tesouro e apresentava a fatura: as unidades da federação deveriam agir coesas e em consonância com o poder central".

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 321.

As historiadoras mencionaram a que prática da nossa política:

A) Política do café com leite

B) Política dos governadores

C) Política das minorias

D) Política de contenção

E) Política de representação

Questão: 7

O estopim que deu início à Revolta Armada, que levou ao fim da Primeira República, foi:

A) a derrota do movimento tenentista em São Paulo

B) a derrota de Getúlio Vargas

C) o assassinato de João Pessoa

D) o retorno da Coluna Prestes

E) a crise no café brasileiro

Questão: 8

A violência contra os pobres, o racismo e os castigos físicos foram fatores que deram início à:

A) Revolta da Chibata

B) Guerra do Contestado

C) Guerra de Canudos

D) Revolta Paulista de 1924

E) Coluna Prestes

Questão: 9

A Coluna Prestes foi um levante tenentista que se tornou uma das maiores revoltas da Primeira República. O grande adversário da Coluna Prestes foi:

A) Hermes da Fonseca

B) Rodrigues Alves

C) Campos Sales

D) Artur Bernardes

E) Júlio Prestes

Questão: 10

A historiadora Maria Efigênia Lage de Resende aponta que a Constituição brasileira de 1891 inspirou-se no modelo norte-americano e implantou o federalismo no Brasil em substituição ao centralismo típico do período monárquico.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. O processo político na Primeira República. In.: Ferreira, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.83.

Referente aos direitos eleitorais, o que a Constituição de 1891 dizia:

A) homens e mulheres poderiam votar.

B) todos os cidadãos, incluindo analfabetos, poderiam votar.

C) Somente os homens com critério censitário poderiam votar.

D) Somente homens com mais de 21 anos poderiam votar.

E) a Constituição não discorria sobre a questão do voto.

Questão: 11

A conhecida política do café com leite era uma política de revezamento do candidato à presidência de acordo com as oligarquias de dois estados brasileiros. Esses estados eram:

A) Rio de Janeiro e São Paulo

B) Minas Gerais e São Paulo

C) Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro

D) Minas Gerais e Rio Grande do Sul

E) Bahia e Pernambuco

Questão: 12

Por ocasião da Revolução Federalista, a conquista da cidade de Desterro por parte das tropas leais ao governo do Rio de Janeiro fez com que a cidade fosse renomeada, passando a chamar-se:

A) Porto Alegre

B) Curitiba

C) Florianópolis

D) Petrópolis

E) Santos

Respostas

Questão: 1

Letra D

A Revolta da Vacina foi um dos principais movimentos populares da Primeira República e foi motivada pela insatisfação da população com as medidas autoritárias que foram tomadas pela gestão de Pereira Passos. Durante a gestão desse prefeito, foi realizada uma reforma urbana e uma campanha de vacinação que ficaram marcadas pelo autoritarismo do poder público.

Questão: 2

Letra C

A questão faz menção ao voto do cabresto e às fraudes eleitorais, duas práticas comuns do período da Primeira República. O voto de cabresto consistia na intimidação dos eleitores para que eles votassem nos candidatos indicados pelas autoridades locais.

Questão: 3

Letra D

O clientelismo é um conceito que faz referência às práticas de troca de favores que caracterizaram as relações políticas no Brasil da Primeira República. Sendo assim, os coronéis, autoridades regionalizadas, usavam de todo o seu poderio para tomar iniciativas que fossem favoráveis ao Governo Federal. Em troca, recebiam carta livre para agir em seus estados e apoio do governo.

Questão: 4

Letra E

Os dois textos fazem menção à Guerra de Canudos e os dois trazem visões opostas em relação a esse acontecimento. O primeiro texto valoriza e exalta a bravura da população que resistiu, em Canudos, ao poderio do Exército. O segundo texto traz uma visão negativa dos sertanejos, taxando-os de bandidos e comparando sua resistência com loucura.

Questão: 5

Letra C

Entre as alternativas, a Revolução Praieira é a única que não aconteceu durante a Primeira República. Esse acontecimento ocorreu entre 1848 e 1850, portanto, no Segundo Reinado, e foi motivado pelas disputas entre as oligarquias de Pernambuco pelo poder da província.

Questão: 6

Letra B

A política dos governadores ou política dos estados foi estabelecida durante a presidência de Campos Sales (1898-1902) e foi uma prática política comum durante toda a Primeira República. Nela, uma aliança entre Executivo e Legislativo acontecia, e as pautas do Governo Federal eram defendidas, com as oligarquias locais ganhando respaldo do governo em seus estados.

Questão: 7

Letra C

O assassinato de João Pessoa, vice da chapa de Getúlio Vargas como candidato à presidência, em 1930, foi o estopim da Revolução de 1930, movimento armado que deu fim à Primeira República. O assassinato de João Pessoa aconteceu em uma confeitaria, no Rio de Janeiro, e não teve relação com a eleição travada naquele ano.

Questão: 8

Letra A

A Revolta da Chibata aconteceu em novembro de 1910, sendo realizada por marinheiros que estavam em embarcações da Marinha na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. A revolta foi motivada pela violência praticada contra os pobres na cidade durante o período, mas também pelo racismo e pelos castigos físicos que os marinheiros negros sofriam na corporação.

Questão: 9

Letra D

A Coluna Prestes foi um movimento que surgiu entre os tenentistas e uniu os rebelados no Rio Grande do Sul e em São Paulo, com a reunião de todos no Paraná. A Coluna Prestes foi liderada por Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, atuou entre 1925 e 1927, e posicionou-se contra o governo de Artur Bernardes.

Questão: 10

Letra D

A Constituição de 1891 dizia que homens com mais de 21 anos poderiam votar. Entretanto, para isso, eles não poderiam ser mendigos, militares de baixa patente, religiosos com voto de obediência ou analfabetos. Não havia critério de cor de pele nem de renda para o voto. Mulheres não poderiam votar.

Questão: 11

Letra B

A política do café com leite foi praticada em determinados momentos da Primeira República. Essa prática juntava São Paulo e Minas Gerais, as duas maiores oligarquias do Brasil, e ambos estados asseguravam o revezamento do presidente entre políticos indicados por cada um.

Questão: 12

Letra C

A cidade de Desterro foi recapturada pelas tropas do governo em 1894. Em comemoração a esse acontecimento e à derrota da Revolução Federalista, o prefeito da cidade, Hercílio Luz, decidiu nomeá-la Florianópolis, em homenagem ao presidente Floriano Peixoto.

Perguntas

Questão: 1

A Proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889, levando à formação de um Governo Provisório, que lançou as bases para uma nova Constituinte e uma nova Constituição. A nova Constituição brasileira foi promulgada em 1891 e implantou grandes mudanças no Brasil. A respeito dessa Constituição, marque a afirmação FALSA:

A) implantou o federalismo no Brasil, um sistema político que concedia certo grau de autonomia para os estados em relação à União.

B) implantou o sufrágio universal masculino para todos os homens maiores de 21 anos, alfabetizados e que não fossem mendigos ou soldados rasos.

C) o presidente foi determinado como o chefe do Executivo, e a escolha do presidente ocorreria a partir de eleições diretas para um mandato de quatro anos.

D) A Constituição estipulava a realização de eleições diretas para a escolha de um novo presidente em 1891.

E) a comissão que redigiu a Constituição fazia parte da Assembleia Constituinte e, ao todo, cinco pessoas foram nomeadas para redigir o documento, que foi revisado por Rui Barbosa e aprovado pelos parlamentares brasileiros.

Questão: 2

Os primeiros anos da república brasileira, e a República da Espada em particular, foram anos de adaptação e, portanto, marcados por muitas crises. Uma dessas crises ficou conhecida como Encilhamento. A respeito do Encilhamento, encontre a alternativa correta:

A) o Encilhamento foi uma crise política que marcou a disputa de Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa, com o presidente brasileiro tentando utilizar de seu cargo para destituir Rui Barbosa de sua função a todo custo.

B) O Encilhamento foi uma rebelião que aconteceu no Rio Grande do Sul, quando tropas monarquistas rebelaram-se e iniciaram uma luta contra as forças federalistas leais ao governo.

C) o Encilhamento foi uma forte crise econômica que atingiu o Brasil como fruto da desastrada política econômica praticada por Rui Barbosa e gerou desvalorização da moeda e crescimento da inflação.

D) os efeitos do Encilhamento só foram contidos durante a gestão de Epitácio Pessoa (1919-1922).

E) o Encilhamento foi a tentativa de golpe realizada por Deodoro da Fonseca em novembro de 1891.

Questão: 3

Sobre a Revolta da Armada (1893-1894), selecione a alternativa correta:

A) foi motivada pela insatisfação do exército com a violenta repressão do governo ao Arraial de Canudos, no sertão baiano.

B) foi resultado da insatisfação da marinha, reduto de monarquistas, com o governo do Marechal Floriano Peixoto.

C) foi uma rebelião dos membros da marinha brasileira contra os castigos físicos dedicados, principalmente, aos soldados rasos.

D) foi uma revolta popular que alcançou o exército por causa das arbitrariedades cometidas pelo governo no projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro.

E) foi um conflito travado no Rio Grande do Sul entre as duas forças que disputavam o poder daquele estado.

Questão: 4

A República da Espada estendeu-se de 1889 a 1894 com dois presidentes militares: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A partir de 1894, iniciou-se o período caracterizado pelo domínio das oligarquias e dos presidentes civis. O primeiro presidente civil eleito foi:

A) Campos Sales

B) Prudente de Morais

C) Rodrigues Alves

D) Nilo Peçanha

E) Rui Barbosa

Questão: 5

(Ibade) A Primeira República (1889-1930) iniciou-se com uma grande euforia no plano econômico. Chefiado pelo então ministro da fazenda, Rui Barbosa, inaugurou uma política que consistia em:

A autorização para que quatro bancos concedessem créditos para qualquer pessoa que desejasse abrir uma empresa e impressão de uma enorme quantidade de papel-moeda.

B) empréstimos autorizados somente para abertura de indústrias e controle da inflação.

C) emissão de dinheiro sem lastro e rígida verificação para liberação de empréstimos.

D) controle estatal da impressão de papel-moeda e aumento da inflação.

E) redução do preço da carne, dos aluguéis e concessão de créditos aos negros recém-libertos.

Questão: 6

(Ibade) Com a República proclamada em 1889, pelas mãos do Marechal Deodoro da Fonseca, a preocupação dos principais grupos políticos nacionais tornou-se quase que automaticamente a organização do poder. Sobre isso, é correto afirmar que:

A) paulistas e mineiros defendiam as ideias liberais, inspirados nos modelos europeus.

B) Havia no Rio de Janeiro um grupo denominado Girondinos, que defendiam os ideais republicanos radicais.

C) Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, liderava um grupo que apoiava uma ditadura republicana.

D) A Marinha do Brasil repudia completamente qualquer ligação com o império e com os monarquistas.

E) Benjamin Constant, importante figura na Guerra do Paraguai, inspirou os ideais monarquistas e era o líder da ala militar.

Questão: 7

(Consulplan – adaptado) Em 2016, a obra 'Os Sertões', escrita a partir do trabalho jornalístico de Euclides da Cunha, foi revisitada. Além do texto estabelecido pela edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, o volume conta com uma extensa fortuna crítica, reprodução de páginas das cadernetas de campo de Euclides da Cunha e um conjunto de imagens de Flávio de Barros, único registro fotográfico conhecido do conflito. Esta

edição crítica comemorativa foi publicada por ocasião dos 150 anos de nascimento de Euclides da Cunha, completos em janeiro de 2016".

Disponível em:
http://www.sescsp.org.br/livraria/3791_OS+SERTOES#/content=detalhes-do-produto

O famoso livro de Euclides da Cunha tem como tema principal:

A) a Revolta dos Alfaiates, ocorrida na Bahia, ainda no período colonial brasileiro.

B) a saga dos sulistas que empreenderam, sob o comando de Bento Gonçalves, a Revolução Farroupilha.

C) A Revolução Praieira, que, em pleno período imperial brasileiro, questionou a ordem estabelecida no Brasil.

D) A Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, ocorrida no sertão da Bahia e duramente reprimida.

E) Nenhuma das alternativas acima.

Questão: 8
A Proclamação da República brasileira, em 15 de novembro de 1889, inaugurou uma nova ordem política no país. O centralismo, presente no período imperial, foi substituído pelo federalismo, defendido principalmente pelas elites do oeste paulista e de Minas Gerais. Os dois governos iniciais do Brasil foram constituídos por:

A) Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

B) Rui Barbosa e Floriano Peixoto.

C) Gaspar Silveira Martins e Campos Sales.

D) Campos Sales e Castelo Branco.

E) Castelo Branco e Deodoro da Fonseca.

Questão: 9

No que se refere à questão do voto, a Constituição de 1891 determinou:

A) sufrágio universal, incluindo os analfabetos.

B) voto censitário.

C) sufrágio universal masculino.

D) sufrágio universal, mas sem os analfabetos.

E) a Constituição não falou sobre a questão do voto.

Questão: 10

Como se encerrou o governo do primeiro presidente brasileiro, o marechal Deodoro da Fonseca?

A) O presidente renunciou.

B) O presidente foi deposto por um golpe militar.

C) O presidente faleceu.

D) O presidente foi derrotado nas eleições de 1894.

E) Nenhuma das alternativas acima.

Questão: 11

Quais foram os dois levantes armados que o presidente Floriano Peixoto lutou contra durante o seu governo?

A) Canudos e Contestado.

B) Trombas e Formoso.

C) Revolução Praieira e Revolução Pernambucana.

D) Revolta Paulista e Revolta do Forte de Copacabana.

E) Revolta da Armada e Revolução Federalista.

Questão: 12

Selecione a alternativa que apresenta um acontecimento que não se passou durante o governo de Deodoro da Fonseca.

A) Formação de uma Assembleia Constituinte.

B) Promulgação de uma nova Constituição.

C) Encilhamento.

D) Grande Naturalização.

E) Lei Saraiva.

Respostas

Questão: 1

LETRA D

A promulgação da nova Constituição não determinou a realização de eleições diretas para 1891, mas, sim, eleições indiretas, ou seja, sem a participação popular. As eleições diretas estavam previstas somente a partir de 1894. Nessa eleição indireta, Deodoro da Fonseca foi ratificado no poder para um mandato de quatro anos após vencer o outro candidato, o civil Prudente de Morais, com 129 votos contra 97. Para o cargo de vice-presidente, foi eleito o Marechal Floriano Peixoto.

Questão: 2

LETRA C

O Encilhamento foi uma forte crise econômica que afetou a economia brasileira, particularmente de 1891 a 1897. Essa crise econômica foi resultado da política econômica desastrosa praticada por Rui Barbosa, ministro da Fazenda, que facilitou o acesso ao crédito e permitiu que bancos privados emitissem papel-moeda. O resultado foi a desvalorização da moeda brasileira e o crescimento do custo de vida. O Encilhamento também é considerado pelos historiadores como resultado dos efeitos da crise econômica que afetava o capitalismo desde 1873.

Questão: 3

LETRA B

A Revolta da Armada iniciou-se em 1893, quando um grupo da Marinha brasileira se rebelou contra o governo do Marechal Floriano Peixoto. A Marinha era um reduto de monarquistas e estava insatisfeita com o governo de Floriano Peixoto. Assim, partiram para essa revolta, tomando navios de guerra, virando os canhões para a direção da capital federal – Rio de Janeiro – e bombardeando a cidade. Tempos depois, fundiram-se com liberais que lutavam contra os federalistas durante a Revolução Federalista, travada no Rio Grande do Sul. Esse movimento foi duramente reprimido pelo governo de Floriano.

Questão: 4

LETRA B

O presidente eleito em 1894 foi o paulista Prudente de Morais – derrotado nas eleições indiretas de 1891. A eleição de Prudente de Morais marcou o fim da influência do Exército na presidência da República (exceção feita para a eleição de Hermes da Fonseca) e deu início aos governos civis na Primeira República. O maior desafio enfrentado por Prudente de Morais foi a Guerra de Canudos, travada entre 1896 e 1897.

Questão: 5

Alternativa A. O programa econômico que Rui Barbosa estipulou enquanto ministro da Fazenda incluiu a permissão para que bancos privados pudessem emitir papel-moeda e facilitou o acesso ao crédito. Entretanto, esse programa econômico criou o cenário para a crise do Encilhamento.

Questão: 6

Alternativa C.

Júlio de Castilhos era um político gaúcho e fazia parte do Partido Republicano Rio-Grandense. Era um forte defensor do positivismo e, portanto, defendia a

transformação do Brasil em uma república autoritária. Esse viés centralizador foi manifestado por ele na presidência de seu partido e de seu estado, o Rio Grande do Sul.

Questão: 7

Alternativa D.

O jornalista e escritor Euclides da Cunha foi uma das testemunhas oculares da Guerra de Canudos, conflito que envolveu o governo federal contra um grupo de sertanejos que habitava no Arraial de Canudos, no interior do estado da Bahia. Essa guerra se estendeu entre os anos de 1896 e 1897, mas o crescimento desse arraial foi exponencial durante o governo de Floriano Peixoto.

Questão: 8

Alternativa A. Os dois primeiros governos da república no Brasil e que formaram a República da Espada foram os do do marechal Deodoro da Fonseca, presidente entre 1889 e 1891, e do marechal Floriano Peixoto, presidente entre 1891 e 1894.

Questão: 9

Alternativa C. No que se refere à questão do voto, a Constituição de 1891 estabeleceu o sufrágio universal masculino para todos os homens maiores de 21 anos. Entretanto, analfabetos, soldados rasos e religiosos que faziam voto de obediência à Igreja não tinham direito a votar. As mulheres também não podiam votar.

Questão: 10

Alternativa A. O governo do marechal Deodoro da Fonseca se encerrou em novembro de 1891, quando ele apresentou a sua renúncia. Essa ação do presidente foi motivada por conta do levante da Marinha que se iniciou depois que o presidente ordenou o fechamento do Congresso. Acuado, Deodoro da Fonseca renunciou e, tempos depois, seu vice assumiu.

Questão: 11

Alternativa E.

Os dois levantes que aconteceram durante o governo de Floriano Peixoto foram a Revolta da Armada, um levante da Marinha contra a república no Brasil, e a Revolução Federalista, que se iniciou pelos desentendimentos entre os grupos políticos que atuavam no Rio Grande do Sul. A junção dos dois movimentos quase derrubou o governo de Floriano Peixoto.

Questão: 12

Alternativa E. A Lei Saraiva foi decretada em janeiro de 1881, portanto durante o reinado de D. Pedro II, e promoveu profundas alterações no sistema eleitoral brasileiro. Por meio dessa lei, as eleições no Brasil passaram a ser diretas, mas o direito ao voto foi restringindo a uma minoria ainda mais exclusiva da Questão: 1

(Vunesp) Hans Staden veio ao Brasil em busca de riquezas. Fez duas viagens entre 1548 e 1549, durante a colonização portuguesa. Na segunda viagem, depois de acidentes de percurso na costa brasileira, o alemão, nascido em Homberg, chegou a Bertioga e, convidado pelos portugueses, trabalhou como artilheiro no Forte de São Filipe. Ele foi capturado pelos Tupinambás quando caçava e viveu como prisioneiro desses índios por nove meses. Durante esse período, ele registrou suas experiências que se transformaram em um livro, lançado em 1557 no seu país natal. Esse livro tem, originalmente, um extenso título, que, na edição brasileira, ficou reduzido para:

A) "Duas viagens ao Brasil"

B) "Um novo recomeço"

C) "O Karaíba"

D) "Contos indígenas brasileiros"

E) "A terra dos mil povos"

Questão: 2

(IBFC – adaptado) Um tratado assinado, em 1494, entre Portugal e Espanha dividiu, por meio de uma linha imaginária, as terras da América do Sul (incluindo o atual território do Brasil) entre essas duas nações. Assinale a alternativa que indica o nome desse tratado.

A) Tratado de Tordesilhas

B) Tratado de Madrid

C) Tratado de Versalhes

D) Tratado de Petrópolis

E) Tratado de Santo Ildefonso

Questão: 3

(Ameosc – adaptado) O sistema de capitanias fracassou no Brasil como plano político. Por essa razão, em 1548, o instrumento de controle e de governo foi reformulado, instituindo-se o Governo-Geral. Foram características do Governo-Geral:

A) subordinação dos agentes coloniais ao Governador-Geral, exceto os donatários, que se subordinam diretamente aos órgãos da metrópole, aos quais devia prestar contas.

B) fiscalização e administração de assuntos relacionados à justiça, à fazenda e aos militares.

C) criação do ouvidor-mor e do provedor-mor, com atribuições específicas, e subordinados diretamente ao governador.

D) extinção das capitanias e incorporação das atribuições públicas dos capitães no sistema de Governo-Geral.

E) nenhuma das alternativas acima

Questão: 4

(IBGP – adaptado) Assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o motivo pelo qual a Coroa portuguesa transferiu-se para o território brasileiro no ano de 1808:

A) a Revolução Francesa, cujos rebeldes caçavam e assassinavam monarcas pela Europa.

B) a crescente movimentação pró-independência, que ameaçava o domínio português no Brasil.

C) a invasão napoleônica em Portugal, que não aderiu ao bloqueio contra a Inglaterra.

D) a necessidade de dinamizar a política interna brasileira, e a crise econômica que ocorria em Portugal.

E) nenhuma das alternativas acima

Questão: 5

O governador-geral responsável pela construção da cidade de Salvador foi:

A) Duarte da Costa

B) Fernão de Noronha

C) Mem de Sá

D) Marquês de Pombal

E) Tomé de Sousa

Questão: 6

A Revolta de Beckman aconteceu em qual estado brasileiro:

A) Maranhão

B) Pernambuco

C) Rio de Janeiro

D) São Paulo

E) Bahia

Questão: 7

As duas colônias fundadas pelos franceses no Brasil receberam os nomes:

A) São Luís e Porto Príncipe

B) Guiana Meridional e Nova Paris

C) São Domingos e Porto Príncipe

D) França Antártica e França Equinocial

E) nenhuma das alternativas acima

Questão: 8

A respeito do Tratado de Madrid, selecione a alternativa INCORRETA:

A) foi assinado no ano de 1750.

B) A Colônia de Sacramento permaneceu com Portugal.

C) deu início às Guerras Guaraníticas.

D) Portugal ficou com Sete Povos das Missões.

E) a Espanha assegurou seu domínio sobre as Filipinas.

Questão: 9

Os navios negreiros que levavam os africanos escravizados da África para a América receberam o nome de:

A) tumbeiro

B) coveiro

C) galeão

D) nevoeiro

E) nenhuma das alternativas

Questão: 10

Maior quilombo da história brasileira:

A) Quilombo do Leblon

B) Quilombo do Campo Grande

C) Quilombo dos Palmares

D) Quilombo de Vassouras

E) Quilombo de Catucá

Questão: 11

Acontecimento em Portugal que deu força para o processo de independência do Brasil:

A) Revolução Liberal do Porto

B) Vinda da família real para o Brasil

C) Guerra Civil Portuguesa

D) Guerra das Laranjas

E) Terremoto de Lisboa

Questão: 12

A única grande revolta que aconteceu no Brasil durante o Período Joanino foi:

A) Inconfidência Mineira

B) Conjuração Baiana

C) Guerra dos Mascates

D) Revolta de Beckman

E) Revolução Pernambucana

Respostas

Questão: 1

Alternativa A

Os relatos de Hans Staden de suas viagens ao Brasil ficaram conhecidos como Duas viagens ao Brasil, mas o nome original da sua publicação foi o seguinte: História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, conheceu-a por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão.

Questão: 2

Alternativa A

O Tratado de Tordesilhas foi assinado entre espanhóis e portugueses em 1494, estabelecendo a divisão das novas terras que poderiam ser achadas entre as duas nações. Nesse documento, uma linha imaginária seria traçada a 370 léguas da ilha de Santo Antão, em Cabo Verde.

Questão: 3

Alternativa B

No Governo-Geral, o governador-geral era a autoridade máxima da colônia portuguesa na América, ficando responsável por questões relacionadas com a Justiça, Fazenda e assuntos militares. Contou com apoio de funcionários dos seguintes cargos: ouvidor-mor (Justiça), provedor-mor (Fazenda) e capitão-mor (Defesa).

Questão: 4

Alternativa C

A invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, em 1807, como consequência da recusa portuguesa em aderir ao Bloqueio Continental foi o que motivou o. João VI a trazer a Corte portuguesa para o Brasil. A vinda da família real se deu no ano de 1808.

Questão: 5

Alternativa E

A construção da cidade de Salvador foi iniciada em 1549, ano em que Tomé de Sousa chegou ao Brasil com o objetivo de ser o primeiro governador-geral estabelecido pelos portugueses. Ele permaneceu na função até o ano de 1553.

Questão: 6

Alternativa A

A Revolta de Beckman foi realizada pelos homens-bons de São Luís, no Maranhão, entre os anos de 1684 e 1685. Essa revolta foi contra a metrópole (Portugal) e foi motivada pela insatisfação dessa classe com o comércio local e pela questão do trato dos indígenas.

Questão: 7

Alternativa D

As invasões francesas aconteceram porque os franceses não concordavam com a divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. Por isso tentaram invadir o Brasil e fundaram duas colônias aqui: França Antártica (Rio de Janeiro) e França Equinocial (Maranhão).

Questão: 8

Alternativa B

Com o Tratado de Madrid, foram resolvidos temporariamente desentendimentos fronteiriços entre Portugal e Espanha. A Colônia de Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, não permaneceu com Portugal, mas foi entregue para os espanhóis por meio deste tratado.

Questão: 9

Alternativa A

Os africanos escravizados eram trazidos para a América em embarcações que receberam o nome de tumbeiros. Esses navios traziam de 300 a 500 africanos escravizados em condições degradantes. Eles eram colocados em porões apertados, sem ver a luz do Sol, sendo mal alimentados e sob péssimas condições de higiene.

Questão: 10

Alternativa C

O maior quilombo da história brasileira foi o Quilombo dos Palmares, surgido no final do século XVI, na região da Serra da Barriga, atual estado de Alagoas. Era dividido em vários mocambos, sendo que o maior deles chegou a ter seis mil habitantes. Teve Zumbi dos Palmares como um de seus líderes e foi destruído em 1694.

Questão: 11

Alternativa A

A Revolução Liberal do Porto, em 1820, foi considerada o acontecimento que precipitou a independência do Brasil porque as elites de Portugal desejavam colonizar nosso país. Isso contribuiu para a ruptura entre Brasil e Portugal e levou à independência, em 1822.

Questão: 12

Alternativa E

A Revolução Pernambucana foi a única revolta que aconteceu durante o Período Joanino, sendo motivada pelo aumento de impostos que recaiu sobre Pernambuco desde a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Os privilégios dos portugueses em Recife também foram uma das causas, mas esse movimento foi rapidamente controlado.

A população. Perguntas

Questão: 1

(IBFC adaptado) A Confederação do Equador teve como figura central Frei Caneca, um intelectual erudito e homem de ação. Devido à contrariedade aos atos de d. Pedro I à

época, Manuel de Carvalho proclamou a Confederação do Equador, em 2 de julho de 1824. Sobre a Confederação do Equador, assinale a alternativa correta.

A) A revolução teve conteúdo elitista e fugiu do caráter urbano e popular.

B) A revolução teve conteúdo urbano e popular.

C) A revolução foi caracterizada pelas lideranças de proprietários rurais e comerciantes.

D) A Confederação do Equador buscava apoiar as decisões de d. Pedro I à época.

E) Nenhuma das alternativas acima.

Questão: 2

(IBFC adaptado) Às revoltas no Brasil Império se caracterizaram, em sua maioria, como separatistas. Assinale a alternativa que apresenta a qual contexto esse caráter estava ligado.

A) O conservadorismo monárquico absolutista estava em voga no período.

B) O Antigo Regime ainda era a política dominante nas grandes nações europeias, especialmente na Inglaterra.

C) O Antigo Regime entrou em crise devido ao avanço das relações comerciais burguesas.

D) A Revolução Industrial já estava em sua 3ª fase nesse período histórico.

E) Nenhuma das alternativas acima.

Questão: 3

(MPE-GO adaptado) Leia os artigos 98 e 99 da Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos poderes políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolavel, e sagrada: Ele não está sujeito à responsabilidade alguma.

(Grafia original extraída de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

Conforme os artigos acima, o Poder Moderador:

A) era equivalente aos outros Poderes políticos, embora fosse delegado ao Imperador, sendo que este estava sujeito ao controle da Assembleia.

B) uma forma de tutela política sobre os outros poderes, exclusiva ao Imperador, que não poderia ser submetido a nenhum controle constitucional ou jurídico.

C) superior aos Poderes Políticos, mas exclusivo ao Poder Executivo, devendo ser utilizado para resolver conflitos no seio do Império.

D) um modelo de organização política que viabilizou a Independência, considerada sagrada pela Constituição, e que tinha como função prática substituir o Poder Judiciário.

E) dava poderes para o Legislativo intervir nas ações tomadas pelo Imperador.

Questão: 4

(MPE-GO adaptado) Sobre a Constituição Federal de 1824, é incorreto afirmar:

A) foi a primeira Constituição do Brasil.

B) estabeleceu eleições indiretas e censitárias.

C) criou o Poder Moderador, abrandando o poder do imperador.

D) Até hoje é a Constituição com duração mais longa do Brasil.

E) foi outorgada a mando do imperador d. Pedro I

Questão: 5

Durante o processo de independência do Brasil, o grande conselheiro de de. Pedro I foi:

A) José Bonifácio

B) Lorde Cochrane

C) Evaristo da Veiga

D) Cipriano Barata

E) Padre Feijó

Questão: 6

O primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foi:

A) Estados Unidos

B) Portugal

C) Inglaterra

D) Argentina

E) Uruguai

Questão: 7

A Noite da Agonia é o nome de qual acontecimento:

A) renúncia de d. Pedro I

B) A morte de d. Leopoldina

C) briga generalizada entre brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro

D) derrota na Guerra Cisplatina

E) fechamento da Assembleia Nacional Constituinte

Questão: 8

Segundo a Constituição de 1824, quem eram aqueles que poderiam exercer o direito ao voto:

A) todos os que possuíam renda mínima anual de 150 alqueires de plantação de mandioca.

B) todos os que tinham renda mínima anual de 100 mil-réis.

C) todos os homens maiores de 21 anos.

D) todos os brasileiros filhos de portugueses.

E) todos os que possuíam títulos de nobreza.

Questão: 9

O caso extraconjugal mais conhecido de d. Pedro I e que foi um grande escândalo durante o segundo reinado ocorreu com quem?

A) Marquesa de Santos

B) Noémi Thierry

C) D. Maria Leopoldina

D) Condessa de Barral

E) D. Pedro I não teve casos extraconjugais.

Questão: 10

Qual evento foi crucial para que d. Pedro I renunciasse ao trono:

A) Guerra da Cisplatina

B) assassinato de Libero Badaró

C) Noite das Garrafadas

D) Noite da Agonia

E) A morte de d. Maria Leopoldina

Questão: 11

Qual foi o desfecho da Guerra da Cisplatina:

A) o Brasil retomou o controle sobre sua província rebelde.

B) A Cisplatina conquistou sua independência, tornando-se o Uruguai.

C) A Cisplatina foi anexada às Províncias Unidas.

D) A Cisplatina foi dividida entre Brasil e Províncias Unidas.

E) a Cisplatina tornou a fazer parte do Brasil, no entanto, com grande autonomia administrativa.

Questão: 12

O aconteceu depois da renúncia de d. Pedro I:

A) d. Pedro II foi coroado imperador em 1831.

B) uma guerra civil se iniciou para determinar quem assumiria o trono.

C) a república foi proclamada.

D) Um período regencial foi iniciado até que o herdeiro completasse 18 anos.

E) José Bonifácio assumiu o trono.

Respostas

Questão: 1

Letra B

A Confederação do Equador foi uma revolta popular que se iniciou em Pernambuco, contra o autoritarismo com o qual d. Pedro I governava o Brasil. Essa revolta pretendia estabelecer uma república nas regiões rebeladas e se iniciou em 1824. Espalhou-se para outras províncias do Nordeste, mas foi rapidamente contida.

Questão: 2

Letra A

Grande parte das revoltas do período imperial foi motivada pelo autoritarismo da monarquia. No caso do Primeiro Reinado, houve a Confederação do Equador, um movimento popular de manifestação da sua insatisfação com o reinado de de. Pedro I.

Questão: 3

Letra B

De acordo com a Constituição de 1824, outorgada no dia 25 de março, por imposição de d. Pedro I, o Poder Moderador estaria acima de todos os outros. O imperador poderia intervir quando quisesse nos outros Poderes e não seria julgado por nenhuma ação dele.

Questão: 4

Letra C

A Constituição de 1824 não abrandou os poderes do imperador, mas os reforçou, colocando-o acima dos Três Poderes no Brasil e tornando impossível julgá-lo por suas ações.

Questão: 5

Letra A

José Bonifácio foi o grande conselheiro de de. Pedro I em todo o processo de independência do Brasil. Ele conseguiu imprimir suas marcas nas decisões do regente, incentivando-o a declarar a independência, em setembro de 1822. A importância de José Bonifácio foi tamanha que ele recebeu o título de patrono da independência.

Questão: 6

Letra D

Segundo estudos recentes, a Argentina foi a primeira nação a reconhecer a independência do Brasil. Isso aconteceu no dia 25 de junho de 1823, e só recentemente foi descoberto, quando a documentação argentina foi encontrada.

Questão: 7

Letra E

A Noite da Agonia aconteceu em 12 de novembro de 1823 e consistiu no fechamento e na dissolução da Assembleia Nacional Constituinte por ordem de d. Pedro I. Isso aconteceu porque o imperador não concordou com a proposta de Constituição elaborada pelos constituintes — a Constituição da Mandioca.

Questão: 8

Letra B

Segundo a Constituição de 1824, só tinha direito ao voto quem tivesse uma renda mínima anual de 100 mil-réis. No sistema eleitoral do período monárquico, esses eleitores eram conhecidos como eleitores da província e elegem os compr missionários, que elegem os eleitores da paróquia, que elegem os eleitores da comarca, e estes elegem os deputados.

Questão: 9

Letra A

A marquesa de Santos, também conhecida como Domitila de Castro Canto, foi o caso extraconjugal mais conhecido de de. Pedro I, sendo um verdadeiro escândalo na Corte brasileira. O caso se estendeu de 1822 a 1829 e gerou cinco filhos ilegítimos. A marquesa conquistou muita riqueza e influência com sua relação com o imperador.

Questão: 10

Letra C

A Noite das Garrafadas, e a violência generalizada entre críticos e apoiadores do imperador, se iniciou em 11 de março de 1831 e se estendeu por três dias. Foi o ápice de

uma grande crise política que existia no Brasil e contribuiu para que o imperador renunciasse, em 7 de abril de 1831.

Questão: 11

Letra B

A Guerra da Cisplatina se encerrou oficialmente, em 1828, com a assinatura da chamada Convenção Preliminar de Paz. Por meio desse documento, os governos do Brasil e das Províncias Unidas reconheceram o fim de suas pretensões na Cisplatina bem como a independência dessa região, que recebeu o nome de República Oriental do Uruguai.

Questão: 12

Letra D

Com a renúncia de d. Pedro I, iniciou-se o Período Regencial, um estado de transição até que o herdeiro, Pedro de Alcântara, completasse 18 anos. Isso porque, quando da renúncia de seu pai, o herdeiro tinha apenas cinco anos de idade.

Perguntas

Questão: 1

Qual era o objetivo inicial dos portugueses com o seu envolvimento nas "Grandes Navegações"?

Questão: 2

Por que o período que vai de 1500 a 1530 é conhecido como o período "Pré-Colonial"? E quais as atividades desenvolvidas pelos portugueses em terras brasileiras nesse tempo?

Questão: 3

Indique alguns dos motivos que explicam a inicial falta de interesse dos portugueses em colonizar as terras do Brasil?

Questão: 4

Qual o interesse dos portugueses na extração do pau-brasil?

Questão: 5

Como a atividade de extração do pau-brasil era organizada nessa época?

Respostas

Questão: 1

Os portugueses desejavam encontrar uma rota marítima que os levasse para as Índias. Através do descobrimento dessas rotas, eles esperavam obter diversas especiarias que seriam revendidas no continente europeu.

Questão: 2

Esse período da história do Brasil tem esse nome porque os portugueses não deixaram nenhum foco de colonização ao longo desse período. Em geral, os portugueses organizaram algumas expedições que visavam proteger e reconhecer o litoral brasileiro. Além disso, várias embarcações vieram até aqui para realizarem a coleta e o transporte do pau-brasil.

Questão: 3

Entre os motivos que explicam a falta de interesse dos portugueses em relação ao Brasil, podemos apontar: a preferência na consolidação de laços comerciais com o mundo oriental; a inexistência de metais preciosos nas regiões litorâneas; a falta de pessoas dispostas a se fixarem no território brasileiro e a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de outras atividades econômicas no Brasil.

Questão: 4

O pau-brasil se mostrou economicamente interessante para os portugueses, pois essa madeira continha uma tinta vermelha muito utilizada na coloração de tecidos. Além

disso, essa mesma madeira era de grande serventia na construção de casas, móveis e embarcações.

Questão: 5

Os portugueses utilizavam da força de trabalho voluntária dos índios para a extração do pau-brasil. Em troca do serviço prestado, os portugueses ofereciam pequenos utensílios, instrumentos e pequenas armas para recompensarem os índios responsáveis pela extração. Essa relação de troca era conhecida como escambo. Uma vez retirado das matas, o pau-brasil era armazenado nas feitorias, uma espécie de armazém localizado no litoral, de onde os portugueses abasteciam seus navios com carregamentos de madeira.

Perguntas

Questão: 1

(Enem/2018) São Paulo, 10 de janeiro de 1979.

Exmo. O Sr. Presidente Ernesto Geisel.

Considerando as instruções dadas por V. S. De que sejam negados os passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luís Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire.

Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, a cor dos cabelos, a cultura, o sorriso, as aspirações, a história e o sangue destes oito senhores.

Considerando tudo isto, por imperativo de minha consciência, venho por meio desta devolver o passaporte que, negado a eles, me foi concedido pelos órgãos competentes de seu governo.

Carta do cartunista Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil. In.: HENFIL. Cartas da mãe. Rio de Janeiro: Codecri, 1981 (adaptado).

No referido contexto histórico, a manifestação do cartunista Henfil expressava uma crítica ao (à):

A) censura moral das produções culturais.

B) limite do processo de distensão política.

C) interferência militar de países estrangeiros.

D) representação social das agremiações partidárias.

E) impedimento de eleição das assembleias estaduais.

Questão: 2

(Enem/2016) A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas.

PADRÓS, E. S. Et al. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):

História e memória. Porto Alegre: Corag, 2009 (adaptado).

Levando-se em conta o contexto em que foi criada, a referida operação tinha como objetivo coordenar a

A) modificação de limites territoriais.

B) sobrevivência de oficiais exilados.

C) interferência de potências mundiais.

D) repressão de ativistas oposicionistas.

E) implantação de governos nacionalistas.

Questão: 3

A atuação da imprensa na articulação do golpe civil-militar que resultou na deposição de João Goulart e no início da Ditadura Militar com a implantação do AI-1 e da eleição indireta de Humberto Castello Branco, deu-se por meio da:

A) Frente Ampla

B) Ibad

C) Ipês

D) Rede da Democracia

E) Marcha da Família

Questão: 4

A partir de 1968, a Ditadura Militar ampliou o seu aparato repressor, concluindo esse processo de fechamento do regime com o decreto do AI-5. Em diversas frentes, a repressão da ditadura atuou para reprimir os movimentos sociais, como o estudantil, o operário ou até mesmo a demonstração de oposição entre os próprios deputados. O fechamento do regime fez com que muitos opositores se lançassem à resistência armada, movimento que atuou para derrubar a ditadura pela via armada, entre 1968 e 1973. Dos nomes listados abaixo, selecione aquele que NÃO se envolveu com a resistência armada:

A) Carlos Marighella

B) Carlos Lacerda

C) Carlos Lamarca

D) João Amazonas

E) Dilma Rousseff

Questão: 5

A partir de 1968, a Ditadura Militar ampliou o seu aparato repressor, concluindo esse processo de fechamento do regime com o decreto do AI-5. Em diversas frentes, a repressão da ditadura atuou para reprimir os movimentos sociais, como o estudantil, o operário ou até mesmo a demonstração de oposição entre os próprios deputados. O fechamento do regime fez com que muitos opositores se lançassem à resistência armada, movimento que atuou para derrubar a ditadura pela via armada, entre 1968 e 1973. Dos nomes listados abaixo, selecione aquele que NÃO se envolveu com a resistência armada:

A) Carlos Marighella

B) Carlos Lacerda

C) Carlos Lamarca

D) João Amazonas

E) Dilma Rousseff

Questão: 6

(Metro Capital Soluções) assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do último presidente do período da Ditadura Militar no Brasil.

A) João Figueiredo

B) Castello Branco

C) Ernesto Geisel

D) Costa e Silva

E) Emílio Médici

Questão: 7

(ID CAP) julgue o excerto abaixo.

Figueiredo assumiu a presidência em um momento político de extrema ebulição: a economia brasileira ia de mal a pior, afetada, sobretudo, pela segunda crise do petróleo que assolou o mundo em 1979; a inflação batia recordes, chegando a faixa de 110% ao

ano; os operários do ABC paulista realizavam uma grande greve e tornavam-se o centro de referência para os movimentos de oposição à Ditadura Militar. Ademais, beneficiados pela lei de anistia, vários líderes e militantes de oposição voltaram do exílio.

A) O excerto está parcialmente correto, pois, durante todo o regime militar, a inflação se manteve controlada.

B) O excerto está parcialmente correto, uma vez que foi somente no governo Costa e Silva que opositores ao regime voltaram do exílio.

C) O excerto está completamente correto.

D) O excerto está parcialmente correto, uma vez a greve dos operários do ABC se deu no governo

Castelo Branco.

E) O excerto está completamente incorreto.

Questão: 8

Qual dos nomes abaixo não corresponde a um "presidente" que governou o Brasil durante o período da Ditadura Militar?

A) Marechal Eurico Dutra

B) Marechal Humberto Castello Branco

C) Marechal Artur da Costa e Silva

D) General Emílio Médici

E) General Ernesto Geisel

Questão: 9

Qual foi o estopim que motivou os militares a realizarem o fechamento do regime por meio do Ato Institucional nº 5?

A) um sequestro realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária.

B) um protesto estudantil no Rio de Janeiro.

C) O discurso do deputado Márcio Moreira Alves.

D) Denúncias realizadas pela imprensa.

E) Greve geral dos trabalhadores no ABC.

Questão: 10

O encerramento da Ditadura Militar se deu quando um candidato da oposição foi eleito presidente do país na eleição indireta de 1985. Estamos falando de quem?

A) Ullysses Guimarães

B) Tancredo Neves

C) Paulo Maluf

D) Fernando Collor

E) Itamar Franco

Questão: 11

A partir do AI-2, o Brasil teve um sistema bipartidário, o que determinava que somente dois partidos políticos poderiam existir no país. Um partido representava o regime, enquanto o outro atuava como uma oposição consentida. A sigla desses dois partidos era:

A) PT e PSDB.

B) PTB e UDN.

C) PRP e PRM.

D) PMDB e PP.

E) Arena e MDB.

Questão: 12

A campanha pela qual a população brasileira exigia o direito ao voto na eleição presidencial de 1985 ficou conhecida como:

A) Caras-pintadas.

B) Marcha da Família.

C) Jornadas de junho.

D) Diretas Já.

E) Fiscais do Sarney.

Respostas

Questão: 1

LETRA B

No final da década de 1970, esboçou-se uma abertura do regime durante o governo Geisel. Essa abertura, diferentemente do que muitos pensam, não visava ao retorno à democracia, mas o objetivo dos militares era realizar uma abertura controlada com governos que se alinhassem aos interesses dos militares. Nesse sentido, uma série de medidas foram tomadas a partir de 1979, principalmente. Na questão acima, a ação do cartunista Henfil era uma crítica contra os limites da abertura política realizada pelos militares nesse contexto.

Questão: 2

LETRA D

A Operação Condor foi realizada durante a década de 1970 e 1980 e teve a adesão de países sul-americanos que eram governados por ditaduras militares em aliança com a CIA. O objetivo da Operação Condor era perseguir e reprimir os movimentos opositores que se organizavam contra as ditaduras, sobretudo os movimentos de esquerda. Contou com o envolvimento do Brasil, do Chile, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia e dos EUA.

Questão: 3

LETRA D

A Rede da Democracia contou com a adesão de uma série de emissoras de rádio e também com jornais impressos, destaque para os expressivos jornais da Globo e o Jornal do Brasil. Esse grupo atuou de outubro de 1963 a abril de 1964 e tinha como objetivo promover a doutrinação ideológica para realizar a destituição de João Goulart da presidência do Brasil. Tratou-se, então, de uma conspiração para desestabilizar o governo.

Questão: 4

LETRA B

Dos nomes citados, o único que não se envolveu com a resistência armada à ditadura foi o jornalista Carlos Lacerda. Antigo membro da UDN, Carlos Lacerda era um conservador que foi um entusiasta do Golpe de 1964, mas que se desiludiu com o regime quando percebeu que o Brasil se tornaria um país governado por uma ditadura. Morreu em 1977, vítima de infarto.

Questão: 5

LETRA B

Dos nomes citados, o único que não se envolveu com a resistência armada à ditadura foi o jornalista Carlos Lacerda. Antigo membro da UDN, Carlos Lacerda era um conservador que foi um entusiasta do Golpe de 1964, mas que se desiludiu com o regime quando percebeu que o Brasil se tornaria um país governado por uma ditadura. Morreu em 1977, vítima de infarto.

Questão: 6

LETRA A

O último "presidente" que o Brasil teve durante a Ditadura Militar foi João Figueiredo, que governou o país de 1979, após suceder a Ernesto Geisel, a 1985, quando foi sucedido

por José Sarney, que assumiu a presidência em razão do falecimento do candidato eleito, Tancredo Neves.

Questão: 7

LETRA C

O governo de João Figueiredo foi, de fato, bastante impopular, em razão da crise econômica instalada no país e porque os movimentos sociais começaram a se reorganizar, com destaque para os metalúrgicos da região do ABC. A anistia dada em 1979 permitiu que milhares de brasileiros pudessem retornar para o país.

Questão: 8

LETRA A

Dos mencionados, o único que não governou o país durante a Ditadura Militar foi o marechal Eurico Gaspar Dutra. Ele foi presidente do Brasil de 1946 a 1951, no período conhecido como Quarta República, e foi eleito por eleição direta, isto é, foi escolhido pela população.

Questão: 9

LETRA C

O estopim que levou os militares a fecharem mais ainda o regime aconteceu em setembro de 1968, quando o deputado da oposição Márcio Moreira Alves acusou os militares de serem um valhacouto de torturadores. Ele ainda orientou a população a boicotar as celebrações de 7 de setembro. Os deputados recusaram-se a punir o deputado e a resposta do governo veio com o AI-5.

Questão: 10

LETRA B

Tancredo Neves foi o candidato que saiu vitorioso na eleição presidencial de 1985. Ele tinha como vice José Sarney, e juntos derrotaram o candidato dos militares, Paulo Maluf. No entanto, Tancredo Neves nunca assumiu a presidência, porque problemas de saúde o impediram de fazê-lo.

Questão: 11

LETRA E

O Ato Institucional nº 2 foi anunciado em 27 de outubro de 1965. Esse ato acabou com o pluripartidarismo no Brasil e estabeleceu que somente dois partidos políticos funcionam aqui: a Aliança Renovadora Nacional, a Arena, e o Movimento Democrático Brasil, o MDB. O bipartidarismo esteve em vigor até o ano de 1979.

Questão: 12

LETRA D

As Diretas Já foram a campanha popular em que a população brasileira exigia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, emenda constitucional que estipulava que a eleição presidencial deveria acontecer por meio de voto direto, algo que não acontecia em nosso país desde 1960. Essa campanha atuou entre os anos de 1983 e 1984.

Perguntas

Questão: 1

A Proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889, levando à formação de um Governo Provisório, que lançou as bases para uma nova Constituinte e uma nova Constituição. A nova Constituição brasileira foi promulgada em 1891 e implantou grandes mudanças no Brasil. A respeito dessa Constituição, marque a afirmação FALSA:

A) implantou o federalismo no Brasil, um sistema político que concedia certo grau de autonomia para os estados em relação à União.

B) implantou o sufrágio universal masculino para todos os homens maiores de 21 anos, alfabetizados e que não fossem mendigos ou soldados rasos.

C) o presidente foi determinado como o chefe do Executivo, e a escolha do presidente ocorreria a partir de eleições diretas para um mandato de quatro anos.

D) A Constituição estipulava a realização de eleições diretas para a escolha de um novo presidente em 1891.

E) a comissão que redigiu a Constituição fazia parte da Assembleia Constituinte e, ao todo, cinco pessoas foram nomeadas para redigir o documento, que foi revisado por Rui Barbosa e aprovado pelos parlamentares brasileiros.

Questão: 2

Os primeiros anos da república brasileira, e a República da Espada em particular, foram anos de adaptação e, portanto, marcados por muitas crises. Uma dessas crises ficou conhecida como Encilhamento. A respeito do Encilhamento, encontre a alternativa correta:

A) o Encilhamento foi uma crise política que marcou a disputa de Deodoro da Fonseca e Rui Barbosa, com o presidente brasileiro tentando utilizar de seu cargo para destituir Rui Barbosa de sua função a todo custo.

B) O Encilhamento foi uma rebelião que aconteceu no Rio Grande do Sul, quando tropas monarquistas rebelaram-se e iniciaram uma luta contra as forças federalistas leais ao governo.

C) o Encilhamento foi uma forte crise econômica que atingiu o Brasil como fruto da desastrada política econômica praticada por Rui Barbosa e gerou desvalorização da moeda e crescimento da inflação.

D) os efeitos do Encilhamento só foram contidos durante a gestão de Epitácio Pessoa (1919-1922).

E) o Encilhamento foi a tentativa de golpe realizada por Deodoro da Fonseca em novembro de 1891.

Questão: 3

Sobre a Revolta da Armada (1893-1894), selecione a alternativa correta:

A) foi motivada pela insatisfação do exército com a violenta repressão do governo ao Arraial de Canudos, no sertão baiano.

B) foi resultado da insatisfação da marinha, reduto de monarquistas, com o governo do Marechal Floriano Peixoto.

C) foi uma rebelião dos membros da marinha brasileira contra os castigos físicos dedicados, principalmente, aos soldados rasos.

D) foi uma revolta popular que alcançou o exército por causa das arbitrariedades cometidas pelo governo no projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro.

E) foi um conflito travado no Rio Grande do Sul entre as duas forças que disputavam o poder daquele estado.

Questão: 4

A República da Espada estendeu-se de 1889 a 1894 com dois presidentes militares: os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A partir de 1894, iniciou-se o período caracterizado pelo domínio das oligarquias e dos presidentes civis. O primeiro presidente civil eleito foi:

A) Campos Sales

B) Prudente de Morais

C) Rodrigues Alves

D) Nilo Peçanha

E) Rui Barbosa

Questão: 5

(Ibade) A Primeira República (1889-1930) iniciou-se com uma grande euforia no plano econômico. Chefiado pelo então ministro da fazenda, Rui Barbosa, inaugurou uma política que consistia em:

A autorização para que quatro bancos concedessem créditos para qualquer pessoa que desejasse abrir uma empresa e impressão de uma enorme quantidade de papel-moeda.

B) empréstimos autorizados somente para abertura de indústrias e controle da inflação.

C) emissão de dinheiro sem lastro e rígida verificação para liberação de empréstimos.

D) controle estatal da impressão de papel-moeda e aumento da inflação.

E) redução do preço da carne, dos aluguéis e concessão de créditos aos negros recém-libertos.

Questão: 6

(Ibade) Com a República proclamada em 1889, pelas mãos do Marechal Deodoro da Fonseca, a preocupação dos principais grupos políticos nacionais tornou-se quase que automaticamente a organização do poder. Sobre isso, é correto afirmar que:

A) paulistas e mineiros defendiam as ideias liberais, inspirados nos modelos europeus.

B) Havia no Rio de Janeiro um grupo denominado Girondinos, que defendiam os ideais republicanos radicais.

C) Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, liderava um grupo que apoiava uma ditadura republicana.

D) A Marinha do Brasil repudia completamente qualquer ligação com o império e com os monarquistas.

E) Benjamin Constant, importante figura na Guerra do Paraguai, inspirou os ideais monarquistas e era o líder da ala militar.

Questão: 7

(Consulplan – adaptado) Em 2016, a obra 'Os Sertões', escrita a partir do trabalho jornalístico de Euclides da Cunha, foi revisitada. Além do texto estabelecido pela edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, o volume conta com uma extensa fortuna crítica, reprodução de páginas das cadernetas de campo de Euclides da Cunha e um conjunto de imagens de Flávio de Barros, único registro fotográfico conhecido do conflito. Esta edição crítica comemorativa foi publicada por ocasião dos 150 anos de nascimento de Euclides da Cunha, completos em janeiro de 2016".

Disponível em:
http://www.sescsp.org.br/livraria/3791_OS+SERTOES#/content=detalhes-do-produto

O famoso livro de Euclides da Cunha tem como tema principal:

A) a Revolta dos Alfaiates, ocorrida na Bahia, ainda no período colonial brasileiro.

B) a saga dos sulistas que empreenderam, sob o comando de Bento Gonçalves, a Revolução Farroupilha.

C) A Revolução Praieira, que, em pleno período imperial brasileiro, questionou a ordem estabelecida no Brasil.

D) A Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, ocorrida no sertão da Bahia e duramente reprimida.

E) Nenhuma das alternativas acima.

Questão: 8

A Proclamação da República brasileira, em 15 de novembro de 1889, inaugurou uma nova ordem política no país. O centralismo, presente no período imperial, foi substituído pelo federalismo, defendido principalmente pelas elites do oeste paulista e de Minas Gerais. Os dois governos iniciais do Brasil foram constituídos por:

A) Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

B) Rui Barbosa e Floriano Peixoto.

C) Gaspar Silveira Martins e Campos Sales.

D) Campos Sales e Castelo Branco.

E) Castelo Branco e Deodoro da Fonseca.

Questão: 9

No que se refere à questão do voto, a Constituição de 1891 determinou:

A) sufrágio universal, incluindo os analfabetos.

B) voto censitário.

C) sufrágio universal masculino.

D) sufrágio universal, mas sem os analfabetos.

E) a Constituição não falou sobre a questão do voto.

Questão: 10

Como se encerrou o governo do primeiro presidente brasileiro, o marechal Deodoro da Fonseca?

A) O presidente renunciou.

B) O presidente foi deposto por um golpe militar.

C) O presidente faleceu.

D) O presidente foi derrotado nas eleições de 1894.

E) Nenhuma das alternativas acima.

Questão: 11

Quais foram os dois levantes armados que o presidente Floriano Peixoto lutou contra durante o seu governo?

A) Canudos e Contestado.

B) Trombas e Formoso.

C) Revolução Praieira e Revolução Pernambucana.

D) Revolta Paulista e Revolta do Forte de Copacabana.

E) Revolta da Armada e Revolução Federalista.

Questão: 12

Selecione a alternativa que apresenta um acontecimento que não se passou durante o governo de Deodoro da Fonseca.

A) Formação de uma Assembleia Constituinte.

B) Promulgação de uma nova Constituição.

C) Encilhamento.

D) Grande Naturalização.

E) Lei Saraiva.

Respostas

Questão: 1

LETRA D

A promulgação da nova Constituição não determinou a realização de eleições diretas para 1891, mas, sim, eleições indiretas, ou seja, sem a participação popular. As eleições diretas estavam previstas somente a partir de 1894. Nessa eleição indireta, Deodoro da Fonseca foi ratificado no poder para um mandato de quatro anos após vencer o outro candidato, o civil Prudente de Morais, com 129 votos contra 97. Para o cargo de vice-presidente, foi eleito o Marechal Floriano Peixoto.

Questão: 2

LETRA C

O Encilhamento foi uma forte crise econômica que afetou a economia brasileira, particularmente de 1891 a 1897. Essa crise econômica foi resultado da política econômica desastrosa praticada por Rui Barbosa, ministro da Fazenda, que facilitou o acesso ao crédito e permitiu que bancos privados emitissem papel-moeda. O resultado foi a desvalorização da moeda brasileira e o crescimento do custo de vida. O Encilhamento também é considerado pelos historiadores como resultado dos efeitos da crise econômica que afetava o capitalismo desde 1873.

Questão: 3

LETRA B

A Revolta da Armada iniciou-se em 1893, quando um grupo da Marinha brasileira se rebelou contra o governo do Marechal Floriano Peixoto. A Marinha era um reduto de monarquistas e estava insatisfeita com o governo de Floriano Peixoto. Assim, partiram para essa revolta, tomando navios de guerra, virando os canhões para a direção da capital federal – Rio de Janeiro – e bombardeando a cidade. Tempos depois,

fundiram-se com liberais que lutavam contra os federalistas durante a Revolução Federalista, travada no Rio Grande do Sul. Esse movimento foi duramente reprimido pelo governo de Floriano.

Questão: 4

LETRA B

O presidente eleito em 1894 foi o paulista Prudente de Morais – derrotado nas eleições indiretas de 1891. A eleição de Prudente de Morais marcou o fim da influência do Exército na presidência da República (exceção feita para a eleição de Hermes da Fonseca) e deu início aos governos civis na Primeira República. O maior desafio enfrentado por Prudente de Morais foi a Guerra de Canudos, travada entre 1896 e 1897.

Questão: 5

Alternativa A. O programa econômico que Rui Barbosa estipulou enquanto ministro da Fazenda incluiu a permissão para que bancos privados pudessem emitir papel-moeda e facilitou o acesso ao crédito. Entretanto, esse programa econômico criou o cenário para a crise do Encilhamento.

Questão: 6

Alternativa C.

Júlio de Castilhos era um político gaúcho e fazia parte do Partido Republicano Rio-Grandense. Era um forte defensor do positivismo e, portanto, defendia a transformação do Brasil em uma república autoritária. Esse viés centralizador foi manifestado por ele na presidência de seu partido e de seu estado, o Rio Grande do Sul.

Questão: 7

Alternativa D.

O jornalista e escritor Euclides da Cunha foi uma das testemunhas oculares da Guerra de Canudos, conflito que envolveu o governo federal contra um grupo de sertanejos que habitava no Arraial de Canudos, no interior do estado da Bahia. Essa guerra se estendeu entre os anos de 1896 e 1897, mas o crescimento desse arraial foi exponencial durante o governo de Floriano Peixoto.

Questão: 8

Alternativa A. Os dois primeiros governos da república no Brasil e que formaram a República da Espada foram os do do marechal Deodoro da Fonseca, presidente entre 1889 e 1891, e do marechal Floriano Peixoto, presidente entre 1891 e 1894.

Questão: 9

Alternativa C. No que se refere à questão do voto, a Constituição de 1891 estabeleceu o sufrágio universal masculino para todos os homens maiores de 21 anos. Entretanto, analfabetos, soldados rasos e religiosos que faziam voto de obediência à Igreja não tinham direito a votar. As mulheres também não podiam votar.

Questão: 10

Alternativa A. O governo do marechal Deodoro da Fonseca se encerrou em novembro de 1891, quando ele apresentou a sua renúncia. Essa ação do presidente foi motivada por conta do levante da Marinha que se iniciou depois que o presidente ordenou o fechamento do Congresso. Acuado, Deodoro da Fonseca renunciou e, tempos depois, seu vice assumiu.

Questão: 11

Alternativa E.

Os dois levantes que aconteceram durante o governo de Floriano Peixoto foram a Revolta da Armada, um levante da Marinha contra a república no Brasil, e a Revolução Federalista, que se iniciou pelos desentendimentos entre os grupos políticos

que atuavam no Rio Grande do Sul. A junção dos dois movimentos quase derrubou o governo de Floriano Peixoto.

Questão: 12

Alternativa E. A Lei Saraiva foi decretada em janeiro de 1881, portanto durante o reinado de D. Pedro II, e promoveu profundas alterações no sistema eleitoral brasileiro. Por meio dessa lei, as eleições no Brasil passaram a ser diretas, mas o direito ao voto foi restringido a uma minoria ainda mais exclusiva da população.

Perguntas

Questão: 1

(FGV) O general Góis Monteiro, Ministro da Guerra de Getúlio Vargas, afirmava em uma carta dirigida ao presidente, em 1934: "O desenvolvimento das ideias sociais preponderantemente nacionalistas e o combate ao estadualismo (provincialismo, regionalismo, nativismo) exagerado não devem ser desprezados, assim como a organização racional e sindical do trabalho e da produção, o desenvolvimento das comunicações, a formação das reservas territoriais e milícias cívicas, etc., para conseguir-se a disciplina intelectual desejada e fazer desaparecer a luta de classes, pela unidade de vistas e a convergência de forças para a cooperação geral, a fim de alcançar o ideal comum à nacionalidade".

No trecho dessa carta estão expressos pontos centrais do regime instalado após a Revolução de 1930, entre eles:

A) organização de milícias estaduais, regulamentação das relações trabalhistas e educação.

B) estímulo à autonomia dos Estados, organização de milícias estaduais e nacionalismo.

C) organização de milícias estaduais, centralização política e educação.

D) centralização política, regulamentação das relações trabalhistas e nacionalismo.

E) estímulo à autonomia dos Estados, regulamentação das relações trabalhistas e educação.

Questão: 2

(UFG) Em março de 1934, Luís Carlos Prestes fundou uma frente popular, a Aliança Nacional Libertadora, que objetivava atrair setores democráticos e antifascistas da sociedade para um programa de reformas políticas e sociais. O governo de Vargas perseguiu Prestes devido à:

A) emergência de regimes autoritários na Europa influenciando a organização partidária no Brasil.

B) cooptação dos sindicatos pelo Estado, com suas sedes tornando-se locais da propaganda oficial.

C) proposta política de estabelecer um governo revolucionário no Brasil alinhado com a União Soviética.

D) organização da Ação Integralista Brasileira, que defendia um projeto de Estado autoritário para o país.

E) rivalidade entre integralistas e aliancistas, os quais mobilizaram o país, ampliando o clima de confrontos.

Questão: 3

O último presidente a governar o Brasil antes da ascensão de Getúlio Vargas ao poder representava os interesses das oligarquias regionais. Em 1930, esses interesses foram

atacados por uma nova elite, ligada, sobretudo, a políticos do sul do país e ao exército, que ansiava:

A) pela formação de novas oligarquias regionais com poderes mais fortalecidos em relação ao poder central.

B) pela descentralização do poder regional. O que foi feito por meio das intervenções que Vargas ordenou durante o governo provisório.

C) pela restituição da ordem imperial, que levou à restauração da dinastia de Bragança.

D) pela divisão do país e construção de uma república positivista, que abarcou o Sul e o Sudeste.

E) pela instituição de um regime federalista aos moldes dos Estados Unidos da América.

Questão: 4

Getúlio Vargas teve que enfrentar duas frentes principais de organização política durante o governo provisório. Uma delas era inspirada no fascismo italiano e no nazismo alemão, inclusive nos símbolos e rituais de cumprimento que os orientavam. Trata-se do:

A) Integralismo

B) Fascismo Verde e Amarelo

C) Anarquismo

D) Comunismo

E) Fascismo à brasileira.

Respostas

Questão: 1

Letra D

No trecho, há referências como "O desenvolvimento das ideias [...] Nacionalistas e o combate ao este dualismo (provincialismo, regionalismo, nativismo) [...], o desenvolvimento das comunicações, a formação das reservas territoriais e milícias cívicas [...], a convergência de forças para a cooperação geral, a fim de alcançar o ideal comum à nacionalidade". Essas referências dão o tom da "coluna vertebral da política varguista", que era feita das propostas de integração nacional, destituições dos regimes oligarcas regionais (este dualismo) e políticas voltadas ao controle do regime de trabalho.

Questão: 2

Letra C

Assim como Plínio Salgado com a Ação Integralista Brasileira tinha um projeto de alterar profundamente a estrutura política do país inspirado no fascismo europeu, Luís Carlos Prestes fundou a Aliança Libertadora Nacional com o mesmo propósito, porém inspirado no comunismo revolucionário internacional, cujo poder central era a URSS. Ambas as tentativas foram dissuadidas pelo governo Vargas.

Questão: 3

Letra B

A ascensão de Vargas ao poder marcou um processo de descentralização dos poderes regionais do Brasil, então controlados por oligarquias que mantinham sua influência tanto sobre a economia quanto sobre a política. Em Goiás, por exemplo, a família Caiado exercia tal influência e foi destituída de seu domínio pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira.

Questão: 4

Letra A

O integralismo emular o modelo do fascismo europeu e lhe dava roupagens tipicamente relacionadas com a cultura brasileira. Seu idealizador foi Plínio Salgado e vários de seus integrantes eram intelectuais renomados. Os integralistas tentaram um golpe contra Getúlio, que foi prontamente dissuadido.

ECONOMIA BRASILEIRA Considerada a nona economia mundial e maior potência da América Latina

A economia brasileira apresenta um perfil sólido, sendo um grande exportador de uma variedade de produtos, o que fomenta o desenvolvimento econômico. As principais atividades que contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) são a agropecuária, o setor de serviços, a indústria e o comércio.

Sendo o maior país em extensão territorial do mundo, o Brasil tem muitas possibilidades de desenvolver variadas atividades que contribuem para o desenvolvimento financeiro. Além da exploração de riquezas minerais, a vasta extensão de terra é favorável para a agricultura.
O Brasil, além das atividades agropecuárias, domina o mercado de exploração de petróleo. (Foto: Pixabay)

Com alto potencial exportador, a economia brasileira gira em torno dos principais produtos de exportação do país, dentre eles estão o minério de ferro, aço, soja e produtos derivados, automóveis e peças automotivas, cana-de-açúcar, aviões, carne bovina, café e frango.

Em contrapartida, há os produtos mais importados, que impactam na economia brasileira, uma vez que retiram recursos internos para adquirir bens de outros países. Dentre estes produtos os principais são petróleo bruto, equipamentos eletroeletrônicos, peças para automóveis, medicamentos, automóveis, óleos combustíveis, gás natural e peças para aviação.

Ao lado da Argentina, Uruguai e Paraguai, o Brasil constitui o bloco econômico chamado Mercosul (Mercado Comum do Sul). Com foco no fortalecimento da economia brasileira, a nação também faz parte da OMC (Organização Mundial de Comércio).

Peculiaridades da economia brasileira nas diferentes regiões

Em virtude da vasta extensão territorial do Brasil, existem algumas particularidades na execução e crescimento de determinadas atividades que contribuem com o seu avanço financeiro. Algumas regiões são mais propensas para as atividades industriais, enquanto outras possuem características mais favoráveis para a agricultura.

Veja quais atividades se adequam ao perfil de cada uma das cinco regiões do Brasil.

Região Norte

A economia da região Norte, localidade que reúne sete estados brasileiros e uma extensão territorial com grandes áreas de floresta, é baseada, de acordo com as características do seu clima e vegetação, no extrativismo vegetal de produtos como madeira, látex, açaí e castanha.

A atividade de exploração de minérios também é um destaque na região norte, principalmente a extração de ferro, cobre e ouro.

Região Nordeste

A região nordeste, composta por nove estados, possui uma das atividades econômicas mais diversificadas. Com forte consolidação no turismo, há também uma presença marcante de indústrias, agronegócio e extração de petróleo. O principal cultivo agrícola da região é a cana-de-açúcar.

Região Centro-Oeste

Com forte potencial agropecuário, a economia brasileira, com base na região centro-oeste, é marcante na plantação de soja, milho, entre outros, além da carne bovina e indústrias. Essa região é composta por três estados brasileiros.

Região Sudeste

A região sudeste brasileira, composta por quatro estados, possui a maior concentração de indústrias em todo Brasil, o que ajuda a alavancar a economia brasileira. Em virtude dessa intensidade e potencial industrial, abriga as maiores montadoras e siderúrgicas do país, atraindo a atenção de muitas fábricas por causa do seu contingente populacional, além da qualidade da mão-de-obra.

Os setores de serviços e o comércio são bem sofisticados e têm grande diversidade, representando a principal atividade econômica local.

Região Sul

A região sul do Brasil é constituída por três estados. A maior parte da sua economia gira em torno do setor de serviços e a concentração de algumas indústrias, principalmente na área alimentícia, siderurgia e têxtil. Assim como a região nordeste, a agropecuária também é bem desenvolvida nessa região.

Pilares da economia brasileira

Atualmente, a economia brasileira abrange os três pilares básicos de desenvolvimento econômico do país, sendo eles os setores primário, secundário e terciário. Devido ao seu crescimento e as novas modalidades de comércio adotadas interna e externamente, o país deixou de atuar apenas com a monocultura.

A economia no Brasil é fundamentada no setor agrícola, sendo um dos maiores exportadores de soja, carne de frango e suco de laranja. Além de ser o líder no ranking mundial de cultivo de cana-de-açúcar.

Também atuante na indústria, o Brasil tem um papel fundamental na fabricação de peças automotivas e setores aeronáuticos. Com grande extensão de área a serem exploradas, é também destaque na produção de petróleo, figurando entre os maiores produtores do mundo, liderando a exploração mundial em águas profundas. Sendo também ativo na exploração do minério de ferro.

BRASIL: ECONOMIA E SOCIEDADE

Os aspectos econômicos e sociais de um país estão intimamente relacionados. O deslocamento da população, seus hábitos de consumo e a oferta de empregos são elementos influenciados por aspectos econômicos. No entanto, o conceito de desenvolvimento econômico não coincide com o de desenvolvimento social.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROBLEMAS SOCIAIS

No Brasil, por muito tempo acreditou-se que o crescimento econômico por si só seria capaz de eliminar problemas como a pobreza e a desigualdade social. A onda de crescimento econômico vivenciada no período pós Segunda Guerra Mundial conferiu

ao Brasil a posição de 8ª maior economia do mundo, mas a parcela pobre da sociedade sofreu as consequências deste crescimento. A crise econômica vivenciada na década de 1980 revelou as bases de um desenvolvimento excludente e concentrador, evidenciando o acúmulo da maior parte da riqueza gerada nas mãos de uma pequena parcela da população.

O sistema econômico brasileiro, de bases capitalistas e industriais tem seus contornos delineados em grande parte pela atividade das empresas de iniciativa privada, o que favorece a canalização dos lucros para as classes que detém os meios de produção.

O crescimento econômico não só diferencia-se do desenvolvimento social, como, em muitos casos, pode ir de encontro a este gerando desequilíbrios. Um típico exemplo desta relação é a interferência do crescimento econômico nos processos migratórios como o êxodo rural; a ascensão econômica e industrial de determinada região pode acarretar o crescimento desordenado das cidades, o crescimento de favelas e a geração de subempregos. Tal situação evidenciou-se no Brasil com o fluxo migratório de nordestinos para o sudeste do país em busca de melhores condições de vida. Na década de 1980, pelo próprio desaquecimento da economia, este fluxo reduziu, mas a cidade de São Paulo ainda hoje é um dos locais que mais recebe migrantes no país.

Na década de 1990, houve um aumento no acesso a bens duráveis como automóveis, geladeiras, televisores e uma melhoria nos serviços de infraestrutura, como coleta de lixo, saneamento básico, fornecimento de energia, etc., no entanto, tais conquistas não significam que todos os brasileiros conseguiram sair da linha da miséria e da exclusão social; grande parte da população até hoje sequer tem acesso às redes de água encanada.

A implantação do Plano Real, em 1994, com o controle da inflação e o aumento dos investimentos na economia, trouxe o equilíbrio nas contas e um momento de estabilização econômica, acarretando mudanças nos hábitos de consumo da população, que obteve um aumento no poder de compra. Este movimento, influindo nas demandas de consumo, gerou fenômenos como a explosão automobilística e imobiliária, mas uma

enorme parcela da população continuou e continua segregada e privada de condições dignas de vida.

A SITUAÇÃO ATUAL DA SOCIEDADE

Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revela o crescimento da classe média do país, que já chega a 52% do total da população. O aumento na classe C, composta pelas famílias com rendimento entre R$1064 e R$4.591, superou o pico notado em 2004, quando representava 42,49% dos brasileiros.

A classe É, formada por famílias que ganham no máximo R$768, apresentou redução, sendo que em 2002 era de 42,80% e atualmente representa 32,59% dos brasileiros. Esta classe abriga a parcela da população classificada como miserável, que atualmente corresponde a 21,16% da população. Essa é a menor taxa desde 2002, mas representa 36 milhões de brasileiros.

Também houve redução nas classes A e B - com rendimentos maiores que R$4.590 - que hoje são 15,52% contra 19,99%, em 2002. A classe D, que recebe entre R$768 e R$1064, ficou estável no período. Com base nas pesquisas mensais de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados do próprio Ministério do Trabalho, o estudo da FGV verificou ainda diminuição das desigualdades sociais e da miséria, que caiu 30% nos últimos seis anos.

CRISE ECONÔMICA A PARTIR DE 2014

A atual crise econômica no Brasil teve início em meados de 2014 Uma de suas consequências foi a forte recessão econômica, levando a um recuo no Produto interno bruto (PIB) por dois anos consecutivos. A economia contraiu-se em cerca de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016. A crise também gerou desemprego, que atingiu seu auge em março de 2017 com uma taxa de 13,7%, o que representava mais de 14 milhões de brasileiros desempregados.

A crise foi acompanhada e intensificada por uma crise política, que resultou em protestos contra o governo por todo o país. Dilma Rousseff, presidente na época, que tinha sido reeleita para seu segundo mandato, foi afastada do cargo definitivamente em agosto de 2016, com a conclusão de um processo de impeachment, assumindo seu vice Michel Temer, que também foi alvo de protestos.

Em 2016, os efeitos da crise econômica foram amplamente sentidos pela população, que precisou adaptar as contas para a realidade financeira. De acordo com uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no ano, quase metade dos entrevistados (48%) passou a usar mais transporte público e 34% deixaram de ter plano de saúde. O aprofundamento da crise levou 14% das famílias a trocarem a escola dos filhos de particular para pública em junho, com percentual superior aos verificados em 2012 e 2013, antes da crise. Além disso, os consumidores trocam produtos por similares mais baratos (78%), esperaram liquidações para comprar bens de maior valor (80%) e pouparam mais para o caso de necessidade (78%).

Em junho de 2017, o PIB subiu um por cento no primeiro trimestre do ano, sendo o primeiro aumento após oito quedas trimestrais consecutivas. O Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o país "saiu da maior recessão do século".

DESEMPREGO

O desemprego, no ano de 2014, ainda não havia dado sinais que iria aumentar. Na média do ano, a taxa ficou em 6,8%, sendo a menor taxa dentre os dois anos anteriores. No encerramento do ano, foi registrado uma taxa de 4,8% nas grandes metrópoles, tais como São Paulo e Belo Horizonte. Foi a menor taxa de desemprego desde 2003, ano em que o IBGE adotou a atual metodologia de análise.

Todavia, nos anos de 2015 e 2016, a crise econômica fez o desemprego disparar. 2015 encerrou com uma taxa de 8,5% e 2016 encerrou com número mais alarmante, 11,5%, segundo o IBGE. Em números absolutos, isso representa 12,3 milhões de brasileiros desocupados. [43] em setembro de 2016 a taxa estava mais alta, chegando a 11,8%.

O auge do desemprego foi verificado em março de 2017, quando o país contava com aproximadamente 14,2 milhões de desempregados (taxa de 13,7%). No mês seguinte, abril, foi registrado uma pequena queda na taxa de desemprego. Trata-se da primeira queda desde 2014. O desemprego em abril, que foi de 13,6%, ainda era considerado muito elevado.

Durante todo o período de crise, notou-se que, antes da crise, em fevereiro de 2014, havia 6,6 milhões de desempregados no país. Esse número mais que dobrou desde então até março de 2017, quando se contabilizou 13,4 milhões de pessoas sem trabalho.

Queda do comércio e da indústria

No primeiro semestre de 2016, 67,9 mil lojas fecharam as portas no país, o que corresponde em média a cerca de 375 por dia. O varejo fechou 108,7 mil lojas em 2016 e 166,9 mil lojas ao longo de 2015 e do primeiro semestre de 2016. Os dados são da Confederação Nacional do Comércio e levam em conta apenas lojas de varejo que têm trabalhadores com vínculo empregatício. Para efeito de comparação, em 2014 o setor havia aberto 11,45 mil lojas. A crise também aumentou a inadimplência. Em fevereiro de 2017 havia 58,3 milhões de devedores em todo o Brasil, tendo um acréscimo de 700 mil em 12 meses, listas de inadimplentes tiveram acréscimo de 700 mil nomes. Metade da população entre 30 e 39 anos estava inadimplente.

A produção industrial começou a cair em 2014. Segundo o IBGE, o pior momento para a indústria foi no início de 2016. Após dois anos de queda, a produção brasileira apresentou nesse período uma queda de 18% em relação ao início de 2014. A partir de então, os resultados começaram a melhorar vagarosamente. As mais afetadas foram

as pequenas indústrias. Devido ao fato de terem acesso restrito ao crédito e menos reservas para suportar o período desfavorável, é difícil para elas se recuperarem da recessão. As pequenas empresas são responsáveis pela metade dos empregos na indústria.

Percepção da população

Uma pesquisa do IBOPE em junho de 2015, 87% da população reconhecia que o país vivia uma crise econômica. Seis meses depois, em janeiro de 2016, uma pesquisa divulgada pelo Instituto Data Popular indicou que esse número havia subido para 99%, ou seja, praticamente todo mundo. Ainda segundo a pesquisa, 81% sabiam que o país vivia uma recessão e 51% dos entrevistados afirmou que esta foi a pior crise pela qual o país já passou. Esta última informação foi explicada pelo presidente do instituto, Renato Meirelles. Segundo ele, apenas em torno da metade da população acha que esta foi a pior crise devido a dois fatores. O primeiro é que muitos dos entrevistados eram pessoas jovens e que não tinham lembrança da época de hiperinflação no Brasil no final do século anterior. O segundo fator é que como a situação atual veio após um processo de crescimento forte e da democratização do consumo, a sensação de perda se torna mais forte.

A INFLAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

Recentes dados do Banco Mundial sobre as taxas de inflação preocupam diversas nações ao redor do mundo. Fatores como a crise nos alimentos e o preço do barril de petróleo são apontados como causas pelos economistas. Entenda um pouco mais como funcionam os mecanismos por trás da inflação.

CONCEITO E CAUSAS

Podemos definir inflação como a queda no poder de compra da moeda de um país, o que, de maneira geral, equivale a uma alta generalizada nos preços. Entende-se também a inflação como a expressão do valor real do dinheiro a cada tempo; desta perspectiva, funcionaria como um termômetro para os investimentos.

Os principais fatores que interferem nos índices de inflação são o aumento nos custos de produção e o aumento no consumo. Quando ocorre redução dos fatores de produção disponíveis, o custo de produção tende a aumentar, o que acarreta a redução na produção e, por conseguinte, a redução na oferta dos bens de consumo e o aumento nos seus preços. Os preços podem subir ainda em virtude de um aumento na demanda de consumo sem que haja aumento da oferta. Este último processo é a causa mais comum de inflação.

O aumento de preços de gêneros alimentícios faz com que a inflação se "espalhe" pela economia, pois eleva os custos de toda cadeia produtiva. Em alguns casos, é difícil distinguir a inflação gerada por custos ou por demanda; as causas podem vir entrelaçadas.

Muitos economistas destacam ainda a influência da especulação na alta dos preços.

CONSEQUÊNCIAS

A inflação pode trazer inúmeras consequências tanto para a economia quanto para a sociedade. Em geral, ela freia o crescimento econômico do país, uma vez que causa perda de renda e decorrente contenção no consumo.

Seus impactos ocorrem de maneira distinta em diferentes economias. Mesmo sendo um problema que assola todos os países, os que estão em desenvolvimento, como o Brasil, e as populações de menor poder aquisitivo sofrem mais, pois têm maiores dificuldades para proteger a sua renda.

Quando ocorre desvalorização da moeda, em face da dificuldade de renegociação de contratos e salários, a compensação é feita com o aumento geral dos preços. Diante deste mecanismo, alguns economistas entendem como saudável para o equilíbrio do comércio uma leve taxa inflação; a manutenção de uma taxa zero, caracterizada pelo

congelamento de preços, poderia sacrificar outros setores econômicos com perda de lucros e empregos.

BRASIL

No Brasil, no período inicial do governo de José Sarney, o índice inflacionário alcançou os 223,8% ao ano. Em 1986, o Plano Cruzado conteve o aumento com o congelamento dos preços e salários e o fim da correção monetária. A inflação disparou novamente e só foi derrubada no final do governo Itamar Franco com o Plano Real em 1994, mantendo-se baixa durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Desde 1999, o Brasil está sob o regime de metas de inflação, para orientar sua política monetária. Desta forma, a oferta de moeda pelo Banco Central segue uma estratégia para atingir uma banda de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional.

EFEITOS DA INFLAÇÃO

Distorções

A inflação é responsável por diversas distorções na economia. As principais distorções acontecem na Distribuição de Renda (já que assalariados não têm a mesma capacidade de repassar os aumentos de seus custos, como fazem empresários e governos, ficando seus orçamentos cada vez mais reduzidos até a chegada do reajuste), na Balança de Pagamentos (inflação interna maior que a externa causa encarecimento do produto nacional com relação ao importado o que provoca aumento nas importações e redução nas exportações), na Formação de Expectativas (diante da imprevisibilidade da economia, o empresariado reduz seus investimentos), no Mercado de Capitais (causa migração de aplicações monetárias para aplicações em bens de raiz (terra, imóveis), e também a chamada Ilusão Monetária, que seria a interpretação errada da relação de reajuste do salário nominal com o salário real, por definição e que gera por sua vez a

percepção errada de maior renda e consequentemente decisões equivocadas. As pessoas, julgando-se mais ricas, demandam mais bens e serviços e, com oferta a pleno emprego, causa dessa forma a inflação.

O papel da inflação na economia

Um efeito da inflação de pequena escala é que se torna mais difícil renegociar alguns preços, e particularmente contratos e salários, para valores mais baixos — então com o aumento geral de preços é mais fácil para que os preços relativos se ajustem. Muitos valores são bastante inelásticos para baixo, e tendem a subir; logo, os esforços para manter uma taxa zero se o nível aumenta, irão punir outros setores com queda de preços, lucros e empregos. Por conta disso, alguns economistas e executivos veem essa inflação suave como um mecanismo de "lubrificação" do comércio. Segundo algumas escolas de economia, esforços para manter uma estabilidade completa de preços podem também levar à deflação (queda constante de preços), que pode ser bastante destrutiva segundo a maiorias das escolas de pensamento econômico, estimulando falências, concordatas e finalmente a recessão, que é o "descontrole" ou "de comando", da economia, alertado por Keynes, em sua obra editada finalmente em 1936. Mas não é o pensamento austríaco, de que se a deflação geral de preços ocorre, dado um estoque de dinheiro relativamente constante, isso aumenta o salário real dos trabalhadores mesmo que o salário nominal permaneça constante, a deflação de preços seria apenas um resultado de mais bens e serviços sendo oferecidos na economia.

Muitos na comunidade financeira lembram do "risco escondido" da inflação como um incentivo essencial para o investimento, ao invés da simples poupança, riqueza acumulada. A inflação, desta perspectiva, é vista como a expressão no mercado do valor temporal do dinheiro, ou mais precisamente moeda, no chamado "economês" (linguagem do mundo da ciência econômica). Ou seja, se um real hoje é mais valioso que um real daqui a um ano, devido à desvalorização dos meios de produção, fonte deste real, então, deve haver uma desvalorização também do real na economia como um todo, no futuro. Desta perspectiva, a inflação representa a incerteza - valorização de "algo" que na verdade não existe, ou seja, sobre o valor ou "renda, composta dos e na moeda no e do futuro".

Segundo os economistas da Escola Austríaca, a inflação (no sentido clássico), provoca efeitos sobre a estrutura de produção da economia. Numa reacomodação, no que seria uma forma de se fazer algo para a sociedade, redistribuindo rendas e causando uma desproporcionalidade sem rejeição, em relação ao volume de demanda para os vários setores da economia, o que Keynes, concorda, já que os preços não mudam todos juntos (ceteris paribus); e sim cada um com diferente intensidade econométrica. No caso de inflação monetária, da moeda em si, em que a moeda é injetada no mercado de crédito (que é a moeda), acaba por se tornar em investimentos ineficientes aos que são criados, e o que leva finalmente, às crises econômicas, essa é a Teoria austríaca do ciclo econômico.

A inflação, entretanto, além destas consequências, tem vários outros efeitos crescentemente negativos na economia. Efeitos que se relacionam com o "abatimento" de atividade econômica prévia. A inflação é geralmente resultado de políticas erradas, governamentais, segundo Keynes, para aumentar a disponibilidade de moeda, pois a moeda tem que ser real, dessa forma, a contribuição do governo para um ambiente inflacionário é vista como uma variação para mais ou para menos na chamada "taxa sobre a moeda em circulação", o "juro", como controle ou comando. Com o aumento ou diminuição da inflação, aumenta ou diminui o peso sobre o dinheiro em circulação - isso por sua vez promove um aumento da velocidade, na fórmula de Keynes (vide obra), de circulação do dinheiro, mais precisamente ou cronometricamente moeda, o que por sua vez reforça para mais ou para menos o processo inflacionário (veja teoria quantitativa da moeda), em um círculo virtuoso ou vicioso, que pode levar à hiperinflação ou ao equilíbrio.

A crescente incerteza pode desestimular o investimento e a poupança. Redistribuição da renda haverá redistribuição da renda, que se transfere progressivamente daqueles com rendas fixas (locatários, por exemplo) para aqueles com rendas mais flexíveis. De modo similar será beneficiado o indivíduo que emprestou dinheiro ou moeda, a uma taxa fixa, pois a política, como vimos acima é dinâmica, e será prejudicado o emprestador, surpreendido pela inflação. Comércio exterior: se a taxa de inflação for maior do que a praticada em outros países, uma tarifa fixa de comércio será solapada pelo

enfraquecimento da posição do país na balança comercial. Aumento dos custos relativos a maior velocidade de circulação do dinheiro ou mais precisamente moeda (o exemplo simples é das pessoas que precisarão ir mais ao banco). Também devem ser considerados os custos, para empresas, da mudança continuada de preços (por exemplo, restaurantes que precisam constantemente refazer seus cardápios, ou cestas de aplicação financeira com vistas ao mundo real e não financeiro, com sua "ciranda").hiperinflação: ou "ciranda" (vide processo hiperinflacionário da Nova República Brasileira (1985 - 1995), onde, se a inflação ficar totalmente fora de controle, interfere pesadamente no funcionamento normal da economia; prejudicando sua capacidade real de oferta de bens. Numa economia em que alguns setores são "indexados" ou "realizados" ou corrigidos" quanto à inflação e outros não, a inflação age como uma redistribuição em sentido dos setores indexados (os reais, que verdadeiramente estão crescendo) e afastando-se dos setores não-indexados (os falsos, super. valorizados, uma vez que a Economia se apresenta invertida, procure entender usando Cálculo Matemático, em quadrantes diferentes de desenvolvimento econômico).

Por conta destes efeitos nefastos (em quadrantes diferentes, usando-se Matemática e o Cálculo da Econometria), os bancos centrais costumam definir a estabilidade de preços como um objetivo primordial de suas políticas, com uma inflação perceptível, mas baixa, como ideal.

Por outro lado, segundo alguns economistas de formação heterodoxa, tais como Celso Furtado, a inflação não é um fenômeno meramente monetário: sua raiz está na questão distributiva, como Keynes também afirma, entre os grupos sociais de uma economia. Isto é, a inflação de preços é o meio pelo qual os grupos sociais ligados às atividades produtivas dispõem para ampliar a sua apropriação do acréscimo de renda criado no processo de crescimento econômico, levando a economia para novos equilíbrios distributivos entre esses grupos. Conforme o argumento de Furtado, se a inflação fosse um efeito meramente monetário e neutro em relação ao lado real da economia (o lado da produção de bens e serviços), sem afetar a distribuição de renda, o aumento generalizado de preços deveria ocorrer de forma proporcionalmente simétrica para todos os setores da economia e não é o que é empiricamente comprovado, defendendo a teoria de Keynes.

URBANIZAÇÃO

Pode-se entender como urbanização, de maneira simplificada, o processo caracterizado pelo resultado do deslocamento de pessoas da área rural para a área urbana. No ano passado, tal processo atingiu um marco histórico, quando o número de habitantes no campo se equipara ao das cidades.

As implicações desse fenômeno, cujo desenvolvimento histórico se deu de forma diferente no mundo, relacionam-se diretamente com a estrutura social e política das sociedades, tendo aspectos positivos e desfavoráveis. Conciliar estas consequências, de modo a trazer bons resultados, consiste, portanto, na organização do planejamento urbano.

A Revolução Agrícola, ocorrida no século XVIII, foi a responsável pelo início da urbanização. A modernização da agricultura com a descoberta de novas técnicas fez com que parte da mão-de-obra fosse dispensada ao tempo em que era maior a produtividade. Durante a Revolução Industrial, no entanto, as migrações para os centros urbanos ocorreram com maior intensidade. A industrialização e a evolução tecnológica formam zonas de atração nas cidades, as quais ofereciam melhores condições de vida e trabalho ao homem rural, que se encontrava sem perspectivas nas áreas rurais. Esse quadro caracteriza um fenômeno denominado êxodo rural, que, como foi visto, confere um enorme incentivo à urbanização.

É importante salientar que a urbanização aconteceu de maneira distinta nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O êxodo rural, nos países centrais (desenvolvidos), se iniciou a partir do século XVIII, de forma lenta e planejada. Como desenvolvimento e urbanização se relacionam, estes países também são os que obtiveram o maior índice de população urbana, chegando, em alguns casos, a atingir mais de 90%. Por outro lado, os países em desenvolvimento se urbanizaram a partir de 1950 e mais rapidamente. No Brasil, por exemplo, a população urbana passou de 36% em 1950 para 81% em 2000.

POPULAÇÕES, CIDADES E POBREZA

A dinâmica populacional de crescimento e de ocupação dos espaços urbanos e rurais está intimamente relacionada com a geração de inúmeras mazelas sociais. Quando o crescimento da população urbana acontece de maneira rápida e desordenada, como ocorre nos países subdesenvolvidos, sem o devido planejamento e investimento em infraestrutura, saúde, educação, transportes, etc., dá-se margem a uma série de desequilíbrios sociais como a mendicância, o subemprego, o aumento da criminalidade e a favelização.

A pobreza deve ser distinguida da desigualdade social. O conceito de pobreza está relacionado ao padrão de vida absoluto de uma parcela da população que não tem acesso à satisfação de necessidades básicas de sobrevivência. A desigualdade, por sua vez, está relacionada com a relação entre os padrões de vida dos diversos segmentos de uma sociedade.

Em uma economia de mercado, como a brasileira, o critério mais utilizado para medir o grau de pobreza da população é a renda salarial de cada pessoa ou família. No entanto, outros indicadores socioeconômicos são também tomados na avaliação, como a expectativa de vida, a mortalidade infantil, a distribuição da renda, e o acesso a saneamento básico.

OS CENTROS DE POBREZA

As cidades, enquanto pólos de poder e centros de consumo, cultura e tecnologia, atrativos para a população que sai do campo oprimida pelas péssimas condições de vida, concentram a maior parte dos problemas sociais. Tais mazelas ficam ainda mais acentuadas com a segregação do espaço urbano, através da ocupação de morros e encostas pela população mais carente, que necessita de moradias mais baratas, enquanto os centros são ocupados pelas parcelas mais abastadas.

Desde o início do processo de urbanização, o desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que criou empregos na zona urbana, trouxe a mecanização do campo, acentuando a migração de pessoas para as áreas urbanas, que saíram do setor

secundário da economia para ocupar o terciário. Este êxodo rural, impulsionado pelo processo de automação do trabalho no campo e pelo fascínio urbano, é ainda hoje uma realidade marcante. Na busca por melhores condições de vida e melhores oportunidades de trabalho, este movimento acaba, no entanto, por contribuir para o aumento da grande massa de excluídos dos grandes centros.

Uma das consequências dos processos de industrialização, urbanização e o consequente desemprego é o inchaço no setor terciário da economia, que abriga os serviços e os mercados, inclusive o mercado informal e os serviços domésticos, que se apresentam como alternativas para a população de baixa escolaridade e baixa renda.

Além disso, um dos fatores preponderantes na distribuição da renda das populações, o desemprego, é, em grande parte dos casos, ocasionado pelo descompasso entre o crescimento populacional e o crescimento econômico de um país. Quando isto ocorre, a demanda por empregos nas cidades supera a sua oferta, o que caracteriza o inchaço dos centros urbanos, que também implica o crescimento da exclusão social e econômica.

A globalização da economia, gerando o aumento da competitividade e das exigências em torno do aumento da produção e da redução dos custos, contribui para a eliminação de postos de trabalho em razão dos investimentos na automação da produção. Ocorre aí o aumento da produtividade com a redução do número de empregos.

UM PROBLEMA GLOBAL E LOCAL

Ao contrário do que se pensa, a pobreza, assim como o desemprego, não é um problema apenas restrito aos países subdesenvolvidos e emergentes. Em quase todo o mundo são registradas taxas crescentes de desemprego a cada ano que passa. No Brasil, mesmo com o crescimento no número de empregos, o desemprego cresce assustadoramente, sobretudo entre os indivíduos jovens. A fome no mundo também atinge números

alarmantes em decorrência de fatores não só populacionais, mas também econômicos envolvendo diversos países.

A gama de fatores causadores da pobreza e da desigualdade social aponta para um esforço global integrado para o alcance de melhorias, no entanto, não podem ser afastadas as medidas internas que podem ser tomadas em cada país para vencer a miséria e a pobreza. Um dos principais caminhos a serem tomados é o investimento em educação para o aumento das taxas de escolaridade e a melhoria na qualidade do ensino, a fim de que a igualdade seja alcançada ao menos em termos de oportunidades.

130 ANOS DE ABOLIÇÃO: DA LE O fim do trabalho desumano que durou quase 300 anos

A Abolição da Escravatura no Brasil representou momentos de lutas, mas também de vitórias para os escravos e grupos apoiadores de abolicionistas. Isso porque durante quase 300 anos essa forma de trabalho exploradora e desumana vinha sendo praticada no país pelos colonizadores portugueses.

A escravidão no Brasil começou por volta de 1530, quando para atender a demanda dos portugueses por mão de obra para o trabalho nas lavouras, os índios brasileiros começaram a ser escravizados. Nessa época, iniciava-se o processo para a colonização da América Portuguesa. Em seguida, a exploração dos índios foi substituída pela escravidão dos negros africanos, trazidos por meio do tráfico no navio negreiro.

Até o fim da abolição da escravatura no Brasil passaram-se muitos anos de dor e sofrimento. A lei que pôs fim a essa fase foi a Lei Áurea. Ela foi assinada, no dia 13 de maio de 1888, pela regente do Brasil na época: a princesa Isabel.

Contexto histórico

Como foi mencionado, a escravidão teve início na época do Brasil Colônia (1530-1822). Logo depois que os portugueses descobriram o país, eles encontraram também as riquezas disponíveis na terra e foi assim que conheceram o Pau-Brasil.

Eles viram que a madeira era resistente e podia ser usada de diferentes maneiras. Assim, o Pau-Brasil passou a ser explorado e transportado para Portugal, além de outros países da Europa. Essa fase ficou conhecida como ciclo do Pau-Brasil. Assim como o Pau-Brasil, outros recursos naturais existentes no país tiveram suas fases de exploração, como a cana-de-açúcar, o café e o ouro.

Com isso, durante quase 300 anos os negros africanos foram a principal fonte de renda dos portugueses em lavouras, mesmo sabendo que para a Independência do Brasil ser reconhecida internacionalmente, sobretudo por parte dos ingleses, eles precisariam abolir a escravidão.

A fim de não interromper os trabalhos escravos, os portugueses passaram a adiar qualquer compromisso que estivesse relacionado com o fim do tráfico negreiro ou com a abolição da escravatura no Brasil. Portanto, ao invés de ser um incentivo a atitude deles reforçava ainda mais a continuação da escravidão no país.

Para os portugueses, o fim da escravidão no país deveria ser algo lento e gradual, isto é, só deveria acabar quando o último escravo morresse. Até lá eles deveriam atender as expectativas das elites brasileiras escravocratas.

A exploração de escravos no Brasil já existia há anos, mas somente a partir do século XIX que os portugueses foram pressionados pelos ingleses para pôr fim ao trabalho escravo

ÁUREA ÀS COTAS

Em meio ao processo de colonização do Brasil, o modelo escravista de produção foi oficialmente implantado na economia da colônia como forma de sustentar a exploração da monocultura e auxiliar o enriquecimento da metrópole europeia.

A manutenção dos latifúndios, ao lado do lucrativo tráfico negreiro, contribuiu para a permanência da exploração da mão-de-obra escrava negra no Brasil por cerca de três séculos, o que interferiu decisivamente nas relações sociais aqui desenvolvidas e na introdução do negro como elemento social no nosso processo histórico.

Trata-se de medidas adotadas de maneira temporária no sentido de afastar a segregação historicamente construída a partir de ações positivas do Estado, ou mesmo de entidades privadas, capazes de concretizar o princípio constitucional da igualdade entre os cidadãos.

O sistema de cotas raciais, adotado no Brasil desde 2001, é um tipo de ação afirmativa que visa garantir oportunidades mais igualitárias para os afrodescendentes através da reserva de vagas nas entidades de ensino superior. São medidas de caráter emergencial cujo funcionamento foi projetado para produzir efeitos em paralelo com outras medidas de reforma do ensino. Atualmente, segundo pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2,37% de 331 mil matrículas anuais em universidades públicas brasileiras são destinados a negros cotistas.

A indução de transformações por meio de ações do próprio Estado remonta à sua responsabilidade em promover a reparação dos prejuízos trazidos por este processo histórico acidentado e desigual de construção da cultura. Se por muito tempo a manutenção dessas desigualdades foi apoiada pelo Estado, nada mais acertado que a promoção de transformações para a utilização dos meios de que ele próprio dispõe para intervir na dinâmica social.

História dos Negros no Brasil

Antes da Lei Áurea, que marcou a abolição da escravatura no Brasil, outras leis foram promulgadas, terminando gradativamente com a escravidão no país. A primeira delas foi a Lei Eusébio de Queiroz, que decretou o fim do tráfico negreiro. Contudo, os escravos que chegassem ao país após 1831 ainda continuariam a ser escravos.

Essa conduta fez com que muitos escravos fugissem para esconderijos, a exemplo dos quilombos, regiões onde os escravos se reuniam para se esconder dos senhores e para prestar apoio a outros escravos fugitivos.

A lei recebeu esse nome em homenagem ao político brasileiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, que assinou durante o Segundo Reinado. Além dela, outras leis contribuíram para a abolição da escravatura no Brasil, como:

Lei saraiva-Cotegipe ou Lei dos sexagenários: essa lei autorizava a liberdade dos escravos com idade igual ou superior a 60 anos. Ela foi promulgada no dia 28 de setembro de 1885, apresentada pelo advogado e político brasileiro Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831-1894).

Lei do ventre livre: essa lei concedeu a liberdade dos filhos de escravos por meio do seguinte texto: "Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império, desde a data desta lei, serão considerados livres". Ela foi sancionada pela princesa Isabel, no dia 28 de setembro de 1871.

Além disso, era permitido aos escravos solicitar na justiça a própria liberdade, caso algum senhor o transferisse sem motivos justificáveis. Isso acontecia porque os fazendeiros queriam exigir indenização dos escravos libertos.

Início da abolição da escravatura no Brasil

A situação de revolta era tão grande entre escravos que não conseguiram a alforria que eles começaram a organizar motins e a planejar fugas, o que gerou um grande descontrole por parte das entidades governamentais.

Dessa forma, o número de escravos fugitivos aumentou e muitos quilombos surgiram no país. A intenção era ajudar os escravos que viviam na mesma situação, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, regiões com o maior número de quilombolas.

Nesse período, um grupo de abolicionistas resolveu ajudar os escravos na luta pela abolição da escravatura no Brasil. O movimento conhecido como Abolicionismo reuniu parte da população, políticos, literatos, advogados e escravos que se sentiam injustiçados com essa forma de trabalho.

Entre os nomes mais populares estavam: Castro Alves, Joaquim Nabuco, José Bonifácio, Eusébio de Queiroz, dentre outros. Eles publicaram artigos, criaram panfletos, organizaram atos públicos e outras manifestações em apoio aos escravos.

Lei Áurea

A Lei Áurea foi o documento que acabou definitivamente com a escravidão no Brasil, sendo esse o último país independente a acabar com esse sistema. O projeto foi proposto pelo político do Partido Conservador, João Alfredo, e aprovado no Senado, onde foi assinado pela princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888.

No entanto, a lei foi apresentada como um ato de benevolência por parte do governo e não como resultado de conquistas e lutas travadas pelos negros escravizados, como realmente foi.

Além disso, o documento foi concedido como uma forma de tentar controlar os movimentos abolicionistas que para a elite teriam se transformado em um risco para o Império. Além disso, foi uma tentativa de retardar o início de uma reforma agrária que surgia junto com a causa abolicionista no país.

Em algumas cidades do país a abolição da escravatura causou grande euforia na população. No Rio de Janeiro, em Recife e em diversas zonas rurais, as pessoas organizam festas populares para celebrar a conquista social e política.

Por outro lado, nenhuma política de proteção ou auxílio foi dada aos negros libertos, que com a falta de oportunidades provenientes do racismo, sofrem até os dias atuais com a desigualdade.

Plano econômico desenvolvido para controlar a inflação

O Plano Real foi criado pelo presidente Itamar Franco, em 1993, com o objetivo de acabar com os altos índices de inflação, que neste ano havia alcançado o seu maior limite, acima de 2.000% em apenas 12 meses.

A inflação é um termo econômico usado para indicar o aumento contínuo e generalizado dos preços de bens e serviços. Os números são representados através de porcentagens (%) que servem para indicar a variação dos preços de todos os produtos ofertados no mercado.

Nessa época, a inflação era algo que acabava com o poder de compra dos cidadãos, logo, a implantação do Plano Real foi uma estratégia para estabilizar a economia do Brasil e devolver o poder de compra às pessoas. Para entender de que forma o plano est

Contexto histórico

Antes do Plano Real ser instituído no Brasil, outras alternativas haviam sido criadas com a intenção de acabar com a alta inflação no país. A primeira alternativa foi desenvolvida pelo presidente José Sarney em 1986: o Plano Cruzado.

Nessa época, o país sofria uma grande recessão, pois as dívidas externas se tornaram ainda maiores depois da Ditadura Militar no Brasil. O governo gastava mais do que arrecadava, o dinheiro público era usado de forma errada em obras superfaturadas, sem contar que a desigualdade entre empresários e trabalhadores só aumentava.

Com o Plano Cruzado, Sarney congelou os salários e o preço dos produtos nos mercados, a fim de que a inflação fosse equilibrada. No entanto, essa alternativa não deu muito certo, pois a inflação continuava subindo.

Nesse período, para não perder lucros, muitas empresas começaram a produzir em menor quantidade, o que provocou a escassez de produtos nas prateleiras, já que muita gente comprava para estocar. Além disso, o plano fez a troca da moeda "cruzado" para "cruzeiro".

Diante dessa situação, o presidente se viu obrigado a descongelar os preços, causando o fim do primeiro plano. Porém, em 1987, resolveu criar o Plano Bresser, em razão do nome do então ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira.

O objetivo era manter o congelamento dos salários, só que agora com as correções realizadas a cada 90 dias, acompanhada de uma redução salarial. No início o segundo plano deu certo, mas dois anos depois foi derrubado pela inflação.

A terceira tentativa de plano econômico foi proposta pelo ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega e foi denominada Plano Verão. Ele foi instituído em 1989 com a mesma proposta dos planos anteriores: controlar a inflação e congelar o preço dos produtos.

O plano deu errado pela terceira vez, mas colocou uma nova moeda em circulação: o cruzado novo, em substituição ao cruzeiro. Em 1990, Sarney deixou o poder e Fernando Collor de Mello foi quem assumiu a presidência. Collor tentou resolver a situação crítica do país elaborando um novo plano, ao qual denominou de "Plano Collor".

O plano do presidente tinha os mesmos objetivos do outro: controlar a inflação. Mas, a diferença desse para os demais é que o presidente não congelou apenas os salários dos trabalhadores, bem como confiscou a poupança das pessoas, causando uma grande revolta na população brasileira.

O plano causou a substituição da moeda novamente, mas a inflação não conseguia se estabilizar, o que apenas aumentava a insatisfação do povo. A série desses fatos resultou no impeachment do presidente Collor em setembro de 1992.

No mesmo ano, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência do país. O atual gestor percebeu a necessidade de um novo plano econômico para o Brasil e assim o Plano Real foi criado. A intenção era controlar a inflação, que no ano seguinte (1994) alcançou o valor de 6.800 %, o maior que o país já havia registrado.

Propostas do Plano Real

Itamar Franco convocou Fernando Henrique Cardoso para ser o novo ministro da Fazenda e ajudá-lo a instituir o Plano Real. O plano estava sendo elaborado desde 1993, mas foi instituído somente em 1994, permanecendo até 2002.

Entre as propostas, a pretensão do governo era promover o equilíbrio das contas públicas. Para isso, adotou algumas medidas fiscais, como o incentivo à arrecadação de impostos e a diminuição de gastos públicos. O ajuste fiscal ainda causou aumento da taxa de juros e o corte de repasses constitucionais aos estados e municípios.

Outra medida adotada pelo Plano Real foi a implantação da Unidade Real de Valor (URV), que funcionava como uma espécie de moeda virtual associada à cotação do dólar comercial do dia anterior.

A compra dos produtos acontecia da seguinte forma: os preços eram marcados na prateleira com um valor URV, mas quando chegava no caixa o valor era convertido para a moeda circulante na época: o cruzeiro real.

A paridade entre o cruzeiro real e a URV era atualizada diariamente por meio de uma nota emitida pelo Banco Central (BACEN), que depois era encaminhada para mídia, até ser divulgada para o povo.

Para ilustrar melhor como a venda dos produtos acontecia, imagine que no mercado o preço de um quilo de arroz estivesse por 1 URV e quando a pessoa chegasse ao caixa ela tivesse que pagar o equivalente a CR$895,03. Assim, os valores variam conforme a comparação de moedas existente no dia.

Além dessas mudanças, o Plano Real trocou a moeda mais uma vez. De cruzeiro real foi para reais, moeda vigente até os dias atuais. Diferente das outras, a substituição pelo real foi avisada previamente para que a população pudesse fazer a troca antes da oficialização, que ocorreu em julho de 1994.

Resultados

Entre tantas mudanças, o Plano Real finalmente conseguiu cumprir o seu principal objetivo: combater a inflação e estabilizar a economia do Brasil. Em 1999, o Banco Central elaborou metas para evitar que a inflação continuasse a subir e ultrapassasse o teto. Depois disso, a inflação tem ficado em torno de 5% ao ano.

QUILOMBOS

Os quilombos, na era colonial e imperial, foram espaços construídos pelos escravos negros africanos e afrodescendentes fugidos da escravização em busca de viver em liberdade.

O tratamento violento e as péssimas condições de sobrevivência oferecidas pela casa grande, faziam com que os negros escravos procurassem uma nova forma de viver que

não fosse aquela. Para muitos não era fácil fugir, quando encontrados sofriam violência pior, mas aos que conseguiam, tentavam construir uma nova vida formando famílias e pequenas comunidades.

Os habitantes dessa comunidade, também denominada de mocambo, eram chamados de quilombolas.

Em Angola, no continente africano, a palavra "quilombo" (quilombo) significa povoação ou fortaleza e era onde os guerreiros se preparam para combate. No Brasil colônia, o significado do termo não era distante do proposto pelos quilombolas.

Os terrenos de quilombos eram adquiridos através de doação, herança, compra ou até mesmo de abandono, no caso de antigas fazendas. Depois da invasão dos holandeses em 1630, muitos senhores de engenho abandonaram suas terras, o que proporcionou aos escravos bons lugares para escapar das terras de Pernambuco.

Além de abrigo, na comunidade quilombola as pessoas poderiam retornar às suas culturas e tradições, às suas religiões, às práticas de dança e músicas oriundas da sua terra, a África.

No período colonial os quilombos não eram só compostos por escravos fugidos, mas também de escravizados alforriados, brancos pobres, mestiços, indígenas, entre outros. Hoje em dia ainda existem quilombos ocupados pelos remanescentes que possuem as mesmas tradições.

Como eram os quilombos no período colonial

Os quilombos, de maneira geral, funcionavam como válvula de escape para a intensa violência da escravidão nas senzalas. Além disso, eram considerados pontos centrais de oposição ao modelo escravista, os quais resistiram a diversos confrontos com aqueles que se afirmavam superiores, os senhores de engenho.

O contexto econômico de expansão da produção da cana-de-açúcar na época colonial favoreceu a formação de quilombos, pois era um momento no qual os escravos viam a oportunidade de alcançar certo tipo de independência financeira. Portanto, a comunidade que se formava, aos poucos começava a ter relações comerciais com outras comunidades livres, conseguindo sobreviver fora das senzalas e com grande vantagem que era a liberdade. O cultivo e a comercialização de alimentos e a criação de animais garantiam a sobrevivência dos quilombos.

Porém, apesar de terem a liberdade dentro do quilombo, o povo sofria com a iminência de ataques que culminaram na destruição do local e na captura de muitos fugitivos. Por isso, a principal preocupação dos quilombolas era a segurança do local e para isso eles construíram várias cercas ao redor do acampamento e dezenas de armadilhas.

A criação de quilombos representavam a rejeição da forma de vida cruel proporcionada pelos senhores de engenho. Eram nesses locais que o povo afrodescendente buscava organizar estratégias de segurança e planos para libertar outros escravos.

Quilombo dos Palmares

Localizado em uma serra cheia de palmeiras, o Quilombo dos Palmares foi a maior comunidade de negros da história do Brasil e por isso ficou muito conhecido, até os dias de hoje, como figura principal da resistência negra pelo fim da escravidão no Brasil.

Estava situada na serra da Barriga em terras que pertencem hoje ao estado de Alagoas e servia como ponto de escape para vários escravos que fugiam das senzalas aos arredores da região.

O Quilombo dos Palmares chegou a ter cerca de 20 mil pessoas e por isso chamou a atenção das expedições portuguesas que a todo tempo tentavam atacar a comunidade.

Faziam parte de Palmares as aldeias de Aroeirense, Dambrabanga, Subupira, Andalaquituche, Zumbi, Aqualtune, Amaro, Tabocas e Macaco (considerada a maior aldeia dentro do quilombo) que começaram a se formar, segundo alguns historiadores, a partir do século XVII. Por ser de tamanho considerável, o povo era guiado por um chefe e o mais famoso deles foi Zumbi dos Palmares.

Embora fosse constituído de muitos guerreiros que tomavam as batalhas contra as capitanias, o Quilombo dos Palmares só conseguiu resistir até 1694, quando foi considerado destruído depois de um grande ataque dos portugueses.

Depois de dispersado, os quilombolas sobreviventes formaram outras pequenas comunidades e continuaram a revolução. Zumbi morreu em uma emboscada um ano depois da destruição de Palmares.

Zumbi dos Palmares

Zumbi dos Palmares foi um guerreiro que lutou junto com os quilombolas pelo fim da escravidão no Brasil colonial. Liderou o povo morador do Quilombo dos Palmares nas lutas contra as invasões das expedições portuguesas.

Zumbi nasceu homem livre, mas resolveu assumir a luta pela liberdade do povo escravo e foi viver no quilombo aos 15 anos de idade depois de ser catequizado por padres. Em 1678 tomou posse como líder depois da morte de Ganga Zumba.

Ganga Zumba aceitou uma proposta do governador da província de Pernambuco que concedia liberdade aos quilombolas, mas não dos escravos que ainda estavam nas fazendas. Zumbi e boa parte do quilombo foram contra o acordo, pois não era justo que seus irmãos continuassem presos. Ganga zumba foi morto pelos palmarinos e Zumbi assumiu a liderança, recusando o acordo e continuando a luta pela liberdade de todos os escravos.

Após intensas batalhas, 1694 o Quilombo dos Palmares foi destruído pelo governo em uma expedição comandada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Um ano depois Zumbi foi emboscado e morto, em 20 de novembro de 1695, data que hoje é lembrada como o Dia da Consciência Negra.

Ainda que as excessivas lutas contra a escravidão tenham sido de grande importância e fundamentais para as conquistas, foi a pressão de países estrangeiros que fez com que a Princesa Isabel assinasse a Lei Áurea em 1888, documento que decretava a Abolição da escravatura no Brasil.

Os quilombos no Brasil

É comum associar a existência de quilombos como algo restrito ao passado, que foram locais que só existiram no período colonial. Os quilombos tiveram importante função na época da escravidão, mas até hoje desempenham papel importante para a manutenção da cultura afro-brasileira e para a história de constituição do país.

No Brasil existem os quilombos compostos por remanescentes de quilombolas, ou seja, pessoas que têm algum parentesco com ex-escravos e que ainda hoje preservam suas tradições.

Os descendentes de quilombolas vivem hoje uma intensa luta pelos direitos sociais, pelos direitos de apropriação legal de terra, pela manutenção de manifestações culturais, por respeito e por vida digna diante dessa sociedade que reprime o povo remanescente com racismo e preconceito.
Remanescentes de quilombolas

Muitas comunidades remanescentes de quilombolas vivem em situação precária, onde não são respeitadas o modo de vida e ainda são vítimas de assassinatos, de destruição de suas casas e desapropriação de suas terras.

Por meio da legislação, da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas têm garantida a sua proteção cultural, vida digna e liberdade para viverem de acordo com suas tradições culturais, além da preservação de suas terras. No entanto, é possível perceber que essa população está sendo negligenciada e sobreviver ainda é um desafio.

Cerca de 3.045 comunidades quilombolas no Brasil já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura. Com esse reconhecimento o povo remanescente pode obter benefícios do governo e manter preservada sua existência através do direito de ter moradia em territórios quilombolas, do direito de educação, saúde e lazer e da conservação da sua história.

Maior quilombo do Brasil que durou mais de um século

O Quilombo dos Palmares surgiu por volta de 1580 e foi o maior quilombo brasileiro, com aproximadamente 20 mil negros fugidos na época do Brasil Colônia.

A fuga dos engenhos, das vilas e das cidades coloniais fez com que muitos procurassem espaços de proteção da relação escravocrata e opressora que viviam naquele período. Surgiram assim diversos quilombos no país.

E entre os quilombos brasileiros, o de maior destaque foi o Quilombo dos Palmares, que por mais de um século conseguiu resistir aos ataques dos colonizadores portugueses.

O Quilombo dos Palmares formou-se na Serra da Barriga, na antiga capitania de Pernambuco. Essa região tinha uma vasta vegetação, com difícil acesso e bastante afastada das áreas habitadas pelos colonizadores portugueses.

Inclusive, a palavra "palmares" fazia referência justamente à vegetação mais abundante do local - a palmeira. Para os quilombolas palmarinos o Quilombo dos Palmares era chamado ainda de Angola Janga.

Esse nome “Angola Janga” era possivelmente fruto da união de duas linhagens de reinos africanos. A primeira linhagem foi fundada por Murundu nagola que é origem do país Angola.

Já a segunda linhagem trata-se dos guerreiros Jagas que usavam a denominação “quilombo” para se referir aos seus acampamentos.

É importante destacar que no Quilombo dos Palmares não viviam apenas várias etnias de negros escravos. O local acolhia também populações de índios brasileiros e brancos pobres. E esse contingente de quilombolas possibilitou com ao longo do tempo o Quilombo dos Palmares torna-se uma forte Confederação Quilombola.

Como era a vida no Quilombo dos Palmares

Sociedade

Provavelmente, a sociedade quilombola desenvolveu-se semelhante aos padrões culturais de alguns estados africanos. Isso porque havia no Quilombo dos Palmares muitos núcleos de povoamento que recebiam o nome de mocambos.

Os mocambos eram onde as famílias de quilombolas residiam e estavam ao longo da extensão do território do quilombo. E em cada um deles existia um determinado quantitativo de habitantes.

Os mocambos também estavam razoavelmente distantes entre si, porém interligados através de uma rede muito eficaz de comunicação. Pois existia a mobilização de guerreiros quilombolas. E os principais mocambos eram:

•Cerca Real do Macaco

•Subupira

•Zumbi

•Dandara

A segurança era prioridade para os quilombolas palmarinos, até porque os colonizadores portugueses atacavam sempre de surpresa e era necessária uma vigilância constante. Em razão disso, eles passaram a desenvolver técnicas de guerra, com a as estratégias de guerrilhas. Inclusive, alguns golpes de luta se inspiravam em tradições africanas.

O mocambo Cerca Real do Macaco tinha uma muralha de madeira com 5 Km de extensão e alocava a maior quantidade de habitações - 1.500, porque era o centro político do Quilombo dos Palmares.

Economia

O modelo de produção objetivava a sobrevivência de todos os quilombolas porque se estabelecia em uma relação democrática e societária. A sobrevivência era garantida através da agricultura de subsistência, mediante o cultivo de milho, batata doce, feijão, banana, etc.

A pesca e a caça também faziam parte das atividades produtivas. Os quilombolas palmarinos também criavam animais de pequeno porte como galinha e porcos.

O desenvolvimento do artesanato possibilita a fabricação de utensílios domésticos, alguns instrumentos musicais e, até mesmo, armas de baixo potencial ofensivo. Destaca-se na relação econômica dos quilombolas as trocas benéficas realizadas com as populações vizinhas.

Assim, os quilombolas faziam a troca de seus alimentos por pólvora e armas de fogo com pequenos proprietários de terras de origem portuguesa que residiam aos

arredores. Também realizavam troca de informações sobre a movimentação das expedições portuguesas em torno da região.

Quilombo dos Palmares: símbolo de luta e resistência

Com o passar dos anos, o Quilombo dos Palmares tornou-se uma grande ameaça para o governo português. Isso porque a região Nordeste desenvolvia-se economicamente com a produção açucareira e a mão de obra escrava nos canaviais e nos engenhos de açúcar começou a ficar seca. Além disso, durante a expulsão dos holandeses da região nordestina, muitos escravos também fugiram. Logo, os senhores de engenhos e as autoridades portuguesas passaram a concentrar suas forças na destruição no "reduto" dos subversivos.

A primeira expedição militar contra o Quilombo dos Palmares ocorreu em 1655. O governo português conseguiu apenas capturar alguns quilombolas e descobrir informações razoáveis acerca da organização dos mocambos.

Nessa época, a região pernambucana passava por uma grave crise econômica que atingiu, sobretudo, as vilas e cidades coloniais como Olinda e Recife. Destaca-se ainda que a fome vivida pela população pobre da colônia era fruto do sistema econômico exploratório da colonização portuguesa com foco total na produção de açúcar, já que os demais produtos agrícolas necessários às sobrevivências eram deixadas de lado.

E isso aumentou ainda mais as fugas dos escravos para o Quilombo dos Palmares, até porque se propagava entre os escravos que no quilombo havia abundância de alimentos. Então, com as fugas o Quilombo dos Palmares aumentava ainda mais o quantitativo dos seus habitantes e a resistência a escravidão.

Acordo de paz

Na medida em que os ataques ficaram cada vez mais acirrados, o primeiro líder dos quilombolas – Ganga Zumba – decidiu aceitar um acordo de paz com o capitão-general de Pernambuco, d. Pedro de Almeida, que representava o rei de Portugal.

O acordo estabelecia que todos os negros nascidos no Quilombo dos Palmares estariam livres. Entretanto, os demais retornaram ao sistema escravista e opressor.

A maioria dos quilombolas ficou insatisfeito com Ganga Zumba e dias depois o líder foi envenenado de forma misteriosa.

Zumbi dos Palmares

Posteriormente, ascendeu a liderança do Quilombo dos Palmares o negro, que se tornou um símbolo de resistência da opressão escravista, Zumbi dos Palmares. Assa, devido às fugas dos escravos para os quilombos.
Zumbi de Palmares nasceu no próprio Quilombo dos Palmares e liderou os quilombolas de 1678 a 1695. Ele optou pela luta armada em prol da liberdade de todos. A cada expedição portuguesa Zumbi dos Palmares reagiu atacando engenhos para libertar escravos, furtar armas de fogo e incendiar canaviais, que era a fonte de riqueza dos portugueses.

Delação e fim

A total destruição do Quilombo dos Palmares não foi tão fácil assim. Foram dezoito expedições militares fracassadas.

Em 1685, o governador de Pernambuco decidiu contratar um exército de bandeirantes paulistas para destruir o Quilombo dos Palmares. A liderança militar portuguesa ficou sob o comando do bandeirante experiente na escravização de indígenas e nos atos de extermínio Domingos Jorge Velho, além do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo.

Em 1963, com um exército de seis mil homens, os bandeirantes conseguiram alcançar grande avanço na região da Serra da Barriga. Nessa investida militar capturaram e coagiram o quilombola Antônio Soares, que delatou o esconderijo de Zumbi de Palmares.

Então, no dia 20 de novembro de 1695, Zumbi dos Palmares foi morto em uma emboscada armada pelos bandeirantes.

Semelhantemente aos líderes alfaiates da Conjuração baiana, Zumbi dos Palmares foi executado, decapitado e teve sua cabeça exposta na praça Pátio do Carmo, em Recife, a fim de aterrorizar os demais escravos e servir de demonstração da força colonial.

Depois de mais de um século de resistência, o Quilombo dos Palmares chegou ao fim em 1710 e deixou registrado na história do Brasil apenas o começo da militância contra as injustiças cometidas em várias regiões brasileiras.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Momento em que o solo brasileiro foi encontrado pelos portugueses

O descobrimento do Brasil aconteceu no dia 22 de abril de 1500. O momento foi resultado das grandes expedições marítimas que estavam sendo feitas pela Espanha e Portugal no Oceano Atlântico com o intuito de encontrar terras repletas de recursos naturais e metais preciosos.

Quando os navegantes portugueses acharam as terras brasileiras ela já era habitada pelos povos indígenas, o que, inclusive, faz com que muitos historiadores se refiram a esse momento como uma conquista do Brasil, e não a sua descoberta propriamente. Para compreender melhor os fatos que desencadearam nesse acontecimento é importante entender o contexto.

Contexto histórico

Os motivos que trouxeram os portugueses até o Brasil ainda não são muito claros, pois a história apresenta diferentes versões. Uma delas é a de que o país foi descoberto acidentalmente quando a esquadra que comandava a navegação, por causa de uma tempestade, teria se desviado da rota traçada para a Índia.

Isso porque durante a primeira expedição portuguesa, comandada por Vasco da Gama, em 1498, em que os portugueses navegaram pela Índia, encontraram um forte comércio na região, resultando em grande lucro para a coroa.

Contudo, a experiência dos navegadores mostra que não se perderiam da rota com tanta facilidade, assim como existem documentos históricos relatando que o caminho tomado pelas embarcações não foi desviado por nenhuma tempestade.

Mas, o que se sabe é que no dia 22 de abril de 1500 os portugueses desembarcaram em terras brasileiras. As 13 caravelas que chegaram até a ilha partiram do rio Tejo, em Lisboa, no dia 9 de março de 1500, lideradas por Pedro Álvares Cabral e com uma média de mil e quatrocentos homens.

Diante disso, é possível perceber que o descobrimento do Brasil ocorreu justamente nas expedições marítimas europeias, período em que Portugal e Espanha percorriam o oceano em busca de novas terras.

Um fato verídico sobre o descobrimento do Brasil é que esses dois países assinaram o Tratado de Tordesilhas em 1494. O documento foi criado para evitar a guerra e promover a separação de terras, uma vez que tanto Portugal como Espanha possuíam as mesmas ambições e interesses com relação à posse. Isso aconteceu depois que Cristóvão Colombo, no ano de 1942, em uma de suas navegações, acabou descobrindo a América, o que ampliou ainda mais as expectativas dos outros países exploradores.

Conforme as diretrizes do Tratado, a Espanha ficaria com as terras a oeste da linha imaginária, e Portugal com as terras recém-descobertas, que estavam a leste (370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde). Dessa forma, subentende-se que os portugueses navegaram pelo oceano com o intuito de se apropriar dos territórios que já eram de direito de Portugal, segundo o documento.

Assim que as treze caravelas portuguesas, lideradas por Pedro Álvares Cabral, desembarcaram em solo brasileiro avistaram um monte alto, por isso, resolveram chamar o local, a princípio, de Monte Pascoal. A escolha do nome foi uma homenagem à Páscoa, visto que o descobrimento do Brasil ocorreu nesse período e os portugueses eram católicos.

Depois da descoberta, os portugueses seguiram os planos de exploração da Índia. Como ainda restava uma dúvida se eles haviam descoberto um continente ou uma grande ilha, resolveram alterar o nome do país de Monte Pascoal para Ilha de Vera Cruz.

No entanto, após novas expedições ordenadas pela coroa portuguesa, os navegadores acreditavam tratar-se de um continente, então resolveram mudar o nome novamente, dessa vez passou a se chamar Terra de Santa Cruz. Porém, depois que descobriram a valiosa madeira do pau-brasil, em 1511, o país definitivamente foi batizado de Brasil.

Descobrimento do Brasil

A viagem que resultou no descobrimento do Brasil durou cerca de um mês e meio. Os historiadores relatam que o local onde os portugueses desembarcaram é hoje Porto Seguro, na Bahia.

Assim que o país foi descoberto, Gaspar de Lemos, um dos navegadores mais experientes da expedição, foi ordenado a voltar para Portugal e entregar a carta feita por Pero Vaz de Caminha (escrivão). A carta relatando a descoberta foi entregue nas mãos do rei Dom Manuel I.

Na correspondência, Caminha descreveu as belezas naturais das terras encontradas e o comportamento dos povos indígenas que habitavam a região. Por isso, o documento é de grande importância para a História do Brasil, pois foi o primeiro em que o país foi citado.

Índios

Segundo os relatos históricos, o contato com os índios brasileiros somente aconteceu depois de dois dias do descobrimento. Na carta que encaminhou ao rei, Caminha parecia estar surpreso com a nudez dos indígenas, por isso relatou com detalhes a maneira como eles se comportavam diante dessa situação. Veja um trecho:

"Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural..."

Antes de ser Brasil, o país era chamado pelos índios de Pindorama, que na língua nativa significava "região ou país das palmeiras". Outro comportamento estranho que os portugueses perceberam dos índios era o fato deles não adorarem nenhum tipo de Deus, pois não foi encontrado nenhuma estátua que representasse isso.

Como eram católicos e achavam que os índios não tinham nenhuma religião, os portugueses acreditaram que seria fácil convertê-los ao Cristianismo. Assim, realizaram a primeira missa do país no dia 26 de abril de 1500, através do Frei Henrique de Coimbra.

A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS NO BRASIL

Composta pelos primeiros habitantes da América, a população indígena, a partir do processo de colonização do continente, sofreu um grande decréscimo. Estima-se que, na região que atualmente corresponde ao território brasileiro, à época da chegada dos

europeus, existiam entre 2 milhões e 5 milhões de índios que se distribuíam entre cerca de 1,4 mil povos que falavam 1. 300 línguas distintas.

A colonização agressiva e dominadora, somada a outros males trazidos com o contato com diferentes costumes e enfermidades, causaram grande impacto social e demográfico sobre os nativos. Segundo dados da Funai (Fundação Nacional do Índio), a população indígena em 2007 somava 512 mil indivíduos, sendo identificadas apenas 180 línguas nativas. Existem 614 reservas reconhecidas pela Funai como indígenas, que são habitadas por 225 povos.

OS DIREITOS CONSTITUCIONAIS INDÍGENAS

A Constituição Federal do Brasil, em apreço à sua posição enquanto primeiro dono das terras brasileiras, reconhece aos índios os direitos originários sobre as terras que ocupam tradicionalmente. São terras sob o domínio da União, que transferem aos índios o direito de usufruir dos recursos naturais nelas existentes. Conforme o texto constitucional, pertencem aos índios as terras habitadas em caráter permanente, usadas para suas atividades produtivas e imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos e costumes.

É assegurada a qualquer índio, comunidade ou organização indígena a legitimidade para reclamar seus direitos e interesses perante a justiça, com a intervenção do Ministério Público nos atos processuais realizados.

O direito à educação é também garantido pela legislação brasileira, sendo conferida aos povos a escolha dos seus próprios caminhos de desenvolvimento, como a utilização das línguas maternas no ensino fundamental e aplicação de meios próprios de aprendizagem, para que sejam respeitados os seus costumes e modos de vida.

COMO VIVEM OS ÍNDIOS?

Estudos apontam para um significativo crescimento populacional indígena. Segundo dados da Funai, a população que em 2000 era de 328 mil indivíduos cresceu para 512 mil em 2007. No entanto, isso não significa boas condições de vida para esta parcela da população nacional. Inúmeros são os problemas enfrentados pela grande maioria da população indígena espalhada pelas diversas áreas do país, cujas condições de vida são inferiores às dos negros e brancos.

Em diversas áreas do país, a proximidade das aldeias com as periferias urbanas, associada ao crescimento populacional indígena e às limitadas dimensões das reservas, força a migração de índios para as cidades em busca de empregos no agronegócio. Isso acaba por deixá-los expostos a condições de vida ainda piores.

As terras ocupadas – Diversas discussões se travam em torno da demarcação das terras indígenas. Hoje, cerca de 13 % do território nacional é reservado aos índios, o que para muitos seria um exagero. No entanto, defende-se a necessidade de utilização de extensas áreas para que possam ser preservados costumes como o nomadismo e as atividades extrativistas praticadas por diversos povos.

A saúde – Ainda é enorme a incidência de doenças na população indígena. Isso ocorre mesmo em caso de doenças já superadas pelo país. Enfermidades como Hepatite B e C e Malária assolam uma considerável parte da população. Além disso, os índices de mortalidade infantil são gritantes: de cada mil crianças índias nascidas, 51 morrem antes do primeiro ano de vida, sendo que a taxa nacional é de 26,6 para cada mil nascidos.

A educação – Os estudos apontam para um crescimento na taxa de alfabetização dos índios, sendo que, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1991, menos de 50% da população indígena era alfabetizada; no ano 2000, este índice chegou a alcançar os 73,9%. O número de anos de estudo para os indígenas de 10 anos ou mais de idade passou de 2 anos em 1991 para 3,9 anos em 2000. Para a média da população em geral, este indicador era de 5,9 anos em 2000.

Atualmente, há cerca de 3 mil professores índios que lecionam nas 2.300 escolas indígenas do país. Estima-se ainda que cerca de 1.300 jovens índios cursem o nível superior. Diversas universidades reservam atualmente cotas para o ingresso de estudantes índios em seus cursos superiores.

Zonas de tensão – Em geral, relacionam-se às áreas disputadas pelos interessados no desenvolvimento da agropecuária, de atividades extrativistas, como a mineração e a extração de madeira nas áreas das reservas. Conflitos também ocorrem com o avanço de pescadores e madeireiros sobre as regiões indígenas do Parque Indígena do Xingu. Sérios embates ainda foram travados diante da análise dos impactos da construção de Usina Hidrelétrica na região do Rio Xingu, que interferiria no modo de vida dos índios que habitam a região.

A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA

Em muitas regiões do país, os índios são vistos de maneira preconceituosa. Isso ocorre sobretudo em áreas em que as populações rurais disputam com eles oportunidades de sobrevivência. Muitas vezes, a própria política local, viciada por interesses de elites municipais em explorar recursos ambientais, acaba por incentivar o tratamento discriminatório e as invasões territoriais.

Por outro lado, a população que vive mais afastada tende a manter uma imagem idealizada do índio. Por fim, o que se nota é uma visão frequentemente distorcida da realidade e dos valores indígenas.

Vale ressaltar que o processo de transformação dos usos e costumes faz parte da dinâmica de qualquer sociedade; diferente não seria nas indígenas. A difusão da língua portuguesa e da utilização de roupas e utensílios advindos do intercâmbio cultural com os demais segmentos da sociedade não apagam a identidade étnica dos povos indígenas e não afasta a necessidade de que sejam compreendidos dentro da sua diversidade.

A VOZ DO ÍNDIO

Cada vez mais, os índios participam das discussões governamentais voltadas à implementação de políticas direcionadas às suas comunidades. Em 2007 foi oficializada a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que possui 33 cadeiras das quais 20 são reservadas para representantes dos índios.

Trata-se de um órgão consultivo vinculado ao Ministério da Justiça, criado no sentido de garantir a defesa dos direitos dos índios e para auxiliar na criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, até então pendente, que substituirá a comissão, destinado à atuação permanente neste sentido e com atuação deliberativa, e não apenas consultiva.

O caminho para a resolução das questões aqui suscitadas perpassa pelo respeito e pela compreensão das diversidades étnicas e culturais existentes entre os povos. Particularmente na questão indígena, o grande desafio é ter uma sociedade que perceba os índios como cidadãos, sujeitos de direitos e deveres tanto quanto qualquer outro brasileiro e plenamente capazes de intervir nas decisões do país.

Primeira população do Brasil

Os índios brasileiros foram os primeiros povos a habitarem o país. Quando os colonizadores portugueses chegaram na Ilha de Vera Cruz logo descobriram a população indígena habitando o litoral.

O termo índio foi dado pelos próprios colonizadores. Ao chegarem no Brasil os portugueses e Cristóvão Colombo estavam convictos de que haviam entrado no continente asiático e que o país descoberto era a Índia.

Mesmo após a descoberta da confusão continuam chamados os povos assim, pois achavam mais fácil. O verdadeiro objetivo era dominar a cultura, a política e a religião dos índios, tentando desenvolver uma colonização.

Inicialmente, o contato existente entre os índios brasileiros e os "brancos" acontecia por meio da troca de produtos (escambo). Em troca de roupas, comidas e ferramentas os índios ofereciam a mão de obra. O preparo da madeira do pau-brasil para o embarque é exemplo de como funcionava o fluxo de trabalho.

Colonização dos índios brasileiros

Até um certo momento os índios achavam todos esses materiais disponibilizados pelos portugueses uma novidade, por isso aceitavam realizar essa troca de "favores". Porém, quando os portugueses decidiram implantar um sistema colonial, transformando-os em escravos agrícolas e os privando de suas atividades tradicionais, uma guerra entre brancos e índios iniciou-se

Dessa forma, os índios foram sendo aniquilados gradativamente e a escravidão ocorreu onde o português não tinham recursos para comprar escravos negros. Um exemplo disso foi a Capitania de São Vicente, em São Paulo. Do local saem navios que incentivaram a "caça ao índio", causando um verdadeiro extermínio dos indígenas.

Antes dos colonizadores descobrirem a América havia, no Brasil, cerca de 5 milhões de índios. Entretanto, a população foi diminuindo ao longo dos anos, chegando a um total de 150 mil índios no começo no século XX.

Segundo dados do Censo IBGE, em 2010, as mais de 240 etnias somavam 896.917 de índios. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país, além daqueles que vivem isolados sem nenhum contato com a civilização.

Povos Indígenas

Além de grandes personagens da História do Brasil, os índios brasileiros pertencem aos seguintes grupos linguísticos: Tupi, Macro-Jê, Aruak e Karib. No entanto, embora a língua falada seja diferente entre os grupos, os índios brasileiros são unidos e respeitam uns aos outros, mantendo as mesmas crenças e costumes.

A partir da classificação linguística tradicional eles se dividem em diferentes etnias. As principais são: Guaranis, Ticunas, Caingangues, Macuxis, Terenas, Guajajaras, Ianomâmi, Xavantes, Pataxós e Potiguara, Tupis, Tapuias, Nuaruaque e Caraíba. Confira o resumo de algumas dessas civilizações.

Ticunas

Os Ticunas ou Tikunas vivem às margens do rio Solimões, sendo o maior povo amazônico do Brasil. Sua população tem em média 26.813 índios. O grupo é adepto da caça e da pesca. Além disso, a linguagem típica é tonal, ou seja, a entonação muda o sentido das palavras.

Guaranis

Os Guaranis reúnem o maior número de índios brasileiros, atingindo uma média de 46.566. Eles se dividem em três grupos diferentes: Caiová, Ñandeva e Mbyá. Embora eles tenham costumes parecidos, como viver em grupos familiares, possuem dialeto particular e outras peculiaridades.

Pataxó

Os Pataxós somam um total de 10.664 índios. A maior tradição entre eles são as festas. Nas comemorações costumam dançar o típico auê, servir o mukussuy, que é o peixe assado em folhas de palmeira, e o tradicional kauim – uma espécie de vinho de mandioca.

Potiguara

Os Potiguaras são de origem tupi-guarani e somam um total de 10.036 índios. O nome, que significa "comedores de camarão", distingue esse grupo dos demais. A referência é atribuída a grande habilidade que eles têm em pescar crustáceos e moluscos. A etnia entende um pouco da língua portuguesa.

Costumes e heranças

Antes de descobertos e colonizados os índios viviam isolados, pois não existia a propriedade privada e a produção entre eles era feita de forma comunitária. Os trabalhos eram divididos de acordo com sexo e idade, sendo as mulheres as responsáveis por cuidar das plantações, das crianças e da preparação dos alimentos. Os homens cuidavam da pesca, da caça e da construção de tabelas.

Outro costume comum a todos os índios é o hábito de pintar o corpo. Para eles cada pintura tem um significado diferente. Existe pinturas para rituais religiosos, outras para guerrear, para celebrar nascimentos, festas, casamentos, etc.

Eles deixaram muitas heranças para a população brasileira, como o hábito de usar a rede para descansar, a utilização de ervas medicinais para tratar doenças, a habilidade na utilização de algumas ferramentas para construir barcos, produção de artefatos em palha e cipó.

Os índios brasileiros também contribuíram para a formação das etnias nacionais. A união, mesmo que desconhecida, entre brancos e índios deu origem ao caboclo. Por outro lado, o cafuzo ou caburé originou-se da união que aconteceu entre negros e índios.

Além disso, os povos indígenas deixaram uma infinidade de palavras no vocabulário brasileiro: Iara, Jaci, Itu, Itapetininga, Anhanguera, tapioca, beiju, pamonha, gamela, puçá, arapuca, dentre outras.

Conflitos

Atualmente, os indígenas têm enfrentado grandes problemas para a manutenção das tradições e culturas, além da liberdade. Isso acontece porque o país, principalmente na Amazônia, está desenvolvendo planos agressivos que ameaçam a existência desses povos.

Inúmeros complexos de barragens hidrelétricas estão sendo construídos nas proximidades dos grupos isolados, interrompendo a liberdade dos índios. Na região Sul alguns Guaranis têm cometido suicídios ao perder as terras habitadas.

Na luta pelos direitos muitos vivem em condições desumanas, morando à beira de estradas para reivindicar a tomada de terra pelos fazendeiros, garimpeiros e pecuaristas. O país possui 200 organizações ativas e lutando a favor desses povos nativos. Em 2015, a liderança Guarani-Caiová e Terena denunciou o assassinato de 300 indígenas nos conflitos fundiários que aconteceram no Mato Grosso do Sul.

Dinâmica Social no Brasil

Desde o período moderno, com o desenvolvimento de máquinas e sistemas cada vez mais complexos para a produção, a sociedade passou por mudanças exponenciais nos seus costumes e modos de pensar.

No curto período de 80 anos pudemos ver 5 gerações de seres humanos com costumes, comportamentos e valores diferentes e, agora, depois da pandemia COVID-19, é possível que tenhamos mais uma geração nova se formando.

Essa mudança reflete diretamente as diversas mudanças da sociedade, afetando profundamente as dinâmicas sociais de nossas vidas. Isso afeta, por exemplo, as relações que temos com nossos familiares, com as nossas amizades e com o nosso modo de nos relacionar com as pessoas que conhecemos.

As relações estão se modificando rapidamente e, para acompanhar esse trajeto, é necessário compreender as dinâmicas sociais que nos rodeiam para que possamos compreender através da crítica sobre como podemos viver em comunidade.

Porque, apesar do individualismo político-econômico que vivemos, o ser humano é essencialmente coletivo e precisa de outras pessoas ao seu redor para desenvolver-se. Além disso, as decisões individuais afetam o coletivo, de forma que uma liberdade individual exacerbada atrapalhe no desenvolvimento da comunidade, decisória da vida de muitas pessoas.

É importante que as pessoas estejam cientes dessas mudanças nas dinâmicas sociais, pois elas podem afetar a maneira como nós nos relacionamos e entendemos o mundo ao redor. É importante que as pessoas se conheçam melhor para que possam se relacionar de modo harmonioso com as diferentes culturas e costumes humanos, compreendendo, na prática, o relativismo cultural.

Por isso, entenda o que é dinâmica social e descubra como ela influencia nas suas decisões e comportamentos. Reflita sobre o que podemos fazer para mudar as dinâmicas e compreenda o que esperar para o futuro das relações humanas.

O que são dinâmicas sociais? [Exemplos]

Dinâmicas sociais são atividades e comportamentos coletivos que envolvem uma comunidade interagindo entre si ou entre outras comunidades. Entender o que é dinâmica social e compreender as dinâmicas sociais coexistentes podem nos ajudar a conhecer melhor o mundo a nossa volta para discernir com sabedoria nossas decisões do dia a dia.

Por isso, entenda o que é dinâmica social e saiba como isso pode te ajudar a se inserir no contexto contemporâneo que vivemos.

As dinâmicas sociais são importantes porque são responsáveis por moldar e influenciar a forma como os indivíduos interagem, se comunicam e se comportam dentro de um grupo ou comunidade. Elas determinam as normas sociais, os valores, as tradições e os costumes que guiam o comportamento das pessoas em uma determinada sociedade.

Além disso, as dinâmicas sociais também ajudam a fortalecer o senso de pertencimento e identidade dos indivíduos em relação ao grupo ao qual pertencem. Elas proporcionam um ambiente para as pessoas se conectarem e se relacionarem, e permitem a troca de informações, ideias e experiências.

As dinâmicas sociais também são importantes para promover mudanças sociais positivas. Elas podem ser utilizadas como ferramentas para a mobilização social e para a promoção de mudanças de comportamento e atitudes em relação a questões importantes, como a igualdade de gênero, a proteção ambiental e a promoção da justiça social.

Como acontecem as dinâmicas sociais?

As dinâmicas sociais são formadas pelas interações entre os indivíduos dentro do grupo. Essas interações podem ser de natureza cooperativa ou competitiva e elas podem ocorrer de forma consciente ou inconsciente.

As dinâmicas sociais são influenciadas pelo ambiente social, econômico e político em que ocorrem, e também pelas características psicológicas e sociais dos indivíduos envolvidos.

Entender o que é dinâmica social possibilita com que o indivíduo 10 exemplos de dinâmicas sociais:

Confira agora 10 exemplos de dinâmicas sociais para entender como elas afetam o seu dia a dia:

A dinâmica social das massas: sob a pressão das massas, as pessoas podem se sentir compelidas a agir de determinadas maneiras, independentemente de suas preferências individuais.

A dinâmica social da família: as pessoas geralmente se sentem obrigadas a cumprir as expectativas de seus familiares e podem ser influenciadas pelas ações e opiniões deles.

A dinâmica social do trabalho: as pessoas são influenciadas pelo ambiente de trabalho e pelas expectativas de seus colegas e superiores.

A dinâmica social da escola: as pessoas são influenciadas pelas normas e valores da escola e pelas atitudes e comportamentos de seus colegas.

A dinâmica social do grupo: as pessoas são influenciadas pelos outros membros do grupo e pelo clima geral do grupo.

A dinâmica social da cultura: as pessoas são influenciadas pelos valores, normas e comportamentos da cultura em que vivem.

A dinâmica social da religião: as pessoas são influenciadas pelos valores, normas e comportamentos da religião que professam.

A dinâmica social da política: as pessoas são influenciadas pelos valores, normas e comportamentos da ideologia política que adotam.

A dinâmica social da mídia: as pessoas são influenciadas pelos valores, normas e comportamentos da mídia que consomem.

A dinâmica social dos amigos: as pessoas são influenciadas pelos valores, normas e comportamentos de seus amigos.

Todas essas interações acontecem simultaneamente e influenciam de forma direta no nosso comportamento cotidiano. Assim, ao compreendermos as dinâmicas sociais ao nosso redor, podemos compreender o nosso comportamento individual e, caso seja de interesse, mudar a forma como agimos no mundo.

Apesar de difícil, mudar as nossas ações e comportamentos individuais é mais fácil que mudar as dinâmicas sociais. Mas, muitas vezes, a mudança individual afeta e altera diretamente os comportamentos sociais em longo prazo.

No que se refere às dinâmicas sociais e políticas, é muito importante adotar uma postura crítica e reflexiva no que diz respeito às nossas condutas sociais, pois é a mudança dos nossos valores e pontos de vista individuais que causam as grandes mudanças nas dinâmicas sociais e políticas do país.

Por que as dinâmicas sociais são importantes para o crescimento pessoal e social?

As dinâmicas sociais são essenciais para o crescimento pessoal e social, porque, ao participar de atividades sociais, as pessoas aprendem a se comunicar, expressar sentimentos e a lidarem com diferentes personalidades ao redor. Essas habilidades são fundamentais para ter uma vida social saudável e feliz, sendo então a dinâmica social um fator determinante na vida pessoal de cada indivíduo que dela participa.

As dinâmicas sociais proporcionam um ambiente seguro para as pessoas se conectarem e, ao participarem de dinâmicas sociais, as pessoas se conectam facilmente com outras através da empatia, humildade e compaixão.

Nessas atividades, as pessoas podem compartilhar interesses, expor pensamentos e construir relacionamentos duradouros. Isso é muito importante para a vida coletiva e individual; pois, através das dinâmicas sociais da comunidade, as pessoas enfrentam desafios pessoais e coletivos em conjunto.

As dinâmicas sociais ajudam as pessoas a se sentirem parte de uma comunidade. Ao participar de atividades sociais, as pessoas se sentem mais conectadas com o mundo a sua volta e, ao conhecer outras pessoas, têm acesso a mais identidades que permitem construir uma subjetividade própria. Assim, a dinâmica social nos ajuda a decifrar a nossa própria individualidade para expressar, com particularidade, o que somos.

As dinâmicas sociais ajudam as pessoas a serem mais felizes e saudáveis. Ao participar de atividades sociais, as pessoas se sentem mais felizes pois estão socializando e conhecendo novas histórias e formas de vida. Essas atividades proporcionam um sentimento de satisfação, curiosidade e bem-estar individual.

Esse sentimento de conexão é importante, pois ajuda as pessoas em comunidade carregam uma identidade social que reflete em um propósito para suas vidas pessoais.

Portanto, é importante que as pessoas conheçam as dinâmicas sociais ao seu redor e participem dessas atividades para construir um senso de identidade com outras pessoas, característica fundamental para a construção da cultura. Essas atividades são benéficas para o crescimento pessoal e social, proporcionando qualidade de vida, criatividade e conhecimento.

Além disso, ao estudar e compreender as dinâmicas sociais e políticas podemos agir ativamente sobre o meio para construir novos comportamentos e valores, o que é decisivo para a construção de uma sociedade dinâmica, resiliente e saudável.

Como as dinâmicas sociais podem afetar o comportamento humano?

Toda a sociedade influencia o modo como as pessoas se comportam, já que ao viver em comunidade estamos sujeitos ao pensamento social existente. As dinâmicas sociais e políticas, por exemplo, influenciam diretamente nos nossos comportamentos e valores na medida em que estabelecem regras e parâmetros a serem seguidos pela comunidade.

Duo compreenda os fatores que influenciam a vida ao seu redor, fornecendo as ferramentas do conhecimento para praticar ações conscientes dentro do espaço geográfico a qual o corpo social habita.

Dentro das dinâmicas sociais, podemos destacar dois aspectos que afetam o comportamento humano: os papéis sociais e a hierarquia social. Os papéis sociais são as expectativas que a sociedade tem sobre como as pessoas devem se comportar. Por exemplo, a sociedade espera que os pais se comportem de uma certa maneira e que os filhos se comportem de outra. A hierarquia social é a ordem na qual as pessoas estão colocadas na sociedade. Essa hierarquia pode influenciar o modo como as pessoas se comportam.

Além dos dois aspectos mencionados anteriormente, podemos citar outros dois aspectos que influenciam o comportamento humano: as normas sociais e os valores sociais.

As normas sociais são as regras de conduta que a sociedade estabelece no funcionamento da sua dinâmica social. Por exemplo, a sociedade pode estabelecer que é proibido fumar em locais públicos, enquanto outras proíbem apenas em locais fechados.

Os valores sociais são os princípios que a sociedade acredita. Por exemplo, a sociedade pode acreditar e prezar pelo valor da honestidade, ao passo que outra pode prezar pelo desempenho.

Todos esses aspectos – os papéis sociais, a hierarquia social, as normas sociais e os valores sociais – constituem o funcionamento da dinâmica social que influencia o comportamento humano. Por isso, é importante que as pessoas conheçam esses aspectos para pensar criticamente sobre eles na construção da comunidade.

Conhecendo os aspectos que influenciam o comportamento, as pessoas podem se comportar da maneira que a sociedade espera ou então de forma livre e independente.

O impacto das dinâmicas sociais nas relações interpessoais

A interação social é um processo contínuo de construção e reconstrução de significados através do qual as pessoas estabelecem relações significativas umas com as outras. Ela é influenciada por dinâmicas sociais, que são os padrões construídos historicamente de conduta social aceitos por um grupo. A dinâmica social do grupo rege as relações sociais e influenciam as escolhas individuais às quais estamos expostos.

As dinâmicas sociais estão relacionadas ao poder. O poder pode ser entendido como a capacidade de influenciar as ações de outras pessoas. Ele é exercido através do controle de recursos, como o dinheiro, a propriedade ou o poder político. O poder também pode ser influenciado por ideologias, valores e crenças.

A dinâmica social do poder está intimamente atrelada às dinâmicas sociais e políticas que enfrentamos ao longo do processo de institucionalização do poder. A democracia, por exemplo, é o regime institucional que legitima o poder de decisão em afetar a vida da comunidade. Contudo, a democracia é sujeita às relações de poder que as dinâmicas sociais de diversos grupos globais atuam em conjunto.

Nesse sentido, podemos observar que os interesses de pequenos grupos com grandes poderes têm a capacidade de afetar a vida de pessoas que não têm acesso aos meios de legitimação do poder de decidir.

As dinâmicas sociais estão relacionadas ao status. O status é a posição ocupada por uma pessoa em sua sociedade. Ele é influenciado pelo poder e pelo prestígio. O prestígio é a consideração e a admiração que uma pessoa recebe de seus pares.

As dinâmicas sociais estão relacionadas à identidade. A identidade é a maneira como uma pessoa se percebe e é percebida pelos outros. Ela é formada a partir da interação

entre as dinâmicas sociais e a biologia. As dinâmicas sociais influenciam a maneira como uma pessoa se comporta e se relaciona com os outros.

Desigualdade social

A desigualdade social é a diferença existente entre as diferentes classes sociais, levando-se em conta fatores econômicos, educacionais e culturais.

Desigualdade social é um mal que afeta todo o mundo, em especial os países que ainda se encontram em vias de desenvolvimento. A desigualdade pode ser medida por faixas de renda, em que são consideradas as médias dos mais ricos em comparação às dos mais pobres. Também podem ser utilizados, como dados para o cálculo de desigualdade, fatores como o IDH, a escolarização, o acesso à cultura e o acesso a serviços básicos — como saúde, segurança, saneamento etc.

A renda, por ela mesma, não garante que os dados de desigualdade sejam plenamente verificados, pois a qualidade de vida pode, em alguns casos, depender dela. Porém, em geral, qualidade de vida e renda caminham juntas. Foi pensando nisso que o estatístico italiano Corrado Gini criou, em 1912, o índice ou coeficiente de Gini, uma fórmula que permite a classificação da desigualdade social. O índice varia de 0 a 1, sendo 0 a condição perfeita, onde não há desigualdade social, e 1 o maior índice possível de desigualdade. O índice de Gini é medido com base na renda.

Leia também: Cultura brasileira: da diversidade à desigualdade

Desigualdade social e ideologia

Há uma ideologização antiga da desigualdade social que, em geral, tenta justificar ou explicar o domínio de certas classes sobre outras. No século XVII, Jacques Bossuet afirmava que os reis tinham o direito divino de governar. Isso implicava aceitar como divina também a existência de uma aristocracia que vivia um padrão de vida infinitamente superior ao padrão enfrentado pelos servos, plebeus e camponeses europeus da época. Um detalhe importante é que o que mantinha o luxo da aristocracia eram os impostos pagos pelos pobres.

Herbert Spencer, sociólogo fundador da teoria chamada darwinismo social, foi um defensor de uma ideologia que explicava a desigualdade, mas entre diferentes sociedades. Segundo o teórico, a miséria enfrentada por povos que habitavam os continentes do Sul era explicada pelo baixo desenvolvimento intelectual e genético desses povos, em contraposição aos brancos europeus, que, segundo a sua teoria, eram superiores.

Extremamente racista e etnocêntrica, essa teoria não explicava o real motivo da miséria encontrada na África, na América do Sul e em parte do Oriente: a exploração europeia por meio do colonialismo e do imperialismo. Os países que foram sumariamente explorados, durante séculos, são os que apresentam, hoje, os maiores índices de desigualdade social, além da miséria, que geralmente os acompanha.

Em A ideologia alemã, Karl Marx aponta que há uma ideologia por trás do sistema capitalista que visa a manter em ordem o que está em curso: a exploração da classe trabalhadora pela burguesia.

Segundo o teórico do socialismo, a ideologia é um conjunto de normas, ideias, leis e símbolos criados para manter a exploração do trabalhador pela burguesia. O monopólio da informação, a educação, o sistema judiciário e toda a cadeia de produção concentrada nas mãos da burguesia comporiam tanto a infraestrutura (estrutura material de produção) quanto a superestrutura que manteria a ideologia, que é o fator que faz com que os trabalhadores aceitem ser explorados.

Desigualdade Social para Karl Marx

Segundo Marx, a origem da desigualdade estava na relação desigual de forças em que a burguesia, mais forte e dona dos meios de produção, explorava o trabalho do proletariado, classe social mais fraca e dona apenas de sua força de trabalho, expropriada pela burguesia.

Há um abismo social imenso entre as duas classes, e essa relação era ainda mais nítida na atividade fabril inglesa do século XIX, em que não havia direitos trabalhistas, como salário mínimo, previdência ou jornada regular de trabalho. Os trabalhadores das fábricas enfrentavam jornadas de até 16 horas diárias, todos os dias da semana, sem pagamento fixo, e ficavam à mercê dos burgueses.

O que se via na Inglaterra, e que Marx observou para escrever O capital, era um sistema extremamente desigual, no qual uma pequena parcela da população tinha muito, e a maior parte da população urbana não tinha sequer o básico.

Amparado por suas observações sociológicas, baseadas no método materialista histórico, e por um ideal socialista já existente (chamado, hoje, de socialismo utópico), Marx desenvolveu o socialismo científico, o qual expõe a desigualdade e propõe como solução a revolução do proletariado, que seria a tomada do poder, da infraestrutura e da superestrutura por parte dos trabalhadores, implantando uma ditadura do proletariado que deveria extinguir as classes sociais por meio da socialização dos meios de produção e do fim da propriedade privada.

Esse momento inicial seria chamado, por Marx, de socialismo. A forma perfeita desse sistema, que na teoria marxista viria depois de um longo tempo de ditadura do proletariado, seria o comunismo, em que a propriedade privada não existiria mais e as classes sociais seriam extintas.

Como acabar com a desigualdade social?

A perspectiva revolucionária marxista compõe uma visão radical que tentaria acabar de vez com a desigualdade. Hoje existem outras visões menos revolucionárias e menos radicais que procuram reduzir as desigualdades sociais para melhorar as condições de vida das pessoas, porém, sem implodir o capitalismo.

Uma dessas vertentes é a socialdemocracia, a qual se desvia do socialismo científico para, justamente, manter um sistema político democrata republicano e certo nível de liberdade econômica. Essa corrente também se esquiva do liberalismo, pois intervém, até certo ponto, no funcionamento econômico e propõe políticas de garantia do bem-estar social.

As medidas de elevação do bem-estar social incluem:

Acesso à saúde e educação de qualidade para todos;

Emprego e assistência momentânea para aqueles que estão fora do mercado de trabalho;

Garantia da previdência social e dos direitos trabalhistas.

Os países nórdicos são referência em socialdemocracia contemporânea, pois desenvolvem um tipo de capitalismo voltado para o bem-estar da população. Nesses países, o capitalismo continua funcionando e a propriedade privada continua existindo. No entanto, há uma renda média muito parecida entre todas as profissões, e poucas são mais ou menos remuneradas que a faixa média. A formação técnica, por ser tão importante quanto, é tão estimulada quanto a educação superior. Esses países são os que carregam consigo os maiores ideais do mundo.

A educação também é prioridade no modelo social democrata nórdico, pois ela é um signo de redução da pobreza e da desigualdade social. Na Finlândia, país referência em educação para o mundo, todas as escolas primárias e secundárias são estatais e gratuitas, sendo vetada, desde a década de 1990, a abertura e manutenção de estabelecimentos de ensino básico particulares.

Nessas instituições, as crianças e adolescentes têm acesso a uma educação de tempo integral, mas com um currículo diversificado e abrangente que leva em consideração a

importância de abordagens que considerem não somente o ensino das várias ciências e das áreas do conhecimento, mas também aspectos da vida prática e cotidiana. A imagem acima é um ícone da desigualdade social no Brasil. Aqui, assim como em vários outros países em desenvolvimento no mundo, há um abismo imenso entre as extremas classes sociais.

No lado esquerdo da imagem, vemos Paraisópolis, um bairro favela de São Paulo. Paraisópolis tem um total de 50% de moradias irregulares, de cada dez habitantes do local, apenas 2,3% ocupam empregos formais. O local ocupa a 79ª posição no ranking paulista de bairros com espaços culturais e possui uma taxa de gravidez na adolescência de 11,45 por cem mil habitantes. A expectativa média de vida no distrito de Vila Andrade, região em que se localiza o bairro, é de 65,56 anos.

A região de Morumbi mantém dados parecidos com de outros bairros nobres da capital paulista: alta taxa de empregabilidade formal e alta renda familiar; expectativa de vida que passa dos 80 anos de idade; a taxa de gravidez precoce está abaixo de 2 para cada cem mil habitantes; e, fora das zonas residenciais, existem diversos espaços culturais, ou as pessoas que lá moram deslocam-se até as regiões centrais para acessarem cinemas, teatros e museus, por exemplo.

Essa configuração socioeconômica e espacial é um fator marcante das cidades brasileiras. Em todas as cidades, umas mais e outras menos, há desigualdade social. Pesquisa do Ipea aponta que o Brasil apresenta desigualdade total de renda de 51,5%, estando à frente de países como Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha. Em nosso país, mais de 27% da renda está nas mãos de apenas 1% da população.

Segundo o economista francês Thomas Piketty, em pesquisa que levantou dados socioeconômicos de vários países, o Brasil tem mais renda concentrada nas mãos de poucas pessoas que os grandes países árabes, onde o 1% de bilionários mais ricos representa apenas 26% da renda local. Em 2015, o coeficiente de Gini brasileiro foi marcado em 0,515, deixando o nosso país no 10º lugar do ranking dos mais desiguais do mundo, sendo que o 1º lugar é ocupado pela África do Sul.

"Favelização é um termo que designa o surgimento e crescimento das favelas nas cidades, sendo a expressão das desigualdades sócio espaciais presentes nos centros urbanos. As causas da ampliação das moradias construídas em áreas de risco, sem acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana, são várias, entre as quais estão a industrialização e a modernização do campo, que provocaram um intenso êxodo rural e a consequente urbanização rápida e desordenada, com aumento expressivo da pobreza urbano"

"Resumo sobre favelização

Favelização é um fenômeno urbano caracterizado pelo surgimento e expansão das favelas.

Entre as suas causas, estão o êxodo rural causado pela mecanização do campo, a industrialização, e o crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos.

Seu processo é decorrente do aumento da pobreza urbana e da segregação sócio espacial.

As favelas surgiram principalmente a partir do século XIX, e o seu crescimento foi intensificado nos países subdesenvolvidos a partir da segunda metade do século XX.

No Brasil, além dos motivos anteriores apontados para o surgimento das favelas, o processo esteve ligado ainda à abolição da escravidão, em 1888, após o qual muitas pessoas ex-escravizadas e a população carente se deslocaram para as áreas mais afastadas das cidades.

A primeira favela brasileira surgiu no ano de 1897. Trata-se do Morro da Providência, no Rio de Janeiro.

O processo de favelização se acelerou na última década, e o número de favelas no Brasil quase dobrou entre 2010 e 2019 (IBGE).

Entre as consequências da favelização, está a ampliação das desigualdades socioespaciais e da marginalização social da população que vive nessas áreas"

"O que é favelização?

Favelização é o nome dado ao fenômeno essencialmente urbano decorrente da expansão das áreas de moradia precária nas cidades, o que implica o surgimento e crescimento das favelas. Trata-se de um problema de ordem socioeconômica resultante do aumento da pobreza urbana e do aprofundamento das desigualdades sociais, o que reflete no ordenamento espacial dos centros urbanos.

Causas da favelização

A favelização tem como causas problemas de ordem estrutural, isto é, enraizados a determinados territórios ou grupamentos sociais e que tiveram origem no passado histórico, e também problemas conjunturais, que correspondem a situações temporárias associadas a um momento ou acontecimentos específicos, como as crises econômicas. O que esses processos têm em comum é o fato de eles contribuírem para a expansão da pobreza urbana, o que, por conseguinte, faz crescer o número de pessoas que vivem nas favelas.

Dessa forma, podemos apontar como causas da favelização:

Mecanização do campo, industrialização e êxodo rural;

Crescimento rápido e desordenado das cidades, realizado sem qualquer tipo de planejamento, criando assim o fenômeno conhecido como macrocefalia urbana;

Elevado preço do solo e dos aluguéis a patamares incompatíveis com a renda da parcela mais pobre da população;

Processos de segregação sócio espacial que contribuem para o encarecimento das moradias;

Pobreza estrutural;

Aumento da taxa de desemprego."

"As favelas são, por definição, um conjunto de moradias constituído em terrenos ocupados de forma irregular, onde o acesso à infraestrutura básica e a outros serviços urbanos é muito baixo ou ausente. Muitas dessas habitações são construídas de maneira precária e em áreas de risco, como as encostas de morros. Embora o termo favela tenha se originado no Brasil, nós geralmente fazemos o seu uso para designar formações desse tipo em outros países e regiões.

Pensando, portanto, em um contexto global, as favelas começaram a surgir e se expandir a partir do início do século XIX, caracterizado pelo crescimento das áreas urbanas e avanço do processo de industrialização, o que acarretou um aumento da pobreza urbana em diversos países considerados desenvolvidos.

Nas nações subdesenvolvidas, a origem das áreas ocupadas com moradias irregulares está diretamente atrelada à industrialização tardia, à mecanização da agricultura e à urbanização que aconteceu de forma rápida e sem planejamento prévio durante a segunda metade do século XX, mais precisamente após o ano de 1950.

A origem das favelas brasileiras, além das razões descritas, remonta à abolição da escravidão, em 1888. As pessoas, então na condição de ex-escravizadas, não detinham recursos e tampouco algum tipo de auxílio para se instalarem nas áreas centrais ou melhor estruturadas das cidades, e acabaram se deslocando para regiões mais afastadas e precárias dos centros urbanos, áreas essas até então pouco povoadas.

Leia também: Como ficou a vida dos ex-escravizados após a Lei Áurea?

Como ocorre a favelização?

A favelização acontece quando um grupo de pessoas de mais baixa renda constrói as suas residências nas áreas mais afastadas dos centros urbanos. Em algumas cidades, as favelas crescem em áreas de risco ambiental e geológico, como nas encostas de morro e nas planícies de inundação de rios.

Os terrenos para onde as favelas se expandem são geralmente desabitados e de propriedade ou do poder público ou de algum ente privado, o que caracteriza assim uma ocupação irregular. Por falta de planejamento e problemas de gestão do espaço urbano, essas áreas não são atendidas com serviços básicos e infraestrutura urbana, como saneamento e energia elétrica, em muitos casos.

Como pontuado, o processo de favelização é decorrente de fatores como a mecanização do campo e o êxodo rural, devido aos quais trabalhadores rurais perdem seus postos e são obrigados a se deslocarem em direção às cidades. A industrialização também atraiu uma parte dessa população aos centros urbanos em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Com isso, as cidades se expandiram muito rapidamente, dando origem ao fenômeno conhecido como macrocefalia urbana.

Por motivos como baixa qualificação profissional aliada à precarização do trabalho e a salários baixos, preços elevados de terrenos e aluguéis em áreas centrais, falta de acesso a programas de financiamento habitacional, e planejamento urbano inexistente, os novos moradores das cidades acabam por buscar alternativas mais viáveis de moradia, deslocando-se para regiões periféricas e terrenos de maior risco e com menor aporte de infraestrutura. É nesse contexto que se formam as favelas.

Favelização no Brasil

O processo de favelização no Brasil teve início no final do século XIX, quando aconteceu a abolição da escravidão. A falta de renda das pessoas ex-escravizadas e a discriminação para com elas fizeram com que se deslocassem para áreas mais afastadas dos centros das cidades e construíssem habitações de mais baixo custo.

Com o passar do tempo, a população mais pobre também passou a ocupar esses espaços, ampliando assim o número de moradias nas periferias dos centros urbanos. Esse movimento foi ainda mais intenso com a modernização do campo e a industrialização, a partir da segunda metade do século XX.

O Morro da Providência, na cidade do Rio de Janeiro, é onde se formou a primeira favela do Brasil, no ano de 1897. A ocupação começou após a Guerra de Canudos, que ocorreu na Bahia, com o retorno de soldados para a capital fluminense na esperança de conseguirem uma residência, promessa que havia sido feita, mas não cumprida, pelo governo. Diante dessa situação, instalaram-se no morro. |1| À época era chamado de Morro da Favela, e a palavra favela fazia referência a uma planta presente onde se formou o povoado de Canudos.

A população que vive em favelas no Brasil é atualmente de 17 milhões de pessoas. |2| O processo de favelização nas cidades brasileiras ganhou força na última década, e o seu total saiu de 6329, no ano de 2010, para 13.151, em 2019, de acordo com o IBGE. O número de domicílios supera cinco milhões.

As favelas estão presentes em 743 cidades de todas as regiões do país. As maiores favelas do Brasil são:

Rocinha (Rio de Janeiro);

Sol Nascente (Distrito Federal);

Rio das Pedras (Rio de Janeiro);

Paraisópolis (São Paulo). |3|

Leia também: Pobreza no Brasil — os dados referentes aos brasileiros que se encontram em extrema vulnerabilidade social

Consequências da favelização

A favelização apresenta consequências principalmente para a população que vive nas favelas e também para o meio ambiente urbano, entre as quais estão:

Aprofundamento das desigualdades sócio espaciais;

Aumento da discriminação e da marginalização social da população mais carente;

Baixo acesso e até mesmo ausência de redes de serviços essenciais, que vão desde saneamento até o transporte urbano;

Fragilização de áreas de risco, como encostas de morros, o que pode ocasionar deslizamentos de terra com consequências graves para os moradores dessas áreas;

Problemas como alagamentos, enchentes e enxurradas;

Aumento da poluição de mananciais e do solo devido à falta de atendimento por serviços urbanos, como coleta de lixo;

Baixos índices de investimento em melhorias destinadas à população por parte do poder público.

Exercícios resolvidos sobre favelização

Questão 1

(Unesp) As áreas de riscos são geralmente ocupadas pela população mais pobre que constrói suas casas, muitas vezes, sem investimentos em técnicas e tecnologias apropriadas. Nesse tipo de dinâmica de uso e ocupação do solo urbano, ocorre o

aparecimento das favelas, principalmente nas médias e grandes cidades. Esse fato demonstra que

A) a periferia das cidades é o local de preferência dos pobres, pois lá eles encontram a verdadeira sociabilidade.

B) a concentração da população pobre nessas áreas justifica-se pela facilidade de acesso e pela centralização de bens e serviços públicos.

C) esse tipo de ocupação ocorre nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro em razão do esgotamento das áreas urbanas adequadas às construções.

D) a pobreza urbana é a principal causa dos graves impactos ambientais em razão da forma predadora de apropriação do espaço urbano.

E) as favelas construídas em áreas de riscos nas cidades evidenciam as contradições socioespaciais e a exclusão social sofrida por parte da população.

Resolução: Alternativa E. As favelas são expressão espacial da exclusão social da população mais carente dos centros urbanos. Essas formações se constituem comumente em áreas de maior risco, como encostas de morros.

Questão 2

(Enem) subindo morros, margeando córregos ou penduradas em palafitas, as favelas fazem parte da paisagem de um terço dos municípios do país, abrigando mais de 10 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MARTINS, A. R. A favela como um espaço da cidade. Disponível em: http://www.revistaescola.abril.com.br Acesso em: 31 jul. 2010.

A situação das favelas no país reporta a graves problemas de desordenamento territorial. Nesse sentido, uma característica comum a esses espaços têm sido:

A) o planejamento para a implantação de infraestruturas urbanas necessárias para atender às necessidades básicas dos moradores.

B) a organização de associações de moradores interessadas na melhoria do espaço urbano e financiadas pelo poder público.

C) a presença de ações referentes à educação ambiental com consequente preservação dos espaços naturais circundantes.

D) a ocupação de áreas de risco suscetíveis a enchentes ou desmoronamentos com consequentes perdas materiais e humanas.

E) o isolamento socioeconômico dos moradores ocupantes desses espaços com a resultante multiplicação de políticas que tentam reverter esse quadro.

Resolução: Alternativa D. Muitas favelas se constituem em áreas de elevado risco, como encostas de morros e planícies de inundação de rios, sujeitas, respectivamente, a deslizamentos e enchentes. Tais acontecimentos resultam na destruição de casas, pessoas feridas e, em muitos casos, mortes.

Movimentos sociais

Movimentos sociais são ações e grupos organizados que representam causas e objetivam alguma mudança social por meio da luta e da organização política.

Os movimentos sociais são ações coletivas mantidas por grupos organizados da sociedade que visam lutar por alguma causa social. Em geral, o grito levantado pelos

movimentos sociais representa a voz de pessoas excluídas do processo democrático, que buscam ocupar os espaços de direito na sociedade.

Os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática ao tentarem possibilitar a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos. Os primeiros movimentos sociais visavam resolver os problemas de classes sociais e políticos, como a ampliação do direito ao voto. Hoje, os movimentos sociais baseiam-se, em grande parte, nas pautas indenitárias que representam categorias como gênero, raça e orientação sexual.

Leia mais: ONG – instituições que atuam em áreas da sociedade negligenciadas pelo poder público

Características dos movimentos sociais

Ao pensar-se nos movimentos sociais à luz de pensadores da filosofia e da sociologia, é impossível apontar um consenso. O cientista político italiano Gianfranco Pasquino aponta a impossibilidade de estabelecer-se uma linha conciliatória entre os que tratam dos movimentos sociais, tendo-se em vista um horizonte de pensadores clássicos.

Nesse sentido e como exemplos, os sociólogos Marx, Weber e Durkheim viam nos movimentos sociais a sustentação de uma revolução, a institucionalização de um novo poder burocrático e até a maior coesão social, respectivamente.

Por outro lado, temos pensadores ligados ao conservadorismo, como o polímata francês Gustave Le Bon, o filósofo, sociólogo e criminologista francês Gabriel de Tarde e o filósofo e jornalista espanhol José Ortega y Gosset, que viam nos movimentos sociais um perigo iminente. Para esse grupo, os movimentos sociais, como movimentos de massa, tendem a seguir caminhos irracionais que perturbam a ordem vigente.

Apesar das divergências, existe uma convergência sobre os movimentos sociais: a constatação de tensões sociais e a iminente ruptura de uma mudança social. De

qualquer modo, faz-se necessário perceber que há uma antiga história de tensões que representam grandes movimentos sociais do mundo moderno.

Talvez o mais antigo movimento de massas que nós podemos destacar como um princípio de movimento social tenha sido a Queda da Bastilha, que marcou a Revolução Francesa em 1789 e foi responsável pela queda da monarquia absolutista francesa. Outro grande movimento de massa que se tornou um movimento social organizado foi o movimento sufragista, considerado parte da primeira onda do feminismo, movimento organizado por mulheres que reivindicavam o seu direito ao voto e à participação cidadã na política.

Origem dos movimentos sociais

Na passagem do século XIX para o século XX, os sindicatos institucionalizaram-se como coletivos que visavam defender os trabalhadores da exploração patronal, inspirados, principalmente, pelos ideais marxistas. Nesse sentido, surgiu em vários cantos do mundo movimentos sociais em defesa dos trabalhadores, das classes sociais mais baixas, e movimentos socialistas e anarquistas, que visavam uma completa revolução e dissolução da ordem social capitalista.

Na década de 1960, devido às sequelas deixadas pela Segunda Guerra Mundial e ao clima de polarização mundial causado pela Guerra Fria, novos coletivos, ações e movimentos surgiram por todo o mundo. As pautas dos movimentos sociais passaram a diversificar-se a partir desse momento. Nos Estados Unidos e na África do Sul, a população negra revoltou-se contra o injusto sistema de segregação racial que garantia privilégios à população branca e retirava os direitos da população negra, tratando esta camada como uma horda de cidadãos inferiores.

As mulheres também se organizaram em coletivos para lutar por seus direitos, buscando a liberdade sexual e o tratamento igualitário entre os gêneros (essa ficou conhecida como a segunda onda do movimento feminista).

A população LGBTQ+ também entrou em cena para reivindicar o direito de expressar-se livremente e de não ser julgada ou segregada por isso. Um episódio

marcado por um espontâneo movimento de massa que gerou um grande movimento social foi o ocorrido no bar Stonnewall Inn, em Nova Iorque, que resultou em confronto com a polícia e deu origem à Parada do Orgulho Gay, hoje chamada de Parada do Orgulho LGBTQ+, que ocorre em várias cidades pelo mundo.

O mundo passou por severas mudanças a partir da década de 1960, período em que as minorias saíram às ruas para lutarem por seus direitos. A partir daí vários movimentos sociais começam a eclodir pelo mundo, sempre em busca de uma organização que visasse a inclusão de pessoas excluídas e sempre se diferenciando de acordo com as especificidades de cada local.

No Brasil

Um exemplo de localidade da luta social ocorre no Brasil com movimentos como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido como Movimento dos Sem-Terra). O Brasil é um país que, ao contrário dos países desenvolvidos, nunca produziu uma eficaz reforma agrária.

O número de pessoas que não têm acesso à terra para o trabalho rural ou não têm o seu direito à moradia garantido é gigantesco, o que torna a pauta desses movimentos uma questão emergente por aqui. Nesse sentido, tendo em vista as demandas específicas de nosso país, criaram-se movimentos organizados para lutar-se pelas demandas que nosso povo enfrenta.

Leia mais: Trabalho escravo contemporâneo: realidade muito presente em latifúndios brasileiros

Como os movimentos sociais funcionam

É impossível estabelecer uma fórmula única de funcionamento dos movimentos sociais, visto que eles são diversos, defendem pautas distintas e têm diferentes demandas de acordo com a sua localidade geográfica e seu tempo histórico. No entanto, algumas características podem ser elencadas como modos comuns de funcionamento deles.

Muitos movimentos sociais eclodem de movimentos e rebeliões de massa, como foi o caso do movimento LGBTQ+, de grupos do movimento negro, como os Panteras Negras, nos Estados Unidos, e do MST, no Brasil.

Eles podem ser constituídos por diversos grupos que lutam pela mesma causa, como o movimento feminista, que tem vertentes diferentes, o movimento negro, que é formado por um amplo conjunto de coletivos, e o movimento LGBTQ+. No entanto, cada grupo ou célula desses movimentos tem suas formas de organizar-se para promover a militância social.

Eles unem as pessoas em torno de uma causa comum.

Eles visam uma reestruturação social que inclua os seus interessados no poder comum e garanta-os seus direitos de cidadãos.

Exemplos de movimentos sociais
Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

Movimentos feministas

Movimentos antirracistas

Movimentos ambientalistas (como o WWF o Greenpeace)

Movimentos de união de comunidades e periferia, como o Nós do Morro — que luta contra o racismo, a desigualdade social e a exclusão dos moradores de periferias.

Movimentos de luta contra a homofobia e a transfobia, como o movimento LGBTQ+

Milhares de pessoas estão à margem da sociedade, no Brasil e no mundo, e enfrentam discriminação, violências e injustiças. Você sabe por quê? Os motivos, infelizmente, são diversos: religião, gênero, raça, orientação sexual, condições socioeconômicas, deficiências e idade, por exemplo. Por causa desses fatores, as pessoas ficam sem garantia de direitos básicos e passam a ser chamadas de minorias sociais.

Saber quais são as minorias sociais e compreender suas necessidades são o dever de todo cidadão, embora o assunto nem sempre esteja em debate. Também é de grande importância para os estudantes que vão fazer o Enem ou outro vestibular, visto que o tema costuma ser cobrado tanto na redação quanto nas questões objetivas.

As minorias sociais no Brasil

As minorias sociais no Brasil são compostas por diversos grupos que incluem a população LGBTQIA+, indígenas, mulheres, negros, pessoas com deficiência (pcds), pessoas de baixa renda e idosos.

A falta de representatividade das minorias sociais se estende ao mercado de trabalho, onde grupos minoritários são inferior a 10% dos colaboradores das empresas, segundo pesquisa feita em parceria entre a Pulses, plataforma de soluções de clima organizacional, e a Nohs Somos, startup de diversidade & inclusão.

Nesse contexto, 8% se declararam negros; 4% não binários, pessoas trans e travestis; 8% LGBTI+ e 3% relataram ter algum tipo de deficiência. Além disso, o levantamento também mostrou que metade das empresas não tem uma política de inclusão amplamente divulgada.

Como identificar minorias sociais?

Muitas pessoas ao ouvirem falar de minorias sociais associam à ideia de uma quantidade menor de pessoas que integram um grupo, mas isso é um equívoco. Apesar de receber o nome de "minoria", o termo não se refere à quantidade de pessoas, mas a uma situação de desvantagem social. Assim, apesar das minorias sociais serem a menor parte da população, o nome não faz referência ao fator numérico, pois somente a quantidade não é suficiente para determinar quem são as minorias sociais.

Para determinar quando um grupo é minoria social é preciso observar se está enquadrado nos critérios como:

Falta de acesso a direitos básicos;

Falta de amparo para essas populações na legislação;

Luta contra o padrão estabelecido;

Luta por direitos;

Organização de movimentos, manifestações ou exposição na mídia;

Vulnerabilidade.

As políticas públicas para minorias

No mundo, existem Pactos, Declarações e Convenções internacionais que tratam dos direitos dos grupos minoritários, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, de 1948; Convenção da UNESCO para Eliminação da Discriminação na Educação, de 1960 e Declaração dos Direitos das Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, de 1992.

No Brasil, algumas políticas públicas também foram criadas para defender os direitos das minorias, entre as quais estão: ações afirmativas para o acesso ao ensino superior (Lei de Cotas); Programa Nacional de Reforma Agrária; ações afirmativas para maior participação feminina na política; ações afirmativas que assegurem 20% dos cargos públicos a pessoas portadoras de deficiência; ações para reconhecimento da união entre casais homoafetivos e leis que propõem viabilizar o livre acesso de pessoas com deficiência a edificações e vias públicas.

Classe social

O conceito de classe social está presente em boa parte dos trabalhos sociológicos e refere-se à divisão e desigualdade econômica entre povos nas sociedades capitalistas pós-industriais.

Classe social é um conceito da Sociologia que se refere à divisão socioeconômica do mundo em um sistema capitalista. Há uma hierarquia de grupos sociais, as classes, que possuem diferentes importâncias e ocupam diferentes cargos dentro da divisão social do trabalho. Chamamos de estratificação social o fenômeno que permite essa divisão.

Veja também: Desigualdade social: problema observado pela análise das classes sociais

Classe social para a Sociologia

O conceito de classe social passou a ganhar destaque na Sociologia ainda em seu período clássico (no século XIX, período em que a Sociologia foi criada). O filósofo, sociólogo e economista alemão Karl Marx dedicou-se a estudar o fenômeno das classes sociais e a interação entre elas.

Com o avanço dos estudos sociológicos, novas classificações passaram a denominar o conceito de classe social, e vários outros sociólogos, historiadores, geógrafos e economistas dedicaram-se a estudar esse fenômeno. Podemos citar como exemplos o sociólogo clássico, professor, jurista e escritor francês Émile Durkheim, o economista inglês John Maynard Keynes e o geógrafo britânico de inspiração marxista David Harvey, autor do livro Condição Pós-Moderna |1|.

Para os sociólogos em geral, a estratificação social (fenômeno social que gera a divisão de classes) é uma consequência do capitalismo e da intensa divisão social do trabalho produzida por esse sistema. Para Durkheim, o trabalho em sociedades capitalistas pós-industriais é diversificado e entoado por diversas pessoas em diferentes postos de trabalho.

Não é possível, nesse sistema dividido, haver autossuficiência de um indivíduo, pois como o trabalho é dividido, diversas pessoas exercem diversas atividades diferentes, gerando um sistema que cria as classes sociais ao estabelecer diferentes valorizações e diferentes níveis de importância das atividades exercidas.

Temos, como exemplo, o faxineiro de uma indústria, o operário de uma indústria, o engenheiro de produção de uma indústria, o dono da indústria e o médico que pode cuidar da saúde de todas as pessoas descritas no exemplo. Essas pessoas têm diferentes níveis de instrução e diferentes tipos de trabalho, o que, na teoria das classes sociais, sob o viés capitalista de Durkheim, justifica o fato de cada um possa ter uma diferente posição hierárquica e uma diferente remuneração.

Obviamente, o faxineiro da indústria é o que ganharia menos no sistema por desenvolver um trabalho que requer pouca instrução. O operário ganharia um pouco mais, mas menos que o engenheiro e o médico, que têm formação superior e estão na categoria de prestadores de serviços. Já o dono da indústria seria o que possuía maior remuneração, mesmo sem ter, muitas vezes, um nível de escolaridade compatível ou superior à escolaridade do engenheiro e do médico. Isso porque ele é o dono dos meios de produção e tem direito ao lucro obtido pela produção de sua indústria.

Para Weber, há um status relacionado às classes sociais que não é medido somente pela divisão do trabalho, mas pelo tipo de trabalho (ocupação), pelo consumo e pelo estilo de vida. Nesse sentido, nas sociedades capitalistas que surgiram, sobretudo a partir do século XX (sociedades em que o consumo é supervalorizado), o que você tem, compra e exibe é um demonstrativo da classe a que você pertence e do prestígio social que você tem.

Classe social para Karl Marx

O filósofo e sociólogo alemão Karl Marx foi um crítico da divisão de classes sociais. Para o pensador, a divisão social do trabalho nada mais é que a exploração do trabalhador por parte da classe burguesa. Só existem, segundo Marx, duas classes sociais: a burguesia (donos dos meios de produção) e o proletariado (trabalhadores explorados pela burguesia).

Na ótica marxista, a burguesia estaria usurpando a força de trabalho das pessoas por meio da exploração de sua miséria para conseguir fazer com que esses trabalhadores gerem lucros para o próprio burguês. Dessa maneira, não haveria (e realmente não há) mobilidade social quase nenhuma, pois as pessoas eram exploradas e não tinham condições de caminhar entre os estratos sociais e ascender socialmente, sendo exploradas pela burguesia por toda a sua vida. Toda essa dinâmica capitalista que deu origem à teoria marxista, também conhecida como materialismo histórico dialético ou socialismo científico, foi detalhadamente descrita no livro O Capital.

A exploração das classes era, para Marx, elemento suficiente para justificar uma revolta do proletariado contra a burguesia. Essa revolta, chamada de revolução do proletariado, foi defendida no livro Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e seu parceiro intelectual, o também filósofo, jornalista e escritor Friedrich Engels. Para os pensadores, após a revolução, haveria a instauração de uma ditadura do proletariado, que tomaria os meios de produção (as fábricas e a propriedade privada) e tornaria esses meia propriedade do Estado.

O Estado implantará um sistema de governo igualitário, com igual distribuição de renda. Com o tempo, a tendência, segundo Marx e Engels, era que a burguesia sumisse a partir da repressão, até chegar ao ponto em que a burguesia e a propriedade privada não mais existiriam, extinguindo as diferenças de classes sociais, ou seja, acabando com a diferenciação de classe e, consequentemente, com as classes sociais. A partir daí, não haveria mais a necessidade de um governo repressivo ditatorial com um Estado forte e controlador, e o governo tenderia para um comunismo de perfeita igualdade.

Classe social e estratificação social

Uma sociedade estratificada é uma sociedade dividida em classes sociais. Uma das características da estratificação é a capacidade de mobilidade social, ou seja, de uma pessoa pode migrar de uma classe para outra.

Essa possibilidade é, no entanto, muito difícil nas sociedades capitalistas, que, apesar de prezar pela meritocracia (o ganho em cima do mérito pessoal adquirido pelo esforço e pelo trabalho), tendem a manter um meio fechado de pessoas com o poder econômico

por meio da herança. Uma pessoa rica deixará a sua riqueza para os seus filhos, enquanto uma pessoa pobre não consegue ascender socialmente com facilidade por conta da dificuldade de estudar, trabalhar e investir o pouco dinheiro que ganha. Thomas Bottmore, sociólogo marxista inglês e político (membro do Partido Trabalhista Britânico), e William Outhwaite, também sociólogo, marxista britânico e professor emérito das Universidades de Sussex e de Newcastle, escreveram uma importante coletânea de conceitos de Sociologia, intitulada Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Nessa obra, os sociólogos escrevem que a estratificação social ocorre em "todas as sociedades complexas" quando "o suprimento total de recursos valorizados é distribuído desigualmente, com os indivíduos ou famílias mais privilegiadas desfrutando de um volume desproporcional de propriedade, poder ou prestígio". |2|

Isso significa que a essência da estratificação social e o motivo pelo qual existem diferentes classes sociais é a desigualdade econômica. Em contraposição às sociedades estratificadas, temos as sociedades estamentais. A grande característica das sociedades estamentais que as diferencia totalmente das sociedades estratificadas é que, nos estamentos, não há a possibilidade de mudança de classe social.

Temos como exemplo de sociedades estamentais a Europa feudal, dividida entre a nobreza, o clero, os servos e o campesinato (camponeses). Os nobres nasciam nobres, era algo vindo de família, sendo vedado a um servo ou camponês tornar-se um nobre. Por volta do século XV, por causar da ascensão da burguesia, começou a haver comércio de títulos de nobreza, o que afrouxou o sistema estamental.

Saiba mais: Estratificação e desigualdade social

Classe social para o IBGE

As classes sociais, para além da classificação marxista, também são classificadas em classe alta, classe baixa e classe média. Para criar uma classificação mais precisa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou um sistema de medição que abrange cinco estratos sociais, que são as classes A, B, C, D e E, sendo A a classe com

maior poder aquisitivo e concentração de renda e É a classe com menor poder aquisitivo e concentração de renda.

Além do rendimento monetário, são levantados pelos recenseadores (profissionais que trabalham para o IBGE fazendo a coleta de dados da população nos domicílios) dados como o número de pessoas que vivem no domicílio, as dimensões (tamanho) da moradia, o acesso à água encanada e coleta de esgoto, o número de equipamentos eletrodomésticos por domicílio, o número de veículos automóveis e a escolaridade das pessoas que ali vivem.

A maneira mais fácil e simples de definir os padrões de cada classe social pelo IBGE é por meio da renda familiar mensal. Porém, nem sempre esse indicador socioeconômico é satisfatório, sendo necessário, em alguns casos, analisar a condição socioeconômica de uma pessoa com base em outros indicadores, como aqueles que foram mencionados no parágrafo anterior.

Veja a listagem das classes sociais com base na faixa salarial das famílias brasileiras:

Classe A: mais de 15 salários mínimos;

Classe B: de 5 a 15 salários mínimos;

Classe C: de 3 a 5 salários mínimos;

Classe D: de 1 a 3 salários mínimos;

Classe E: até 1 salário mínimo.

Economia do Brasil

A economia brasileira é considerada, em 2018, a nona economia mundial e a primeira da América Latina, segundo dados do FMI. O PIB do Brasil é estimado em 2,14 trilhões de dólares.

O país atingiu o posto de sétima economia mundial em 1995 e se manteve entre as dez primeiras economias desde então.

É importante lembrar que os indicadores econômicos não refletem, necessariamente, bons indicadores sociais.

Economia do Brasil Atual

A economia brasileira atual é diversificada e abrange os três setores: primário, secundário e terciário. O País há muito abandonou a monocultura ou o direcionamento unicamente para um tipo de indústria.

Hoje, a economia brasileira é baseada na produção agrícola, o que faz do Brasil um dos principais exportadores de soja, frango e suco de laranja do mundo. Ainda é líder na produção de açúcar e derivados da cana, celulose e frutas tropicais.

Igualmente, possui uma importante indústria de carne, com a criação e abate de animais, ocupando o posto de terceiro produtor mundial de carne bovina.

Confira os dados da ecoagro, de 2012, sobre a agroindústria brasileira:

Em termos de indústria de transformação, o Brasil se destaca na produção de peças para abastecimento dos setores automotivos e aeronáuticos.

Da mesma forma é um dos principais produtores de petróleo do mundo, dominando a exploração de petróleo em águas profundas. Mesmo assim é destaque na produção de minério de ferro.

Veja também: O que é Agronegócio?

História da Economia Brasileira

O primeiro mercado a ser explorado no território da América por Portugal foi o pau-brasil (Caesalpinia echinata).

A árvore era encontrada em abundância na costa e através dela, o Brasil recebeu este nome. Esta espécie tem porte médio, chega a atingir 10 metros de altura e possui muitos espinhos.

De floração amarela, o pau-brasil tem um tronco avermelhado que após o processamento era utilizado como corante para tecidos.

A história econômica do Brasil pode ser estudada através de ciclos econômicos. Estes foram elaborados pelo historiador e economista Caio Prado Jr.(1907-1990) como uma tentativa de explicar os caminhos da economia brasileira.

Veja também: Extrativismo no Brasil

Ciclo do Pau-Brasil

O pau-brasil era encontrado na maior parte da costa do litoral brasileiro, numa faixa que ia do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro. A extração era feita por mão de obra indígena e obtida através do escambo.

Além do uso para a extração de corante, o pau-brasil era útil na produção de utensílios em madeira, na confecção de instrumentos musicais e empregado na construção.

Três anos após o descobrimento, o Brasil já contava com um complexo de extração da madeira.

Veja também: Ciclo do Pau-Brasil

Ciclo da Cana-de-Açúcar

Após o esgotamento da oferta de pau-brasil - que ficou praticamente extinto - os portugueses passaram a explorar a cana-de-açúcar na sua colônia da América. Este ciclo durou mais de um século e teve impacto significativo na economia colonial.

Os colonizadores instalaram engenhos para a produção de açúcar no litoral que era feito através de mão de obra escrava. Os engenhos estavam localizados em todo nordeste, mas principalmente em Pernambuco.

Como havia dificuldades em dominar a logística da exploração da cana-de-açúcar, o suporte para a indústria açucareira foi obtido junto aos holandeses, que passaram a responsáveis pela distribuição Entre as consequências deste cultivo está o desmatamento da costa brasileira e a chegada de mais portugueses para participar dos imensos lucros gerados na colônia portuguesa. Igualmente há a importação de africanos como escravos para trabalhar nos engenhos.

Como monocultura, a exploração da cana era baseada na estrutura de latifúndios - grandes propriedades de terra - e no trabalho escravo. Este era sustentado pelo tráfico negreiro, dominado pela Inglaterra e por Portugal.

Os colonizadores também se dedicavam a outras atividades econômicas como buscar metais preciosos. Isto levou expedições, conhecidas como entradas e bandeiras, ao interior da colônia a fim de encontrar ouro, prata, diamantes e esmeraldas.

Veja também: Ciclo da Cana-de-Açúcar

Ciclo do Ouro

A busca por pedras e metais preciosos teve o ápice no século XVIII, entre 1709 e 1720, na capitania de São Paulo. Nesta época, esta região comportava o que é hoje Paraná, Minas Gerais, Goiás e o Mato Grosso.

A exploração dos metais e pedras preciosas foi impulsionada pelo declínio da atividade canavieira, em franca decadência após os holandeses iniciarem o plantio de cana em suas colônias da América Central.

Com a descoberta de minas e pepitas nos rios de Minas Gerais tem início o chamado ciclo do ouro. A riqueza que vinha do interior do País influenciou na transferência da capital, antes em Salvador, para o Rio de Janeiro, a fim de controlar a saída do metal precioso.

A Coroa Portuguesa sobretaxou os produtos da colônia e cobrava impostos, denominados quinto, derrama e captação eram pagos nas Casas de Fundição.

O quinto correspondia a 20% de toda a produção. Já a derrama representava 1,5 mil quilos de ouro que deveriam ser pagos a cada ano sob pena de penhora compulsório dos bens dos moradores. Por sua vez, a captação era a taxa correspondente a cada escravo que trabalhava nas minas.

A insatisfação dos colonos com a cobrança de impostos, considerada abusiva, culminou no movimento denominado Inconfidência Mineira, em 1789.

A busca pelo ouro influenciou o processo de povoamento e ocupação da colônia, alargando os limites do Tratado de Tordesilhas.

Este ciclo perdurou até 1785 coincidindo com o começo da Revolução Industrial na Inglaterra.

Veja também: Ciclo do Ouro

Ciclo do Café

O ciclo do café foi o responsável pelo impulso à economia brasileira do início do século XIX. Esse período foi marcado pelo intenso desenvolvimento do país, com a expansão de estradas de ferro, a industrialização e a atração de imigrantes europeus.

O grão, de origem etíope, era cultivado por holandeses na Guiana Francesa e chegou ao Brasil em 1720, sendo cultivado no Pará e depois no Maranhão, Vale do Paraíba (RJ) e

São Paulo. As lavouras de café também se espalharam por Minas Gerais e Espírito Santo.

As exportações começaram em 1816 e o produto liderou a pauta exportadora entre 1830 e 1840.

Grande parte da produção estava no estado de São Paulo. A elevada quantidade de grãos favoreceu a modernização de modais de transporte, notadamente ferroviário e portuário.

O escoamento era feito pelos portos do Rio de Janeiro e Santos, que receberam recursos para adequação e melhorias.

Nesse momento histórico, a mão de obra escrava havia sido abolida e os fazendeiros não quiseram aproveitar os trabalhadores libertos, a maioria das vezes por preconceito.

Assim houve necessidade de arranjar mais braços para a lavoura, condição que atraiu imigrantes europeus, com destaque para os italianos.
E. Após quase cem anos de prosperidade, o Brasil começou a enfrentar uma crise de superprodução: havia mais café para vender do que compradores.

Do mesmo modo, ocorre o fim do ciclo cafeeiro em consequência da quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Sem compradores, a indústria cafeeira diminuiu de importância no cenário econômico brasileiro a partir dos anos 50.

A queda da produção do café também significou um marco para o país no que tange à diversificação da base econômica.

A infraestrutura, antes utilizada para o transporte de grãos, foi o suporte para a indústria, que passa a manufaturar produtos de elaboração simplificada, como tecidos, alimentos, sabão e velas.

Veja também: Ciclo do Café

Economia e Industrialização Brasileira

O governo de Getúlio Vargas (1882-1954) passou a incentivar a instalação da indústria pesada no Brasil como a siderurgia e a petroquímica.

Isso provocou o êxodo rural em vários pontos do país, sobretudo no Nordeste, onde a população fugia da decadência rural.

As medidas em benefício da indústria foram favorecidas pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ao fim do conflito, em 1945, a Europa estava devastada e o governo brasileiro investe num moderno parque industrial para se auto abastecer.

Veja também: Industrialização no Brasil

Metas de Kubitschek

A indústria passou a ser o centro das atenções no governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), que implantou o Plano de Metas, batizado de 50 anos em 5. JK previa que o Brasil cresceria em 5 anos o que não havia crescido em 50.

O Plano de Metas indicava os cinco setores da economia brasileira para onde os recursos deveriam ser canalizados: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

Fazia parte também a construção de Brasília e, posteriormente, a transferência da capital do país.

Milagre Econômico

Durante a ditadura militar, os governos abrem o país a investimentos estrangeiros que impulsionam a infraestrutura. O Brasil vive, entre 1969 e 1973, o ciclo denominado Milagre Econômico, quando o PIB cresceu 12%.

É nessa fase que são construídas obras de grande impacto, como a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônica.

No entanto, essas obras eram caras e também causam a tomada de empréstimos a juros flutuantes. Assim, se vivia uma inflação de 18% ao ano e o crescente endividamento do País, a despeito da geração de milhares de empregos.

O Milagre Econômico não possibilitou o desenvolvimento pleno, pois o modelo econômico privilegiou o grande capital e a concentração de renda aumentou.

Por parte do setor primário, a produção de soja já era a partir da década de 70 a principal commodity de exportação.

Ao contrário de culturas como o café, que demandam abundante mão de obra, o cultivo da soja é marcado pela mecanização, o que gera desemprego no campo.

Ainda na década de 70, o Brasil é fortemente impactado pela crise do mercado internacional do petróleo, que faz o preço dos combustíveis subirem.

Dessa forma, o governo estimula a criação do álcool como combustível alternativo à frota de veículos nacionais.

A Década Perdida - 1980

O período é marcado pela insuficiência de recursos da União para o pagamento da dívida externa.

Ao mesmo tempo, o País precisava adaptar-se aos novos paradigmas da economia mundial, que previa inovações tecnológicas e pelo crescimento da influência do setor financeiro.

Nesse período, 8% do PIB nacional é direcionado ao pagamento da dívida externa, a renda per capita fica estagnada e a inflação aumenta vertiginosamente.

Há, desde então, uma sucessão de planos econômicos para tentar conter a inflação e retomar o crescimento, sem sucesso. Por isso, os economistas chamaram os anos 80 de "década perdida".

Observe a evolução do PIB do Brasil de 1965 a 2015:

Comercialização do açúcar no mercado europeu. Dívida Externa e Economia Brasileira

No final do governo militar, a economia brasileira dava sinais de desgaste por conta dos altos juros cobrados para pagar a dívida externa. O Brasil, assim, passou a ser o maior devedor entre os países em desenvolvimento.

O PIB despencou de um crescimento de 10,2% em 1980 para 4,3% negativos em 1981, como atesta o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A solução foi fazer planos econômicos que visavam estabilizar a moeda e controlar a inflação.

Veja também: Crise Econômica no Brasil

Planos Econômicos

Com a economia em forte recessão, dívida externa e perda do poder de compra, o Brasil lançava mãos de planos econômicos para tentar recuperar a economia.

Os planos econômicos tentavam desvalorizar a moeda a fim de conter a inflação. Entre 1984 e 1994, o País teve várias moedas diferentes:

Moeda Período

Moeda	*Período*
Cruzeiro	*Agosto de 1984 e fevereiro de 1986*
Cruzado	*Fevereiro de 1986 e janeiro de 1989*
Cruzado Novo	*Janeiro de 1989 e março de 1990*
Cruzeiro	*Março de 1990 a 1993*
Cruzeiro Real	*Agosto de 1993 a junho de 1994*
Real.	*De 1994 até o presente momento*

Plano Cruzado

A primeira medida de intervenção econômica ocorreu quando assumiu o presidente José Sarney, em janeiro de 1986. O ministro da Fazenda Dílson Funaro (1933-1989) lançou o Plano Cruzado no qual estava previsto o controle da inflação por meio do congelamento de preços.

Ainda havia os planos Bresser, em 1987 e o Verão, em 1989. Ambos não conseguiram deter o processo inflacionário e a economia brasileira seguia estagnada.

Plano Collor

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, o Brasil adotaria ideias neoliberais, onde abrir a economia nacional era a prioridade.

Igualmente estavam previstas as privatizações de empresas públicas, redução com o funcionalismo público e aumento da participação de empresários privados em vários setores econômicos.

No entanto, devido aos escândalos de corrupção, o presidente se viu envolvido num processo de impeachment que lhe custou o cargo presidencial.

Veja também: Plano Collor

Plano Real

O Brasil contou com 13 planos de estabilização econômica. O último deles, o Plano Real, previa a troca da moeda para o Real a partir de 1º de julho de 1994, durante o governo de Itamar Franco (1930-2011).

A implantação do plano ficou sob o comando do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real previa o controle efetivo da inflação, o equilíbrio das contas públicas e o estabelecimento de um novo padrão monetário, atrelando o valor do real ao dólar.

Desde então, o Brasil entrou numa era de estabilidade monetária que se manteria pelo século XXI. O neoliberalismo no Brasil começa com o governo de Fernando Collor de Mello e se consolida com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência.

Houve redução de investimentos públicos e privatização de empresas estatais.

Resumo

Com o fim da ditadura militar, o Brasil precisava acabar com o principal problema econômico: a inflação. Também a indústria brasileira se encontrava defasada em relação ao avanço tecnológico de outros países ocidentais.

Para isso, Collor de Mello propõe a criação de uma nova moeda, mudança de leis trabalhistas, abertura do mercado nacional e a privatização de estatais. Essas medidas ficaram conhecidas como o Plano Collor.

A fim de abrir o Brasil aos mercados internacionais, o país participou da fundação de alguns blocos econômicos regionais como o Mercosul.

No entanto, devido às acusações de corrupção e ao impeachment sofrido em 1991, o presidente Collor não pode concretizar suas ideias.

Desta maneira, o vice-presidente Itamar Franco assume a presidência, e chama o senador Fernando Henrique Cardoso para ser Ministro da Fazenda. Nesta pasta, Cardoso delineou o Plano Real que acabou com a inflação no Brasil e estabilizou a economia.

Governo FHC Com a chegada de FHC ao poder, o Estado passou a ter outra função. Do Estado desenvolvimentista e grande investidor, como foi o caso de Getúlio Vargas, JK e da ditadura militar, o Estado passaria a ser regulador.

Portanto, várias agências reguladoras foram criadas a fim de ditar as regras para as novas empresas que passaram a atuar no país. Por exemplo: como as telefonias estaduais foram extintas, a companhia privada tem que se submeter à Anatel para poderem operar no Brasil.

Assim, FHC pôde implantar as ideias neoliberais no Brasil que incluíram:

Privatização da telefonia estatal como a Telebras, Telerj, Telesp, Telemig, etc. E da empresa nacional Embratel;

Venda dos bancos estaduais como Banerj, Banestado, Banespa, etc.

Privatização de empresas como Embraer, Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional, entre outras;

Redução de 20% dos funcionários públicos em nível federal e estadual por meio da aposentadoria antecipada ou demissão;

Terceirização de trabalhadores e vários serviços do estado;

Abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras.

Consequências

Fernando Henrique Cardoso com George W. Bush em março de 2001 durante encontro na Casa Branca. Fotografia: Eric Draper

Fernando Henrique Cardoso com George W. Bush em março de 2001 durante encontro na Casa Branca. Fotografia: Eric Draper

As consequências da política neoliberal no Brasil podem ser sentidas até hoje.

Apesar de o Governo Lula ter recuperado o protagonismo do Estado como investidor, setores que eram protegidos pelo poder público, como a educação, viram os investimentos diminuir e aumentar a participação do capital privado.

Igualmente, o aumento de concessões para empresas estrangeiras operarem no Brasil. A concessão não é uma privatização. Trata-se apenas de ceder ao investidor a exploração de um serviço mediante certas condições. Atualmente, várias rodovias brasileiras funcionam desta maneira. Os ciclos econômicos do Brasil fazem referência às atividades econômicas que foram desenvolvidas no país em diversos momentos.

Confira abaixo os principais ciclos econômicos brasileiros.

Ciclo do Pau-Brasil

Cultivado durante o período pré-colonial (1500-1530), o ciclo do pau-brasil foi o primeiro a despontar no país, com a chegada dos portugueses.

Na época, eles buscavam metais preciosos nas terras descobertas. No entanto, como não o encontraram rapidamente, começaram a perceber a importância dessa planta nativa da Mata Atlântica utilizada para o tingimento de tecidos e com grande valor no mercado europeu.

Ciclos Econômicos do Brasil

Pau-Brasil

Diante disso, os portugueses começaram a negociar com os índios utilizando o escambo, ou seja, em troca do corte e do transporte da madeira, os portugueses lhes ofereciam objetos e armas desconhecidas pelos índios. Mais tarde, escravizaram os índios para enriquecer ainda mais.

Entretanto, a madeira que fora demasiadamente explorada começou a apresentar sinais de extinção. Além disso, o açúcar já possuía grande valor no mercado europeu.

Assim, foi o fim do ciclo do pau-brasil para dar início ao ciclo da cana, que já era cultivada por eles em outras regiões do mundo.

Leia também:

Ciclo do Pau-Brasil

Escravidão Indígena no Brasil Colonial

Ciclo da Cana-de-Açúcar

O ciclo da cana-de-açúcar foi o segundo ciclo econômico desenvolvido durante o Brasil colonial. Era um produto valorizado no mercado europeu e os portugueses já plantavam a cana em outros locais e, portanto, possuíam técnicas de plantio.

Ciclos Econômicos do Brasil

Cana-de-Açúcar

Nesse período, já era utilizada a mão-de -obra escrava africana, posto que os índios foram acometidos por diversas doenças e, os que sobreviveram a essa exploração, tentavam fugir. Como conheciam bem melhor o território, os portugueses tinham dificuldade de encontrá-los.

Foi assim, que começou o tráfico negreiro e o transporte dos escravos africanos. O açúcar, nesse momento, foi o principal produto de exportação. As principais características do ciclo da cana são:

Sistema Plantation

Monocultura

Latifúndios

Uso de mão-de-obra-escrava

Voltado para o mercado externo

Leia também: Ciclo da Cana-de-açúcar

Ciclo do Ouro

O ciclo do ouro ou da mineração começa no final do século XVII quando os portugueses encontram diversas jazidas de mineral. Isso ocorreu, sobretudo, na região do estado de Minas Gerais, atingindo seu auge no século XVIII.

Além de Minas, as jazidas de ouro foram encontradas também nos estados de Goiás e do Mato Grosso.

Ciclos Econômicos do Brasil

Ouro

Trata-se de um período de auge da economia colonial. Os portugueses, que já sofriam com a concorrência mundial do açúcar, passaram a investir na extração do minério por acreditar na estabilidade econômica.

Esse "boom" econômico gerou riquezas para a metrópole que enviava todo o ouro para a Europa. Nessa fase, houve também um aumento considerável da população no país. O ciclo do ouro termina em fins do século XVIII pelo esgotamento das minas no país.

A Inconfidência Mineira (1792) foi um dos importantes movimentos que ocorreram na época do Ciclo do Ouro, que tinha como objetivo principal a libertação da colônia.

Veja também: Ciclo do Ouro

Ciclo do Algodão

Com o esgotamento das minas de ouro no país, o algodão (chamado de "ouro branco") passou a ser um dos principais produtos de exportação a partir do século XVIII e início do XIX.

Ciclos Econômicos do Brasil

Algodão

Com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra e a necessidade de obter matéria prima para a indústria têxtil, o algodão passou a ter um papel preponderante na economia do país.

Essa fase é chamada de "Renascimento Agrícola" uma vez que muitos produtos tropicais começam a ser cultivados simultaneamente pelo país, com o intuito de suprir o mercado externo europeu.

Um dos fatores determinantes foi o crescimento da população europeia nesse período e, consequentemente, o aumento do consumo de produtos tropicais.

Veja também: Ciclo do Algodão no Brasil

Ciclo do Café

O café (também chamado de "ouro negro") foi um dos principais produtos de exportação quando chegaram as primeiras mudas da planta no país. Isso aconteceu em meados do século XVIII, e esse período teve seu auge no século XIX.

O oeste paulista e a região do Vale do Paraíba, foram os principais locais de cultivo, visto o solo favorável presente: a terra roxa.

Ciclos Econômicos do Brasil

Café

Esse período econômico tem início com o declínio das exportações de cana-de-açúcar. Ainda que o trabalho escravo tenha sido utilizado no início do cultivo do café, muitos imigrantes, sobretudo os italianos, chegaram ao país para trabalharem nas lavouras (no sistema de monocultura).

No final do século XIX, o Brasil chegou a exportar mais de 50% do produto para consumo mundial.

Leia também:

História do Café

Ciclo do Café

Imigração no Brasil

Ciclo da Borracha

Nesse período, o látex foi o principal produto de exportação, que era utilizado para a produção de borracha.

Esse ciclo econômico foi desenvolvido na região norte do país principalmente nas cidades de Manaus (Amazonas), Porto Velho (Rondônia) e Belém (Pará).

Igualmente, o ciclo da borracha está ligado diretamente à ocupação e posterior compra do território do Acre pelo Brasil, pois ali havia muitos seringais.

Ciclos Econômicos do Brasil

Extração do Látex

Abrangeu o período entre os anos de 1890 e 1920, sendo dividido em duas fases: de 1879 e 1912 (primeiro ciclo da borracha), e entre 1942 e 1945 (segundo ciclo da borracha).

Na primeira fase, o principal impulso para a produção desse produto, extraído da seringueira, foi o advento da Revolução Industrial Inglesa, que exigia mais

matéria-prima para a fabricação de produtos. Nesse período, cerca de 40% de toda a exportação brasileira era proveniente da Amazônia.

MERCOSUL

Bloco econômico fundado em 1991

O Mercosul foi fundado no dia 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção no Paraguai. Esse bloco econômico é formado pela Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela (atualmente suspensa). Mauricio Macri, presidente da Argentina, é o atual líder do bloco.

Embora tenha sido formalizado em 1991, o rascunho desse acordo começou na década de 80, quando Brasil e Argentina assinaram acordos comerciais para promover a integração dos países.

Confira as informações demográficas, econômicas e geográficas do Mercosul:

- *População: 320 milhões de habitantes (2019)*
- *Comércio entre os países: US$ 39,2 bilhões (2018)*
- *Área total: 14.869.775 km²*
- *PIB: US$ 4,9 trilhões (2018)*
- *PIB per capita: US$ 15.850 (2018)*
- *IDH: 0.767 (índice de desenvolvimento humano alto) - Pnud 2016*

Objetivos do Mercosul

Existe um tripé que sustenta o Mercosul: o econômico, o social e o da cidadania. Na questão econômica, o Mercosul é um bloco de união aduaneira - área de livre comércio com uma tarifa externa comum. Nesse campo, ele tem a finalidade de criar um mercado comum entre os Estados Partes.

Na questão social, o bloco tem a missão de viabilizar políticas públicas regionais, relacionadas a temas como fome e erradicação da pobreza, universalização da educação e da saúde pública, e valorização e promoção da diversidade cultural, entre outros.

Na área da cidadania, o bloco econômico busca promover políticas que possibilitem a livre circulação de pessoas e a promoção dos direitos civis, sociais, culturais e econômicos, assim como a garantia da igualdade de condições e acesso ao trabalho, educação e saúde.

Tarifa externa comum – TEC

A tarifa externa comum- TEC é uma taxa comercial igual para um grupo de países. No Mercosul ela existe desde 1995 e abrange todos os produtos comercializados em países terceiros. Essa tarifa pode variar de 0 a 20% dependendo do produto e da existência ou não da produção regional. Além disso, ainda há uma série de processos aduaneiros e administrativos que foram criados para padronizar a aplicação do TEC.

Países do Mercosul

Esse bloco econômico está dividido em dois grupos. Os Estados Partes possuem voz e voto, ou seja, participam das decisões do bloco. Já os Estados Associados participam das discussões, mas não têm autonomia para participar de decisões.

Estados Partes

Os fundadores do Mercosul são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela entrou em 12 de agosto de 2012 como novo sócio. A Bolívia, que era um Estado Associado desde 1996, hoje é um Estado Parte em processo de adesão.

Estados Associados

Os Associados são: Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname. Sendo assim, todos os países da América do Sul integram o Mercosul, seja na condição de Estados Parte, seja na condição de Estados Associados.

Veja os principais dados dos Estados Partes do Mercosul.

Argentina

- *Área territorial: 2.780.000 km²*
- *Idioma: Espanhol*
- *População (2017): 44,27 milhões de habitantes*
- *PIB (2017): US$ 637,6 bilhões*
- *Moeda: Peso argentino*
- *IDH (2018): 0,825*

Brasil

- *Área territorial: 8.516.000 km²*
- *Idioma: Português*
- *População (2017): 209,3 milhões de habitantes*
- *PIB (2017): US$ 2,056 trilhões*
- *Moeda: Real*
- *IDH (2018): 0,759*

Paraguai

- *Área territorial: 406.752 km²*

• Idiomas: Espanhol e Guarani

• População (2014): 6,811 milhões de habitantes

• PIB (2017): US$ 29,73 bilhões

• Moeda: Guarani

• IDH (2018): 0,702

Uruguai

• Área territorial: 176.215 km²

• Idioma: Espanhol

• População (2014): 3,547 milhões de habitantes

• PIB (2017): US$ 56.16 bilhões

• Moeda: Peso uruguaio

• IDH (2018): 0,804

Venezuela

• Área territorial: 916.445 km²

• Idioma: Espanhol

• População (2017): 31,98 milhões de habitantes

• PIB (2014): US$ 482,4 bilhões

• Moeda: Bolívar venezuelano

• IDH (2018): 0,761

Economia do Mercosul

As nações pertencentes a esse bloco econômico somam cerca de 311 milhões de habitantes e um PIB de 2 trilhões de dólares.

Segundo o próprio bloco, desde a sua criação o comércio entre os países membros cresceu 20 vezes. Ele saltou de US$ de US$4,5 bilhões, em 1991, para US$59,4 bilhões, em 2013.

O Mercosul é o maior exportador líquido mundial de açúcar; o maior produtor exportador mundial de soja, o 1º produtor e o 2º maior exportador mundial de carne bovina, o 4º produtor mundial de vinho, o 9º produtor mundial de arroz, além de ser grande produtor e importador de trigo e milho.

Fatos ocorridos recentemente

- *A última reunião do grupo ocorreu em julho de 2017, na Argentina. Nessa cúpula os países decidiram sobre medidas ligadas à eliminação de barreiras comerciais, acordo de compras governamentais, investimentos e aproximação da Aliança do Pacífico. Os membros do bloco também reconheceram o rompimento da ordem democrática na Venezuela;*

- *Argentina, Paraguai e Uruguai decidiram suspender a Venezuela do bloco. Essa decisão foi tomada em dezembro de 2016 e com isso a Venezuela perdeu todos os direitos de participação no bloco. Para retornar ao Mercosul a Venezuela terá que renegociar o protocolo de adesão;*

- *Em agosto de 2017, chanceleres dos países membros se encontraram em São Paulo e suspenderam pela segunda vez a Venezuela do bloco. O motivo foi à instalação da Assembleia Constituinte, pelo presidente Nicolás Maduro, que desrespeita a democracia do país;*

• Em 2012 o Paraguai foi suspenso do bloco. Essa decisão ocorreu devido ao impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo. O Paraguai retornou ao bloco em dezembro de 2013;

• em maio de 2013, o então presidente do Equador, Rafael Correa, solicitou à Presidência do Mercosul que avaliasse a integração de país como membro pleno do bloco;

• Brasil e Argentina são os únicos membros do Mercosul que fazem parte do G-20.

• se fosse um país, o Mercosul seria a quinta maior economia do mundo;

• Todos os veículos do Mercosul terão uma placa padronizada. "Desenvolvimento sustentável se refere a um modelo de desenvolvimento econômico, social e político que esteja em harmonia com o meio ambiente. Isso significa que é preciso fazer a utilização racional dos recursos naturais de forma que seja possível suprir as necessidades da sociedade atual, mas sem que haja o comprometimento da disponibilidade desses mesmos recursos para as gerações futuras. Essa é a definição mais amplamente utilizada de desenvolvimento sustentável, apresentada no Relatório Nosso Futuro Comum, no ano de 1987, produzido no âmbito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável se apóia em três princípios básicos:

O ambiental

O econômico

O social

Diante disso, as Nações Unidas propuseram, no ano de 2015, a chamada Agenda 2030. Trata-se de um plano de ações que estabelece 17 objetivos a serem cumpridos pelos países-membros até o ano de 2030 para se atingir o desenvolvimento sustentável.

Entre as metas determinadas estão a erradicação da pobreza e da fome, a igualdade social e de gênero, o acesso ao saneamento, a garantia de educação de qualidade e a proteção e conservação dos ecossistemas terrestres e marinhos. O alcance desse modelo de desenvolvimento depende de esforços coletivos, que incluem a ação da sociedade civil, das empresas e dos Estados nacionais."

Conceitos, definições e importância para o mundo

Sustentabilidade é um conceito constituído por um conjunto de ideias, estratégias e outras atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente associada ao crescimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, utilizando os recursos naturais de maneira inteligente para que eles se conservem no futuro. Seguindo essa ideia, a humanidade garante um crescimento sustentável.

A definição do termo sustentabilidade é difícil, pois responde a um grupo de fatores independentes. Mas, é possível afirmar que ele deve agrupar as questões sociais, energéticas, econômicas e ambientais.

História da sustentabilidade

O termo sustentável vem do latim sustentar e significa sustentar; defender; favorecer, apoiar; conservar, cuidar. Segundo o Relatório de Brundtland (1987), o uso sustentável dos bens naturais deve suprir as necessidades da geração atual sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas.

A definição da palavra sustentabilidade começou a ser traçado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na Suécia, na cidade de Estocolmo, entre os dias de 5 a 16 de junho de 1972.

Essa foi a primeira grande reunião mundial para debater as atividades humanas em relação ao meio ambiente. A Conferência de Estocolmo, também conhecida como Conferência das Nações Unidas- ONU sobre o Meio Ambiente Humano, divulgou as bases das ações ambientais em nível global e chamou atenção principalmente para assuntos relacionados à degradação ambiental e à poluição, que afetam países, regiões e povos muito distantes do seu ponto de origem.

A Declaração de Estocolmo, que foi traduzida como um plano de ação, define ideias de preservação e melhoria do ambiente natural, enfatizando a necessidade de apoio financeiro e assistência técnica às comunidades e países mais pobres.

Mesmo a expressão desenvolvimento sustentável ainda não sendo utilizada naquela época, a declaração, no item de número cinco, já falava sobre a necessidade de defender e melhorar o ambiente humano para as atuais e futuras gerações – uma meta a ser alcançada junto com a paz e o desenvolvimento econômico e social.

Tipos de sustentabilidade

Sustentabilidade ambiental

A Sustentabilidade ambiental envolve a conservação e o cuidado com o meio ambiente. Para que esse tipo de sustentabilidade seja executado, os habitantes devem estar em equilíbrio com o meio ambiente, para conseguirem melhoria na qualidade de vida.

A finalidade da sustentabilidade ambiental é que os recursos das gerações futuras não estejam exauridos devido a satisfação das necessidades da geração atual.

Sustentabilidade econômica

Sustentabilidade econômica é um grupo de práticas econômicas, financeiras e administrativas que tem como objetivo o crescimento econômico de uma nação ou organização, e cuidado do meio ambiente e assegurando a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Sustentabilidade social

Enfatiza o desenvolvimento na melhoria da qualidade de vida, possibilitando igualdade social, racial e econômica.

Sustentabilidade institucional

Visa à qualidade das instituições públicas e privadas. Hoje a sustentabilidade tem sido o alvo das organizações, que querem transmitir ideias sustentáveis para clientes e funcionários.

Sustentabilidade territorial ou espacial

Destaca o equilíbrio nas relações inter-regionais, para que reduzam as desigualdades, seja por meio do investimento público, da conservação da biodiversidade ou pelo desenvolvimento ecológico.

Exemplos de sustentabilidade

Utilizar fontes de energia renováveis e limpas

O petróleo, carvão mineral e o gás natural são combustíveis altamente poluentes e provocam um grande impacto negativo no meio ambiente.

Além disso, eles não são renováveis, ou seja, a reserva desses combustíveis na natureza é limitada. Então, usar alternativas menos poluentes e renováveis é um dos principais planos da sustentabilidade.

Das conhecidas "energias limpas", algumas são mais conhecidas pela população são: solar, eólica, geotérmica.

Economizar o consumo de energia e água

Não desperdiçar energia e água potável é uma ação individual, mas que faz toda a diferença no em um plano sustentável.

Para isso, algumas atitudes como desligar aparelhos eletrônicos quando não estão sendo usados e aproveitar a luz natural o máximo possível, são alguns exemplos de como economizar no consumo de energia.

Veja exemplos de ações individuais para economizar o consumo de água:

• Aproveitar a água da chuva para lavar a varanda ou regar plantas;

• estar sempre atento aos vazamentos de água nas torneiras e canos para que possam ser solucionados rapidamente;

• fechar torneiras quando não Problemas ambientais brasileiros

Os principais problemas ambientais brasileiros são queimados, desmatamentos e assoreamento de rios. São comuns também a poluição do solo, da água e da atmosfera.

Os problemas ambientais no Brasil, assim como no restante do mundo, são variados e afetam diretamente a qualidade de vida da população. A poluição atmosférica, por exemplo, aumenta os riscos de doenças respiratórias e cardiovasculares, as quais

levam muitas pessoas à morte todos os anos. Diante disso, é fundamental conhecermos as consequências dos impactos que causamos no planeta e criarmos medidas que visem a diminuir tais efeitos.

Leia também: Animais ameaçados de extinção

→ principais problemas ambientais brasileiros

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 90% dos municípios brasileiros enfrentam problemas ambientais. Entre os mais relatados, estão queimadas, desmatamentos e assoreamento de rios.

Queimadas

As queimadas podem ser definidas como o processo de queima de biomassa e podem ocorrer ou não em decorrência da ação do ser humano. Essa técnica é muito utilizada na agropecuária com o objetivo de renovar pastagens, limpar uma determinada área e, até mesmo, facilitar a colheita de alguns alimentos, como é o caso da cana-de-açúcar.

Apesar de parecerem benéficas, as queimadas são extremamente prejudiciais para o meio ambiente, pois liberam vários gases na atmosfera, entre eles o gás carbônico, que está associado à intensificação do efeito estufa. Assim, a poluição atmosférica é uma de sua consequência só estiverem sendo usada há ainda outros resultados ruins para o meio ambiente, como: morte de micro-organismos que vivem no solo, aumento do risco de erosão, destruição de habitats naturais, redução da quantidade de matéria orgânica e de nutrientes no solo e poluição de ambientes aquáticos pelas cinzas liberadas.

Desmatamento

No desmatamento, ocorre a retirada total ou parcial da vegetação de uma área, geralmente, para exploração de madeira, ampliação da área de plantações ou criação de gado, construção de estradas e ampliação de cidades.

Esse processo é extremamente grave e afeta a nossa vida e a de outros seres vivos desta e de futuras gerações. Entre as principais consequências do desmatamento, podemos citar alterações climáticas, aumento das erosões e redução da fertilidade do solo, destruição de habitats e perda de biodiversidade.

Assoreamento dos cursos de rios

No assoreamento dos cursos de rios, observa-se o acúmulo de partículas sólidas, causando a obstrução do corpo d'água. Entre suas principais causas, podemos destacar o desmatamento, a erosão das encostas e a degradação da mata ciliar (vegetação nas margens dos corpos d'água).

Como consequência desse processo, ocorre a redução da velocidade da correnteza e da profundidade desses locais. Além disso, a água torna-se mais turva, dificultando a passagem de luz e, consequentemente, a realização de fotossíntese, desencadeando desequilíbrio nesse ecossistema.

→ outros problemas ambientais no Brasil

Além das queimadas, desmatamentos e assoreamentos dos rios, outros problemas ambientais afetam nosso país e o mundo. Entre eles, podemos citar: a poluição da água, do solo e da atmosfera.

Poluição da água das. A poluição da água provoca alterações na composição química, física ou biológica dessa substância, colocando em risco os seres humanos e outros seres vivos. Pode ainda afetar atividades econômicas, como a agricultura e o turismo.

A contaminação das águas pode ter causa natural, como as tempestades de areia, ou pode ser causada pela ação antrópica. O homem pode poluir o meio aquático de diversas formas, como despejando resíduos de atividades industriais e domésticas, jogando lixo e permitindo que produtos utilizados na agricultura, como os defensivos agrícolas, entrem em contato com esse ambiente.

Algumas vezes, a poluição da água é tão intensa que acaba desencadeando a morte de várias espécies, como peixes. No que diz respeito à saúde humana, podem ser gerados problemas como intoxicações por metais pesados, que podem levar à morte, e doenças causadas por bactérias, vírus, protozoários e vermes.

Poluição do solo

Na poluição do solo, ocorrem alterações físicas, químicas ou biológicas nessa superfície, podendo afetar tanto seres humanos como outras espécies. Esse problema ambiental pode ser decorrente de atividades industriais, da mineração, da agricultura, do descarte inadequado do esgoto doméstico, de chorume proveniente de lixos, de atividades agropecuárias, entre outras causas.

A contaminação do solo pode causar várias complicações, como redução da produtividade do solo, contaminação de alimentos e problemas de saúde pública decorrentes de agentes causadores de doenças.

Poluição atmosférica A poluição atmosférica causa alterações nas características do ar, provocando, direta ou indiretamente, danos à saúde e ao bem-estar da população e de outros seres vivos. Pode ser causada por atividades humanas ou naturais. Quando falamos em processos naturais, podemos citar, por exemplo, a poluição causada por atividades vulcânicas. Em relação às ações humanas, podemos citar as queimadas, as atividades industriais e o uso de combustíveis fósseis.

A contaminação atmosférica causa danos graves à saúde humana, principalmente ao sistema respiratório. Os poluentes do ar estão relacionados com a irritação das mucosas do trato respiratório, com o aumento dos casos de asma e, até mesmo, com a elevação do número de casos de câncer de pulmão. Além disso, podem causar diminuição do transporte de oxigênio pelo corpo, desencadeando dores de cabeça, tontura e comprometimento do desenvolvimento fetal.

→ Soluções para os problemas ambientais no Brasília Como podemos perceber, os problemas ambientais brasileiros são muitos e devem, portanto, ser solucionados

rapidamente a fim de melhorar a nossa qualidade de vida e a das futuras gerações. Veja a seguir algumas medidas simples que podem ajudar a resolver os problemas ambientais em nosso país:

Reflorestar;

Preservar a vegetação nativa;

Não realizar queimadas;

Não alterar cursos d'água;

Aumentar a utilização de energias renováveis;

Reduzir o uso de combustíveis fósseis;

Manter veículos regulados e, sempre que possível, andar a pé;

Economizar energia elétrica;

Reduzir o desperdício de água;

Separar o lixo;

Reutilizar, reaproveitar e reciclar o que for possível;

Evitar produtos descartáveis;

Não jogar lixo no chão;

Reduzir o consumo;

Denunciar empresas que agridem o meio ambiente;

Cobrar a criação de políticas públicas ambientais eficientes.
São as seis comunidades ecológicas do país

Os Biomas Brasileiros correspondem ao conjunto de ecossistemas que existem no país, cada um com suas características climáticas, físicas e bi diversas. De acordo o Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE) existem seis Biomas Brasileiros. São eles:

- *Bioma Amazônia*
- *Bioma Caatinga*
- *Bioma Cerrado*
- *Bioma Mata Atlântica*
- *Bioma Pampa*
- *Bioma Pantanal*

O Brasil é um país amplo em termos de extensão territorial e biodiversidade, mais de 70% de todas as espécies de fauna e flora existentes no mundo estão aqui. Em um local tão amplo, como classificar um bioma?

Antes de tudo é necessário definir o que é um bioma. O termo deriva das palavras gregas Bio "vida" e Oma "grupo ou massa" e em ecologia é definido com um conjunto de ecossistemas interligados, onde os seres vivos vivem de forma adaptada às condições naturais (vegetação, luz, solo, clima, etc).

A classificação dos biomas segue um padrão mundial, que identifica os grandes conjuntos de ecossistemas relacionados de acordo com condições de clima e solo

específicas. No Brasil, o IBGE é o órgão responsável pela classificação dos biomas, o último estudo foi realizado em 2014.

Mapa e características dos Biomas Brasileiros

Biomas Brasileiros

Área Aproximada (km²)

Área / Total Brasil

Bioma Amazônia

4.196.943

49,29%

Bioma Cerrado

2.036.448

23,92%

Bioma Mata Atlântica

1.110.182

13,04%

Bioma Caatinga

844.453

9,92%

Bioma Pampa

176.496

2,07%

Bioma Pantanal

150.355

1,76%

Bioma Amazônia

É o maior bioma do Brasil e ocupa os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, parte de Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Ele também se

estende por nove países da América do Sul (Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname).

O Bioma Amazônia possui uma flora rica com mais de 30 mil espécies de plantas. A fauna corresponde a cerca de 20% de todas as espécies do planeta, são cerca de 2 milhões de animais, sendo os principais representantes o jabuti, o jacaré, a sucuri, a onça-pintada e a arara-azul.

Bioma Caatinga

O Bioma Caatinga ocupa 11% do território nacional e se estende pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais. O clima da região é semiárido, com temperaturas médias anuais entre 25º C e 30º C.

A fauna desse bioma é bastante diversificada, o local é habitat natural de aproximadamente 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas. A vegetação é composta principalmente por plantas xerófitas, que se adaptaram ao ambiente com poucas chuvas e baixa umidade.

Bioma Cerrado

Esse é o segundo maior bioma da América do Sul e, nacionalmente, ocupa os estados da Bahia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. O clima da região é tropical sazonal, com temperatura média de 24º C.

Considerada a savana mais rica do mundo, o Bioma Cerrado possui mais de 11.600 espécies de plantas nativas listadas e cerca de 137 espécies de animais, que devido às ações humanas muitos correm risco de extinção.

Bioma Mata Atlântica

Esse bioma atinge totalmente ou parcialmente 17 estados brasileiros, com uma extensão que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. A região é caracterizada pelas estações bem definidas, com períodos de seca e chuva, além da alta pluviosidade e umidade. O clima predominante é tropical úmido.

Esse é um dos Biomas Brasileiros que possui a maior biodiversidade. A região da Mata Atlântica possui uma flora com cerca de 20 mil espécies vegetais e uma fauna com aproximadamente 850 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 270 de mamíferos e 350 de peixes.

Bioma Pampa

O Bioma Pampa é exclusivamente brasileiro e ocupa mais da metade do território do Rio Grande do Sul, aproximadamente 63%. O clima da região é temperado, do tipo subtropical frio, no inverno há temperaturas entre 10º C e 14º C e no verão entre 20º C e 23º C.

O local possui paisagens naturais de campos nativos, matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, afloramentos rochosos, formações arbustivas, etc. A fauna é composta por 3.000 espécies de plantas, 500 espécies de aves, 100 espécies de mamíferos e grande variedade de insetos.

Bioma Pantanal

Esse é o menor Bioma Brasileiro e se estende aos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com influências dos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. O

clima da região é o tropical continental, com temperaturas médias de 17º C e chuvas concentradas no verão e estiagem no inverno.

A vegetação do Pantanal é bastante variada, pois encontra-se na faixa de transição entre o cerrado, a Floresta Amazônica e a Floresta Tropical. A fauna é composta por aproximadamente 263 espécies de peixes, 41 de anfíbios, 113 de répteis, 463 de aves e 132 de mamíferos.

Vários são os problemas ambientais existentes no planeta. Problemas como poluição atmosférica, poluição das águas, queimadas e desmatamentos são cada vez mais frequentes e afetam a qualidade de vida do homem e também de outras espécies. No Brasil, não é diferente. Enfrentamos todos os dias graves ameaças aos nossos ecossistemas.

→ principais problemas ambientais brasileiros

O Brasil, assim como qualquer país do mundo, enfrenta ameaças ao meio ambiente. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 90% dos municípios brasileiros apresentam problemas ambientais, e entre os mais relatados estão as queimadas, desmatamento e assoreamento. A seguir, falaremos um pouco a respeito de cada um deles:

Queimadas: As queimadas são geralmente utilizadas para limpar uma determinada área, renovar pastagens e facilitar a colheita de produtos como a cana-de-açúcar. Essa prática pode ser prejudicial para o ecossistema, pois aumenta os riscos de erosão, mata microorganismos que vivem no solo, retira nutrientes e causa poluição atmosférica.

Desmatamentos: Os desmatamentos acontecem por vários motivos. Entre eles, podemos citar a ampliação da agropecuária, extração da madeira para uso comercial, criação de hidrelétricas, mineração e expansão das cidades. O desmatamento prejudica o ecossistema de diferentes maneiras, provocando erosões, agravamento dos processos

de desertificação, alterações no regime de chuvas, redução da biodiversidade, assoreamento dos rios Assoreamento: O assoreamento acontece com o acúmulo de sedimentos em ambientes aquáticos. Seus impactos para o meio ambiente são grandes, como a obstrução de cursos d' água, destruição de habitats aquáticos, prejuízos na água destinada ao consumo e veiculação de poluentes.

Apesar de esses serem os mais relatados, não significa que sejam os únicos problemas ambientais enfrentados em nosso país. Podemos citar ainda como ameaças ao meio ambiente: a poluição das águas, que causam doenças e prejuízo no abastecimento, a poluição atmosférica, responsável por uma grande incidência de doenças respiratórias, e a poluição do solo, desencadeada principalmente pelo acúmulo de lixo e pelo uso de agrotóxicos.

Todas essas questões que afetam e ameaçam os ecossistemas e a saúde humana devem ser combatidas. Para isso, necessitamos de urgente criação de políticas mais eficientes a fim de evitar crimes ambientais, assim como precisamos de programas voltados à conscientização da população acerca de como diminuir os problemas ambientais em nosso país. Se todos fizerem sua parte, poderemos deixar um Brasil com muito mais qualidade de vida para nossos descendentes, etc.

Matriz energética brasileira

A matriz energética brasileira representa o conjunto de recursos energéticos (fontes de energia) utilizados no país para suprir sua demanda de energia.

A matriz energética brasileira é bastante diversificada e refere-se ao conjunto de fontes de energia utilizadas para atender à demanda de produção energética do país.

O consumo de fontes de energia não renováveis (fontes que se esgotam com o tempo) é maior que o de fontes renováveis (fontes que se renovam na natureza em um curto espaço de tempo). Apesar disso, o Brasil p Matriz energética brasileira

Ao contrário da tendência mundial de uso de fontes não renováveis de energia, a matriz energética no Brasil é uma das mais renováveis do mundo industrializado.

*Uso de fontes renováveis**

*Uso de fontes não renováveis**

Mundo – 14,1%

Mundo – 85,9%

Brasil – 43,5%

Brasil – 56,5%

** Em nações industrializadas*

Cerca de 43% da produção de energia no país provém de fontes renováveis, como hidráulica, biomassa (usada na produção de biocombustíveis), etanol (empregado na produção da cana-de-açúcar), além das energias eólica e solar. O uso dessas fontes renováveis de energia tem sido uma alternativa ao uso do petróleo na matriz energética brasileira.

O uso das usinas hidrelétricas para obtenção de energia representa 75% da geração elétrica no Brasil, que conta com 140 usinas operando na geração de energia.

O etanol, derivado da cana-de-açúcar, alcançou, no ano de 2015, a marca de 37 bilhões de litros produzidos. O uso desse biocombustível como alternativa ao uso da gasolina (produzida por meio da queima de combustíveis fósseis) evitou que o país emitisse, nos últimos 30 anos, cerca de 800 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera.

Segundo o Atlas Eólico Nacional, no que tange à produção de energia eólica em comparação aos países da América Latina e ao Caribe, o Brasil é o que possui maior capacidade de produção de energia por meio dos ventos.

A energia solar é ainda a menos utilizada no Brasil para geração de energia elétrica. Em 2015, apenas 0,01% da energia foi proveniente da geração fotovoltaica.

De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética, o uso da biomassa representou, em 2015, 8% da produção de energia, sendo, portanto, uma fonte bastante relevante para a matriz energética brasileira.

Por apresentar um grande potencial de uso de fontes renováveis, o Brasil emite menos gases de efeito estufa por habitante do que a maioria das nações no mundo todo. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, no entanto, o país ainda enfrenta obstáculos de ordem econômica e operacional para a expansão do uso de fontes renováveis.
Possui uma das matrizes energéticas mais renováveis do mundo.

Vantagens e desvantagens da matriz energética brasileira
A matriz energética brasileira é uma das mais renováveis do mundo, o que é uma grande vantagem se considerarmos que a matriz energética mundial é completamente dependente do uso de combustíveis fósseis.

Apesar disso, o Brasil ainda depende de combustíveis fósseis para geração de energia, o que representa a maior desvantagem da matriz energética brasileira. Existem alguns obstáculos que impedem a expansão da geração de energia por meio de recursos renováveis. A energia eólica, por exemplo, só pode ser produzida em locais em que há bastante movimentação de ar. Já a energia solar é produzida somente no período

diurno e em locais de grande insolação. Além disso, são necessários investimentos tecnológicos para que seja viabilizado o maior uso das fontes renováveis.

Outra desvantagem da matriz energética brasileira está relacionada à energia hidráulica. Responsável pela maior produção de energia no país, o uso dessa fonte energética causa grandes impactos socioambientais. A instalação de usinas hidrelétricas modifica o meio ambiente, altera o ciclo biológico dos rios, bem como a vida das famílias que moram próximas às áreas de instalação. Além disso, há alteração dos solos e impactos na biodiversidade aquática dos rios que são utilizados para geração de energia.

Matriz elétrica brasileira

Matriz elétrica representa o conjunto de fontes de energia para produção de energia elétrica, sendo, portanto, uma matriz energética. Boa parte da produção elétrica brasileira é proveniente da energia hidráulica, logo a matriz elétrica do Brasil é também bastante renovável.

→ Gráfico da matriz elétrica brasileira

População do Brasil

A população do Brasil é formada por cerca de 203.062.512 habitantes. Apesar da redução do crescimento nas últimas décadas, o Brasil é um dos países mais populosos do mundo.

A população do Brasil é de 203.062.512 habitantes, conforme os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crescimento anual da população do Brasil foi de apenas 0,52%. A maior parte da população brasileira habita as zonas urbanas. A distribuição da população brasileira ocorre de forma desigual pelo território. A região Sudeste concentra boa parte da população do país. Os estados mais populosos do Brasil são São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A cidade de São Paulo (SP) é o município mais populoso do Brasil.

Resumo sobre a população do Brasil

A população oficial do Brasil é de 203.062.512 habitantes, conforme o censo de 2022.

A taxa de crescimento da população brasileira, de apenas 0,52%, foi a menor desde o início da série histórica.

A maior parte da população brasileira é classificada como urbana, ou seja, habita as zonas urbanas do país.

A distribuição da população brasileira é bastante desigual entre as regiões e os estados que compõem o território do Brasil.

Os municípios de São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Brasília (Distrito Federal) são os mais populosos do país.

Como é a distribuição da população do Brasil?

Os dados oficiais do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2022 apontam que a população brasileira é formada por aproximadamente 203.062.512 habitantes. Porém, essa população não se encontra distribuída de forma homogênea pelo território do país.

A maior parte da população do Brasil está concentrada na porção centro-sul do país, especialmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esses três estados da região Sudeste do Brasil, juntos, concentram quase 40% da população total brasileira. A região Sudeste e o estado de São Paulo são as localidades mais populosas do país.

Por sua vez, as regiões Centro-Oeste e Norte possuem uma população bastante pequena quando comparadas às demais regiões do Brasil. Os estados do Acre, Amapá e Roraima possuem uma população menor do que 1 milhão de habitantes, por exemplo. A região Centro-Oeste e o estado Espaços urbanos concentram maior número de habitantes do que áreas rurais.

A diferenciação entre a população urbana e a população rural é realizada em razão da localidade de habitação do indivíduo. Nesse sentido, as pessoas que moram em regiões com pequena presença de aglomerados populacionais e nas quais predominam atividades relacionadas ao setor primário fazem parte da população rural.

Já as pessoas que habitam as regiões com significativa presença de concentração populacional e moram em áreas urbanizadas, com ampla oferta de serviços e diversidade de práticas econômicas, são chamadas de população urbana.

Saiba mais: Favelização — uma consequência do crescimento desordenado das cidades

Quais são os cinco países mais populosos do mundo?

A classificação dos países do mundo em populosos considera o total populacional de cada nação. Atualmente, o padrão demográfico mundial tem mudado, especialmente pelo declínio do crescimento populacional de nações que passam por um processo de desenvolvimento, como China e Brasil, e ainda pela continuidade das taxas de crescimento demográfico aceleradas das nações africanas, como Nigéria e Etiópia.

Atualmente, os cinco países mais populosos do mundo são:

PAÍS

CONTINENTE

POPULAÇÃO

Índia

Ásia

1,428 bilhão de habitantes

China

Ásia

1,425 bilhão de habitantes

Qual a população atual do Brasil?

Atualmente, de acordo com o censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2022, a população do Brasil é de 203.062.512 habitantes. A maior parte da população do Brasil está concentrada na região Sudeste do Brasil, com destaque para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já as cidades mais populosas do Brasil são os municípios de São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Brasília (Distrito Federal). O quadro abaixo apresenta um panorama da população brasileira na atualidade:

Espaço rural

O espaço rural é formado predominantemente por elementos ligados ao setor primário da economia. Esse espaço ainda não passou de forma intensa pelo processo de urbanização.

O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O agronegócio pode ser definido como o conjunto de relações entre produção, distribuição e processamento de produtos da agricultura e pecuária, em face da globalização dos mercados atuais. Neste aspecto, o Brasil desponta como um dos países mais promissores no mercado agropecuário, por reunir condições climáticas favoráveis e vastas terras agricultáveis. Tal atividade movimenta a economia brasileira, respondendo por cerca de 33% do Produto Interno Bruto (PIB).

O Brasil também representa um grande mercado consumidor no âmbito mundial sendo que 80% de toda a produção do país é destinada ao consumo interno. Além disso, destaca-se na exportação de diversos produtos, possuindo a liderança na produção e exportação de açúcar, café e álcool. Quanto às vendas externas, é líder no mercado da soja, carne bovina, tabaco, couro, entre outros.

Embora possuam grande destaque, é importante salientar que as exportações agropecuárias brasileiras encontram dificuldades no mercado internacional, devido a muitos países praticarem a política dos subsídios, na qual os governantes propiciam melhores possibilidades aos seus agricultores, como a redução de impostos e financiamentos, de modo que eles oferecem preços mais baixos em relação aos produtos brasileiros. Geralmente, esta prática é realizada por países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento.

BIOCOMBUSTÍVEIS: EXPECTATIVAS E PERIGOS

Nos últimos tempos, o que vem aquecendo negociações no agronegócio brasileiro é o potencial no desenvolvimento dos biocombustíveis. Estes são fontes renováveis de energia, originados de materiais orgânicos como a cana-de-açúcar, a mamona, o pião-manso, o girassol, a macaúba e etc. em face do esgotamento do petróleo e da degradação ambiental, os biocombustíveis tornam-se alternativas viáveis aos derivados do petróleo, uma vez que são renováveis e menos poluentes.

Acordos internacionais são cada vez mais discutidos em torno desta tecnologia. No ano passado, houve um acordo entre Brasil e Estados Unidos para pesquisa e desenvolvimento dos combustíveis orgânicos. Nosso país é pioneiro na implantação do álcool obtido através da cana-de-açúcar, sendo o maior produtor e exportador deste biocombustível. Atualmente, em média 73% dos veículos vendidos no país aceitam álcool e gasolina.

Apesar das expectativas de expansão econômica brasileira neste setor, existem inúmeros riscos que podem trazer problemas sociais e ambientais. O crescimento na demanda do álcool, como se estima, pode implicar a monocultura da cana-de-açúcar. Caso isso se efetive, haveria a expansão das plantações

De cana por todo o país, causando a perda de biodiversidade e o desemprego no campo, já que a plantação de um único vegetal dispensa parte da mão-de-obra pela mecanização do processo. Coisa semelhante já acontece com a soja, que, segundo estudos, em 2005 representava 44% da cadeia produtiva brasileira.

AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é de extrema importância para o Brasil. Dentre os diversos fatores que a tornam essencial, estão a geração de empregos, o abastecimento do mercado interno com a diversidade de alimentos e o impacto ambiental muito menor quando comparado ao da produção em grande escala. Ela diz respeito a 40% da cadeia produtiva nacional e é responsável pela maior parte da produção de feijão, mandioca e leite.

Prevê-se ainda que a corrida na produção dos biocombustíveis venha a alterar a produção de alimentos, causando dessa maneira uma grande crise e escassez, como já ocorre em alguns países. Os agricultores familiares podem optar por substituir as plantações de alimentos pela plantação de vegetais relacionados aos biocombustíveis. Medidas vêm sendo criadas visando instruir os agricultores e controlar este processo, elucidando que o centro da agricultura familiar é a produção de alimentos.

AGRICULTURA ORGÂNICA

A agricultura orgânica consiste na face sustentável da agricultura e que busca a preservação ambiental. Não há a utilização de fertilizantes, agrotóxicos, pesticidas ou alimentos transgênicos. Ela se baseia no manuseio do solo através de técnicas como a rotação de culturas, isto é, a alternância de vegetais numa colheita para fortalecer o solo, a adubação verde e etc.

Este mercado tem crescido intensamente em decorrência da exigência dos consumidores, os quais têm procurado com frequência alimentos mais saudáveis. Mediante os apelos ambientais, esta é uma área promissora, que cresce em média 20% ao ano e que proporciona melhor qualidade de vida à humanidade ao tempo em que os recursos naturais são preservados.

O espaço rural é uma porção do espaço geográfico formada predominantemente por objetos ligados às atividades primárias da economia. Nesse recorte espacial, ainda há uma forte presença de objetos naturais, ao contrário do espaço urbano. O espaço rural passou por profundas transformações ao longo do tempo, com destaque para a modernização das atividades agrícolas e mineradoras. A Revolução Verde, ocorrida de forma intensa no Brasil, é um exemplo do processo de modificação do espaço rural. A produção econômica Resumo sobre espaço rural

O espaço rural é uma área geográfica caracterizada pela prevalência de objetos ligados aos setores da agropecuária e do extrativismo.

Atualmente, o espaço rural encontra-se altamente modificado em razão do desenvolvimento das atividades humanas.

O espaço rural é muito importante para as sociedades, já que nele é produzida grande parte das matérias-primas.

Em meados da segunda metade do século XX, o Brasil deixou de ser um país predominantemente rural para se tornar-se urbano.

O espaço rural contemporâneo brasileiro é caracterizado pela modernização das atividades agropecuárias e pela oferta de diversos serviços.

Características do espaço rural do espaço rural é fundamental para o fornecimento de matérias-primas para a sociedade.

Evolução do espaço rural

O espaço rural passou por profundas modificações ao longo do processo de modernização das sociedades humanas. A fixação do ser humano no espaço e o consequente desenvolvimento de atividades de subsistência foram fundamentais para a formação de um espaço rural. Esse espaço foi central no processo inicial de

desenvolvimento capitalista das sociedades, mas acabou perdendo protagonismo ao longo dos séculos, em razão de fenômenos como a urbanização e a industrialização.

Nesse contexto, destaca-se especialmente a chamada Revolução Verde, processo datado de meados do século XX que culminou na intensa modernização das áreas rurais e, por consequência, no aumento da desigualdade social e da concentração fundiária. A Revolução Verde impulsionou o processo de mecanização do campo, de utilização de insumos químicos e de implantação de monoculturas. Ela também foi uma das responsáveis pela intensificação do êxodo populacional do campo.

Atualmente, o espaço rural, em maior parte da superfície terrestre, encontra-se altamente modificado pelas atividades humanas. O fenômeno da globalização, advindo da modernização dos transportes e das comunicações, contribui para a integração dos espaços rurais e, ainda, para a sua dinamização econômica. Atualmente, esses espaços são caracterizados pela presença de atividades primárias, mas também pela oferta de uma gama de serviços, com destaque para o turismo e a hotelaria.

Espaço rural brasileiro

Assim como ocorreu com outras sociedades humanas, o espaço rural brasileiro passou por profundas mudanças ao longo do tempo, especialmente em razão do processo de modernização do campo.

A colonização brasileira foi marcada pelo protagonismo do espaço rural na produção de bens agropecuários e minerais, como o ouro e o café. À medida que o país se tornou independente, houve um forte crescimento da urbanização e da industrialização, impactando a superfície urbana local e influenciando nas dinâmicas populacionais e econômicas do campo.

Esse cenário foi especialmente relevante ao longo do século XX, marcado pela Revolução Verde, no qual as modificações advindas da modernização do campo resultaram em fenômenos como o êxodo rural (saída da população do campo em direção à cidade).

A Inserção do Brasil no Sistema Internacional

Nesse momento histórico, o Brasil deixou de ser um país predominantemente rural, logo tornou-se um país urbano. Já o campo brasileiro passou a caracterizar-se por uma estrutura produtiva moderna, marcada pela produção mecanizada, em larga escala, baseada na monocultura e voltada para o mercado externo. Por sua vez, com essa transformação do espaço rural brasileiro, fortemente mediada pela modernização do campo, houve ainda uma mudança no padrão econômico dessas regiões. O espaço rural, antes fortemente atrelado à produção de matérias-primas, por meio de atividades como a agropecuária e o extrativismo, passou a ofertar também uma grande gama de serviços. Nesse contexto, destacam-se principalmente as atividades de turismo e lazer, além da construção de condomínios fechados, parques ambientais, centros comerciais, equipamentos de hotelaria etc.

O Brasil desempenha um papel cada vez mais importante no sistema internacional e, em particular, no âmbito da segurança. Uma identidade híbrida Norte-Sul lhe permite defender os interesses do mundo em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, ser ouvido pelas grandes potências.

O papel do Brasil na Nova Ordem Mundial

A maior integração do Brasil ao contexto da Nova Ordem Mundial aconteceu a partir da década de 1990. O país se consolidou como emergente e parte dos Brics nos anos 2000.

A maior integração do Brasil à Nova Ordem Mundial compreende a década de 1990 e a primeira década dos anos 2000, com a abertura econômica ao capital estrangeiro e a consolidação da sua participação em importantes grupos e mecanismos econômicos e políticos com interesses em comum, como é o caso do Mercosul e dos Brics.

A presença do Brasil no cenário internacional cresceu de forma considerável nas últimas décadas, e o seu posicionamento diante dos conflitos que se instalaram mais recentemente será de fundamental importância para o futuro de suas relações diplomáticas e alianças já estabelecidas dentro do contexto da Nova Ordem Mundial.

Confira no nosso podcast: As novas áreas de influência do século XXI

Resumo sobre o Brasil na Nova Ordem Mundial

A Nova Ordem Mundial diz respeito ao reordenamento político e econômico do mundo após o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, com a consolidação do capitalismo enquanto sistema hegemônico.

Antigas potências econômicas, políticas e militares se consolidaram, como os Estados Unidos, e outras surgiram, como países da União Europeia, Japão e China.

O mundo agora se divide entre os países desenvolvidos (ou do norte) e subdesenvolvidos e emergentes (ou do sul).

A maior integração do Brasil à Nova Ordem Mundial aconteceu por meio da adoção das medidas do Consenso de Washington na década de 1990, que ocasionou a maior presença de empresas e do capital internacional no país.

O Brasil reforçou suas alianças regionais, com a criação do Mercosul, e passou a integrar o grupo de países emergentes conhecido como Brics, além de ter ampliado significativamente a sua importância no cenário político e econômico internacional como um todo.

O que é Nova Ordem Mundial?

Nova Ordem Mundial é o nome dado ao rearranjo da estrutura da política e da economia mundial a partir da segunda metade do século XX, em substituição à antiga ou velha ordem mundial até então vigente. Nessa reconfiguração, alguns dos antigos países hegemônicos se mantiveram nessa posição, enquanto outros se viram enfraquecidos diante do cenário que se delineava mediante a combinação das forças políticas com as forças econômicas e de mercado.

A velha ordem mundial a que nos referimos foi aquela que se estendeu do final da Segunda Guerra Mundial, portanto a partir de 1945, até a dissolução da União Soviética no ano de 1991, dois anos após a queda do Muro de Berlim, na Alemanha.

Esse período ficou conhecido como Guerra Fria, marcado pelo enfrentamento político-ideológico de duas nações, os Estados Unidos e a União Soviética, dividindo o mundo entre os países capitalistas e os países socialistas. Ou seja, o que se tinha à época era um mundo bipolar. Considerados ambas superpotências, os EUA e a URSS disputavam a hegemonia internacional por meio de diversas frentes, desde a econômica até a científica e militar.

A queda do Muro de Berlim em 1989 representou a primeira etapa do que, pouco tempo mais tarde, viria a ser o enfraquecimento do socialismo e o fim da União Soviética no ano de 1991. O antigo território soviético se fragmentou em diversas nações, o que por si só desencadeia uma série de conflitos étnicos e territoriais que se mantêm sem solução até o presente. Considerando o aspecto geopolítico, esse foi um marco que consolidou o capitalismo enquanto sistema econômico dominante e os Estados Unidos enquanto uma das principais potências internacionais, garantindo a sua soberania militar e política no atual cenário.

Na Nova Ordem Mundial, que coincide com o avanço da globalização e da internacionalização da economia, novos pólos de poder surgiram em outros lugares do planeta. Assim, pode-se dizer que o mundo bipolarizado deu lugar a um sistema multipolar, notadamente em relação à economia.

Esses outros pólos eram inicialmente o continente europeu, mais precisamente os membros da União Europeia, e o Japão, mas rapidamente a China também ascendeu como uma potência econômica mediante a consolidação de sua abertura econômica na década de 1990, estabelecendo-se como um grande investidor internacional entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o mesmo período em que se tornou membro oficial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os organismos multilaterais e blocos econômicos (ONU, Otan, FMI, OMC, Banco Mundial, União Europeia etc.) desempenham um papel importante na Nova Ordem Mundial, uma vez que consistem na atuação em conjunto de diversos países na viabilização e promoção de políticas de comum interesse entre essas nações, atuando por meio de diferentes frentes e áreas, como é o caso de medidas socioeconômicas e de desenvolvimento sustentável, que têm sido discutidas amplamente nas últimas décadas.

A regionalização do mundo, em decorrência dos aspectos econômicos que caracterizam a Nova Ordem Mundial, divide os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos. Outra nomenclatura adotada com o mesmo significado é a do norte global e do sul global, que não necessariamente correspondem ao grupo de países pertencentes a cada hemisfério. Países do norte global são os países ricos e desenvolvidos, o que inclui nações meridionais como a Austrália, enquanto os países do sul global são aqueles subdesenvolvidos.

Ao final da década de 1980, a maior integração da economia brasileira com o capital internacional e sua nova fase de acumulação já estava em curso. Especialmente a partir de meados dos anos 1950, com a intensificação da industrialização nacional, houve maior ingresso de empresas estrangeiras no país, de forma concomitante à reformulação de políticas internas aliadas aos interesses dos principais centros econômicos internacionais como uma maneira de viabilizar o acesso desse capital ao país.

Ao mesmo tempo em que se aprofundaram desigualdades socioeconômicas internas, houve um breve período de crescimento econômico que foi seguido de crise a partir de meados dos anos 1970, potencializada pela primeira crise internacional do petróleo.

O período que compreende as décadas de 1980 e 1990 foi marcado pela profunda reforma político-econômica no Brasil. Em primeiro lugar, ocorreu a redemocratização da política interna, com o retorno do sistema democrático de direito e as eleições presidenciais, consolidando ainda o restabelecimento do pluripartidarismo.

No campo econômico é que estão as medidas que foram essenciais para a integração definitiva do Brasil com a Nova Ordem Mundial, mediante o rearranjo estrutural da economia para maior viabilização do capital financeiro e comercial estrangeiro no território nacional, atendendo a interesses tanto nacionais quanto externos.

Trata-se da adoção das teses do chamado Consenso de Washington, medidas sugeridas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o que pode ser interpretado como a imposição vertical das políticas neoliberais dos países desenvolvidos sobre os países do sul global. Dentre essas medidas estão a redução das tarifas de importação e exportação (abertura comercial), reformas no sistema fiscal e menor participação do Estado na economia. Esse último aspecto, no Brasil, foi marcado pela onda de privatizações.

Nesse mesmo contexto, crescia a integração econômica regional do Brasil com os países da América do Sul, o que foi traduzido na criação do Mercosul no ano de 1991. A maior aproximação política entre as nações sul-americanas aconteceu durante a primeira década dos anos 2000. Internacionalmente, o Brasil se consolidou como um grande exportador de commodities agrícolas, sobretudo soja, a partir do início dos anos 2000, especialmente após o "boom" das commodities de 2004 impulsionado pela demanda chinesa.

Foi também durante os anos 2000 que o Brasil entrou para o grupo dos países considerados emergentes, inicialmente chamado de Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) e posteriormente Brics, com a inclusão da África do Sul. Mais do que somente uma denominação para os países em franco processo de desenvolvimento econômico, os Brics se fortaleceram enquanto mecanismo de cooperação em diversas frentes de interesse comum, tornando-se um importante contraponto, na ordem internacional, às nações desenvolvidas do norte global.

A partir da década de 2010, o país reforçou seus laços econômicos com a China, tornando-se um parceiro estratégico global dessa nação, além de estreitar as relações com os países vizinhos do Mercosul. Além disso, é importante notar que durante as duas primeiras décadas do século XXI o país ampliou significativamente a sua presença no cenário econômico e político internacional.

A Nova Ordem Mundial e o Brasil na atualidade

Observa-se atualmente um atrito de forças no cenário internacional, especialmente no que diz respeito ao papel político e militar dos Estados Unidos e dos demais países-membros da Otan frente às ações da Rússia para impedir os avanços desse organismo no continente europeu, sobretudo em nações que pertenceram à União Soviética. Um exemplo é o desencadeamento da guerra da Rússia com a Ucrânia.

A inserção do Brasil nesse contexto ainda não é clara, uma vez que o país vem tentando apresentar uma posição de maior neutralidade. O que se pode afirmar por ora é que as relações diplomáticas do Brasil daqui para frente e a sua posição nesse novo cenário internacional que se delineia vão depender diretamente de como o país reage diante da escalada dos conflitos.

O Estado Democrata Sistema político em que todos os cidadãos podem atuar nas questões políticas

Democracia é um regime político no qual os cidadãos têm o direito de participar, de maneira igualitária, das questões políticas de um país. Isso é feito por meio de eleições, referendos ou plebiscitos.

É o sistema político que predomina na maioria dos países ocidentais e possibilita ao povo escolher livremente os seus representantes por meio do voto secreto. Portanto, envolve componentes diversos de uma organização política, incluindo temas relacionados à ordem administrativa, constitucional e eleitoral, além de priorizar a liberdade de expressão de cada um.

Origem e evolução

O termo democracia tem origem grega – "democracia" (demo = povo e kracia = governo) – e quer dizer governo do povo. Ele surgiu na Grécia Antiga, mais especificamente em 510 a.C., nas cidades-estados de Atenas.

O político grego Clístenes, considerado o "pai da democracia ateniense" foi o responsável por liderar a primeira experiência democrática da Antiguidade Clássica em uma rebelião que derrubou o então tirano. A partir daí, a região de Atenas foi dividida em dez unidades que eram chamadas de "demos". Dessa maneira, iniciou-se o regime conhecido hoje como democracia.

Naquela época, cidadãos comuns eram selecionados aleatoriamente para ocupar cargos na administração e no judiciário do governo. Além disso, uma assembleia legislativa era composta por todos os cidadãos atenienses. Essa prática política foi a responsável por desenvolver o regime democrático como é conhecido atualmente e influenciou instituições políticas das várias partes do mundo, começando pela República Romana, Mediterrâneo e Europa.

Democracia liberal

A democracia evoluiu e se desenvolveu ao longo dos anos por meio de revoluções e guerras. Em meados do século XVII, na Inglaterra, com o fim do absolutismo e o início da Monarquia Parlamentarista surgiu a democracia liberal. O mesmo processo ocorreu nos Estados Unidos, porém somente no século seguinte, com a independência.

Ela era caracterizada principalmente pela não-interferência do Estado nas questões que dizem respeito à vida dos cidadãos, incluindo, econômicas. Portanto, os negócios eram dominados pela iniciativa privada e a produção ficava sujeita à lei da oferta e procura.

Social democracia

No fim do século XIX, partidários idealistas que acreditavam na mudança para uma sociedade socialista em meio a um capitalismo mais igualitário, desenvolveram o que foi chamado de social-democracia.

Ainda que tenha sofrido diversas alterações no decorrer das décadas, a social democracia atualmente é conceituada a partir do desenvolvimento das organizações econômicas de acordo com os interesses e necessidades da população. O Estado deve controlar todas essas questões tendo como base a justiça social e distribuição de renda igualitária.

Democracia direta

O conceito de democracia direta é aquele que teve início na Grécia Antiga, quando a população se reunia nas praças para tomar decisões políticas. Sua principal característica, portanto, é a participação do povo nas decisões através do voto direto.

Esse tipo de sistema democrático não é praticado em nenhum país devido a sua inviabilidade, afinal de contas, seria impossível a participação maciça de todos cidadãos de uma nação. Somente em comunidades pequenas, como dos cantões (tipo de divisão administrativa) da Suíça pode-se exercer o sistema democrático direto.

Para isso, um dos principais instrumentos é o plebiscito, utilizado em alguns estados e cidades brasileiras para analisar os desejos do povo sobre determinada proposta apresentada. Consta, inclusive, na Constituição de 1988, como forma de democracia, assim como a iniciativa popular e o referendo.

Democracia representativa

Esse é o tipo mais comum nos governos democráticos, incluindo o Brasil. Na democracia representativa, o povo elege por meio do voto os representantes que ocupam os mais diversos cargos políticos, chamado de mandato político. Estes são responsáveis por tomar as decisões que impactam na vida dos cidadãos durante um período determinado.

Democracia neoliberal

A democracia neoliberal se baseia em algumas medidas políticas e econômicas, porém, sem a intervenção do Estado. Algumas delas são: livre circulação de capitais, defesa de princípios do capitalismo, apoio a privatizações de empresas, intervenções no mercado de trabalho, entre outros.

Democracia no Brasil

A democracia foi instituída no território brasileiro após a Proclamação da República, em 1889, e foi interrompida em 1964 com a Ditadura Militar no Brasil. Esse período foi marcado, principalmente, pelo domínio do poder por parte dos militares, além de repressão à liberdade de expressão e perseguição.

A ditadura militar durou 30 anos e em 1985 o regime democrático voltou a ser instaurado no país. Três anos depois foi promulgada uma nova Constituição da República Federativa, popularmente conhecida como Constituição de 1988, que instituiu, entre diversas outras coisas, um sistema livre de eleições e liberdade de voto e expressão.

Em 1989, o povo foi às urnas e elegeu Fernando Collor de Melo como novo presidente do Brasil, exercendo assim, a cidadania. Entretanto, após comprovação de

envolvimento em processos de corrupção e fraude, Collor sofreu Impeachment em 1992. O cargo foi assumido pelo seu então vice-presidente, Itamar Franco.

Atualmente, as eleições no Brasil são realizadas por meio de urnas eletrônicas, tecnologia que se tornou referência para diversos países do mundo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

Foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988.Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil e a sexta ou sétima constituição brasileira em um século de república.

Ficou conhecida como "Constituição Cidadã", por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964–1985). É composta por 250 artigos, sendo a segunda maior constituição do mundo, depois da constituição da Índia. [5]. Não é permitido propor emendas que venham a suprimir as Cláusulas Pétreas da Constituição.

Até janeiro de 2024 foram acrescentadas 141 emendas, sendo 132 emendas constitucionais ordinárias, [7] seis emendas constitucionais de revisão[8] e três tratados internacionais aprovados de forma equivalente. [9] em 2023, recebeu sua primeira tradução para o idioma indígena Nheengatu

Colapso da ditadura militar

Ver artigos principais: Ditadura militar brasileira, Diretas Já e Abertura política

Ver também: Lista de mortos e desaparecidos políticos na ditadura militar brasileira

Desde 1964 o Brasil estava sob uma ditadura militar, e desde 1967 (particularmente subjugado às alterações decorrentes dos Atos Institucionais) sob uma Constituição

imposta pelo governo federal. O regime de exceção, em que as garantias individuais e sociais eram restritas, ou mesmo ignoradas, e cuja finalidade era garantir os interesses da ditadura, internalizados em conceitos como segurança nacional, restrição das garantias fundamentais, torturou e executou opositores. Durante o processo de abertura política, o anseio por dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora dos valores democráticos. Anseio que se tornou necessidade após o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, a partir de 1985.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 foi instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar. Sua convocação foi resultado do compromisso firmado durante a campanha presidencial de Tancredo Neves (1910-1985), primeiro presidente civil eleito, pelo voto indireto, após a ditadura. O presidente, entretanto, morreu antes de assumir o cargo. Ficou nas mãos de José Sarney assumir o Palácio do Planalto e instalar a Assembleia. Os trabalhos da Constituinte duraram 20 meses, sendo encerrados em 22 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira. [5][13] Participaram de sua elaboração 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. [14] dos 559 parlamentares, apenas 26 eram mulheres. [15]

Diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil mobilizaram-se para garantir sua participação na elaboração da Constituição de 1988. O próprio Congresso Nacional criou campanhas para assegurar essa presença popular, como os projetos "Diga Gente" e "Projeto Constituição". Entre março de 1986 e julho de 1987, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal desenvolveu esses projetos, em que cinco milhões de formulários foram distribuídos e disponibilizados em diferentes órgãos públicos por todo o Brasil. Foram coletadas 72.719 sugestões em todo o país e o resultado da compilação das sugestões foi a criação da base de dados Sistema de Apoio Informático à Constituinte (SAIC). A SAIC reúne a íntegra das sugestões enviadas pelos cidadãos, além da identificação dos proponentes, tornando-se uma fonte importante para entender a realidade brasileira à época da Constituinte de 1987. [16]

Em vigor desde 1988, composta por 250 artigos, é a segunda maior constituição do mundo; o primeiro lugar é ocupado pela lei máxima da Índia. [5] até janeiro de 2024 foram acrescentadas 141 emendas, sendo 132 emendas constitucionais ordinárias, [7] seis emendas constitucionais de revisão[8] e três tratados internacionais aprovados de forma equivalente. [9]

No dia 5 de outubro de 2013 a Constituição completou 25 anos de vigência e a data foi celebrada em várias entidades e movimentos sociais, entre os quais: foi o ato do Conselho Federal da OAB, em Brasília, que reuniu juristas, lideranças de movimentos organizados e políticos que participaram da Assembleia Constituinte, entre eles, os ex-presidentes Lula e José Sarney.[17] Na noite da mesma data o programa Repórter Senado da TV Senado exibiu um especial de uma hora e 10 minutos sobre os acontecimentos, sugestões populares e discussões da constituinte e seus desdobramentos nos 25 anos de vigência da Carta Constitucional.[18]

Em 29 de outubro de 2013 foi realizada uma sessão especial no Congresso Nacional brasileiro alusiva aos 25 anos da Carta Política com a participação de atores políticos e sociais da época da constituinte e foi entregue a Medalha Ulysses Guimarães para várias personalidades, entre eles, Bernardo Cabral que fora relator na assembleia que construiu o texto constitucional de 1988.[19] Como parte das comemorações, o Governo Federal lançou uma versão da Constituição em texto, áudio e língua de sinais, atendendo assim a uma demanda de acessibilidade a milhões do ex-presidente João Goulart apresentou em 1964 uma série de propostas de reformas, cujo conjunto ficou conhecido como Reformas de Base. Parte dessas propostas foram adotadas pela Nova Constituição, tendo como exemplo a Medida Provisória, os monopólios estatais na economia, o voto dos analfabetos, e a função social da propriedade.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 é também apontada como uma das influências para o texto brasileiro de 1988. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, vê essa relação "notada e manifesta" quanto aos direitos fundamentais.

Doutrinadores apontam também semelhanças em matéria de controle de constitucionalidade.

Constituição dirigente e compromissória é aquela que traça os objetivos a serem perseguidos pelo Estado. Recebem, ainda, o nome de constituição programática ou diretiva. As ideias foram desenvolvidas pelo jurista português José Joaquim Gomes Canotilho em sua obra Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador de 1982.Essa exerceu enorme influência na Constituição de 1988. Sendo a Carta Magna de 1988 um exemplo de Constituição dirigente, pois consagra inúmeras normas programáticas, como, por exemplo, as que estabelecem os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º.e brasileiros com deficiência sensorial.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987 foi instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, resultante da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar. Sua convocação foi resultado do compromisso firmado durante a campanha presidencial de Tancredo Neves (1910-1985), primeiro presidente civil eleito, pelo voto indireto, após a ditadura. O presidente, entretanto, morreu antes de assumir o cargo. Ficou nas mãos de José Sarney assumir o Palácio do Planalto e instalar a Assembleia. Os trabalhos da Constituinte duraram 20 meses, sendo encerrados em 22 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira. [5][13] Participaram de sua elaboração 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade. [14] dos 559 parlamentares, apenas 26 eram mulheres. [15]

Diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil mobilizaram-se para garantir sua participação na elaboração da Constituição de 1988. O próprio Congresso Nacional criou campanhas para assegurar essa presença popular, como os projetos "Diga Gente" e "Projeto Constituição". Entre março de 1986 e julho de 1987, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal desenvolveu esses projetos, em que cinco milhões de formulários foram distribuídos e disponibilizados em diferentes órgãos públicos por todo o Brasil. Foram coletadas 72.719 sugestões em todo o país e o resultado da compilação das sugestões foi a criação da base de dados Sistema de Apoio Informático à Constituinte (SAIC). A SAIC reúne a íntegra das sugestões enviadas pelos

cidadãos, além da identificação dos proponentes, tornando-se uma fonte importante para entender a realidade brasileira à época da Constituinte de 1987. [16]

Em vigor desde 1988, composta por 250 artigos, é a segunda maior constituição do mundo; o primeiro lugar é ocupado pela lei máxima da Índia. [5] até janeiro de 2024 foram acrescentadas 141 emendas, sendo 132 emendas constitucionais ordinárias, [7] seis emendas constitucionais de revisão[8] e três tratados internacionais aprovados de forma equivalente. [9]

No dia 5 de outubro de 2013 a Constituição completou 25 anos de vigência e a data foi celebrada em várias entidades e movimentos sociais, entre os quais: foi o ato do Conselho Federal da OAB, em Brasília, que reuniu juristas, lideranças de movimentos organizados e políticos que participaram da Assembleia Constituinte, entre eles, os ex-presidentes Lula e José Sarney.[17] Na noite da mesma data o programa Repórter Senado da TV Senado exibiu um especial de uma hora e 10 minutos sobre os acontecimentos, sugestões populares e discussões da constituinte e seus desdobramentos nos 25 anos de vigência da Carta Constitucional.[18]

Em 29 de outubro de 2013 foi realizada uma sessão especial no Congresso Nacional brasileiro alusiva aos 25 anos da Carta Política com a participação de atores políticos e sociais da época da constituinte e foi entregue a Medalha Ulysses Guimarães para várias personalidades, entre eles, Bernardo Cabral que fora relator na assembleia que construiu o texto constitucional de 1988.[19] Como parte das comemorações, o Governo Federal lançou uma versão da Constituição em texto, áudio e língua de sinais, atendendo assim a uma demanda de acessibilidade a mil O ex-presidente João Goulart apresentou em 1964 uma série de propostas de reformas, cujo conjunto ficou conhecido como Reformas de Base. Parte dessas propostas foram adotadas pela Nova Constituição, tendo como exemplo a Medida Provisória, os monopólios estatais na economia, o voto dos analfabetos, e a função social da propriedade. [21]

A Constituição da República Portuguesa de 1976 é também apontada como uma das influências para o texto brasileiro de 1988. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo

Tribunal Federal, vê essa relação "notada e manifesta" quanto aos direitos fundamentais. [22] Doutrinadores apontam também semelhanças em matéria de controle de constitucionalidade. [23]

Constituição dirigente e compromissória é aquela que traça os objetivos a serem perseguidos pelo Estado. Recebem, ainda, o nome de constituição programática ou diretiva. As ideias foram desenvolvidas pelo jurista português José Joaquim Gomes Canotilho em sua obra Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador de 1982.[24][25] Essa exerceu enorme influência na Constituição de 1988.[26][27] sendo a Carta Magna de 1988 um exemplo de Constituição dirigente, pois consagra inúmeras normas programáticas, como, por exemplo, as que estabelecem os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º.lhões de brasileiros com deficiência sensorial.

Independentemente das controvérsias de cunho político, a Constituição Federal de 1988 assegurou diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos. Para demonstrar a mudança que estava havendo no sistema governamental brasileiro, que saíra de um regime autoritário recentemente, a constituição de 1988 qualificou como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, criando assim dispositivos constitucionais para bloquear golpes de qualquer natureza.

É a mais abrangente e extensa de todas as anteriores no que se trata de Direitos e Garantias Fundamentais.[28] Segundo o jurista italiano Luigi Frajola, é uma das mais avançadas do mundo no tocante aos direitos e garantias fundamentais.[29] Especialistas apontam que a Constituição de 1988 trouxe avanços no reconhecimento dos direitos individuais e sociais das mulheres.[30] Outros sustentam que a Constituição foi um marco nos direito indígenas.[31] A proteção do meio ambiente também é ressaltado como um avanço.[32]

Com a nova constituição, o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia representativa foi conquistado: foi determinada a eleição direta para os cargos de

Presidente da República, Governador do Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Deputado Federal, Estadual e Distrital, Senador e Vereador. [1] A carta magna de 1988 é exaltada por ter restabelecida a democracia. Para Gilmar Mendes, a nova Constituição assegurou o mais longo período de estabilidade institucional da história republicana brasileira. [34]

A nova Constituição também previu maior responsabilidade fiscal. Pela primeira vez, uma Constituição brasileira define a função social da propriedade privada urbana, prevendo a existência de instrumentos urbanísticos que, interferindo no direito de propriedade (que a partir de agora não mais seria considerado inviolável), teriam por objetivo romper com a lógica da especulação imobiliária. A definição e regulamentação de tais instrumentos, porém, deu-se apenas com a outorga do Estatuto da Cidade em 2001.

Antes da Constituição, o Ministério Público estava subordinado ao poder judiciário. O constituinte outorgou ao Ministério Público autonomia e independência sem subordinação à estrutura dos Poderes do Estado. Essa distinção tem sido considerada fundamental para avanço no combate à corrupção. Alguns sustentam que ações de combate à corrupção, como a Operação Lava Jato, só foram possíveis graças às novas atribuições conferidas pela carta magna de 1988

Título I — Princípios Fundamentais   Do artigo 1.º ao 4º são expostos os fundamentos sob os quais constitui-se a República Federativa do Brasil.

Título II — Direitos e Garantias Fundamentais   Do artigo 5.º ao 17 são elencados uma série de direitos e garantias, reunidos em cinco grupos básicos: [39]

Capítulo I: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Capítulo II: Direitos Sociais.

Capítulo III: Nacionalidade.

Capítulo IV: Direitos Políticos.

Capítulo V: Partidos Políticos.

As garantias ali inseridas (muitas delas inexistentes em Constituições anteriores) representaram um marco na história brasileira.

Título III — Organização do Estado Do artigo 18 ao 43 é definida a organização político-administrativa, ou seja, das atribuições de cada ente da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); além disso, tratam das situações excepcionais de intervenção nos entes federativos, versam sobre administração pública e servidores públicos militares e civis, e também das regiões do país e sua integração geográfica, econômica e social.

Título IV — Organização dos Poderes Do artigo 44 ao 135 é definida a organização e as atribuições de cada poder (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), bem como de seus agentes envolvidos. Também definem os processos legislativos, inclusive os que emendam a Constituição.

Título V — Defesa do Estado e das Instituições Democráticas Do artigo 136 ao 144 são definidas as questões relativas à Segurança nacional, regulamentando a intervenção do Governo Federal através de decretos de Estado de Defesa, Estado de Sítio, intervenção das Forças armadas e da Segurança pública.

Título VI — Tributação e Orçamento Do artigo 145 ao 169 são estabelecidas as limitações tributárias do poder público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), organizando o sistema tributário e detalhando os tipos de tributos e a quem cabe cobrá-los. Tratam ainda da repartição das receitas e das normas para a elaboração do orçamento público.

Título VII — Ordem Econômica e Financeira Do artigo 170 ao 192 são reguladas a atividade econômica e financeira, bem como as normas de política urbana, agrícola, fundiária e reforma agrária, versando ainda sobre o sistema financeiro nacional.

Título VIII — Ordem Social Do artigo 193 ao 232 são tratados os temas relacionados ao bom convívio e desenvolvimento social do cidadão, como deveres do Estado, a saber: seguridade social (saúde pública, previdência social e assistência social); educação, cultura e esporte; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família (incluindo nesta acepção crianças, adolescentes e idosos); e populações indígenas.

Título IX — Disposições Constitucionais Gerais Do artigo 234 ao 250 (o artigo 233 foi revogado) são tratadas as disposições esparsas versando sobre temáticas variadas e que não O artigo 60 da Constituição estabelece as regras para o processo de criação e aprovação de Emendas Constitucionais. Uma emenda pode ser proposta pelo

Congresso Nacional (um terço da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal), pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos governos estaduais. Uma emenda é aprovada somente se três quintos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal aprovarem a proposta, em dois turnos de votação.

As emendas constitucionais devem ser elaboradas respeitando certas limitações, definidas pelo artigo 60. Há limitações materiais, conhecidas como cláusulas pétreas (§ 4.º), limitações circunstanciais (§ 1.º), limitações formais ou procedimentais (incisos I, II, III, § 3.º). Há ainda uma forma definida de deliberação (§ 2.º) e promulgação (§ 3.º).

Implicitamente, considera-se que o art. 60 da Constituição é inalterável, pois alterações neste artigo permitiriam uma revisão completa da Constituição. Nos casos não abordados pelo art. 60, é possível propor emendas. Os órgãos competentes para submeter emendas são: a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

Os direitos fundamentais, previstos nos incisos do artigo 5.º, também não comportam Emendas que lhes diminuam o conteúdo ou âmbito de aplicação.

A emenda constitucional de revisão, conforme o art. 3.º da ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), além de possuir implicitamente as mesmas limitações materiais e circunstanciais, e os mesmos sujeitos legitimados que o procedimento comum de emenda constitucional, também possuía limitação temporal - apenas uma revisão constitucional foi prevista, 5 anos após a promulgação, sendo realizada em 1993. No entanto, ao contrário das emendas comuns, ela tinha um procedimento de deliberação parlamentar mais simples para reformar o texto constitucional pela maioria a absoluta dos parlamentares, em sessão unicameral e promulgação dada pela Mesa do Congresso Nacional.

A Constituição brasileira já sofreu 140 reformas em seu texto original, sendo 132 emendas constitucionais tendo a última sido promulgada no dia 20 de dezembro de 2023 e seis emendas de revisão constitucional e dois tratados internacionais aprovado de forma equivalente. A única Revisão Constitucional geral prevista pela Lei Fundamental brasileira aconteceu em 5 de outubro de 1993, não podendo mais sofrer emendas de revisão. Mesmo assim, houve tentativas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 157, do deputado Luiz Carlos Santos, que previa a convocação de uma Assembleia de Revisão Constitucional a partir de janeiro de 20070 foram inseridas em outros títulos em geral por tratarem de assuntos muito específicos.

Mapas mentais

=

Sua vida pode ser uma comédia, uma aventura ou uma história de superação, sucesso e amor. Mas pode ser também um drama, uma tragédia ou a monotonia da não mudança.

Porque todos nós temos tudo isso em nossas vidas. O que muda é como editamos, em quais experiências mantemos o foco e sobre o que falamos.

Fale do drama, e sua vida será um drama. Fale da aventura e a mesma vida será deliciosa.

Superação

Podemos passar inúmeras dificuldades e ter de batalhar muito para alcançar certos objetivos e, ainda assim, morrermos na praia.

Podemos deixarmo-nos consumir pelo trabalho, e perder noites de sono ou deixar de passar finais de semana com a família apenas por que temos extrema necessidade de

conseguir recursos para mantermos uma vida digna, ou amargarmos um período obscuro de desemprego.

Podemos assistir à injustiça bater à nossa porta e perceber, infelizmente, que em algumas ocasiões não há absolutamente nada a fazer.

Podemos chorar com o coração partido a perda da pessoa amada ou de um ente querido.

Podemos, por tanta coisa negativa que aconteça, julgarmos que tudo sempre dar errado conosco e maldizermos nossa sorte.

Depois de tudo isto até podemos deixar passar pela cabeça a estúpida ideia de fazer uma grande besteira consigo mesmo, desde que seja exatamente assim: que tal ideia passe – e nunca mais volte, porque a vida é superação!

Nós não nascemos andando, não nascemos falando, nem pensando tanta bobagem - e o que não podemos em hipótese alguma é perdermos o ânimo, o espírito, e nossa capacidade de amar, de se superar e de viver!

Uma questão que está sempre presente na mente dos concurseiros e de quem quer seguir carreira internacional é: como passar no concurso com sucesso? Porém, todos sabem que este tipo de prova exige bastante esforço dos candidatos. Além disso, os cargos públicos são bem concorridos.

Portanto, para você que deseja passar no concurso público, listamos algumas dicas que irão ajudar neste desafio. Vamos conferir?

Dicas para concurseiros

Quem vai prestar concurso público precisa ter em mente que será necessário muito empenho e foco neste momento. A seguir, você confere algumas dicas para conquistar a tão sonhada aprovação nos certames:

Escolha concursos para cargos que você tenha aptidão, conhecimento e vontade de atuar. Isso facilitará na hora dos estudos, pois você já terá afinidade com o assunto e interesse para tal;

Leia o edital anteriormente. Este documento é muito importante, pois constam informações relevantes sobre a prova e o cargo em questão. Dessa forma, você fica mais preparado para o que cairá no teste;

Tenha um plano de estudos detalhado e dívida as horas que têm disponível para cada disciplina. Lembre-se de tirar pelo menos de três a quatro horas por dia para estudar, inclusive aos finais de semana;

Pesquise na internet por questões de exames anteriores para ter uma ideia do que é pedido e de quais os temas mais recorrentes;

Escolha um livro mais completo sobre o assunto do concurso para estudar. Grife todas as partes importantes e releia;

Crie resumos com o que você estudou e entendeu sobre o assunto;

Faça perguntas e respostas e simule como seria no dia da prova. Refaça, inclusive, as questões que encontrou dos testes anteriores;

Ao simular a prova, cronometre seu tempo para saber em quais disciplinas está tendo mais dificuldade e as que está levando mais tempo para responder às questões. Saiba como otimizar seu tempo e passe a voltar seus estudos para os temas de maior dificuldade;

Tenha o apoio de profissionais da área para tirar dúvidas e conhecer metodologias de estudo mais aprofundadas. Você pode fazer isso conversando com professores e colegas de profissão, ou procurando um curso preparatório para concursos públicos.

Para mais informações e materiais para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), clique aqui

Gostou de saber nossas dicas para passar no concurso público?

Torne seus resultados mais assertivos e confira os cursos oferecidos no Damásio Educacional para passar no concurso público com maestria! Há variadas modalidades para escolher aquela que melhor se enquadra ao seu perfil e desejo profissional. São cursos para carreiras jurídicas, federais, internacionais e públicas.

Com mais de 48 anos de atuação no Brasil, a instituição é reconhecida nacionalmente por sua excelente reputação acadêmica. Não perca esta oportunidade e garanta já a sua vaga!

Entre em contato pelo portal do Damásio para mais informações ou ligue para (11) 4090-1540. Confira disponibilidade de turmas, horários, os planos de estudo e tire todas as suas dúvidas!

Aproveite e continue navegando pelo blog para conferir mais conteúdos sobre o mundo educacional. Inclusive, há diversos editais que são publicados em nossa área de notícias. Fique ligado!

Bibliografia

Wikipedia.com.br

Mundoeducação.com.br

Brasilescola.com.br

Educamaisbrasil.com. \guiado Enem

Direitonet.com.br

Estrategiaconcursos.com.br

Qconcursos.com.br

Infoescola.com.br

Pensador.com.br\superação